

# Regionalismo e Centralização Política

## Partidos e Constituinte nos Anos 30

**Angela Maria de Castro Gomes**

Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho

Dulce Chaves Pandolfi

Maria Helena de Magalhães Castro

Helena Maria Bousquet Bomeny

Lúcia Lahmeyer Lobo



EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA

# Regionalismo e Centralização Política

## Partidos e Constituinte nos Anos 30

A combinação do trabalho de arquivo com o esforço de pesquisa, promovida desde o início pelo CPDOC, tem possibilitado o surgimento de obras como *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*, em que um grupo de jovens pesquisadores, alguns com pós-graduação em Ciências Sociais em outras instituições do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Angela Maria de Castro Gomes, demonstra como tem avançado entre nós a prática dos estudos históricos e sociais.

A convivência quase forçada de cientistas sociais com os arquivos, possibilitada pelo CPDOC, levou, em *Regionalismo e Centralização Política*, a uma feliz combinação de esforço interpretativo com um sólido embasamento empírico, qualidade nem sempre encontrada em nossos cientistas sociais ou em nossos historiadores. Combinação que é, talvez, responsável por uma das principais virtudes do trabalho: a sensibilidade pela riqueza do real, pela diversidade das forças políticas, pela variedade dos conflitos de idéias e de interesses. É uma saudável fuga às generalizações apressadas, às abordagens do tipo rombudo e classificatório que freqüentemente escondem, sob o disfarce da profundidade, a reconstrução mistificada do real.

Aplicada ao período em foco, a abordagem tem importância particular. O período é dos mais ricos da história do país em termos de forças novas que despertavam para a ação coletiva, de

Proibida a publicação no todo ou em parte;  
permitida a citação. A citação deve ser textual,  
com indicação de fonte conforme abaixo.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

REGIONALISMO e centralização política: partidos e  
constituente nos anos 30/ Coordenação Ângela de  
Castro Gomes...[et al]. Rio de Janeiro: Nova  
Fronteira, 1980. 501p.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

**Coleção**  
**Brasil Século 20**

**REGIONALISMO E  
CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA**

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC**

**Praia de Botafogo, 190 - 12.º  
22250-040 - Rio de Janeiro**



Angela Maria de Castro Gomes  
(Coordenação)

Dulce Chaves Pandolfi / Helena Maria Bousquet Bomeny  
Lúcia Lahmeyer Lobo / Maria Helena de Magalhães Castro  
Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho

# REGIONALISMO E CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

Partidos e Constituinte nos Anos 30

Edição de texto: Maria Tereza Lopes Teixeira



© 1980 by Angela Maria de Castro Gomes, Helena Maria Bousquet Bomeny, Maria Helena de Magalhães Castro, Dulce Chaves Pandolfi, Lucia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho

Direitos adquiridos para a língua portuguesa pela

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.

Rua Maria Angélica, 168 — Lagoa — CEP: 22.461 — Tel.: 246-8066

Endereço Telegráfico: NEOFRONT

Rio de Janeiro — RJ

Capa:

VICTOR BURTON

Revisão:

JORGE URANGA

#### FICHA CATALOGRÁFICA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R318 Regionalismo e centralização política / coordenação de Angela Maria de Castro. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Brasil, Século 20) Bibliografia

1. Brasil — História — 1930-1939 I. Castro, Angela Maria de II. Série

**Ao**

**Dr. Temístocles Brandão Cavalcânti**  
**pelo estímulo e apoio incansáveis.**

*In memoriam*

*"É preciso reconhecer, antes de mais, o primado da política. Por mais que se fale contra a política, por mais que os espíritos superiores ou escrupulosos a denigrem, por maiores que sejam os erros, os vícios e as misérias da política, a verdade é que, na base de tudo, está a política, como condição, sustentáculo e fonte. Sem política, não existe governo. Sem política, não há governo que possa operar, influir e realizar.*

*Isto é verdade mesmo nas ditaduras. Uma ditadura só pode viver baseada numa política, sustentada por uma opinião, por uma corrente, por um concerto de vontades e idéias. Faltando-lhe essa base política, já não pode funcionar a ditadura, e o resultado é desorganizar-se e cair.*

*Mas o conceito prevalece principalmente nas democracias. Ai o governo é a expressão de uma política, e só funciona sob a inspiração e com o apoio dessa política.*

*O governo tem de refletir, na sua configuração e nos seus empreendimentos, a vontade do povo, e essa vontade é a política que a reflete, exprime e manifesta.*

*O primeiro termo, portanto, é a política. Na ordem da vida pública, a política é a base, e é dela o primado."*

**Gustavo Capanema**

## SUMÁRIO

PREFÁCIO — Aspásia Camargo, 15

APRESENTAÇÃO, 19

INTRODUÇÃO — Angela Maria de Castro Gomes, 23

- I. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante — Maria Helena de Magalhães Castro, 41
  1. A conquista do poder, 45
    - 1.1 Revolução como alternativa, 45
    - 1.2 A luta pela hegemonia, 48
  2. A abertura política e a estratégia do continuísmo (1932-33), 56
    - 2.1 O partido de “emergência”: o novo acordo regional, 59
    - 2.2 A mediação: novo papel nacional, 75
  3. A Constituinte: comando ou subordinação? (1933-34), 94
    - 3.1 O perfil da bancada, 94
    - 3.2 O debate constitucional, 108
- II. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30 — Helena Maria Bousquet Bomeny, 133
  1. A desorganização da máquina perremista: o período pós-revolucionário, 143
    - 1.1 O Partido Revolucionário Nacional: esboço de um projeto frustrado, 144
    - 1.2 Ação: a Legião de Outubro em Minas Gerais, 147
    - 1.3 Reação: o PRM e a tentativa de golpe de 1931, 155
    - 1.4 Conciliação: o “Acordo Mineiro”, 160

2. A reorganização partidária mineira e a constitucionalização do país, 167
    - 2.1 O Partido Progressista mineiro, 168
    - 2.2 A crise de sucessão mineira, 179
  3. A representação política mineira na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, 193
    - 3.1 A bancada mineira, 193
    - 3.2 Os temas em debate, 204
- III. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização — Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, 237
1. A revolução continua: São Paulo na oposição, 243
    - 1.1 Os “100 dias” do governo militar, 246
    - 1.2 Mais um interventor-tenente!, 255
    - 1.3 A reorganização partidária ou o conflito institucionalizado, 259
    - 1.4 Os olhos e ouvidos do rei, 285
  2. O término da revolução: São Paulo na Constituinte, 298
    - 2.1 O perfil da bancada paulista, 298
    - 2.2 Os “paulistas” e a questão da reorganização política do Estado, 304
    - 2.3 Os “paulistas” e a “nova” política econômica do Estado, 318
- IV. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político — Dulce Chaves Pandolfi, 339
1. O Norte: da revolução à constitucionalização, 344
    - 1.1 O impacto da Revolução de 30 no Norte, 344
    - 1.2 Na marcha para a Constituinte, 359
  2. O caso pernambucano: o novo pacto político, 372
    - 2.1 A tentativa de desmantelamento da máquina oligárquica, 372
    - 2.2 O PSD pernambucano: o partido do interventor, 379
  3. A representação política pernambucana na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, 386
    - 3.1 O perfil da bancada pernambucana, 386
    - 3.2 O debate constitucional, 391
    - 3.3 O enfrentamento político da bancada, 411

**V. A representação de classes na Constituinte de 1934 — Angela Maria de Castro Gomes, 427**

- 1. A representação classista: as forças políticas e o debate, 430**
  - 1.1 O processo de implantação, 430**
  - 1.2 O debate na Constituinte, 437**
- 2. A atuação das bancadas, 448**
  - 2.1 A bancada dos empregadores, 448**
  - 2.2 A bancada dos empregados, 469**
- 3. A experiência da representação de classes na Constituinte, 482**

**BIBLIOGRAFIA, 493**

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### *Fotografias:*

- Foto 1** — O chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, tendo à sua direita o ministro da Justiça, Antunes Maciel, nas escadarias do Palácio Tiradentes no dia da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)
- Foto 2** — Políticos na Assembléia Nacional Constituinte, vendo-se da esquerda para a direita: Juraci Magalhães, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Carlos de Lima Cavalcânti, Solano Carneiro da Cunha e Osvaldo Aranha ao centro; bem à direita está o padre Arruda Câmara, líder da bancada pernambucana do PSD. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)
- Foto 3** — Reunião de membros da Comissão Constitucional encarregada de elaborar o substitutivo ao anteprojeto apresentado pelo governo à Assembléia. Da esquerda para a direita, embaixo: Leopoldo Cunha Melo, Euvaldo Lodi (líder da bancada classista dos empregadores), Osvaldo Aranha (então líder da maioria) e a seu lado o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho. À direita, Juarez Távora, ministro da Agricultura. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)
- Foto 4** — O presidente da Assembléia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (à direita), brinda com o líder da maioria, o baiano Medeiros Neto em um almoço oferecido a este. (Coleção Medeiros Neto, CPDOC, FGV.)
- Foto 5** — Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, discursa no Congresso de criação do Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, em 1932. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)
- Foto 6** — Bancada gaúcha do PRL, em 15 de julho de 1934, homenageia seu líder, Augusto Simões Lopes (o sexto sentado da direita para a esquerda), em sua residência. Presentes: Francisco Antunes Maciel Júnior, Luis Simões Lopes. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)
- Foto 7** — Olegário Maciel, presidente do estado de Minas Gerais, posa com um grupo de políticos mineiros, dentre os quais Gustavo Capanema (terceiro da direita para a esquerda). (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)
- Foto 8** — Enterro de Olegário Maciel em agosto de 1933. Ao centro, Gustavo Capanema, interventor interino de Minas Gerais; à



- sua direita Washington Pires, ministro da Educação e Saúde. (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)
- Foto 9** — Benedito Valadares, novo interventor de Minas Gerais, discursa em sua posse em dezembro de 1933. Na mesa, da direita para a esquerda: Gustavo Capanema e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)
- Foto 10** — O governador militar de São Paulo, general Waldomiro Lima, discursa em 19 de novembro de 1932, na homenagem a ele prestada pelo Congresso Revolucionário do Clube 3 de Outubro. Na mesa, da esquerda para a direita: Antunes Maciel (segundo), Salvador Filho (terceiro) e José Américo de Almeida (quarto). (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)
- Foto 11** — Almoço oferecido pela bancada pernambucana do Partido Social Democrata ao interventor Carlos de Lima Cavalcânti, no Rio, em 17 de novembro de 1933. Da esquerda para a direita: Pedro Ernesto Batista, Carlos de Lima, Osvaldo Aranha, Antunes Maciel (ministro da Justiça), Juarez Távora e o interventor gaúcho Flores da Cunha. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)
- Foto 12** — Almoço reservado por ocasião da crise ministerial de janeiro de 1934. Da esquerda para a direita: Carlos de Lima Cavalcânti, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)

### *Charges Políticas*

- 1 — *Era Nova*, Bahia, 15 de novembro de 1942. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC. (p. 245)
- 2 — Os “chefes” são Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. *Careta*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC, FGV/RJ. (p. 252)
- 3 — *Fantoche* (SP) de 20.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC. (p. 266)
- 4 — O treinador é Getúlio Vargas e os jogadores, da esquerda para a direita: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Waldomiro Lima. *Careta* (RJ) de 25.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC. (p. 270)
- 5 — *Careta* (RJ) de 29.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC. (p. 278)
- 6 — *Careta* (RJ) de 24.6.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC. (p. 296)
- 7 — Herman Lima, *História da Caricatura no Brasil*, vol. 1 (Rio de Janeiro: José Olympio, 1963), p. 350. (p. 315)
- 8 — *Ib.*, vol. 3, p. 1215. (p. 331)

## PREFÁCIO

*Criado em 1973, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas iniciou três anos depois uma série de estudos sobre a Revolução de 1930, através dos quais pretendia investigar aspectos relegados de nossa história recente que emergiam, de maneira íltida, de uma leitura atenta de seus arquivos.*

*Sem dúvida, fomos estimulados pelo estudo preliminar e minucioso dos documentos do arquivo de Getúlio Vargas — o primeiro a ser doado à instituição —, que nos permitiu retragar com surpreendente clareza as etapas sucessivas do movimento revolucionário. Pela correspondência pessoal, privada, tivemos a possibilidade de vislumbrar melhor avanços e retrocessos, impasses e posicionamentos dos atores que constitulam o cerne da Revolução, ou que nos informavam sobre ela. Por este caminho, procuramos reconstituir o esboço inicial das cisões e alianças que se teciam em uma conjuntura oscilante, buscando redefinir o pacto social em novas bases de convivência política.*

*Os ensinamentos extraídos do Arquivo Vargas foram extremamente ricos. A despeito da parcialidade das fontes, foi possível desvendar de maneira global e transparente as grandes linhas de um processo que os registros disponíveis pincelavam de forma tumultuada e incerta. Evidenciaram-se, nesta leitura, as graves omissões de nossa precária historiografia, que ora apresentava o período revolucionário como um bloco coeso e monolítico, tirando conclusões apressadas e simplificando tendências, ora o reconstituía anarquicamente, como uma sucessão desordenada de conflitos pessoais fragmentados, erráticos e, por isso mesmo, opacos e ininteligíveis.*

*Ao invés de recortar o Arquivo Vargas para dele obter dados parciais, informativos, coube-me, como coordenadora de pesquisas, orentar as investigações em sentido inverso, elegendo o conjunto da documentação já recolhida como a matriz inicial que permitiria reconsiderar os troços fundamentais da Revolução de 1930. Como ponto de partida procuramos, pois,*

sugerir hipóteses que deveriam ser exploradas por uma pesquisa mais sistemática e rigorosa.

Ao optar por uma análise conjuntural do período que se inicia com a Revolução de 1930 e se estende até o golpe de 1937, ficou patente que o fio condutor do processo de consolidação da nova classe política — elemento ordenador da lógica e da sucessão dos diferentes períodos — era o eixo dos conflitos que contrapunham as tendências regionais (em grande parte responsáveis pela eclosão revolucionária) ao projeto de centralização política assumida pelas forças hegemônicas que definiram a natureza do regime.

No confronto entre estes dois pólos, mais do que alinhamentos definitivos, fomos encontrar oscilações que revelavam a busca pragmática de um equilíbrio possível. Tal equilíbrio, bastante precário, refletia, por sua vez, o esforço de conciliar os imperativos da modernidade —, que impunha à nação um Estado centralizado para fazer face a uma ordem internacional em crise e ao mesmo tempo conduzir o processo de industrialização — à tradição regionalista que fizera do Brasil republicano uma hierárquica confederação de estados.

O acervo do CPDOC recebeu, posteriormente, importantes doações de arquivos dos mais destacados próceres revolucionários (Oswaldo Aranha, Antunes Maciel, Waldomiro Lima), que contribuíram de maneira decisiva para dar magnitude a estas perspectivas iniciais em um trabalho de equipe, fortalecido por uma ampla consulta aos jornais e pela realização de entrevistas com atores do período.

Procuramos, por outro lado, desdobrar a conjuntura pós-30 em três momentos distintos: o de eclosão revolucionária, que se estende até o final do Governo Provisório; o de constitucionalização, que redefine as bases de um novo pacto legal entre as forças em litígio; e o de erosão institucional, que mina as bases do pacto recentemente constituído, acelerando os preparativos para o golpe, afinal desfechado em novembro de 1937.

Dentro deste quadro mais amplo, coube a Angela de Castro Gomes coordenar os cinco pesquisadores que realizaram este trabalho em sua etapa mais espinhosa de interregno constitucional, cheia de dificuldades e tropeços. Em primeiro lugar, porque esclarecer os fundamentos do frágil compromisso de 1934 obrigou-a a remontar aos antecedentes do confronto entre o tenenismo e as oligarquias, ainda durante a vigência do Governo Provisório. Em segundo lugar, porque o compromisso em questão se tece em meio a complexos arranjos de natureza constitucional, que remetem, por conseguinte, a problemas políticos mascarados, ou reforçados, por discussões jurídicas e de conteúdo técnico. Nesse sentido, foi necessário buscar, ainda que de maneira incompleta, os elos existentes entre a conjuntura político-partidária em processo e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, nos quais cabia identificar os focos de um mesmo conflito.

*Esta penosa reconstituição não teria sido possível sem a clarividência e a erudição do ministro Temístocles Brandão Cavalcânti, jurista emérito e membro da histórica Subcomissão do Itamarati, encarregada de redigir o anteprojeto governamental que foi submetido à apreciação da Assembléia Constituinte. Coube a ele, como especialista e como político participante dos ventos que estudávamos, orientar-nos em uma área crucial e complexa, dentro da qual o cientista social sente-se despreparado. Devemos ainda ao ministro Temístocles Cavalcânti a iniciativa de promover em 1976 uma mesa-redonda sobre a Constituinte de 1934 que reuniu no CPDOC alguns dos participantes daquela assembléia, discutindo questões e fornecendo informações de importância fundamental para o trabalho que posteriormente desenvolvemos. Somos, neste particular, infinitamente gratos aos constituintes Clemente Mariani, Prado Kelly, Augusto do Amaral Peixoto, Adroaldo Mesquita da Costa, Alde Sampaio e Cândido Mota Filho, que nos chamaram a atenção para a importância das grandes composições que se realizaram nos bastidores da Constituinte, permitindo, afinal, a promulgação da carta em julho de 1934.*

*Posteriormente, no decorrer da pesquisa, inúmeros foram os participantes e as testemunhas que nos introduziram nos meandros da vida política regional, chamando a atenção para problemas que o pesquisador desavisado teria negligenciado, em uma leitura fria dos Anais ou dos jornais da época. Cabe um especial agradecimento a Moacir de Andrade, Arinos Câmara, Paulo Cavalcânti, Paulo Pinheiro Chagas, Antiógenes Chaves, Aluísio Leite Guimarães, Edgar Teixeira Leite, Batista Luzardo, Edgar da Mata Machado e Teófilo Pereira.*

*Ajuda tão substancial não impedirá, infelizmente, que as falhas e omissões sejam numerosas. Ao optar pela reconstituição da política regional, mesmo em alguns poucos estados, como foi o caso do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, ampliamos os riscos de imprecisão e de erro, tendo em vista a riqueza e a complexidade da tradição regional e a carência, nesta área, de estudos sistemáticos e fontes disponíveis.*

*Devemos também assinalar que a reconstituição do desempenho das bancadas foi, em alguma medida, empanada pelos antecedentes políticos que configuram as lutas revolucionárias dos respectivos estados e que tecem o perfil de suas cisões e alianças com o Centro. Esta será, seguramente, a principal contribuição deste livro, Regionalismo e centralização política, que o CPDOC lança no cinquentenário da Revolução de 1930.*

*Resta-nos apenas a expectativa de que, na severidade do julgamento, conte mais o esforço da contribuição do que o peso indiscutível dos pontos que ainda restaram obscuros ou omissos.*

Aspásia Camargo  
Junho de 1980

## APRESENTAÇÃO

*O presente trabalho é o resultado de um projeto de pesquisa realizado no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) do Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO) da Fundação Getúlio Vargas, entre janeiro de 1977 e fevereiro de 1979. A equipe responsável pelo projeto — “Política, partidos e Constituinte nos anos 30” — integrava o Setor de Pesquisa daquele centro, fazendo parte de um grupo de trabalho maior, cujo objetivo era o desenvolvimento de estudos monográficos de história política que cobrissem o período do governo Vargas que vai de 1930 a 1937. Tratava-se, portanto, de ter como foco de análise estes sete anos plenos de instabilidade e diversidade políticas, que a historiografia tende a nomear como o período do pré-37, ou seja, como o momento que “antecede” ao Estado Novo.*

*Nosso objetivo era exatamente procurar decompor este espaço de tempo, ressaltando a rica dinâmica dos movimentos dessa conjuntura política e caracterizando a intensidade e a imprevisibilidade do ritmo e do curso dos acontecimentos históricos então vividos.*

*A nossa equipe coube especificamente o estudo de um dos momentos desse período mais amplo: a análise do processo de transição do regime de força instituído com o Governo Provisório, para o regime de direito, caracterizado pelo governo constitucional do pós-34. Assim, o núcleo central de nossas reflexões era o processo de constitucionalização por que passou o país nos anos 30. Interessavam-nos de perto as questões que agitaram esta conjuntura política em que um regime revolucionário de exceção, legalmente sancionado, conduziu um processo de abertura política, buscando reformar e ampliar suas bases sociais de legitimidade.*

*Neste sentido, duas ordens de problemas exigiram nossa atenção. Em primeiro lugar, os referentes a todo um movimento de mobilização e reorganização político-partidária e de campanha eleitoral que antecedeu à instalação da Constituinte de 1934. Privilegiamos, neste caso, a emergência dos novos partidos e suas ligações com os interventores estaduais e*

com o governo central. Em segundo lugar, os problemas relativos ao próprio desenvolvimento dos trabalhos de elaboração da Constituição, atendendo-se para alguns temas cruciais, tanto para os interesses das principais forças políticas em questão quanto para o próprio debate político que dominou a década de 30.

O livro estruturou-se segundo um plano de trabalho que procurou apresentar os problemas políticos acima mencionados através de monografias centradas na análise de uma realidade política regional, mantendo-se a unidade e a autonomia de cada texto, sem prejuízo do inter-relacionamento deles. Assim, o leitor poderá isolar qualquer um dos estudos que o compõem, mas será sempre remetido aos demais, pois o tratamento dado a certas questões foi concentrado em alguns dos textos com o objetivo de subdividir temas e privilegiar seu debate no contexto mais pertinente. Desta forma, o livro é integrado por quatro monografias que têm a mesma estruturação central: a discussão do problema da rearticulação partidária nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco e a análise da participação destas bancadas regionais na Constituinte. O quinto capítulo procura acompanhar e avaliar a experiência de implantação e atuação de uma bancada de representantes de classes numa Assembleia Nacional Constituinte, fugindo, por conseguinte, ao esquema mencionado. Este conjunto é precedido de uma Introdução que tenta situar e apresentar em linhas gerais o panorama político nacional do período estudado.

Nosso trabalho, em termos de procedimentos, pode ser colocado como um esforço de reconstituição histórica da trama de acontecimentos políticos de um período delimitado e como uma tentativa de avaliação de seu significado. É no primeiro aspecto que consideramos poder contribuir de forma mais substantiva e original, uma vez que são escassos — quase que inexistentes — os estudos sobre partidos políticos, interventorias e mesmo sobre a Constituinte dos anos 30. Neste sentido, as monografias que integram este livro fundamentam-se na consulta de fontes primárias — particularmente arquivos privados e jornais de época —, procurando realizar um levantamento cuidadoso e extensivo, mas evitam o mito da minúcia como símbolo de eficiência.

Este tipo de trabalho permitiu-nos o traçado do desenrolar dos acontecimentos políticos do período e do clima de intensa mobilização e debate vigentes na época. Neste contexto, tivemos sempre o cuidado de combinar as injunções históricas desta conjuntura de luta política com o amplo espaço de mobilidade e criatividade dos atores aí envolvidos. Procuramos ressaltar sempre a existência de condições históricas específicas que determinam a prática política dos atores, sem que estes percam uma vasta margem de liberdade de ação para o exercício de pressões e para a busca de novos experimentos e soluções. Neste sentido, o processo político é

visto como um processo dinâmico de produção e luta por “respostas” políticas, cujas fronteiras são justamente a necessidade e a vontade. É neste espaço movediço, em que assomam personalidades e condicionamentos, que se constrói o próprio trabalho de análise política.

É preciso também destacar que nosso trabalho restringe-se ao campo da política e, mais ainda, ao campo de ação política das elites que disputam o poder. Não se trata, por conseguinte, de um estudo de conjuntura, em que diversos aspectos da realidade social estão em foco. Nosso objeto é bem mais limitado, sem deixar de ser por demais complexo: trabalhamos com as relações de confronto e compromisso no interior das elites que participam do jogo político do poder. Muitas vezes, as análises que tratam das relações políticas no seio das elites destacam os arranjos e as acomodações realizadas, apontando para a possibilidade de permanência de todos os participantes, muito embora com uma nova hierarquização. Para nós, é fundamental não amenizar o processo de luta que, freqüentemente, esse tipo de concepção obscurece. É preciso qualificar bem tal processo, retomando a violência e a imprevisibilidade que o permeiam em diversos momentos.

Para a realização de nossa pesquisa utilizamos intensamente fontes primárias, já que a bibliografia existente sobre o assunto é não só restrita como pouco específica. Consultamos os arquivos Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Antunes Maciel e Waldomiro Lima, pertencentes ao CPDOC-FGV e o arquivo Carlos de Lima Cavalcânti do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico do Recife. Trabalhamos com alguns dos jornais estaduais mais importantes da época — como o Correio da Manhã (DF), o Estado de São Paulo (SP), o Diário de Notícias (DF) e o Diário da Manhã (RE-PE) — e utilizamos os Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934 como fonte essencial à análise da atuação das bancadas regionais.

O projeto foi desenvolvido por uma equipe de quatro pesquisadores — Angela Maria de Castro Gomes, responsável pela coordenação da pesquisa; Dulce Chaves Pandolfi; Helena Maria Bousquet Bomeny e Maria Helena de Magalhães Castro — que, numa primeira fase, foi reforçada pela presença de Maria Luiza d’Amorim Heilborn e Solange Gandur Dacach e, numa fase posterior, contou com a colaboração de Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo B. Marques Coelho, estes co-autores de um dos textos que compõem o trabalho. Gostaríamos, nessa medida, de ressaltar o espírito de equipe que dominou todas as fases da pesquisa, uma vez que, quer o levantamento de dados, quer o formato final dos textos foram o produto da participação de todos os elementos do grupo. Este fato, essencial para a realização de um trabalho de pesquisa seguro e integrado, foi responsável por muitas das contribuições e características dos estudos que ora apresentamos.

*Naturalmente, vários colegas colaboraram com suas críticas e sugestões e desejáramos registrar aqui nosso agradecimento. Dentre estas sugestões, vale destacar a supervisão realizada por Aspásia Alcântara de Camargo que, como coordenadora do Setor de Pesquisa do CPDOC, auxiliou-nos com sua experiência. Também não poderíamos deixar de agradecer ao Dr. Temístocles Cavalcânti, diretor do INDIPO, nosso entrevistado e sobretudo nosso crítico carinhoso. Finalmente, desejáramos registrar o auxílio dos membros do Setor de Documentação e da equipe que elabora o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e também da equipe de datilografia do CPDOC.*

ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES



## INTRODUÇÃO

ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES

Este trabalho tem como núcleo central de estudo a análise de um período determinado da história política do Brasil nos anos 30. Propõe-se a analisar o processo de constitucionalização por que passou o país nesta década, constituindo-se numa reflexão sobre as questões políticas que assinalaram a transição de um regime de força para um regime de direito. Neste sentido, realizamos o estudo de uma situação política concreta, procurando apreendê-la em sua especificidade histórica, sem perder de vista os problemas políticos mais gerais que caracterizam momentos de abertura política como este.

A necessidade da realização de estudos deste tipo vem sendo assinalada por diversos autores, dentre os quais Francisco Weffort,<sup>1</sup> que nos oferece, em um de seus textos, uma das mais precisas reflexões sobre alguns dos problemas que dominam o conhecimento da história de nosso país. Ao ressaltar a perda da memória, o esquecimento da história, a ausência de passado com que freqüentemente nos defrontamos ao tentar recuperar e analisar o curso de nosso desenvolvimento, Weffort procura o sentido e a significação deste vazio que, certamente, não é casual. Nas propostas que formula, dois pontos emergem como de importância fundamental para o entendimento deste problema.

Em primeiro lugar, a imagem da história do Brasil como a de uma série de "fases descontínuas", em que acontecimentos revolucionários assinalariam sempre o início de um novo tempo. Estes renascimentos sucessivos não só teriam o efeito de amenizar as linhas de continuidade de nossa história, como principalmente possibilitariam o obscurecimento da permanência da dominação, que o êxito das elites políticas só viria confirmar e reforçar. Ao lado desta leitura, e associada a ela, encontraríamos igualmente a imagem de uma história que oscila entre "um rígido determinismo e um voluntarismo exaltado". Em certos momentos, os fatos são interpretados como o fruto do talento e da vontade de personalidades que verdadeiramente conduziriam nossos destinos; em outros, o futuro é

nada mais que a realização de uma necessidade histórica, a cujo determinismo não se conseguiria escapar.

Em qualquer dos casos, a história que se constrói tem a ótica dos “vencedores”: aqueles que com o poder de persuasão e de repressão detêm os recursos capazes de apagar lembranças e de reescrever a trajetória dos fatos acontecidos, assim como a dos fatos que deveriam acontecer. Nesse âmbito, são descartadas as responsabilidades pessoais, cabendo às condições históricas a explicação dos erros experimentados, enquanto aos heróis fica a parcela das vitórias conquistadas. Inúmeros poderiam ser os exemplos capazes de ilustrar tal linha de interpretação, sobretudo se atentássemos para nossa história política tão parca quanto plena de generalizações. Um deles, sem dúvida, remete-nos aos acontecimentos do pós-30.

Não é incomum na história do Brasil encontrarmos um tipo de periodização que toma como bloco coeso o período que vai de 1930 a 1945. Segundo esta visão, a Revolução de 30 assinalaria um novo ponto de partida, rompendo definitivamente com o passado, com os “erros” da República Velha e inaugurando o projeto político revolucionário das elites vitoriosas de outubro. No pós-30, geralmente um fato é tomado como novo ponto de referência: o golpe de 1937 que instaura o Estado Novo. Se o golpe, nesta leitura, também é colocado como outro reinício revolucionário, sua marca principal é a consecução necessária dos projetos de 30. O Estado Novo é visto como a conclusão lógica do movimento de 1930 e, neste sentido, os sete anos que o antecedem passam a ser a antecâmara de sua presença inevitável. O ano de 1937 é o coroamento, quase que previsto e desejado, dos projetos revolucionários das forças aliancistas de 1930. Daí porque o ciclo só se fecha verdadeiramente em 1945, quando outro ponto de cisão e de partida renovadora tem início.

Esta concepção, ao esquecer literalmente as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937, apaga da memória histórica parte do sentido e da significação de fatos cruciais como a Revolução Constitucionalista de 1932; a experiência da Constituinte de 1934; os movimentos políticos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), por exemplo. Dizemos parte da significação, porque tais acontecimentos não são apartados da vida política do país, mas incorporados segundo uma perspectiva que os recupera basicamente na qualidade de explicação e justificação *a posteriori* dos fatos que acabaram por acontecer. Assim, a guerra civil de 1932 é situada como uma revolta separatista, cujo único mérito teria sido o de acelerar o ritmo das iniciativas constitucionalistas que o próprio Governo Provisório vinha liderando desde 1930. Não se trata aqui de discutir o caráter reformador e/ou conservador desta luta conduzida pela oligarquia política e economicamente mais forte do país: a oligarquia do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático. Trata-se apenas de ressaltar que a existência

de um confronto radical como o de 1932 não pode ser reduzida a um mero reforço das intenções governamentais pela constitucionalização. Seria relegar a violência e o impacto político de um dos acontecimentos capitais que demarcaram os anos pós-30, e que consubstanciaram, apesar da derrota militar, a vitória da proposta constitucionalista e a necessidade da transformação do regime político instituído em outubro de 1930.

Dentro do mesmo espírito, retoma-se a experiência da organização constitucional de 1934. Curiosamente, para os vitoriosos de 37 aí estaria a principal razão da inevitabilidade do golpe de Estado. A Constituição elaborada por uma Assembléia vazada de liberalismo era uma nota destoante no tempo que se vivia e um obstáculo às intenções reformadoras e democráticas dos revolucionários de 1937. A Intentona Comunista de 1935, as reações do movimento operário ao projeto de sindicalização sob tutela do Estado, a própria ANL e posteriormente a AIB justificariam a necessidade do golpe. Realizado para conter extremismos de direita e de esquerda, mas também realizado contra o espírito liberal de nosso sistema político representativo, o golpe eliminava partidos, Câmaras e sindicatos autônomos de forma radical, transformando-se no herdeiro único e legítimo da Revolução de 1930.

Romper com esta abordagem dominante na análise da história política do país é sobretudo procurar reestudá-la, recuperando não só a presença das forças populares no curso dos acontecimentos, como inclusive a presença dos próprios conflitos no interior das elites. Cabe ao estudioso tanto um trabalho de reconstituição quanto de interpretação histórica, quer a nível das relações entre as classes dominantes e dominadas, quer a nível das relações entre facções políticas das elites dirigentes. Importa, por conseguinte, demonstrar as linhas de continuidade histórica existentes, *sem* perder a dimensão de violência presente não só nas relações de dominação, como também nas relações entre aqueles que disputam o poder.

O estudo do período que vai de 1930 a 1937 é rico em exemplos de continuidade e descontinuidade políticas. A marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional. Destaque especial deve ser dado ao vigor que a mobilização para a guerra de 1932 teve em São Paulo, assim como à forte resistência do sindicalismo livre durante o primeiro quinquênio dos anos 30. Estes fatos ilustram a efervescência que dominava amplos setores da sociedade civil e sua discordância face às linhas básicas do encaminhamento político do período.

Paralelamente, e redimensionando esta gama de acontecimentos políticos, assistimos à explicitação e agudização do confronto, a nível de elites, entre as duas principais forças que realizaram a Revolução de 1930: tenentes e oligarquias. A multiplicidade de episódios e de arenas em que

tal enfrentamento se realiza dá bem a medida e a tônica do que estamos procurando assinalar. De um lado, a riqueza de um momento caracterizado pelo surgimento de um verdadeiro leque de propostas políticas que toma conta do campo político e intelectual da época. Neste espectro de múltiplas faces podemos identificar questões e soluções que percorrem diferentes alternativas e modelos políticos, ilustrando as possibilidades e incertezas de um certo tempo histórico. De outro, a imprevisibilidade e a força que dominam o curso da luta política que se desencadeia no pós-30. Da guerra civil aos debates parlamentares, passando por conspirações militares e por eleições diretas, os anos pré-37 são muito mais do que o prenúncio do Estado Novo.

É em torno de uma vasta gama de propostas ideológicas e do vigor dos enfrentamentos políticos então vividos que se construíram, de fato, os rumos da história do país no pós-30.

## II

A Revolução de 1930, na verdade, veio colocar em destaque, definindo de forma mais clara e aguda, uma série de problemas que caracterizavam o impasse do sistema político da República Velha. Nas primeiras décadas deste século, alguns fatos políticos já demonstravam a existência de fortes críticas e pressões contrárias ao modelo político liberal de cidadania restrita então vigente, que consagrava a hegemonia de algumas oligarquias regionais mais poderosas, como a de São Paulo e Minas Gerais. As greves operárias de fins dos anos 10, as revoltas tenentistas dos anos 20, as numerosas cisões interoligárquicas e as crescentes demandas por um regime eleitoral que consagrasse o voto secreto e a moralização do processo de reconhecimento dos candidatos eleitos ilustram não só a existência de fortes oposições quanto a variedade de suas orientações e métodos políticos.

O movimento revolucionário de 1930 unira taticamente sob a bandeira da Aliança Liberal duas forças políticas distintas e que, inclusive, já haviam manifestado anteriormente seus descontentamentos: tenentes e oligarquias dissidentes. Porém, ultrapassada a fase da tomada do poder e instalado o Governo Provisório, esta composição começa a diluir-se em um processo cada vez mais nítido de disputa pela direção política do país, quer a nível federal, quer estadual. Este processo de luta está presente tanto no debate ideológico — e portanto no campo intelectual da época — quanto na esfera da prática política, ou seja, nas contínuas tentativas de arranjos e de conspirações que dominam o período. A conjuntura de crise do pós-30 acentua e clarifica uma situação de indeterminação política,

dinamizando a riqueza e complexidade dos debates e dos encaminhamentos que o processo político experimenta.

O período pós-revolucionário, assinalado pelo Governo Provisório (1930-1932), caracteriza-se por um tipo de enfrentamento entre tenentes e oligarquias que engloba desde simples disputas por cargos da administração civil e militar a nível nacional e regional, até um confronto aberto e radical que toma a forma da Revolução Constitucionalista de 1932. Nestes dois primeiros anos da década de 30 o tenentismo realiza uma verdadeira ofensiva política. Articulando-se em torno do Clube 3 de Outubro, procurando criar suas próprias bases organizacionais de mobilização social (referimo-nos às tentativas de organização das Legiões Revolucionárias) e definindo melhor seu programa político de ação, os tenentes realizam o esforço de conjugar a influência que então exerciam no aparelho de Estado com a constituição de um sólido e autônomo instrumento de representação política. Contam neste momento inicial com poderosos recursos políticos, consagrados pela legislação de exceção do pós-30; o estabelecimento das interventorias; o fechamento da Assembléia e das Câmaras estaduais e municipais; a dissolução dos partidos políticos; a censura à imprensa etc. Enfim, todo um elenco de condições redimensionava a presença e a atuação do tenentismo, golpeando fundamentalmente os mecanismos políticos do domínio oligárquico.

A reação e a rearticulação das oligarquias excluídas ou preteridas do poder (como é o caso do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Rio-Grandense, respectivamente) não se fazem esperar. O ano de 1931 já anunciava a gravidade da situação política em São Paulo, e o de 1932 assinala a eclosão do conflito. É dentro deste contexto político que se deve entender o debate em torno da constitucionalização do país, anunciado desde 1931 pela própria legislação do Governo Provisório<sup>2</sup> e alimentado pela ação de diversas facções das oligarquias regionais que procuravam mobilizar a opinião pública nacional pelo retorno do país à ordem legal. É ainda dentro do mesmo contexto que se pode avaliar a importância das tentativas de reorganização partidária e a variedade de programas políticos que emergem no momento imediatamente posterior ao encerramento da guerra civil, situando o fim do governo revolucionário de exceção.

A luta política e ideológica a favor ou contra a constitucionalização do país acaba por se transformar no cerne do confronto entre duas propostas políticas que se chocam desde o pós-30. A configuração deste enfrentamento no período que cobre os anos de 1933 e 1934, anos de transição para um estado de direito, assume contornos distintos dos encontrados no momento anterior, na medida que uma de suas arenas fundamentais é o próprio Parlamento da nação. É neste sentido que o debate então desencadeado surge como uma rica possibilidade de recuperação e retratação das principais questões políticas do período, quer porque a experiência

do passado é retomada e avaliada, quer porque são oferecidas fórmulas políticas concretas para a construção de um novo modelo de Estado.

A campanha pela constitucionalização ganha assim uma dimensão e um significado político e ideológico central para a década. Para certos setores oligárquicos, afastados do poder a nível estadual e nacional, ou frustrados na expectativa de participação política em âmbito federal, o retorno do país à ordem legal passa a significar a possibilidade de retomada das posições políticas a que julgavam ter direito. Desta forma, o objetivo mais imediato da constitucionalização era o desalojamento dos elementos tenentistas dos postos que então detinham, através de um movimento de contestação do regime de força vigente. O instrumental para tal ação seriam, sem dúvida, a reorganização e a reativação das máquinas político-partidárias oligárquicas, cujo poder essencial continuava residindo no controle exercido sobre o eleitorado rural. Permaneciam existindo os currais eleitorais da Primeira República, já que a revolução não conseguira atingir ainda o poder político dos chefes locais, fundado na grande propriedade da terra e nas condições semi-servis de trabalho no campo, que garantiam a submissão política deste vasto eleitorado.

Deste fato estavam perfeitamente cientes os setores “revolucionários” do Governo Provisório, e por esta razão, para o tenentismo, a questão se colocava de forma inversa. Tratava-se de manter as posições arduamente conquistadas às forças oligárquicas, sendo que a constitucionalização poderia colocar em risco todo este esforço, permitindo a rearticulação de elementos que estavam muito longe de ter as bases de seu poder afetadas. Evidentemente, este conflito não se esgotava numa simples luta do poder pelo poder. De uma forma muito esquemática, o que estava em jogo era toda uma diretriz de organização institucional do Estado do Brasil.

Os tenentes procuravam emprestar ao Estado uma orientação claramente *centralizadora*, de reforço dos poderes intervencionistas da União, inclusive na área econômica e social. A execução desta proposta deveria estar pautada em padrões técnicos de administração, sendo sua eficácia garantida por um regime político forte, isto é, pela permanência da ditadura como meio de sanear costumes e de redefinir os ideais da nação. Desta forma, os setores “revolucionários” do tenentismo, ao mesmo tempo que despolitizam o campo da política — transformando-a em atividade administrativa, particularmente nas esferas estaduais e municipais —, defendiam um modelo de Estado nitidamente antiliberal, na medida em que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo utópico e desvirtuador da República Velha. Os setores oligárquicos divergentes insistiam na manutenção das prerrogativas de autonomia estadual, na limitação dos poderes da União, enfim, na defesa do *federalismo* como ponto chave da organização política do país. Lutavam, por conseguinte, pela defen-

sa dos princípios políticos liberais que respaldaram e possibilitaram sua hegemonia ao tempo da Primeira República.

Para uns e para outros, o binômio centralização *versus* federalismo representava a pedra de toque em torno da qual todas as outras questões confluíam. Neste contexto, a proposta de constitucionalização assumia a dimensão do principal movimento capaz de alterar a situação então estruturada, colocando em debate público a divergência primordial. A campanha pela Constituinte acabaria por se transformar na ponta de lança de contestação ao regime, tendo o efeito de feri-lo e obrigá-lo a toda uma reestruturação.<sup>3</sup>

É preciso portanto destacar que o abalo sofrido pelo Governo Provisório tinha duplas raízes, originando-se tanto nas pressões oligárquicas pela constitucionalização quanto nas cisões internas que corroíam a força política do tenentismo. Se os diferentes interesses políticos das diversas facções regionais oligárquicas do país dificultavam e até mesmo impediam uma união mais sólida entre elas — o que permitia ao governo central utilizar seus recursos de poder para atrair novos aliados e isolar oposições —, o tenentismo enfrentava profundas divergências, fracionando-se diante do problema básico constituído pela necessidade de traçar a orientação política do movimento face às reações oligárquicas. Neste sentido, havia setores tenentistas que já aceitavam realizar um esforço de aproximação com os políticos oligárquicos, enquanto outros permaneciam rígidos em sua proposta de manutenção da ditadura e de exclusão do “profissionalismo político”. Da mesma forma, encontramos setores oligárquicos que aceitavam a constitucionalização sob a liderança de Vargas (como as forças políticas do Rio Grande do Sul ligadas ao interventor Flores da Cunha) e ainda outros que propõem a Constituinte com a deposição do chefe do governo (como é o caso dos paulistas).

Por tudo isto, a situação política do Governo Provisório torna-se extremamente delicada. Nestas múltiplas cisões podemos vislumbrar a tática e a força de Vargas — traduzidas na capacidade de explorar divergências enfraquecendo oposições —, mas também sua fraqueza, explicitada na dificuldade de encontrar uma sólida base de apoio político que lhe garantisse estabilidade e até legitimidade. O período da constitucionalização, inaugurado irremediavelmente a partir de fins de 1932, significava uma experiência política crucial para Vargas, para o tenentismo e para as forças oligárquicas. Nos dois últimos casos, tratava-se de desenvolver um esforço de mobilização e de organização capazes de garantir a vitória de uma certa orientação político-ideológica. Para o chefe do Governo Provisório, o sucesso seria traduzido principalmente pela continuidade no poder, o que lhe exigiria grande habilidade na condução dos rumos do processo de abertura política.

De início, cabe assinalar que os momentos de liberalização de regimes políticos fortes oferecem sempre a possibilidade de canalização dos confrontos para o terreno da legalidade, eliminando-se através de mecanismos institucionais as tendências mais radicais e capazes de comprometer a ordem vigente. Este fato torna-se ainda mais facilmente perceptível quando observamos que são justamente aqueles que estão no poder que controlam a capacidade de traçar os limites do espaço político a ser democratizado. Concretamente, tal recurso é traduzido na faculdade de elaborar a legislação eleitoral e partidária (Código Eleitoral; registro de partidos e organizações políticas), além da possibilidade de manusear todo um outro tipo de legislação sobre a produção e divulgação de informações.

No exemplo específico que estamos examinando, podemos verificar que uma série de limites e condições são de fato acionados pelo Governo Provisório. Assim, a abertura política dos anos 30 se faz após a exclusão, pelo exílio, de uma série de inimigos políticos da revolução (os constitucionalistas paulistas e mineiros de 1932), sob a vigência da lei de censura à imprensa<sup>4</sup> e com a negação do registro eleitoral ao Partido Comunista do Brasil.<sup>5</sup> Ao lado destes expedientes, vigorava a lei de sindicalização de 1931 que proibia a organização de sindicatos autônomos e seu envolvimento em assuntos políticos<sup>6</sup>, além de todo o instrumental repressivo do Estado.

Desta forma, o papel dos elementos que ocupam o Governo Provisório, e mais especificamente o papel de Vargas, é fundamental para a percepção da dinâmica do funcionamento da própria Assembléia, já que o controle do processo jurídico de formação deste novo poder — o poder constituinte — está em suas mãos. Aqueles que estão na chefia do governo é que estabelecem as “regras do jogo” político a ser desenvolvido.

No caso da Constituinte de 1934, as margens de interferência foram concretas e impressionantemente amplas e evidentes. Alguns exemplos ilustram significativamente tal fato. Assim, coube ao Governo Provisório o estabelecimento de uma Comissão Constitucional que deveria elaborar um Anteprojeto de Constituição a ser apresentado à Assembléia, quando da abertura de seus trabalhos.<sup>7</sup> Portanto, através do anteprojeto governamental, procurava-se estabelecer toda uma gama de propostas a serem debatidas pelos futuros parlamentares, que de antemão recebiam um texto completo de Constituição como orientação a suas reflexões políticas. Do mesmo modo, o Governo Provisório estabeleceu os casos de inelegibilidade<sup>8</sup> e significativamente elaborou o Regimento Interno da futura Constituinte.<sup>9</sup> Este, talvez, seja o ato que mais flagrantemente concretiza a presença do Governo Provisório na condução do processo de abertura política e dos próprios trabalhos constitucionais. A Assembléia, livremente eleita por sufrágio universal, direto e secreto, era negada a competência de estabelecer as normas de seu próprio funcionamento.



Entretanto, se a liberalização do regime permite a canalização e domesticação dos confrontos políticos — sobretudo quanto ao traçado das regras e dos limites do processo de abertura —, ela sempre oferece margens de risco, uma vez que é praticamente impossível abarcar todo o espaço político que então se abre para articulações e debates. A perda do controle deste processo é de fato uma ameaça real, já que é sempre provável que nem todas as correntes políticas sejam atraídas para o espaço permitido de alternativas políticas. A via conspiratória de ação, por exemplo, particularmente nos meios militares que têm amplos recursos para tanto, permanece como mecanismo viável a certos grupos descontentes com o curso da constitucionalização.

É este tipo de desafio que Vargas tem que enfrentar durante todo o período de campanha eleitoral e também durante os meses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, cuja função é elaborar uma nova Constituição, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente constitucional do país. A necessidade de intervir e participar intensamente do desenrolar destes acontecimentos era um fato inquestionável.

Uma das grandes questões a ser enfrentada tanto por Vargas quanto por tenentes e oligarquias era a da institucionalização de um novo sistema partidário, principal instrumento organizacional para a participação política em momentos de liberalização do regime. Em relação a este problema, duas tendências fundamentais poderiam ser assinaladas, correspondendo esquematicamente às alternativas políticas dos tenentes e das oligarquias.

Basicamente, o tenentismo procurava responder aos avanços políticos oligárquicos com a proposta de formação de um partido nacional. Outras tentativas haviam sido feitas neste sentido mesmo antes que a convocação da Constituinte recolocasse este objetivo em outros termos, digamos, mais práticos e urgentes. A união das correntes "revolucionárias", sobrepondo-se a suas divergências internas, é colocada neste momento como objetivo primordial para deter o perigo do retorno ao passado. O instrumento partidário dos tenentes deveria ter em sua forma e ideologia elementos renovadores que rompessem com a tradição regionalista, bacharelesca e personalista das organizações políticas da República Velha.

A proposta de criação de um partido nacional possuía, inegavelmente, um forte acento de rejeição à "política" e aos "políticos", entendidos e retratados como oligarcas decaídos e profissionais da burla, que dominaram a Primeira República. O novo partido propunha uma forma técnica, apolítica, de governar, e sua dimensão nacional traduzia muito mais o interesse geral da nação, compreendido e operado pelas elites "revolucionárias" esclarecidas, do que uma função de representação de interesses de diversas forças sociais e regionais do país. A eficácia deste partido no desempenho de suas funções representativas e governamentais estaria jus-

tamente em seu afastamento da arena dos interesses privados de classe e dos interesses particularistas dos estados da federação.

O tenentismo procurava construir um instrumento político que ideologicamente rejeitasse a mecânica do sistema representativo liberal-democrático. Sua concepção de “interesse geral da Nação” é bem característica deste fato, uma vez que deveria caber às elites políticas “realmente revolucionárias” a determinação das linhas e do sentido do futuro desenvolvimento do país. A nação é pensada como uma coletividade cujo progresso político e econômico não se vincula à determinação e à participação do corpo de cidadãos. Estes, na verdade, não seriam capazes de detectar seus próprios interesses, sendo continuamente ludibriados pelos profissionais da política liberal. O “interesse geral” é, portanto, algo divisado pelos que governam, não sendo fruto da conjunção de interesses individuais livres e participantes dos governados.

Os interventores federais seriam elementos fundamentais à constituição deste partido, uma vez que a eles era atribuída a tarefa de arregimentação das forças políticas estaduais, bem como sua integração a nível nacional. Entretanto, tal iniciativa só obterá apoio efetivo dos interventores do Bloco do Norte, que conseguem atrair as bases políticas da região, cansadas da situação de subordinação política e econômica às oligarquias do Centro-Sul. No Norte-Nordeste, o tenentismo oferece a esperança de alterar este posicionamento, na medida que combate a hegemonia dos interesses do “Sul” e propõe o reforçamento do governo federal. Este é o terreno em que se forma e desenvolve a União Cívica Nacional (UCN).<sup>10</sup>

Deste modo, a tal modelo de partido correspondia igualmente um modelo de Estado muito mais intervencionista e burocratizado no que se refere à criação de novos órgãos técnicos de consultoria e de implementação de decisões. A articulação entre a proposta partidária e a forma do Estado é nítida, revelando as linhas mestras da alternativa política centralizadora e elitista que era oferecida.

Apenas com o exemplo da UCN, podemos vislumbrar a complexidade da divisão e das alianças políticas do período, que de modo algum opõem de forma simples e coesa tenentismo e forças oligárquicas. Estes dois pólos conflituais cindem-se e interpenetram-se em contínuos rearranjos que dão bem a tônica da instabilidade política vigente.

Esta situação, entretanto, não nos impede de caracterizar as iniciativas de organização político-partidária da maior parte das oligarquias do país como nitidamente estaduais, em oposição à orientação geral francamente nacional das forças políticas tenentistas. As principais oligarquias regionais do Centro-Sul recusam as diretrizes políticas nitidamente centralizadoras do partido nacional, fixando seus esforços na reativação de alguns dos mais tradicionais partidos da República Velha (o PRD, o PD

e o PRM, por exemplo) ou na organização de novos partidos estaduais (como é o caso do Partido Progressista mineiro e do Partido Republicano Liberal gaúcho). Estes eram igualmente capitaneados pelos interventores federais, gozando inclusive do apoio e estímulo de Vargas. Entretanto, de uma forma geral, não aceitaram a composição política e programática mais geral representada pela participação na UCN. Portanto, embora estes novos PRs traduzissem o esgotamento e a crítica às antigas organizações partidárias republicanas, sua base essencial de mobilização política era a defesa de níveis substantivos de autonomia estadual.

Neste sentido, os partidos regionais organizavam-se segundo uma outra alternativa de modelo de Estado, desta feita nitidamente federalista, apesar de já comportar amplas margens de intervencionismo governamental. A representação de interesses e o exercício da política — e não uma postura técnico-administrativa — deveriam demarcar a esfera de atividades destes partidos políticos.

O estudo do sistema partidário que se monta neste curto período de experiência legislativa demonstra com muita clareza a complexidade e a variedade dos ensaios que então se realizaram, ilustrando bem os pontos de contato e de influência entre a natureza da atividade partidária e a forma de Estado proposta para o país.<sup>11</sup>

### III

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte a 15 de novembro de 1933 representava a tentativa de construção legal de um novo pacto político que harmonizasse as principais tendências em luta no país e traduzisse esta possibilidade de acordo em um compromisso jurídico capaz de viabilizar um novo modelo de Estado.

É fora de dúvida que o confronto marcante a que se vai assistir na Constituinte se dá entre regionalismo e centralização política. Importa contudo qualificar que estas duas propostas políticas não se chocam de forma maniqueísta. Assim, muitos dos defensores da federação reconhecem a necessidade do intervencionismo do Estado moderno, enquanto diversos advogados da centralização curvam-se ante as diversidades regionais que impõem níveis de autonomia estadual.

Além disso, é preciso destacar a especificidade do campo político em que se realiza tal debate. Trata-se de uma Assembléia cujo principal objetivo é a construção da Carta Magna do país. Neste *locus* de poder é necessário traduzir orientações ideológicas em mecanismos políticos, em emendas que consagram procedimentos operacionais. Desta forma, as

grandes questões políticas do período são como que decompostas em múltiplas facetas, surgindo sob um sem-número de discussões e de propostas concretas. Exemplificando o que queremos ressaltar quanto a este aspecto, diríamos, por exemplo, que questões de competência tributária, poderes de nomeação de magistrados, amplitude do exercício do sufrágio universal direto e secreto, tudo isto ilumina e esconde um mesmo tipo de problema e impasse político. Neste momento, importa-nos apenas destacar as grandes linhas do enfrentamento a que nos vimos referindo, já que nos demais capítulos as questões específicas que ele envolve serão acompanhadas com mais vagar.

Sem dúvida, os debates travados na Constituinte têm como ponto principal de partida e como núcleo fundamental de análise a experiência política da Primeira República, e fundamentalmente uma crítica ao modelo constitucional de 1891. Portanto, era o modelo político de Estado orientado pelo liberalismo que estava em questão, cabendo aos parlamentares situar seus problemas e propor novas alternativas políticas. De resto, a “crise” vivida pelo liberalismo no Brasil tinha como moldura o próprio curso da situação internacional, que tanto política como economicamente revia e colocava em pauta os postulados liberais. A necessidade de intervenção do Estado em assuntos de política econômica e social era uma constante tanto em países como os Estados Unidos — que viviam a experiência do New Deal sob a égide da democracia liberal —, como em países que ofereciam ao mundo o ensaio de um novo tipo de regime político, como é o caso da Itália e da Alemanha.

Visto sob este ângulo, poderíamos colocar que os parlamentares de 1934 enfrentavam uma grave questão de seu tempo histórico, mas que também lidavam com um problema político muito mais antigo. Enfrentavam o dilema de construir um sistema político que discutia fundamentalmente duas ordens de postulados: os referentes à necessidade de um maior nivelamento entre as classes existentes na sociedade, de forma a corrigir os excessos de pobreza e incultura das massas, e os que diziam respeito à questão da importância e/ou viabilidade da participação política destas massas.

Neste sentido, de uma forma geral, todos concordavam que o Estado liberal, sancionando a igualdade jurídica dos indivíduos, acabara por aprofundar as desigualdades econômicas e sociais, fortalecendo os mais fortes em detrimento dos mais fracos. Portanto, a questão formal da liberdade e igualdade políticas, bem como o problema da promoção do desenvolvimento com uma melhor distribuição de benefícios, delimitavam o campo em que se fariam as discussões parlamentares.

Muito esquematicamente e tendo como objetivo situar e orientar a percepção da dinâmica de um debate tão amplo como o da Constituinte, procuraremos situar duas propostas que combinavam distintamente res-

postas a esse tipo de impasse. Podemos igualmente, num sentido bem geral e ultrapassando aqui as divergências e especificidades existentes no interior de cada uma delas, identificar a primeira com as forças políticas do tenentismo, aliadas às oligarquias estaduais oposicionistas; e a segunda, com as forças políticas das oligarquias situacionistas do país, particularmente as do Centro-Sul.

As últimas, partindo da crítica à Constituição de 1891 e da avaliação dos governos republicanos — especialmente do mecanismo da “política dos governadores” —, defendiam a validade desta experiência, procurando, no fundamental, conservar a *democracia liberal*, reformando-a. As principais causas dos problemas brasileiros estavam na deformação da democracia liberal, traduzida pela hipertrofia do Poder Executivo e pela conseqüente sujeição do sistema representativo. Tal desvio agravava as desigualdades regionais e as demandas sociais das populações urbanas, já que não havia canais legítimos de expressão política que lutassem pela resolução de tais questões.

Desta forma, os pressupostos deste modelo de democracia liberal incorporam a promoção da participação política da população através do exercício do voto universal, direto e secreto. Este seria atribuído a partidos políticos que reuniriam candidatos representativos dos desejos de seu eleitorado. O corpo político da Nação é assim o responsável pelo sistema político, e sua participação efetiva é a forma necessária para o aprimoramento de suas qualidades cívicas. Caberia às elites dirigentes traduzir em políticas públicas o somatório/síntese da vontade geral expressa pelo voto. Caberia, portanto, também a esta elite a promoção do desenvolvimento econômico do país, o que efetivamente incorporava uma ampliação das funções intervencionistas do Estado. O Brasil, atrasado economicamente e pobre de capitais, precisava de uma política econômica que fizesse primeiro crescer o bolo da riqueza nacional, para em seguida dividi-lo, minimizando desigualdades sociais que, com o tempo e as oportunidades que a Nação oferecia, poderiam inclusive tender ao desaparecimento.<sup>12</sup>

Já o bloco da “oposição parlamentar” que articulava algumas “pequenas bancadas” (como as do Norte/Nordeste) possuía orientação ideológica claramente traçada por alguns dos mais importantes elementos tenentistas e realizava uma análise muito mais radical, que acabava por ultrapassar e condenar o liberalismo “utópico” e “estrangeiro” à realidade nacional.<sup>13</sup> Esta proposta poderia ser então caracterizada justamente pelo abandono dos pressupostos da sociedade liberal dominada pelo formalismo jurídico e pela competição desenfreada do mercado. A democracia só poderia ser conseguida fora do liberalismo e das ficções políticas por ele apreçadas. O cidadão liberal — homem cívico livre e consciente politicamente — só existia nos sonhos interesseiros dos políticos profissionais.

Na realidade, o homem brasileiro era um indivíduo pobre e inculto, massacrado pela dependência pessoal, base dos mecanismos da “política-gem” que vigoravam no Brasil.

Dentro deste tipo de concepção eram inúteis as reformas políticas que procuravam moralizar o voto e o sistema representativo, bem como conter os excessos desenfreados da exploração do mercado liberal e da manipulação dos interesses privados pelos partidos. Era a própria natureza do sistema político liberal que estava falida, e a proposta central de recuperação passava pela defesa de uma *democracia social*. Dessa maneira, era preciso primeiro promover o desenvolvimento econômico do país, assegurando às massas populares programas que lhes garantissem maiores benefícios sociais, isto é, que elevassem seu padrão de vida material e espiritual, através de iniciativas no terreno da legislação social e da educação, por exemplo. Só um povo organizado e de posse de seus direitos sociais teria condições de participar politicamente de forma consciente.

A democracia, por conseguinte, era o meio de promover o desenvolvimento humano, mas este caminho não incluía a participação política popular. Assim, a proposta que defendia amplas reformas econômicas e sociais para as massas excluía a participação política das mesmas, adiando-a para um momento futuro indeterminado. Os elementos que deveriam fazer o sistema político do país funcionar eram suas elites intelectualmente mais esclarecidas, capazes tanto de detectar e promover o interesse nacional (não-regional; não-partidário; não-personalista) quanto de conduzir a educação cívica das massas.<sup>14</sup>

Neste último aspecto, ainda gostaríamos de ressaltar uma certa questão. Sem dúvida, é evidente a postura elitista destes críticos autoritários da República Velha, e explícita sua proposta desmobilizante no que se refere à implementação de instrumentos políticos liberais. No entanto, é preciso observar que paralelamente à negação da validade do exercício do voto, da formação de partidos e de um Parlamento “político”, encontramos a proposição da montagem de um outro esquema de organização política da população. Este modelo estaria fundamentalmente baseado nos sindicatos profissionais, legalmente definidos e reconhecidos pelo Estado, que seriam os principais instrumentos de socialização e educação políticas do povo/trabalhador. A exclusão da cidadania política se fazia justamente pela ênfase nos direitos sociais de cidadania, ou seja, era preciso desmobilizar partidos e sindicatos livres e mobilizar a população em outro conjunto orgânico — hierarquizado e centralizado — fundado nos sindicatos tutelados pelo Estado, isto é, pelas elites esclarecidas.<sup>15</sup>

Fecha-se então o círculo que tem no projeto de sindicalização um ponto nodal, pois eram os sindicatos os instrumentos necessários à promoção da solidariedade econômico-corporativa dos trabalhadores, con-

duzindo-os à consciência cívica capaz de lhes proporcionar o estatuto de cidadania política. Não é acidental a importância política do debate sobre o estabelecimento da representação de classes na Constituinte de 1934; sobre os planos de sindicalização (sindicato autônomo/tutelado; plural/único; sindicalização obrigatória etc.) então apresentados, bem como sobre a constituição de órgãos técnicos orientados pelo critério de formação profissional.

#### IV

O governo constitucional sancionado pela promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934 tem curta duração, caindo em novembro de 1937 com o golpe do Estado Novo. Entretanto, mais curta ainda fora a vigência da própria Constituição, que praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional. Na verdade, durante os anos de 1935 e 1936, o governo é exercido pelo chefe do Executivo, que consegue a aprovação de uma legislação excepcional que lhe permite fechar organizações políticas e até mesmo deter parlamentares opositores.

Efetivamente, a partir do segundo semestre de 1934 os confrontos políticos entraram em franco processo de radicalização e popularização, alimentado pelas eleições de outubro de 1934, pela formação da Aliança Nacional Libertadora e pelo enorme crescimento da Ação Integralista Brasileira. A resistência ao enquadramento sindical permanecia forte em estados como São Paulo; realizavam-se tentativas de formação de uma frente única antifascista; a repressão policial dirigida especialmente aos sindicatos livres aumentava, demonstrando a efervescência do clima político da época.<sup>18</sup> A violência dos enfrentamentos políticos não diminuiu durante o governo constitucional; muito ao contrário, ampliou-se e aprofundou-se ainda mais envolvendo chefes militares, interventores federais, parlamentares, ministros e militantes políticos de direita e de esquerda.

No curso destas tensões reforçaram-se os mecanismos autoritários que consagraram o Estado Novo, ou seja, foi ao longo da experiência histórica destes sete anos que se construiu uma fórmula política fruto de concepções e enfrentamentos diversos.

#### NOTAS

- 1 Francisco Weffort, "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964", in *Revista de Cultura Contemporânea*, n.º 1, julho de 1978, pp. 7-9.

- 2 Referimo-nos ao decreto de 10 de fevereiro de 1931 que instituiu uma comissão para o estudo e revisão de toda a legislação eleitoral do país. Os trabalhos desta comissão desembocam no Decreto n.º 20.076 de 24 de fevereiro de 1932 que sancionou o novo Código Eleitoral. Poucos meses depois, em 14 de maio de 1932, o Governo Provisório pelo Decreto n.º 21.402 fixava a data de 3 de maio de 1933 para a realização de eleições à Assembléia Constituinte e criava uma comissão para elaborar um anteprojeto de Constituição Federal. João C. da Rocha Cabral, *Código eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil* (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934), e José Afonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição nacional* (Belo Horizonte: s. ed., 1933).
- 3 Estas idéias encontram-se mais desenvolvidas em Angela Maria de Castro Gomes, *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização*, outro trabalho que integrou o projeto desta pesquisa, mas que será publicado separadamente.
- 4 A nova lei de imprensa, que acabava com a prática da censura, só é sancionada pelo Decreto n.º 24.776 de 14 de julho de 1934, portanto dois dias antes da promulgação da Constituição.
- 5 Afonso Arinos de Melo Franco, *História e teoria dos partidos políticos no Brasil* (São Paulo: Alfa-Omega, 1974), p. 100.
- 6 Evaristo de Moraes Filho, *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos* (São Paulo: Alfa-Omega, 1978), p. 216 e seg.
- 7 Em 1.º de novembro de 1932 é assinado o Decreto n.º 22.040 que procura regular e acelerar os trabalhos da Comissão Constitucional que só então desenvolve suas atividades. Ver nota 2.
- 8 Referimo-nos ao Decreto n.º 22.364 de 27 de janeiro de 1933 que tornou inegligíveis para a Assembléia o chefe do Governo Provisório, os interventores federais, os ministros de Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar, do Supremo Tribunal de Contas e do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, além dos chefes e subchefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada.
- 9 O Regimento Interno da Assembléia é sancionado pelo Decreto n.º 22.621 de 10 de maio de 1933. Cf. Brasil, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934, I* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934).
- 10 Quanto a exemplos concretos do que vimos assinalando em relação à concepção de partido nacional do tenentismo, ver capítulos III e IV deste livro, onde se discutem alguns projetos ideológicos específicos e a experiência de constituição da União Cívica Nacional.
- 11 Sobre a relação entre sistema partidário e Estado, bem como sobre questões relativas a partidos políticos no Brasil, ver Maria do Carmo Campelo de Sousa, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976), capítulo I.
- 12 A participação da bancada mineira do PP, da bancada paulista da Chapa Única e dos representantes classistas ilustram, com numerosos exemplos concretos, a linha básica da proposta que procuramos caracterizar. Ver capítulos II, III e V deste trabalho.
- 13 Quanto à questão da formação da maioria parlamentar, identificada com as grandes bancadas, e da minoria, identificada com as pequenas bancadas, bem como suas cisões internas e mecânica de atuação, ver Angela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, itens 4 e 6.
- 14 A participação da bancada pernambucana do PSD e especificamente a atuação de Agamenon Magalhães; a presença das propostas do ministro Juarez Távora, bem como a colaboração do deputado classista dos profissionais liberais Abelardo Marinho, podem esclarecer e aprofundar estas colocações. Ver capítulos IV e V deste trabalho.
- 15 Bolívar Lamounier, "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação", in Bóris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. 3, vol. 2 (*História Geral da Civilização Brasileira*, 9) (São Paulo: Difel, 1977), caracteriza o caráter desmobilizante da "ideologia de Estado" produzida pelos



ideólogos autoritários do Estado Novo. Luís Werneck Viana, *Liberalismo e sindicalismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), chama atenção para o binômio desmobilização/mobilização que dominou a política social da década de 30.

- 16 Ver os interessantes depoimentos de militantes paulistas de esquerda em 1935, publicados pela revista *Isis E*, n.º 146, de 10 de outubro de 1979.

## **Capítulo I**

### **O RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-30: DE PROTAGONISTA A COADJUVANTE**

**MARIA HELENA DE MAGALHÃES CASTRO**

O Rio Grande do Sul, por força de seu envolvimento no processo revolucionário de 1930, constituiu um caso à parte nas situações regionais do pós-30. A especificidade desse envolvimento decorreu de sua condição de principal base política tanto da Aliança Liberal quanto do movimento armado que tomou o poder. Na campanha sucessória de 1929, o Rio Grande foi o único estado politicamente unificado e, portanto, capaz de garantir todo o seu eleitorado para a candidatura liberal. Além disso, tinha como candidato seu próprio presidente de estado, Getúlio Vargas, fato que acentuava ainda mais sua importância na Aliança e sua projeção na política nacional. Com relação à articulação revolucionária, o Rio Grande não só serviu de base territorial para a conspiração, como lhe forneceu os recursos políticos, financeiros e militares que viabilizaram a revolução e garantiram boa parte de seu sucesso.

Essa participação decisiva na gênese do movimento revolucionário conferiu-lhe uma condição particularíssima na nova ordem. Mais do que qualquer outro estado — inclusive mais do que Minas, onde o presidente de estado foi mantido —, o Rio Grande conservou seus partidos em plena atividade e sob as mesmas lideranças no período das interventorias estaduais. Outra peculiaridade significativa foi a força dessa atuação partidária em resistir às tentativas de penetração do tenentismo na política estadual e o propósito de os partidos assumirem as grandes questões da direção política do país, intervindo decididamente, por exemplo, nos rumos da constitucionalização. A preservação e vitalidade desses partidos, assim como as metas e o peso político de suas atitudes são indicadores convincentes de que o Rio Grande ocupava um lugar especial no conjunto das novas forças dirigentes. Era, sem dúvida, um de seus componentes mais expressivos, a ponto de toda mobilização política do estado estar referida à direção revolucionária, não podendo ser compreendida fora do contexto nacional. Na verdade, esta condição de elemento constitutivo da nova ordem, reforçada pela conservação de sua estrutura partidária, fez do

Rio Grande um aliado imprescindível para o Governo Provisório, donde a dimensão nacional de sua atuação política.

Em vista disto, procederemos de modo a captar o peso político do Rio Grande na nova correlação de forças nacionais, que nos parece constituir a chave da questão partidária e da dinâmica política do Rio Grande do Sul no pós-30. Remontaremos às articulações pré-revolucionárias para avaliarmos o papel que as lideranças rio-grandenses nelas desempenharam e, a partir da tomada do poder, fixaremos nossa atenção no jogo de interesses que se desenrola entre essas lideranças e o Governo Provisório. Dentro dessa perspectiva, reuniremos elementos para conhecer as expectativas e o encaminhamento das reivindicações do Rio Grande para com o poder revolucionário e, por outro lado, para perceber os interesses e/ou necessidades da ditadura de Vargas em sustentar uma composição política com os porta-vozes daquele estado. Tais considerações nos permitirão pensar o lugar que o Rio Grande ocupou no equilíbrio das forças revolucionárias.

Vale adiantar que essa condição de elemento essencial à nova ordem não fez da política rio-grandense um mero reflexo ou ponto de apoio do Governo Provisório. Ao contrário, tal condição facultou ao estado um poder de pressão calcado em suas próprias forças, do qual tirou proveito para intervir nas diretrizes governamentais. Em oposição a estas diretrizes, parte das lideranças gaúchas chegou, inclusive, a empunhar armas, em julho de 1932, juntamente com São Paulo. A guerra civil e a convocação da Constituinte, tornada inadiável, incidem na trajetória do Rio Grande como um marco de descontinuidade. Significaram a completa ruptura das lideranças partidárias gaúchas com o governo de Vargas e com a interventoria estadual, que não aderiu ao movimento paulista e apresentou-se como uma nova alternativa de participação política no plano nacional. Ao contrário da Frente Única, formada pelos dois partidos regionais, a perspectiva que o interventor Flores da Cunha oferecia não era o confronto, mas o compromisso com Getúlio Vargas e o reingresso do estado no Governo Provisório.

A Frente Única Gaúcha (FUG) foi derrotada, seus líderes foram exilados e redefiniram-se, de uma só vez, o situacionismo gaúcho e o posicionamento político do Rio Grande em face do poder central. A nova conjuntura marcou o retorno deste estado ao Ministério da Justiça, cujo papel era o de conduzir a constitucionalização, sob a égide do continuísmo de Vargas. No plano regional, a FUG, desmantelada, cedeu lugar ao interventor, que se consolida como a nova liderança política do estado, através da fundação do Partido Republicano Liberal.

Esse segundo momento inaugura-se com a pacificação da Revolução Constitucionalista e constitui o objeto específico de nossa pesquisa. Portanto, as considerações que faremos sobre o papel do Rio Grande na

gênese da Revolução de 30 e no encaminhamento da guerra civil de 1932 não têm outro objetivo que o de fornecer elementos ao leitor para compreender certas determinações fundamentais do desempenho do Rio Grande na conjuntura da constitucionalização.

## 1. A CONQUISTA DO PODER

### 1.1. *Revolução como alternativa*

O sucesso da Revolução de 30 baseou-se em dois trabalhos políticos diversos. Em primeiro lugar, na intensa campanha que mobilizou a opinião pública de todo o país em torno da plataforma da Aliança Liberal e da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Essa tarefa crucial foi levada a cabo pelas lideranças partidárias unidas na frente oposicionista,<sup>1</sup> dentre as quais se destacaram os tribunos da Frente Única Gaúcha (FUG). A segunda etapa — da articulação revolucionária propriamente dita — correspondeu a uma crise da Frente Única rio-grandense e fugiu ao controle de seus chefes políticos, que vacilaram diante da derrota eleitoral e, só tardiamente, ingressaram no movimento que tomou o poder.

O semestre que se seguiu à oficialização dos resultados eleitorais foi um período decisivo. Nesses meses, que vão de abril a outubro de 1930, foi assumida e concretizada a alternativa de reação armada. O Rio Grande foi o palco central das articulações clandestinas. Nesse estado, constituiu-se uma nova liderança, congregando elementos oriundos de ambos os partidos integrantes da FUG e incorporando outros até então excluídos do comando da Aliança Liberal e alheios às orientações partidárias. Os últimos compunham um grupo de jovens oficiais do Exército, alguns na ativa e os demais no exílio, por terem participado do movimento tenentista na década de 20. Essa nova liderança desenvolveu uma frente de ação radical e acabou por superar e absorver a própria direção partidária. Entretanto, a consecução dos planos revolucionários não poderia prescindir do apoio dos partidos e do governo do estado, devido aos recursos materiais e militares de que dispunham e, principalmente, à sua força mobilizadora e ao seu poder de legitimação do movimento armado. Configurou-se, assim, uma situação em que a vanguarda revolucionária rompia e esvaziava a direção partidária, embora dela dependesse visceralmente. Na verdade, essa situação interessava aos partidos que, sem assumir um compromisso ostensivo, viabilizavam uma alternativa política à sua derrota nas urnas.

O Partido Republicano era essencial ao futuro do movimento pelo controle que detinha do aparelho político-administrativo do estado. Ainda sob a orientação conservadora de Borges de Medeiros,<sup>2</sup> viu-se num impasse: ou arriscava suas tradicionais posições de mando, subvertendo as regras do jogo liberal-oligárquico ao reagir em armas, ou preservava-se, pagando o preço de respeitar aquela ordem, admitindo que o resultado eleitoral devia prevalecer. Inevitável foi, portanto, a crise que se abateu no interior do PRR, acentuando as divergências internas e provocando certa dispersão em suas lideranças. Diante da derrota eleitoral, Borges de Medeiros, na chefia política, e Getúlio Vargas, no comando executivo, não tiveram uma atitude pronta e capaz de manter coesa a cúpula partidária. Além de não se pronunciarem prontamente, os dois chefes republicanos assumiram posições reticentes e conciliadoras, que só mediante o avanço promissor da conspiração passaram a admitir o levante armado, desde que Minas nele ingressasse.

Nas marchas e contramarchas da orientação republicana percebe-se, inclusive, que entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas acentuava-se certa margem de autonomia nas decisões e atitudes.<sup>3</sup> Tais defasagens justificavam-se pela diferença entre a condução exclusivamente partidária e a administração do governo estadual, em um momento de articulações políticas e militares semiclandestinas. A indefinição dos partidos não impedia a atividade conspiratória, ao passo que o governo estadual tinha poderes para concretizar planos ou para desarticulá-los completamente. Getúlio Vargas, além de ocupar essa posição-chave, possuía outro trunfo: o de contar com toda uma campanha nacional de candidatura à presidência da República. Definitivamente, ele era uma peça fundamental para o futuro do movimento revolucionário, tanto para viabilizá-lo, dando-lhe o apoio de seu governo, quanto para legitimá-lo, dando-lhe o prestígio de seu nome. Desenvolveu-se, assim, um processo de diferenciação nos padrões partidários de conduta política. Vargas, e não Borges de Medeiros, era informado e consultado a cada passo das articulações. Sua posição de chefe de estado, diferentemente da assumida pelo chefe do PRR, ganhava crescente correspondência com a dinâmica revolucionária. Vargas agia, portanto, com autonomia em face da orientação de Borges de Medeiros.

Além de Getúlio Vargas, outros elementos da cúpula do PRR desviaram-se da orientação partidária por se identificarem com a meta revolucionária ou, simplesmente, por não se conformarem com as vacilações dos líderes republicanos. Para citar alguns exemplos, lembramos que Osvaldo Aranha, ainda no exercício da Secretaria do Interior do estado, assumiu o comando das articulações conspiratórias. Também o vice-presidente do estado e líder da bancada republicana na Câmara dos Deputados, João Neves da Fontoura, passou a desenvolver abertamente uma radical

oposição ao regime vigente. Para ilustrar um caso inverso, citamos o senador Firmino Paim Filho, que atuou como elemento de ligação entre Washington Luís e Getúlio Vargas, garantindo ao primeiro que o governo do Rio Grande reconheceria os resultados eleitorais e reprimiria os inconformados.<sup>4</sup> Se estes quatro exemplos evidenciavam uma crise de orientação, de disciplina e de coesão na cúpula do Partido Republicano, revelavam também a capacidade que esse partido demonstrou ao enfrentar a indefinição do horizonte político nacional.

O Partido Libertador, enquanto corrente minoritária e de oposição, não titubeou em declarar-se favorável à reação armada, embora adiantasse que só a assumiria com a adesão dos republicanos. Já em abril de 1930, o presidente do PL, Assis Brasil, esclareceu em um *memorandum*: "(...) o Partido Libertador não dispõe de força organizadora, nem dos recursos de dinheiro que uma guerra exige (...) Se os que dispõem de força e de meios fraquearem e se renderem, só nos restará lamentar".<sup>5</sup>

Efetivamente, o PL, além de constituir uma força secundária no estado, nem mesmo pôde contar com o reforço da Frente Única, tornada inoperante pela indefinição prolongada dos republicanos. Foi marginalizado dos processos decisórios da conspiração, embora alguns de seus correligionários tivessem se engajado pessoalmente nas articulações, como foi o caso de Antunes Maciel Jr. e o de Batista Luzardo, entre outros.

Não obstante, o Partido Libertador reclamou uma participação mais efetiva, como evidencia a carta que Raul Pila, autoridade máxima do diretório central em Porto Alegre, enviou a Osvaldo Aranha, em fins de agosto de 1930:

"Estamos há dois ou três dias da Revolução. Entretanto, (...) nada sei a respeito dela (...). Não posso deixar de ver em tudo isto senão o desígnio de arredar o PL de qualquer influência, de transformá-lo num simples caudatário da Revolução e, quiçá, de levá-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos (...), utilizando sempre diretamente, por ação pessoal sua, por uma obra de verdadeiro aliciamento (...)"

Em sua resposta, Osvaldo Aranha, enquanto chefe civil das articulações, deu o seu conceito da revolução, ilustrando o que viemos propondo:

"Sou apenas o centralizador do movimento na sua ação prática, sem outra finalidade (...) que a de organizar a vitória. No desempenho dessa função (...) nem tenho partido, nem preferências. Seria indigno da confiança de todos, incluída a tua, se estivesse

fazendo obra pessoal. Não há mesmo lugar para isso (...). Parte na luta não sei se o serei na vitória. Se o for, podes crer que me baterei pela consecução dos ideais liberais (...). Acho que a colaboração dos partidos deve ser efetiva nessa hora. Então, sim, os chefes tomam as rédeas de nossas mãos (...)"<sup>6</sup>

Sem entrarmos no mérito das considerações feitas por ambos os chefes políticos, podemos afirmar que a perspectiva de Osvaldo Aranha tinha objetividade no que diz respeito ao caráter suprapartidário do movimento. Embora os partidos tivessem aderido à luta, fornecendo homens e recursos, o respaldo material do movimento foi concedido pelo governo do estado, e a participação dos partidos foi sempre conduzida pelas lideranças revolucionárias. Estas tinham como orientação explícita a utilização de todos os contingentes militares das guarnições federais e da brigada estadual, antes de lançar mão de civis através dos partidos.<sup>7</sup> Com isso, o grupo que tomou o poder central descolara-se muito do situacionismo estadual: nem eram os mesmos homens, nem as mesmas idéias, como veremos a seguir.

## 1.2. *A luta pela hegemonia*

Se os componentes da Aliança Liberal e as forças político-partidárias gaúchas, em particular, eram elementos fundamentais para a composição do novo governo, disso não resultou uma influência efetiva desses setores na condução política do país. A situação do Rio Grande era, certamente, a mais paradoxal, pois tinha seu ex-presidente de estado na chefia política da nação, seu ex-secretário do Interior no Ministério da Justiça, e inúmeros elementos de sua elite política ocupando cargos federais, que incluíam as pastas da Agricultura e do Trabalho, três interventorias estaduais, a chefia de polícia do Distrito Federal, a presidência da Imprensa Nacional, além de muitos outros cargos, que o tornaram o estado mais bem posicionado no Governo Provisório. Entretanto, suas expectativas desde logo se frustraram com a orientação centralizadora assumida pelo chefe do governo. Tal orientação fugia tanto às práticas políticas tradicionais — pelas quais a oligarquia gaúcha seria o grupo favorito na concessão de privilégios e favores governamentais — quanto à plataforma da Aliança Liberal, em nome da qual se fez a revolução. Embora, antes da tomada do poder, estivesse consubstanciada uma separação entre a vanguarda revolucionária e a liderança política do Rio Grande, este fato, por si só, não poderia explicar a nova situação, não obstante



guardasse relações com ela.<sup>8</sup> No entanto, parece-nos inevitável apreendê-la na forma que assumiu nos primeiros anos da ditadura, sob pena de perdemos de vista o móvel central da atuação política do Rio Grande.

### *Ação: tenentes; Reação: oligarquias*

As contingências nas quais se constituiu o Governo Provisório favoreceram o crescimento político do tenentismo no interior do próprio aparelho estatal. A progressiva influência dessa corrente na formulação e implementação de diretrizes governamentais centralizadoras provocou a recusa da oligarquia gaúcha em participar como sócia menor do novo arranjo político. Diante de sua evidente marginalização dos processos decisórios, ela se lança, juntamente com outras frações oligárquicas, a um esforço de reconquista de hegemonia, reaglutinando-se em frentes únicas.<sup>9</sup> Processa-se, desta forma, uma clivagem nas bases de sustentação de Vargas: o tenentismo e o segmento das oligarquias do Norte-Nordeste se unem de um lado; as frações oligárquicas do Centro-Sul, de outro.

Se inicialmente essa disputa ampliava a margem de autonomia do chefe do Governo Provisório — afirmando-o enquanto árbitro e representante de ambas as facções —, a radicalização do conflito passou a subverter a estabilidade do regime. À medida que os dois blocos se fortaleciam internamente e se enfrentavam de modo cada vez mais direto e radical, reduzia-se o espaço político de Vargas. A tomada em armas, a 9 de julho de 1932, consumou a cisão oligárquica e impôs ao Governo Provisório uma estratégia de ampliação de suas bases políticas, cujo efeito inevitável foi uma perda de posições dos tenentes.

Momento de inflexão na correlação nacional de forças políticas, a guerra civil esgotou o processo de dicotomização das bases de apoio do governo e criou condições para uma nova composição política. A ofensiva armada das lideranças oligárquicas pôs em cheque a continuidade da ditadura revolucionária, mas sua derrota militar facultou a Vargas o esvaziamento das pressões que vinham reduzindo sua representatividade e sua margem de arbitragem junto às forças que o haviam apoiado em 1930. A vitória militar eliminou as oposições oligárquicas radicais e, por isso, viabilizou a institucionalização dos conflitos políticos.

Os limites extremos a que chegou a luta contra os tenentes, em nome da Constituinte, somados ainda aos efeitos sobre a opinião pública da intensa propaganda liberal levada a cabo pela grande imprensa acabaram por precipitar o fim da ditadura revolucionária, tornando inadiável a constitucionalização.

Mas foi a configuração regional da Revolução Constitucionalista de 1932 que possibilitou ao Governo Provisório a recuperação das prerroga-

tivas de árbitro que lhe garantiram a condução do necessário rearranjo das forças políticas. A vitória militar sobre o movimento armado e as subseqüentes punições eliminaram as lideranças oligárquicas, golpeando seus instrumentos de pressão. Com o esvaziamento transitório do conflito, a constitucionalização se colocou sob novas condições.

A atuação das elites gaúchas nesses dois primeiros anos de ditadura passou por significativas redefinições. Inicialmente, havia a expectativa de que sua maciça presença nos cargos federais revertesse em amplos benefícios para o estado e lhe valesse uma decisiva influência no poder central.<sup>10</sup> Esse quadro se transformou à medida que se desenvolveu oficialmente a escalada tenentista, esvaziando a representatividade regional dos cargos ocupados pelo Rio Grande do Sul e provocando uma profunda redefinição do posicionamento desse estado no processo político.

A unidade política fazia do Rio Grande o setor oligárquico com melhores condições de resistir e contrapor-se ao fortalecimento dos tenentes, o que interessava às oligarquias, que passaram a contar com um forte representante político. A defesa da plataforma da Aliança Liberal dava conteúdo legítimo à sua ação e era o meio pelo qual aglutinava as diferentes forças identificadas com esse programa, reforçando sua liderança política e seu poder de pressão ao enfrentar o tenentismo. Conjugando esses dois recursos, o Rio Grande consolidou sua condição inicial de base indispensável ao Governo Provisório e ampliou o alcance dessa posição, manipulando-a como canal de representação dos interesses das oligarquias do Centro-Sul como um todo, para se opor à ação governamental centralizadora de inspiração tenentista.

A oligarquia gaúcha buscava, com isso, interferir na condução política do país e, se não o conseguiu plenamente, reuniu forças suficientes para bloquear a consecução da política centralizadora. A crescente oposição da FUG reduzia as bases de apoio do Governo Provisório, provocando sucessivas crises e uma crônica instabilidade política. Entretanto, ao levar essa atitude às últimas consequências — em outras palavras, ao recusar-se intransigentemente a compartilhar o poder com os tenentes —, as lideranças gaúchas contribuíram decisivamente para a criação de um impasse político do qual não saíram ilesas.

Um dos episódios mais expressivos dessa correlação de forças foi a chamada “crise dos demissionários gaúchos”, deflagrada em março de 1932. A crise consistiu na demissão pública e conjunta de todos os rio-grandenses que, no exercício de cargos federais, tentavam torná-los politicamente representativos dos interesses oligárquicos assumidos pela FUG. A causa imediata foi a impunidade do atentado tenentista contra o *Diário Carioca*, um dos jornais que propagandeavam a constitui-

zação. A complacência oficial para com os tenentes, desrespeitando a autoridade de dois eminentes políticos do Rio Grande que ocupavam a chefia de polícia do Distrito Federal e o Ministério da Justiça, veio somar-se a uma série de pressões contra as medidas adotadas por este último, visando acelerar a constitucionalização.

Na verdade, foi a gestão de Maurício Cardoso na pasta da Justiça o móvel do atrito, exatamente porque significou a tentativa mais importante de utilização de cargos federais em favor dos interesses oligárquicos. Vale esclarecer que Maurício Cardoso havia tomado posse há cerca de 60 dias como porta-voz oficial do Rio Grande no Governo Provisório, em decorrência de um acordo político.<sup>11</sup> Sua gestão foi toda voltada para a liberalização do regime, e seu feito principal foi a promulgação do novo Código Eleitoral, dias antes do empastelamento do *Diário Carioca*.

Embora o desenrolar da crise não viabilizasse soluções conciliatórias, o Ministério da Justiça continuou à disposição da oligarquia gaúcha até novembro de 1932, quando voltou a ser preenchido por um representante daquele estado. Além disso, o Governo Provisório empenhou-se em manter abertas, mesmo que formalmente, as negociações com a FUG, de modo a não consumir um rompimento.<sup>12</sup>

O episódio do empastelamento do *Diário Carioca* evidencia, de um lado, que o poder central estava acobertando explicitamente as atitudes antioligárquicas dos tenentes, impedindo uma representatividade mais efetiva das oligarquias no governo; de outro lado, patenteia a recusa da FUG em participar do Governo Provisório em tais condições. Comprova também que as elites rio-grandenses eram um aliado insubstituível para a sustentação da ditadura, que sem esse apoio teria poucas condições de se equilibrar.

Nesse processo de radicalização, cujo marco decisivo foi a “crise dos demissionários”, a FUG afastou-se do Governo Provisório para assumir, definitivamente, a aliança com as oligarquias paulistas, que constituíram o principal foco de resistência e de contestação ao regime. Esta aproximação, que já se delineava desde meados de 1931, assumia agora o caráter de um compromisso de luta armada. Não obstante tal decisão, as lideranças partidárias gaúchas aceitaram reabrir sucessivas negociações com Vargas, que lhe serviram para encobrir os clandestinos preparativos militares, já em andamento. Embora permanecesse em pauta a possibilidade de retorno da Frente Única ao ministério de Vargas — e este era o tema central daqueles entendimentos —, as demandas políticas gaúchas foram cada vez mais exigentes e vinculadas ao caso de São Paulo.<sup>13</sup> Com este apoio, a FUG multiplicou o impacto do caso paulista sobre a estabilidade do Governo Provisório. Como o situacionismo paulista tinha sido o próprio alvo da Revolução de 30, suas elites políticas estavam excluídas do arranjo de forças que compunha o poder. Seu conflito com a nova

ordem era, portanto, não só esperado como isolado. As pressões das oligarquias da FUP só atingiam parcialmente o equilíbrio da ditadura, até o momento em que os porta-vozes políticos do Rio Grande passaram a assumir essa luta como uma questão prioritária para sua reconciliação com Vargas. Entretanto, no momento decisivo em que a oposição ao Governo Provisório implicava enfrentamento armado, alterou-se a unidade política do Rio Grande, representada pelos líderes da FUG, e começaram a se revelar suas contradições internas. Pela segunda vez desde a tomada do poder, o estado redefiniu sua posição, alterando o equilíbrio das forças nacionais, porém desta feita em favor do comando de Getúlio Vargas.

As oligarquias gaúchas não assumiram a guerra, repudiando a liderança da FUG que empunhou armas em apoio a São Paulo. Na verdade, o enfrentamento encaminhado a nível nacional pela FUG não significara um descomprometimento maior do Rio Grande com a Revolução de 30. Ao contrário, ao mesmo tempo em que se radicalizava esta luta, encobria e motivava o desencadeamento de um processo paralelo de aproximação do Governo Provisório com o estado, num nível muito específico: o da interventoria.

#### *A Frente Única e a interventoria: as palavras e o poder*

Durante todo o período que vai da revolução até a eclosão da guerra civil, o poder estadual foi compartilhado pela FUG, que oficialmente representava as forças políticas regionais, e por outro elemento: o interventor Flores da Cunha. Na verdade, tratava-se de uma composição entre forças de natureza diversa. Enquanto a Frente Única tinha bases fundamentalmente regionais e oligárquicas, a interventoria tinha uma origem híbrida: era uma delegação de poder do Executivo federal, mas também um cargo que não poderia prescindir do reconhecimento das forças estaduais, especialmente no caso do Rio Grande do Sul (tanto assim que o secretariado de Flores da Cunha estava integralmente composto por elementos da FUG). Entretanto, a natureza deste cargo era inteiramente distinta da antiga presidência de estado que emanava do partido estadual situacionista. A interventoria, ao contrário, tinha um caráter suprapartidário, devendo situar-se, necessariamente, acima das forças estaduais. O interventor era oficialmente um mediador: representante do Governo Provisório no estado e porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Sua legitimidade e força condicionavam-se à sua capacidade de representar e intermediar os interesses estaduais e os federais, sem que se reduzisse a um ou a outro.

Esta questão é fundamental, pois revela que o fato de o Governo Provisório ter reconhecido, inicialmente, a FUG como legítima representante das forças rio-grandenses, permitindo que compusesse a interventoria,

não vai significar ou garantir, posteriormente, a instalação de um governo dessa frente. A especificidade do caso rio-grandense decorreu do fato de ter sido o único estado que apresentava condições para conter e minimizar este impacto centralizador devido à unificação política das forças regionais. A FUG limitava objetivamente o poder do interventor e impedia a penetração política do tenentismo no estado, confinando este movimento a restritos meios militares.<sup>14</sup>

A Frente Única que atuou nesta conjuntura, condicionando e imprimindo, em boa medida, o conteúdo e a dinâmica dos posicionamentos do Rio Grande na política nacional, dera um salto qualitativo em relação a que participara da Aliança Liberal. A FUG passou por um novo processo de articulação, diretamente motivado pelos rumos assumidos pela ditadura. Esta rearticulação, consubstanciada em novembro de 1931, visou, explicitamente, reorientar a política revolucionária, repondo-a nos limites do programa da Aliança Liberal. O novo acordo dos líderes estaduais, que respondeu à política centralizadora do governo de Vargas, possibilitou um grau de coesão das cúpulas partidárias nunca antes alcançado. Elas tenderam, inclusive, a abandonar as antigas disputas municipais em função dos objetivos prioritários de intervir nos rumos da política nacional.

De sua parte, Flores da Cunha procurou tirar partido desta situação através de uma política mediadora que ampliava seu espaço político dentro e fora do Rio Grande. O desempenho desta difícil tarefa valeu ao interventor gaúcho uma rápida projeção no cenário nacional; o acesso a processos decisórios governamentais e um maior poder de barganha junto a Getúlio Vargas.

A nível estadual, o interventor pôde gerir o seu cargo sem as pressões das rivalidades partidárias, porque as cúpulas já não se dispunham a representá-las. Por outro lado, as questões administrativas assumiram grande importância devido à forte expectativa do estado em usufruir dos favores da União. Investira no movimento revolucionário e acreditava ter colocado nos mais altos escalões federais homens experientes e conhecedores das necessidades e aspirações do estado. Se no início esta expectativa se frustrou, a rearticulação da Frente Única e sua trajetória radicalizadora redimensionaram o risco para o Governo Provisório de um descontentamento generalizado no Rio Grande. Entre atender às exigências políticas do estado e responder a suas demandas econômicas mais imediatas, o Governo Provisório preferiu as últimas, tentando manipular concessões financeiras e favores administrativos como formas alternativas de esvaziar ou simplesmente limitar a campanha pró-constitucionalização.<sup>15</sup>

Com isso, a interventoria também se beneficiou, podendo fazer uma administração extremamente prestigiada nos meios federais. Obteve, por exemplo, o privilégio de emitir bônus do Tesouro Estadual, num período em que o Governo Provisório estabelecia, a nível nacional, uma rigorosa

política deflacionária. Entretanto, todas as concessões obtidas por Flores da Cunha não chegaram a satisfazer plenamente a expectativa global do estado, tanto em termos econômicos como principalmente políticos.

Em certa medida, podemos afirmar que ele deu continuidade ao estilo de governo introduzido por Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, quando estes estiveram juntos no poder estadual — um na presidência e o outro na Secretaria do Interior (1928/1930). Flores da Cunha também adotou uma política de ênfase administrativa, de cunho modernizador. Promoveu a racionalização da economia, estimulando o movimento associativo das chamadas “classes produtoras”, criando institutos de comercialização dos produtos básicos, promovendo melhorias da infra-estrutura e amparando a rede bancária. Deste modo, intensificou outros canais de representação direta das classes dominantes — canais não-partidários —, criando novas bases, independentes da FUG. Com a paulatina dissociação entre as lideranças da FUG e o Governo Provisório, Flores da Cunha tornou-se a via mais eficaz de ligação do estado com o poder central.

No plano nacional, o interventor gaúcho viu-se entre dois fogos, pois não podia prescindir nem da Frente Única nem do Governo Provisório, que travavam um conflito de solução cada vez mais difícil. O interventor oscilou inicialmente, mas acabou por assumir as funções de seu cargo, buscando sucessivas fórmulas conciliatórias. Duplamente alimentado pelo incentivo de Vargas e pelo reconhecimento da FUG, Flores ascendia na política nacional, tendo a oportunidade de entender-se pessoalmente com os porta-vozes das principais forças em jogo e de intervir em questões decisivas. No entanto, a partir de um certo limite, essa tendência se invertia. À medida que suas negociações perdiam confiabilidade pelos sucessivos fracassos, a Frente Única aumentava a descrença na possibilidade de um acordo satisfatório com a ditadura. Consequentemente, reduzia-se a expectativa que depositava na ação do interventor, cuja permanência no poder estadual se via assim ameaçada.

Tal como Vargas e Aranha, Flores da Cunha procurou evitar a interrupção definitiva dos entendimentos entre a FUG e o Governo Provisório: resguardou sua posição, mantendo-se comprometido com ambos até o último momento. Quando a guerra civil eclodiu em São Paulo, pondo fim à sua arbitragem, o interventor optou por seu cargo, aderindo ao Governo Provisório. Só então foi rompida a composição que assumira o poder estadual.

Os efeitos dessa atitude sobre a Frente Única foram drásticos: resultaram na sua imediata desintegração, pelo isolamento quase que absoluto das suas lideranças. Diante da probabilidade de os chefes do Partido Republicano sensibilizarem a brigada estadual, o interventor, republicano experiente que era, deslocou sem demora esses corpos regulares para o *front* e mobilizou os chamados “Corpos Provisórios” para enfrentar

as reduzidas forças da FUG no estado. Com isso, diminuiu as chances de os líderes partidários organizarem colunas armadas e prestou uma ajuda inestimável a Getúlio Vargas.<sup>16</sup>

Cabe lembrar que o isolamento dos líderes políticos tradicionais não era um dado inicial, mas foi produzido no desenrolar dessa conjuntura e só se evidenciou a 9 de julho de 1932, não antes. Supôs, portanto, não apenas toda a radicalização política da FUG como, principalmente, o seu rompimento definitivo com o governo federal e com a própria interventoria estadual, o que só se consumou com a adesão de Flores da Cunha ao poder central. Nesta trajetória, as cúpulas partidárias distanciaram-se de suas bases, na medida que voltaram-se prioritariamente para a luta política com os tenentes, no plano nacional. Permitiram que a interventoria assumisse a representação dos interesses mais imediatos das elites regionais, com uma administração cada vez mais eficiente e prestigiada pela ditadura.

Resta notar que a ruptura da composição inicial da interventoria com os líderes da FUG não resultou na cisão política do Rio Grande, mas apenas na eliminação de lideranças já desgastadas. A correlação das forças estaduais evoluíra de tal forma que, nesse momento, a interventoria praticamente conquistara o monopólio do poder, muito embora a desorganização política do estado, decorrente do esfacelamento da Frente Única, limitasse sua legitimidade e solidez.

Em resumo, a ofensiva nacional da FUG possibilitou o desencadeamento de um processo, mais ou menos subjacente, de transferência de suas bases para a interventoria. Desequilibrou-se, assim, a balança do poder estadual em favor de Flores da Cunha, para quem foram abertos espaços políticos nos planos regional e nacional. O Governo Provisório o incentivava a preenchê-los, fornecendo-lhe recursos para a sua administração e exigindo sua mediação política. A interventoria gaúcha tornara-se uma peça-chave tanto para a representação dos interesses estaduais quanto para a segurança política e também militar de Getúlio Vargas.

Para o Rio Grande, sua reincorporação ao poder revolucionário significou a conquista de uma posição finalmente influente sobre a direção política da revolução. Sua presença nas hostes governamentais era a própria garantia da constitucionalização, porque, embora os grupos dominantes e a opinião pública rio-grandense não tivessem apoiado a proposta de luta armada da cúpula da FUG, estavam identificados com seus objetivos de consecução do programa da Aliança Liberal e de convocação da Constituinte. Em suma, se a “reintegração” do Rio Grande à ordem revolucionária teve o efeito de estabilizar o Governo Provisório e de permitir-lhe maior resistência à guerra civil, também, e por isso mesmo, comprometeu-o com a constitucionalização. Foi ainda o marco inicial de um novo compromisso entre ambos, pelo qual o apoio do Rio Grande

ao governo de Vargas já não se condicionava apenas à satisfação de expectativas regionais e nem poderia ter o peso restrito que o caracterizara logo após a tomada do poder em 1930. As contingências nas quais o chefe da nação recuperou o apoio rio-grandense comprometeram-no de modo imediato com uma plataforma política, e não simplesmente com os interesses particulares de uma oligarquia regional.

Eram contingências em que o Rio Grande constituía não apenas uma força militar fundamental para enfrentar as armas de São Paulo, mas também o único setor da oligarquia do Centro-Sul capaz de oferecer uma base de apoio confiável. A oligarquia paulista unificara-se para fazer guerra ao Governo Provisório, e a mineira mostrava dificuldades em superar suas divisões internas.

Mas o processo de fortalecimento do interventor foi também o processo de fortalecimento do poder central no Rio Grande do Sul. A projeção política de Flores da Cunha teve, entretanto, a contrapartida da desestruturação das tradicionais organizações partidárias do estado e a eliminação de suas lideranças. A nova condição de força no plano nacional correspondia, assim, a uma condição de fraqueza e maior vulnerabilidade em face do poder central.

A reconstituição da trajetória do Rio Grande no processo político que antecedeu e desencadeou a constitucionalização de 1933/34 é, pois, fundamental para que se conheçam algumas condições básicas de sua intervenção na nova conjuntura.

## 2. A ABERTURA POLÍTICA E A ESTRATÉGIA DO CONTINUÍSMO (1932-33)

Logo após a pacificação da guerra civil, o Governo Provisório retomou com novo empenho o processo de constitucionalização, adotando uma série de medidas políticas que o impulsionaram de forma irreversível. Providenciou o imediato preenchimento do Ministério da Justiça, na interinidade há sete meses,<sup>17</sup> convocou a comissão nomeada para elaborar o anteprojeto da futura Constituição e desencadeou, em âmbito nacional, a reorganização partidária, com vistas à eleição da Constituinte. A nítida mudança de orientação governamental traduzia um novo e necessário esforço do poder revolucionário em busca de mecanismos mais eficazes de legitimação. A alternativa da Constituinte se impunha e acarretava, portanto, os riscos e as possibilidades de uma abertura à participação política, inevitável desde as suas etapas preparatórias, que incluíam eleições diretas. Abria-se um período de liberalização do jogo político, de emer-



gência de novas correntes e de redefinição das bases de legitimação do poder.

Promovendo a constitucionalização, o Governo Provisório atendia à expectativa criada com a campanha constitucionalista, mas procurava, principalmente, incorporar novas forças e institucionalizar o conflito político, canalizando-o através da Assembléia. Tratava-se, em suma, de uma tentativa de diversificação de suas bases e, em particular, de absorção dos setores que, na conjuntura anterior, não se haviam enquadrado na nova ordem. A partir daí, Vargas poderia ampliar e/ou recuperar seu equilíbrio e legitimidade. Para tanto, era essencial a organização de correntes que lhe dessem apoio na Constituinte, garantindo-lhe a condução dos trabalhos e sua estratégia de continuidade.

A incorporação de novas forças políticas ao situacionismo nacional relativizaria inevitavelmente o peso do Rio Grande, tanto na sustentação do futuro governo constitucional quanto na definição de suas diretrizes e de sua composição. A força política desse estado no futuro regime dependeria, fundamentalmente, de sua capacidade de influir na Constituinte e no processo mais amplo de definição do novo pacto político. Embora o situacionismo gaúcho desfrutasse inicialmente de uma situação extremamente favorável — bastando considerar o papel que lhe cabia no Ministério da Justiça —, sua capacidade de influir no processo político dependeria também da correlação de forças entre os grupos que participariam diretamente da Assembléia e que, por si só, formariam um conjunto novo, sem dúvida bastante numeroso e diversificado.

A constitucionalização não se originou de um consenso nacional e absoluto, razão pela qual nem absorveu todas as forças em jogo, nem canalizou todo o conflito. A convocação da Constituinte era contestada e continuou a sê-lo, de forma radical, por grupos que defendiam propostas centralizadoras e ditatoriais. Eram setores civis e militares que, embora já não tivessem força para impor seus projetos políticos, tinham recursos para ameaçar a Assembléia pela grande influência que possuíam no Exército e até em esferas governamentais.

A constitucionalização foi ainda profundamente condicionada pelo Governo Provisório, devido a seu poder de legislar. Este era justamente o campo de atuação do Rio Grande do Sul, pois coube a Vargas e ao ministro da Justiça, em particular, todo o encaminhamento legal do processo desde a regulamentação do Código Eleitoral até a elaboração do próprio Regimento Interno da Assembléia. Mas o grupo dirigente encontrou as maiores dificuldades para controlar e conduzir a constitucionalização, só conseguindo agir sob fortes pressões. Estas provinham tanto das correntes revolucionárias que repudiavam a abertura política quanto de diferentes facções constitucionalistas que competiam pelo controle do processo. Nesse conjunto, incluíam-se grupos da Constituinte que não se

limitaram a participar na Assembléia, valendo-se da grande imprensa para influir, bem como setores do próprio ministério de Vargas, que conspiraram contra sua continuidade. O Governo Provisório tornou-se, assim, um campo de disputas, que redundaram em graves dissensões e crises internas sucessivas.<sup>18</sup> A Constituinte foi, portanto, apenas uma das arenas políticas, e seu significado não foi, absolutamente, o de um mero retorno à antiga ordem liberal-oligárquica.

A participação do Rio Grande nesse processo teve como condicionante básico a posição que ocupava nessa complexa correlação de forças nacionais que influíram sobre a Assembléia. Como já adiantamos, seu espaço político definiu-se antes mesmo da reabertura dos canais de representação e foi uma de suas precondições. Ao chefe da nação interessava não apenas o considerável apoio militar do Rio Grande, mas a sua colaboração, em princípio decisiva para a consecução dos novos mecanismos de sustentação do regime. Para tanto, impunha-se a neutralização das oposições oligárquicas radicais, de modo a possibilitar um prévio rearranjo das forças políticas. As depurações e reajustes eram fundamentais para que o Governo Provisório pudesse recuperar o apoio das oligarquias, ainda detentoras dos instrumentos básicos de representação política a nível estadual e municipal.

O impacto desorganizador da guerra civil e das punições correspondentes deu a oportunidade concreta para o Governo Provisório reassumir o eixo da articulação política nacional. O desmantelamento das frentes únicas paulista e gaúcha, somado à neutralização momentânea do conflito, acentuou a dispersão e o fracionamento regional das forças políticas. O espaço aberto favoreceu o retorno de Getúlio Vargas ao centro de gravidade política. Os interventores foram os seus instrumentos; a reorganização partidária, a forma como se processou o novo arranjo.

O Rio Grande foi uma espécie de modelo-padrão desses reajustes prévios. À interventoria coube um papel central: o de reorganizar politicamente o estado e de coordenar sua intervenção na política nacional. Com o novo partido, Flores da Cunha obteve o controle e a estabilidade interna necessários para dirigir a atuação do Rio Grande no processo político nacional, conjugando sua participação tanto na esfera de poder do Governo Provisório quanto na área de manobras políticas aberta pela Assembléia.

Começaremos por acompanhar a consolidação do interventor gaúcho no poder estadual, avaliando o papel do Partido Republicano Liberal (PRL) na estruturação da nova ordem interna e na definição do desempenho do estado nas duas frentes nacionais. Em seguida, fixaremos-nos exclusivamente na trajetória nacional do Rio Grande, já que sua política interna encontrava-se sob controle. Será dedicada uma parte para a

análise específica da atuação política da bancada gaúcha na Assembléia, onde acompanharemos sua participação no debate constitucional.

## 2.1. *O partido de “emergência”: o novo acordo regional*

A reorganização política do Rio Grande foi regida a oito mãos, ou seja, pela ação conjunta de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, contando com a mediação do novo ministro da Justiça, Antunes Maciel. Enquanto a orientação política e programática foi ditada pelos dois primeiros, coube a Flores da Cunha a tarefa de arregimentação partidária para o que dispôs de todo o apoio financeiro, administrativo e político do Governo Provisório.

O processo de formação do Partido Republicano Liberal constituiu, certamente, o exemplo mais acabado de como o retorno das forças regionais ao jogo político significou o seu comprometimento com o poder central. No caso gaúcho, o compromisso já se consolidava com a reorganização partidária. O interventor, entretanto, inclinou-se inicialmente por uma política de conciliação com seus antigos correligionários da Frente Única que, no momento, encontravam-se exilados e sediados nas fronteiras do estado. Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha não admitiam tal aliança, mostrando firme determinação em tornar Flores da Cunha o líder de uma nova reunificação política no Rio Grande, desta vez em torno de diretrizes federais.<sup>19</sup> A conciliação era inviável pela intensidade dos antagonismos, e não seria sequer compensadora, tal o desequilíbrio entre o interventor e a FUG, que ficara acéfala e com suas bases desarticuladas. Na verdade, a disposição conciliatória do interventor ganhou um sentido tático, pois favoreceu muito a arregimentação das forças estaduais que, na sua totalidade, estavam tradicionalmente vinculadas a uma das duas correntes políticas que formavam a Frente Única.

Mas Flores da Cunha não aguardou um acordo com a FUG, nem mesmo a definição do programa político nacional para dar início à mobilização para o novo partido. Entretanto, o seu enquadramento à orientação de Vargas era um fato público, noticiado pela imprensa regional.<sup>20</sup> O interventor nomeou uma comissão para elaborar um projeto de programa e, em menos de uma quinzena, ela já recebia as primeiras recomendações federais.

### *O compromisso programático*

Coube a Osvaldo Aranha a definição inicial da orientação política do futuro partido, estabelecida em carta dirigida a Flores da Cunha. Além disso, o ministro da Fazenda fez-se representar por Antunes Maciel,

ministro da Justiça, junto à comissão que trabalhava no projeto de programa do novo partido. Deste longo documento, extraímos alguns trechos significativos:

“(...) Precisamos, Flores, fixar na essência e na forma o nosso pensamento político. Arregimenta o Rio Grande e o Brasil se formará sob essa bandeira. Faz um manifesto convocando os partidários da ordem. Basta isso. (...) Formarás a elite da ordem contra a raleia da anarquia. O pensamento político ainda não o podes plasmar, senão em linhas gerais. Não creio mesmo chegado o momento para lançar programa de partido. Acho que devemos aguardar o Anteprojeto (Constitucional) e adotá-lo se corresponder às nossas aspirações. Caso contrário, do debate devemos tirar os resultados para nossa organização. Logicamente tenho que aceitar a evolução e a Revolução. (...) O Rio Grande é conservador e por isso não devemos arrastá-lo a aventuras ideológicas. (...) Tenho para mim que entre os extremos dos sonhadores de ideologias e os interesseiros de situações há o meio-termo, aquele que corresponde às aspirações gerais (...)”.<sup>21</sup>

A orientação de Osvaldo Aranha ilustra com clareza a dinâmica do poder no pós-30 e o papel do Rio Grande. Explicita sua regra primeira, a da conciliação de interesses políticos, que implicava, na conjuntura que se abria, a busca de um programa político que unificasse as diversas facções do situacionismo nacional, representando-as e centralizando-as. O programa do partido gaúcho deveria subordinar-se à composição das forças que o poder central necessitava incorporar — o que, nesse momento, estaria sendo tentado na feitura do Anteprojeto de Constituição.

Era imprescindível que o acerto político geral fosse representativo das “aspirações conservadoras” do Rio Grande, assim como das tendências das demais correntes estaduais que dele participassem. Uma articulação desse tipo supunha, antes de tudo, o descarte de doutrinas rígidas e a adoção de uma orientação pragmática, capaz de compor e recompor interesses díspares e muitas vezes até contrários. Daí a recomendação de Osvaldo Aranha de “aceitar a evolução e a Revolução”, buscando “o meio-termo, aquele que corresponde às aspirações gerais”.

A urgência em reorganizar politicamente o situacionismo gaúcho, visando aproveitar a oportunidade da derrota da Frente Única e o reequilíbrio do próprio poder central, favoreceu o entendimento programático entre o Governo Provisório e a interventoria gaúcha. O Rio Grande era no momento um elemento imprescindível e oferecia ótimas condições para uma reestruturação política. Coube-lhe a experiência pioneira da reorgani-

zação partidária, e a expectativa manifestada pelos dirigentes nacionais era a de que fosse uma experiência-padrão.

A formação do PRL antecipou-se à elaboração do anteprojeto constitucional e beneficiou-se desta indefinição. Deu-se num momento e em condições tais que não se colocavam divergências que entravassem a ação arregimentadora de Flores da Cunha. A plataforma fundamental era a "ordem", o compromisso com o poder constituído. Tratava-se de ampliar e rearticular o situacionismo estadual num contexto de comprometimento com o poder central. Com efeito, em menos de 20 dias o projeto de programa do novo partido estava pronto e submetido à aprovação de uma grande convenção política, promovida pelo interventor para oficializar a fundação do Partido Republicano Liberal. Instalada em Porto Alegre, de 15 a 19 de novembro de 1932, a convenção contou com a maciça participação dos prefeitos, dos chefes políticos e dos comandantes dos corpos militares do estado. Foi também prestigiada com a vinda de Osvaldo Aranha para presidir pessoalmente os trabalhos e com um expressivo telegrama de Getúlio Vargas. Nesta mensagem, o chefe da nação destacava:

"(...) o novo partido surge como a fênix da lenda, das cinzas dos velhos partidos gaúchos, esgotados em suas finalidades pelo abandono de seus princípios básicos, (...) ao pretenderem lançar o Estado numa aventura política (...). Julgo excelente o programa do novo partido, que satisfaz com acerto os objetivos do nosso quadro histórico, já que visa precipuamente salvar as conquistas da Revolução (...) continuando, na sua fase preparatória, a campanha da Aliança Liberal".

Quanto à organização política, ressaltou: "Deve existir a mais completa e eficiente colaboração entre o Executivo e o Legislativo. A forma geralmente aceita pela experiência (...) consiste em obrigar o comparecimento dos ministros ao Congresso e estabelecer a possibilidade do Executivo, em alguns casos, tomar a iniciativa de determinadas leis, submetendo-as ao *referendum* popular".

"Outra tendência do moderno Direito Público, já colhida nas Constituições mais recentes, outorga ao Congresso a escolha do Chefe do Executivo, princípio este que parece perfeitamente aplicável ao Brasil, uma vez que o Legislativo, pela forma eleitoral, se transforma realmente em órgão de soberania popular. Ressalvada assim a pureza do regime representativo, evitar-se-ia que o país fosse, periodicamente, abalado por agitação profunda e perturbadora, ao termo de cada período presidencial. São essas as rápidas impressões sugeridas pelo esboço de organização do novo partido riograndense (...)." <sup>22</sup>

Getúlio Vargas abordou, assim, dois pontos fundamentais: a rearticulação das forças rio-grandenses e o novo compromisso com o poder central. Deixou bem explícito o seu interesse em que a liderança do interventor gaúcho se firmasse por sobre as “cinzas” da Frente Única, como sendo a única alternativa condizente com as aspirações e princípios do Rio Grande e da revolução. O discurso do chefe da nação pressupunha e enfatizava a identidade de interesses de seu governo com os do Rio Grande. Quanto ao compromisso aí implícito, Vargas sugeriu princípios de organização política que reconhecessem o novo papel do Estado e lhe facultassem maiores recursos de poder, mas que, em contrapartida, também atribuissem ao Legislativo um maior controle sobre o Executivo, inclusive a eleição presidencial, em detrimento da “perturbadora” mobilização política. No telegrama do chefe do governo a orientação federal assumia contornos nítidos, embora não passasse ainda de um esboço de “rápidas impressões”.

A leitura da mensagem presidencial abriu a segunda sessão do Congresso. Nos debates destacaram-se as intervenções de um grupo de jovens intelectuais<sup>23</sup> que atuaram em bloco e conseguiram aprovar significativas alterações do projeto, garantindo alguns princípios centralizadores. Tais princípios foram ainda reassegurados ao final do conclave, quando Odon Cavalcânti conseguiu aprovar, como cláusula do regimento interno do PRL, a declaração de que o programa tinha caráter provisório, devendo ser submetido à discussão de uma nova assembléia política, nos mesmos moldes desta que se encerrava e que seria convocada logo após a publicação do anteprojeto da nova Constituição.<sup>24</sup> O objetivo explícito era o de harmonizar o programa do PRL com o programa político governamental, que estava a cargo da subcomissão elaboradora do anteprojeto constitucional.

A atuação de Osvaldo Aranha na presidência dos trabalhos foi de franco apoio às alterações propostas por esse setor. O programa aprovado não só ganhara mais um capítulo, o quarto, como também outros dez itens, além das reformulações sofridas pelos artigos já constantes do projeto.<sup>25</sup>

A característica comum dos 12 itens que compunham o primeiro capítulo, “A organização política”, foi a indeterminação de seus enunciados. Embora tivesse sido ligeiramente diminuída pelas alterações aprovadas na convenção, a imprecisão e o cunho vago desses itens constituíam, ainda, o seu traço mais marcante, que bem indicava a natureza do novo partido: um partido do poder, cujo objetivo fundamental era o de obter o máximo de adesões possíveis a curto prazo, pois organizava-se às vésperas de eleições (marcadas para 3 de maio) e em meio à crise dos antigos partidos estaduais. Neste sentido, era justa a expressão

“partido de emergência” lançada pelo *Diário de Notícias* de Porto Alegre para qualificar pejorativamente o partido do interventor.<sup>26</sup>

A imprecisão do programa tinha o calculado efeito de não excluir tendências, de contornar problemas, de omitir definições para permitir arranjos políticos. Buscou-se, sem dúvida, incorporar os tradicionais princípios políticos das facções rio-grandenses — aqueles que, exatamente, diferenciavam “chimangos” de “maragatos”, “republicanos” de “libertadores” —, em torno dos quais sempre gravitaram as polêmicas doutrinárias. Mas teve-se também o cuidado de atender à orientação revolucionária e de diferenciar a nova organização dos antigos padrões partidários, inovando em questões secundárias ou inéditas no rol das preocupações programáticas.

O item I, por exemplo, possibilitava a restauração do predomínio dos grandes estados no Legislativo, conservando o bicameralismo e os seus critérios de composição (representação equitativa dos estados no Senado e proporcional na Câmara). Redefinia o presidencialismo, introduzindo o princípio parlamentarista de interpelação dos ministros de Estado pelo Congresso. Respeitavam-se, assim, as tradições federalistas de formação do Legislativo e oferecia-se uma fórmula de conciliação para a divergência doutrinária central das correntes gaúchas. Essa nova competência do Congresso Nacional visava satisfazer ao parlamentarismo dos antigos correligionários do Partido Libertador sem, entretanto, negar o presidencialismo dos republicanos.

Embora a obrigatoriedade do comparecimento dos ministros ao Congresso tivesse sido recomendada por Vargas em sua mensagem, sua inclusão no programa do PRL não convergia para os objetivos do chefe da nação. A interpelação dos ministros não constituía um mecanismo de compensação à atribuição de poderes legislativos ao Executivo, aconselhada por Vargas. A esse respeito, nada estava dito no programa do PRL, o que, contudo, não significava que tal possibilidade estivesse vetada, conquanto se propunha a introdução do plebiscito e do *referendum* em casos a serem definidos. Admitia-se a necessidade de consultas diretas à população e, na proposta de Vargas, o *referendum* constituía o processo de legitimação das iniciativas legisladoras do presidente da República. O programa do novo partido nem mesmo mencionava a competência do Executivo, como se se mantivesse a já definida na última Constituição Federal, mas propunha a adoção de uma prática que abria margem para redefinições de suas atribuições.

Deixou-se também em aberto o sistema das eleições presidenciais, admitindo-se tanto a preservação da votação direta quanto a instauração das eleições indiretas, recomendada por Vargas. O item II, o único que tratava do regime eleitoral, enfatizava o ideal democrático da autenticidade da representação, mas, na verdade, só especificava a confirmação do

voto secreto para ambos os sexos, já constante do novo Código Eleitoral de 1932.

O tom marcante do projeto de programa era dado pela defesa ostensiva do federalismo, que era exatamente o ponto de convergência das duas correntes estaduais e uma das tradições políticas mais arraigadas no Rio Grande do Sul. Já o programa definitivo assumiu um caráter mais híbrido, embora preservasse a força política dos estados nos principais centros do poder. Vimos que no item I os princípios federalistas presidiram a conceituação do Poder Legislativo, não só mantendo sua antiga composição, como também ampliando a sua competência sobre o Executivo. Os itens III e V propugnavam a autonomia dos estados e municípios, facultando-lhes as competências que não estivessem explicitamente atribuídas à União, no texto da Constituição Federal. Essa questão foi, mais tarde, uma das divergências enfrentadas na Constituinte sendo, inclusive, combatida por Osvaldo Aranha, em correspondência pessoal com Flores da Cunha. O ministro da Fazenda encarava esse postulado como uma séria limitação ao Executivo, pois lhe parecia impossível que um texto constitucional pudesse dar conta, explicitamente, de todas as funções que já competiam e que viessem a competir à União.

Nos dois dispositivos sobre o Poder Judiciário, o federalismo foi parcialmente atingido com a defesa da unidade processual e com a introdução dos Tribunais Superiores na organização judiciária. Parcialmente, porque a unificação dos processos já era reconhecida nos meios jurídicos como uma necessidade operacional, dado que o direito substantivo sempre fora unificado no Brasil e a dualidade processual, instaurada na República, acarretara perda de eficiência. Quanto à organização do Judiciário — área de influência estadual —, o programa não chegou a federalizar a atribuição de nomear os magistrados e de definir as competências de seus órgãos.

O último item do programa, contudo, abria margem para a nacionalização das forças militares estaduais, e sua inclusão representava uma importante concessão do situacionismo gaúcho à centralização política e ao poder do Exército. O item XI merece referência por ter sido a segunda inovação proposta com fins conciliatórios. A regulamentação das profissões (que nada mais era do que a exigência de diplomas de cursos) eliminava mais uma aresta da doutrina castilhistas dos republicanos. Era uma questão secundária e de certa forma já ultrapassada, mas atingia o objetivo de reforçar a aproximação das duas facções políticas do Rio Grande.

A reação das forças rio-grandenses a essas mudanças de conteúdo do Capítulo I do programa (sobre a organização política) foi satisfatória, tanto na convenção quanto na etapa posterior da campanha eleitoral. Essa aceitação, na verdade, dependeu menos de afinidades doutrinárias do que de fatores bem concretos e práticos como, por exemplo, as convin-



centes demonstrações de empenho do Governo Provisório numa aliança com o Rio Grande, que proporcionava a esse estado projeção nacional e maior acesso ao poder central. Isso fica ainda mais claro quando analisamos os dois capítulos seguintes do programa, mais intervencionistas e não menos aplaudidos na convenção. A parte relativa à "Política econômica e financeira" foi praticamente duplicada, passando de oito para 14 itens, e sofreu importantes reformulações no sentido da centralização. A tônica desse capítulo era dada pela proposta de racionalização da economia e das finanças, através de um intervencionismo do Executivo estadual e federal, concebido como ação reguladora e organizacional que buscasse dotar de maior eficiência a estrutura produtiva. A centralização proposta vinha se processando com êxito a nível do governo estadual, desde a gestão de Getúlio Vargas na presidência do Rio Grande, de 1928 a 1930.

Já o intervencionismo federal, omitido no projeto de programa do PRL, constituiu uma importante conquista do Governo Provisório na convenção, e certamente contou com a decisiva atuação de Osvaldo Aranha, que ocupava, no momento, o Ministério da Fazenda. Com efeito, a diferença fundamental entre o projeto e o programa aprovado foi a incorporação de dispositivos centralizadores, que incidiam, de forma mais explícita, sobre a esfera financeira. A redação final passou a atribuir à União o controle sobre as dívidas externas (item XI) e internas (itens XVIII e XXII) dos estados e municípios, inclusive certo controle financeiro dos setores produtivos (item XIV).

Cabe notar que essas alterações substanciais foram todas encaminhadas pelo próprio ministro da Fazenda, em contato direto com as forças rio-grandenses e num contexto de articulação de um grande compromisso político. A centralização financeira foi defendida em nome dos princípios ortodoxos de equilíbrio orçamentário e de estabilização da moeda, que não só contavam com o consenso das correntes políticas estaduais, como também com o apoio dos grupos econômicos do estado, cujos interesses estavam vinculados ao mercado interno do país e ao consumo popular, ressentidos com a desvalorização da moeda que encarecia o produto e comprimia o poder aquisitivo da população consumidora.

O intervencionismo federal foi estendido também ao controle das riquezas do subsolo e das matérias-primas básicas (item XX). Com isso, o novo partido do Rio Grande acatava uma reivindicação tenentista, já assumida pela ditadura revolucionária. O item XXII, que propunha a criação de Conselhos Técnicos, não especificava nem os critérios e procedimentos para sua composição, nem suas relações com o poder público federal ou estadual. Em suma, apenas a criação de novos mecanismos de atuação na economia, que poderiam ser controlados tanto por grupos privados quanto pelo governo estadual ou mesmo federal. Também a po-

lítica fiscal ficou indeterminada no tocante à divisão das competências e das rendas arrecadadas.

Quanto às relações entre o governo estadual e o setor privado, não há propriamente inovações, mas alguns ajustes foram feitos no decorrer da convenção, quando firmou-se um acordo programático entre o interventor e uma comissão de representantes das associações de classe empresariais. Esta era liderada por Alberto Bins, que passou a integrar o diretório do novo partido.<sup>27</sup>

Por essa parte do programa, o poder estadual comprometia-se com o atendimento das necessidades de ampliação dos serviços públicos de saneamento, de urbanização e, muito especialmente, do sistema de transportes, de modo a baratear a comercialização dos produtos rio-grandenses e sua colocação nos centros consumidores.

Com relação à produção, assumia uma política creditícia diferenciada para cada setor, atendendo às reivindicações da pecuária e dando atenção particular aos pequenos produtores, concentrados na zona colonial (região da Serra). Condicionava o acesso ao financiamento público à organização de cooperativas e dedicava um item à “racionalização dos sistemas de colonização”, visando sua maior produtividade e eficiência na comercialização. Estimulava o desenvolvimento de canais de representação dos interesses privados pela criação de entidades públicas autônomas e de Conselhos Técnicos Consultivos, o que ficou bem explícito na primeira finalidade enunciada no item XXII. Quanto à política fiscal, propunha a eliminação gradual da tributação que incidia sobre a produção e a exportação dos produtos. Satisfazia-se, com isso, um princípio programático dos libertadores.

Para uma avaliação geral desse conjunto de propostas, vale lembrar, mais uma vez, o contexto no qual foram feitas, de negociações abertas com o poder estadual e nacional. Influíram os resultados satisfatórios das últimas administrações estaduais; a forma democrática como se chegou a essas definições, todas abertas ao debate e à aprovação do plenário da convenção; o aval do próprio ministro da Fazenda que ali estava, pessoalmente, para articular um amplo compromisso político; o acordo firmado entre o empresariado e o interventor.

A terceira parte, “Política social”, dirigia-se fundamentalmente à arregimentação das massas urbanas e do eleitorado católico. Este vinha sendo mobilizado pela Igreja, através da organização da Liga Eleitoral Católica (LEC) para a defesa, na Constituinte, de um conjunto de princípios que lhe garantisse a influência no ensino, nos sindicatos e na organização da família. As alterações feitas pela convenção tiveram dois objetivos evidentes: adequar o programa do PRL ao da LEC (itens XXXIII e XXXV) e às reivindicações de setores revolucionários tenentistas (itens XXXII e XXXIII).

No plano da legislação social e trabalhista, reafirmavam-se e ampliavam-se conquistas já alcançadas no plano legal, mas ainda não incorporadas à Constituição, nem cumpridas de fato. As inovações previstas eram o salário mínimo, a extensão do seguro para aposentadoria e desemprego ocasional e o regime de oito horas de trabalho, propostas no item XXXII.

Embora não fosse, na verdade, um programa arrojado, deu ensejo à convocação do operariado para participar da última sessão da convenção. Para tanto, foram distribuídos panfletos, na capital gaúcha, com os seguintes dizeres:

“O Partido Liberal vos dedica um capítulo inteiro. Ele será a garantia do vosso trabalho; velará pela vossa saúde, pelo vosso bem-estar, pela felicidade e pelo futuro da vossa família (...) se o PRL subir ao poder, vós subireis com ele! (...) As promessas do novo partido são tanto mais sinceras quanto é certo que são espontâneas; (...) vós nada pedistes e o PRL tudo vos promete e vos dará tudo”.<sup>28</sup>

A reação operária ao apelo partidário foi certamente menos expressiva que a do funcionalismo público, cujas adesões mereceram destaque na imprensa estadual e nas denúncias divulgadas por João Neves da Fontoura no seu livro: *Acuso!*<sup>29</sup> Ilustrando a arregimentação do funcionalismo, destacamos duas informações de fontes diversas. Uma semana após a fundação do PRL, a imprensa estadual noticiava que os funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul haviam fundado a Legião Bancária Republicana Liberal, em apoio ao novo partido. De outra parte, no início de dezembro, o juiz distrital do Rio Grande telegrafava a Flores da Cunha protestando contra a coação sobre funcionários públicos daquele município, por parte de mandatários do interventor, que “ultrapassavam as fronteiras do mandato outorgado”.<sup>30</sup> Esse quadro indica, na verdade, que o funcionalismo era mais controlado e, portanto, mais mobilizável pelos organizadores do novo partido que o proletariado.

O último capítulo propugnava apenas dois princípios de política externa e não nos parece ter significância maior para a composição de interesses que se buscava. A inclusão desta última parte veio confirmar mais uma vez o interesse do Governo Provisório em fazer do programa do PRL o modelo a ser seguido pelos demais partidos que estavam sendo organizados pelos interventores: um programa que abrangesse todas as questões políticas nacionais, mas de uma forma aberta, que permitisse futuros reajustamentos. Em primeiro lugar, com o anteprojeto de Constituição e, posteriormente, com novas exigências que surgissem das articulações das demais forças políticas nacionais.

### *Um líder se afirma*

Embora o acerto programático constituísse um ganho crucial para os interesses do Governo Provisório, as intervenções deste na reorganização política do Rio Grande não cessaram com o sucesso da convenção. Elas foram decisivas para garantir a vitória eleitoral do PRL, ou seja, para ratificar o comprometimento das forças rio-grandenses com a orientação federal. Com a nomeação de Antunes Maciel para o Ministério da Justiça, Vargas criou um ponto de apoio legal e administrativo fundamental para Flores da Cunha. Através de Maciel, o interventor pôde impedir candidaturas da oposição, participar do encaminhamento final da legislação eleitoral, da concessão do registro eleitoral aos partidos da FUG, bem como da elaboração da lei sobre as inelegibilidades para as eleições de maio.<sup>31</sup>

O interventor gaúcho contou também com o envolvimento de Osvaldo Aranha, que continuou prestigiando sua ação com demonstrações de apoio político e administrativo e através de ajuda financeira. O ministro da Fazenda retomou, nessa ocasião, o caso da falência do Banco Pelotense, formou um pecúlio para o PRL e indenizou os gastos do estado com a guerra civil.<sup>32</sup> Acompanhou de perto a política rio-grandense mantendo assídua correspondência com Flores da Cunha e dando declarações públicas de apoio e comprometimento pessoal com o PRL, do qual era presidente de honra.

Tudo isso foi realmente necessário porque os antigos líderes estaduais não esmoreceram os ânimos com o exílio. Ao contrário, concentraram-se nas fronteiras do estado, recuperaram o comando político dos dois partidos (PRL e PL) e lançaram a FUG em duas frentes de luta: na disputa eleitoral e na articulação de uma reação armada contra Flores da Cunha. Aliaram-se a grupos de oposição e aos demais chefes civis e militares banidos — inclusive aos que se haviam sediado na Europa —, organizando um movimento armado com o objetivo prioritário de depor o interventor gaúcho. Simultaneamente, orientaram a atuação legal da FUG na disputa eleitoral com o novo partido situacionista.

O alcance da conspiração armada é de difícil determinação, dada a proliferação de boatos e de informações inverídicas com que se revestiu, buscando exatamente intranquilizar a opinião pública estadual, perturbar a campanha do PRL e a segurança política de Flores da Cunha. Este reagia com violentas medidas repressivas que, entretanto, não alcançavam os líderes do movimento clandestino. A conspiração parecia, desde o início, encontrar receptividade em grupos civis e militares que já se opunham ao Governo Provisório ou que passaram a se opor por não aceitarem a constitucionalização. No Rio Grande do Sul, já em outubro, o regresso do *front* das tropas da Brigada Militar alarmou o interventor,

pois alguns contingentes continuavam fiéis a Borges de Medeiros e pretendiam "impor" a sua volta ao governo gaúcho.

Flores da Cunha e Antunes Maciel conseguiram a autorização do Governo Provisório para manter mobilizados dez Corpos Provisórios, que constituíam um numeroso contingente de forças da confiança do interventor.<sup>33</sup> Um mês depois, a ameaça continuava e era confirmada pelo ministro da Guerra, general Augusto Inácio Espírito Santo Cardoso, que telegrafou a Flores da Cunha transmitindo-lhe "seguras informações" de que os exilados contavam com o apoio dos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º Batalhões da Brigada Militar e que eclodiriam, ainda neste mês, um movimento para depô-lo do poder estadual.<sup>34</sup> Também nesta ocasião os líderes da FUG enviaram Batista Luzardo (PL) à Europa para articular o movimento e acertar a vinda de oficiais exilados para assumir o comando militar.<sup>35</sup> A missão foi bem-sucedida, e o coronel Basílio Taborda aceitou o encargo.<sup>36</sup> Entre boatos e denúncias, Flores da Cunha e Antunes Maciel chegaram a considerar seriamente a adoção de medidas de prevenção contra o envolvimento de altas patentes militares na conspiração, que já se estendia aos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná.<sup>37</sup>

Em março, quando já estava assegurado o predomínio eleitoral do PRL e para evitar o envolvimento de Assis Brasil com o movimento conspiratório, Flores da Cunha e Getúlio Vargas iniciaram conversações sobre a possibilidade de uma anistia seletiva e gradual dos exilados gaúchos. Contudo, não precisaram levar a cabo essa promessa, conseguindo que o chefe libertador aceitasse o convite de encabeçar uma missão brasileira a Londres, afastando-se da embaixada em Buenos Aires, onde era assediado pelos líderes da FUG.<sup>38</sup> A conspiração não chegou a se transformar num movimento armado, mas significou, certamente, o principal obstáculo à arregimentação de Flores da Cunha, pois era através de todo este clima que os tradicionais líderes gaúchos marcavam sua presença e que a FUG reafirmava simbolicamente sua força. Nessa frente de luta, eram inatingíveis pelo aparato repressivo do interventor, que não conseguia desativar os exilados, nem cessar a onda de boatos que se alastrava mesmo com a imprensa censurada.

Quanto à atuação legal da Frente Única, os líderes exilados, desde logo, se fizeram substituir. Antes de ser preso, Borges de Medeiros transmitira a chefia do PRR a Maurício Cardoso, cujo primeiro esforço foi o de entrar em articulações para a formação de um partido nacional de oposição.<sup>39</sup> Nos primeiros dias de novembro, o *Correio do Povo* noticiou que a FUG tinha sua ação coordenada por uma comissão central interina, presidida pelo novo chefe republicano e por Amaro da Silveira, que representava o PL. A comissão estava incumbida de reorganizar os diretórios dos dois partidos em todos os municípios e tinha viagem marcada para Rivera (cidade uruguaia fronteira a Santana do Livramento),

onde os líderes exilados organizavam três congressos: um para os republicanos, outro para os libertadores e o terceiro para representantes dos dois partidos.

Foi nessa ocasião que se ensaiou uma trégua política, a partir de um encontro de Maurício Cardoso com Flores da Cunha. O líder republicano dispôs-se a promover uma conciliação, desde que o interventor adiasse a convenção do PRL já convocada para o dia 15 de novembro. Apesar da aparente concordância, Flores da Cunha não interrompeu a arregimentação, nem retardou o conclave de fundação do PRL, que se realizou na data prevista, sem que se desse qualquer novo passo no sentido da conciliação. Com essa proposta, a Frente Única pretendia ganhar tempo para reabsorver seus antigos quadros, antes que se comprometessem com o interventor. Este, como já comentamos, buscava facilitar as adesões ao PRL, acenando com a perspectiva de um acordo. Ambos disputavam o apoio de republicanos e libertadores, já que não havia mais espaço para o antigo bipartidarismo. A composição das duas correntes tradicionais tornara-se a única alternativa possível na nova configuração das forças políticas, seja para incorporar-se ao poder, seja para ficar com a oposição.

Os congressos de Rivera confirmaram a liderança dos chefes exilados, que continuariam a ditar a orientação da Frente Única, e mantiveram Maurício Cardoso e Amaro da Silveira na presidência da comissão central. A orientação definida foi a de engajar-se na disputa eleitoral, reorganizando os partidos em frente única em todos os níveis. Houve até um movimento de aproximação programática como, aliás, Flores da Cunha já fizera, antecipando-se à FUG.<sup>40</sup>

Todo o encaminhamento da campanha eleitoral foi feito em conjunto, a ponto de os comícios reunirem sempre oradores dos dois partidos. Desta vez, a aliança das cúpulas se impôs às bases partidárias, tentando firmar-se a nível local. Até então, a Frente Única só mobilizara as bases para a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, ou seja, para efeitos nacionais. Unificada e coesa como nunca, a FUG atuou como uma única corrente política, embora os partidos não tivessem chegado a se fundir. Estes não superaram todas as divergências, enfrentaram dificuldades na elaboração do programa a ser defendido na Constituinte e agiram com autonomia na escolha de seus candidatos, compondo cada qual a sua chapa para as eleições.

A FUG lutou sem os recursos de que sempre dispusera, não contando com seus principais jornais. O órgão oficial dos republicanos, *A Federação*, passara ao controle da interventoria, enquanto que o dos libertadores, *O Estado do Rio Grande*, fechado desde a guerra civil, assim permaneceu por decisão do congresso libertador em protesto contra a censura. A Frente Única recebeu o apoio do *Correio do Povo* e, mais

declaradamente, do *Diário de Notícias* de Porto Alegre, além de vários jornais municipais de circulação instável (pela ação da censura) e de vida efêmera (pela carência de recursos). Tanto o *Correio do Povo* quanto o *Diário de Notícias* foram fortemente pressionados pela interventoria: o primeiro teve um diretor e redator-chefe<sup>41</sup> presos, e o segundo acabou mudando de orientação política, em razão de um contrato negociado por Osvaldo Aranha com Assis Chateaubriand, pelo qual passou ao controle editorial do primeiro, em março de 1933.<sup>42</sup> Além disso, Flores da Cunha possuía *A Federação* e o *Jornal da Manhã* para contra-atacar as críticas e denúncias da imprensa da FUG, e não vacilou em apreender edições e até em empastelar os jornais de menor expressão.

A tônica da campanha da Frente Única foi dada pelo revanchismo, pelo ataque direto ao interventor sob aspectos públicos e pessoais. Tratava-se de desmoralizar a sua imagem política, de deslegitimar o seu poder e de forçá-lo a abandonar o cargo. Tentou-se, sem sucesso, indispor-lo com o Governo Provisório, recriando as divergências que o dissentiram com Osvaldo Aranha no desenrolar da crise política que precedeu a guerra civil de 1932. Ao ministro da Fazenda foram enviadas constantes denúncias contra o interventor, e chegou-se até a lançar boatos de que Aranha substituiria Flores da Cunha. Havia a clara intenção de isolar Flores da Cunha do Governo Provisório.

Temos a respeito um expressivo depoimento de Raul Azambuja (PRR), em carta que enviou a Osvaldo Aranha:

"Vejo ainda o horizonte da política nacional coberto da mesma corração de que falavas em 1930, hoje, mais negra. Já agora ninguém mais tem o direito de pensar (...). Duas vezes fui preso (...) sem motivo poderoso (...) e assim têm sido quase todas as prisões. Todos os paredros da Frente Única anseiam pelo alistamento de seus correligionários para, no primeiro prélio cívico da República Nova, mostrarem à Nação que os tradicionais partidos ainda não pereceram (...). Devemos confiar nas promessas do Governo Provisório ainda que falhas nos tenham sido muitas delas (...). Devemos esperar o dia das próximas eleições, mesmo diante da falência das garantias proclamadas pelo interventor (...). É esse o pensamento da maioria absoluta dos elementos da Frente Única. Nada recete o Governo Provisório da FUG, antes deve cuidar-se das surpresas dos grupos que lhe cercam cujas ambições se medem com trenas quilométricas. Precisamos de liberdade para o alistamento (...) e exercício do voto (...). Há vários dias se vem falando da tua vinda para a interventoria (...). Certamente o teu governo iria iniciar de fato o regime das franquias liberais (...) restabelecendo a confiança e tranqüilidade para a própria ditadura".<sup>43</sup>

Efetivamente, Flores da Cunha estava na alça de mira da Frente Única. Ele, que subira ao poder estadual como representante da FUG, conquistava agora sua autonomia política, organizando bases próprias e consolidando um novo arranjo de forças. Derrubar Flores era o mesmo que desbaratar o novo partido e os compromissos que se firmavam em torno dele; era atingir a viga mestra do novo sistema de alianças políticas de alto interesse para o Governo Provisório. Flores da Cunha era, no momento, insubstituível para o Governo Provisório. Entretanto, mesmo com todo o apoio federal, o interventor encontrou algumas dificuldades na conquista do eleitorado e lançou mão de todos os meios para garantir a vitória, prevalecendo, em certos casos, as antigas práticas coercitivas. A arregimentação começou, como vimos, pelos prefeitos, chefes políticos e comandantes das tropas estaduais. Flores conseguiu sua ampla adesão e seu maciço comparecimento à assembléia que oficializou a fundação do novo partido. Mas verificaram-se resistências, principalmente nos meios libertadores, já tradicionalmente afastados do poder e, portanto, menos sensíveis à reorganização do situacionismo estadual. Para os chefes políticos renitentes, adotou-se a tática de apelos pessoais, assinados pelas mais prestigiadas personalidades engajadas na nova ordem. O próprio ministro da Justiça, Antunes Maciel, dirigiu-se pessoalmente, e com êxito, ao coronel Gaelzer, chefe libertador de Passo Fundo: “(...) estamos precisando do prestígio de seu nome respeitado para o fortalecimento do Partido Republicano Liberal nesse município (...)”.<sup>44</sup>

Simultaneamente, o interventor usava da força para conter o crescimento da Frente Única e empreendia esforços particulares para conquistar setores políticos independentes — como os tenentes, o eleitorado católico da LEC e as massas urbanas —, de modo a evitar que se comprometessem com a FUG. Verificou-se o recrudesimento do emprego da força à medida que avançava o processo eleitoral. O início do alistamento marcou a intensificação das violências contra os antigos partidos e das denúncias e apelos da FUG a Osvaldo Aranha, para que providenciasse o estabelecimento das garantias plenas do alistamento e das eleições. Além das inúmeras prisões e medidas coercitivas sofridas pela FUG, ela só conseguiu seu registro eleitoral um mês antes das eleições e, às vésperas do pleito, teve um de seus candidatos cassados.<sup>45</sup>

Realmente, as eleições no Rio Grande acabaram tendo problemas com a Justiça Eleitoral, pois a FUG a ela recorreu, denunciando coação e fraude. O recurso da Frente Única chegou à instância federal, mas foi devidamente contornado, graças ao prestígio e força política do interventor naqueles meios.

A disputa eleitoral com a Frente Única teve um desfecho original. Flores da Cunha recorreu a uma tática de impacto, fazendo-se julgar por



um "Tribunal de Honra" em resposta às incessantes acusações da FUG de que teria traído seus compromissos com a revolta de julho de 1932. O tribunal pronunciou-se em 1.º de maio, na antevéspera das eleições, e dentre os seus prestigiados componentes, estava o arcebispo dom João Becker.<sup>46</sup>

Quanto à arregimentação do eleitorado católico, o PRL beneficiou-se da divergência que os outros dois partidos tinham com os princípios da LEC.<sup>47</sup> Para garantir esse apoio, fez publicar no *Jornal da Manhã* uma série de artigos, assinados por Coelho de Sousa, comparando o programa e a atuação da FUG e do PRL com os postulados católicos. Em meados de março, o autor dos artigos escrevia a Osvaldo Aranha afirmando que sua missão tinha sido coroada de êxito, pois conseguira aproximar o PRL do eleitorado da LEC.

Já com relação aos grupos tenentistas do estado, a questão programática não constituiu obstáculo, dado o comprometimento político da nova corrente com a direção revolucionária nacional. Embora não se identificasse com o programa do PRL, a chamada "mocidade tenentista" das guarnições federais hipotecou seu apoio a Flores da Cunha "enquanto este estivesse com o Ditador".<sup>48</sup>

Desta forma, o compromisso do interventor com o Governo Provisório garantia certa margem de afinidade política entre os setores revolucionários e as forças dominantes estaduais, o suficiente para prevenir a reincidência das tensões e situações conflitantes que precederam, no estado, a guerra civil de 1932. Era, sem dúvida, uma estreita margem, dado que o compromisso expressava, em última instância, uma composição entre os interesses políticos estaduais e o poder central. Os tenentes do Rio Grande formavam uma minoria, cuja expressão política derivava de suas relações com as lideranças revolucionárias nacionais e não de uma penetração na sociedade civil gaúcha.

Esse quadro explicitou-se, em fevereiro de 1933, por ocasião da visita de João Alberto Lins e Barros<sup>49</sup> a Porto Alegre. Vinha como emissário da cúpula tenentista nacional, que decidira, diante das resistências encontradas na elaboração do Anteprojeto de Constituição, elaborar independentemente um programa revolucionário nacional. A missão de João Alberto tinha o duplo objetivo de "harmonizar os princípios do programa liberal do PRL com os de um partido nacional em vias de organização" e "procurar uma cordial aproximação dos tenentes ao Flores".<sup>50</sup> A atitude dos tenentes gaúchos nesse episódio foi muito significativa, pois não chegaram a comparecer à recepção oferecida a João Alberto, nem reconheceram nele um representante capaz de aproximá-los do interventor.

A integração do programa do PRL com o de um partido revolucionário nacional não foi levada a cabo, tendo o interventor optado por delegar

a Osvaldo Aranha sua representação nas *démarches* que desembocaram na União Cívica Nacional (UCN). Vale registrar, por fim, o desinteresse da FUG em arregimentar os tenentes do Rio Grande. Essa posição partiu, principalmente, de Raul Pila, chefe do PL, que em janeiro de 1933 já repudiara qualquer aproximação com esse grupo.<sup>51</sup>

Nas últimas etapas do processo eleitoral surgiram problemas com as exigências do novo Código Eleitoral, particularmente com a definição das inelegibilidades. Tanto o PRL quanto a FUG sofriam de absoluta carência de nomes para compor suas chapas. O novo código veio agravar essa situação, atingindo principalmente a FUG, já que Flores da Cunha contava com a colaboração do ministro da Justiça na busca de soluções.<sup>52</sup>

Quanto aos dispositivos que reduziam as possibilidades de fraude, foram todos contornados na Justiça Eleitoral. Assim, segundo a FUG, registraram-se nas eleições o assassinato do delegado de polícia de Caçapava, a quebra de sigilo pelo uso de cédulas identificáveis e a desobediência aos prazos estabelecidos para o alistamento de candidaturas.<sup>53</sup>

A vitória do PRL foi maciça e ratificada pelo Tribunal Regional, conforme se pode constatar nos quadros a seguir:

## QUADRO I

### RESULTADOS ELEITORAIS NO RIO GRANDE DO SUL

N.º Total de Eleitores	N.º de Votantes	N.º Final de Votos Apurados	N.º de Candidatos	N.º de Deputados	Quociente Eleitoral
231.195	194.388	185.706	36	16	11.606

## QUADRO II

Partidos Políticos	N.º de Votos	N.º de Deputados Eleitos
Partido Republicano Liberal	132.056	13
Frente Única Rio-Grandense	37.400	3

Fonte: Brasil, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1933-1934. v. 12 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37), p. 292.

A partir da vitória eleitoral do PRL, verificou-se um imediato esvaziamento da política regional e uma rápida projeção dos porta-vozes do Rio Grande no cenário nacional. Encerrado o pleito, processou-se um natural refluxo da mobilização política. A minoria oposicionista estava derrotada e sem horizontes políticos naquela conjuntura. A FUG via-se sem qualquer possibilidade de influir, pois estava praticamente alijada da Constituinte e ainda sob o jugo do regime discricionário vigente. Sofreu, assim, uma nova retração política, embora não abandonasse a via conspiratória.

O fato é que estabilizou-se a política rio-grandense à sombra da administração e do crescente prestígio nacional de Flores da Cunha, permitindo-lhe dedicar-se amplamente às principais questões do movimento político nacional. As questões que surgiram no âmbito dos interesses regionais não chegaram a limitar sua autonomia e envolvimento no processo político nacional. Falou-se, novamente, em conciliação com a FUG, e mais uma vez o interventor gaúcho assentiu, embora não se propusesse a participar da iniciativa.<sup>54</sup>

Registrou-se um curto período de perturbação no estado com a descoberta de um movimento conspiratório nas guarnições federais, no início de setembro de 1933.<sup>55</sup> Segundo informações transmitidas pelo interventor gaúcho, tratava-se de um plano de levante armado de dimensões nacionais, que exigiu a intervenção dos Ministérios da Guerra e da Justiça para sua repressão. Tudo indicava que o movimento se restringia aos meios militares, não tendo penetração na população civil e nem qualquer envolvimento com a Frente Única.

O clima político no Rio Grande, no desenrolar do processo de constitucionalização, foi de tranqüilidade e incontestável reconhecimento da autoridade de Flores da Cunha. Evidência máxima de sua consolidação e prestígio no estado foi a resistência que provocou quando manifestou sua intenção de afastar-se do cargo, não se candidatando ao governo constitucional do Rio Grande. A reação começou com os protestos do diretório do PRL, seguido de uma ação conjunta dos prefeitos lançando a sua candidatura e de um pronunciamento público de Osvaldo Aranha garantindo que o eleitorado do PRL o conduziria sem dificuldades à governança.<sup>56</sup>

## 2.2. *A mediação: novo papel nacional*

A trajetória do Rio Grande do Sul no processo nacional de constitucionalização descreveu uma curva descendente, cujas coordenadas foram dadas pela situação de compromisso com a orientação governamental e pelo comportamento do conjunto das facções políticas. Abordaremos

essa trajetória sob duas dimensões: a de seu contexto mais amplo, acompanhando o desempenho dos políticos gaúchos nos bastidores do Governo Provisório e da Constituinte; e a de seu contexto mais específico, restrito ao plenário da Assembléia.

A parte geral precederá o estudo da bancada gaúcha, fornecendo referenciais necessários à sua avaliação. Optamos por uma abordagem periodizada que correspondesse às diferentes composições das forças políticas, determinadas em grande medida pelas próprias etapas do processo de constitucionalização.

Delimitamos três momentos principais: 1) o período pré-eleitoral, aberto com a retomada do processo da constitucionalização, em outubro de 1932, e concluído com as eleições de maio de 1933; 2) o momento das articulações para a composição dos poderes no interior da Assembléia, que precedeu à sua instalação e se estendeu até a posse de Medeiros Neto na liderança da maioria (maio de 1933 a janeiro de 1934); e 3) a complexa conjuntura da vigência plena da Constituinte, de janeiro a julho de 1934.

#### *Os prudentes e os tenentes (outubro/32 — maio/33)*

Aproximavam-se as eleições diretas, previstas para 3 de maio de 1933, exigindo abertura política para a sua realização dentro dos novos moldes prescritos pelo Código Eleitoral, promulgado em fevereiro de 1932. O Governo Provisório, ainda ressentido da crise política e da guerra civil, não tinha tempo a perder para recuperar suas forças e alargar suas bases de sustentação, de modo a poder conduzir o processo eleitoral. Nesse movimento de rearticulação do situacionismo nacional, vimos, no item anterior, que o Rio Grande se projetou inicialmente, reingressando no ministério de Vargas e inaugurando o movimento nacional de reorganização partidária. Coube-lhe, como ficou evidenciado, uma função exemplar: a experiência pioneira de lançar os padrões organizacionais e programáticos preconizados pela estratégia governamental para os demais partidos que se formariam.

A arregimentação eleitoral, significando toda a rearticulação do situacionismo do Rio Grande, foi tarefa imensa e prioritária, absorvendo quase que integralmente os chefes políticos do estado. Na verdade, a projeção nacional do Rio Grande, nessa primeira fase, não se traduziu por uma influência própria nos rumos do processo político, mas por uma presença destacada nos meios governamentais, cujo significado foi o de um importante apoio à orientação de Getúlio Vargas.

A estratégia de Vargas era a de promover a formação de partidos organizados pelos interventores e de integrá-los em um programa mínimo, que deveria coincidir com o anteprojeto da futura Constituição, a cargo

da subcomissão do Itamarati. Essa articulação, pela via dos interventores, seria reforçada pelo encaminhamento jurídico da constitucionalização, que regulamentaria a composição da Assembléia e seu funcionamento através da elaboração do Regimento Interno.

Nesse esquema, o Rio Grande do Sul teria relevante participação, tanto na reorganização partidária quanto na condução legal do processo, sob a competência de Antunes Maciel. Entretanto, em ambos os campos de ação os representantes políticos do estado tiveram, nessa etapa, um desempenho estreitamente associado ao chefe da nação.

Mas essa não foi a norma das relações entre o Governo Provisório e as demais forças políticas do país. Desde logo, a estratégia governamental encontrou resistências nos meios tenentistas mais "puros", que tomaram iniciativas autônomas, não aceitando a reorganização de partidos regionais nem se dispondo a aguardar e a submeter-se a um programa elaborado pela subcomissão do Itamarati, com a qual não se identificavam.<sup>67</sup>

O quadro que se formava suscitou, no chefe do governo, um movimento de atenção ao Norte e Nordeste, ainda sob a influência, senão sob a liderança e o controle, dos tenentes. Getúlio Vargas reajustou suas expectativas e alterou taticamente sua orientação. Concedeu mais um ministério à região e, principalmente, abriu um espaço político para os tenentes, convidando Juarez Távora para assumir a pasta da Agricultura. Sua posse abriu uma nova frente de articulações políticas, agora conduzida do gabinete do Ministério da Agricultura, transformado em ponto de reuniões tenentistas.

Essas mudanças, que se seguiram à celebração do acordo político com o Rio Grande (oficializado no congresso que fundou o PRL), bem indicavam a relatividade da força nacional desse estado. Mas não resta dúvida de que a presença de Antunes Maciel no ministério da Justiça significava, para os chefes gaúchos, a garantia de contar, no mínimo, com um observador privilegiado para fornecer-lhes informações, permitindo-lhes acompanhar o desenvolvimento das articulações e formar uma visão realista da situação política. Um dos mais completos relatos de Antunes Maciel a Flores da Cunha, enviado uma semana após a posse de Juarez Távora no ministério da Agricultura, informa-o do clima político da capital:

"(...) Vamos bem apesar da ofensiva de boatos que de uns quatro dias para cá se desencadeou. (...) O governo está forte e homogêneo (...) o único ponto ainda escuro é São Paulo, porém temos martelado seguidamente junto a Getúlio Vargas para a respectiva solução e estamos esperançosos de levar a bom termo a campanha (...).

(...) Causou ótima impressão o discurso de posse do Juarez (...). O Norte está coeso, prestigiando o Governo (...). O boato espalhou — talvez por expansão de despeito — depois desse discurso, que o José Américo [ministro da Viação] e o Protógenes [ministro da Marinha] iam sair (...). Pura invencionice. Não sei de coisa alguma que esteja ameaçando a harmonia do Ministério (...). O próprio Osvaldo Aranha, às vezes, em maré de descrença e aborrecimento, anda agora alegre (...).<sup>58</sup>

Essas articulações nos bastidores do Governo Provisório e, particularmente, a atuação de João Alberto provocariam o primeiro estremecimento de Flores da Cunha com o tenentismo, desde a retomada da constitucionalização. No início de janeiro, o interventor gaúcho telegrafou a Antunes Maciel denunciando suas suspeitas de que João Alberto estivesse envolvido num “novo movimento”. Dizia-se informado de que este enviara dois emissários ao Rio Grande para fazer articulações com os chefes da Frente Única e solicitava esclarecimento de Vargas e de Osvaldo Aranha a esse respeito.<sup>59</sup>

Flores da Cunha só se tranquilizou com o desmentido pessoal de João Alberto, em telegrama endossado por Luís Aranha: “(...) Posso declarar-lhe que, ontem, os companheiros revolucionários reunidos no Ministério da Agricultura manifestaram-se unanimemente a seu lado, em toda e qualquer circunstância. Irei pessoalmente levar-lhe segurança de nossa ação conjunta”.<sup>60</sup>

Exatamente um mês depois, João Alberto chegava a Porto Alegre já com um “programa nacional” pronto para ser “harmonizado” com o do PRL. Flores acedeu, mas limitou-se a compor uma comissão para desencumbir-se da tarefa. Na verdade, não se sentiu obrigado a convocar nova assembléia política, como prescreviam os estatutos do seu partido, pois notava-se certa autonomia entre essa proposta e aquela com a qual se comprometera. Afinal o anteprojeto não estava pronto, e a missão de João Alberto não vinha oficializada pelo Governo Provisório.

Os passos seguintes das relações do Rio Grande com as correntes revolucionárias confirmaram a tendência de mútuo afastamento. Ainda em fevereiro, a imprensa começou a divulgar o surgimento de pressões tenentistas para o adiamento das eleições por seis meses. Essa notícia provocou indisfarçado descontentamento no Rio Grande e ensejou, inclusive, uma iniciativa do bispo de Porto Alegre, que escreveu a Antunes Maciel indagando sobre a veracidade dessas notícias e manifestando seu desgosto e sua apreensão frente a tais cogitações.<sup>61</sup>

Nessa mesma ocasião, outro indício se acrescentou: a comissão diretora do Partido Republicano Liberal repudiou, “por impraticável”,

a introdução da representação profissional na Constituinte, refutando com isso uma reivindicação prioritária dos tenentes e de grande interesse para o chefe do governo.<sup>62</sup> Vale notar que essa divergência, pela sua gravidade, foi rapidamente contornada, com a vinda de Flores da Cunha à capital federal, onde participou de vários entendimentos que incluíram contatos diretos e indiretos com outros interventores. Das negociações resultou uma reconsideração pública do interventor gaúcho, que declarou aos jornais sua concordância com "uma representação moderada das classes".<sup>63</sup> Dias depois, uma nova decisão da cúpula do PRL reconhecia a situação de divergência com a orientação dos "revolucionários" e propunha que Osvaldo Aranha assumisse a mediação entre ambos, representando o PRL nas *démarches* de coordenação das forças revolucionárias de todo o país.<sup>64</sup>

Já então frustrara-se a tentativa de formação de um partido nacional e amplos setores tenentistas atuavam de forma conjugada com a orientação governamental, limitando-se a articular os partidos dos interventores a um programa mínimo comum. Esse arranjo tendia a se concentrar no Norte e Nordeste, não encontrando condições de implantação nas demais regiões e principalmente nos grandes estados do Centro-Sul, que aumentavam suas resistências em face dos avanços tenentistas. A nova composição política foi oficializada em meados de abril, com o nome de União Cívica Nacional.<sup>65</sup>

O envolvimento do Rio Grande na formação da UCN estava oficialmente na dependência de uma mediação de Osvaldo Aranha que era, sem dúvida, um dos responsáveis máximos pela orientação programática das forças situacionistas gaúchas. Entretanto, Osvaldo Aranha já não era reconhecido pelo conjunto das correntes "revolucionárias" como o líder e o porta-voz que fora nos primeiros tempos de ditadura. Não integrava mais o Clube 3 de Outubro e não merecera o apoio desses setores para sua atuação na subcomissão do Itamarati. Na verdade, vinha perdendo representatividade nos meios tenentistas e, de certo modo, fora ultrapassado pela revigorada liderança de Juarez Távora, da qual se originou a UCN. Entretanto, o prestígio e a influência do ministro da Fazenda eram ainda incontestáveis, e o ponto máximo de sua intervenção na UCN foi a aprovação, como questão fechada, de dez princípios programáticos que propôs ao plenário do primeiro congresso desta nova agremiação.<sup>66</sup> O caráter antioligárquico dessas teses evidencia que Osvaldo Aranha pautou-se muito mais pelos ideais reformadores que compartilhava com os tenentes do que pelo programa ou pelo compromisso de representar o PRL.

Verificava-se, assim, que a organização do situacionismo nacional evoluía para um quadro bastante diverso do apresentado inicialmente pelo

Governo Provisório ao Rio Grande do Sul. A subcomissão do Itamarati não foi representativa das lideranças políticas do Norte e Nordeste que, nesta conjuntura, acabaram tomando a vanguarda da centralização programática. A UCN não conseguiu incorporar as oligarquias situacionistas do Centro-Sul, que diante da ofensiva tenentista aumentaram suas resistências.

O empenho dos setores "revolucionários" em garantir sua influência nos rumos da Constituinte imprimiu um novo ritmo nas articulações dos situacionismos estaduais. Compeliu o chefe da nação a encampar esses avanços que, se não eram aceitos pelos partidos do Centro-Sul, eram condição fundamental para que Vargas não perdesse o apoio do tenentismo e de suas bases no Norte e Nordeste.

Com isso, a estratégia gradualista acertada por Osvaldo Aranha com o Rio Grande cedeu lugar, nesse momento, às articulações de Juarez Távora com os estados do Norte. Ainda que o Rio Grande estivesse, de princípio, incluído na nova frente (como atestou a visita de João Alberto a Porto Alegre), o PRL tendeu a se afastar dela, sem que isso provocasse esforços conciliatórios de Osvaldo Aranha, ou mesmo de Vargas e Antunes Maciel. O ministro da Fazenda, de sua parte, reservou-se uma postura independente, porém muito mais próxima dos tenentes do que do Rio Grande.

Quanto ao chefe da nação, o que lhe importava prioritariamente nesse período pré-eleitoral era garantir a vitória das forças que o apoiavam, já que até a instalação da Assembléia, em novembro, contaria ainda com seis meses para tratar da orientação política das bancadas situacionistas eleitas. Vargas procurou fortalecer a liderança de seus interventores, e a experiência com Flores da Cunha foi, sem dúvida, a mais bem-sucedida. Onde não foi possível garantir os votos da maioria para o interventor, o chefe da nação não hesitou em abrir canais de negociações e entendimentos com os grupos de maior expressão no estado.<sup>67</sup>

Paralelamente, Getúlio Vargas deu prosseguimento à alternativa de condução jurídica do processo de constitucionalização, encaminhando a elaboração do anteprojeto e do regimento interno da Constituinte e tomando medidas definitivas para a introdução da representação classista na Assembléia. O saldo final auferido pelo situacionismo gaúcho, nesses primeiros meses de gestão do Ministério da Justiça, foi mais o de um apoio à campanha do PRL, como notamos no item anterior, do que o de um veículo de intervenção na política nacional.

A atuação do ministro da Justiça pautou-se, sempre, por um estreito alinhamento à orientação de Vargas, tal era o contexto das relações do Rio Grande com o chefe da nação. Se divergências havia, como atestava a ambigüidade do programa do PRL, nem Flores da Cunha nem Vargas



preocuparam-se em enfrentá-las, nessa ocasião. A vitória eleitoral do PRL era o que importava antes de mais nada.

Com a formação da União Cívica Nacional o quadro político voltara a acentuar uma divisão entre o Norte-Nordeste, alinhado ao tenentismo, e o Centro-Sul, cuja única atitude comum, e por sinal espontânea, era de resistência a um enquadramento nesses moldes. As eleições, ainda não apuradas, apontavam, com exceção de São Paulo, a vitória dos situacionismos estaduais, confirmando esse quadro político.

O Rio Grande, que passava por importantes redefinições em sua organização política, dispondo de poucas condições para atuar no âmbito nacional, não se arriscou a medir forças com a corrente revolucionária que se rearticulava. Foi, portanto, duplamente compelido a se preservar, conseguindo exibir, ao final do período, o êxito total de sua reorganização interna e a consolidação de suas posições na cúpula dirigente nacional. Por outro lado, dentre os grandes estados do Centro-Sul, o Rio Grande era o único que conjugava força militar e controle político do estado a uma situação já consagrada de compromisso com o poder central.

Considerando-se que o Norte-Nordeste já definira sua orientação programática, não se prestando, portanto, a uma função mediadora, vemos o novo situacionismo gaúcho despontando como a facção política que reunia melhores condições para articular as forças situacionistas dos grandes e pequenos estados. Flores da Cunha apresentava-se como um mediador sob medida, pois, além do PRL não ter firmado sua orientação programática definitiva, este partido do Centro-Sul estava profundamente comprometido com Vargas.

#### *Um quebra-cabeças para Flores da Cunha (maio/novembro-33)*

O semestre que se estendeu entre as eleições de maio e a instalação da Constituinte, em novembro de 1933, constituiu a última oportunidade para o Governo Provisório compor, com o conjunto das forças oligárquicas situacionistas, um programa mínimo que antecederesse à inauguração do novo centro de poder.

Tratava-se de articular um bloco majoritário na Assembléia, que garantisse a aprovação de uma série de questões consideradas cruciais para a continuidade da nova ordem dominante. Incluíam-se aí problemas de interesse mais imediato como a anistia; a eleição presidencial; a elegibilidade de Vargas, de seus interventores e ministros; a aprovação dos atos do Governo Provisório; e outras questões de caráter constitucional e relativas, principalmente, à definição das relações de poder entre os estados e a União, ou seja, à delimitação do espaço político do poder regional.

Esse acerto político-programático, que vinha enfrentando resistências e adiamentos sucessivos, acarretara um ajuste muito aquém do pretendido. Referimo-nos à criação da União Cívica Nacional que, apesar do nome, acabou por significar uma firme tomada de posição do Bloco do Norte. Esse grupo, importa notar, constituía apenas uma das facções políticas em jogo e, exatamente, a que reunia menos condições de garantir a maioria na Constituinte. Mesmo que todos os partidos integrantes da UCN alcançassem uma coesão absoluta, a soma dessas pequenas bancadas não teria peso numérico para prevalecer na Assembléia.<sup>88</sup> O fracasso dessa iniciativa de inspiração governamental impunha, portanto, um esforço de redefinição do campo das negociações que viabilizasse o engajamento da oligarquia dos grandes estados. Era ela o elemento básico para a eficácia da *coordenação* da Constituinte, mas também o reduto de maior resistência a tal proposta.

Isso se devia ao surgimento de novos fatores que só vieram reforçar o peso político desses segmentos oligárquicos e sua compreensível relutância em alinhar-se à orientação centralizadora e continuísta do Governo Provisório. Somaram-se aí a incompatibilidade daqueles setores com o ideário da UCN e a situação privilegiada a que ascenderam, registrando esmagadora vitória eleitoral. A reconquista pelas urnas da representação partidária dos estados do Centro-Sul garantia-lhes o controle das grandes bancadas, ou seja, do recurso fundamental para compor a maioria na Constituinte. Sendo assim, a nova investida articuladora deveria, de início, caracterizar uma dissociação entre a cúpula governamental e a UCN, de modo a que ficassem oficialmente admitidas novas alternativas de negociação.

Nosso objetivo é, exatamente, o de avaliar o papel do Rio Grande do Sul nos esforços articuladores desse compromisso, em função do qual deveriam ser tomadas as últimas providências antes da instalação da Assembléia: a composição da mesa diretora, das lideranças e comissões, ou seja, da coordenação interna da Constituinte.

A retomada dos entendimentos políticos não foi imediata à realização do pleito de 3 de maio, porque o quadro político complicara-se ainda mais devido a outras graves questões conjunturais que exigiam solução inadiável. Este era o caso de São Paulo, tornado insustentável com a derrota eleitoral dos partidos do interventor e as eleições dos representantes classistas.

Vargas procurou enfrentá-las antes de reabrir as *démarches* para articular a maioria na Constituinte e tentava, com isso, garantir dois recursos preliminares: em primeiro lugar, a presença, na Assembléia, de mais uma grande bancada — a *classista* — sobre a qual esperava exercer maior influência; em segundo lugar, abrir a possibilidade da participa-

ção de São Paulo nas negociações daquele compromisso, já que sem solucionar o caso da interventoria qualquer aproximação seria vã.

Somente depois de encaminhar essas questões é que foi possível identificar, em meados de julho, a retomada dos contatos e articulações políticas.<sup>69</sup> Significativamente, deu-se nessa ocasião o encontro dos interventores Lima Cavalcânti (Pernambuco) e Flores da Cunha, na capital gaúcha. A importância política dessa visita, inédita na história dos dois estados, era patente, já que se tratava de dois dos mais prestigiados líderes regionais, cada qual vinculado a uma das duas correntes políticas nas quais se dividia o situacionismo governamental. Mas enquanto Lima Cavalcânti representava a UCN e o seu programa tenentista, Flores da Cunha só podia falar em nome do PRL, uma facção moderada do conjunto das forças oligárquicas federalistas do Centro-Sul. Embora se tentasse revestir o encontro de um caráter puramente administrativo, a imprensa carioca já registrava seu sentido político, antes mesmo de o interventor pernambucano seguir viagem para Porto Alegre. Sua escala no Rio mereceu ampla cobertura jornalística que, embora seguisse todos os seus passos, não teve acesso às matérias tratadas nas palestras confidenciais que teve com os ministros Osvaldo Aranha e Antunes Maciel.<sup>70</sup>

Os objetivos específicos do encontro só vieram a público ao se completarem os dez dias da visita. Lima Cavalcânti declarou à imprensa que compartilhava com Flores da Cunha dos “mesmos pontos de vista com relação a alguns fundamentos essenciais”, e o interventor gaúcho assegurou que iria propor, por ocasião da instalação da Constituinte, a fundação de um partido nacional coordenador das forças revolucionárias para a articulação de “postulados principais e comuns a todos”.<sup>71</sup>

Essas declarações não escondiam a persistência de discordâncias que ainda dividiam os dois grupos de interesse. Se o pronunciamento de Lima Cavalcânti explicitava o tema de seus encontros com Flores da Cunha, nada dizia de substantivo sobre o que ficara acertado. Este último tampouco referiu-se a qualquer princípio consensual a ambos, limitando-se a um compromisso com uma última iniciativa em favor da articulação de um programa mínimo nacional.

A posição do interventor gaúcho não lhe permitia, na verdade, ir além desta proposição, por dois fortes motivos: estava longe de ser um porta-voz, mesmo que oficioso, das demais lideranças oligárquicas — o que o impedia de afiançar quaisquer resultados de antemão —, e porque o seu próprio partido, o PRL, não tinha um interesse maior na concretização de um acerto disciplinador com os tenentes.

Com relação aos novos partidos oligárquicos, as perspectivas de êxito de uma mediação do interventor gaúcho pareciam mínimas. Primeiro, porque essas organizações vinham acumulando forças e se valiam disso para preservar sua autonomia de conduta no processo de redefinições

políticas que se iniciava. Os líderes regionais já estavam suficientemente estabilizados e conscientes de seu peso político para se sentirem ameaçados por pressões unificadoras, não cogitando de ceder aos propósitos centralizadores e continuistas de Vargas. Nesse sentido, o pronunciamento de Flores da Cunha reiterando seus compromissos com a orientação do Governo Provisório não encontrava a menor receptividade, além de parecer algo contraditório, em face do prolongado silêncio e alheamento do PRL aos esforços anteriores de articulação político-programática.

Segundo, porque o estado de dispersão que se instalara no seio das oligarquias situacionistas desde a guerra civil trazia toda ordem de dificuldades para o desenvolvimento de negociações programáticas. É que, paradoxalmente, a neutralização das frentes únicas e das lideranças oligárquicas tradicionais tornara-se uma faca de dois gumes para o próprio Governo Provisório, embora, de início, houvesse favorecido uma maior influência do poder central nas recomposições políticas daqueles setores. (Vargas, realmente, já havia firmado compromissos de alcances variados com os novos partidos regionais.) Por outro lado, essas intervenções acarretaram composições heterogêneas, com problemas de coesão interna e de representação conjunta, que dificultavam enormemente os entendimentos pretendidos. Com isso, a desarticulação desses segmentos oligárquicos passara a reforçar sua resistência ao alinhamento programático.

Flores da Cunha não contava com qualquer articulação política formalizada com os demais partidos situacionistas do Centro-Sul e, em consequência, seu posicionamento em favor de um novo partido nacional ficava particularizado e sem maior impacto fora de seu próprio estado. Por esse motivo, ou seja, por ser insuficiente a adesão do PRL a este projeto unificador é que o interventor do Rio Grande foi chamado a encaminhar as *démarches* entre as oligarquias e os tenentes, e não apenas a cumprir o seu notório compromisso de enquadrar-se a um programa mínimo nacional.

Na verdade, o que diferenciava o líder gaúcho dos demais chefes partidários do Centro-Sul era a coesão e força políticas que reinstaurara no seu estado e o grau de comprometimento com Vargas que essa reunificação lhe custara. Com efeito, o PRL possuía especificidades que faziam dele um instrumento político mais seguro para o chefe da nação do que os outros partidos de interventores. Entretanto, o envolvimento do PRL com o Governo Provisório tinha contornos bem definidos: os de um compromisso com o continuísmo de Vargas num contexto constitucional, e nunca numa situação similar à que excluía o Rio Grande dos primeiros passos do governo revolucionário. As elites e a opinião pública rio-grandenses jamais admitiriam o retorno daquela predominância dos tenentes com seus projetos centralizadores. Aliás, o PRL vinha dando mostras dessa posição ao afastar-se sistematicamente das últimas articula-

ções tenentistas, muito embora tenha sido, até com certa insistência, convidado a participar delas.<sup>72</sup>

Não é demais lembrar que o programa do novo partido já revelava a ambivalência do situacionismo gaúcho. Conjugavam-se, ali, postulados rigorosamente federalistas — como o pregavam suas tradições forjadas na marginalidade do poder central —, com enunciados propositalmente vagos para dar margem a orientações ditadas pelo momento político, através das quais se afinaria com a política de Vargas. Deixava-se que a ênfase a ser dada, em uma ou outra atitude, ficasse em função da participação gaúcha nos centros decisórios nacionais. Assim, o Rio Grande abriria mão de uma postura federalista, na medida que sua participação nas esferas do poder se tornasse satisfatória, e vice-versa.

De fato, se nos reportarmos ao momento da fundação do PRL, perceberemos o contraste que se estabelecera entre esses dois momentos da relação do Rio Grande com o Governo Provisório. Enquanto que em novembro de 1932 o enquadramento programático era ostensivamente aceito, só dependendo da subcomissão do Itamarati — onde predominavam elementos moderados, entre eles Osvaldo Aranha e Antunes Maciel —, oito meses depois esse compromisso tornara-se problemático diante do movimento de reorganização do tenentismo, que passara a influir marcadamente nos termos do programa mínimo que deveria ser a base do partido nacional.

Todas essas considerações acerca das relações do situacionismo gaúcho com a oligarquia dos grandes estados e com a cúpula do Governo Provisório nos levaram a crer que a visita do interventor pernambucano serviu, basicamente, para revelar o grau de dificuldade que a proposta de unificação programática iria ainda enfrentar. Ao invés de resultar num acerto preliminar sobre os postulados principais e sobre táticas para transformá-los num programa mínimo nacional, o encontro dos dois chefes políticos acabou por significar mais uma sondagem da situação, pois só obteve do Rio Grande a reafirmação de seu compromisso e uma promessa de colaboração futura. Com isso, toda a discrição e reserva de que se cercou essa visita justificavam-se plenamente, permitindo que o passo seguinte das articulações coordenadoras dispensasse a participação de Flores da Cunha sem qualquer prejuízo para a imagem pública do Governo Provisório. Esse novo passo partiu ainda dos promotores da UCN, a quem cabia a iniciativa de melhorar as relações com os partidos oligárquicos.

Logo ao chegar à capital federal, Lima Cavalcânti engajou-se na mobilização de um seletíssimo grupo de líderes revolucionários, com o qual partiu para Belo Horizonte nos primeiros dias de agosto. O grupo reunia três ministros (Juarez Távora, José Américo de Almeida e Washington Pires) e quatro interventores (Carneiro de Mendonça — CE; Pedroernes-

to — DF; Ari Parreiras — RJ; e o próprio Lima Cavalcânti), reunindo a mais alta representação das correntes revolucionárias engajadas na UCN.

Com efeito, enquanto Minas Gerais recebia seus ilustres visitantes, o Rio Grande merecia a atenção de Vargas: Flores da Cunha chegava ao Rio, surpreendendo a imprensa carioca que estranhou “o aparato militar e o desusado interesse com que fora recepcionado”.<sup>73</sup> Desde então, o interventor gaúcho tornou-se uma presença constante no Palácio do Catete, onde participou de reuniões diárias e confidenciais com o chefe da nação, com a eventual presença de Antunes Maciel e/ou Osvaldo Aranha. Passados dois dias de entendimentos reservados, os jornais colheram a notícia de que Flores da Cunha “deveria viajar a Belo Horizonte com o objetivo de cimentar a reaproximação de Minas Gerais e de São Paulo com o Catete”.<sup>74</sup>

Entretanto, mais uma vez, a mediação de Flores da Cunha não encontrou condições de se realizar. Desta feita, os motivos foram os rumos que as negociações tomaram em Belo Horizonte.

A cúpula governamental rendeu-se à evidência do desgaste por que vinha passando e, taticamente, deixou de lado a proposta de acordo programático, para tentar garantir, ao menos, uma coalizão ampla, de cunho estritamente político, mas imprescindível para o funcionamento da Assembléia. Lançou-se mão de um importante campo de negociações, ainda intocado, que era o da distribuição dos poderes internos à Constituinte. Antecipou-se, assim, a escolha da mesa diretora, em torno da qual esperava-se mobilizar o interesse de Minas e, desta forma, obter um entendimento básico dessa grande bancada com as vinculadas ao Bloco do Norte e ao tenentismo.<sup>75</sup>

Nessa altura, o Rio Grande já se alçara a uma nova situação política. Flores da Cunha, que ainda permanecia no Rio, pôde influir diretamente nessas últimas redefinições governamentais, de tal modo que acabou assumindo a condução da nova etapa coordenadora. Em tais circunstâncias, o Rio Grande colocou-se fora da disputa pela mesa diretora, considerando-se antecipadamente representado no futuro arranjo.<sup>76</sup>

O novo papel incumbia o interventor gaúcho de montar um quebra-cabeças, cujas peças eram as bancadas e o resultado final deveria ser uma maioria articulada por encaixes seguros. A estratégia acertada com Vargas definia como primeiro passo o comprometimento do situacionismo mineiro com a presidência da Constituinte. O nome previamente escolhido era o de Antônio Carlos de Andrada, então presidente do Partido Progressista, mas também uma personalidade política de renome nacional. Além de indicado pelo chefe do governo de Minas, Andrada exercia grande influência sobre a numerosa bancada mineira. Era um elemento-chave para o controle da futura Assembléia e para a candidatura de Vargas à presidência constitucional.

Com esse propósito, reuniu-se na capital federal, ainda em meados de agosto, um grupo de composição amplamente representativa das correntes políticas do país. Dele participavam Gustavo Capanema, Washington Pires e Virgílio de Melo Franco, representando o Partido Progressista; o interventor Juraci Magalhães pela Bahia; os ministros Osvaldo Aranha e José Américo de Almeida, além do general Góis Monteiro, que defendiam os interesses da cúpula governamental; e o interventor Flores da Cunha, na coordenação.<sup>17</sup>

Quando se iniciavam os entendimentos, Vargas partiu para uma visita aos estados do Norte e do Nordeste, numa demonstração extremamente oportuna do seu reconhecimento ao apoio recebido desde o início de seu governo. A conveniência política dessa viagem ligava-se sobretudo aos últimos movimentos de aproximação do Governo Provisório com a oligarquia do Centro-Sul e ao risco que tais concessões poderiam provocar em suas relações com o Bloco do Norte. Aliás, Vargas fez-se substituir por Antunes Maciel — que respondeu interinamente pela chefia da nação — e por Flores da Cunha, para quem passou as rédeas da coordenação política. Esta súbita projeção do Rio Grande nos principais centros decisórios da política nacional era a própria expressão desta nova tendência governamental.

Entretanto, a atuação dos dois representantes do Rio Grande não resultou em benefícios imediatos para as relações de Minas e São Paulo com o Catete. A Chapa Única de São Paulo manteve-se alheia às negociações sobre a mesa diretora, e a indicação de Antônio Carlos encontrou seus maiores percalços no interior do próprio Partido Progressista mineiro. Enquanto o Norte negociou seu apoio a Antônio Carlos em troca de uma posição de destaque para o PSD baiano,<sup>18</sup> a facção liderada por Virgílio de Melo Franco, chamado o "tenente civil", não transigia em seu repúdio à escolha do presidente de seu próprio partido para a presidência da Assembléia.<sup>19</sup>

As negociações já apontavam para um impasse quando morreu inesperadamente Olegário Maciel, chefe do governo de Minas. O impacto deste fato sobre a já difícil composição do situacionismo mineiro foi o maior possível, pois abriu a possibilidade de se redefinir aquela correlação de forças. A entrega do governo estadual a uma das duas correntes do Partido Progressista — o que era tido como inevitável — colocaria uma das facções em uma posição de domínio incontestável sobre a outra. O efeito imediato dessa perspectiva sucessória sobre as *démarches* em torno da presidência da Assembléia não poderia ser outro que o de sua interrupção. O Norte já se havia entendido a esse respeito e só restava atingir a meta principal de colocar o Partido Progressista naquele cargo. Quanto a isso, a vacância do posto-chave da política mineira favoreceu o fortalecimento da candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembléia, pois o

grupo de Virgílio de Melo Franco abriu mão dessa disputa para candidatar-se, com alguma vantagem, ao cargo recém-aberto e de maior grandeza. Flores da Cunha pôde, então, embarcar de volta para Porto Alegre, no dia seguinte ao do falecimento do chefe mineiro, mas fez questão de assegurar em declarações à imprensa que Antônio Carlos reunia “as melhores credenciais para o cargo de presidente da Constituinte”.<sup>80</sup>

Seguiu-se, então, um hiato de dois meses na condução política que o Governo Provisório vinha desenvolvendo. A ação coordenadora, atribuída a Flores da Cunha, ficou na dependência das definições que adviriam da sucessão mineira e precisou aguardar os posicionamentos de Vargas.

O chefe do governo quis cumprir seu plano de viagem, deixando que a disputa pelo governo de Minas ganhasse maior nitidez. Este intervalo intencional foi um período pleno de dificuldades, pois além do efeito instabilizador dos boatos e especulações que se desenvolviam em torno da sucessão mineira, desencadeou-se um surto de rebeliões nos baixos escalões do Exército, em vários estados.<sup>81</sup>

Paralelamente, acirrava-se a luta pelo governo de Minas Gerais. A sucessão herdara a disputa entre Virgílio de Melo Franco e Antônio Carlos de Andrada, e esta luta encerrava para o Governo Provisório a seguinte questão: ou manter o *statu quo* em Minas, conservando o predomínio oligárquico, apesar de suas resistências à orientação centralizadora, ou impor uma composição de forças que privilegiasse a facção de Virgílio de Melo Franco e que imprimisse uma atuação mais comprometida com o poder central, porém de aceitação duvidosa no estado e no plano nacional.

Flores da Cunha e Osvaldo Aranha assumiram posições opostas e definitivas. Curiosamente, ambos escreveram a Vargas no mesmo dia expondo suas propostas. Coincidiam na interpretação da oportunidade que se abria com a sucessão mineira e compartilhavam também das mesmas pretensões de dirigir o processo político. Entretanto, já estavam em situações opostas, e essas duas cartas bem evidenciam a simetria que então marcava suas trajetórias.

Flores da Cunha valia-se de sua força política ascendente para tentar impor a Vargas sua posição de manter o *statu quo* em Minas, consolidando o predomínio oligárquico com Gustavo Capanema. Esta lhe parecia a solução que melhor favorecia a influência do Rio Grande no cenário político nacional. Preocupava-se estritamente em ter sob controle o processo político e em garantir a continuidade de Vargas.<sup>82</sup>

Osvaldo Aranha, ao contrário, confessava-se deslocado da condução política — fato que associou diretamente ao crescimento da influência de Antunes Maciel na pasta da Justiça, isto é, à presença de Flores — para defender em nome da “revolução” a proposta inversa: a de redefinir a correlação de forças do situacionismo mineiro em favor da facção “revolucionária” de Virgílio de Melo Franco, seu íntimo companheiro.<sup>83</sup> Visava,



sem dúvida, ampliar sua área de influência, e isso implicava o enfraquecimento da oligarquia e o atrelamento de Minas à orientação centralizadora dos tenentes.

Essas manifestações de divergência que captamos na correspondência pessoal de Vargas transformaram-se num rompimento público e numa questão de honra e de prestígio pessoal para aqueles dois eminentes personagens da cúpula governamental. Com isso, a sucessão mineira ganhou uma nova e perigosíssima dimensão. Vargas não podia aceitar a situação criada. Para contorná-la, dispendeu mais de um mês em avanços e recuos no encaminhamento deste caso, onde se valeu de toda habilidade política. Mesmo assim, vale adiantar, não pôde evitar que sua decisão final, revelada a 12 de dezembro de 1933, provocasse uma grave crise política, como veremos adiante.

Sua reação imediata aos termos da carta de Flores da Cunha foi de franco repúdio. Não lhe respondeu pessoalmente e fez com que o interventor gaúcho tomasse conhecimento de seu desagrado através de um amigo comum.<sup>84</sup> Vargas congelou seu relacionamento político com o interventor gaúcho e só voltou a comunicar-se pessoalmente com ele quando precisou retomar a coordenação política, em função da qual seriam decididas as últimas providências para a instalação da Assembléia. Telegrafou-lhe nestes termos:

"(...) Antes reunião Assembléia Constituinte, precisamos orientar boa marcha seus trabalhos combinando medidas nesse sentido, bem como organização da mesa, liderança, comissões, eleição presidente, recomposição Ministério e outras providências daí decorrentes (...) sentido fortalecer o governo. Para tudo isso preciso tua presença, conselho e colaboração mais próxima. Tua presença aqui necessária primeiros dias novembro".<sup>85</sup>

Depois do estreitamento de suas relações com Flores da Cunha, Vargas tomava a iniciativa da "reconciliação", convidando-o a participar do conjunto de decisões que deveria reger os rumos da Constituinte. Demonstrava, assim, o interesse e a conveniência dessa aliança, mas também indicava os limites do papel político que reservava a Flores da Cunha: o de um colaborador nos processos decisórios governamentais, na medida em que atuasse como um delegado de Vargas na arena política. Isso significava que os posicionamentos particulares do líder gaúcho não deveriam jamais se manifestar fora do universo fechado dos gabinetes governamentais, e esta regra fora frontalmente desrespeitada pela sua intervenção no caso mineiro. Contudo, Flores da Cunha não tinha interesse em reduzir sua participação política à de um mero assessor ou porta-voz de Vargas. Fazia questão de influir nas decisões que tivessem importância para as

elites regionais que representava. A sucessão mineira era um caso decisivo no qual pretendia influir a todo custo.

O chefe da nação, entretanto, soube preservar sua autonomia e seu poder decisório, aguardando o momento oportuno para escolher o novo interventor de Minas. Conjugou, habilmente, esse caso com a distribuição dos cargos e funções da Assembléia, fazendo com que estas últimas e inadiáveis providências se processassem ainda sob as expectativas da sucessão mineira. Com isso, amenizou a disputa pelos poderes da Constituinte e tentou manipular essa distribuição de modo a precaver-se das possíveis reações que sua decisão final sobre Minas pudesse provocar. Não foram outras as razões de o acordo ter destinado a Antônio Carlos de Andrada a presidência da mesa; a Virgílio de Melo Franco, a liderança da bancada do Partido Progressista e a Osvaldo Aranha, a liderança da maioria.

Quanto a Flores da Cunha, Vargas não lhe deixou outra alternativa que a de engajar-se nesses últimos acertos, reassumindo sua função mediadora, para a qual contou com todas as honras. Sua vinda ao Rio de Janeiro foi precedida por mais uma visita oficial: a do ministro da Marinha, Protógenes Guimarães. A ênfase do encontro recaiu sobre os problemas de segurança que ameaçavam a Constituinte e que ainda vinham perturbando a tranquilidade política do Rio Grande. Protógenes Guimarães dedicou seu discurso de saudação a Flores da Cunha, abordando o papel político da Marinha:

“(...) Não é sua missão tutelar os mandatários legítimos da opinião nacional ou impor doutrinas ou ideais políticos (...) A sua missão (...) é manter a ordem interna, obedecendo ao poder civil desarmado. (...) O Rio Grande pode ter a certeza de que a Marinha não ameaçará nunca as liberdades públicas; e se o Rio Grande se puser em armas para garantir ao cidadão suas prerrogativas de homem livre, lutaremos ao seu lado (...)”.<sup>86</sup>

Essa visita ressaltou outro importante aspecto do clima político em que se instalou a Assembléia. Apesar da repressão aos movimentos de indisciplina militar de setembro e outubro de 1933, a possibilidade de um golpe de força contra a Constituinte não fora eliminada, pois contava entre seus adeptos com vários generais que não escondiam seu descontentamento com a abertura política,<sup>87</sup> daí a repercussão que o discurso do ministro da Marinha encontrou na imprensa.<sup>88</sup>

Por essas manifestações podemos avaliar o impacto negativo que a ausência de um programa mínimo nacional provocou nos setores revolucionários mais intransigentes. Já então, todos os esforços governamentais concentravam-se na coordenação política que ainda estava por se concretizar. Para tanto, Vargas recorreu novamente aos interventores, com os

quais procurou estruturar composições. O interventor gaúcho embarcou em companhia do ministro da Marinha e foi o último a chegar à capital federal, onde já se encontravam cerca de dez interventores, além de todas as bancadas eleitas. Desde então, passou a conduzir<sup>89</sup> as *démarches* em reuniões e contatos de caráter reservado.

Ainda sob censura e sem acesso a tais entendimentos, os jornais, inconformados, pressionavam por informações e faziam suas próprias deduções:

“Final vai haver ou não vai haver o anunciado concílio dos interventores? Interpelado, o ministro da Justiça declarou ignorar o toque de reunir do governo. O certo, porém, é que nunca houve maior ajuntamento de governantes regionais na capital (...). Assim, se não houver concílio, pelo menos haverá conselho, conselho aos legisferantes inéditos da 2.<sup>a</sup> República”.<sup>90</sup>

O fato é que tais *démarches* se processaram de modo informal e com extrema rapidez, sem que transpirassem quaisquer conflitos que não fossem prontamente contornados em função do objetivo comum de instalar a Assembléia. Esses entendimentos iam desde a escolha e entrosamento dos líderes das bancadas, até o preenchimento dos sete cargos da mesa diretora e da liderança da maioria. Incluíam também as questões relativas ao funcionamento dos trabalhos constituintes (regimento interno, comissões) e à postura frente ao anteprojeto constitucional, elaborado sob os auspícios do Governo Provisório.

Flores da Cunha precisou de dois dias para garantir a eleição de Antônio Carlos para a presidência da mesa, e São Paulo rejeitou seu convite para assumir a primeira secretaria. Estas e outras dificuldades que tenham surgido não chegaram a entrar as combinações. Toda essa eficácia, não alcançada em tentativas de coordenação anteriores, pode ser imputada, em grande medida, à decisão de Vargas de convocar seus interventores — que já acumulavam as funções de chefes de partidos políticos — para estruturar com eles a condução da Constituinte. Sua presença maciça na capital federal facilitou enormemente os contatos, acelerou as decisões, permitindo um desenvolvimento simultâneo das negociações e, principalmente, a articulação das bases operacionais para futuras intervenções na Assembléia.

Como aliás já deduzia o *Diário de Notícias*, nesse grande encontro não se definiu apenas o preenchimento dos cargos de representação, coordenação e direção específicos ao funcionamento da Constituinte. Também foram assentadas as bases de um esquema alternativo de condução da Assembléia, centrado em Vargas e calcado na autoridade dos interventores estaduais sobre suas bancadas. O núcleo desse atranjo era composto

pelos interventores Flores da Cunha, Lima Cavalcânti e Juraci Magalhães e ficou conhecido como o “bloco dos interventores”. Vale ainda adiantar que desse compromisso de ação conjunta dos interventores passou a fazer parte, posteriormente, o novo titular de Minas, Benedito Valadares. Completava-se assim a maioria “não parlamentar” da Assembléia.

Este foi o desfecho da coordenação política tão ensaiada pelo Governo Provisório. Em vez de resultar num partido nacional, que garantisse a aprovação de um programa mínimo, compôs apenas duas vias de interferência na Assembléia. A primeira dependia do entrosamento e da habilidade dos coordenadores da Constituinte, pois implicava negociações pessoais para a articulação de consenso ou de compromissos frente a cada situação ou questão política considerada relevante para a cúpula dirigente. O outro conduto de intervenção era mais direto, pois valia-se da autoridade dos interventores sobre suas bancadas, em nome da segurança política do situacionismo.

Assim, se pelo primeiro caminho o Governo Provisório submetia-se à validação democrática da Constituinte, a ser trabalhosamente alcançada, pela outra via impunha a disciplina partidária, com o risco de provocar reações ao seu evidente caráter de injunção externa. De qualquer modo, ambos os canais não possuíam o alcance nem a solidez de um programa escrito e assinado. Nos dois casos, o pragmatismo impunha-se como a orientação possível para conduzir o processo político, tal era a heterogeneidade das forças que compunham o situacionismo nacional, representado na Assembléia.

A Constituinte instalou-se em 15 de novembro de 1933, sob as vistas de uma dezena de interventores, entre os quais pesava a inexistência daquele que viria conduzir a atuação da maior bancada estadual: a bancada de Minas. De fato as dificuldades para se estabilizar composições políticas, naquela conjuntura, eram de tal ordem que a Constituinte iniciou os seus trabalhos com um arranjo de forças extremamente suscetível à solução do caso mineiro. Essa composição incorporava e atribuía posições de destaque às facções que disputavam a interventoria de Minas e, por esse motivo, só resistiria a essa sucessão se a escolha de Vargas satisfizesse aos dois grupos. Caso contrário, ou a presidência da Assembléia (com Antônio Carlos) ou a liderança da maioria (com Osvaldo Aranha) ou até ambos os postos-chave sofreriam substituições.

Dessas quatro alternativas, a primeira e a última eram as menos prováveis, tal era o grau de divisão das forças situacionistas frente às candidaturas de Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, valendo notar que essa disputa dividia o próprio ministério de Vargas.<sup>91</sup> Justifica-se, assim, acompanharmos as mudanças que se processaram nos comandos da Constituinte, nas quais o Rio Grande teve destacada atuação.

A demora da decisão do chefe do governo — como ele próprio afirmou a Flores da Cunha —, tinha “o propósito de evitar o afastamento de companheiros desavindos”.<sup>92</sup> Com efeito, se limitasse seu campo de ação à escolha de um dos dois candidatos, admitiria, de um lado, certa dependência do grupo escolhido e arriscaria, de outro lado, o instável equilíbrio das forças que o apoiavam. Um rompimento com a facção preterida acarretaria repercussões gravíssimas em seu ministério, bem como na Constituinte. Decididamente, Vargas precisava fugir dessa dicotomização de suas bases políticas. Para tanto, não contribuiu a permanência de Flores da Cunha na capital federal, pois, no caso, ele não se dispôs a buscar uma saída conciliatória. Ao contrário, tomou o partido de Capanema-Antônio Carlos, e depois de um mês de intenso envolvimento com este caso o interventor gaúcho retornou ao Rio Grande ainda convicto desta posição.<sup>93</sup>

Sem dúvida, o chefe gaúcho retirou-se de cena a contragosto e sem dissimular suas apreensões. Manteve-se em contato permanente com Getúlio Vargas que dias depois comunicou-lhe que obtivera o assentimento dos dois candidatos para articular um tércio. Mesmo assim, o interventor rio-grandense foi surpreendido com a nomeação do deputado constituinte Benedito Valadares. Sua primeira reação frente ao longo relatório que Antunes Maciel lhe enviou documentando todo o processo de escolha foi a seguinte: “Não dispondo de elementos para apreciar solução dada, calo-me para dentro de breve prazo conformar-me ou pedir os passaportes”.<sup>94</sup>

Flores da Cunha, entretanto, optou pela primeira alternativa logo que tomou conhecimento dos pedidos de demissão de Osvaldo Aranha, Afrânio e Virgílio de Melo Franco. Em face do apelo que o ministro da Justiça lhe enviou, decidiu imediatamente apoiar Vargas. Com efeito, a escolha de Benedito Valadares significava a preservação do *statu quo*, predominantemente oligárquico, mantido por Olegário Maciel, Antônio Carlos (na presidência do PP e da Assembléia) e Capanema (em sua gestão interina do governo mineiro). A facção derrotada foi, efetivamente, a que apoiava Virgílio de Melo Franco e que pretendia “enquadrar Minas na Revolução”. Sua reação imediata desencadeou uma grave crise ministerial com repercussões diretas na Assembléia.

Os porta-vozes do novo situacionismo gaúcho e Flores da Cunha, em particular, experimentaram no episódio da crise o auge de sua influência e de seu poder sobre os rumos da política nacional. Enquanto Antunes Maciel instruíra os interventores sobre o andamento das negociações e sobre a orientação a ser dada às respectivas bancadas, Simões Lopes articulava manifestações da Assembléia pelo retorno de Osvaldo Aranha ao ministério e a escolha de um novo líder da maioria. Além disso, encaminhava a aprovação de uma emenda regimental que excluía dos debates parlamentares os temas políticos da conjuntura.

O interventor gaúcho, por sua vez, destacou-se como o elemento mais valioso para a conciliação. Contava com os laços de amizade pessoal de Vargas e de Osvaldo Aranha e ainda com o seu descompromisso com o desfecho da sucessão mineira. Pôde assim colocar-se como confidente de Osvaldo Aranha, que lhe confessou as mágoas, bem como de Vargas, que com ele compartilhou as dúvidas e decisões definitivas sobre a crise. Foi por solicitação do chefe do governo e dos amigos de Osvaldo Aranha que Flores da Cunha veio ao Rio para fazer a última tentativa conciliatória, que resultou numa reunião onde ficou acertada a reintegração do demissionário ao seu posto ministerial. Desta reunião presidida por Flores da Cunha participaram os interventores da Bahia e de Pernambuco, que juntamente com os demais ministros formalizaram o último apelo a Osvaldo Aranha. Significativamente, o novo titular de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, e o futuro ministro da Guerra, general Góis Monteiro, estiveram presentes como observadores.

Em síntese, foi esse o esquema que o Governo Provisório conseguiu armar para conviver e enfrentar a Constituinte: um “bloco de interventores”, um ministério que observasse e neutralizasse facções competitivas (a de Osvaldo Aranha e a de Góis Monteiro) e uma estratégia de aproximação com São Paulo.

O novo arranjo substituiu, na Assembléia, duas peças centrais cujas arestas excediam os contornos que lhe eram reservados no quebra-cabeças da coordenação da maioria. A exclusão de Osvaldo Aranha e de Virgílio de Melo Franco provocou o inconformismo de alguns poucos companheiros que, com isso, feriram a coesão da bancada do Partido Progressista mineiro e do Partido Popular Radical fluminense. Por outro lado, permitiu o encaixe mais seguro do núcleo coordenador e o seu entrosamento mais efetivo com o “bloco dos interventores”: o PSD de Juraci Magalhães ocupou a liderança da maioria (destinada a Medeiros Neto); a facção majoritária do Partido Progressista, que reconhecia a autoridade de Benedito Valadares, escolheu Valdomiro Magalhães para liderá-la.

### 3. A CONSTITUINTE: COMANDO OU SUBORDINAÇÃO? (1933-1934)

#### 3.1. *O perfil da bancada*

Ao Rio Grande do Sul coube uma representação de 16 cadeiras na Constituinte, das quais 13 foram ocupadas pelo novo situacionismo gaúcho,

reunido no Partido Republicano Liberal. As duas tradicionais correntes partidárias estaduais — os republicanos e os libertadores — elegeram, na verdade, apenas um representante por partido, pois o terceiro candidato eleito — Adroaldo Mesquita da Costa — deveu sua vitória à parcela do eleitorado rio-grandense da LEC (Liga Eleitoral Católica), que votou com a oposição unida na Frente Única Gaúcha.<sup>95</sup> A facção liberal<sup>96</sup> reuniu, salvo duas ou três exceções, homens sem maior experiência parlamentar e de expressão estritamente regional, ao passo que a exígua representação da FUG contou com o prestígio de dois ex-ministros de Vargas, cada qual vinculado a um dos partidos que a integravam.

Do conjunto da bancada gaúcha destacavam-se três elementos. O jurista Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, do PRL, que vinha participando de todas as comissões criadas pelo Governo Provisório para encaminhar a reconstitucionalização, culminava essa trajetória assumindo a presidência da Comissão Constitucional da Assembléia. Na liderança da FUG, o ex-ministro da Justiça, Maurício Cardoso, responsável pela promulgação do novo Código Eleitoral, e que substituiu Borges de Medeiros na chefia do Partido Republicano Rio-Grandense. Finalmente, o ex-ministro da Agricultura e presidente do Partido Libertador, Francisco de Assis Brasil, que renunciou ao mandato cerca de um mês depois da instalação dos trabalhos, sendo substituído por seu correligionário Euclides Minuano de Moura, homem sem passado público e mais vinculado à corrente ideológica de Raul Pila.

Merece destaque à parte o líder da bancada do PRL, Augusto Simões Lopes, não pelo seu passado na Prefeitura de Pelotas, mas pela sua ligação visceral com os gabinetes governamentais. Tornou-se uma figura-chave nos bastidores da Assembléia como porta-voz do próprio Vargas e como o grande articulador das fórmulas e posicionamentos da maioria na Constituinte. Vale ainda registrar a presença na representação liberal de João Simplício Alves de Carvalho, político regional com longa experiência na Câmara dos Deputados, da qual se retirou para exercer duas secretarias de Estado. Por fim, resta mencionar o envolvimento e a participação de Raul Jobim Bittencourt, outro integrante do PRL, na formulação das malogradas Legiões Revolucionárias, ao lado de Osvaldo Aranha e das lideranças tenentistas, em 1931.

Selecionamos ainda, além dos oito deputados mencionados, a atuação de mais três representantes do situacionismo gaúcho: o coronel Argemiro Dorneles, o único deputado militar do estado e explicitamente comprometido com o pensamento da oficialidade do Rio Grande;<sup>97</sup> Pedro Vergara, renomado escritor e jornalista que afastou-se da direção do principal jornal do estado, *A Federação*, para integrar a bancada do PRL; e Vítor Russomano, também jornalista e ex-deputado estadual. Totalizamos assim 11 membros da bancada gaúcha, cujo desempenho acompanhamos

nos *Anais* da Constituinte. Dentre eles, sete eram do PRL e quatro da FUG.

A bancada do Rio Grande do Sul estava entre as seis maiores bancadas da Assembléia. Dividia-se em duas facções radicalmente antagônicas, cujos posicionamentos inversos nas questões político-conjunturais tenderam a convergir em relação à matéria constitucional. Enquanto oposição, a Frente Única pautou-se sempre por uma postura mais crítica do que a do PRL que, ao contrário, estava claramente comprometido com o continuísmo de Vargas. Ambos, entretanto, não esconderam os interesses federalistas que orientaram suas propostas de organização constitucional.

Tratava-se, sem dúvida, de uma cisão de cunho nitidamente conjuntural, mas cuja atualidade, concretizada na imobilidade política da FUG e na ausência de seus grandes líderes ainda exilados, afastava qualquer possibilidade de conciliação naquele momento. Impedia, inclusive, entendimentos acerca dos temas estritamente constitucionais que extrapolavam as desavenças da conjuntura. A animosidade reinante no seio da bancada não permitiu sequer o reconhecimento, de parte a parte, das identidades de princípios sobre a nova organização política e, muito menos, qualquer iniciativa para uma defesa conjunta de interesses regionais comuns, que sofriam fortes contestações na Assembléia. Em suma, a coincidência de orientações não chegou, em momento algum, a se explicitar no discurso, nem a se traduzir em procedimentos práticos.

Tal antagonismo marcou todo o desempenho das duas representações gaúchas na Constituinte, regendo o encaminhamento de suas propostas, ora inversas, ora similares. Em função dele, enfatizaram-se, demasiadamente, as rixas políticas — quer regionais, quer nacionais —, limitando-se a participação e a influência do Rio Grande no debate constitucional.

#### *A FUG: o liberalismo da marginalidade política*

A Frente Única, por sua própria natureza de coalizão partidária, admitiu diferenciações programáticas. Elas decorriam da incorporação dos postulados da LEC, mas principalmente de divergências tradicionais que resistiram aos últimos esforços homogeneizadores dos dois partidos, empreendidos nas convenções de 1932 e 1933. Entretanto, se nos temas constitucionais os representantes do PRR, do PL e da LEC fizeram suas ressalvas às emendas apresentadas em conjunto, nas questões políticas conjunturais que predominaram em seus discursos a coesão jamais foi rompida.

Na verdade, percebe-se uma divisão de tarefas. Maurício Cardoso — enquanto líder do grupo e maior autoridade da FUG — empenhou seu prestígio na área jurídica, para participar do debate sobre problemas técnicos e políticos de elaboração constitucional. Valeu-se de sua experiência



política para encaminhar os posicionamentos de sua bancada nessa matéria e teve uma atuação moderada, dentro de uma postura federalista.<sup>98</sup>

Já Minuano de Moura, representante do Partido Libertador, disputou sempre a tribuna do plenário, revelando seu poder de crítica e suas qualidades de debatedor. Levantou temas estritamente políticos que, via de regra, conturbaram as sessões com os apartes e os protestos violentos que suscitava nos porta-vozes da maioria e, especialmente, do situacionismo gaúcho. Sua atuação foi, sem dúvida, a mais marcante, se comparada com a de seus dois companheiros de bancada, tendo sido o único que se articulou a um grupo político organizado: a minoria parlamentar.<sup>99</sup> Desde o momento em que assumiu a cadeira vaga de Assis Brasil, Minuano de Moura aliou-se àquele grupo e influenciou efetivamente na condução dos trabalhos e no processo geral de redemocratização. Foram desses homens que partiram as denúncias sistemáticas e as críticas mais radicais ao regime discricionário. Com a cobertura da imprensa (que combatia a censura e noticiava os acontecimentos da Constituinte), eles influenciaram a opinião pública e exerceram forte pressão pela anistia e pela liberdade de imprensa, suas reivindicações prioritárias.

O terceiro deputado da oposição rio-grandense, Adroaldo Mesquita da Costa, ateu-se aos limites estritos de seu mandato. Dedicou-se à defesa dos postulados da LEC e subscreveu as emendas da bancada da FUG que não feriam os princípios católicos.<sup>100</sup>

A Frente Única Gaúcha não tinha, efetivamente, perspectivas na Assembleia, reduzida, como estava, a uma representação meramente simbólica, com seus três votos. Não teve acesso à Comissão Constitucional e restou-lhe apenas a participação nas sessões plenárias, enquanto minoria. Mesmo assim, e apesar das diversidades programáticas, da divisão do trabalho e das diferenças de estilo de seus deputados, ela fixou um sentido muito nítido à sua passagem na Constituinte: a contestação sistemática ao encaminhamento dos trabalhos, ao regime discricionário e ao situacionismo de Flores da Cunha. A crítica à coordenação da Assembleia e à ditadura revolucionária foi desenvolvida em conjunto com a minoria oposicionista, que armara esquemas de reforço a tais discursos valendo-se de inúmeros expedientes para ampliar-lhes a repercussão.<sup>101</sup> Fundamentavam esses ataques com a defesa de postulados liberais e, nesse sentido, a FUG manteve o mesmo tom característico de seu discurso na conjuntura que precedeu a guerra civil. Continuou recorrendo ao programa da Aliança Liberal como sendo o autêntico ideário da Revolução de 30 e, com essa postura, justificava a luta pela ampliação de seu espaço político.

As questões em que mais insistiu foram a anistia, a liberdade de imprensa e a resistência à estratégia continuísta de Vargas. Procuraram sensibilizar os brios e a dignidade da Assembleia, conclamando-a a se valer de seus poderes soberanos para decretar a anistia total, para suprimir a

censura e para repudiar as manobras de bastidores, onde identificavam injunções governistas cerceadoras e continuístas. Contestaram o decreto de anistia gradual do Governo Provisório,<sup>102</sup> conseguiram aprovar inúmeros requerimentos de interpelação ao ministro da Justiça para prestar contas sobre a ação da censura, e articularam sucessivas resistências à condução dos trabalhos constitucionais. Entretanto, o alcance objetivo dessas escaramuças dependeu sempre do apoio de segmentos da maioria parlamentar. A bancada paulista, por exemplo, assumiu posturas coincidentes com a oposição em várias ocasiões.<sup>103</sup>

Para ilustrar a ação desse grupo minoritário, transcrevemos trechos da correspondência telegráfica de Antunes Maciel a Flores da Cunha, em junho de 1934:

“Apesar do trabalho insistente de Virgílio (de Melo Franco) e Fernando (Magalhães) e outros elementos, procurando vulnerar bloco favorável eleição de Getúlio, com auxílio de certa imprensa, estou ainda otimista. Intriga lançada por eles entre Governo e Assembléia não surtiu resultado esperado (...). Efetivamente, continuam pretendendo obter votos contra Getúlio, havendo chegado ao desplane de falarem de certa caixa de recursos para os comprar (...). Diariamente temos trabalhado neste sentido (...) e até agora não vemos motivo de que traição referida possa alcançar resultado. Descontentes, não encontram nome capaz de arrastar número ponderável de votos (...).”<sup>104</sup>

Portanto, se a minoria não teve condições de alterar substancialmente o rumo dos acontecimentos, é inegável sua influência no sentido de dificultar a condução dos trabalhos, tumultuando as relações da maioria com o Governo Provisório, mobilizando a opinião pública com suas denúncias publicadas na imprensa, enfim, conturbando a situação política.<sup>105</sup> A FUG dedicou ao ataque a Flores da Cunha inúmeros discursos, proferidos em grande parte por Minuano de Moura. O interventor foi o alvo central de suas críticas, que iam desde a acusação de traição a compromissos assumidos com a Frente Única e com São Paulo em 1932, até denúncias de corrupção e dos privilégios que gozava em face da política financeira do Governo Provisório. Um capítulo à parte foi o tema da legitimidade do PRL e das eleições de maio.

Sobre o episódio da guerra civil, há uma citação ilustrativa das acusações feitas ao interventor do Rio Grande. Questionado por um deputado liberal gaúcho sobre o isolamento dos líderes da FUG quando assumiram a luta armada, Minuano retrucou: “Não éramos a força, nem o Tesouro do Rio Grande, mas sim a opinião”.<sup>106</sup> Foi com a mesma linha de argu-

mentação que esse deputado abordou o tema da organização do PRL e das eleições para a Constituinte:

“Se me permitir a representação liberal que aqui me acossa, Srs. Constituintes, irei sustentar simplesmente isso: votar com a oposição, votar contra a ditadura no Rio Grande Sul correspondia, antes de mais nada, a comprometer e arriscar desde o imperativo indispensável à subsistência, até o patrimônio sagrado da vida”.<sup>107</sup>

Minuano de Moura desconcertou a bancada do PRL trazendo a público detalhes do “escândalo da banha”, que envolvia corrupção nos altos escalões da interventoria gaúcha. Ele desmascarou os artifícios utilizados nas contas dos últimos orçamentos do estado e ainda denunciou as emissões ilegais feitas por Flores da Cunha. Essas e muitas outras acusações lançadas de parte a parte recaíam, invariavelmente, em considerações acerca da legitimidade dos poderes de Flores da Cunha e de seu novo partido. A FUG continuou insistindo na autenticidade de seus posicionamentos que, enraizados nas tradições políticas do estado, seriam ainda a única e verdadeira expressão das aspirações regionais. Falava sempre em nome do Rio Grande, reivindicando para si a representação da esmagadora maioria das forças estaduais. Com isso, provocava a indignação dos deputados liberais e infundáveis discussões sobre as origens das três correntes partidárias ali presentes, que remontavam quase sempre a interpretações da história remota do Rio Grande do Sul.

Desses constantes enfrentamentos, importa acentuar a intensidade dos ressentimentos e o nível de sectarismo das duas facções. A atualidade gritante dessas questões não só repercutia na segurança e estabilidade do novo situacionismo gaúcho, como também prejudicava a combatividade de suas duas representações na Assembléia, para a defesa dos interesses regionais comuns.

### *O PRL: ponta-de-lança da “situação”*

A bancada do PRL apresentou-se também com uma composição bastante diferenciada. Ao compor sua chapa, esse partido havia se deparado com a escassez de nomes com expressão eleitoral, e acabara por eleger proprietários rurais e profissionais urbanos, antigos chefes locais e jovens intelectuais, mas sobretudo homens com vinculações doutrinárias diferentes. Tais diversidades, entretanto, não encontraram qualquer espaço na bancada, em razão de seu comprometimento com os interesses continuístas de Vargas.

A especificidade da representação liberal foi dada, exatamente, pelo seu condicionamento a orientações formuladas no dia-a-dia da Constituin-

te e, principalmente, pelas sucessivas crises de coordenação por que passou a Assembléia. A bancada do situacionismo gaúcho, extensão política de Flores da Cunha, tornou-se cada vez mais um posto avançado do chefe do governo na Assembléia. Isso se deveu às extremas dificuldades enfrentadas pelos coordenadores dos trabalhos constitucionais em obter consenso para as orientações governamentais. Na verdade, os próprios limites da função coordenadora os reduziram à impotência, em face da afirmação de tendências que se opunham às pretensões continuístas de Vargas.<sup>108</sup>

Esse quadro de imprevisibilidades exigiu o crescente entrosamento dos gabinetes governamentais com os chefes políticos que possuíam autoridade para ditar posicionamentos às bancadas governistas. Era o caso de vários interventores, entre eles os de Pernambuco e Bahia, e muito particularmente de Flores da Cunha. Os porta-vozes do novo situacionismo gaúcho eram, nesse ponto, o grupo mais envolvido com a orientação de Vargas, haja visto o papel de Flores da Cunha na composição do quadro coordenador da Constituinte e as responsabilidades específicas de Antunes Maciel na pasta da Justiça. Nesse contexto, coube à representação do PRL a função básica de sustentar propostas que visavam, em última instância, liderar os posicionamentos da maioria parlamentar. Para tanto, a bancada liberal precisou ultrapassar os esforços empreendidos pela coordenação de tendências existentes na Assembléia. O PRL precisou ir além, reorientando posições e formulando propostas que neutralizassem o avanço dos opositores do chefe do Governo Provisório. Essa tarefa, fundamental para Vargas, exigiu da bancada um desempenho altamente disciplinado a uma hierarquia de comando muito bem definida, além de uma extrema cautela em sua participação nos debates da Assembléia.

É verdade que a bancada não trouxe para a Constituinte posicionamentos político-constitucionais específicos já definidos e estruturados, como sucedeu com outras bancadas. Mesmo que os tivesse, não poderia manifestá-los. Foi absolutamente necessário manter certa margem de indefinição nessas questões fundamentais para possibilitar a defesa de fórmulas conciliatórias. A fluidez de seu posicionamento quanto a questões constitucionais teve portanto um sentido e um objetivo tático fundamental para a condução política da Assembléia. Entretanto, foi a atitude inversa que marcou sua atuação quando se tratava de defender o Governo Provisório e a interventoria de Flores da Cunha das denúncias e críticas feitas pela minoria parlamentar. Nesses casos, os deputados liberais gaúchos não mediram palavras para rebater a oposição. A característica comum de suas atuações no plenário foi a excessiva incidência de apartes em questões politicamente secundárias e desvinculadas da elaboração constitucional. Em síntese, a bancada liberal dispôs de ampla liberdade para contra-atacar a minoria e de nenhuma autonomia para atuar no campo da

maioria, onde se travavam os debates mais relevantes acerca da construção do pacto constitucional.

Nesse sentido, foi medíocre o desempenho, conjunto e individual, da quase totalidade dos deputados do PRL. Eles pouco ocuparam a tribuna e, via de regra, suas intervenções, apartando os críticos do regime, eram incondicionalmente governistas, não importando o argumento. Enfatizaram as discussões laterais e, quanto aos pontos políticos fundamentais, limitaram-se a endossar os posicionamentos determinados pelo comando de Simões Lopes. Ao que tudo indica, tiveram raras oportunidades de participar das formulações das principais orientações constitucionais. Foram poucas as vezes que a bancada se reuniu com os seus chefes e, além disso, os pronunciamentos-chave couberam sempre ao líder, Simões Lopes.<sup>109</sup> É quase como se vigorasse no PRL um princípio subjacente de fidelidade partidária, que tornou inviável os posicionamentos individuais e exigiu dos deputados a mera confirmação das decisões da cúpula governamental, trazidas pelo seu líder.

A tais normas restritivas de conduta não se enquadraram todos os deputados liberais. Carlos Maximiliano e Simões Lopes assumiram cargos de responsabilidade crucial e tiveram, efetivamente, uma participação destacada na condução da Assembléia. João Simplício preferiu ausentar-se das subscrições de emendas e das alterações com a oposição, depois de pronunciar um longo discurso atacando o caráter centralizador do Anteprojeto de Constituição, no qual destacou 16 atentados ao federalismo.<sup>110</sup> Posteriormente, foi convidado por Simões Lopes para representar o PRL, como observador, nas reuniões do Comitê das Grandes Bancadas. Pedro Vergara, certamente inconformado com a inconsistência ideológica dessa participação, em erudito discurso sobre as raízes e efeitos do federalismo no Brasil tentou construir uma justificativa teórica para o hibridismo das fórmulas que a bancada sustentava na Assembléia.<sup>111</sup>

Os demais deputados limitaram-se a discursar sobre educação, funcionalismo público, colonização por imigrantes estrangeiros, entre outros temas alheios à questão fundamental da delimitação do espaço político do poder regional no novo regime.

Para finalizar a caracterização conjunta da bancada liberal, vale destacar uma outra decorrência de sua falta de autonomia, que foi o seu isolamento na Assembléia. De fato, a indefinição programática e a disciplina política dificultaram sua articulação com outras representações. Isso ocorreu, inclusive, entre as próprias bancadas integrantes do "bloco dos interventores", cuja articulação deu-se apenas ao nível de suas cúpulas e lideranças.

Esse conjunto de considerações já compõe um esboço dos padrões de funcionamento do comando da representação do PRL, ou pelo menos de seu caráter vertical e excludente da grande maioria dos deputados. No

topo dessa hierarquia estavam Flores da Cunha e Vargas, cada vez mais entrosados através da mediação de Antunes Maciel; na base, Simões Lopes liderando a bancada. Carlos Maximiliano não se envolveu diretamente com a condução do partido, mas sem dúvida conjugou sua atuação na presidência da Comissão Constitucional com a dos demais articuladores da maioria. A rigor, o poder decisório final estava com o interventor gaúcho que, para exercê-lo de Porto Alegre, montou um esquema de comunicações telegráficas que lhe garantia um fluxo constante de informações reservadas com seus delegados no Rio. Desse modo, a atualização de seu quadro referencial dependeu basicamente dos relatos fornecidos por Antunes Maciel e por Simões Lopes. O primeiro lhe transmitia a perspectiva de quem acompanhava de perto o andamento da Constituinte e suas repercussões no âmbito governamental. O segundo tentava mantê-lo a par do ambiente e das tendências internas da Assembléia e, particularmente, das articulações que desenvolvia em seus bastidores.

O volume e a minuciosidade da correspondência cotidiana do ministro da Justiça com Flores da Cunha não só confirmam a intensa utilização desse canal de comunicação como permitem o acompanhamento pormenorizado dos processos decisórios que ditaram o comportamento da bancada liberal e que imprimiram rumos à Assembléia. Essa documentação revela que, à medida que o processo político se intensificava, instabilizando as relações entre o Governo Provisório e a Assembléia, a capacidade de o interventor gaúcho formular orientações foi sendo reduzida. Os processos decisórios se aceleraram, envolvendo a participação direta das várias correntes majoritárias da Assembléia e incorporando inclusive a Chapa Única de São Paulo, além do próprio ministério de Vargas, que passou a comparecer a tais reuniões.

Engajados em articulações cotidianas com representantes de outras forças políticas, Antunes Maciel e Simões Lopes acabaram por se emancipar, o último mais ainda, da condição inicial de assessores e delegados do interventor gaúcho. Passaram a exercer com relativa autonomia a representação do compromisso com Vargas, mediando as relações deste com Flores da Cunha e de ambos com a coordenação da Constituinte. Participaram, e mesmo encaminharam a composição de fórmulas conciliatórias e de esquemas de ação conjunta das grandes bancadas. Muitas vezes, esses arranjos já chegavam ao conhecimento de Flores da Cunha em fase adiantada de articulação, admitindo apenas o seu assentimento, que frequentemente vinha acompanhado de advertências. Isso ocorreu, particularmente, com a atuação do líder da bancada liberal, sem dúvida mais intensa e com implicações mais diretas do que a do ministro da Justiça. Simões Lopes compartilhou a liderança da maioria com Medeiros Neto, dispondo, entretanto, de melhores condições para agir. Livre dos compromissos formais do cargo e credenciado com a confiança pessoal de Vargas, do

ministro da Justiça e de Flores da Cunha, o líder da bancada do PRL foi, antes de tudo, o elo de ligação do Governo Provisório com a Assembléia.

Mas Simões Lopes não se limitou a essa mediação, demonstrando qualidades e enfrentando situações que o tornaram um dos grandes articuladores da maioria, uma figura-chave nos bastidores da Constituinte.<sup>112</sup> Teve participação destacada no encaminhamento da crise aberta com a demissão de Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco das lideranças da maioria e da bancada progressista mineira. Foi também o promotor da aproximação da Chapa Única de São Paulo com o grupo coordenador, e de seu trabalho dependeu, em grande medida, a eleição de Vargas e a aprovação de itens cruciais das Disposições Transitórias.<sup>113</sup> Inúmeras vezes, entretanto, teve a função de veicular orientações governamentais que foram francamente repudiadas, suscitando crises nas relações entre os próprios coordenadores da Assembléia e o Governo Provisório. Tais impasses acabavam obrigando Vargas a recuos táticos que impunham ao líder gaúcho o difícil exercício de recompor situações que ele próprio havia criado, por inspiração governamental. Ora, a repetição e a gravidade dos incidentes em que se envolveu tenderam a desgastá-lo partidária e pessoalmente.

O episódio mais marcante deu-se em abril, quando assumiu a defesa da eleição indireta para a presidência da República como um princípio a ser adotado na nova Constituição. Essa posição fora recomendada por Antunes Maciel a Flores da Cunha, que imediatamente o acatou, telegrafando nesse sentido ao líder da bancada do PRL.<sup>114</sup> Em seguida, foi sancionado pelo ministro da Fazenda e, já então, mereceu a desaprovação do líder da maioria da Constituinte, Medeiros Neto. A questão básica era a definição do Colégio Eleitoral, que finalmente foi proposto e defendido com o maior destaque por Simões Lopes, em seu discurso de apresentação do bloco de emendas do PRL ao projeto substitutivo.<sup>115</sup> O repúdio suscitado foi de tal ordem, no próprio seio da maioria, que Simões Lopes não recuperou mais a sua posição de liderança nas questões constitucionais. A maior evidência disso foi a sua marginalização do Comitê das Grandes Bancadas que foi organizado dias depois desse discurso. O PRL foi convidado a enviar um representante para participar das reuniões somente como observador. O líder gaúcho viu-se forçado a abrir mão da eleição indireta, conseguindo a autorização de Flores da Cunha, mas mesmo assim não teve ingresso no comitê, que sem dúvida constituiu a principal influência da nova Constituição.<sup>116</sup>

Antunes Maciel foi menos um executor da estratégia continuísta do que um mediador nas formulações de suas táticas. Foi ele quem assumiu o contato cotidiano e a mediação pessoal entre Flores da Cunha e Vargas e foi ele também quem arcou com as invariáveis relutâncias e intransigências do interventor gaúcho. Maciel agia em íntimo contato com Vargas

e, inicialmente, limitou-se a participar das decisões governamentais, influenciando apenas indiretamente na Constituinte. Entretanto, a condução da Assembleia passou a envolver, cada vez mais, a participação de ministros e outras autoridades governamentais, através de reuniões mistas com os líderes das bancadas e coordenadores dos trabalhos. Esta situação exigiu do ministro da Justiça a mobilização dos interventores em algumas situações críticas. Nas últimas semanas de funcionamento da Assembleia, Maciel precisou comparecer pessoalmente aos salões e corredores do Palácio Tiradentes para garantir votos a Vargas e para articular a aprovação das Disposições Transitórias.

Ilustrando a atuação do ministro da Justiça transcrevemos trechos da sua correspondência com Flores da Cunha, em 29 de maio:

“Passei o dia articulando nossos elementos para votações, questões políticas dependentes da Assembleia. Meu gabinete teve concorrência como raras vezes e terminei jornada em longa conferência com Getúlio e Antônio Carlos. Acredito que venceremos (...). Quanto à constitucionalização dos estados fizemos Getúlio juiz entre as duas correntes decidindo ele pelo prazo de 120 dias. Provavelmente 5.ª-feira começará votação das disposições transitórias. Oposição perdendo terreno. Ontem telegrafei vários interventores (...), tendo recebido hoje resposta de todos no mesmo tom de firmeza. Bancada classista procurou-me (...) empregadores e empregados, separadamente, prometendo apoio, em grande maioria. Anistia despertou excelente impressão. Os poucos criticantes limitam-se a queixar-se da não-reintegração imediata dos funcionários civis (...).”<sup>117</sup>

Sua posição foi, sem dúvida, extremamente incômoda, comprometido como estava com as orientações nem sempre concordantes de Vargas e de Flores da Cunha. Por outro lado, as funções de seu cargo colocaram-no na situação ambígua de promotor da abertura política e representante da ditadura, responsável direto, por exemplo, pela censura. Isso lhe valeu tanto a crítica constante da minoria, como eventuais pressões de setores governamentais insatisfeitos com o encaminhamento da constitucionalização.<sup>118</sup> Mas as dificuldades maiores surgiram em seu relacionamento com Flores da Cunha, que resistiu a abrir mão da participação direta nesses processos decisórios.<sup>119</sup>

Essa tarefa não foi nada fácil para Antunes Maciel, que precisou, inúmeras vezes, dissuadir o interventor gaúcho de opiniões já firmadas, tranqüilizá-lo em momentos críticos e, mesmo, contê-lo de reações intempestivas. Mas a despeito dos freqüentes desacertos, o ministro da Justiça desenvolveu essa mediação com eficácia, conseguindo conquistar a confiança de Flores da Cunha: deu-lhe total conhecimento de sua atuação e



fez com que todas as decisões relativas à bancada liberal passassem pelo crivo do interventor gaúcho. Mesmo assim, só encontramos esse esquema de comando funcionando com o dinamismo e o entrosamento necessários para não perturbar a condução da Constituinte, nos seus dois últimos meses de vigência. Em outras palavras, Flores da Cunha só aceitou delegar a defesa de seus interesses a Antunes Maciel e Simões Lopes quando se tratava de articular votos e encaminhar as votações finais da Assembléia.

O interventor gaúcho participava pessoalmente da condução do processo político nacional desde a instalação da Assembléia até a superação da crise ministerial, e foi com todo o desagrado que retornou a Porto Alegre, em meados de fevereiro de 1934.<sup>120</sup> Nesse primeiro trimestre, o interventor gaúcho envolveu-se nas principais questões enfrentadas pelo chefe do governo na direção política da nação, seriamente questionada por facções da mais alta hierarquia estatal. A participação de Flores da Cunha se deu por solicitação de Vargas para que respaldasse suas decisões e o auxiliasse no esforço de reabsorção dos setores que lhe disputavam o comando político. Vargas promoveu o chamado "reajustamento ministerial", pelo qual conseguiu o reingresso de Osvaldo Aranha na pasta da Fazenda e acertou a vinda do general Góis Monteiro para o Ministério da Guerra. Recompôs-se o equilíbrio do Governo Provisório com a incorporação dos dois líderes, cujo apoio lhe era imprescindível, mas cujo convívio pronunciava-se difícil.

Diante deste quadro, Flores da Cunha articulou com outros ministros e com os coordenadores da Constituinte um esquema para realizar, em caráter de urgência, a eleição presidencial. Quando partiu para Porto Alegre, a perspectiva era a de que Vargas seria eleito dentro de cinco a seis dias no máximo.<sup>121</sup> Bastava, para isso, a aprovação na Assembléia de uma reforma regimental que invertia a ordem dos trabalhos, permitindo que a eleição se antecipasse à promulgação da nova Carta. A proposta, que ficou conhecida como "indicação Medeiros Neto", por ter sido apresentada pelo líder da maioria, gerou não só uma séria crise na Constituinte, como também um novo pedido de demissão de Osvaldo Aranha e uma péssima repercussão na imprensa. A resistência gerada foi tal que obrigou os promotores da medida a um franco recuo. Chegou-se a uma fórmula conciliatória que se limitava a intensificar o ritmo dos trabalhos para reduzir os prazos, de modo a que dentro de 30 dias a eleição pudesse se realizar com ou sem a Constituição definitivamente pronta.<sup>122</sup>

A imediata reação de Flores da Cunha ao relato de Antunes Maciel sobre as primeiras reformulações da indicação fracassada foi a pior possível: "(...) Ciente teu telegrama. De chegada tomarei providências decisivas para mim. Terminaram as temporizações. Estou farto dos urros. Disponho de recursos honradamente acumulados para sustentar em armas as forças estaduais (...). Aceito o desafio".<sup>123</sup> Ao tomar conheci-

mento da fórmula final, o interventor gaúcho ditou a Antunes Maciel suas condições de aceitação:

“Estranha resolução contida telegrama Simões, onde parece-me ver dedo de homem nefasto. Peço-te falar Getúlio e mandar cifrado opinião dele e tua, após (...) entendimento com Augusto [Simões Lopes]. Não concordarei com nenhuma fórmula que não obtenha conformidade Valadares [interventor de Minas], Lima Cavalcânti [Pernambuco], Juraci [Bahia], aos quais estou ligado com-promisso não agir isoladamente. Dê-lhes conhecimento teor consulta Augusto (...)”.<sup>124</sup>

Nesse mesmo dia, Flores da Cunha assentiu com o novo esquema, assim como os interventores consultados. Restrito aos relatos e à atuação de seus dois delegados, além de estar comprometido com o “bloco dos interventores”, paulatinamente ele foi se conformando com a representação de seus porta-vozes para o encaminhamento da Constituinte. A preocupação fundamental do interventor gaúcho era assegurar a eleição de Vargas, com a qual se comprometera e da qual dependeria sua posição no novo governo. Para isso, não bastou o controle da Assembléia, pois ela mesma viu-se constantemente oprimida pelas ameaças de fechamento, implícitas em declarações, manifestos e articulações de altas patentes do Exército.

Esses grupos, que estavam extremamente insatisfeitos com o recrudescimento das forças políticas regionais e com as conturbações suscitadas pela Constituinte, chegaram a disputar as eleições com Vargas e, principalmente, a conspirar sua deposição.<sup>125</sup> As movimentações desses militares passaram a concentrar boa parte das atenções do interventor gaúcho,<sup>126</sup> que por essa razão continuou insistindo no apressamento da eleição presidencial de modo a evitar possíveis imprevistos. Sua intensa correspondência com Vargas teve aí seu tema principal: denúncias de conspirações, medidas de segurança pessoal para o chefe da nação e inúmeras advertências de que tomaria medidas drásticas para sustentar até em armas a candidatura de Vargas. Efetivamente, Flores da Cunha chegou a convocar todos os comandantes de forças militares do estado e a lançar na imprensa carioca uma nota considerada como um desafio aos conspiradores.<sup>127</sup>

Este enfrentamento com segmentos da cúpula militar chegou a assumir a dimensão de um complicado caso político entre o interventor gaúcho e o ministro da Guerra, general Góis Monteiro.<sup>128</sup> Depois de quase um mês de mediações, houve uma série de substituições de comandos militares, que atingiram um dos principais aliados de Flores da Cunha, o general Franco Ferreira, comandante da 3.ª RM, sediada em Porto Ale-

gre. Nesse incidente, o perdedor foi sem dúvida o chefe gaúcho, que acabou tendo que ceder às exigências de Góis Monteiro.

Curiosamente, tal derrota política do interventor coincidiu, no tempo, com o penoso recuo do PRL na Constituinte. Referimo-nos ao fracasso da proposta de eleição indireta para a presidência da República, que constituiu o carro-chefe do "bloco de emendas gaúchas".<sup>120</sup> Flores da Cunha foi paulatinamente sendo cerceado, à medida que a radicalização política passou a dificultar a ação condutora de Vargas. Tais conflitos não só prejudicavam o esforço do chefe da nação para absorver os militares descontentes, como atrapalhavam o encaminhamento de sua candidatura. Causavam, ainda, péssima repercussão na Constituinte, que se via oprimida e lesada em seu direito exclusivo de eleger o novo presidente da República. Quanto a esses efeitos negativos, Vargas fez-se entender por Flores da Cunha e conseguiu enquadrá-lo ao seu comando.<sup>120</sup>

A atuação do interventor gaúcho passou, assim, por três momentos diferentes, que na verdade corresponderam à perda gradual de sua participação direta no processo político. De novembro de 1933 a fevereiro de 1934, atingiu o clímax de sua força e projeção nacionais, compartilhando com Vargas a direção política do país, até o momento em que readunziu as facções em disputa ao ministério e estabilizou a composição do grupo coordenador da Constituinte.

De fevereiro a meados de maio de 1934, Flores da Cunha, já impossibilitado de influir diretamente na condução da Assembléia, continuou a intervir pessoalmente e com intensidade crescente no jogo político que se desenrolava "fora" da Constituinte e que inclusive punha em risco a própria continuidade do processo de abertura. Nessa etapa, que se encerrou no caso político com Góis Monteiro, o interventor gaúcho trocou a diplomacia das negociações políticas pelas ameaças de uso da força, que contrariavam o próprio sentido da constitucionalização e repercutiram mal na Assembléia, contrangendo a atuação do PRL.

A partir daí até julho, Flores da Cunha limitou-se praticamente a acompanhar a atuação de seus porta-vozes, que enfrentavam as últimas e decisivas etapas da Constituinte. Tratava-se, então, das votações do projeto constitucional, que exigiram um imenso esforço para a aprovação das disposições transitórias, e, finalmente, da eleição presidencial.

Já o desempenho da bancada liberal teve um desenvolvimento menos linear, dada a mutabilidade da correlação de forças no interior da Assembléia. Mas é inegável que sua liderança política, fundamental para garantir o apoio da Assembléia à ação de Vargas, viu-se ameaçada no primeiro trimestre de funcionamento da Assembléia. A consulta feita pelo próprio Simões Lopes ao líder da Chapa Única de São Paulo quanto à solução da crise motivada pela indicação Medeiros Neto foi a primeira

prova de reconhecimento da força e da representatividade que a bancada paulista alcançara na Assembléia.<sup>181</sup>

Desde então, a liderança do PRL esteve suscetível às atitudes da bancada paulista e da mineira, que tenderam a exprimir consensos e, mesmo, a colocar-se na vanguarda da maioria parlamentar. Isso ocorreu mais claramente com relação à matéria constitucional, na qual o PRL foi golpeado quando propôs a eleição indireta, entre outros princípios refutados pelas grandes bancadas. Mas isso também ocorreu no que toca aos temas políticos da conjuntura e particularmente na votação das Disposições Transitórias, quando as bancadas de Minas e de São Paulo, juntamente com a baiana, recusaram a concessão temporária de poderes legislativos a Vargas, bem como sua sugestão de prorrogar o mandato dos deputados da Constituinte.<sup>182</sup>

A trajetória política dos porta-vozes do novo situacionismo gaúcho entrou em descenso — “dentro” e “fora” da Assembléia —, na medida que outras forças políticas ascendiam, passando a competir e a dificultar sua função de encaminhar a transição do regime e de garantir a eleição de Vargas. O comando do PRL encontrou uma forte resistência tanto por parte de segmentos da cúpula militar quanto por parte das grandes bancadas. Ambos os grupos — o militar e o oligárquico — conquistaram concessões de Vargas, que precisou valer-se, cada vez mais, das posições políticas de seus delegados gaúchos. Flores da Cunha, Antunes Maciel e, principalmente, Simões Lopes serviram de ponta-de-lança do chefe da nação na conquista do apoio daquelas forças que agiam de forma independente. Os líderes rio-grandenses desgastaram-se enquanto grupo político em sucessivos avanços e recuos, e finalmente se viram forçados a dividir suas posições no poder central com as facções ascendentes. No novo governo, Góis Monteiro foi mantido no Ministério da Guerra, mas Antunes Maciel cedeu seu cargo a um paulista, Vicente Rao. O Rio Grande perdeu um posto politicamente estratégico e, em troca, herdou apenas o Ministério da Fazenda, com o qual já vinha contando.

### 3.2. *O debate constitucional*

Dentre as inúmeras questões concretas que envolviam a proposta de renovação de nosso modelo político de Estado, uma se destaca por sua abrangência e principalidade: a força política das unidades estaduais junto aos centros de poder nacional. A primazia dessa questão sobre os demais temas daquela conjuntura já era captada pela imprensa que, desde logo, caracterizou-a pelo confronto “federalismo *versus* centralização”. Esse binômio revelava, por si só, a situação de força das oligar-

quias do Centro-Sul, em face das quais só um poder central forte teria condições de se contrapor.

Tal conflito, que se constituiu no fator propulsor do processo político pós-30, provocando tanto a guerra civil quanto a convocação da Constituinte, assumia nesse contexto uma nova feição. Explicitava-se em projetos constitucionais e submetia-se às normas democráticas da Assembléia: ao debate aberto e ao voto da maioria.

O Rio Grande do Sul identificava-se tradicionalmente com o federalismo, mas a parcela majoritária de suas elites encontrava-se no momento comprometida com o chefe do governo. Entretanto, apesar das transigências obtidas para efeitos de coordenação, o conteúdo federalista de suas intervenções acabou prevalecendo. A bancada como um todo não apresentou nesta matéria o antagonismo que marcou o desempenho cotidiano do PRL e da FUG no plenário da Assembléia. Desta forma, nos defrontamos com convergências insuspeitas quanto aos princípios fundamentais de organização política do país.

Por outro lado, o fato de a atuação das duas facções rio-grandenses ter privilegiado sistematicamente as rixas políticas prejudicou em muito sua participação no debate constitucional. Seus posicionamentos ficaram praticamente limitados aos textos das emendas apresentadas ao projeto elaborado pela Comissão Constitucional.<sup>133</sup> Os dois blocos de emendas do PRL e da FUG constituíram o subsídio principal de nossa análise, dado o pequeno número de discursos pronunciados a respeito. Vejamos quais foram esses pontos que representaram as principais trincheiras da luta pelo fortalecimento do poder regional. Para facilitar a exposição, definimos duas ordens de questões: a da *organização federal*, termo que designa o Título I do projeto constitucional mas que, pela nossa classificação, envolve também o Título V<sup>134</sup>; e a *organização dos poderes nacionais*, na qual reunimos os temas dispostos nos Títulos II, III e IV, relativos aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, respectivamente.

Sob o tema da *organização federal*, propusemo-nos a relacionar aqueles princípios que definem as atribuições da União e dos estados na vida política e administrativa da nação. Destacavam-se, aí, a discriminação de rendas; a competência tributária e legislativa dos estados; o controle sobre forças militares e sobre políticas financeiras estaduais; os casos de responsabilidade da União, tanto para socorrer quanto para intervir nas administrações regionais; em suma, os princípios básicos da autonomia estadual ou, ao contrário, da centralização político-administrativa.

Na *organização dos poderes nacionais*, reunimos os temas estritamente ligados à participação dos estados no sistema político, isto é, nos três poderes constitucionais. Incluíam-se aí os critérios de composição e de escolha de seus membros ou titulares; seus princípios organizacionais básicos; as competências específicas de cada um e suas relações de equi-

líbrio e complementaridade. Tais questões levantaram algumas polêmicas fundamentais sobre:

- os critérios para a representação política dos estados, tendo em vista que as desigualdades existentes sempre haviam privilegiado Minas Gerais e São Paulo;
- os mecanismos constitucionais para impedir a hipertrofia do Executivo e o monopólio dos grandes estados sobre o Legislativo, que constituíam dois problemas políticos herdados da República Velha. Considerados como distorções, esses dois problemas levantaram as alternativas (não excludente de adoção do parlamentarismo e de organização de um Legislativo unicameral, do qual fosse suprimido o antigo Senado;
- a participação dos estados na organização e no funcionamento do Judiciário, que motivou projetos de unificação do direito processual e da nomeação das magistraturas.

No primeiro conjunto de temas, onde se definia a ordem federativa, os pontos de convergência das duas representações gaúchas foram mais explícitos, embora jamais reconhecidos por qualquer um de seus integrantes. Tais pontos ficaram inclusive escamoteados, porque resultaram de procedimentos diferentes: o PRL formulou sempre emendas substitutivas, isto é, que reestruturavam o projeto constitucional, ao passo que a FUG limitou-se a emendar o texto original. Com isso, algumas de suas propostas equivalentes não tiveram correspondência na estrutura do projeto constitucional.

Com relação às atribuições gerais dos estados, aceitaram o dispositivo federalista da Constituição de 1891, restaurado pelo substitutivo, pelo qual era facultado aos estados “todo e qualquer poder, ou direito, que não lhes fosse negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas desta Constituição” (§ 7, art. 7). Coincidiram ainda na iniciativa de estender a competência legislativa subsidiária dos estados, introduzida pelo substitutivo, às normas das justiças estaduais e da exploração de recursos minerais e energéticos de seus territórios. Os dois pontos destacados contradiziam frontalmente as propostas tenentistas de unidade processual da Justiça e de nacionalização dos recursos econômicos básicos, que acabaram prevalecendo no texto final da Constituição.

Ainda a respeito desta nova prerrogativa dos estados, a bancada do PRL introduziu um parágrafo único, ampliando a faculdade de legislação subsidiária para toda e qualquer matéria sobre a qual não existisse lei federal. A inclusão desse novo princípio de legislação subsidiária dos estados foi uma conquista da Constituinte de 1934, da qual ambas as facções rio-grandenses procuraram extrair maior proveito, quer permitindo que os estados preenchessem com a nova faculdade todas as lacunas le-

gislativas da União (PRL), quer consolidando essas leis estaduais pelo *referendum* popular (FUG).<sup>125</sup>

Quanto ao poder militar dos estados, o PRL foi mais radical, como, aliás, prenunciavam as declarações de Flores da Cunha às vésperas da instalação da Assembléia, de que considerava inaceitável a federalização das milícias estaduais contida no anteprojeto.<sup>126</sup> Tal dispositivo já fora eliminado pela Comissão Constitucional. Mesmo assim, as duas representações gaúchas tentaram restringir a parcela de controle que ainda estava atribuída à União sobre produção e comercialização de todo e qualquer material bélico (§ único, n.º 5, art. 7). A FUG admitiu tal controle apenas pelo Legislativo, e o PRL não só suprimiu tal dispositivo como ainda eliminou de um outro item o enunciado em que se permitia à União legislar sobre “as condições gerais (...) da organização militar, da instrução a *lhe ser ministrada* e da discriminação qualitativa e quantitativa dos armamentos e munições das forças militares estaduais” (letra q do n.º 10, art. 7).

Novamente o Rio Grande foi vencido na Assembléia. Os interesses descentralizadores não conseguiram avançar além da proposta conciliatória do substitutivo, que foi praticamente mantida no texto final da Constituição.

No domínio econômico, vale ressaltar alguns pontos de convergência das duas emendas gaúchas acerca da interferência da União nos negócios estaduais. A Frente Única restringiu a proibição aos estados de contraírem empréstimos sem a aquiescência da União, no caso particular de empréstimos externos, o que, aliás, já vigorava desde 1930 (art. 124, Título V). O PRL não abordou este capítulo nas suas emendas, mas retirou da União a faculdade privativa de legislar sobre o “trabalho, a produção e o consumo, o comércio exterior e interestadual, o câmbio e a transferência de valores”, ajustando esse dispositivo ao caso da regulamentação das normas fundamentais sobre as quais incidia a legislação subsidiária dos estados (letra m do n.º 10, art. 7).

Já no intrincado problema da discriminação de rendas, que desencadeou uma das maiores polêmicas da Assembléia, o posicionamento das facções rio-grandenses refletiu as diferenças que as dividiam naquela conjuntura. Esse tema, que tratava da divisão tributária, envolvia a principal fonte de renda das administrações estaduais e, portanto, as próprias bases materiais de sua autonomia política. A gravidade dessa questão foi decuplicada pelas redefinições que o Governo Provisório vinha tentando impor através do anteprojeto e da coordenação da maioria. A mudança fundamental era a eliminação gradual do imposto de exportação, que constituía a principal arrecadação dos vários estados exportadores, entre eles São Paulo e os estados do Norte-Nordeste.

Nesse ponto o PRL, que já se manifestara contrário à extinção do imposto de exportação,<sup>137</sup> teve que assumir uma posição mediadora, que pressupôs um entendimento com Osvaldo Aranha, responsável pela reforma tributária em questão.<sup>138</sup> Flores da Cunha reforçou sua posição enviando seu secretário do Interior para participar, juntamente com a bancada liberal, dos entendimentos com o ministro da Fazenda.<sup>139</sup> As dificuldades foram tantas que a saída encontrada foi a de propor o adiamento do problema.

O líder Simões Lopes foi à tribuna para justificar esta proposta, argumentando: "(...) Como elaborar uma reforma tributária sem o conhecimento é a coordenação paciente e minuciosa de todos os dados (...). A emenda, longe de representar o abandono desse problema vital, significa o nosso veemente desejo de vê-lo estudado e resolvido com a cautela que está a exigir".<sup>140</sup> Essa posição não foi aceita, e as grandes bancadas, capitaneadas por São Paulo, incumbiram-se de encontrar uma fórmula conciliatória e de incluí-la no corpo da Constituição, de modo a que ficassem impedidas possíveis arbitrariedades por parte do Governo Provisório.

Quanto à responsabilidade da União, as duas representações gaúchas acataram a inovação de atribuir-lhe a organização da defesa permanente contra as secas (n.º 9, art. 7) e de obrigá-la a socorrer os estados em situação de calamidade pública (§ 6.º, art. 7). Mas a emenda da FUG não se limitou a isso, propondo que se delegasse à União um papel de compensação das desigualdades regionais, de modo a que os estados pobres e incapazes de suprir suas necessidades administrativas recebessem auxílio financeiro federal, sem que isso implicasse perda de autonomia.<sup>141</sup> As duas facções gaúchas tenderam a cercar de controles os demais casos de intervenção federal nos estados. Esta foi uma atitude consensual na Assembléia, dada a frequência com que tais intervenções ocorreram, na República Velha, com base na indeterminação do artigo 6.º da antiga Carta. O anteprojeto já reformulara por completo esse artigo, discriminando nove casos de intervenção e regulando seus procedimentos. Por este texto, o poder de intervenção era distribuído entre os três poderes, e sua execução ficaria sempre a cargo do presidente da República, submetida à aprovação do Conselho Supremo.<sup>142</sup>

Mesmo assim, o projeto substitutivo registrava novos avanços no sentido de aumentar o controle dos estados sobre a ação do Executivo e de dar máxima concisão às normas de intervenção. Transferia o poder de sanção para o Congresso Nacional,<sup>143</sup> de modo que o presidente da República só pudesse intervir nos estados com a aprovação das duas câmaras legislativas, cuja composição era quase que exclusivamente regional. Além desses importantes acréscimos, o substitutivo reduziu à metade os casos de intervenção por desrespeito dos estados aos princípios constitucionais federais (n.º 5, art. 12).



Os principais avanços descentralizadores, nesse caso, foram alcançados nas primeiras fases dos trabalhos da Constituinte, em que foram apresentadas emendas ao anteprojeto e elaborado o primeiro substitutivo. A preocupação em evitar os abusos do Executivo era de tal forma generalizada que o próprio vice-presidente da Comissão Constitucional ressaltou que o problema das intervenções federais “foi dos pontos em que a Comissão versou com maior carinho”.<sup>144</sup> Em tais condições, não é de se estranhar o fato de o PRL e a FUG terem acatado, sem discordâncias de fundo, o artigo 12 do substitutivo, que se manteve praticamente inalterado até o texto final da Constituição.

No entanto, a luta pelo federalismo teve suas batalhas mais difíceis e decisivas no campo em que se definia a participação dos estados nos centros de poder nacionais. Nesse terreno, o PRL precisou, novamente, assumir posturas táticas e, com isso, distanciou-se da FUG. O único ponto em que houve uma identificação explícita entre o PRL e a FUG foi quanto ao critério de representação política dos estados na Câmara dos Deputados. Defenderam ambos a proporcionalidade ao eleitorado inscrito<sup>145</sup> e não à população residente em cada estado, como vigorara na República Velha. Pretendiam com isso vincular o tamanho das bancadas ao da população alfabetizada, o que deixaria o Rio Grande do Sul em melhor situação para competir com Minas, Bahia e Pernambuco.

Com efeito, tal proposta só não feriu os interesses de São Paulo e de alguns tenentes,<sup>146</sup> pois os demais estados, populosos ou não, se viram altamente prejudicados em virtude do alto índice de analfabetismo de suas populações. O novo critério defendido pela bancada gaúcha não teve a aceitação mínima para ser aprovado.

A questão do regime político, que envolvia basicamente a definição das relações entre os “poderes governantes” — o Executivo e o Legislativo —, abriu amplas possibilidades para a disputa entre grandes e pequenos estados. No caso da bancada gaúcha, influíram nesse tema antecedentes regionais, que haviam imposto posturas idênticas na reorganização partidária em 1932. Como vimos, tratava-se de uma antiga polêmica doutrinária entre o presidencialismo exacerbado dos “republicanos” castilhistas e o parlamentarismo britânico do líder “libertador”, Raul Pila. Tal polêmica em 1934 já não tinha espaço no novo “bipartidarismo” gaúcho. As duas alternativas partidárias pressupunham a conciliação das antigas facções, quer na oposição (com a FUG) quer na situação (com o PRL). Sendo assim, a bancada ingressou na Assembléia comprometida, como um todo, com a proposta de conjugar elementos dos dois regimes.<sup>147</sup> Embora as duas facções partissem dessa posição idêntica, seu encaminhamento evoluiu para propostas extremamente diferenciadas. E isso se deveu basicamente ao campo de interesses no qual essa questão foi sendo equacionada na Constituinte.

O debate em torno das vantagens do presidencialismo ou do parlamentarismo correspondeu, na verdade, à formulação mais geral e ampla do duplo problema da hipertrofia do Executivo e da criação de um Legislativo forte e politicamente representativo da nação, isto é, livre do jugo de Minas e São Paulo.

O perigo de reincidência de abusos por parte do Executivo, tão frequentes na República Velha, sensibilizava sem dúvida os interesses regionais como um todo, já que haviam sido as vítimas desses abusos na antiga ordem, tanto no Congresso quanto nas administrações estaduais. Com base nessa preocupação comum, firmaram-se desde logo alguns pontos consensuais:

1. a necessidade de minimizar a impunidade dos mandatários do poder, encaminhada através da discriminação minuciosa dos crimes de responsabilidade e dos procedimentos punitivos;
2. a necessidade de fortalecer o Legislativo, equiparando-o, em força, ao Executivo, o que se traduziu, unicamente, na concordância com a introdução do princípio parlamentarista da interpelação dos ministros pelo Congresso;
3. a necessidade de criar ou atribuir a um órgão a coordenação desses dois "poderes governantes" de força equivalente.

Como se pode notar, tratava-se de um consenso significativo, tendo em vista o controle do Executivo. Entretanto, tal consenso se rompia no momento em que se passava a propostas concretas, nas quais influíam as desigualdades entre os grandes e os pequenos estados.

Abria-se, nesse ponto, o conflito político básico do pós-30, que reunia de um lado os interesses centralizadores e continuístas dos setores mais identificados com a revolução e, de outro, os interesses "restauradores" das oligarquias dos grandes estados. Contentavam-se, as últimas, com o regime presidencialista corrigido das falhas registradas na República Velha, para o que bastaria conferir novas atribuições ao antigo Legislativo. Já o Bloco do Norte, principal defensor do parlamentarismo, propunha uma reformulação mais ampla do Legislativo, que visava romper com o controle exercido pelas oligarquias do Centro-Sul sobre o sistema político. Com isso, a polêmica em torno do parlamentarismo e do presidencialismo foi sendo equacionada, efetivamente, no terreno em que se definia a organização do Legislativo e as regras de sua coexistência com o Executivo.

As alternativas propostas foram bastante diversificadas por parte dos setores comprometidos com a ordem revolucionária, ao passo que tiveram grande uniformidade quando formuladas pelas grandes bancadas, que insistiram sempre no bicameralismo com novas atribuições que lhe dessem maior força. Esse tema transformou-se num elemento catalisador do jogo

de interesses existente na Assembléia, e seu encaminhamento bem o comprova, pois correspondeu às mais variadas fórmulas de composição.

O anteprojeto foi, dentre elas, a mais radical, pois além de unicameralista atribuía a Coordenação dos Poderes a um órgão inteiramente inédito e com uma composição tão inusitada que desconcertou a Assembléia, suscitando interpretações as mais contraditórias. O anteprojeto foi também, por conseguinte, a iniciativa mais contundente de supressão do Senado, que já não podia ser visualizado no Conselho Supremo. Este não resistiu à primeira fase dos debates, quando foi contestado por todos a partir de argumentações absolutamente divergentes.

Nesse ponto, o substitutivo fugiu completamente ao anteprojeto. Suprimiu a Coordenação dos Poderes, restaurou o bicameralismo e compensou esse "reco" em favor das oligarquias com a criação do Conselho Nacional. Este era um órgão do Poder Executivo, de caráter eminentemente técnico, cujos dez membros eram todos nomeados pelo presidente da República para exercerem funções estritamente consultivas.

O arranjo proposto pela Comissão Constitucional tampouco foi aceito e, efetivamente, não respondia às questões políticas que estavam em foco na Assembléia na medida que criava um novo recurso para o Executivo. A tendência que se registrou na discussão desse novo projeto foi a de se negociar uma composição, na tentativa de aproximar o Senado da função coordenadora dos poderes, deslocando-o, com isso, do Legislativo. Em outras palavras, significava a entrega da coordenação dos poderes aos estados equitativamente representados. Tal foi o modelo que prevaleceu no texto final da Constituição, caracterizado pelos tenentes de "bicameralismo disfarçado": o Legislativo ficou limitado à Câmara dos Deputados; o Senado tornou-se o órgão de Coordenação dos Poderes, com maior força do que possuía anteriormente.

A orientação das duas facções gaúchas no desenrolar desse debate foi se diferenciando à medida que os enfrentamentos suscitados transformavam-no numa questão nodal para o novo pacto político. Tal situação exigiu do PRL posturas de coordenação das correntes que se formavam e, para tanto, precisou passar por importantes reorientações. Seu desempenho pautou-se, como nunca, no seu compromisso com os interesses continuístas de Vargas, ganhando assim o sentido eminentemente prático de buscar soluções alternativas e conciliatórias. Os posicionamentos da bancada liberal subordinaram-se, efetivamente, a interesses políticos imediatos de coordenação da Constituinte e, com isso, tiveram um desenvolvimento descontínuo, por vezes até incoerente. A FUG, ao contrário, manteve-se no mesmo rumo federalista inicial, mas não sem os percalços de ver-se premida a realizar negociações. O ponto de partida foi, entretanto, o mesmo para toda a bancada: a conjugação dos dois regimes políticos e a manutenção do bicameralismo. Como o primeiro princípio programá-

tico adequou-se à intenção geral na Constituinte de fortalecer o Legislativo, foi a defesa do bicameralismo que promoveu a primeira iniciativa das duas facções rio-grandenses nessa matéria: a de repúdio à fórmula contida no anteprojeto, particularmente à supressão do Senado.

A FUG apresentou emenda<sup>148</sup> transformando o Conselho Supremo num novo órgão, denominado Comissão Permanente, que nada mais era do que o antigo Senado com representatividade e atribuições ampliadas. A nova Câmara seria composta por três representantes por estado, escolhidos pelos deputados eleitos, dentre os membros de suas próprias bancadas estaduais. O mandato da Comissão Permanente era por conseguinte o mesmo da Câmara dos Deputados, renovando-se a cada quatro anos, de modo a favorecer, segundo os autores da emenda, uma maior representatividade da nação e entrosamento com a Câmara dos Deputados. O novo órgão seria dotado de “competências legislativas, fiscalizadoras e coordenadoras” e enfatizava-se sua função de velar pela continuidade político-administrativa nos recessos parlamentares.

O PRL, de sua parte, subscreveu emenda<sup>149</sup> elaborada por um de seus mais eminentes deputados, Carlos Maximiliano, pela qual sugeria a restauração do bicameralismo e a substituição do Conselho Supremo pelo chamado Conselho Nacional, de funções coordenadoras e concebido nos moldes do Conselho do Estado do Império, exceto na composição. Esta passava às mãos do presidente da República, que nomearia os conselheiros segundo critérios de experiência administrativa e competência técnica.

Apesar de todas as inovações, a Frente Única propunha, em última análise, um Senado muito mais forte que o da República Velha, ao passo que a do PRL, embora o restaurasse explicitamente, tinha um sentido centralizador, ou seja, o de atribuir à coordenação dos poderes um caráter técnico e desvinculado de qualquer representatividade política.

O substitutivo, nesse sentido, encampou as idéias básicas da emenda de Maximiliano, o que constitui um forte indicador do intuito de coordenação da proposta dos liberais gaúchos. O novo projeto, além de restaurar o bicameralismo, inspirou-se naquela emenda quando formulou o “seu” Conselho Nacional.<sup>150</sup>

A essa altura já era evidente a inadequação dessa fórmula que não repercutira de modo significativo nos debates parlamentares. Assim, logo que se tornou previsível o seu insucesso (cerca de um mês antes da apresentação do substitutivo ao plenário), a bancada liberal reorientou sua posição decidindo, como declarou Flores da Cunha: “sustentar o regime bicameral, criando em lugar do antigo Senado outra Câmara Legislativa com nova denominação, tendo talvez atribuições mais importantes”.<sup>151</sup>

Essa foi a caracterização mais fidei da fórmula que a bancada liberal veio a propor, em abril de 1934, em sua emenda ao substitutivo.<sup>152</sup> Entre-

tanto, nesta ocasião, o PRL preferiu qualificá-la de “unicameralista”, o que deve ser atribuído a preocupações táticas de revesti-la de um sentido inovador associado à orientação de Vargas. O fato é que essa emenda inscrevia-se perfeitamente no posicionamento bicameralista assumido em janeiro pela bancada: suprimia tanto o Senado quanto o Conselho Nacional contidos no substitutivo e criava o Conselho Federal que, na verdade, era uma fusão daqueles dois órgãos, ou seja, uma segunda Câmara com funções legislativas e coordenadoras. O novo conselho deveria se compor de um representante por estado, eleitos pelas Assembléias Legislativas estaduais, e por outros seis membros, dois dos quais militares, nomeados pelo presidente da República, segundo critério de competência técnica e experiência administrativa. Teve-se, contudo, o cuidado de preservar a igualdade da representação estadual, específica ao Senado, restringindo-se o direito de voto dos seis membros não eleitos. Estes não poderiam participar das funções legislativas desse órgão, tendo-se em vista, segundo Simões Lopes, “a melhor garantia do equilíbrio federativo”.<sup>163</sup>

O Conselho Federal acumulava, em grande medida, as atribuições do Senado e as funções coordenadoras propostas pelo anteprojeto e pela própria emenda de Maximiliano. A alteração principal foi justamente a inclusão de atribuições legislativas próprias do Senado e a supressão de algumas atribuições sobre matérias econômico-financeiras, internacionais e territoriais, conferidas ao Conselho Nacional que constava daquela emenda. Essa proposta conciliadora do PRL ainda possuía um caráter restritivo ao modelo federalista, pois além de admitir seis membros nomeados pelo Executivo, reduzia tanto as competências legislativas previstas no substitutivo para o Senado, quanto as funções coordenadoras que sua própria emenda anterior conferira ao então Conselho Nacional. Com efeito, seu avanço no sentido da participação dos estados no órgão de coordenação teve como contrapartida uma significativa redução de competências.

Foram, exatamente, essas importantes limitações que motivaram a sua desaprovação na Assembléia e que diferenciaram essa fórmula daquelas que lhe sucederam, prevalecendo no texto final da Constituição. Tinha todas a mesma matriz geradora: a proposta de conjugação das funções do antigo Senado e das funções de coordenação dos poderes em um único órgão de representação igualitária dos estados. Tanto a emenda de coordenação do “Comitê das Grandes Bancadas” quanto o texto final da nova Carta mantiveram essa idéia básica. Entretanto, a emenda de coordenação eliminou os membros nomeados e restituiu as competências que a proposta do PRL suprimira. O texto final alterou o processo eletivo desse órgão, restaurando o voto direto que, tradicionalmente, regera a composição do Senado.<sup>164</sup>

O desempenho do PRL nesse conflito fundamental passou por duas reformulações marcantes, ao nível de seu discurso político na Assembléia: a) da defesa do bicameralismo para a do sistema "unicameralista" e b) da defesa de uma concepção técnico-administrativa da Coordenação dos Poderes para a de sua natureza política e sua necessária representatividade das unidades da federação. Numa linha mais subjacente, não encontramos propriamente contradições, mas sim uma postura voltada para a interpretação e absorção das principais tendências da Constituinte e para a apresentação de propostas alternativas que as conciliassem entre si, e também com a orientação de Vargas.

A FUG, ao contrário dos liberais gaúchos, viu-se completamente desatendida pelo substitutivo. Seu líder, Maurício Cardoso, chegou a afirmar na tribuna que nenhuma das emendas que subscrevera "mereceu a honra de ser apreciada pela Comissão Constitucional".<sup>155</sup> Tal julgamento subestimava, na verdade, a identidade de princípios de seus posicionamentos com os das expressivas representações oligárquicas presentes na Constituinte. Entretanto, foi em função dessa auto-avaliação que a Frente Única optou pelo recuo.

Em sua emenda ao substitutivo, abriu mão da Comissão Permanente e da idéia da Coordenação dos Poderes. Propôs a supressão do Conselho Nacional e ateve-se à defesa da ampliação das atribuições do Senado, pelo menos ao nível das que lhe competiram na República Velha. Abandonou, portanto, posições que, embora o substitutivo não incorporasse, terminaram por se impor. Sua proposição primeira — uma segunda Câmara de representação estadual igualitária com funções legislativas, fiscalizadoras e coordenadoras — foi uma fórmula bastante semelhante à que prevaleceu. Os três porta-vozes da oposição rio-grandense suprimiram essa interpretação, mantendo-se atuantes e influenciando nos processos de votação do texto final da nova Carta. Esta, por certo, superou as expectativas derrotistas que orientaram sua última emenda. A FUG, pelo seu descompromisso com o Governo Provisório, tinha maiores motivos de contentamento com o resultado obtido.

Mas o posicionamento da Frente Única no debate sobre a organização dos poderes não se limitou à questão fundamental dos mecanismos de representação e de participação do poder regional nos centros decisórios nacionais. Enquanto minoria, a FUG tinha interesses concretos e imediatos na defesa de princípios democrático-liberais que garantissem e ampliassem seu espaço político.

Nesse ponto, as divisões político-conjunturais das elites gaúchas suscitaram posturas de conteúdos divergentes, ao contrário do que sucedeu com relação ao tema do federalismo. A bancada liberal, por força de seu envolvimento e participação no poder, ateve-se à tarefa coordenadora e à sua meta fundamental de compor um pacto político com os setores

majoritários na Constituinte. O PRL silenciou sobre a temática do liberalismo, e seu desinteresse pela abertura a uma maior participação política ficou patente quando veiculou a proposta de Vargas, de instituir eleições indiretas para a presidência da República e para o novo Senado. Na ocasião argumentou que o voto direto criaria “anarquia mental e a inquietação popular; sangrias financeiras (...); intromissões perniciosas da política nas Forças Armadas; insurreições cruentas e de péssima repercussão internacional”.<sup>156</sup>

A FUG, inversamente, abraçou os ideais liberais e lutou com toda a tenacidade, discriminando, ponto por ponto, os cerceamentos que identificava nos projetos constitucionais. Além da eleição direta defendeu, entre muitos, os seguintes princípios constitucionais:

- a ampliação do direito de iniciativa legislativa (só atribuído aos membros das duas Câmaras e ao presidente da República) ao eleitorado e às associações de direito público;

- a prática do *referendum* popular (por iniciativa do próprio eleitorado, inclusive) nos casos de dupla legislação, entre outros;

- a representação das minorias, a todos os níveis, e particularmente nas comissões parlamentares e na Delegação Legislativa Permanente, que representava o Legislativo nos períodos de recesso;

- a extensão das atribuições dessa Delegação Permanente de modo a garantir a efetiva continuidade político-administrativa e controle sobre o Executivo, naqueles períodos de desmobilização do Congresso;

- a restrição dos efeitos do “estado de sítio” à suspensão do *habeas corpus*;

- a anistia absoluta; e

- a liberdade de imprensa.<sup>157</sup>

Nesses sete pontos, a oposição rio-grandense exerceu pressões bem maiores do que as que pudemos perceber com relação à disputa pelo federalismo. E nada mais natural, dado o exíguo campo de ação que o antigo sistema político e a recente ditadura revolucionária legaram às oposições regionais. Mas importa lembrar que a restauração e mesmo a ampliação de algumas normas de conduta política tipicamente liberais eram do maior interesse para as oligarquias estaduais. Sobre tais problemas, entretanto, calou o PRL.

Quanto ao Poder Judiciário, o que estava em questão era a dualidade ou autonomia da organização da Justiça que dera margem, na República Velha, a sua subordinação ao poder dos governadores que nomeavam e mantinham os juizes das instâncias estaduais. O problema fundamental era portanto a definição do grau de influência dos executivos estaduais sobre a magistratura. Paralelamente colocava-se a questão da dualidade processual, instituída pela Constituição de 1891.

Mais uma vez, o posicionamento das duas representações gaúchas foi extremamente semelhante e nitidamente federalista. A bancada liberal aceitou “a uniformização dos princípios gerais de organização judiciária”, mas pleiteou que “cada estado conservasse o direito de organizar sua magistratura”.<sup>158</sup> A FUG propôs a seguinte fórmula: “justiças estaduais e justiça federal, todas subordinadas a princípios judiciários fundamentais, definidos na Constituição, dentro dos quais as primeiras serão livremente organizadas, providas e administradas pelos respectivos estados, ficando todas a serviço de uma única *jurisdição comum — a nacional*”.<sup>159</sup> Ambos defenderam, portanto, a preservação da autonomia estadual na organização das magistraturas e, nesse aspecto, tiveram que se conformar com os controles sobre a participação dos governadores e as imunidades e garantias de que foram cercados os magistrados.

Quanto ao direito processual, que para a bancada gaúcha inscrevia-se na fórmula de unificação das normas gerais (como já vimos na parte da organização federal, onde constava como um dos casos de legislação subsidiária), as representações oligárquicas foram surpreendidas com uma inesperada ação conjunta das pequenas bancadas do Norte e Nordeste que conseguiram aprovar a reunificação dos processos. A partir daí, o encaminhamento da organização do Judiciário resultou de entendimentos minuciosos entre os dois blocos (das pequenas e das grandes bancadas), de modo que a fórmula final manteve a dualidade, mas dentro de uma perspectiva que introduzia novos princípios constitucionais para restringir a influência dos executivos (federal e estaduais), garantindo a autonomia do Judiciário.<sup>160</sup>

Vimos assim que no processo de definição de todas essas questões cruciais a bancada gaúcha não conseguiu exercer uma influência decisiva e, no caso do PRL, nem sequer manteve o nível de participação que desfrutou nas primeiras etapas. A FUG, sem acesso às articulações da maioria, subestimou suas identidades de interesses na defesa do federalismo e, em certa medida, desperdiçou a oportunidade fundamental da apresentação de emendas ao projeto substitutivo.

Já o novo partido gaúcho, que contou com amplos recursos, teve uma trajetória insuspeitada, entrando em franco descenso político. Tal declínio deveu-se a duas ordens de razões: de um lado, como vimos, ao fortalecimento de lideranças de outras bancadas da maioria, especialmente da paulista e da mineira, que resistiram e concorreram com o seu papel coordenador; de outro, à situação de compromisso que, por sua vez, refletia, na fluidez e mutabilidade de seus posicionamentos, as dificuldades e imposições de Vargas para enfrentar as forças que ascendiam autonomamente.

De fato, o PRL foi uma espécie caricata de “partido do governo”. Coube-lhe a defesa intransigente dos princípios e dos interesses de uma elite governamental que ao mesmo tempo em que o utilizava como base



de apoio manobrava-o como instrumento de obtenção de consenso e legitimidade. O partido gaúcho não era o governo; nem o instituíra, nem o controlava, ainda mais quando se tratava de um governo discricionário. A ele coube apenas uma atuação difícilíssima, que geralmente o conduziu à descaracterização programática e, não raro, ao ridículo político. E o PRL não pôde fugir dessa situação.

Entretanto, há que considerar um outro aspecto: o fato inegável de que as grandes bancadas conseguiram aprovar, com o "rolo compressor" das "emendas de coordenação",<sup>161</sup> uma Constituição que preservava e até aprimorava, ao nível dos "poderes governantes", a participação das oligarquias regionais. Os interesses federalistas do Rio Grande estavam, sem dúvida, representados, e se não podemos inferir daí o contentamento do novo situacionismo gaúcho, que se bateu por uma participação direta e imediata no Executivo, não temos receio em afirmar que o texto constitucional lhe satisfaz. A evidência histórica dessa afirmativa está no fato de o PRL de Flores da Cunha ter reagido à perda de suas posições no governo de Vargas, com a defesa do novo regime constitucional.<sup>162</sup> Apesar de todas as inovações introduzidas, a Constituição de 1934 propunha um modelo político liberal e ainda nitidamente federalista, portanto muito mais identificado com as oligarquias regionais do que com o projeto centralizador dos tenentes.

\* \* \*

Acompanhamos, nos quatro anos de ditadura revolucionária, a trajetória da oligarquia regional que mais investiu na Revolução de 30. Em seu percurso descontinuo mas unidirecionado para o controle do poder, ela influiu decisivamente na dinâmica e nos rumos do processo político nacional. Essa participação resultou tanto do empenho das forças políticas gaúchas em dirigir a nação, quanto da necessidade de Vargas em contar com seu apoio e mesmo em se valer dessa expectativa de poder.

Este trajeto se iniciou com um passo inovador: a aliança tática com o tenentismo para a tomada do poder em 1930. Tal iniciativa, entretanto, possibilitou, com o concurso de outros fatores, o insuspeitado predomínio daquele grupo no novo aparelho de Estado. As elites rio-grandenses sofreram aí sua primeira frustração. Inconformadas, as lideranças partidárias preferiram abandonar posições ocupadas na esfera federal para se dedicarem à luta pela completa redefinição do jogo político. Romperam com os tenentes e lançaram a campanha constitucionalista, aliando-se a antigos rivais — as oligarquias de São Paulo — contra o governo que instauraram.

Mas Vargas, que não poderia arcar com essa perda de apoio, respondeu ao radicalismo da FUG manipulando a interventoria gaúcha como

instrumento para a reconquista da confiança das elites estaduais. Produziu-se assim uma crescente defasagem entre o cerceamento do Governo Provisório à participação política da Frente Única e a ampliação dos privilégios e benefícios que o mesmo governo concedia às oligarquias gaúchas, a nível regional, através de Flores da Cunha.

No momento decisivo em que as opções políticas reduziram-se à luta armada contra o Governo Provisório ou, ao contrário, à sua sustentação contra o movimento paulista, as oligarquias gaúchas prezaram mais as perspectivas oferecidas pela interventoria do que os riscos assumidos pela FUG na sua aliança com São Paulo. A decisão de apoiar Getúlio Vargas, longe de atingir a meta da Constituinte — já irreversivelmente assumida pelo grupo dirigente —, significou um ganho para as elites gaúchas. Substituindo o confronto pelo compromisso, elas viabilizavam sua participação e influência no encaminhamento da constitucionalização.

A guerra civil marcou, portanto, uma nítida inflexão na trajetória e no posicionamento político do Rio Grande do Sul. No plano nacional, marcou o seu reingresso no Governo Provisório onde assumiu responsabilidades e funções eminentemente políticas. Retornou como o fiador da constitucionalização e como a autoridade governamental incumbida de seu encaminhamento. Seu prestígio e participação política se ampliaram largamente, mas a origem dessa força lhe escapava, pois advinha, fundamentalmente, do aval do chefe da nação. A nível regional, reorganizou-se o situacionismo com a ampla participação do Governo Provisório. A fundação do PRL consolidava não apenas o poder do interventor mas todo um compromisso com Vargas. Reunificaram-se, quase que por completo, as forças estaduais em torno do novo partido que, concebido sob o signo do poder, deveria ser o protótipo do partido nacional que sustentaria na Assembléia o continuísmo de Vargas.

Não resta dúvida de que o compromisso de conduzir a abertura política foi altamente compensador para o PRL enquanto se traduziu na grata função de articular as forças políticas para instalar a Constituinte. Mas é também inegável que esse mesmo compromisso tornou-se sumamente penoso quando exigiu do PRL o atrelamento da Assembléia ao projeto político governamental. A compatibilização dos interesses federalistas e da postura defensiva da maioria oligárquica com os intentos continuístas do chefe da nação foi uma tarefa impossível de ser levada a cabo. Em meio à discussão do projeto substitutivo, a bancada liberal gaúcha já se tornara um instrumento político desgastado, reduzida como estava à condição de mera observadora das decisões do “Comitê das Grandes Bancadas”.

No primeiro momento, Flores da Cunha dispôs de um efetivo poder decisório para compor a coordenação da Constituinte e o bloco da maioria. Simões Lopes e a bancada do PRL, ao contrário, foram relegados a

uma atuação reflexa que esteve sempre a reboque das decisões governamentais e da própria evolução da Assembléia, a partir da qual eram formuladas as orientações do chefe da nação. O pacto com Vargas alçou as lideranças gaúchas a posições inatingidas no cenário nacional com a mesma rapidez com que passou a desgastá-las, lesando a própria estatura e imagem política do estado. O movimento ascendente que se intensificou a partir das eleições de maio para culminar na crise ministerial em janeiro de 1934 ganhou sentido inverso a partir da tentativa frustrada de antecipar as eleições presidenciais, e teve seu anticlímax no franco repúdio suscitado pelo bloco de emendas do PRL, em abril de 1934.

A carreira fulminante do situacionismo gaúcho no comando político do país foi uma grande fantasia de poder que se dissipou rapidamente. Para a oligarquia estadual, como um todo, isso custou o desperdício da oportunidade criada pela Constituinte Nacional. Tanto o PRL quanto a FUG não puderam tirar pleno proveito das possibilidades de influir na definição do novo sistema político. A Frente Única não teve sequer acesso à Comissão Constitucional, e o PRL atuou muito mais como um instrumento dos interesses de Vargas do que das aspirações rio-grandenses. E disso não retirou a influência almejada.

Utilizada à exaustão, a bancada situacionista gaúcha constituiu, para Vargas, um recurso inestimável para controlar e interferir sobre as definições que se processavam na Assembléia. O PRL garantiu sua continuidade no poder, mas não pôde ir além disso. Articulou sua vitória eleitoral e a aprovação dos atos do governo discricionário; assegurou a elegibilidade dos interventores, mas não obteve a Constituição almejada.

As elites políticas rio-grandenses estavam desgostosas e relativamente enfraquecidas no plano político nacional. Viram reduzir-se o seu poder de barganha na composição do novo ministério, perdendo pela primeira vez, desde 1930, a pasta da Justiça. Uma vez mais as lideranças gaúchas tenderam a engrossar as forças de oposição a Vargas. Nesse processo, o PRL tornou-se um instrumento de Flores da Cunha, que acabou por assumir a vanguarda da resistência oligárquica contra a guinada centralizadora deflagrada em 1935. Vargas, novamente, interferiu na política regional manobrando a FUG e, inclusive, fracionando o partido do interventor. A fragmentação política do Rio Grande teve, entretanto, como contrapartida, a radicalização dos posicionamentos de Flores da Cunha na política nacional e o aparelhamento militar das milícias sob o seu comando.

A busca do poder prosseguia e com toda a intensidade, mas as expectativas oligárquicas já se reduziam, adquirindo cada vez mais a consciência de sua real dimensão na correlação de forças nacional. A confirmação histórica do que afirmamos foi sua passividade e seu assentimento às subseqüentes intervenções federais que depuseram Flores da Cunha e

o substituíram por interventores militares que governaram o Rio Grande durante todo o Estado Novo.

A discrepância entre as pretensões e possibilidades políticas, que tão marcadamente caracterizou o comportamento político das elites rio-grandenses, de 1930 a 1934, não foi, em absoluto, um traço atípico. Protagonistas na Revolução de 30, as elites políticas rio-grandenses conseguiram, efetivamente, interferir — quer na oposição, quer na situação — no desenvolvimento das grandes questões políticas nacionais. Influíram marcadamente para a deterioração da experiência dos tenentes no poder, em 1932; exerceram a condução do processo de constitucionalização, em 1933, e apesar de todo o seu desgaste foram elas que garantiram, em grande medida, a continuidade de Vargas no poder, em 1934.

As lideranças gaúchas puderam assim alimentar suas expectativas e resistiram muito mais a conformar-se com o papel coadjuvante, que afinal acabaram desempenhando já na composição do pacto constitucional.

## NOTAS

- 1 Referimo-nos às lideranças dos inúmeros partidos estaduais que integraram a Aliança Liberal, entre eles: Partido Republicano Mineiro; Partido Republicano Rio-Grandense e Partido Libertador, unidos na Frente Única Gaúcha (FUG); Partido Republicano da Paraíba; Partido Democrático Nacional, que congregava as oposições de São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco, entre outros estados, e o Partido Republicano Democrático de Pernambuco.
- 2 Antônio Augusto Borges de Medeiros era ainda a máxima autoridade política do Rio Grande do Sul. Herdeiro de Júlio de Castilhos (o fundador do PRR), ele conjugara por mais de 20 anos a presidência do estado com a do Partido Republicano. Afastou-se da administração estadual em 1928 (indicando Getúlio Vargas para substituí-lo) em cumprimento ao estabelecido no "Pacto de Pedras Altas", que pacificara, cinco anos antes, a revolta armada das oposições estaduais, sob a condição de que Borges não mais poderia reeleger-se.
- 3 Esta questão foi aprofundada em Alírio Eberhardt, *Os partidos gaúchos e a Revolução de 1930* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1979) (mimeo).
- 4 Arquivos Getúlio Vargas e Antunes Maciel, março/outubro de 1930.
- 5 Arquivo Antunes Maciel, 30 04 07.
- 6 Arquivo Antunes Maciel, 30 08 27/1 e 30 08 27/2.
- 7 Arquivo Antunes Maciel, 30 08 25.
- 8 Essa é uma questão maior, da qual não pretendemos dar conta, e que já tem sido tratada por autores como Boris Fausto, *A Revolução de 30* (São Paulo: Brasiliense, 1972) e *Pequenos ensaios da história da República (1889-1945)* (São Paulo: CEBRAP, 1972), além de Franciso Weffort, "Las origenes del populismo en Brasil" in *Brasil hoy* (Buenos Aires: Siglo XXI, 1968), entre outros.
- 9 Em novembro de 1931, a Frente Única Gaúcha (FUG) consubstanciou sua reestruturação visando combater os tenentes no poder e acelerar a constitucionalização. Em fevereiro de 1932, o Partido Democrático e o tradicional Partido Republicano de São Paulo formaram a Frente Única Paulista (FUP) com idênticos objetivos.
- 10 Para ilustrar esta expectativa, transcrevemos trechos da carta que Antunes Maciel, enquanto secretário da Fazenda do estado, escreveu a Getúlio Vargas a 10.9.31: "(...) No Rio Grande assenta — não é demais repeti-lo — todo o segredo da

estabilidade do Governo Provisório. (...) como compreender que não alce essa caríssima terra ao apogeu do prestígio (...) e se lhe regateiem auxílios em momentos difíceis (...)? O Rio Grande fez a Revolução e ainda sangra, porque a fez. (...) O Rio Grande é o fiador da vitória". Arquivo Antunes Maciel, 31.09.10.

- 11 João Neves da Fontoura, *Acuso!* (Rio de Janeiro: s. ed., 1933). Sobre as negociações que definiram a nomeação de Maurício Cardoso, ver Arquivo Osvaldo Aranha, 31.11 00/8, 31.11 18/8, 31 12 00/67 e 31 12 25/5, entre outros documentos. Sobre o subsequente descontentamento dos tenentes e do próprio Governo Provisório com a aceleração da constitucionalização, ver Arquivo Getúlio Vargas, 32 01 25 e 32 02 03, entre outros documentos.
- 12 Além do citado depoimento de João Neves da Fontoura (capítulo "O movimento constitucionalista e o rompimento do Rio Grande"), ver Arquivos Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, este último com uma média de três documentos por dia relativos à crise que se estende de 3 de março a 9 de julho de 1932.
- 13 João Neves da Fontoura, *op. cit.* O envolvimento do Rio Grande com as reivindicações políticas de São Paulo cresceu a partir da deposição do segundo interventor paulista, Laudo de Camargo. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, 31 11 15. Significativamente, a crise das relações de São Paulo com o Governo Provisório coincidiu com a reestruturação da FUG (Arquivo Osvaldo Aranha, 31 11 20/04 e 31.11 25/3) e com a nomeação de Maurício Cardoso para o Ministério da Justiça. Daí em diante, o caso paulista tornou-se um dos pontos prioritários das negociações do Rio Grande com o Governo Provisório. Ver documentação do primeiro semestre de 1932 dos arquivos Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.
- 14 O Arquivo Osvaldo Aranha (31 03 24 e 31 03 31), nossa principal fonte, documenta a resistência do Rio Grande à Legião Revolucionária, que não chegou a se implantar, pois só seria admitida enquanto organismo apartidário e sob o controle da FUG, que a organizaria como defesa às ameaças da ditadura militar. Tais ameaças eram atribuídas aos reduzidos núcleos tenentistas do estado, que eram qualificados como "conspiradores comunistas pró-ditadura" (31.04.03, 31 05 26, 31 06.05, 31 06 10, 31 06 30). Daí o caráter estritamente militar e clandestino das organizações "revolucionárias" no Rio Grande do Sul (31.01.22 e 31.04 03).
- 15 Enquanto o Partido Libertador, reunido no Congresso de Pelotas, em abril de 1931, radicalizava sua oposição ao Governo Provisório, Flores da Cunha viajava ao Rio de Janeiro e obtinha recursos para amortizar a dívida estadual e retomar antigos projetos de construção de portos e ferrovias, diminuindo com isso a repercussão do posicionamento político do PL. Ver *Diário de Notícias* (Porto Alegre) e *A Federação* de abril de 1931. O Arquivo Antunes Maciel, no período de dezembro de 1930 a outubro de 1932, documenta as intensas negociações da interventoria gaúcha com Vargas e Osvaldo Aranha.
- 16 O Arquivo Getúlio Vargas (9 a 23 de julho de 1932) indica o total despreparo da FUG diante da precipitação da guerra e em face da adesão de Flores da Cunha a Vargas. Nas articulações clandestinas, as lideranças partidárias não chegaram a mobilizar suas bases, e o interventor pôde contar tanto com o apoio do comando da Brigada quanto da 3.ª Região Militar do Exército. A reação imediata da FUG foi a apresentação de um plano de negociações para a conciliação com o Governo Provisório.
- 17 Esta pasta foi concedida a Francisco Antunes Maciel Jr., por indicação de Flores da Cunha, de quem ele era secretário da Fazenda.
- 18 Tanto o gen. Góis Monteiro (que assume em janeiro de 1934 a pasta da Guerra) quanto Osvaldo Aranha (ministro da Fazenda) lideraram facções que chegaram a disputar com Vargas a presidência do governo constitucional. Ver Arquivos Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha (1934) e Carolina Nahuco, *A vida de Virgílio de Melo Franco* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965). A imprensa deu ampla cobertura a tais áreas de atrito. Ver *Correio da Manhã* e o *Estado de São Paulo*, no primeiro semestre de 1934.
- 19 Arquivo Osvaldo Aranha, 32.10 26, e Arquivo Getúlio Vargas, 32 11 01.

- 20 Arquivo Getúlio Vargas, 32 10.15. Trata-se de uma afirmação feita pelo procurador da República no Rio Grande do Sul, Florêncio de Abreu e Silva, referindo-se aos noticiários da imprensa gaúcha sobre o programa do PRL.
- 21 Arquivo Osvaldo Aranha, 32 10.26.
- 22 Transcrito pelo jornal *A Federação* de 17.11.1932.
- 23 O grupo compunha-se de Olmiro Azevedo, José Loureiro da Silva, Coelho de Sousa, Vitor Russomano, Adolfo Pena, Alcides Carracho, Arnaldo Ferreira e João de Paula, entre outros. Alguns deles integraram a bancada do PRL na Constituinte, e o grupo como um todo veio a constituir a Ala Moça do PRL. *A Federação* de 15 a 20.11.1932.
- 24 As informações que utilizamos sobre a convenção foram retiradas, na sua maioria, do jornal *A Federação* de 16 a 21.11.1932, que deu cobertura oficial ao evento, transcrevendo, inclusive, as atas e os documentos lidos e aprovados nas sessões plenárias.
- 25 Partido Republicano Liberal, *Programa político* (Rio Grande do Sul: s. ed., 1932).
- 26 *Diário de Notícias* (Porto Alegre) de 20 12 1932.
- 27 *A Federação* noticia, em 17 de novembro, o acordo firmado no palácio do governo. Alberto Bins declarou, nessa ocasião, que o empresário abriria mão de sua intenção de filiar-se ao Partido Economista Nacional para integrar-se ao novo partido estadual, desde que o seu programa incorporasse os interesses dos grupos que representava.
- 28 *A Federação* de 18 11 1932.
- 29 *A Federação* de 21.11.1932, em seu resumo da última sessão do Congresso, só registrou a intervenção de um operário, que pleiteava salário mínimo reajustável trimestralmente, e que foi dissuadido por Osvaldo Aranha. Quanto ao funcionalismo público, João Neves da Fontoura, *op. cit.*, p. 233, afirma: "Para fingir prestígio, o Interventor manda para as repartições listas de adesão ao seu ajuntamento, e coage, sob pena de demissão, os empregados públicos a assiná-las (...)"
- 30 *A Federação* de 28 11.1932 e *Correio do Povo* de 13 12.1932.
- 31 Arquivo Antunes Maciel, 32 12 29, 33 01 17, 33 01 26, 33 03 02, 33 03 06, 33 03 27, 33 04 20, 33 04 28, Arquivo Getúlio Vargas, 33 03 17.
- 32 Arquivo Osvaldo Aranha, 32 11 24, e Arquivo Antunes Maciel, 32 12.29 e 33.01.03.
- 33 Arquivo Antunes Maciel, 32 10 25.
- 34 Arquivo Antunes Maciel, 32 11 14.
- 35 Essa informação foi transmitida por Osvaldo Aranha a Vargas, na ocasião do congresso político de Porto Alegre. Arquivo Osvaldo Aranha, 32 11 20.
- 36 Arquivo Getúlio Vargas, 33 01 13, 33 02 03 e 33 02 14.
- 37 Arquivo Getúlio Vargas, 33 03 04.
- 38 As combinações feitas para afastar Amis Brasil dos exilados gaúchos estão documentadas no Arquivo Antunes Maciel, 33 02 14, e no Arquivo Getúlio Vargas, 33.01.28.
- 39 Arquivo Getúlio Vargas, 32 10 15. Sobre a prisão de Borges de Medeiros, ver também 32 09.22, 32 10 12, 32 10 25, 32 10 29, 32 11 03 e 32 12 30.
- 40 As redefinições foram maiores por parte dos republicanos e vinham sendo gestadas desde 1931. No início de 1933, Borges de Medeiros formula seu novo posicionamento, publicando o livro *O poder moderador* (Pernambuco: Diário de Pernambuco, 1933), onde organizava e propunha um projeto constitucional.
- 41 *Correio do Povo* e *A Federação* de 2.12.1932.
- 42 O texto do acordo está no Arquivo Osvaldo Aranha, 33 03 26.
- 43 Arquivo Osvaldo Aranha, 33.01.04.
- 44 Arquivo Antunes Maciel, de 32.12.19 a 33.01.14, e Arquivo Osvaldo Aranha, 33.02.01.
- 45 O registro do PRR só foi obtido no dia 16 de abril, uma quinzena antes do pleito. Ver *Correio do Povo*, nesta data. A pedido de Flores da Cunha, o ministro da Justiça providenciou a cassação dos direitos políticos de Alberto Pasqualini, candidato pela FUG (PL). Arquivo Antunes Maciel, 33.04.20.

- 46 Arquivo Osvaldo Aranha, 33 05 01. Sobre a sentença, temos o seguinte telegrama de João Carlos Machado, secretário do Interior, a Osvaldo Aranha: "(...) Publicada hoje a sentença no Tribunal de Honra. (...) sentença longa, brilhantemente fundamentada, causou profunda impressão, não só pelos nomes prestigiosos que a firmam, como pela lógica de aço da argumentação. Em sua conclusão, reconhece e proclama, em face de Deus e da Sociedade, que o general Flores da Cunha, interventor e ao mesmo tempo partidário da Frente Única Rio-Grandense, em todas as graves situações que se lhe depararam, conduziu-se sempre, rigorosamente, conforme os ditames da dignidade pessoal e do cargo que exercia e ainda exerce".
- 47 O *Correio do Povo* de 8 12 1932.
- 48 Arquivo Getúlio Vargas, 33 02 14.
- 49 João Alberto participara do movimento tenentista da década de 20, sendo um dos mais destacados revolucionários de 30 e o primeiro interventor de São Paulo. Nesse momento, exercia a chefia de polícia do Distrito Federal e articulava com outros líderes revolucionários a organização de um partido nacional.
- 50 Arquivo Getúlio Vargas, 33 02 14.
- 51 Arquivo Getúlio Vargas, 33 01 11.
- 52 Arquivo Antunes Maciel, 33 03 01, e Arquivo Getúlio Vargas, 33 03 17.
- 53 Estes fatos foram comentados na imprensa carioca, em maio e junho de 1933.
- 54 *Correio da Manhã* de 7 12 1933.
- 55 *Correio da Manhã* e Arquivo Getúlio Vargas, no período de 7 de setembro a 24 de outubro de 1933.
- 56 Arquivo Getúlio Vargas, 33 06 11, e *Correio da Manhã* de 8 e 14 7 1933.
- 57 Entre os 13 membros da subcomissão, que incluíam o gen. Góis Monteiro e Osvaldo Aranha, o único participante reconhecido como porta-voz dos "revolucionários independentes" era Temístocles Cavalcânti, que fora indicado por Juarez Távora. Arquivo Getúlio Vargas, 32.11.09.
- 58 Arquivo Antunes Maciel, 32 12 29.
- 59 Arquivo Antunes Maciel, 33 01 13.
- 60 Arquivo Antunes Maciel, 33 01 17.
- 61 Arquivo Antunes Maciel, 33 01 17 e 33 02 03.
- 62 Arquivo Getúlio Vargas, 33 01 17, e Arquivo Osvaldo Aranha, 33 03 05.
- 63 *Correio da Manhã* de 24 e 25 3. 1933.
- 64 *Correio da Manhã* de 18 03 33.
- 65 Ver a respeito capítulo IV desta obra.
- 66 Arquivo Osvaldo Aranha, 33 03 22.
- 67 O caso mais importante foi o de São Paulo, ver capítulo III desta obra. Mas houve também "intervensões" federais nos estados do Amazonas (Arquivo Getúlio Vargas, 33.03.30), Rio Grande do Norte (Arquivo Getúlio Vargas, 33.04.25) e Santa Catarina (Arquivo Getúlio Vargas, 33.02.14 e 33.03.30).
- 68 Enquanto que as 11 bancadas do Bloco do Norte somavam 92 deputados, somente as três grandes representações do Centro-Sul (Minas, São Paulo e Rio Grande) reuniam 75 deputados.
- 69 Em ambos os casos, Flores da Cunha marcou sua presença ao lado do Governo Provisório: promoveu uma concorrida Convenção Trabalhista em Porto Alegre para definir a participação do estado na representação classista e envolveu-se na sucessão paulista, ponderando a Vargas sobre o risco de entrega do governo de São Paulo à Chapa Única e, já dissuadido, participou ativamente do esquema de segurança que a destituição do interventor passou a exigir.
- 70 *A Margem* (DF) de 8 7 1933 e *Diário de Notícias* (DF) de 4.7 1933.
- 71 *A Federação* de 11 7 1933.
- 72 Para se ter uma idéia da insatisfação de Flores da Cunha com o governo federal, vale reproduzir o telegrama que enviou a Antunes Maciel: "(...) Noto que Osvaldo [Aranha] não atende mais às nossas indicações para (...) cargos neste estado. Autorizo-te a falar ao presidente (...) pois pretendo tomar deliberação definitiva. Não agüentarei mais. Não imaginas como o Banco do Brasil está agindo com relação (...) aos interesses deste estado. Para mim a comédia

- está terminada. Acho preferível entregar logo a interventoria (...) ao velho Borges". Arquivo Antunes Maciel, 33.07.01.
- 73 *Diário de Notícias* (DF) de 4.8.1933.
- 74 *Diário de Notícias* (DF) de 6.8.1933.
- 75 Esta referência fez-se necessária devido à existência de partidos nitidamente tenentistas no estado do Rio de Janeiro (União Progressista) e no Distrito Federal (Partido Autonomista).
- 76 *Diário de Notícias* (DF) e *Correio da Manhã* de 19.8.1933.
- 77 *Diário de Notícias* (DF) de 16.8.1933.
- 78 Declaração de Juraci Magalhães ao *Diário de Notícias* (DF), em 22.8.1933.
- 79 Carta de Antunes Maciel a Vargas em 25.8.1933.
- 80 *Diário de Notícias* (DF) de 6.9.1933.
- 81 Em se tratando de fatos de divulgação extremamente controlada como atesta a única nota oficial emitida para desmentir os boatos sobre a situação militar (Arquivo Antunes Maciel, 33.09.09), ficamos reduzidos à documentação dos Arquivos Getúlio Vargas e Antunes Maciel (setembro e outubro de 1933), onde há referências à indisciplina em guarnições do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Pernambuco.
- 82 Flores da Cunha considerou: "(...) Vejo aí a oportunidade de consolidar completamente a situação (...) e o Dr. Capanema é o de matiz mais semelhante ao Rio Grande (...). Agir de outro modo seria erro imperdoável (...) obrigar-me-ia a deixar também o meu cargo (...)". Arquivo Getúlio Vargas, 33.09.07.
- 83 Osvaldo Aranha escreveu: "(...) a morte do Dr. Olegário (...) veio entreabrir ao governo a possibilidade de homogeneizar os governos estaduais (...). O Rio Grande é hoje (...) o paraíso da Revolução. Minas, entretanto, (...) vinha sendo, mais ainda nos últimos tempos, uma fonte de inquietação e de dificuldades (...). Confiamos, todos, que não darás uma solução que deixe Minas fora da Revolução ou em mão de maus amigos (...)". Arquivo Getúlio Vargas, 33.09.07.
- 84 Tratava-se de João Vieira de Macedo, que em seguida escreveu a Vargas: "Contei ao Flores a mágoa que te produziu o final da sua carta (...). José Antônio [Flores da Cunha] disse-me que não soubemos interpretar-lhe o pensamento, (...) O nosso Homem está certo (...) são ímpetus de seu temperamento". Arquivo Getúlio Vargas, 33.09.10.
- 85 Arquivo Getúlio Vargas, 33.10.24.
- 86 Transcrito no *Diário de Notícias* (DF) de 8.11.1933.
- 87 Dentre os elementos da alta cúpula militar que se opunham ao retorno dos partidos regionais, destacavam-se o gen. Góis Monteiro e o gen. Manuel Rabelo (comandante da 7.ª RM, Recife).
- 88 O *Diário de Notícias* (DF) comentou em 7.11.1933: "Repercutiram de maneira mais grata as patrióticas, oportunas e incisivas palavras do alm. Protógenes (...). A Nação que, infelizmente, tantas vezes é surpreendida (...) não podia deixar de experimentar a sensação de desafogo (...)".
- 89 Declaração de Antunes Maciel à imprensa. Ver *Correio da Manhã* de 9.11.1933.
- 90 *Diário de Notícias* (DF) de 8.11.1933.
- 91 O capítulo II desta obra analisa detidamente a sucessão mineira. Com relação ao ministério, basta notar que Osvaldo Aranha e Afrânio de Melo Franco opunham-se a Antunes Maciel e a Washington Pires.
- 92 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.09.
- 93 Temos, a respeito, a transcrição de telefonemas interceptados, nos quais José Carlos de Macedo Soares comentava: "Somos nós pelo Virgílinho. O Góis e o Flores pelo Capanema (...). Ontem reduzimos o Flores. Ele ficou meio zangado (...). Tanto assim que partiu hoje sem se despedir de ninguém". Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.05.
- 94 Arquivos Getúlio Vargas e Antunes Maciel, 33.12.18.
- 95 Mesa-redonda sobre a Constituinte de 1934 (Rio de Janeiro: CPDOC, 1976) (mimeo).



- 96 Utilizaremos essa expressão como denominação da bancada do Partido Republicano Liberal, conforme ela própria o fez. O termo *liberal* reporta-se apenas ao nome do partido.
- 97 Brasil, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37, 22 vol.), daqui em diante referidos apenas por *Anais*. Esta citação se encontra no vol. V, p. 206.
- 98 Os interlocutores de Maurício Cardoso foram figuras do porte de Levi Carneiro, Raul Fernandes e Odilon Braga, entre outros especialistas e responsáveis pela coordenação dos trabalhos.
- 99 O núcleo desse grupo compunha-se de deputados de partidos minoritários do Distrito Federal (Henrique Dodsworth e Sampaio Correia), de Minas Gerais (Cristiano Machado e Daniel de Carvalho), da Bahia (Aloísio Filho), além de facções dos partidos majoritários do Rio de Janeiro (Fernando Magalhães, Acúrcio Torres e José Eduardo Macedo Soares) e de Minas (Bias Fortes e Virgílio de Melo Franco, entre outros).
- 100 Essa ressalva deve-se às restrições que o PL fazia ao programa da LEC. Ver *Correio do Povo* de 15 e 16.4.1933.
- 101 Inscreviam-se para a tribuna de forma encadeada a fim de ceder o seu tempo ao que discursava; compareciam em bloco às sessões e, com o Regimento Interno nas mãos, faziam valer todos os direitos do orador. Via de regra, eram momentos agitados e com repercussão na imprensa.
- 102 Trata-se do Decreto n.º 24.297, de 28 de maio de 1934.
- 103 Os dois momentos mais críticos envolviam a eleição de Vargas e ocorreram em fevereiro, quando os coordenadores tentaram sem sucesso interromper os trabalhos para eleger o novo presidente, e em junho, quando estiveram na iminência de perder para Getúlio Vargas a maioria dos votos. Mas houve outras ocasiões, como a da votação das Disposições Transitórias, em que a minoria esteve aliada com segmentos da maioria contra a orientação governamental.
- 104 Arquivo Antunes Maciel, 34.06.21 e 34.06.29.
- 105 *A Nação* e o *Diário Carioca* deram ampla cobertura à atuação desse grupo, principalmente de fevereiro a junho de 1934.
- 106 *Anais*, vol. XV, p. 213.
- 107 *Id.*, p. 215.
- 108 Isso ocorreu, fundamentalmente, em função do desempenho da bancada paulista que influíu marcadamente nas definições político-constitucionais da Assembléia. Ver capítulo III desta obra.
- 109 Esses encontros, só tivemos notícias em quatro ocasiões — *Diário de Notícias* de 9.11.1933, *Estado de São Paulo* de 31.1.1934, *Correio da Manhã* de 18.3.1934 e Arquivo Antunes Maciel —, ao contrário do que registramos em relação às determinações de seus comandos sobre atitudes a serem assumidas pela bancada. Ver Arquivo Antunes Maciel, de janeiro a julho de 1934.
- 110 *Anais*, vol. II, pp. 308-13.
- 111 *Anais*, vol. XV, pp. 378-90.
- 112 Um dos momentos mais expressivos dessa atuação ocorreu quando Simões Lopes articulou a fórmula que recompôs a crise gerada pela tentativa frustrada de inverter a ordem dos trabalhos para antecipar a eleição presidencial. Seu desempenho encontra-se minuciosamente documentado no Arquivo Antunes Maciel de 24 de fevereiro a 3 de março de 1934.
- 113 Estas envolviam as condições básicas de continuidade do governo de Vargas: a elegibilidade dele próprio, seus ministros e interventores; a aprovação dos atos do Governo Provisório; os prazos e definições da constitucionalização dos estados e municípios etc.
- 114 Arquivo Antunes Maciel, 34.03.28.
- 115 Arquivo Getúlio Vargas, 34.04.06, e Arquivo Antunes Maciel, 34.04.07. O discurso de apresentação das emendas está nos *Anais*, vol. XV, pp. 120-4.

- 116 *Correio da Manhã* e *Estado de São Paulo* de 22.4.1934; Arquivo Antunes Maciel, 34.04.27, e Levi Carneiro, *Pela nova Constituição* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1936).
- 117 Arquivo Antunes Maciel, 34.05.25.
- 118 Foi o caso de alguns segmentos da cúpula militar (Arquivo Getúlio Vargas, 34.01.04, 34.01.17 e 34.04.18) e da facção de Osvaldo Aranha (Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.30, e *Correio da Manhã* de 9 e 19.11.1933, e de 9 e 13.1.1934).
- 119 Para ilustrar um momento crítico dessas relações, transcrevemos o telegrama que Flores da Cunha lhe enviou a respeito do lançamento da candidatura de Vargas à eleição presidencial: "Não aceito tuas ponderações e declaro que sei como e quando devo agir". Arquivo Antunes Maciel, 34.04.12.
- 120 Arquivo Getúlio Vargas, 34.02.23. Nas vésperas de sua partida, Flores da Cunha tentou articular com Vargas a sua posse no Ministério da Justiça, transferindo Antunes Maciel para o Supremo Tribunal e nomeando seu irmão, Francisco Flores da Cunha, para substituí-lo na interventoria. Entretanto não conseguiu a concordância do chefe do governo para tais substituições e teve que permanecer no seu posto, em Porto Alegre, nos cinco meses restantes.
- 121 A informação é dada no mesmo documento da nota anterior.
- 122 *Correio da Manhã* de 22.2.1934 e Arquivo Antunes Maciel, de 23 de fevereiro a 3 de março de 1934.
- 123 Arquivo Antunes Maciel, 34.02.23 e 34.02.24.
- 124 Antes de ser apresentada na Constituinte, a "fórmula conciliatória" passou pelo crivo do "Bloco dos Interventores". Arquivos Getúlio Vargas e Antunes Maciel, 34.02.28.
- 125 Entre as atitudes tomadas por esses grupos destaca-se o manifesto do gen. Manuel Rabelo (comandante da 7.<sup>a</sup> RM), propondo a dissolução da Constituinte e a instauração de um regime "republicano ditatorial" (18.3.1934); a candidatura do gen. Góis Monteiro à presidência da República, lançada pelo Clube 3 de Outubro e pelo Partido Republicano Mineiro (10.04.1934) e a articulação pelo gen. Waldomiro Lima (inspetor das RM) de um "Conselho de Generais" (25.5.1934).
- 126 Essa preocupação foi compartilhada pelo interventor Juraci Magalhães, que frequentemente encaminhou denúncias e sugestões de medidas a Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, 34.03.07, 34.04.05, 34.04.21, 34.04.25 e 34.05.25.
- 127 "(...) Estou aparelhado (...) para manter a ordem dentro do meu estado e mesmo fora de suas fronteiras. Tenho a convicção de que é outro o desejo do Exército. Sei que este não consentirá que politiqueros e conspiradores (...) explorem o seu nome para fins inconfessáveis (...). A ordem será mantida custe o que custar." *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *A Nação*, de abril de 1934.
- 128 Arquivo Getúlio Vargas, 34.04.25 e 34.05.14.
- 129 Ambos os episódios ocorreram na passagem do mês de abril para maio. Arquivo Getúlio Vargas, 34.05.03 e 34.05.07, e Arquivo Antunes Maciel, 34.04.27.
- 130 Arquivo Getúlio Vargas, 34.05.12, 34.05.22 e 34.06.19; Arquivo Antunes Maciel, 34.05.16 e 34.06.04.
- 131 Significativamente, a maioria opositora aglutinava-se em torno da bancada paulista e tentava comprometê-la com a liderança da oposição à ditadura, quando Alcântara Machado, o líder da Chapa Única, foi convidado a participar da elaboração da "fórmula conciliatória" que recompôs as relações da Constituinte com o Governo Provisório. *Correio da Manhã*, *Estado de São Paulo* e *Diário Carioca* de 23 de fevereiro a 3 de março de 1934.
- 132 Arquivo Antunes Maciel, 34.05.29, 34.05.31, 34.06.18, e *Estado de São Paulo*, de 30 de maio a 30 de junho de 1934.
- 133 O projeto substitutivo elaborado pela "Comissão dos 26" teve por base o anteprojeto da subcomissão do Itamarati e as emendas apresentadas na primeira fase dos trabalhos (novembro de 1933 a fevereiro de 1934).
- 134 O título V dispõe sobre a "Organização dos Estados, Territórios e Municípios".

- 135 Maurício Cardoso, *Anais*, vol. XV, pp. 205-8.
- 136 *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* (DF) de 10.11.1933.
- 137 Pedro Vergara, *Anais*, vol. XIV, p. 442.
- 138 Osvaldo Aranha ocupava a pasta da Fazenda, redigira o capítulo "Ordem Econômica e Social" do anteprojeto e era também o autor da reforma tributária governamental.
- 139 Arquivo Getúlio Vargas, 34.04.06, e Arquivo Antunes Maciel, 34.04.07.
- 140 *Anais*, vol. XV, p. 120.
- 141 Tal dispositivo fora introduzido pelo anteprojeto, que entretanto admitia a suspensão da autonomia estadual (§ 6.º, art. 7).
- 142 O Conselho Supremo era um órgão novo, concebido pela subcomissão do Itamarati como um sucedâneo ao Senado, por ela suprimido.
- 143 As duas câmaras legislativas — Câmara dos Estados (Senado) e Câmara dos Representantes (Câmara dos Deputados) — compunham a Assembléia Nacional, na terminologia do substitutivo.
- 144 Levi Carneiro, *Pela nova Constituição* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1936), p. 256.
- 145 Maurício Cardoso, *Anais*, vol. XII, p. 300; Simões Lopes, *Anais*, vol. XVII, p. 467.
- 146 Esse critério não chegou a mobilizar reações de São Paulo porque, sendo o estado mais desenvolvido e o segundo mais populoso do país, tinha seu predomínio garantido por qualquer dos dois critérios, embora o tradicional lhe favorecesse mais. Quanto aos tenentes, um de seus representantes chegou a propor pessoalmente o mesmo critério, sugerido pelos gaúchos, por motivos, entretanto, bastante diversos.
- 147 Essa posição foi assumida por Simões Lopes (líder do PRL) em declarações ao *Correio da Manhã* de 24.12.1933, por Maurício Cardoso (líder da FUG/PRR) em discurso na Assembléia (*Anais*, vol. XV, p. 197) e por Assis Brasil (líder da FUG/PL) também em pronunciamento na Constituinte (*Anais*, vol. III, p. 94).
- 148 Emenda n.º 501, encabeçada por Assis Brasil. Ver *Anais*, vol. III, p. 94 e vol. XVII, p. 145.
- 149 Emenda n.º 443. Ver *Anais*, vol. IV, p. 430.
- 150 Levi Carneiro, *op. cit.*, p. 709. A única distinção deste Conselho Nacional é sua competência estritamente consultiva.
- 151 *A Noite* (DF) de 31.1.1934. O interventor participou pessoalmente dessa reorientação política da bancada liberal.
- 152 Emenda n.º 1.912. Ver *Anais*, vol. XVII, p. 468.
- 153 Discurso de apresentação da emenda. Ver *Anais*, vol. XV, p. 124.
- 154 Esse novo órgão acabou recebendo a denominação de Senado Federal, na redação final da nova Constituição.
- 155 *Anais*, vol. XI, p. 34.
- 156 Emenda n.º 1.921. Ver *Anais*, vol. XVIII, p. 27. Ver também Simões Lopes, *Anais*, vol. XV, p. 123.
- 157 A referência geral para todos esses itens é o texto completo das emendas da FUG. Ver *Anais*, vol. XVII, pp. 123-64.
- 158 A declaração é de Flores da Cunha ao jornal *A Noite* de 31.1.1934. Ver também *Anais*, vol. XV, p. 124.
- 159 O texto foi extraído da Emenda n.º 739. Ver *Anais*, vol. XVIII, p. 147.
- 160 Levi Carneiro, *op. cit.*, pp. 678-9.
- 161 *Ib.*, pp. 655-7. A expressão é do próprio Levi Carneiro ao referir-se às emendas do "Comitê das Grandes Bancadas".
- 162 Não desconhecemos a utilização, por Flores da Cunha, de inúmeras táticas de disputa pessoal com Vargas. O que queremos destacar é a postura "ideológica" que assumiu: a preservação da nova Carta.

## **Capítulo II**

### **A ESTRATÉGIA DA CONCILIAÇÃO: MINAS GERAIS E A ABERTURA POLÍTICA DOS ANOS 30**

**HELENA MARIA BOUSQUET BOMENY**

Reconhecido como um dos estados-líderes do movimento armado de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder, Minas Gerais permaneceu um dos expoentes da federação na República Nova. Tendo dividido com São Paulo a hegemonia do país durante toda a República Velha, saiu da revolução, porque vitoriosa, ainda mais fortalecido politicamente pela ampla divulgação do desempenho que tivera na direção do movimento de 1930. Entretanto, se o estado de Minas Gerais foi um dos líderes do levante, deparou-se no período de articulação das forças revolucionárias com dificuldades políticas sérias por todo um processo de divisão e enfrentamento de suas principais forças políticas.

Os obstáculos que se interpunham à liderança revolucionária mineira, dificultando o estabelecimento de compromissos com a vanguarda do Rio Grande do Sul, originavam-se nas próprias condições internas do estado, pela emergência de facções políticas no momento crucial de afirmação da Aliança Liberal. Paralelamente à organização do movimento que conduziria o líder gaúcho ao poder pela via eleitoral, decidia-se, dentro do estado, a sucessão do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Pelo menos três eram os pretendentes ao posto máximo da política estadual, integrantes todos do Partido Republicano Mineiro (PRM) — partido que detinha o controle da política estadual. Artur Bernardes, Venceslau Brás e Melo Viana — este, vice-presidente da República no governo Washington Luís — eram figuras reconhecidas publicamente, inclusive por já terem dirigido o estado anteriormente; além disso, acumulavam uma vasta experiência político-parlamentar.

Na sucessão de 29, o PRM é faccionado de forma a não recuperar mais a unidade. Assiste-se, em Minas, ao rompimento de uma ligação unitária entre o chefe do partido e o chefe do executivo estadual. Pela cisão criada, o chefe do governo passa a não mais guardar uma correspondência direta com o chefe do PRM.

Na presidência do estado, Antônio Carlos resistia em entregar o poder a qualquer dos três, pretendendo ele mesmo fazer o seu sucessor. Nas reuniões da comissão executiva do PRM para a escolha do futuro presidente de estado, no Palácio da Liberdade, Antônio Carlos, não podendo vencer a intransigência dos três chefes políticos, propôs uma fórmula conciliatória, firmando um critério para a escolha dos cargos de chefia estadual: o presidente do Senado para a presidência do estado e o presidente da Câmara para a vice-presidência; respectivamente, Olegário Maciel e Pedro Marques.<sup>1</sup>

Apesar de a comissão executiva do PRM, com exceção de Melo Viana, ter assentido na fórmula política de Antônio Carlos, a sucessão de 29 representou, sem dúvida, uma transformação no processo de participação do partido situacionista na escolha do chefe do governo. Na verdade, já se demonstrava uma certa perda de controle do PRM nesse processo, o que se devia basicamente às divisões internas que o atingiam naquele momento.

A divisão política que resultou do processo sucessório prejudicou e alterou a correlação de forças articulada para eleger Vargas presidente do país, em março de 1930, já que deu origem à Concentração Conservadora, chefiada por Manuel Tomás de Carvalho Brito, que recebeu a completa adesão do perremista Melo Viana. Membro da comissão executiva do PRM, Melo Viana havia se comprometido, junto ao partido, com a eleição de Vargas.<sup>2</sup> No entanto, na sucessão de 29, redefiniu sua posição, indo ao encontro do movimento pró-candidatura de Júlio Prestes.

Naturalmente, esse movimento em Minas enfraquecia a campanha de oposição a Washington Luís, sendo que a Concentração Conservadora, obviamente, podia contar não só com o apoio do presidente da República como também com estimulantes auxílios materiais. Para o governo federal era extremamente conveniente instabilizar a liderança oposicionista de um estado como Minas Gerais, e como um dos líderes do movimento concentrista era o vice-presidente da República, Melo Viana, não foi difícil fortalecer essa agremiação com algumas providências concretas. À restrição de crédito ao governo mineiro, comprometido com a Aliança Liberal, contrapunham-se estímulos à Concentração Conservadora, na medida que seu chefe, Manuel Tomás de Carvalho Brito, era diretor do Banco do Brasil.

Ao descrever as dificuldades que o estado teria que enfrentar para levar adiante o programa da Aliança Liberal, Paulo Pinheiro Chagas assim se pronuncia: "A perseguição financeira foi de tal ordem que a renda do estado, em 1929, caiu para 146 mil contos de réis. Nem mesmo o dinheiro pertencente a Minas lhe foi entregue. Os recursos provenientes do imposto de exportação do café pelo porto de Santos — que, em vir-

tude de convênio, São Paulo arrecadava e depois transferia a Minas — só foram devolvidos depois da Revolução”.<sup>3</sup>

Apreciando a repercussão do movimento pró-candidatura oficial em Minas, Afonso Arinos de Melo Franco atribui à atitude de Carvalho Brito o estopim que resultou na entrada de Minas na Revolução de 30. Sua decisão de sustentar o Catete dentro do estado, hostilizando o presidente Antônio Carlos e chefiando a Concentração Conservadora — apoiada totalmente pelo presidente da República —, foi um dos elementos mais decisivos para a adesão de Minas ao movimento revolucionário. Segundo Melo Franco, o líder da concentração colocou todo o seu dinamismo, experiência e combatividade a serviço da cisão mineira:

“(...) a Concentração Conservadora passou a cometer as maiores tropelias em Minas. Todos os serviços federais, repartições fazendárias, Correios e Telégrafos, Banco do Brasil, Estradas de Ferro, a Justiça Federal e as tropas do exército transformaram-se em dóceis instrumentos de intimidação popular e desmoralização do governo estadual, manejados por Carvalho Brito e seus comparsas, com a tranqüila cumplicidade de Washington Luís e Viana do Castelo”.<sup>4</sup>

A disputa pelo poder estadual e a solução que conferiu vitória a Antônio Carlos desequilibraram a prometida Frente Única do PRM em prol da candidatura Vargas, comprometendo-lhe o sucesso: “Além da influência que a cisão teria no fiscalizar o pleito, cujas votações não poderiam ser majoritárias pelo ‘esguichos’, calculava-se que o Sr. Melo Viana conseguiria levar para o Sr. Júlio Prestes pouco menos de uma terça parte do eleitorado de Minas. Perdia interesse a campanha política. A causa do Sr. Júlio Prestes daria, desde esse momento, a impressão de uma corrida sem competidores, tal a certeza e extensão do triunfos”.<sup>5</sup>

Naturalmente que a aliança entre os líderes mineiros e as forças revolucionárias gaúchas viu-se ameaçada com a redução do eleitorado comprometido com a eleição de Vargas. Exigia-se de Antônio Carlos a confirmação do pacto político estabelecido, e exatamente por ser chefe do executivo, Antônio Carlos oscilava entre posições de recuo e de agressividade, muitas vezes prevalecendo a primeira. Em face do fracassamento das forças mineiras, ele assumia uma posição de ir tangenciando as dificuldades, ora explicitando um envolvimento com o cumprimento do programa da Aliança Liberal, ora mostrando-se receoso com um possível fracasso do empreendimento. A alteração do balanço de forças afetava diretamente o candidato gaúcho. Da mesma forma, ele tentava se resguardar, procurando preservar uma posição confortável junto ao poder federal que seria constituído, na contingência de ser Júlio Prestes o

candidato vencedor. Na fase organizatória do movimento da Aliança Liberal, nem sempre os acontecimentos tiveram um rumo linear; alguns recuos e oscilações surgiam a partir de situações inesperadas que se acumulavam. O acontecido em Minas com o episódio da sucessão de 29 foi tomado por Vargas como uma inabilidade de Antônio Carlos que acabou por instabilizar, de forma comprometedora, a conjugação de forças em torno da Aliança Liberal.

Em carta a Paim Filho,<sup>6</sup> Vargas deixa explícito seu descontentamento com a evolução dos acontecimentos em Minas — peça fundamental para o sucesso da Aliança Liberal —, que resultaram na cisão de suas forças.

“Os mineiros, que por sua vez nos instigaram e nos atiraram a esta luta, estão hoje mais preocupados com a solução de seus problemas internos do que com os interesses da Aliança, que até certo ponto comprometeram. Não digo que escolhessem Meilo Viana para presidente de Minas, mas podiam ter evitado o seu rompimento com a escolha de um candidato que fosse aceito por ele. A escolha de um homem valetudinário para a presidência de Minas parece que obedece ao critério de não ter nele um competidor para a futura sucessão presidencial”.<sup>7</sup>

De fato, a cisão das forças mineiras enfraquecia decididamente o movimento dirigido para a eleição de Vargas. Se as forças aliancistas temiam a vitória de Júlio Prestes, mesmo contando com a frente mineira coesa e aliada ao Rio Grande e à Paraíba, na nova situação aumentavam as dificuldades. As implicações do divisionismo se refletiam duplamente sobre o estado. De um lado, a divisão dificultava o estabelecimento de uma frente política de oposição ao governo federal, que, se bem-sucedida, reverteria em grandes benefícios para o estado, alijado com a imposição do candidato paulista. Por outro lado, a cisão permitia uma política de intervenção do governo federal em Minas. “O intento principal da Concentração Conservadora era o de apoderar-se do governo de Minas Gerais, através de uma intervenção federal. Com tal escopo, desdobrou-se nos processos mais repulsivos e indecorosos. Tinha sido nomeado suplente do juiz-substituto federal o Dr. Alcides de Castro Junqueira, por indicação da Concentração Conservadora”.<sup>8</sup>

A facção do PRM que não aderiu à Concentração Conservadora viu-se prejudicada pelos processos formais de reconhecimento dos diplomas, que era feito por magistrados comprometidos com o oficialismo federal. A inflexibilidade do PRM em aceitar um acordo em que fossem excluídos alguns deputados eleitos pelo partido em 1.º de março de 1930, para favorecer alguns outros representantes da concentração, custou-lhe



a degola de 14 deputados, não obstante a resistência do situacionismo mineiro. Segundo Virgílio, “à vista da atitude do partido dominante em Minas, adotou a Câmara o critério arbitrário de dar 14 deputados à Concentração Conservadora”.<sup>9</sup>

O estado de Minas vivia, portanto, um processo crítico que lhe instigava uma reação. Na órbita da política federal, de sócio privilegiado passava a preterido; no âmbito interno, tinha no oficialismo e no setor dominante da oligarquia o alvo das perseguições do governo federal. Não foi outra a razão explicativa para a união de facções até então rivais em torno do programa da Aliança Liberal e, conseqüentemente, do movimento armado de 1930. As “razões de Minas” misturavam-se às “razões do PRM”, congregando numa mesma frente de luta setores da oligarquia chefiados por homens de peso e tradição política no estado, que na prática cotidiana disputavam o controle do executivo estadual — como Artur Bernardes, Venceslau Brás e Antônio Carlos de Andrada.

Na verdade, a conjuntura nacional acabou por compelir a união de diferentes frações da oligarquia no combate a um inimigo que ameaçava a todas. Perder a posição de sócio privilegiado da federação ou perder o poder estadual para uma facção dissidente aliada ao presidente Washington Luís, ambas as situações afetavam de perto os perremistas. Uma aliança entre os líderes de importantes facções poderia ser eficaz na medida que fortaleceria uma ação política de manutenção do Executivo nas mãos do PRM, vale dizer, dos mais fortes setores da oligarquia mineira. Em um nível mais amplo, a reunião dessas forças em prol da ascensão de Vargas ao poder significava garantir o espaço de influência na esfera nacional, ameaçado com a intransigência política do Catete em não compartilhar com Minas a sucessão presidencial.

A derrota do candidato da Aliança Liberal nas eleições de 1.º de março de 1930 prenunciou o esgotamento da tentativa de tomada do poder por vias pacíficas e legais. A oligarquia mineira, derrotada em seus propósitos articulistas, reinicia toda uma estratégia de recuperação do poder nacional. Sob a direção de Olegário Maciel, presidente eleito, reativam-se as alianças com os líderes gaúchos e com os tenentes. Nessa etapa de movimentação, os riscos eram maiores. Não cabiam mais tentativas pacíficas, conciliatórias. O poder nacional estava já constituído.

O que precisamos ressaltar nesta introdução é o fato de que, para efetivamente organizar e levar avante o movimento armado, foi estabelecida uma aliança entre oligarquias dissidentes e tenentes, comprometida já pela base. Todos os impasses, todos os obstáculos e toda a instabilidade vividos pelo estado de Minas depois da tomada do poder advieram de um confronto entre os dois componentes da aliança revolucionária. Se a ambos era conveniente uma ação aliancista — às oligarquias, pelos

recursos de organização militar detidos pelos tenentes, e a estes, pelo respaldo político que as oligarquias forneceriam para legitimar o movimento —, a prática posterior demonstrou a fragilidade e a contradição dessa conjugação. Se o ponto de partida os unia, a chegada os definia como forças excludentes. Tomar o poder seria — e objetivamente o foi — a meta comum; mas foi na organização concreta desse poder que as forças vitoriosas se qualificaram, se definiram. Os tenentes pretendiam implantar no país um modelo político onde se reduzisse tanto quanto possível o espaço de dominação das oligarquias. As oligarquias, por sua vez, entraram no movimento mobilizadas por um único propósito: recuperar o controle do poder perdido com a ruptura, por parte de São Paulo, do pacto político convencionalmente mantido entre as oligarquias paulista e mineira. Esse fato viabilizou a emergência das oligarquias de “segunda grandeza” no cenário político.<sup>10</sup>

Em Minas Gerais, a responsabilidade da articulação do movimento armado recaía exatamente sobre aqueles chefes políticos de maior expressão oligárquica. Toda a ligação com a ala tenentista revolucionária era desenvolvida por Virgílio de Melo Franco, o grande porta-voz dos tenentes, via contato estreito com Osvaldo Aranha. Fazendo a mediação entre os Nderes gaúchos e os políticos mineiros, Virgílio se articulava fundamentalmente com Bernardes. O chefe político de Viçosa não só era consultado sobre todos os passos da revolução como também influía no encaminhamento do compromisso a ser assumido por Minas. Bernardes atuava muitas vezes como uma espécie de “conselheiro”, referendando algumas atividades dos articuladores e posicionando-se a respeito deles junto ao presidente Olegário Maciel.<sup>11</sup> Inequivocamente, a posição de liderança de Bernardes sobre o PRM lhe conferia uma autoridade muito grande para opinar acerca da participação de Minas no movimento armado.

Paulo Pinheiro Chagas, descrevendo o envolvimento e a adesão de Minas à revolução, o faz dessa maneira: “Em suma, a palavra final, a respeito da Revolução de 30 em Minas, é esta: Antônio Carlos fez a sua proposição e articulou-a; Artur Bernardes, à frente do PRM, consolidou-a; e Olegário Maciel, honrando os compromissos de Minas, consumou-a. . .”.<sup>12</sup>

A frente do movimento em Minas também se encontravam os secretários de governo, tanto de Antônio Carlos (Cristiano Machado), quanto de Olegário Maciel (Francisco Campos, Odilon Braga, Djalma Pinheiro Chagas e José Bernardino). Eles se notabilizaram por uma participação ativa na articulação do movimento.

Com a vitória da conspiração saem fortalecidos politicamente o presidente do estado, Olegário Maciel, reconhecido como o “general civil” da revolução, e a oligarquia mineira, identificada com o Partido Repu-

blicano Mineiro. Entretanto, o processo de instauração e consolidação do governo Vargas corresponde a todo um movimento de combate às forças oligárquicas. Se na verdade os tenentes que controlaram inicialmente o aparelho de Estado não conseguiram expurgar as oligarquias da cena política, estas, por sua vez, não puderam conservar uma posição intocada de privilégios. A intervenção dos tenentes na organização da vida política estadual mineira tinha como objetivo principal a neutralização do poder político das oligarquias, encontrando na facção bernardista um alvo e uma resistência.

Na conjuntura imediatamente posterior à Revolução de 30, Artur Bernardes, como presidente do PRM, achava-se fortalecido pelo apoio efetivo que dera à causa revolucionária. No entanto, o enfrentamento das forças políticas bernardistas com os tenentes é um exemplo típico da fragilidade da aliança formada em 30. Particularmente para as forças políticas mineiras, a revolução era vista como um movimento armado que visava restabelecer o jogo político rompido por São Paulo. É bastante lúcida a observação de Afonso Arinos de Melo Franco a este respeito: "... Artur Bernardes, ao trazer o PRM para a revolução, fazia-o por motivos muito mais perremistas do que revolucionários, uma vez que, logicamente, a revolução era contra muito do que ele próprio encarnava".<sup>18</sup>

Como chefe do partido situacionista de seu estado e como homem da revolução, Artur Bernardes empreendia, no início do governo Olegário Maciel, uma agressiva política de consolidação de suas bases, prolongando no estado mineiro uma situação típica da República Velha. A força política de Artur Bernardes no estado era de tal proporção que ele estava conseguindo até sobrepujar as relações e ligações de Olegário Maciel com o outro chefe político do PRM: Antônio Carlos de Andrada.

A prática empreendida por Bernardes não escapou à crítica dos tenentes, que se utilizaram da imprensa carioca para denunciar a situação de Minas, onde o presidente Olegário Maciel era submetido ao controle do velho chefe oligárquico.<sup>14</sup> Entretanto, a facção bernardista, não obstante aguerridas resistências, sai derrotada. Combatida pelo governo federal, não encontra apoio nos outros setores oligárquicos que, pelo contrário, aproveitam-se desse processo para controlar o situacionismo estadual.

O propósito deste texto é exatamente tentar acompanhar o movimento de incursão/reação da Revolução de 30 em Minas Gerais. O enfoque dado a esse acompanhamento é estritamente político-partidário, e, nesse particular, procuramos salientar o reflexo da intervenção federal sobre a estrutura do PRM, através das medidas implementadas em Minas no sentido de esvaziar seu poder. À investida centralizadora federal, o PRM reagiu vigorosamente, até que, em 1932, viu-se completamente debilitado

com o exílio de Bernardes. Ao movimento de desarticulação do PRM contrapôs-se a reorganização partidária no estado — apoiada e estimulada pelo chefe do Governo Provisório —, processo que teve seu desfecho na formação do Partido Progressista (PP).

O apoio e a cumplicidade de facções da oligarquia às investidas contra o bernardismo no pós-30 explicitam a rivalidade existente entre as forças mineiras que pretendiam galgar o poder mediante o controle do executivo estadual. O período de 1930-33 foi marcado pela instabilização da política mineira, por uma prática de agressividade ao bernardismo e, simultaneamente, pelas múltiplas reações dessa facção. Diante da incapacidade de o presidente Olegário Maciel estabilizar a política mineira, o Governo Provisório respondia com algumas iniciativas, ainda que tímidas, de intervir no estado substituindo o interventor. O presidente mineiro, entretanto, resistiu não só às dificuldades de estruturar seu governo, em face das sucessivas lutas entre os grupos oligárquicos, como à tentativa de deposição sofrida em agosto de 1931, com a conivência de membros do Governo Provisório.

Em 1933, com a congregação das forças no PP, reabriu-se uma possibilidade de estabilização do situacionismo estadual, mas o estado foi novamente abatido, dessa vez pela morte de Olegário Maciel. A sucessão mineira provoca uma reabertura do processo intervencionista federal. Foram múltiplas as repercussões da crise sucessória, que inclusive extrapolou os limites da decisão interna do estado. Novamente, as mais diversas facções se empenharam no sentido de controlar o situacionismo estadual. Desta feita, porém, a vitória foi de Vargas. A nomeação de Benedito Valadares Ribeiro foi uma escolha exclusiva de Getúlio, que contrariou a expectativa da própria direção do partido situacionista.

Com Benedito Valadares, Vargas garantia o estado de Minas como *cliente* do poder central. É preciso não confundir essa nova posição do estado com a passividade política de Minas diante do poder central. A posição de “cliente” não minimizava o peso político decisivo de Minas na conjuntura nacional. Se Vargas tinha em Benedito seu porta-voz no estado, também sabia o quanto era imprescindível o apoio da representação política daquele estado para implementar seu projeto de governo.

Minas Gerais, através da bancada situacionista, vai constituir uma das mais sólidas bases de apoio ao continuísmo de Vargas na Constituinte de 1934. Ao mesmo tempo, sua presença será marcada pela defesa vigorosa de interesses consagrados pela tradição política estadual. Se não nega a Getúlio a solidariedade a ele indispensável, não hesita, também, em alertar-lhe sobre o rompimento desse compromisso, caso sejam crucialmente feridos os interesses de Minas enquanto unidade da federação.

Acompanhar as marchas e contramarchas da política mineira até a nomeação de Benedito Valadares, bem como a atuação da bancada do estado no processo de constitucionalização é o interesse fundamental deste trabalho.

## 1. A DESORGANIZAÇÃO DA MÁQUINA PERREMISTA: O PERÍODO PÓS-REVOLUCIONÁRIO

“A vitória da Revolução de Outubro desfez a homogeneidade das forças que se haviam coligado no combate às oligarquias políticas. Sem a espinha dorsal do sentimento de vingança, que as unia e consolidava, cada uma das agremiações vencedoras começou a se desligar em sua trajetória própria. A admirável estrutura do grande movimento cívico, passados os minutos de entusiasmo e a embriaguez das derrubadas, apareceu descozida e desconexa, como uma velha colcha de retalhos. E não houve milagre de esforço nem vontade capaz de solidarizar os particularismos e os individualismos exaltados. Ninguém conseguiu compor as forças existentes no tablado político nacional, visando qualquer situação mais ou menos estável. O equilíbrio dinâmico, mutável de hora em hora, tornou-se a fatalidade inevitável e suprema.”

Virgínio Santa Rosa

O projeto de rearranjo das forças políticas aberto com a Revolução de 1930 teve em Minas Gerais protagonistas os mais relevantes. A posição de co-participantes, entretanto, não assegurou a esses atores um papel de destaque no novo jogo que se abria. De protagonistas transformaram-se em coadjuvantes, na impossibilidade de sua exclusão imediata do palco. Nessa passagem, muito contribuiu a implantação da Legião de Outubro em Minas Gerais. O palco: as forças políticas mineiras. Os coadjuvantes: os partidários do PRM identificados na facção de Artur Bernardes. Os novos protagonistas: os legionários mineiros.

Com efeito, o movimento de 30 desenvolve mecanismos mais ou menos incisivos e eficazes, em maior ou menor grau, para desorganizar, em Minas Gerais, uma estrutura de poder sedimentada pela máquina político-partidária do PRM, com o propósito evidente de alijar, paulatinamente, esse partido do processo decisório do estado. É somente nessa

medida que privilegiamos a Legião de Outubro como uma das iniciativas voltadas para esse fim. Não se trata de uma análise exaustiva do que foi a legião mineira, que nos interessa principalmente na medida que fornece elementos para a compreensão dos impasses sofridos pelo PRM e dos esforços que esse partido desenvolveu na tentativa de manter-se no jogo do poder estadual.

A Legião de Outubro foi uma agremiação idealizada por alguns líderes revolucionários com o objetivo precípua de criar e consolidar no país um partido nacional. Em uma análise da experiência política da legião em Minas, é preciso considerar alguns dados fundamentais. Em primeiro lugar, ainda que idealizada por elementos identificados com o tenentismo, a legião não foi implantada em Minas por tenentes; foram os próprios políticos mineiros que responderam por sua atuação. Entretanto, como a ideologia que a informava era tenentista, a legião teve que se defrontar com uma máquina política oligárquica — basicamente a que era liderada por Artur Bernardes — que lhe opôs sérias resistências. Desta forma, já de início a legião foi marcada por uma ambigüidade: resultante de um projeto tenentista, viu-se na contingência de ser implementada por forças oligárquicas do estado. Se ideologicamente caracterizava-se pela crítica ao regionalismo oligárquico, na prática era impulsionada por setores da oligarquia. A Legião de Outubro, em Minas, foi a expressão de um projeto político de destruição do bernardismo. Antes porém de entrarmos na sua forma de atuação em Minas, tentaremos recuperar alguns dos princípios ideológicos que influíram na sua concepção.

### 1.1. *O Partido Revolucionário Nacional: esboço de um projeto frustrado*

A vitória do movimento de 30 afirmou nos tenentes o propósito de rearranjar as forças políticas de modo a eliminar a prática oligárquica. Alguns deles viam nos partidos regionais a expressão mais profunda dessa prática no nível político. Desorganizar as máquinas partidárias era o primeiro e mais promissor dos passos que deveriam dar na tentativa de alijar as oligarquias do poder.

Dentre as muitas iniciativas pensadas para esse fim, encontram-se propostas de formação de um partido nacional que congregasse as forças políticas, centralizando-as num ideário comum de nacionalidade. Tomaremos aqui um exemplo que nunca se concretizou e sequer foi divulgado: trata-se do esboço de um projeto, elaborado pelo capitão Frederico Cristiano Buys<sup>15</sup>, em dezembro de 1930. Se não passou de um esboço, mereceu

nossa atenção pelo fato de explicitar muitos dos argumentos utilizados pelos tenentes para criticar a experiência oligárquica. Não tendo uma vinculação imediata com a criação da Legião de Outubro em Minas, parecemos mesmo assim importante pelo tipo de raciocínio que desenvolvia para justificar a necessidade de exterminar os partidos regionais. Ora, se a realidade mineira acabou por redefinir o projeto legionário, na medida que foi impulsionado pelas próprias oligarquias, é inegável que sua introdução naquele estado esteve sempre associada ao propósito de esvaziar o partido que tradicionalmente controlava a política estadual.

O capitão Frederico Cristiano Buys, no documento que elabora contendo as bases para a organização do Partido Revolucionário Nacional (PRN), afirma categoricamente a necessidade imperiosa de “absorver esses partidos, anulá-los, literalmente comê-los. Comamo-los, sejamos rudes como verdadeiros canibais”.<sup>16</sup> Toda uma crítica à prática partidária regionalista acompanha esse argumento, com uma conseqüente defesa da estruturação de um governo forte, capaz de garantir o processo nacional de centralização política. O objetivo do PRN não era apenas o de congregar os revolucionários: era *garantir a execução de um programa revolucionário*, incorporando e, se preciso, alijando políticos que haviam participado da Revolução de 30.

Eliminar a estrutura partidária tradicional significava exterminar sua mola de atuação, vale dizer, os chefes políticos locais que efetivamente controlavam o processo político nos estados. Para tanto, o capitão Buys defendia a substituição dos políticos por técnicos e administradores capazes de racionalizar e moralizar a ordem social, pondo fim à politicagem. A politicagem opunha-se a verdadeira política, associada à constituição de partidos nacionais e à defesa da centralização. Daí também o propósito de vencer o obstáculo constituído pelo “entrincheirado poder das máquinas políticas estaduais... dirigidas pelos coronéis locais...”.<sup>17</sup>

A clareza do que se deveria implementar era acompanhada pelo conhecimento dos impasses e resistências que surgiriam por parte de estados — como Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul — onde permanecia viva toda uma estrutura de poder organizada em partidos controlados por uma oligarquia tradicionalmente dominante. “... Encontraremos maiores resistências no Rio Grande do Sul, nos seus dois partidos — o Republicano e o Libertador — em Minas e no Partido Republicano Paulista...”.<sup>18</sup>

Os partidos políticos existentes no Brasil, prossegue Buys, não passam de canais de representação de interesses de indivíduos ou de grupos restritos, em suma, de uma plutocracia. Mesmo aqueles que, como o Partido Democrático de São Paulo, definiam-se como representativos dos anseios da população excluída pelo domínio perrequista acabaram por manter um eixo de ligação visceral com a cúpula do PRP, irmanados pelos

interesses vinculados ao café. Buys afirma categoricamente: "... Considero que o Partido Revolucionário Nacional deverá aniquilar todos os partidos existentes no país... Todos eles cobrem os interesses de grupos, ou de indivíduos — como acontece no Norte — ou de estados, como sucede no Rio Grande do Sul, com manifesto esquecimento da GRANDE PÁTRIA...". E conclui de forma radical: "... Logo, destruamos estes Partidos, comamo-los de acordo com o princípio da antropofagia revolucionária...".<sup>10</sup>

O eixo central que permeia toda a discussão do projeto de criação do Partido Revolucionário Nacional é a crítica política à prática oligárquica da República Velha. A Revolução de 30 deveria redefinir o papel do Estado nacional na organização da sociedade, impedindo a manutenção do regime federativo. Frederico Buys, ao identificar o pluralismo partidário do modelo liberal com a experiência oligárquica, procura dissociar democracia de liberalismo. A associação do pluripartidarismo — decorrente do liberalismo — com a prática democrática constituiu-se no equívoco contra o qual pretende argumentar. A ampliada faixa de representatividade que os múltiplos partidos asseguram é vista como um mito, exatamente na medida que esses partidos incorporam e representam setores particulares da sociedade, e não o seu conjunto. Nesse sentido, a representatividade nacional se viu reduzida pelo atendimento exclusivista de setores regionais dominantes, o que favorecia toda a sorte de abusos por parte daqueles grupos que detinham o poder das máquinas partidárias. É dentro desse quadro que Buys se preocupa em recolocar a questão da democracia, atribuindo-lhe um novo sentido.

Na nova concepção de democracia, o federalismo emerge como seu franco opositor. Para os idealizadores do PRN, o fundamento primeiro da democracia — a ampliação da representação política — foi, historicamente, aviltado pela prática política dos partidos regionais. Esta prática, enfeixada por todo um sistema personalista e corrupto, alimentou o poder de uma oligarquia local transformando a máquina do Estado numa arena onde se debatiam interesses regionais específicos em detrimento dos interesses da federação.

No projeto de criação do PRN há sempre a contraproposta de uma organização da sociedade em bases "científicas", em lugar de uma organização em bases "políticas". A política "científica" limitaria o campo de ação das oligarquias, submetendo-as ao "interesse nacional", à "unidade nacional". Nos diversos itens do programa pode-se vislumbrar essa preocupação:

"econômico. Mostrar o anárquico e anacrônico sistema da economia brasileira. Falta de orientação científica. Escravidão da nossa economia à economia do café..."



“social. Anarquia. Preeminência de umas classes sobre as outras...”

“político. A democracia em franco antagonismo com o regime federativo... Temporário fortalecimento da idéia de pátria una e individual, garantia de brasilidade. Centralização política, descentralização administrativa”.

“administrativo... Excesso de funcionários, mal pagos... simplificação da máquina, diminuição do funcionamento, estabelecimento do salário mínimo, nova lei de promoções, de aposentadorias e de pensões...”

“intelectual e moral. Falta de orientação na educação intelectual e moral das massas e digamos também das elites... Novos métodos, orientação geral a ser adotada em todo o país...”<sup>20</sup>

Evidentemente que a efetivação desse projeto seria tão mais difícil quanto mais arraigada estivesse a experiência oligárquica. Seu idealizador não desconhecia absolutamente esse fato; sabia de antemão que os grandes estados oporiam a maior resistência. Entretanto, no início do governo Vargas, algumas iniciativas foram tomadas no sentido de neutralizar a força dos partidos regionais. Nessas investidas estavam presentes alguns dos ideais de inspiração tenentista, nitidamente centralizadores, anti-regionalistas. Em Minas, a incursão tenentista veio dissimulada, de início, pelo fato de ter o estado uma oligarquia fortemente consolidada, e seu desenrolar apresentou algumas características bem específicas.

## 1.2. *Ação: a Legião de Outubro em Minas Gerais*

A criação da Legião de Outubro em Minas estava vinculada ao propósito dos tenentes de pressionar pela intervenção do governo central no estado mineiro. Nas palavras de Osvaldo Aranha,<sup>21</sup> Minas permanecia, ainda em 1933, intocada pela Revolução de 30. A legião era uma tentativa de atacar uma política descentralizadora de tipo federalista, específica da República Velha, que tinha em Minas Gerais um de seus baluartes. Tratava-se, enfim, de um arranjo político que se transformava num “instrumento e espelho da destruição do estadualismo mineiro...”<sup>22</sup>

Integrar Minas na revolução, significava, fundamentalmente, esvaziar e desmoralizar a força política da oligarquia que até então detivera o poder no estado e que, na conjuntura revolucionária, lutava para preservá-lo. Esvaziar essa força implicava excluir o PRM como canal de representação política dos interesses oligárquicos do estado. É nesse contexto que se cria a Legião de Outubro, em fevereiro de 1931.

Em manifesto à nação, datado de dezembro de 1930, os ministros Osvaldo Aranha (da Justiça), Leite de Castro (da Guerra), Isaías de Noronha (da Marinha) e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, defendiam a criação da Legião de Outubro “como uma grande força material e moral, com a mobilização de todos os seus elementos em prontidão militar para qualquer eventualidade e em prontidão civil para a colaboração cívica na fase de construção e reorganização, que é a necessidade mais imperiosa do momento...”<sup>23</sup>

Todavia, se em sua concepção e no curso de sua atuação a legião configurou-se como uma organização antipartidária, centralizadora e anti-oligárquica, de início apresentou-se, na conjuntura estadual, de forma velada, conseguindo inclusive a adesão do próprio PRM. Não assumindo o caráter de uma organização partidária — e portanto não concorrendo com a existente — fez-se representar como uma agremiação que congregava revolucionários, entre os quais Artur Bernardes. Nas palavras de Bruno de Almeida Magalhães:

“... A Legião de Outubro organizou-se não como um partido político, mas como uma entidade destinada a formar uma mentalidade revolucionária, em face das novas condições em que o país começava a viver. Daí, o apoio que recebeu das principais figuras da revolução, a começar pelo próprio Bernardes. Cedo, porém, verificou-se que o rótulo da entidade resumia-se numa farsa: um simples ardil para afastar Bernardes da obra revolucionária, realizando, assim, o anelo da reação republicana.”<sup>24</sup>

De fato, a facção da oligarquia mineira mais visada pelos tenentes era a chefiada por Artur Bernardes. Em primeiro lugar, por ser representativa de um forte setor da oligarquia, circunstância que motivou uma profunda reação à interferência tenentista de cunho centralizador. Ademais, Bernardes saíra fortalecido do movimento de 1930 pela participação ativa que tivera na organização da luta armada ao lado do grupo vencedor. Em segundo lugar, essa mesma facção tinha como líder um homem conhecido nacionalmente pelas velhas animosidades que desenvolvera com o tenentismo. Quando presidente da República, na década de 20, Bernardes havia submetido os participantes dos movimentos tenentistas a duros processos repressores.

Bem cedo, porém, a perseguição a Bernardes foi tomando corpo. A primeira incursão no sentido de neutralizar sua força política deu-se em novembro de 1930, com a demissão de três bernardistas do primeiro secretariado do governo Olegário Maciel: Cristiano Machado (Interior e Justiça), Alaor Prata (Agricultura) e Carneiro de Rezende (Finanças). Nessa ocasião, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco

Campos, vai a Minas conferenciar sigilosamente com o presidente mineiro a respeito da formação da Legião de Outubro naquele estado.<sup>25</sup> Certamente a visita do ministro esteve intimamente relacionada com a demissão do secretariado, por duas razões: pela admissão de legionários em substituição aos bernardistas exonerados e pela política incisiva, anti-bernardista, que a legião passa a empreender em Minas, no curso de seu desenvolvimento. Os novos secretários admitidos são os homens que, objetivamente, vão liderar a prática político-legionária em Minas: Gustavo Capanema (Interior e Justiça), Amaro Lanari (Finanças) e Noronha Guaraní (Agricultura). Todos, obviamente, oriundos dos quadros do PRM. A partir desse momento fica muito claro que o principal alvo da ação política tenentista era a facção bernardista. O próprio secretário de Interior e Justiça confirma esse projeto e revela seu principal articulador: Francisco Campos.

"Minha primeira viagem ao Rio foi a 5 de dezembro [1930] (...) Na estação Pedro II o Campos esperava-me (...). No caminho o Campos já tratou do assunto comigo: liquidar o Bernardes (...). O plano inicial do Campos não era a fundação da legião ou de outro partido em Minas. Era a reorganização da Comissão Executiva do PRM com a liquidação do Bernardes. Achei difícil e arriscado. Além de tudo ingrato e injusto (...). Depois de vários dias de conversa regressei (...). No fundo vim do Rio disposto a auxiliar o Campos na trucidação do Bernardes."<sup>26</sup>

Antes porém de descer à experiência da legião em Minas, é necessário qualificá-la em termos gerais. Ela absolutamente não se confunde na sua essência com a proposta de Frederico Buys, que por sua vez não representa o pensamento coeso do tenentismo. Como veremos em seguida, a legião em Minas não só reproduzia os mecanismos próprios da dominação oligárquica, como acabou por recuperar uma facção política do estado reconhecida como "anti-revolucionária".

Retratar a especificidade dessa experiência política na conjuntura estadual em questão é retomar analiticamente alguns determinantes que prevaleciam no estado naquele momento. É preciso pensar a situação de um governo como o de Olegário Maciel. Apesar de eleito no momento anterior à Revolução de 30 — e nesse sentido preso a compromissos com o PRM —, ele não poderia no momento seguinte manter uma estrutura de poder que reforçasse a prática política da República Velha. Em primeiro lugar, porque o PRM fracionara-se em várias facções, o que impedia Olegário Maciel de contar com uma base de apoio partidário segura. Em segundo lugar, porque naquela conjuntura Minas não poderia prescindir do apoio do governo federal, abalada economicamente pela

crise de 29 e, financeiramente, pelos custos com a Revolução de 30. A oligarquia mineira não tinha condições de permanecer imune às alterações impostas pelo governo central, assolada pelos efeitos de uma crise econômica e de uma cisão política.

Olegário Maciel se vê num dilema de difícil equacionamento, uma vez que: a) não pode prescindir do apoio do governo federal, já que estabelecera com ele compromissos em função da Revolução de 30, além de necessitar de seu apoio político e econômico, dadas as condições específicas do estado naquele momento; b) não conta internamente com uma base de apoio coesa do partido; c) não pode permitir a preeminência da facção bernardista, sob pena de correr dois riscos sérios: perder o controle político de fato sobre o executivo estadual e ameaçar sua relação com o governo federal e, finalmente; d) precisa objetivamente construir uma base de apoio partidário para se fortalecer tanto internamente quanto junto ao governo federal.

É num contexto de sérias divisões nas forças políticas que a Legião de Outubro emerge em Minas Gerais, inicialmente encontrando receptividade por parte das diversas facções perremistas. Nenhuma delas descartou a possibilidade de retomar o controle político do estado, até que fossem efetivamente configurados os propósitos reais da agremiação.

Para Olegário Maciel, a legião seria como uma porta aberta para a aliança com o Governo Provisório, garantia de seu fortalecimento como chefe do governo e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de se afirmar politicamente através da criação de uma nova base social de poder. Para Venceslau Brás,<sup>27</sup> também chefe político perremista, poderia significar sua ascensão à máquina política estadual. Ele chegou inclusive a ser presidente do Conselho Supremo da legião em Minas Gerais. Para os adeptos da Concentração Conservadora, os chamados "prestistas", a legião representava a possibilidade efetiva de reingresso no cenário político estadual. Até mesmo para Artur Bernardes, de início, significava uma forma de consolidar sua base de atuação, uma vez que a Legião de Outubro se apresentava ideologicamente como uma agremiação que congregava os revolucionários de 1930. Do ponto de vista do Governo Provisório, a legião era vista como um meio de integrar Minas no processo revolucionário. Para tanto, era preciso criar uma força política desvinculada do PRM, que fosse capaz de favorecer a implementação de um sistema político centralizado.

Todavia, se essa organização foi criada com o propósito de desmobilizar a máquina oligárquica tradicional, criticando os mecanismos por ela utilizados, na prática acabou se valendo de instrumentos de pressão típicos da política tradicional, apropriando-se inclusive de sua base fundamental de apoio: os municípios. A ambigüidade da legião consistia no fato de que, embora fosse uma organização política montada para

fazer frente à liderança oligárquia tradicional, acabava por favorecer a continuidade dessa mesma liderança.

Tendo Olegário Maciel formalizado, juntamente com o porta-voz do Governo Provisório, Francisco Campos (ministro da Educação e Saúde Pública), o acordo para criar a legião em Minas, tratava-se de efetivar sua implementação. O passo inicial deveria ser a adesão dos municípios, convencionalmente comprometidos com o PRM. Se esses municípios sobreviviam politicamente devido à dependência que tinham em relação ao governo do estado, em contrapartida sustentavam a política estadual, sendo sua maior base de apoio.

O grande impasse para a obtenção dessa adesão encontrava-se na relação já bastante sedimentada entre as prefeituras e o PRM. A tradição política mineira de identificar o poder executivo com o PRM fez com que inúmeros prefeitos comprometidos com essa prática reagissem à nova agremiação, negando-se a se desvincular do partido. A solução encontrada e endossada pelo executivo estadual foi a de promover uma *adesão compulsória*, mediante um processo de exoneração de prefeitos perremistas que não se dispunham a aderir à legião, seguida da nomeação imediata de adeptos da nova agremiação.

Encontramos no arquivo Osvaldo Aranha uma série de documentos denunciando a demissão de prefeitos, a perseguição aos perremistas e a nomeação para as prefeituras de políticos que se posicionaram contra a Revolução de 30, os chamados “prestistas” ou “concentristas”, adeptos da Concentração Conservadora que apoiou a candidatura de Júlio Prestes na eleição de março de 1930.

Selecionamos algumas dessas correspondências para a montagem do seguinte quadro:

DOCUMENTO	EMISSOR	ASSUNTO
OA 31.06.02/1	Jaime Pinheiro a Vargas	Exoneração prefeito de Oliveira por não aderir à legião.
OA 31.06.04/9	Djalma Pinheiro Chagas a Osvaldo Aranha	Exoneração prefeito de Belo Horizonte por não aderir à legião.
OA 31.06.05/3	Prefeito de Queluz a Olegário Maciel	Deposição do cargo por não poder aceitar proposta Amaro Lanari — oferecimento de “cargos” — para aderir à legião.
OA 31.06.11/2	Humberto Pimentel Duarte a Virgílio de Melo Franco	Narração episódio demissão do prefeito de Queluz, José Correia de Figueiredo, por pressão de Amaro Lanari. Seria substituído por um que “atraísse os concentristas”.

DOCUMENTO	EMISSOR	ASSUNTO
OA 31.06.11/2	Jarbas (?) a Virgílio de Melo Franco	Denuncia prática anti-revolucionária da legião beneficiando os "prestistas". Acusa Francisco Campos de se aproveitar dessa manobra.
OA 31.06.11/3	Armando Pinheiro Chagas (ex-prefeito de Oliveira) e Joaquim Afonso Rodrigues (ex-presidente da Câmara Municipal de Oliveira) a Osvaldo Aranha	Denunciam demissão e exoneração de funcionários do estado por não aderirem à legião. Informam que a legião vinha fortalecendo os correligionários de Carvalho Brito (os "concentristas"), além de perseguir constantemente o PRM.
OA 31.06.26/1	Francisco Oliveira Soares (juiz de direito avulso do estado de MG) a Vargas	Denuncia ameaças que recebeu do delegado de polícia por ordem do governo mineiro. O governo proíbe propaganda do PRM.
OA 31.06.30/1	Djalma Pinheiro Chagas a Osvaldo Aranha	Relata o compromisso de Melo Viana com Francisco Campos e Ribeiro Junqueira de dar apoio à legião desde que seus correligionários fossem eleitos deputados.

Fonte: Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC.

O conteúdo central das denúncias feitas por aqueles que foram atingidos pelo processo de adesão compulsória era de que o situacionismo estava incorporando os "anti-revolucionários". A legião significou, para essa facção, uma excelente oportunidade de recuperar o espaço político perdido com a vitória da revolução. "Destruída pela revolução, a Concentração Conservadora ressuscitou logo depois, através da Legião de Outubro, que, pavoneada pelo Presidente de Estado, passou a exercer a mesma obra de compressão contra os que dela divergiam."<sup>28</sup> Para o governo estadual era conveniente o ingresso desses atores, que de certa forma conservavam uma significativa influência política no estado,<sup>29</sup> na medida que contribuíam para o engrossamento das fileiras da nova frente política vinculada diretamente ao executivo estadual.

É nesse contexto que se insere a tentativa de aliança do poder público estadual com a Igreja, arquitetada por Francisco Campos, objetivando o fortalecimento e o reconhecimento da legião em Minas Gerais. Politicamente, essa tentativa possibilitava novos recursos a um político que até então era pouco expressivo no quadro dirigente do estado.<sup>30</sup>

Em carta a Amaro Lanari, o ministro da Educação formaliza o projeto dessa aliança. "Creio que a legião deve ir mais longe ainda no seu programa de renovação e de disciplina espiritual. (...) No meu discurso dei claramente a entender que deveríamos pedir à Igreja não somente inspirações, mas, também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual".<sup>31</sup>

Embora a aliança com a Igreja contribuisse para o fortalecimento da legião em Minas, dada a forte tradição católica daquele estado, também abria margem a um tipo de crítica dirigida à associação da Igreja com o Estado. Através do jornal *Liberdade*, pudemos detectar o teor da oposição às medidas tomadas pela legião com vistas a uma aliança com a Igreja Católica:

"... Lamentamos que a nova organização partidária de Minas a que se deu o sugestivo nome de Legião de Outubro ... inscreva no seu programa teses que visam conceder prerrogativas à Igreja Católica, permitindo a esta os primeiros passos para a realização das suas tendências, nunca desmentidas, para a opressão dos espíritos, para a extinção de todas as liberdades..."<sup>32</sup>

A crítica é formulada a partir do pressuposto de que o pacto entre a legião e a Igreja iria favorecer o desenvolvimento da nova agremiação pela propaganda que a última faria em seu favor. No que toca a Francisco Campos, essa aliança poderia reverter em seu próprio benefício, pela perspectiva de apoio do clero católico mineiro à sua ascensão a cargos políticos.<sup>33</sup>

Apesar de seu curto tempo de vigência — fevereiro de 31 a fevereiro de 32 —, a legião pôde consolidar-se no poder pelo fato de se fazer presente em cargos políticos estratégicos do governo estadual. Tinha não só o apoio e a adesão do chefe do governo estadual — que, por sua vez, contava com o beneplácito do governo federal — como controlava três das principais secretarias do estado: Finanças, Interior e Justiça e Agricultura. Os secretários dessas pastas impulsionaram a política legionária fazendo-se valer dos recursos de poder que os devidos cargos lhes conferiam. O fato de o governo transformar a legião em seu canal oficial de expressão favoreceu tanto a ação desses secretários nos municípios quanto a iniciativa de Francisco Campos no sentido de estimular uma aliança oficial profícua com a Igreja.

Se, a nível estadual, a implantação da Legião de Outubro marcou o início de um enfrentamento entre as forças políticas do estado, no âmbito federal consubstanciou a divergência entre dois ministros de Estado: Osvaldo Aranha (Justiça) e Francisco Campos (Educação). Como representante de Minas no Governo Provisório, Campos detinha recursos

políticos próprios para intervir decisivamente em seu estado. A legião significava, para ele, a oportunidade de efetivamente ascender no cenário político, já que controlava de forma efetiva a política estadual, através dos vínculos estreitos estabelecidos com o governo Olegário Maciel.

Oswaldo Aranha, enquanto um dos “homens da revolução”, tinha também projetos para influir no estado de Minas, já nessa época. Nesse sentido, vale ressaltar o empenho por ele demonstrado para que seu aliado, Virgílio de Melo Franco, fosse nomeado interventor estadual. Além disso, na qualidade de ministro da Justiça, era constantemente solicitado para resolver legalmente problemas gerados no estado pela política ilegal e compulsória que a legião punha em prática. A divergência entre os dois ficou salientada pela maneira como se relacionavam com os grupos oligárquicos. A postura de enfrentamento radical de Campos, Aranha respondia com uma aproximação com esses grupos, preferindo tentar uma composição com eles do que fazer-lhes uma oposição direta.

De tal monta foram as reações à nova agremiação que Aranha concedeu uma entrevista aos jornais, em junho de 31, caracterizando a legião como uma escola cívica e educativa, e não como substituta de partidos políticos. Evidentemente essa redefinição estava ligada ao curso dos acontecimentos em Minas Gerais, onde fora mais atribulada a experiência da legião.

O maior atingido, indubitavelmente, foi o PRM. Diante da afirmação institucional da organização legionária, o PRM foi não só perdendo o poder decisório como sendo reprimido, paulatinamente, em sua atuação enquanto partido oposicionista. Inúmeras são as denúncias às perseguições feitas ao PRM e principalmente aos bernardistas. Em manifesto ao chefe do Governo Provisório,<sup>84</sup> partidários de Artur Bernardes descrevem de forma violenta e apaixonada as perseguições, violentações e crimes praticados pela delegacia local do município de Manhuaçu aos correligionários de Bernardes, sob o beneplácito e a convivência do secretário de Interior e Justiça do estado, Gustavo Capanema, e do ministro da Educação, Francisco Campos. Segundo o documento, ao chegar ao município o delegado declarou publicamente que estava na cidade por ordem e com instruções especiais do referido secretário de Interior, para “prestigiar o chefe local da Legião de Outubro, Cláudio Nery, e arrasar os amigos políticos de Artur Bernardes”. É bastante forte o teor da denúncia: “prestistas” e “concentristas” haviam constituído a Legião de Outubro local com o apoio do governo do estado, instrumentalizado pelas ambições desenfreadas de Francisco Campos, Gustavo Capanema e do argentino Amaro Lanari.

Todo o primeiro semestre de 1931, em Minas Gerais, foi marcado pelo choque entre duas frentes políticas: a Legião de Outubro, de cunho marcadamente centralizador, que se prevalecia da fraqueza e da divisão



interna do partido situacionista para se impor, e o Partido Republicano Mineiro, basicamente identificado, nesse momento, com a facção bernardista, que se manteve como a maior força opositora à nova agremiação, lutando para recuperar seu poder político no âmbito estadual.

A implantação da Legião de Outubro em Minas trouxe sérios conflitos à região, além de ter contribuído diretamente para o desgaste dessa proposição tenentista que encontrava ecos em setores do Governo Provisório. Se não sobreviveu às reações de forças tradicionais mineiras, deixou no estado marcas profundas que influíram, inclusive, no processo de reorganização partidária de final de 1932. Ainda que se encontrasse dividido e tivesse perdido importantes agregados para a legião, o PRM não foi eliminado. Ao recrudescimento da luta política, o PRM respondeu com a organização de uma convenção partidária voltada para a definição de uma estratégia de incursão no cenário político estadual, que acabou tendo um registro especial nas páginas da memória política de Minas Gerais.

### ***1.3. Reação: o PRM e a tentativa de golpe de 1931***

Em face do quadro político que enfrentava, a comissão executiva do PRM conclamou seus correligionários para uma convenção em 18 de agosto, com o propósito de redefinir a linha político-partidária e de estabelecer um programa de ação para atuar na nova conjuntura. O "18 de agosto" acabou por transcender os limites de uma convenção partidária, já que a essa data ficou associada a tentativa de deposição de Olegário Maciel, chefe do governo estadual. Há, entretanto, uma agravante nesse episódio: a acusação de cumplicidade de elementos representativos do Governo Provisório nessa tentativa frustrada de golpe.

Com relação ao interesse do PRM na deposição de Olegário Maciel, há fortes indicadores que podem justificá-lo: a exclusão do partido do jogo de influências no executivo estadual, com a quebra da tradicional unidade entre o chefe do partido e o chefe do governo; o apoio e a convivência de Olegário Maciel à Legião de Outubro e a perseguição, já àquela altura pública e reconhecida, ao presidente do PRM, Artur Bernardes.

Foi explícita a intenção do partido de fiscalizar e denunciar os atos do governo estadual na convenção. Inúmeras foram as acusações feitas à administração e à orientação política do governo Olegário Maciel. Sua possível deposição assumiu uma proporção política qualitativamente maior quando a ela se vinculou a participação de representantes do Governo Provisório. Esse fato pode nos conduzir à seguinte indagação: se a Legião de Outubro representou o canal de ligação e de comprometimento de

Minas com o Governo Provisório, e se Olegário Maciel, como presidente do estado, não só hipotecou-lhe apoio, como facilitou-lhe o desenvolvimento e a institucionalização no estado, que interesses levariam facções e até mesmo o chefe do Governo Provisório a participar de um golpe contra o presidente mineiro?

Esse tipo de questão nos remete a um problema mais abrangente: o significado da legião para o grupo tenentista e a perspectiva de sua atuação política do ângulo do Governo Provisório, e mais, a postura dos tenentes em relação ao projeto e à implementação da Legião de Outubro e as reações geradas em alguns estados a partir de sua implantação.

Ainda que o esboço de projeto da legião tivesse sido idealizado e defendido por tenentes revolucionários e apesar de o tenentismo, em termos gerais, estar se posicionando contra a política oligárquica, é preciso não tomar o tenentismo como um bloco coeso, homogêneo. Na verdade, a Revolução de 30 não foi capaz de excluir as oligarquias do palco político, nem de afirmar o tenentismo como uma força política organizada de forma a fazer-lhe frente autonomamente. O fato é que a perspectiva tenentista de reorganização da sociedade brasileira não chegou a se constituir num projeto de ação articulado. Se havia um certo consenso diante da necessidade de reformulação da prática política oligárquica e uma certa concordância sobre a necessidade de redefini-la — com a extinção dos partidos regionais como canais de representação política e como forças de pressão sobre os executivos estaduais —, os líderes tenentistas se dividiam quanto à postura a ser adotada no enfrentamento com as oligarquias. Conseqüentemente, o propósito inicial de extinguir os partidos regionais foi sofrendo alterações tanto pela impossibilidade concreta de eliminar uma prática política já sedimentada, principalmente em alguns estados, como também pela dificuldade e incapacidade de a legião absorver e/ou controlar as forças políticas comprometidas com as oligarquias. Na verdade, uma incursão tenentista em Minas Gerais teria que suplantar um enorme obstáculo, que era efetivamente a tradição oligárquica sobremaneira enraizada historicamente.

A Legião de Outubro mineira foi caracterizada pela imprensa, na época, como uma agremiação de inspiração fascista. Argumentava-se que ela constituía uma organização paramilitar, com indumentária característica das organizações fascistas européias e que congregava e incorporava elementos anti-revolucionários, rotulados como conservadores e “de direita”. Inúmeras são as referências na imprensa da época e nos arquivos privados ao ridículo da Legião Mineira, à distorção dos projetos revolucionários e à utilização da agremiação com propósitos personalistas de ascensão ao poder — com eram normalmente justificadas a presença e a atuação legionárias de Francisco Campos, por exemplo. Grande parte

dessas críticas inclusive eram dirigidas a Osvaldo Aranha, na qualidade de ministro da Justiça e idealizador da Legião de Outubro.

A experiência mineira acabou por descaracterizar a legião como uma organização revolucionária, dificultando sua implantação em outros estados. O esvaziamento do seu significado político forçou alguns líderes nacionais a repensarem a eficácia da nova agremiação como uma alternativa aos partidos regionais. Em agosto de 1931, a situação política mineira apresentava-se atribulada. Olegário Maciel via-se impossibilitado de impedir a movimentação oposicionista, por não ter conseguido que a legião, como base de apoio político governista, absorvesse todas as forças expressivas do estado. A entrada da revolução em Minas vinha sucessivamente sendo prejudicada pela incapacidade de o governo estadual incorporar as inovações propostas pelo governo central, sem que se abrisse um conflito com as forças políticas mineiras.

A participação de Osvaldo Aranha na articulação de um golpe contra Olegário Maciel pode ser ligada a seu projeto de controlar esse estado. A perspectiva de abertura do cargo político máximo do estado favoreceria a nomeação de um interventor estreitamente vinculado às mais "legítimas" correntes tenentistas. Desde a vitória do movimento revolucionário, Osvaldo Aranha vinha defendendo a nomeação de Virgílio de Melo Franco para a interventoria, alegando ser ele o político capaz de integrar Minas à revolução. A profunda ligação política de Virgílio com Aranha e a afinidade ideológica que alimentava com uma ala do tenentismo faziam dele um candidato potencialmente favorável para a inserção de Minas no processo de rearranjo das forças políticas a ser implementado pelo movimento de 1930. Para a facção do Governo Provisório mobilizada por um projeto de centralização política, contava a favor de Virgílio de Melo Franco o fato de ser um político "novo", suscetível ao novo modelo político e ao descomprometimento com a estrutura oligárquica que prevalecera no aparelho de estado durante décadas.

Nesse particular, a manutenção de Olegário Maciel na presidência do estado, em 1930, representava para o governo central um empecilho à entrada de Minas na revolução. Por outro lado, a nomeação de um interventor federal nesse estado significava a abertura de uma frente de oposição inconveniente e injustificada. Para a oligarquia mineira, a manutenção de Olegário Maciel significava a continuidade de uma situação tradicional de domínio. Todavia o processo de consolidação do governo Olegário Maciel colocou forçosamente em questão a perspectiva oligárquica, acabando por gerar uma reação no sentido da retomada do poder perdido. O clímax dessa insatisfação foi expresso na tentativa de golpe de agosto de 1931. Naquela conjuntura, um conflito aberto em Minas ameaçava a estabilidade institucional do próprio Governo Provisório, que

já estava tendo que se defrontar com situações conflituosas em São Paulo, que, de certa maneira, eram respaldadas pelo Rio Grande do Sul.

Ao PRM conviria a substituição do chefe do governo estadual. Ao governo federal seria desgastante um envolvimento direto numa iniciativa golpista de depor o presidente do estado, pelo próprio fato de seu mandato constitucional ter sido mantido e legitimado pelo chefe do Governo Provisório. O governo central não poderia, por princípio, capitanear a deposição do chefe do estado mineiro. Todavia, isso não significava o desconhecimento da ineficácia do presidente de Minas em harmonizar as forças em choque, vale dizer, em arbitrar diante de alternativas díspares. Havia riscos tanto na manutenção quanto na deposição de Olegário. Na primeira hipótese, tratava-se do sucesso ou não da política de equilíbrio liderada pelo chefe do executivo estadual; na segunda, duas possibilidades igualmente comprometedoras: um possível retorno de Bernardes ou a substituição do interventor por um político com a habilidade exigida para enfrentar uma oligarquia do porte da de Minas Gerais.

O próprio clima político que envolveu a convenção bernardista propiciou a interpretação de que nascera do partido a iniciativa do golpe. A tônica das inflamadas discussões girava em torno de críticas ao governo estadual estabelecido.<sup>35</sup> Mesmo que a idéia não tivesse surgido do partido, foi por ele não só bem recebida como endossada: "... essa tentativa de deposição de Olegário Maciel não partiu do PRM, o PRM aplaudiu, gostou da idéia, mas não se efetivou porque o próprio governo da República tornou sem efeito a ordem verbal para que o comandante assumisse o Governo".<sup>36</sup>

Apesar de a autoria e a responsabilidade do golpe terem recaído sobre o partido, o Governo Provisório não conseguiu ficar isento das acusações. A divulgação da cumplicidade federal — diretamente, através da pessoa de Osvaldo Aranha, e indiretamente através de Getúlio Vargas — provocou reação principalmente da parte de Aranha, que tentou explicar o fato em termos de um "equivoco". O equivoco para Aranha consistia no fato de o Governo Provisório haver dado crédito a uma informação distorcida de que Olegário Maciel não teria resistido a um golpe e que o estado de Minas havia ficado acéfalo; conseqüentemente, decidiu o governo federal nomear um interventor provisório, até uma nomeação definitiva. O "equivoco", todavia, pode ser pensado de outra forma: houve precipitação e erro político de previsão dos interessados na queda de Olegário Maciel, que anteciparam os acontecimentos com uma ordem telegráfica nomeando um interventor interino.<sup>37</sup>

Olegário Maciel foi capaz de repelir o golpe com uma facilidade extrema, já que pôde contar com o forte apoio da Força Pública Mineira, controlada pelo secretário de Interior e Justiça, Gustavo Capanema, seu

aliado político. O presidente mineiro contou também com o apoio de Antônio Carlos de Andrada, Venceslau Brás e Francisco Campos, que na esfera federal defenderam firmemente sua permanência no governo do estado. Além de filiados à legião e, portanto, ao oficialismo mineiro, esses atores políticos reagiram a uma possível volta de Artur Bernardes ao poder executivo — objetivo a que se propunha o PRM naquele momento. Entregar o poder estadual ao chefe do PRM era retroceder à orientação revolucionária de reestruturar as forças políticas estaduais. Além disso, significaria a falência do avanço tenentista, para uns, e a perda do predomínio político dentro do estado, para outros.

Pretendendo eximir o chefe do Governo Provisório das acusações de cumplicidade, Antônio Carlos faz uma declaração pública:

“... Seria realmente absurda a hipótese desse apoio (do Governo Provisório ao PRM), além de injuriosa ao caráter e à linha moral do Dr. Getúlio Vargas. Injúria, sim, porque não há maior do que atribuir ao grande caráter que é o do chefe do Governo Provisório a atitude de negar seu apoio ao homem que, ao lado do Rio Grande do Sul, foi o fator decisivo da vitória da causa que entregou ao Dr. Getúlio Vargas o poder”.<sup>38</sup>

Mesmo tendo resistido à tentativa de golpe e tendo recebido manifestações de apoio do Governo Provisório, Olegário Maciel sentiu-se logrado, guardando por um certo tempo um “ressentimento” em relação a Vargas.<sup>39</sup> Inegavelmente, esse episódio abalou a relação do governo do estado com o governo central. A política de Vargas, imediatamente depois do “18 de agosto”, foi de tentar reconquistar a confiança de Olegário Maciel, para restabelecer e reforçar os vínculos daquele estado com o Governo Provisório. Esse não poderia, na conjuntura pós-30, prescindir do apoio de Minas, sobretudo porque naquele momento (1931) as relações com São Paulo estavam marcadas por um profundo estremecimento, com a violenta reação das oligarquias paulistas à intervenção federal.<sup>40</sup> Abrir uma frente de luta com Minas Gerais era favorecer a formação de uma aliança desse estado com São Paulo, decisiva para o esfacelamento do equilíbrio das forças do governo federal.

O secretário de Interior e Justiça do estado de Minas, Gustavo Capanema, segundo Paulo Pinheiro Chagas,<sup>41</sup> teria induzido Getúlio Vargas para que tentasse recompor a relação aliancista com Olegário Maciel, oferecendo-se para atuar como mediador nessa articulação. Segundo as mesmas fontes, Olegário Maciel respondeu particularmente ao secretário com uma advertência: “Capanema, eu não posso me esquecer que ele (Vargas) quis me derrubar do governo. Não vou esquecer isso com facilidade”.<sup>42</sup>

Todavia, se Vargas reorientou sua ação no sentido de recuperar e fortalecer os laços com o governo de Minas, também estimulou a abertura de um processo de conciliação das forças políticas mineiras em choque, tendo em vista os problemas que a continuação de um enfrentamento acirrado poderia provocar. O combate explícito ao PRM, com a formação de uma frente paralela ao partido, constituiu-se, simultaneamente, na força e na fraqueza da Legião de Outubro em Minas. Se foi a crítica às formas tradicionais de dominação política o que justificou o fortalecimento inicial da legião, foi a radicalização dessa crítica que trouxe o esvaziamento da organização. A prática legionária de perseguir os perrenistas provocou uma reaglutinação em torno da facção bernardista, que efetivamente poderia afetar de forma profunda o equilíbrio de forças no estado.

#### 1.4. *Conciliação: o “Acordo Mineiro”*

Estando fora de cogitação entregar ao bernardismo o poder do estado, estava claro também, naquele momento, que não se poderia governar Minas Gerais à inteira revelia desta facção. Se no momento pós-revolucionário a questão incidia na integração de Minas à revolução, através da eliminação de uma estrutura político-partidária oligárquica, no final de 1931 o foco da discussão se alterava. Era preciso criar uma fórmula política capaz de conciliar as forças oligárquicas identificadas com Bernardes e as adeptas da legião. Já não havia mais ilusões de que a legião pudesse constituir-se numa solução política viável. O PRM provara sua força, ainda que fracionado internamente. Se ao Partido Republicano Mineiro não fosse entregue o poder do estado, esse governo não poderia, em contrapartida, alijá-lo completamente.

A “fórmula política” plausível naquele momento, e que foi posta em prática por iniciativa do próprio chefe do Governo Provisório, foi o estabelecimento de um acordo entre as forças legionárias e perremistas, no qual fossem redefinidas as linhas de ação de ambos, tendo em vista a obtenção da estabilidade política. Acreditava-se ser possível aglutinar em um só partido as duas forças mineiras em conflito. Essa fórmula foi batizada, em fevereiro de 1932, de o “Acordo Mineiro”, sendo sua materialização o Partido Social Nacionalista (PSN).<sup>43</sup> O debate e as negociações em torno desse acordo ocuparam um espaço significativo na imprensa e marcaram a política mineira de final de 1931 e início de 1932.<sup>44</sup>

Olegário Maciel, como presidente do estado, apresentava as bases sob as quais se concretizaria o acordo. Artur Bernardes, como chefe do PRM, participava das discussões barganhando uma nova posição para o partido na máquina do governo estadual, da qual estivera excluído. Olegário Maciel

assumia o papel de interventor na medida que funcionava como intermediário entre o governo federal — o grande impulsionador do estabelecimento do acordo — e as forças mineiras em choque.

O acordo consistia, basicamente, na proposta de fundir as duas organizações em um só partido, um “terceiro” partido, que guardasse, na concepção de seus idealizadores, as tradições “democráticas” de Minas, adotando a “ideologia” da legião. A razão do rápido esvaziamento desse partido, a nosso ver, tem seus fundamentos na contradição dessa proposta. Guardar as tradições “democráticas” preservando a ideologia da legião significava conciliar posições inconciliáveis naquela conjuntura política: a posição oligárquica (caracterizada pela defesa do federalismo, do partidarismo regional etc.) e a legionária, da inspiração tenentista.

Uma análise do formato organizacional do Partido Social Nacionalista traz à baila os impasses políticos daí decorrentes. O conselho consultivo, por exemplo, seria formado com elementos das duas facções, em igual número. A discussão em torno desse formato, incluindo a composição do novo secretariado do governo, provocou depoimentos inflamados, que variavam da descrença inicial à defesa incondicional.

O perremista Djalma Pinheiro Chagas, por exemplo, denunciava a arbitrariedade da formação de um partido sem consulta às municipalidades, caracterizando o acordo como “uma solução de cúpula à revelia das massas”.<sup>45</sup> A acusação do perremista concentrava-se no fato de ficarem os diretórios municipais — aos quais, de fato, se referia quando usava o termo “massas” — alheios à discussão de um acordo político daquela natureza. É interessante a inversão da posição do PRM, que enquanto partido dominante no estado implementava uma prática política excludente, pautando-se num tipo de dominação absolutamente vertical. Entretanto, na medida que era aquele o momento preciso de delimitar o espaço político do partido na esfera do poder estadual e pelo fato de se encontrar na oposição — jogando portanto com condições desfavoráveis —, clamava por uma forma mais “liberal” de atuação, na expectativa de que com ela seria beneficiado, já que tinha ligação política consolidada com os municípios. Francisco Campos, por sua vez, defendia a procedência da formação do novo partido, na forma como estava sendo encaminhada, bem como seu possível êxito.

O Partido Social Nacionalista foi também insistentemente denominado Frente Única Mineira, tanto pela imprensa como por políticos da época. Todavia essa caracterização merece ser discutida, sob pena de incorreremos no equívoco de identificar essa “fusão” com as ocorridas em outros estados e que resultaram, essas sim, em frentes únicas (basicamente as de São Paulo e do Rio Grande do Sul).

A especificidade da frente mineira consistiu no fato de se congregarem, numa organização, dois focos partidários com propostas e posi-

ções políticas bastante díspares diante da constituição do governo revolucionário. Se em São Paulo e no Rio Grande do Sul formaram-se frentes únicas para pressionar o Governo Provisório no sentido da constitucionalização do país, procurando com isso abrir espaço para a manifestação das oligarquias, no caso mineiro a frente única foi não só "promovida" pelo Governo Provisório como definida por uma composição heterogênea e de difícil coesão. Ressalte-se que a orientação da legião em Minas era marcada pelo radicalismo de Francisco Campos, razão pela qual foi alvo de críticas contundentes e sérias a nível nacional, inclusive do próprio Osvaldo Aranha, um dos seus idealizadores.

O formato político-institucional que o Governo Provisório vinha tomando depois da vitória do movimento armado de 1930 era o fundamento da reação das oligarquias, que naquele contexto foram restringidas em sua participação no jogo político. (Referimo-nos basicamente às oligarquias representadas pelos Partidos Democrático de São Paulo, Republicano de Minas Gerais e Republicano e Libertador do Rio Grande do Sul.) Sua representatividade no Governo Provisório estava sendo freada pela presença dos tenentes, que nesse primeiro período (1930/32) detinham um controle fundamental sobre a máquina do Estado. Buscando recuperar a hegemonia, as oligarquias desencadearam todo um processo de campanha e de pressão pela volta do país ao regime constitucional, processo que possibilitaria a reativação de seus instrumentos políticos antigos e abriria um campo de atuação política fechado com a nova ordem dominada pelos tenentes. A essa luta adere o Partido Republicano Paulista, que desde o início constituiu-se no alvo do movimento revolucionário, por materializar um tipo de domínio contra o qual tanto os tenentes quanto as oligarquias dissidentes se batiam.

Oligarquias e tenentes chegaram, em 1932, ao cume de seu confronto, e a manifestação de suas divergências foi canalizada pelas oligarquias para a discussão pública da necessidade imperiosa da volta do país à normalidade constitucional. A constitucionalização acabou por se transformar num debate nacional, presente na ordem do dia dos órgãos de imprensa. A volta à legalidade, ao mesmo tempo que mobilizou a opinião pública brasileira, forçou uma definição dos políticos detentores de cargos no Governo Provisório. Em torno desse debate, também os tenentes estavam divididos. Alguns, como José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas, e Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, mantinham uma posição de conciliação com as oligarquias, defendendo a abertura gradual do processo de constitucionalização. Outros, como a ala majoritária do Clube 3 de Outubro, posicionavam-se contra a constitucionalização imediata do país.

O problema consistia nos riscos que, para os tenentes, uma abertura imediata do processo de constitucionalização poderia trazer, já que as



oligarquias tinha garantidas suas bases de apoio, uma vez que, mal ou bem, detinham o controle organizacional dos partidos regionais. Para os tenentes, a questão residia na definição de uma estratégia de conquista de uma base social de apoio político. Daí a posição mais moderada de alguns, que tentavam ganhar tempo com o estabelecimento de prazos graduais para a efetivação do processo de constitucionalização, e a posição radical de outros, que rejeitavam peremptoriamente a constitucionalização. Enquanto setores das oligarquias chegavam a preconizar a volta à Carta de 1891, José Américo de Almeida defendia, na imprensa,<sup>46</sup> um processo mais lento que evitasse toda a sorte de abusos e crimes políticos que outrora ocorriam.

Na frente mineira, portanto, tentavam-se congregar dois grupos com expectativas contraditórias frente à consolidação do governo revolucionário. O exemplo típico da fragilidade ideológica dessa congregação foi a iniciativa da facção bernardista, diante do movimento pela constitucionalização, ainda quando integrante da frente única mineira. Em abril de 1932, inicia-se todo um processo de articulação entre Minas e São Paulo em prol da normalização constitucional. A facção de Bernardes, naquele momento, apoiou incondicional e radicalmente a iniciativa pela Revolução Constitucionalista de 1932, na esperança de restaurar um poder que sentia fugir-lhe das mãos.

À nomeação de interventores tenentes, o estado paulista reagia politicamente com a formação de uma frente única dos Partidos Republicano e Democrático, clamando por um governo "paulista e civil". O Rio Grande do Sul via-se inflamado pelo episódio dos demissionários de março de 1932, uma reação contra a violenta interferência dos tenentes no processo decisório nacional, que retirou dos políticos gaúchos a fatia do bolo que contavam poder saborear com a vitória da Revolução de 1930. Mas a frente mineira, pela própria natureza contraditória de sua composição e pela maneira como se viu formada — não por iniciativa das forças regionais, mas do Governo Provisório —, não se impunha no cenário nacional por uma posição definida e compacta.

A indefinição da frente mineira refletiu-se nos avanços e recuos do governo estadual diante da causa constitucionalista, que tinha as oligarquias gaúcha e paulista na vanguarda. O governo mineiro, inicialmente, chegou a endossar o movimento em prol da normalização constitucional do país, afirmando que não defenderia a ditadura com a tropa estadual, caso São Paulo e Rio Grande desencadeassem a luta. Embora não deixasse de significar um apoio, esta decisão era bastante distinta da posição das frentes gaúcha e paulista, constituídas para pressionar francamente o Governo Provisório. Já no momento inicial, portanto, a participação de Minas definiu-se mais moderadamente, abrindo margem a possíveis negociações futuras. Nesse contexto, uma estratégia de rea-

proximação com o chefe do governo mineiro figurava-se extremamente eficaz ao Governo Provisório. Entretanto Olegário Maciel oscilava entre duas possibilidades: ou compunha com os bernardistas, um forte setor da oligarquia, e com isso apoiava a causa constitucionalista, ou aliava-se ao governo federal, atuando como mediador entre as forças radicais e o Governo Provisório.

Em abril de 1932, um emissário da Frente Única Gaúcha (FUG), o republicano Glicério Alves, viajou a Minas portando duas cartas — uma de Borges de Medeiros a Artur Bernardes e outra de João Neves da Fontoura a Antônio Carlos de Andrada — que solicitavam do estado mineiro um apoio mais enérgico ao Rio Grande, através de palavras e atos públicos.<sup>47</sup> Reivindicavam mais: que Minas se alheasse do Governo Provisório no que dizia respeito à recomposição ministerial, não aceitando a pasta da Justiça.<sup>48</sup> Ao lado da pressão dos partidos gaúchos por uma adesão mais contundente do governo mineiro, havia toda uma série de iniciativas de Vargas para garantir uma posição moderada de Minas, absolutamente indispensável para controlar os efeitos da correlação de forças estaduais contrárias ao Governo Provisório.

A radicalização da luta entre as oligarquias e o governo federal, identificado por elas com o tenentismo, pode ser percebida pelas declarações à imprensa dadas por João Neves da Fontoura, o “embaixador da FUG”: “... a Ditadura governava à margem dos partidos; agora são os partidos que puseram a Ditadura à margem”.<sup>49</sup>

Aos partidos interessava que o governo federal decretasse imediatamente a data do pleito eleitoral. Se isso se desse, as frentes únicas se destinariam a preparar a Assembléia Nacional Constituinte. Caso contrário, a posição da FUG seria a de “forçar o país a constitucionalizar-se”.<sup>50</sup> O Rio Grande contava com todo o apoio da oligarquia paulista no que se referia à radicalização da luta. Diante da crescente aliança entre os dois estados, Minas emergia como o fiel da balança, uma força política que poderia garantir ao governo central um apoio decisivo no controle de um possível conflito emergente.

O governo federal agiu no sentido de demover o governo mineiro a integrar-se às frentes gaúcha e paulista. Olegário Maciel, na qualidade de mediador entre o Governo Provisório e a frente mineira, obteve da última a seguinte definição: 1) a frente única mineira apoiará o Governo Provisório no que precisar para sua estabilidade e para a reconstrução política do país; 2) para a estabilidade do governo, a frente mineira julga da maior importância a coordenação das correntes políticas constituídas pela opinião rio-grandense, pela chamada “esquerda revolucionária”<sup>51</sup> e pela do povo paulista, em torno do Governo Provisório e; 3) para obter tal coordenação a frente única mineira escolhe, dentre os seus membros, Venceslau Brás, Artur Bernardes e Virgílio de Melo

Franco, sendo o primeiro para São Paulo, o segundo para o Rio Grande e o último para agir junto à “esquerda revolucionária”.<sup>52</sup>

Os elementos escolhidos espelhavam a heterogeneidade com que era composta a frente única mineira. Venceslau Brás, apesar de ter raízes na oligarquia, depois de 1930 vinha assumindo uma posição de conciliação entre forças legionárias e oligárquicas. Aderira à Legião de Outubro e apoiara decididamente o governo estadual no “18 de agosto”, tentando fortalecer Olegário Maciel junto ao Governo Provisório, com Antônio Carlos e Francisco Campos. Entretanto, fora também um incentivador da adesão de Minas à causa constitucionalista, contrariado com a posição do governo mineiro de colocar a Força Pública à disposição de Vargas para combater o movimento paulista, em julho de 1932. Para ele, Minas estaria rompendo o compromisso firmado de que não interviria militarmente caso eclodisse o movimento armado em São Paulo: “Não posso crer nessa notícia por ser contrária às afirmações do amigo... São Paulo é permanente, os chefes do governo, constitucionais ou não, são efêmeros...”. Na mesma carta Venceslau Brás alerta o presidente Olegário Maciel para o descontentamento que o regime inconstitucional estava gerando no pafs:

“... Não se iluda, meu caro Olegário, a Nação quer a Constituinte no menor prazo e está cansada de ser ludibriada. Seu sentir e seu pensar estão com a Revolução de São Paulo. O presidente Getúlio Vargas não correspondeu às esperanças do Povo Brasileiro e não se manterá no Governo, quaisquer que sejam os esforços, violências e atentados que cometa, os quais só poderão apressar a queda que é fatal”.<sup>53</sup>

Ainda que tenha defendido uma posição de não-enfrentamento com São Paulo, Venceslau Brás permaneceu circunscrito aos limites das decisões oficiais, o que não se deu com Artur Bernardes, que era o representante mais puro da oposição ao Governo Provisório e do esforço oligárquico de recuperação do controle político estadual. Dos três elementos, era o mais estreitamente vinculado à posição de radicalização da luta política contra o domínio tenentista. Levou às últimas conseqüências o propósito de lutar pela recuperação do jogo político oligárquico e, independente da posição oficial da frente única mineira, aderiu à Revolução Constitucionalista, sofrendo as conseqüências políticas dessa adesão.<sup>54</sup> Para ele, essa revolução significava a possibilidade de recuperar o poder perdido na esfera decisória do governo estadual. Entretanto, para que tal acontecesse, era preciso que a coligação entre Rio Grande e São Paulo fosse nacionalmente vitoriosa. Era um jogo para ganhar ou perder decisivamente, daí o cunho radical da posição bernardista. No caso de Venceslau Brás, o

quadro era bem outro. Desempenhando um papel de coordenador de forças em oposição, não corria o risco de perder espaço para sua futura atuação.

O terceiro elemento, Virgílio de Melo Franco, filiado à corrente tenentista, era o político mineiro com maiores possibilidades de acesso aos tenentes. Era um candidato potencial desse grupo à interventoria mineira.<sup>55</sup>

Dessa forma, a Revolução Constitucionalista de 1932 marcou, em Minas Gerais, o início de um processo de reorganização mais efetiva e consistente das forças políticas e também a afirmação do chefe político do governo, Olegário Maciel, como *interventor*. Foi ainda o desfecho do movimento revolucionário de 32 que elucidou, com uma clareza meridiana, a instabilidade de um “acordo” que não resultou verdadeiramente *nem numa frente única*, pelas razões expostas até aqui, *nem num partido político*, dadas as disparidades e divergências das facções que o compuseram.

Do ponto de vista regional, o controle da guerra civil paulista pelo governo central favoreceu um processo extremamente importante de reaglutinação das forças em torno do governo estadual: o enfraquecimento de uma forte facção oligárquica, a bernardista, pela exclusão de seu chefe do país. Foi esse processo que facilitou a reorganização partidária mineira pós-32 e a composição de um novo partido — o Partido Progressista —, que não enfrentaria mais, dentro de seus quadros, uma facção oposicionista com um peso político como a de Artur Bernardes. Os limites da nova composição partidária foram bem mais precisados: já não se tentaria congregiar numa só agremiação todas as forças políticas do estado. A falência da tentativa de uma aglutinação desse tipo transformara-se numa experiência árdua que se deveria levar em conta.

Foi com o Partido Progressista (PP), fundado em janeiro de 1933, que Olegário Maciel conseguiu finalmente, transcorridos três anos de governo, consolidar uma base social de apoio político. E ainda, foi com o PP que se viu recomposta em Minas Gerais a unidade entre o chefe do partido situacionista e o chefe do governo estadual.

Em grande parte, foram os ex-componentes da Legião de Outubro (vindos do PRM ou não) que integraram o Partido Progressista, mas agora com outra proposta. Tratava-se de um partido de fortalecimento e coesão das forças regionais, mas que aceitava uma boa dose de federalismo. Prevalecia portanto a ideologia de manutenção das “tradições democráticas” de Minas, desta feita defendida pelos próprios ex-legionários.

Da Legião de Outubro guardou-se, na memória dos políticos mineiros e de historiadores, uma lembrança tênue: somente os figurantes permaneceram e algumas referências pitorescas de seu comportamento na nova agremiação. Acreditamos porém que, mais do que uma figuração, a legião foi responsável por todo um movimento político iniciado em Minas Gerais que acabou definitivamente com o predomínio do PRM no estado. Além disso, influenciou no processo de reorganização partidária do estado, que

resultou na formação de um partido com características distintas das suas e das do Partido Republicano Mineiro. O Partido Progressista, como “partido do interventor”, guardará uma relação de compromisso com o governo central que o PRM não conhecera.

O PRM, entretanto, sobrevive no estado, embora, daquele momento em diante, circunscrito à oposição. Como tal, irá atuar ainda com bastante vivacidade, tentando inclusive influenciar nas eleições de 1934 para recolocar Bernardes no poder estadual, mas sem sucesso.

## 2. A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

“Na Primeira República, e mesmo até 1937, a política nacional era a política dos governadores. Cada governador tinha o seu partido, partido forte e coeso, e o dirigia com mão influente. Os principais governadores, ou todos eles, formavam, em torno do Presidente da República, uma corrente compacta de solidariedade e apoio. O Presidente da República podia governar com tranqüilidade, dispondo, no Congresso, para apoiá-lo, de uma maioria fiel, reflexo dos situacionismos estaduais. Mas a política dos governadores desapareceu depois de 1945.”

Gustavo Capanema

Iniciamos uma reflexão, na parte anterior deste trabalho, sobre a posição das correntes políticas mineiras em face do processo de constitucionalização. Demonstramos que tal posicionamento denunciava a fragilidade e a inconsistência ideológica da frente única mineira, resultado do “acordo” estabelecido entre as forças políticas do estado. A participação de Minas na revolução paulista explicitou, com bastante clareza, as posições divergentes das correntes desse estado diante do processo de reorganização política do país. Foi também a Revolução Constitucionalista que, decisivamente, delineou o reaglutinamento das forças mineiras, influenciando fundamentalmente no processo de reorganização partidária do estado.

Uma das importantes consequências políticas da Revolução de 32 foi ter evidenciado a impossibilidade de aglutinar, numa mesma agremiação, forças políticas inconciliáveis. Nesse sentido, a Revolução de 32 elucidou a falência da tentativa de se pretender estabelecer um consenso entre forças políticas divergentes por meio da formação de uma agremiação única.

Com o enfraquecimento da facção oligárquica bernardista, pela exclusão de seu chefe do cenário político estadual e nacional, o governo mineiro comandou um processo de reorganização partidária, já com vistas à Constituinte. Não mais se tentou incorporar o PRM ao partido situacionista formado (o Partido Progressista), e do final de 1932 em diante o PRM atuou como um partido de oposição.

“...Sofrendo dois duros reveses, no espaço de um ano — o 18 de agosto de 1931 e a Revolução Constitucionalista de 1932 —, o PRM estava com o seu prestígio à beira do colapso. Só iria sobreviver à têmpera de sua gente e de seus líderes. Demais, já agora outro fato vinha atingi-lo de cheio: o exílio de Bernardes, Djalma e Mário Brant, que eram suas figuras exponenciais. E como se tudo isso ainda não bastasse, Getúlio acabava de lhes cassar os direitos políticos, por um período de três anos...”<sup>168</sup>

## 2.1. *O Partido Progressista mineiro*

O enfraquecimento das forças perremistas e a desarticulação das situacionistas abriu um espaço de indefinição, justamente no momento crucial em que os partidos se organizavam para a conclamação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Esse contexto de fraqueza e de indefinição possibilitou a intervenção de Vargas no sentido de controlar o novo processo de reorganização partidária. O instrumento processual dessa intervenção foram os interventores, que agora, mais explicitamente, passaram a atuar como mediadores entre o governo central e as forças regionais. É sob essa égide que se erguem os novos partidos situacionistas estaduais, e é dentro desse novo tipo de relação entre estados e poder central que se deve situar e compreender a formação do Partido Progressista mineiro (PP), que guardou algumas especificidades que o distinguiram do Partido Republicano Mineiro. Em primeiro lugar, foi formado já com vistas à Constituinte, numa conjuntura em que, a nível estadual, haviam fracassado as tentativas de aglutinação das forças políticas locais. Em segundo lugar, como consequência desse fracasso, o PP representou a oportunidade de se ver instituída em Minas uma base social de apoio político-partidário ao presidente/interventor do estado, já que nem o PRM nem a Legião de Outubro haviam suprido essa necessidade. Em terceiro lugar, apesar de o PP ter suas bases de formação no modelo de organização partidária da República Velha — guardando as características de um partido regional e comportando-se dessa forma quando atuando em esfera nacional —, constituiu-se num partido de novo tipo pelas ligações de “dependência” que guarda com o poder central. É essa especificidade que nos permite

enunciar o quarto ponto, que é a vinculação específica desse partido com o interventor. O contexto político estadual no final de 32 e início de 33 favoreceu de forma privilegiada um processo de intervenção federal na reorganização partidária dos estados, pela perda de autonomia dos partidos que atuaram anteriormente.

Além disso, o novo partido explicita o posicionamento das forças regionais, uma vez que não congrega em seu corpo elementos integrantes da oposição ao governo do estado, que se aglutinam em torno do PRM, definindo-se publicamente como oposição aos governos municipal, estadual e nacional. O PP favoreceu objetivamente a ascensão política daqueles elementos que, como Antônio Carlos de Andrada, Venceslau Brás, Ribeiro Junqueira e, em certa medida, Virgílio de Melo Franco, na conjuntura de 30 a 32, agiram de forma a não fazer frente ostensiva nem ao Governo Provisório nem ao governo estadual.

Conquanto o Governo Provisório demonstrasse claramente seu empenho no sucesso do novo empreendimento, também aos políticos regionais o PP emergia como uma saída para os impasses de desestabilização política com os quais o estado vinha penosamente convivendo desde o final de 1930. O Partido Progressista mineiro vai principalmente revelar, não obstante sua vinculação ao governo central, uma vitória da oligarquia desse estado. Se excluiu o PRM por ser um foco de resistência e oposição ao governismo, manteve no corpo de suas proposições princípios oligárquicos por excelência, com a particularidade de não estarem, em sua totalidade, vinculados à experiência da República Velha. As características oligárquicas e regionalistas que transluzem no texto do programa do PP não nos autorizam a qualificá-lo como “passadista”.

Se a manutenção da oligarquia enquanto força política dependia da preservação de alguns postulados que foram introduzidos no programa do PP, são notáveis também as reformulações que inevitavelmente esse partido teve que incorporar, dada a especificidade do momento histórico. Alguns itens do programa do partido demonstram claramente a caracterização feita acima:

“(...) Manter a forma republicana de governo, sob o regime presidencial, com as *limitações necessárias para obstar o abuso do poder* (...)”

“Realizar a organização do Brasil sob a *forma federativa* (...)”

“Fazer efetiva a responsabilidade do presidente da República e seus ministros, a dos chefes do governo estadual e seus secretários e dos administradores municipais (...)”.<sup>57</sup>

A preservação do espaço de influência política, tanto para o estado de Minas como para a oligarquia, vem acompanhada de uma redefinição

da autonomia da classe política dirigente. Um dos calorosos debates na Assembléia, liderado pelo parlamentar progressista Odilon Braga, consistirá na crítica à hipertrofia do Poder Executivo no Brasil, um processo que, para ele, teve sua origem e consolidação no desenrolar da "política dos governadores".

As medidas de controle do Executivo, se implementadas, viabilizariam o fortalecimento do Poder Legislativo, bem como a melhoria do processo de representação política extremamente corrompido e viciado pela experiência da República Velha. Esse vai ser o outro campo do debate político sobre o qual a bancada mineira como um todo (PP e PRM) discutirá ativamente. Essa questão também está presente no programa do partido situacionista mineiro: "(...) Garantir a pureza do alistamento, o voto secreto e a verdade da eleição, de modo que se assegure legítima representação proporcional". "(...) Submeter o processo eleitoral e o reconhecimento de poderes ao critério exclusivamente jurídico, com a cooperação predominante do Poder Judiciário (...)".

Reservamos uma sessão do presente trabalho para a análise mais minuciosa desse debate na Assembléia. O importante aqui é fixar que, já na formação do partido, fica explícita a preocupação de delimitar alguns pontos sobre os quais a representação partidária mineira permanecerá intransigente, e algumas linhas que aproximam significativamente os dois partidos. Garantir o federalismo, o processo de representação — que sobremodo privilegia o estado de Minas Gerais e ainda, no nível político, a autonomia municipal —, mesmo que introduzidos mecanismos de regulação de sua administração,<sup>58</sup> tudo isso avizinha ideologicamente o PP do PRM.

No capítulo referente à Ordem Econômica, o destaque é para as questões que diretamente atingem o foco da produção e da renda estadual. O PP reivindicará, por exemplo, o barateamento do custo da produção do café; um maior aproveitamento do subsolo, de forma a conciliar os interesses da nação com a exportação de minérios e minerais de valor comercial; a expansão do crédito agrícola; a extinção de impostos interestaduais e intermunicipais, com o objetivo de eliminar os embaraços à livre circulação; a redução gradativa dos impostos de exportação por outros, de preferência pelos diretos; e a organização de um sistema tributário com a nítida distribuição de rendas entre a União, os estados e os municípios, abolindo-se, tanto quanto possível, a competência conjunta em matéria de impostos.

O fato de ter sido o programa do PP formulado em um momento historicamente marcado por uma crise econômica e política nacional confere a ele uma acentuada especificidade pragmática. Além disso, são essas diretrizes programáticas que vão nortear a atuação da representação situacionista mineira na Constituinte — instante privilegiado para selecionar



e definir os aspectos que qualificariam a nova organização sócio-política. É a hora de explicitar, o mais possível, os interesses regionais de forma a que habilmente se transformem, no Parlamento, em metas nacionais. Através de instrumentos de natureza fiscal prevê-se o estabelecimento de medidas de cerceamento da ação do Executivo. "... Tornar efetiva e rigorosa a prestação de contas do presidente da República, bem como dos chefes dos governos estaduais e municipais, dando-se a elas a maior publicidade..."

Finalmente, ainda na tentativa de minimizar a excessiva influência dos governadores, no programa do PP há um item referente à ordem jurídica, segundo o qual a magistratura ficaria descomprometida do livre-arbítrio dos chefes de estado. "... Organizar a justiça, estabelecendo-se o melhor processo de investidura dos magistrados, assegurando-se-lhes a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade dos vencimentos, facilitando-se-lhes a cultura técnica e dando-se ao poder judiciário aparelhamento material adequado". Também essa é uma matéria sobre a qual a bancada mineira se notabilizará vitoriosamente nos debates constitucionais, como demonstraremos adiante.

Em fevereiro de 1933, inicia-se, no estado de Minas Gerais, todo um processo de mobilização de ambos os partidos com vistas ao pleito eleitoral, marcado para 3 de maio. Nos municípios, o partido situacionista promove a organização de seus diretórios políticos, na tentativa de consolidar cada vez mais suas raízes no seio da opinião pública mineira, ou seja, no esforço de se legitimar como partido da representação oficial.

O PRM também se rearticula. A 11 de março, reúne-se para eleger o novo diretório central visando definir uma estratégia de atuação política de forma a que possa, mesmo na oposição, eleger deputados que o representem na Constituinte. O golpe avassalador recebido pelo PRM com a eliminação de Bernardes do cenário estadual certamente contribuiu para dificultar uma ação política mais incisiva na preparação das eleições. Mesmo assim, pelo resultado eleitoral tem-se que reconhecer o empenho e a resistência do perremismo, que apesar de lutar em condições as mais adversas conseguiu eleger seis deputados para a Constituinte.

São esses os resultados eleitorais em Minas:

Número de eleitores	311 374
Número de votantes	265 147
Número final de votos apurados	245 344
Número de candidatos	142
Número de deputados eleitos	37
Quociente eleitoral	6 630

Fonte: Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, in *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1933-34, vol. 12 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934-37), p. 292.

É essa a distribuição de deputados por partidos políticos:

Partidos políticos	N.º de deputados eleitos
Partido Progressista	31
Partido Republicano Mineiro	6
Total	37

Como “partido do interventor”, o PP teve sua estruturação assentada numa combinação conflituosa: baseara-se nos fundamentos de uma proposta centralista (controle da organização política regional pelo poder central), sendo composto por elementos oriundos da ordem oligárquica. Os vínculos com o poder central não desfizeram, no Partido Progressista, a fidelidade à tradição oligárquica, porquanto mantinha-se firme na defesa da ampla autonomia estadual.

Em 10 de agosto de 1933, a comissão executiva do PP reúne-se com todos os deputados eleitos, contando com a presença do presidente Olegário Maciel, para definir as diretrizes que a bancada progressista mineira sustentaria na Constituinte. Os pontos fundamentais definidos nessa reunião nos autorizam a confirmar o compromisso do partido com alguns princípios próprios da República Velha: *defesa da manutenção do regime federativo e da autonomia dos estados*, salvo no que se referia às negociações de empréstimos estrangeiros; proposta de instauração de um regime representativo com duas Câmaras eleitas pelo sufrágio universal e popular; posição contrária à representação de classes na Assembléia Nacional Constituinte e favorável à eleição do presidente da República através do voto popular; finalmente, defesa da dualidade da Justiça.<sup>69</sup>

Na verdade, eram os “velhos políticos” mineiros que em grande parte compunham o Partido Progressista. Se combateram Artur Bernardes imediatamente depois da Revolução de 30, fizeram-no menos por crítica à estrutura de poder oligárquico do que com o propósito de esvaziar a força política de uma facção que dificultava a ascensão de outras. O combate à facção bernardista naquela conjuntura significou o estabelecimento de uma aliança com o governo estadual, e durante o movimento de 32 com o governo central, o que era extremamente conveniente para a reorganização das forças políticas no Partido Progressista. Venceslau Brás e Antônio Carlos acabarão por se transformar em figuras exponenciais do novo partido.

O Partido Progressista, nesse sentido, esteve bastante comprometido com uma estrutura regionalista de poder. Quando publicadas nos órgãos

de imprensa as diretrizes que a bancada mineira defenderia na Constituinte, houve uma certa reação, que apontava um “recuo” do PP.<sup>60</sup> Tudo se passava como se o PP, na qualidade de um partido de novo tipo, estivesse recuando em seus propósitos, comportando-se como na República Velha. Entretanto, apesar de guardar especificidades importantes, o PP mantinha ainda um compromisso com a velha estrutura regional de poder.

O fato é que se no primeiro momento o PP pode ser comparado à Legião de Outubro pela intervenção do poder central em sua formação, distinguiu-se substancialmente dela por uma composição mais veiculada às forças regionais. A evidência do comprometimento do PP com uma estrutura tradicional de poder não escapou à crítica e observação de alguns políticos, como Afonso Arinos de Melo Franco, defensores de um projeto de centralização do Estado. Numa carta a Osvaldo Aranha, em agosto de 1933, Afonso Arinos sugere a candidatura de Virgílio de Melo Franco à presidência da Assembléia com argumentos dessa ordem:

“... Ora, Dr. Osvaldo (e este é o ponto a que quero chegar), Minas está hoje governada por uma geração que não pode deixar de exprimir as idéias, que contam com a sua inclinação sentimental, e que são, sem discrepâncias, idéias fracassadas. Homens como os Srs. Olegário Maciel, Venceslau, Ribeiro Junqueira, Antônio Carlos não podem deixar de estar pela ampla autonomia estadual, pela pilhéria do sufrágio universal, contra a representação de classes, contra, enfim, qualquer intervenção do Estado na esfera individual...”

... Nessas condições, se o senhor, ou o chefe do Governo, quiserem manusear uma antologia reacionária... não há senão que estudar os pontos capitais do programa do partido dirigente de Minas Gerais, cujas decisões são impostas pelos conspícuos varões supracitados...”<sup>61</sup>

A decisão do PP de defender diretrizes federalistas na Assembléia Nacional Constituinte mereceu inclusive a aprovação e a concordância do PRM, o que parece fundamentar o caráter regionalista que ainda prevalecia no partido do governo estadual.

Apesar de ter enfraquecido as oposições radicais, com a exclusão de seus líderes do cenário político, o Governo Provisório corria o risco de, em abrindo os debates na Constituinte, não poder controlar as inúmeras manifestações das forças que a comporiam. Todo o processo de constitucionalização foi marcado por um jogo político onde as barganhas, os conchavos e os arranjos conduziram-se, por parte de elementos do Governo Provisório, no sentido de neutralizar as forças representadas pelos partidos constituídos em 33. As salvaguardas criadas pelo governo central não se restringiram ao controle das forças que se colocavam fora da

Constituinte, tentando organizar conspirações. Foram também criadas para neutralizar problemas que se originavam na participação dos próprios partidos regionais na preparação dos trabalhos constitucionais.

O mês de agosto de 1933, por exemplo, foi marcado por viagens freqüentes de líderes da maior expressão nacional a Belo Horizonte, tanto para discutir a presidência e a coordenação política da Assembléia Nacional Constituinte, como para se tentar o estabelecimento de um acordo entre os dois partidos, o Progressista e o Republicano, de forma a que se obtivesse um consenso na Constituinte, evitando um enfrentamento que pudesse enfraquecer ou prejudicar a unidade da bancada.

A caravana de políticos do mais alto escalão federal a Minas, em agosto de 1933, constituiu-se apenas no desenrolar de um processo que se iniciara em abril do mesmo ano: o reconhecimento, pelo Governo Provisório, do papel de Minas na *coordenação* dos trabalhos constitucionais. Nesta ocasião, realiza-se na Chácara da Floresta, perto de Juiz de Fora, uma conferência entre o chefe do Governo Provisório e o presidente de Minas, Olegário Maciel, com a finalidade de concluir os trabalhos de coordenação política que vinham sendo realizados desde o início desse ano.<sup>82</sup> O que estava em pauta era a reorganização partidária com vistas às eleições de 3 de maio de 1933. Não podendo contar com São Paulo, recém-vencido militarmente, o Governo Provisório não poderia prescindir do apoio de Minas como condição indispensável para garantir uma coordenação dos trabalhos constitucionais, o que quer dizer, para manter disciplinada a maioria na Assembléia.

O próprio deslocamento do chefe da nação a Minas para tratar pessoalmente com o presidente daquele estado as questões políticas do momento já denota a importância da adesão e da aprovação mineiras aos princípios doutrinários da União Cívica por não irem ao encontro do programa político do governo federal. Problemas os mais delicados foram lá discutidos: a coordenação dos novos partidos políticos na União Cívica Nacional; a presidência da Assembléia; a eleição de Vargas; a atuação da bancada na Assembléia etc. Se o presidente do estado resistiu a alguns programas do PP, por outro lado assegurou um apoio incondicional ao chefe do Governo Provisório. Na qualidade de presidente do partido situacionista mineiro, Antônio Carlos comprometera-se com a eleição de Vargas desde abril de 1933. E mais, configurou-se aí a importância do apoio do governo Olegário Maciel, tanto no que dizia respeito ao bom andamento dos trabalhos constitucionais, quanto ao sucesso do projeto de continuísmo da política varguista.

A intensa movimentação política do mês de agosto em direção ao estado mineiro foi comentada na imprensa como *marca da rentrée* de Minas "nos complicados mundos da política oficial".<sup>83</sup>

Depois de um longo estágio na antecâmara dos acontecimentos, a capital mineira tornou-se, na linguagem jornalística, "o melhor ponto de referência para a compreensão da barafunda partidária que vai pelo país". O jornal acrescenta, apropriadamente, que desde a Conferência da Chácara da Floresta vinha Minas Gerais influenciando na política da ditadura.

É também marcante, nessa ocasião, a vertiginosa atividade de Virgílio de Melo Franco, pondo o Catete e o Palácio da Liberdade em contato permanente. Não é absolutamente descomprometido o empenho desse político para a obtenção de um entendimento entre as duas "casas". Na verdade, estabelecia-se, nos meios oficiais, uma inquietação pela atitude dos constituintes mineiros, que impugnavam na quase totalidade a matéria política aprovada pela subcomissão do Itamarati, particularmente nas questões referentes ao regime federativo, à autonomia estadual e municipal, à organização judiciária, à formação do Poder Legislativo e à eleição do presidente da República.

Virgílio de Melo Franco vai oscilar entre duas realidades, dificilmente conciliáveis: sua estreita ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referência política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado.

A importância da reação mineira ao anteprojeto não escapou ao comentário da imprensa, que maliciosamente caracteriza o momento político como um retrocesso: "(...) os círculos revolucionários, da chamada ala outubrista (...) receberam com desagrado a tese montanhesa, acentuando, com amargura, que em Minas não ocorreu revolução (...). Ainda agora, com o episódio da escolha do futuro presidente da República, ficou mais uma vez demonstrado que estamos vivendo apenas uma nova etapa da política dos governadores (...)".<sup>64</sup>

Não obstante o compromisso assumido por Olegário Maciel de apoiar o continuísmo de Vargas, as posições que o governo mineiro vinha defendendo pela voz do partido oficial não deixavam dúvidas sobre a intransigibilidade que a abertura da Constituinte poderia gerar. Era preciso não só reativar as articulações com o oficialismo mineiro, como evitar o acirramento de um confronto entre os dois partidos de Minas Gerais que pudesse ameaçar a unidade da bancada na Assembléia.

Essa última possibilidade fora minimizada com as declarações do PP, defendendo uma estratégia política essencialmente regionalista. O PRM não relutou em apoiar a indicação, em agosto de 33, do nome de Antônio Carlos para a presidência da Assembléia Nacional Constituinte.<sup>65</sup> O partido de oposição pôde superar divergências regionais, apoiando a candidatura do líder do PP pela possibilidade de ver fortalecida, em nível nacional, sua diretriz política básica. Essa coesão partidária pode ser pensada ao mesmo tempo como uma força e uma ameaça para o Governo Provisório.

Se por um lado evitaria divergências na Constituinte que poderiam ser prejudiciais ao controle da Assembléia, por outro poderia constituir-se na formação de um bloco coeso na defesa de certos princípios regionalistas vinculados à política tradicional da República Velha, caso o Partido Progressista insistisse em manter, integralmente, as diretrizes enunciadas publicamente.

Aparentemente, o fato de o PP ser o “partido do interventor” poderia favorecer uma reorientação de sua posição política, aceitando algumas diretrizes centralizadoras. Entretanto Olegário Maciel, além de representante do poder central no estado, era um político comprometido com a oligarquia e, nesse sentido, tinha nela uma sólida base de sustentação. O Partido Progressista foi sua primeira base coesa de apoio, naquele momento garantindo-lhe a estabilidade e a manutenção no poder. Se como presidente/interventor não poderia dispensar o apoio do chefe do Governo Provisório, como chefe político do estado não poderia abrir mão do Partido Progressista.

É dentro dessa relação de compromisso entre o estado e o poder central, por um lado, e o chefe do estado mineiro e o partido situacionista, por outro, que se estabelece o jogo político. Esse jogo se desenvolve em um campo limitado de negociações, uma vez que o partido previamente definiu as fronteiras possíveis de transigência. O PP, por exemplo, reconsiderou sua posição com relação à representação classista na Assembléia, aprovando-a, mas não cedeu com relação à dualidade da Justiça.

Foi pela ligação explícita entre o presidente Olegário Maciel e o Partido Progressista e pela própria composição desse partido que Afonso Arinos de Melo Franco escreveu a Osvaldo Aranha criticando a indicação de Antônio Carlos para a presidência da Assembléia Nacional Constituinte, questão política que ocupou a ordem do dia dos debates no período de agosto a novembro de 1933. A essa indicação contrapunha o nome de Virgílio de Melo Franco:

“... Nem eu, nem os nossos amigos daqui (refiro-me aos amigos de Virgílio) temos nenhum interesse em que a presidência da Constituinte caiba a um mineiro.

Talvez o pleiteie o Rio Grande do Sul, talvez o bloco do Norte. Entretanto, é possível que o general Flores não se interesse por ela, por já ter patrícios na chefia e nos postos mais destacados do governo federal; que São Paulo mesmo, ou outras correntes (da ‘esquerda’) ponham empecilhos a que ela vá parar nas mãos de um paulista, e que o Norte também não consiga ser aquinhado. Nesse caso, é provável que ela venha a Minas, tanto mais que o senhor ministro Washington Pires... afirmou positivamente, em entrevista conce-

dida a um dos jornais que dirige, que Minas deve pleitear essa função para um de seus representantes.

Ora, este representante que o governo mineiro deseja é o Sr. Antônio Carlos. A ele contrapomos o nome de Virgílio.

...Seria uma derrota histórica, uma tremenda guinada do leme se a escolha recair sobre o Andrada. Seria, sobretudo, a orientação dos trabalhos no sentido das idéias que ele exprime imperativamente, a rala água com açúcar do liberalismo flor de laranja. A revolução, com uma Assembléia reacionária, iria no caminho do Thermidor, nas acomodações com o passado que infelicitou o Brasil e que ameaça ressurgir.

...O Brasil precisa de um Estado forte. E esse só os moços, que o sentem necessário, poderão criar...<sup>86</sup>

Todavia, era muito mais garantido para Vargas chegar a um bom termo estabelecendo uma aliança com um político que exprimia “imperativamente a rala água com açúcar do liberalismo flor de laranja”, pela faculdade que esse tinha de equilibrar as forças regionais francamente adeptas desse “liberalismo”, do que ameaçar a estabilidade com um elemento novo, ligado às forças tenentistas, que poderia gerar uma série de dificuldades num trabalho de coordenação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Além do mais, era essa Assembléia que elegeria o primeiro presidente constitucional do país. Virgílio de Melo Franco, se não era opositor de Vargas, era um franco aliado de Osvaldo Aranha, que se constituía potencialmente num forte candidato ao cargo político máximo da nação.

A intervenção de Vargas na reorganização política do estado mineiro com a formação do futuro “partido do interventor”, o PP, pode ser percebida na carta que o presidente Olegário Maciel lhe dirige, a 27 de novembro de 1932:

“Tenho em mãos a sua prezada carta de 18 do corrente, que me veio por nosso amigo Dr. Washington Pires (...). Tenho esperança de que se vai compor no Estado uma força partidária de grande autoridade que, afastando-se de todos os extremos, propugnará pela implantação no país das normas mais adequadas à sua índole, grandeza e prosperidade. Será, pois, um partido moderado como o é o eminente amigo, e, portanto, disposto a prestigiá-lo decididamente (...).”<sup>87</sup>

Esse documento explicita não só o envolvimento do interventor na formação do novo partido, estimulado pelo chefe do Governo Provisório, como a orientação programática que deveria marcá-lo. A posição “mo-

derada” que imprimiria o feitio do novo partido relacionava-se à frustrada tentativa, anteriormente esboçada, de reaglutinação das forças regionais para a formação de um futuro partido nacional. A liderança dessa movimentação coube a Virgílio de Melo Franco, que, apesar de ter sido instruído por Vargas, encontrou em Minas sérias resistências por parte dos “velhos políticos”. O depoimento de Virgílio a esse respeito é elucidativo das situações verificadas no estado e rico para uma análise do ocorrido posteriormente.

“De acordo com as instruções que do Sr. recebi, conversei longamente com o presidente Olegário e com o Capanema sobre a organização do futuro partido nacional (...). Quanto ao primeiro, recebeu até com entusiasmo a idéia. Acontece, porém, que o Antônio Carlos, de parceria com o Washington, está preparando um par de botas que dará, a meu ver, numa segunda *Legião*. É pensamento do Antônio Carlos organizar em primeiro lugar o partido mineiro, de cuja comissão executiva seremos excluídos todos os moços, com exceção do Capanema que, de resto, está também sendo hostilizado fortemente pelo Andrada. Ao presidente Olegário mandou o Antônio Carlos a seguinte lista para a comissão diretora do partido: Antônio Carlos, Wenceslau Brás, Ribeiro Junqueira, Washington Pires e Gustavo Capanema. Assim sendo, o partido mineiro organizar-se-á com a fina flor dos ‘carcomidos’ (...).”<sup>88</sup>

Essa carta explicita a natureza dos obstáculos que as oligarquias oporiam a uma política federal intervencionista na organização das forças estaduais. A decisão de formar um partido nacional restringia a iniciativa dessas forças no sentido de se organizarem autonomamente. Além de pertencer à “ala dos moços”, como ele próprio o define, Virgílio aparecia aos “velhos políticos” como um representante das forças tenentistas com as quais estava irmanado quanto a um processo político centralizador. Submeter-se à orientação federal, via liderança de Virgílio, significava para as forças oligárquicas abrir mão de uma autonomia política tradicionalmente mantida no estado mineiro.

O resultado do processo de reorganização partidária, que se consubstanciou na formação do PP, mostrou bem o tipo de acordo a que ambas as partes tiveram que chegar. Vargas abriu mão de uma incursão mais incisiva no estado, aprovando a aglutinação das forças oligárquicas, contra as quais não poderia contrapor-se decisivamente, e essas forças consentiram na formação de um partido com um grau de vinculação expressiva ao governo central, via interventor. É nesse sentido que se coloca a afirmação de Olegário Maciel com relação ao PP: “uma força partidária de grande autoridade, que afastando-se de todos os extremos, propugnará pela im-



plantação no país das normas mais adequadas à sua índole, grandeza e prosperidade".<sup>69</sup>

A proposta centralizadora e a puramente regionalista seriam os dois extremos. Situando-se na mediação desses extremos, o PP poderia ser ao mesmo tempo uma expressão das forças regionais e uma base segura de apoio ao governo central. Através do PP Vargas via não só assegurado um apoio ao Governo Provisório, como estabilizado o governo de Minas, com acomodação das forças estaduais e sua aglutinação em torno do interventor.

Enfeixando as reflexões feitas até aqui, poderemos dizer que Minas Gerais foi um estado no qual o tenentismo enquanto movimento organizado não teve penetração. A resistência oposta pelas forças regionais a essa incursão não impediu porém que a ideologia tenentista atingisse o estado. Numa primeira etapa, com mostras de nitidez, através da Legião de Outubro; numa segunda, já com evidências de um certo hibridismo, porque já mesclada ao pensamento e à prática oligárquica, através do "Acordo Mineiro"; finalmente, quase que totalmente depurada, sobrevivendo apenas algumas seqüelas, através do Partido Progressista mineiro.

No entanto, o equilíbrio mineiro seria bruscamente rompido com a morte de Olegário Maciel, a 5 de setembro de 1933. Rompido em um momento absolutamente crucial, quando já avançavam as negociações para a coordenação da Assembléia Nacional Constituinte. A morte de Olegário reabriu, em Minas Gerais, uma crise que estava contornada com a estruturação do PP. Além dos impasses existentes na organização política nacional, outro se abriu em setembro: o reequilíbrio estadual com a nomeação de um interventor para o estado, que politicamente responderia pela maior bancada da Assembléia.

## 2.2. *A crise de sucessão mineira*

"(...) O jogo de dividir, acirrar ambições e ódios, demorar infinitamente as soluções e, depois de ver todos gastos, fatigados, inermes, intervir com a decisão pessoal que é aceita com enfado, enjôo e desânimo, mas também com certo alívio."

*Afonso Arinos de Melo Franco*

"(...) Repito: Valadares Ribeiro é obra exclusiva de Getúlio que o conhece de bastante tempo e tem dele boas referências (...)."

*Antunes Maciel Jr.*

A morte de Olegário Maciel reabre todo um debate em torno da chefia de um estado de reconhecido peso político na esfera nacional. A disputa pelo seu controle contou com o empenho de atores os mais expressivos, que de uma forma ou de outra representavam facções do Governo Provisório. Pela primeira vez, a sucessão impunha-se como um fato irremediável. Não se tratava mais de enfrentar a presença de um homem no poder. A situação em 1933 distinguia-se fundamentalmente da do período imediatamente posterior à vitória do movimento armado de 1930 e do momento que correspondeu à tentativa de golpe, em 1931. Essa era a oportunidade privilegiada, para alguns, como Osvaldo Aranha, de inserir Minas no contexto revolucionário, e, para outros, como Flores da Cunha, de fortalecer ainda mais sua posição de influência dentro do governo federal.

Controlar esse estado ou nele ampliar uma área institucional de influência ganhava uma tonalidade ímpar, em 1933. No momento de abertura política e de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, Minas Gerais, além de um poderoso estado, era o portador da maior bancada. A Assembléia Constituinte iria não só elaborar e promulgar uma nova Constituição, como julgar os atos do Governo Provisório e eleger o primeiro presidente constitucional da República Nova.

A solução dada ao caso mineiro contrariou a expectativa de todos os que nele estavam envolvidos, inclusive a do próprio Partido Progressista, de onde foi retirado o novo interventor. A escolha e nomeação de Benedito Valadares Ribeiro para a interventoria de Minas Gerais foi uma decisão de Vargas, que não só neutralizou as duas facções nela interessadas como garantiu-lhe uma margem de controle extremamente eficaz sobre o estado, porquanto poderia contar com um delegado fiel na chefia do executivo estadual. Um delegado que, descomprometido com qualquer facção, poderia, com o apoio substantivo do chefe do Governo Provisório, arbitrar entre as forças estaduais, assegurando um pacto entre elas e o governo federal, a ambos conveniente.

Com a nomeação de Benedito Valadares, Vargas impede que Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, os dois mais cotados candidatos, assumam o controle do executivo estadual. De setembro a dezembro de 1933 — período no qual se prolongou a solução do caso mineiro —, alimentava-se a possibilidade de escolha de um ou de outro. Vargas, se não lhes assegurou explicitamente a interventoria, também não os desiludiu francamente, deixando sempre um campo aberto a possíveis negociações. Foi exatamente o fato de não ter assumido aberta e objetivamente nenhuma posição que permitiu ao chefe do Governo Provisório estender por 97 dias a solução do que já se transformara em um “impasse” mineiro.

Por ocasião da morte do presidente mineiro, Vargas viajava pelo norte do país com o propósito político de consolidar uma importante base

de apoio ao Governo Provisório, no momento da constitucionalização: o "Bloco do Norte". Por essa razão, o início das negociações em torno da nomeação do novo interventor mineiro fez-se por um processo intenso e praticamente diário de correspondência entre o ministro da Justiça, Antunes Maciel, e Getúlio Vargas. No dia da morte de Olegário Maciel, o ministro da Justiça telegrafa a Getúlio informando-o do apoio de Antônio Carlos, presidente do PP, à nomeação interina do secretário do Interior, Gustavo Capanema, para a interventoria.<sup>70</sup> Em resposta, Vargas autoriza a promulgação de um decreto determinando essa nomeação.

Desde o início, o processo de nomeação do novo interventor foi marcado por posições e opiniões que insistiam na indicação de um político que fosse mineiro, civil e membro do Partido Progressista. Tal demanda tinha como parâmetro a recente definição da crise paulista, com a nomeação de Armando de Sales Oliveira, "paulista e civil", o que sem dúvida fora uma conquista das forças regionais, através de sua aglutinação na Chapa Única.<sup>71</sup> Dar um tratamento diferenciado a Minas, um estado que vinha fazendo parelha com São Paulo, era abrir um precedente à geração de sérios descontentamentos difíceis de serem contornados. Há um telegrama de Antunes Maciel a Vargas que elucida claramente essa questão. Informa o ministro que as correntes mineiras começavam a agitar-se. Por isso, conviria, desde aquela data, atribuir ao diretório Progressista a faculdade de fazer a indicação para conter articulações mais perigosas.<sup>72</sup> A resposta de Getúlio Vargas já prenuncia a importância política da solução a ser dada, bem como seu processo de encaminhamento: "Não desejo abrir mão faculdade nomear pessoa minha confiança para interventor atribuindo diretório Progressista como também não quero sujeitar este a uma recusa caso faça indicação não me pareça conveniente."<sup>73</sup>

Vargas não fortaleceria as facções regionais, dando total autonomia ao Partido Progressista para a escolha do chefe político do estado, mas também não poderia abrir uma frente de conflito com as mesmas facções, desconsiderando o peso político daquele partido. Todas as negociações que se estabeleceram no intervalo de 5 de setembro a 12 de dezembro de 1933 foram orientadas no sentido de fortalecer o chefe do Governo Provisório, não criando impasses com o partido representativo da maior bancada na Assembléia Constituinte.

A imprensa carioca, em particular o *Diário de Notícias*, publicava notas freqüentes reforçando a prerrogativa dos mineiros de escolher seu novo interventor. A ênfase desse noticiário consistia na afirmação de que o chefe do governo poderia nomear quem quisesse, desde que fosse "mineiro, civil e progressista". Entretanto, havia com esses mesmos predicados pelo menos dois candidatos bastante cotados: Gustavo Capanema, portador de uma experiência política acumulada no governo Olegário Maciel e que poderia responder por um continuísmo oportuno para algu-

mas facções, e Virgílio de Melo Franco, já de projeção nacional pelo trabalho reconhecido e notório de participação no movimento revolucionário de 1930 e na formação do Partido Progressista.<sup>74</sup>

Se Gustavo Capanema mereceu a confiança e o apoio clamorosos do interventor Flores da Cunha, alegando a afinidade do secretário de Interior mineiro com a linha política dos gaúchos,<sup>75</sup> Virgílio de Melo Franco encontrava respaldo principalmente na pessoa do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha. Além do inflamado empenho de Aranha por sua nomeação, Virgílio contava também com um certo apoio do PRM,<sup>76</sup> quanto mais não fosse pela improbabilidade de esse partido endossar o nome de Capanema para tal cargo. A política antibernardista que Capanema, como secretário do Interior e membro da Legião de Outubro, impulsionara em Minas, não seria em tão pouco tempo esquecida pelos perremistas. Dentro ainda dessa lógica, era mais concebível estar ao lado de Aranha — que inclusive se aproximara do PRM por ocasião do “18 de agosto” de 1931 — do que de Francisco Campos, que certamente via com bons olhos a nomeação de Capanema.<sup>77</sup>

A vacância do cargo máximo do estado recolocou a posição do PRM, entreabrindo-lhe uma chance de participação no jogo político. A inabilidade do encaminhamento das negociações por parte do PP poderia favorecer o partido de oposição, ameaçando a consolidação do partido situacionista. Essa inabilidade adviria da possível incapacidade de o partido governista resolver esse problema político sem faccionar-se, abrindo uma brecha extremamente importante para uma incursão do PRM no cenário político estadual. Tal preocupação foi esboçada claramente pelo deputado constituinte, Aleixo Paraguassu, diretor da Secretaria do PP, em carta a Antônio Carlos: “...No momento em que se esboçar uma cisão do PP — hipótese provável —, levando alguns de seus membros a se afastarem do governo do estado, para este caminhará afoitamente o PRM que combateu com todas as armas o governo provisório, há um ano, e que ainda mantém uma revista de ataque a esse governo, de que é chefe o Sr. Getúlio Vargas.”<sup>78</sup> A sucessão mineira, no entanto, não se restringiu ao nível regional: escapou do âmbito de resolução interna do estado. Além da necessidade de equilibrar diversas facções mineiras dispostas a controlar o executivo estadual, o Governo Provisório teria que garantir, com mais essa decisão política, o equilíbrio das forças nacionais.

Mesmo que a reivindicação do estabelecimento de uma fórmula “paulista e civil” para a resolução de uma crise na interventoria tivesse sido conquistada, garantindo uma certa estabilidade interna, o estado paulista permanecia, em 1933, sendo a maior força de oposição ao governo central. Vargas, nessas circunstâncias, não poderia efetivamente contar com São Paulo, e portanto precisava encontrar fórmulas políticas eficazes para minimizar o peso dessa força substancial de oposição.

O Rio Grande do Sul, através do interventor Flores da Cunha, legítimo representante do Partido Republicano Liberal, vinha representando uma das maiores e mais seguras bases de apoio ao Governo Provisório. Com o novo partido, o interventor gaúcho obteve o controle e a estabilidade interna de que necessitava para dirigir a atuação do Rio Grande na esfera da política nacional. Embasado nessa força político-partidária, ele tentava não só influir no Governo Provisório como na área de manobras políticas aberta pela Assembléia.

Flores da Cunha era constantemente chamado para intervir em decisões particularmente relevantes no contexto de constitucionalização. O ministro da Justiça, o gaúcho Antunes Maciel, encarregava-se de movimentar toda uma série de contatos com o interventor do Rio Grande, o que atestava seu papel crucial na definição dos rumos dos trabalhos constitucionais, inclusive na definição da coordenação da Assembléia. Não só o ministro da Justiça como o próprio chefe do Governo Provisório legitimavam a função de Flores como delegado pessoal de Vargas.<sup>79</sup> Assegurado o apoio do Rio Grande e estremecida a relação com São Paulo, o estado de Minas, no balanço das forças nacionais, ganhava uma importância significativa.

A estratégia de ligação de Minas com o Governo Provisório, iniciada em abril de 1933 na Chácara da Floresta, vai sendo cimentada com a proximidade da abertura da Constituinte. Em agosto já se discute pública e favoravelmente a decisão do governo em apoiar o nome de um político mineiro para a presidência da Assembléia Nacional Constituinte. A indicação de Antônio Carlos era recebida com simpatia. Tendo uma posição de liderança reconhecida no Partido Progressista e um passado político que o legitimava frente às forças regionais e nacionais, Antônio Carlos passou a responder a muitas das expectativas que o preenchimento dessa função de coordenação suscitava. Se mais tarde a indicação de Antônio Carlos mereceu o apoio da maioria dos políticos mineiros, em agosto de 1933 presencia-se uma reação negativa por parte de alguns progressistas.

Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco e Bias Fortes, todos do PP, formaram um grupo que se manifestava contrário à eleição de Antônio Carlos à presidência da Assembléia. Em carta a Vargas, Antunes Maciel alerta:

"...Virgílio e Capanema estiveram comigo anteontem, por muito tempo. O primeiro resiste à candidatura Antônio Carlos. Debalde procurei convencê-lo. Já se comunicou a respeito com João Alberto, que lhe é solidário e percebo que está procurando adesões, entre os deputados eleitos que já aqui se encontram. Vai incomodar pela certa. O melhor por enquanto é deixar esfriar o assunto..."<sup>80</sup>

Naquele momento, Virgílio de Melo Franco também aspirava a esse cargo. A presidência de uma Assembléia Nacional Constituinte tem um significado político bastante complexo. As funções que encobrem esse cargo exigem capacidade de coordenação de múltiplas forças que expressem tendências políticas as mais variadas e até díspares. Ora, um dos problemas que o Governo Provisório teria que enfrentar na abertura e desenvolvimento dos trabalhos na Constituinte era o fato de São Paulo estar na oposição. E uma das razões da entrega da presidência da Assembléia a Minas era a possibilidade de contornar esse impasse.<sup>81</sup> Virgílio de Melo Franco, apesar de contar com o apoio de José Carlos de Macedo Soares,<sup>82</sup> poderia reabrir uma questão bastante séria, como o enfrentamento entre oligarquias e tenentes.

A direção dos trabalhos constitucionais exigia não só habilidade política como flexibilidade para atuar no conjunto de forças presentes numa Assembléia Constituinte. Virgílio de Melo Franco estava, aos olhos das oligarquias, comprometido com o tenentismo, o que ao fim e ao cabo acabaria por limitar a margem de barganha indispensável ao presidente da Assembléia. A morte de Olegário Maciel acabou, em certa medida, por redefinir a posição do grupo de Virgílio com relação à eleição de Antônio Carlos. Uma outra perspectiva se abria a esse político; a possibilidade de finalmente assumir o cargo máximo de chefia do estado de Minas Gerais, ventilada e alimentada desde a vitória do movimento revolucionário de 30. A mudança de sua perspectiva política fez-se logo sentir quando diminuiu o ritmo de articulação contra a candidatura de Antônio Carlos. A 11 de novembro de 1933, Antônio Carlos é eleito líder do PP por indicação do próprio Virgílio de Melo Franco.

A demora no preenchimento da vaga aberta com a morte do presidente mineiro começa a gerar uma série de especulações sobre as reais intenções do chefe do Governo Provisório. A nomeação do interventor vai assumindo uma proporção política tal que passa a ser conhecida como o "caso mineiro". Antunes Maciel vai alertando Vargas sobre as repercussões que surgem e as primeiras articulações. Quanto mais tardar a solução, diz ele ao chefe do governo, "mais se avolumarão as pretensões".<sup>83</sup> Vargas não se manifesta contrário às articulações. Adverte, porém, ao ministro da Justiça que não envolva o governo em nenhum tipo de compromisso com qualquer das correntes em jogo. Com isso certamente procurava garantir sua margem de arbítrio nessa decisão estritamente política. "Podes ir fazendo algumas *démarches* sobre sucessão mineira sem que isso importe em comprometimento do governo".<sup>84</sup>

A importância da sucessão mineira no contexto político nacional foi sendo evidenciada tanto pela movimentação dentro do estado, com a disputa dos dois candidatos em maior evidência, quanto pelo encaminhamento político dado pelo chefe do Governo Provisório. Vargas pro-

longa por três meses a solução da interventoria. Recebe cartas favoráveis tanto à nomeação de Capanema como de Virgílio, basicamente do interventor gaúcho e do ministro da Fazenda, mantendo-se aberto a possíveis articulações. Ao interventor gaúcho chega a contra-argumentar que necessita mais da sua participação no desenvolvimento dos trabalhos constitucionais. O envolvimento de Osvaldo Aranha é mais sério, e ele defende ardorosa e apaixonadamente a nomeação de Virgílio de Melo Franco como o único político capaz de integrar Minas no processo revolucionário, valendo-se de argumentos contundentes:

“...Parece-me que a morte do Dr. Olegário, fato inesperado e doloroso, veio entreabrir ao governo a possibilidade de homogeneizar os governos estaduais...”

...O Rio Grande é hoje, graças à libertação de Flores da Frente Única, um paraíso da revolução. Minas, entretanto, a despeito da lealdade do velho Olegário, vinha sendo mais ainda, nesses últimos tempos, uma fonte de inquietação e de dificuldades...

...Creio mesmo que a todos os nossos espíritos impunha-se como uma necessidade — só adiável pela consideração com o presidente Olegário — a mudança dessa situação. Este é o momento de corrigir distorções. Há dentro do partido que saiu vitorioso das urnas pessoas capazes, como Virgílio e Capanema...

...Acho Capanema um ótimo espírito, erudito, bem formado, de bom caráter, mas tenho razões para crer que, com todas as forças do mundo à sua disposição, ainda assim será um homem fraco de um governo ainda mais fraco. Tem ainda o mal da situação criada, do movimento adquirido e dos compromissos assumidos...

...O Virgílio é um companheiro sem jaça, do mais puro caráter, de coerência inteiriça e de uma lealdade contigo e com teu governo sem contrastes...

...Precisamos repor Minas na revolução *política e administrativa* para não assistirmos ao fracasso de nosso esforço e do nosso ideal...”<sup>85</sup>

Para Vargas, mais importante do que consolidar uma ligação de compromisso político com Aranha ou Flores da Cunha, pelo atendimento de suas aspirações na solução do caso mineiro, era garantir sua eleição à primeira presidência constitucional do país. O reconhecido peso político da bancada mineira no processo eleitoral era uma força de barganha que não poderia descartar. Fortalecer a um ou a outro desses políticos de legitimado peso nacional era, entre outros fatores, reconhecer a possibilidade de suas próprias eleições. A habilidade de Vargas caracteriza-se justamente

pela forma como associa a presidência da Assembléia Nacional Constituinte à solução do caso mineiro. Ele apóia incondicionalmente o nome de Antônio Carlos para esse cargo, e em troca desse apoio recebe do líder progressista a confirmação de sua autoridade para escolher o novo interventor. Vargas mantém o compromisso de envolver Antônio Carlos no processo decisório de nomeação do chefe político mineiro. Em todas as *démarches* orientadas para esse fim, Antônio Carlos é chamado e se faz presente. Dessa forma, a exigência da participação do PP no desenvolvimento da questão vai sendo atendida.

O caso mineiro não foi resolvido antes que Vargas decisivamente garantisse sua base principal de apoio, ou seja, antes de Antônio Carlos ser eleito presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o que ocorreu a 12 de novembro de 1933.<sup>86</sup> A 16 de novembro, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, toma posse do cargo de líder da maioria na Assembléia Nacional Constituinte. E a 17 de novembro, Virgílio de Melo Franco é escolhido para liderar a bancada do PP, em substituição a Antônio Carlos, já naquela data presidente da Assembléia.

A segunda quinzena de novembro é marcada pelo início da atuação dos constituintes e pela definição da comissão encarregada de examinar o Anteprojeto de Constituição.

Paralelamente ao desenvolvimento dos trabalhos constitucionais, a interventoria mineira permanece na dependência de uma decisão do chefe do Governo Provisório. A situação de interinidade provocava algumas reações, principalmente por parte dos setores comercial e financeiro do estado, que sofrem os reveses de uma paralisação pela situação indefinida do governo. O próprio Capanema, em carta a Vargas, argumenta exaustivamente a impossibilidade de contornar, como interventor interino, certos impasses políticos, econômicos e administrativos do estado mineiro. Depois de relatar as penúrias vividas pelo estado, adverte: "...Pensei num empréstimo aos bancos daqui. Seria uma operação de curto prazo, visando apenas a que transpuséssemos este momento de interinidade. Mas os bancos, apesar de bons amigos, não podem emprestar: é natural que não confiem num situação oficial de caráter precário..."<sup>87</sup>

O embaraço que sofrem as atividades normais da vida econômica do estado devido à incerteza da situação de interinidade é denunciado pelo *Diário de Notícias*, DF, em sugestivo editorial: "...A extensa e ansiosa expectativa vem gerando incertezas, dúvidas e desapontamentos, inquietações ao ânimo público: e compreende-se que repercutam depressivamente nas classes que trabalham e produzem, porque, perante uma interinidade governativa prolongada por entre o desassossego e os imprevistos criados pela ação espasmódica do centro, só a instabilidade se fez norma, tendo como corolário a desconfiança e o temor..."<sup>88</sup>



As classes conservadoras viam na permanência de Capanema a solução para a instabilidade estadual. De certa forma, sua efetivação representava a continuidade do governo Olegário Maciel e a permanência de certos compromissos já estabelecidos. Capanema contava também com o apoio da Força Pública estadual, da qual havia sido comandante durante o governo Olegário Maciel.

Podemos pensar que a consolidação de Gustavo Capanema na interventoria mineira tivesse para Vargas dois significados: de um lado, o prolongamento do governo Olegário Maciel — e com isso a manutenção de uma estrutura de poder regional consubstanciada em compromissos e ligações estabelecidas com as forças estaduais —, de outro, o fortalecimento excessivo de Flores da Cunha, inoportuno porquanto poderia alimentar no político gaúcho uma autonomia de ação por mais essa interferência.

O empenho dos dois líderes gaúchos, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, na solução do caso mineiro foi tal que mereceu alguns comentários maliciosos caracterizando o episódio como uma luta gaúcha em terras mineiras. Se Vargas não pretendia fortalecer qualquer dos dois, materializando suas indicações, não cogitou também em abrir uma frente de conflito desconsiderando suas preferências. Até o último instante, alimentou suas esperanças, deixando sempre aberta a possibilidade de acatar suas argumentações em prol de um ou de outro candidato. Mantinha Capanema interinamente na interventoria, ao mesmo tempo que alimentava esperanças em Virgílio, convocando-o para reuniões particulares onde se discutia uma solução que aparentemente o envolvia.

"(...) No dia do seu regresso do Norte, tendo ido, como era do meu dever, esperá-lo, o senhor próprio é testemunha de que só tornei a vê-lo quando o senhor mesmo me chamou ao Palácio do Catete, para comigo tratar do assunto mineiro. Depois disso, novamente convocado pelo senhor, fui informado de que era propósito seu nomear-me interventor em Minas. Esse seu pensamento foi pelo senhor próprio comunicado ao Osvaldo, Juraci e ao João Alberto. Não, pois, por mim, mas pelo senhor souberam estes três bons amigos das suas intenções (...)." <sup>89</sup>

Paralelamente a isso, Vargas alimentava a posição de que deveria sair do quadro do PP o novo interventor. O atendimento à reivindicação de dar ao PP a prerrogativa de escolher o chefe do governo estadual vinha acompanhado de um processo de conversações intensivas com Antônio Carlos, na qualidade de presidente do partido e de presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O fortalecimento de Antônio Carlos não

escapou à observação do interventor da Bahia, Juraci Magalhães, feita ao próprio Vargas:

“...O velho Andrada, guindado à presidência da Constituinte, pelo desejo de Vossa Excelência, teve oportunidade de realizar a manobra que sua incontestável inteligência arquitetara. Aproveitando a fraqueza dos homens lançou Capanema contra Virgílio e vice-versa. E vai vencer. Se não direta pelo menos indiretamente. Vossa Excelência não poderá nomear mais para Minas um candidato seu, pois este resultará da premência das necessidades políticas e não de sua vontade pessoal, dentro do seu alto espírito de bem servir ao país e à revolução.

...Não se iluda, Dr. Getúlio, hoje, somente a feição pessoal poderá dar uma liga suficientemente forte, capaz de resistir aos vendavais da anarquia que nos ameaça. E não será com o velho Andrada que V. Ex<sup>a</sup>. fundirá as hostes. Senão para enfraquecê-las.

Por isso fui e sou pelo Virgílio. Minas será uma nova incógnita.”<sup>90</sup>

No dia 4 de dezembro, Vargas obtém dos dois candidatos um documento segundo o qual entregam de comum acordo ao chefe do Governo Provisório a solução da interventoria, reforçando-lhe seu apoio. Por esse documento fica bem claro que até então, para os candidatos, vigorava a intenção de Vargas em nomear um ou outro.<sup>91</sup>

Todavia, já no final do processo era sabido que nem a Virgílio nem a Capanema caberia essa nomeação. O Partido Progressista chegou a elaborar listas encomendadas por Vargas, onde não se incluíam os dois candidatos.<sup>92</sup> A uma dessas listas, por sugestão do próprio chefe do Governo Provisório, foi introduzido o nome do deputado progressista Benedito Valadares Ribeiro. Tanto a sugestão quanto sua nomeação foram obras da engenharia varguista. Foi assim que, a 12 de dezembro de 1933, Benedito Valadares foi nomeado interventor em Minas Gerais.

Com essa nomeação, Vargas conseguiu sair absolutamente vitorioso de uma disputa política que por três meses ocupou, com intensivas discussões, o contexto político nacional. Não só neutralizou a força de dois políticos de vulto nacional, como Aranha e Flores da Cunha, como controlou o avanço da força política de Antônio Carlos, alertado pelo interventor baiano. Com um interventor “exclusivamente seu”, Vargas conseguiu inserir Minas no processo da Revolução de 30, sem as ameaças que resultariam da nomeação de Virgílio ou Capanema. Atendeu à reivindicação pública de nomear um mineiro, civil e progressista, revertendo-a, porém, em seu próprio proveito. Garantindo no governo do estado um chefe sem muitas vinculações e prestígio entre as forças regionais,<sup>93</sup> Var-

gas assegurava para si a possibilidade de controlar a maior bancada da Assembléia Nacional Constituinte. A Benedito Valadares, Vargas fornece todas as condições iniciais para o estabelecimento de um governo estável, auxiliando-o na tarefa de compor com grupos e facções sem submeter-se particularmente a nenhuma.<sup>94</sup> Os benefícios obtidos por Vargas com a nomeação de Benedito Valadares foram assim ilustrados pelo *Correio da Manhã* (DF):

“(...) Na solução do caso mineiro, Getúlio Vargas não poderia desdenhar dois fatores. O primeiro, a influência de Minas Gerais provida de interventor com expressiva expressão local. O segundo, o papel de preponderância reservado, na política geral, àquele de seus amigos, não mineiros, a quem viesse caber o êxito de uma indicação aceita. Em suma: o ditador não desejava dividir com outrem as compensações de uma escolha que lhe pertencia (...).”<sup>95</sup>

Mas a solução “Valadares” desencadeou uma série de reações advindas, particularmente, da facção virgilista. Tão logo nomeado o novo interventor, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, renuncia a seu cargo, sendo acompanhado nessa decisão pelo ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco. Renunciando à pasta ministerial, Aranha desligou-se automaticamente da liderança da maioria na Assembléia. Também Virgílio de Melo Franco, diretamente atingido com a decisão oficial, renuncia à liderança do PP na Constituinte, passando a encabeçar uma facção dentro do partido situacionista mineiro.

Prevendo as repercussões desses acontecimentos sobre a política de coordenação dos trabalhos constitucionais, o ministro da Justiça vai solicitar a intervenção de Flores da Cunha junto a Aranha, no sentido de demovê-lo de sua decisão. O interventor gaúcho inicia todo um trabalho de persuasão, reclamando do ministro demissionário sua solidariedade e aliança ao Governo Provisório num momento decisivo da política nacional.<sup>96</sup>

A resposta de Aranha a Flores da Cunha merece destaque por explicitar a expectativa que tivera, como homem da revolução, de compartilhar das decisões do Governo Provisório, bem como sua decepção pelo alijamento a que fora submetido.

“(...) Vivi no governo como um barco no lugar das arrebentações, sem poder fazer-me ao mar, sem poder galgar à terra. Suportei essa posição, batido por todas as ondas, atirado sobre todos os penhascos, como foguete do choque e entrechoque dos interesses e dos homens da revolução. Cortou o Getúlio as amarras cautelosa e premeditadamente. Nada mais me restava do que afundar, entre as

lamentações dos praiheiros. (...) Ato de Getúlio representa, politicamente, uma guinada para a direita, tão violenta, que arrancou a revolução do seu leito, do seu curso, despejando a sua torrente no desconhecido ou no abismo do passado (...).”<sup>97</sup>

Mais uma vez, o ministro da Fazenda reforça sua posição de que Minas Gerais, intocada pela revolução, arriscaria todo um projeto que procurava principalmente deter o predomínio dos velhos políticos, comprometidos com uma tradição oligárquica da República Velha.

“(…) Na hora em que São Paulo retoma a luta contra o seu próprio interventor, querendo reviver seus ódios e suas ambições de predomínio revolucionário, mais do que nunca Minas deveria ter uma solução revolucionária, que viesse a constituir uma barreira e fosse para todos nós motivo de maior coesão e confiança. Solução adotada não só causou inocultável decepção, montou um governo débil e insustentável, como foi a entrega desse estado ao Antônio Carlos e Venceslau Brás, amigos do passado e inimigos da revolução, dos seus homens e das suas idéias. A solução mineira era e é a pedra de toque da estabilidade revolucionária. Sem a segurança de Minas, a revolução volta ao passado e São Paulo retoma a direção do país (...).”<sup>98</sup>

Não obstante suas convicções, Aranha reconsidera sua decisão, permanecendo no Ministério da Fazenda. Isso não impediu, todavia, que o grupo de Virgílio se articulasse para desprestigiar Antônio Carlos na Assembléia. Excluído da solução mineira, não havia mais por que amenizar as divergências antigas com o presidente da Assembléia. Virgílio acreditava que perdera para Antônio Carlos não só o cargo de maior expressão na Assembléia, como a chefia de seu estado. Mobilizado por isso, inicia dentro da Constituinte uma campanha de desacato a seu presidente — estratégia política que poderia redundar em sua renúncia. Evidentemente, essas articulações intranquilizavam o Governo Provisório, o maior interessado na estabilização das forças dentro da Assembléia. A preocupação de Vargas fica bem definida no telegrama enviado a Flores da Cunha:

“Resolvido caso interventoria mineira esboça-se crise aberta sentido renúncia Antônio Carlos como satisfação Virgílio. Há um grupo ativo chefiado João Alberto que trabalha nesse sentido. Osvaldo animado melhores intenções interesse geral, tem sua ação perturbada esses elementos que pretendem fazer acreditar achar-se mesmo diminuído ou humilhado. Estou preocupado conduzir acontecimentos

sentido não perder colaboração Osvaldo, nem permitir atos ponham em cheque autoridade governo (...).<sup>100</sup>

Porém, mais do que desprestigiar o Governo Provisório ou colocar em cheque sua autoridade, a renúncia de Antônio Carlos acarretaria, muito provavelmente, uma quebra do compromisso da maioria da bancada mineira com a eleição de Vargas. Antônio Carlos utiliza-se proveitosamente desse argumento, porquanto reforça sua disposição em garantir a permanência de Vargas no poder, pelo apoio de 27 deputados do PP.<sup>100</sup> Vale a pena reproduzir algumas comunicações entre o chefe do Governo Provisório e Flores da Cunha, onde fica bem dimensionado o significado dessa crise, aberta com a solução dada ao caso mineiro.

De Flores a Getúlio:

"(...) Comprometida [bancada mineira] como fica documentadamente conosco [pela carta de Antônio Carlos] solicito tuas providências para que cessem tentativas depô-lo presidência constituinte. Isso redundaria anulação assembléia e completo desprestígio tua pessoa e governo provisório".<sup>101</sup>

De Getúlio a Flores:

"Situação criada oscila esta alternativa: renúncia Antônio Carlos presidência e Osvaldo liderança Assembléia, com possibilidade substituição Rio Grande presidência e Bahia liderança ou manutenção Antônio com saída Afrânio e Osvaldo. Qual tua opinião?(...)"<sup>102</sup>

Resposta de Flores:

"(...) Forçado agora a renunciar mais do que ele *serás tu o atingido*. Além disso, perderemos, na certa, o apoio e a colaboração da maioria da representação mineira. *Será o fracasso da tua candidatura*, não tenhas menor dúvida (...)."<sup>103</sup>

A opção política mais razoável para o Governo Provisório era mesmo manter Antônio Carlos na presidência da Assembléia. Como se não bastasse a ameaça à eleição de Vargas — conforme salientou oportunamente o interventor gaúcho —, havia toda uma situação já definida no próprio encaminhamento dos trabalhos na Constituinte que poderia sofrer um revés com a substituição de elementos-chave na direção desse processo. O investimento fora muito alto para uma mudança que implicaria custos imprevisíveis. A mobilização da cúpula dirigente para a escolha do presidente envolveu uma série de articulações, acertos, viagens em

diversos estados para que finalmente se chegasse a um consentimento de que deveria caber a Minas essa atribuição. Recomeçar um novo empreendimento, já em pleno funcionamento da Constituinte, significaria arriscar ainda mais o controle que através da coordenação dos trabalhos o governo vinha se empenhando em obter.

Se a manutenção do presidente da Assembléia desequilibrou o funcionamento da Constituinte pela cisão aberta no partido situacionista mineiro, esse problema foi contornado com mais facilidade do que o seria a proposta de substituí-lo. Sobretudo porque de toda a bancada progressista apenas alguns deputados acompanharam Virgílio de Melo Franco em sua dissidência com o partido. A cisão com o partido tornou-se pública com o discurso de Virgílio na Assembléia Nacional Constituinte:

"(...) não renunciei às funções de líder da representação do Partido Progressista nesta Assembléia por um movimento de irritação ou despeito e sim, apenas, por ser voto vencido na Comissão Executiva do meu Partido e, em tais condições, já não mais poder considerar-me intérprete do pensamento da maioria da agremiação partidária a que pertença. De fato, não só divergi da escolha do atual interventor federal no estado de Minas, como do processo adotado para sua indicação. Devo acrescentar, todavia, que os motivos dessa divergência não interessam a esta Assembléia e sim somente ao povo mineiro, ao qual pretendo me dirigir oportunamente para prestar contas da atitude que assumi com sete outros membros da ilustre comissão diretora do meu partido (...)." <sup>104</sup>

Com o episódio da interventoria mineira, Virgílio foi realmente o grande perdedor, uma vez que Gustavo Capanema se viu recompensado com a pasta ministerial da Educação e Antônio Carlos, apoiado por líderes da cúpula dirigente, foi mantido na presidência da Assembléia. Osvaldo Aranha reconsiderou sua decisão de renunciar ao cargo ministerial, mas perdeu a liderança da maioria na Assembléia para o baiano Medeiros Neto. Na liderança do PP, Waldomiro Magalhães, membro da comissão executiva do partido, ocupou o lugar deixado por Virgílio de Melo Franco. Desde a crise de sucessão aludia-se a uma ligação desse deputado com Antônio Carlos, que inclusive mostrara-se receptivo à sua nomeação para a interventoria. Dessa forma, a substituição de Virgílio acabaria por resultar em benefícios para o Governo Provisório, na medida que a dupla Antônio Carlos e Waldomiro Magalhães poderiam contornar os deslizamentos na representação situacionista mineira, minimizando os riscos de uma dissidência mais profunda.

Na verdade, se Getúlio foi favorecido com a preservação de Antônio Carlos no maior posto de direção da Assembléia, a oligarquia mineira

indubitavelmente saiu vitoriosa. Mesmo não tendo tido participação direta na escolha do interventor, foi amplamente considerada na montagem do novo governo. Foi reconhecida sua importância e peso políticos pelos esforços dos dirigentes em assegurar a presidência da Assembléia para Minas. Finalmente, Waldomiro na liderança da bancada compatibilizava os ideais marcantes do partido majoritário com o seu porta-voz na Constituinte.

### 3. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA MINEIRA NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1934

“...Um pouco devido aos vícios de nossa educação política, dentro da aferrada prática presidencialista, um pouco também porque é esse um fenômeno banal na vida de todos os parlamentos nos países de qualquer que seja o regime, o silêncio tribuniário de muitos é não raro compensado por uma útil atividade nos conselhos dos partidos, nas comissões técnicas ou políticas das câmaras e até mesmo nas simples reuniões de homens sobre os quais pesem responsabilidades públicas. O certo é que também os ausentes ou mesmo freqüentes da tribuna são muitas vezes curiosas expressões da própria atividade parlamentar...”

*Cristiano Machado*

#### 3.1. *A bancada mineira*

A bancada mineira na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 era composta pelos dois partidos que concorreram no estado ao pleito de 3 de maio de 1933. O Partido Progressista, com 31 deputados, constituía-se na expressão do situacionismo estadual; o Partido Republicano Mineiro, com seis deputados, figurava como a minoria oposicionista.

Do ponto de vista das forças estaduais, o fato de ser a maior bancada tinha uma dupla significação. De um lado, contribuía para unir as duas agremiações partidárias, fortalecendo dessa forma a bancada e não os partidos isoladamente. Com isso pretendia-se defender e garantir, na Constituinte, as prerrogativas que o estado mineiro conservara durante a República Velha, na condição de sócio privilegiado do poder nacional. Por outro lado, entretanto, a existência de dois partidos traduzia também internamente uma disputa pelo alcance do poder estadual. De partido

dominante durante décadas, o PRM na conjuntura do pós-30 foi sendo paulatina e decisivamente descartado no jogo de influências sobre o executivo estadual. Nessa condição, não compartilhava das barganhas que o governo federal desenvolvia com o partido situacionista. Rejeitado como parceiro influente, restava-lhe o exercício empenhado pela reconquista de um poder perdido.

Para a alta cúpula federal, o peso político da bancada mineira era também recoberto por uma significação dupla. Se afinada à coordenação da Assembléia, constituía-se numa aliada da maior importância, ou seja, representava um apoio indispensável para o controle que a elite dirigente pretendia exercer sobre o desenrolar dos trabalhos constitucionais. Era possível, também, que ocorresse o inverso: ao invés de aliada, apresentar-se como uma ameaça em potencial. Isso porque uma união consolidada das oligarquias mineiras poderia ser uma força de pressão contra os propósitos do governo de implantar um modelo político mais centralizador. Mesmo que criados laços de compromisso com o PP, ao governo central restava um espaço de incertezas pela intransigência do partido na fixação de alguns pontos essenciais de sua linha programática.

O fato é que, muito embora tenha sido convocada pelo Governo Provisório e tenha sofrido por ele demarcações claras, a Constituinte não era um jogo de cartas marcadas. A margem de imprevisibilidade e surpresas era muito grande, sobretudo se pensarmos na composição política da Assembléia. Nesse particular, a representação mineira caracterizava-se por certas peculiaridades que merecem ser ressaltadas. Dimensionar essas especificidades é qualificar politicamente os partidos que a compunham, e mais, os homens que neles desempenhavam o papel de representantes políticos.

Na sua grande maioria, os deputados progressistas eram reconhecidos por uma larga experiência política que remontava à República Velha. Da mesma forma que os perremistas, tinham em comum um passado de compromisso com uma certa ordem sócio-política. Se agregarmos as duas representações teremos que o peso da tradição era muito maior do que o da renovação. Homens como Bias Fortes, Antônio Carlos de Andrada, Daniel Serapião de Carvalho, Ribeiro Junqueira, Pedro Aleixo, Cristiano Machado, Odilon Braga, entre outros progressistas e perremistas, traduziam mais uma afinidade e fidelidade a certos princípios que preservassem uma posição de privilégio para Minas do que um rigoroso compromisso ideológico-partidário. Representavam antes de tudo a tradição mineira, ainda que propusessem redefinições e articulassem todo um discurso crítico do modelo político anterior.

Eram políticos que detinham uma larga experiência partidária, alguns até como chefes do executivo estadual. Os Andradas, por exemplo, vinham de uma tradição política que tinha raízes familiares originárias no Im-



pério. A influência no estado e a projeção nacional conferia-lhes uma autoridade discursiva respeitável no Parlamento. Do ponto de vista estadual constituíam-se em legítimos representantes das oligarquias na exata medida que, por elas selecionados, participariam da construção da nova Carta Constitucional onde seria definido o espaço político de influência oligárquica. Portanto, ainda que conduzissem propostas novas de organização política e que liderassem uma crítica severa a práticas políticas da República Velha — período histórico no qual se viram consolidados como chefes políticos —, os deputados mineiros na sua significativa maioria notabilizam-se pela preservação de uma tradição, mesmo que colorida com novas pinceladas.

Vale ressaltar que, muito embora marcada de certa forma por uma coesão em torno de princípios, a bancada mineira distinguia-se por graus diversificados de atuação de seus representantes. Não se tratava, em absoluto, de uma manifestação unívoca. A participação dos deputados pode ser duplamente destacável. Alguns impunham-se como parlamentares portadores de um certo conhecimento específico da matéria sobre a qual discursavam, sendo inclusive reconhecidos pela autoridade que detinham na desenvoltura do tema. Era tal a expressão dessa qualificação que passavam a percorrer os caminhos construídos para a elaboração constitucional com uma autonomia de ação bastante notória, particularmente o deputado progressista Odilon Braga. As mais importantes questões que diretamente sensibilizavam o estado eram por ele levadas à Assembléia, com recursos riquíssimos de uma retórica marcada pela erudição. O grande debate mineiro é remetido na sua quase totalidade ao problema que vinha afetando a vida política do país: a hipertrofia do Poder Executivo.

Odilon Braga desempenha na Constituinte o papel de verdadeiro analista da experiência da República Velha. Como representante político, afirma-se pela detenção de um saber especializado, o que lhe permite grande autonomia, ao mesmo tempo que lhe confere uma autoridade reconhecida não só por sua bancada como por todo o plenário. Em seus diversos pronunciamentos, dedica-se basicamente à questão política vinculada ao Poder Legislativo, esmiuçando todas as implicações a ele referidas: a questão da representação política; da manutenção do Senado; da crítica à concentração de poder nas mãos dos executivos estaduais e nacional etc. Odilon desincumbe ainda a função de integrante da Comissão Constitucional formada para dar pareceres às emendas propostas no plenário.

Outros deputados, como Daniel Serapião de Carvalho (PRM) e Bias Fortes (PP), destacam-se por uma reconhecida experiência na vida política estadual. Interferem em questões cruciais mais específicas, fundamentando suas argumentações na larga experiência que acumularam como atores políticos influentes no estado. Transparece em suas atividades parlamentares um vínculo de compromisso que, ao fim e ao cabo, parcializa suas atua-

ções. Se Odilon Braga legitima-se pelo monopólio de um certo tipo de conhecimento especializado, podendo por isso manter-se mais isento, mais imparcial, outros deputados não podem descartar seu grupo de referência, pois é daí que retiram sua autoridade, é desse vínculo que decorre a legitimidade deles.

Há também uma outra ordem de considerações a respeito dos representantes: o silêncio com que era marcada a presença de alguns no plenário. É preciso salientar aqui que até esse fato distinguia os deputados que se comportavam aparentemente como “espectadores”. Alguns assim procediam por não terem o “brilhanismo” ou a autoridade de outros tantos. Mas o silêncio de muitos parlamentares era indicativo de uma presença da maior importância. Compensava-se essa “suposta” isenção com uma participação ativa nas reuniões dos partidos, do grupo coordenador, ou seja, na outra face do desenrolar da Constituinte. A inexpressiva manifestação de Waldomiro Magalhães, líder do PP na Assembléia, em debates públicos é coberta pela sua presença freqüente em todas as reuniões fora da Assembléia, onde se decidia sobre o comportamento do partido, as barganhas possíveis, as articulações com outras bancadas etc. A presença silenciosa de Virgílio de Melo Franco tem sua explicação em outra ordem de razões. Sendo minoria no seio da bancada, Virgílio distinguia-se por escapar da orientação que efetivamente caracterizava a representação mineira.

Sobre os trabalhos parlamentares, afirma que “a Constituição brasileira deve obedecer às tendências novas do Direito Constitucional e não involuir para o passado. Nós estamos construindo um edifício para os vivos e não um túmulo para os mortos (...).”<sup>105</sup> Construir um túmulo para os mortos significava não só reverenciar os princípios da Constituição de 1891, mas sobretudo tê-los em alguma medida como modelo de inspiração para os trabalhos constitucionais. Por essa razão, esse deputado enfatiza que “(...) nos diferentes países os teóricos modernos do Direito esforçaram-se em redigir os textos constitucionais, de sorte que as mais novas doutrinas entrassem em aplicação. Entre nós, porém, há que recluir uma tendência evidentemente oposta, tendência esta que se manifesta pelo saudosismo que a Constituição de 24 de fevereiro desperta (...).”<sup>106</sup>

O fato é que por ocasião desse pronunciamento — fevereiro de 1934 —, encontrava-se já bastante delineado o peso que a influência das posições oligárquicas teria nos trabalhos constitucionais. A reação ao centralismo do anteprojeto fora uma das evidências de que não se aceitaria uma Constituição de inspiração majoritariamente “tenentista”, isto é, centralizadora. Fora do âmbito parlamentar, as inúmeras tentativas de congregar forças partidárias sob a coordenação de um partido nacional redundaram igualmente em fracasso por questões semelhantes. O discurso

de Melo Franco pode ser quase que reduzido a um “muro de lamentações” pelo esvaziamento paulatino de todas essas iniciativas.

“(...) Nós já sabemos que, do ponto de vista político, a manobra consiste em apagar os efeitos da Revolução de Outubro, pela destruição do partido que, embora não arregimentado, ela gerou. O outubrismo, o espírito revolucionário ou que melhor nome tenha, nada mais é do que a ânsia renovadora pela qual ardemos os que, de boa fé, entramos na campanha da Aliança Liberal e na Revolução de Outubro. (...) Com a tática que bem revela a sua habilidade política, o Governo, profundo conhecedor dos homens, elimina e substitui, um a um, os instrumentos afiados com que contou na hora incerta da peleja (...).”<sup>107</sup>

Além de estar claramente reclamando um reconhecimento político por sua participação ativa na Revolução de 30 — da qual só vinha acumulando desgostos —, Virgílio de Melo Franco denunciava as concessões que o governo federal e mais especificamente Vargas vinham fazendo às oligarquias, em detrimento dos outubristas, especialmente no estado de Minas Gerais. Prosseguindo em sua argumentação, fica registrada uma posição de franco apoio a um projeto anti-regionalista:

“(...) O governo revolucionário talvez tivesse conseguido realizar uma obra de vulto maior do que a que pôde levar a efeito se, apoiado na força com que contava, tivesse organizado a opinião pública em forte agrupamento partidário que fornecesse quadros vigorosos para os diferentes órgãos do Estado. Assim, teria podido guiar as massas com mão firme, conduzindo-as no sentido do desenvolvimento da produção e da coordenação das forças vivas da nacionalidade. Destruir-se-iam, nestas condições, segundo as expressões do senhor general Góis Monteiro, ‘a rotina, os preconceitos político-jurídicos e os vícios das antigas facções regionalistas que deveriam ter desaparecido’.”<sup>108</sup>

Justamente por sua nítida posição política, reafirmada nesse diagnóstico, é bastante significativa a quase silenciosa atuação de Melo Franco nos debates parlamentares. Além desse discurso, fez um só mais, reportando-se não aos trabalhos constitucionais, mas ao episódio da nomeação de Benedito Valadares que praticamente o descartava da vida política do estado. É por este contexto que a ressonância de uma postura como a sua dentro da bancada mineira era inexpressiva. De fato o compromisso da bancada era antes de tudo preservar a posição privilegiada de Minas Gerais no cenário nacional, ou seja, lutar pela manutenção do espaço

político de influência oligárquica que a Revolução de 30 ameaçara logo de início. Portanto, ao destacarmos a posição de Virgílio de Melo Franco, queremos justamente reafirmar o seu contrário — que de resto marca a atuação da bancada mineira — e não sua representatividade no seio das forças políticas do estado de Minas Gerais. O destaque vale para firmar o isolamento de sua posição dentro da bancada. E isso nos leva ao ponto que efetivamente delinea o perfil da representação mineira.

Particularmente voltada para a discussão de questões políticas, a bancada mineira se caracteriza pela unidade no que se refere à defesa de certas proposições que podem ser remetidas ao problema político central para o qual converge a maioria das discussões: *a manutenção do federalismo*. Neste sentido, as divergências partidárias entre PP e PRM são superadas, dando lugar a um discurso quase que unânime, que denuncia uma similitude entre os partidos no que se refere a alguns ideais que marcam sua formação. Chegamos a mencionar esse fato ao registrarmos a aprovação e o aplauso do PRM às diretrizes que, pelo pronunciamento do então presidente Olegário Maciel, o PP defenderia na Assembléia Nacional Constituinte. Já no fórum dos debates, dentro da Assembléia, é de um representante perremista, Cristiano Machado, a afirmação que confirma e sanciona a postura assumida no período eleitoral:

“( . . . ) Apresentei, senhores constituintes, algumas emendas ao substitutivo, como tive a honra de subscrever outras de ilustres colegas, não somente da representação do meu partido como da representação do Partido Progressista. *Há objetivos comuns, na consideração de interesses coletivos, que aproximam as duas representações esquecidas, felizmente, nesta hora, das divergências políticas que as separam, para se fixarem num plano mais alto e patriótico ( . . . )*.”<sup>109</sup>

Em certos momentos fica bastante evidente que a mobilização e congregação dos políticos mineiros é originada pela defesa de certos princípios considerados fundamentais aos interesses do estado. Chega a parecer que a luta por esses princípios ultrapassa uma suposta necessidade interna de coesão partidária, além de ultrapassar as linhas que dividem os dois partidos. Em um discurso sobre a autonomia municipal, o deputado progressista Gabriel de Rezende Passos sugere a maior intervenção nos municípios, particularmente na esfera administrativa. A reação a esse pronunciamento é enorme, cabendo a um perremista, Daniel de Carvalho, a contra-argumentação. Significativos são os apartes de progressistas, especialmente de Bias Fortes, em apoio à tese de Daniel de Carvalho, e, portanto, em combate à argumentação de Gabriel Passos (PP). Nesse momento, mais importante do que ser progressista (situação)

ou perremista (oposição) é o fato de serem políticos mineiros, tradicionalmente comprometidos com um determinado modelo de organização política fundada na descentralização.<sup>110</sup>

É portanto para a defesa política do federalismo que ambas as representações mineiras convergem. Em torno dessa questão, praticamente a bancada fala como um bloco. Nos diversos temas que com ela se relacionam — a representação proporcional à população, a manutenção do Senado como recurso para igualar a representação dos estados a nível nacional, a crítica à hipertrofia do Poder Executivo, a autonomia municipal etc. —, assistimos à intervenção clamorosa tanto de deputados progressistas como de perremistas.

Todavia os debates não se circunscreviam apenas às matérias constitucionais. Era mais abrangente o leque das discussões parlamentares. Temas da conjuntura compunham também, de forma inflamante, e às vezes convulsiva, o conjunto das discussões na Assembléia. A eleição do primeiro presidente constitucional, a elegibilidade ou não de Vargas e dos interventores, o momento da eleição, a concessão da anistia, a censura à imprensa, tudo isso, ao lado das matérias constitucionais, aparecia nas discussões exigindo das bancadas e dos partidos um posicionamento a respeito. É no âmbito desses temas da conjuntura política que os partidos mineiros se distinguem. O Partido Progressista, francamente comprometido com Vargas, desde a gestão de Olegário Maciel, tende a moderar suas posições, não atacando frontalmente as medidas governamentais ou mesmo o reencaminhamento proposto aos trabalhos constitucionais de modo a favorecer a manutenção de Vargas no poder. O Partido Republicano Mineiro, mantendo uma atitude de oposição, reage veementemente a um possível continuísmo.

Uma das iniciativas tomadas para garantir a permanência de Vargas no poder é a apresentação, pelo líder da maioria na Assembléia, Medeiros Neto, de uma fórmula que antecipa a eleição de Vargas à promulgação da Constituição. Conforme o texto da "indicação Medeiros Neto", o presidente da República seria eleito antes de promulgada a Carta Constitucional. "A Assembléia Nacional Constituinte elegerá, sem mais demora, em dia para o qual seu presidente especialmente a convocar, o presidente da República, cujo tempo de mandato e poder serão fixados na futura Constituição, vigorando *até que esta seja promulgada* o decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, cujos poderes foram reiterados por esta Assembléia em sua indicação de 16 de novembro de 1933".<sup>111</sup>

Esse é um ponto que marca com muita nitidez a posição tanto do PP como do PRM. Presencia-se aqui a demarcação da fronteira entre os partidos. Ambos reagem a essa proposta, embora com argumentos distintos. O Partido Progressista, já comprometido com a eleição de Vargas, concentra sua crítica no fato de a indicação violar a soberania da Assem-

bléia Nacional Constituinte. A precipitação da eleição do presidente resguardaria o Governo Provisório do julgamento de seus atos e do cumprimento de penalidades previstas na Constituição, no caso do estabelecimento de punições devidas.

É importante salientar que o compromisso antecipado do partido situacionista mineiro com o continuísmo varguista gerou uma reação no próprio PP, provocada exatamente pela proposta de inversão. A partir dela, o deputado Campos do Amaral rompeu com sua bancada, denunciando o procedimento exclusivista da cúpula do PP nos entendimentos com a liderança revolucionária. A "indicação Medeiros Neto" funcionou como um elemento catalisador no sentido de demarcar a posição diferenciada dos deputados dentro do partido. Além de evidenciar a inexistência de uma estrutura partidária homogênea, estabeleceu as fronteiras de participação dos progressistas dentro da órbita das decisões tomadas pela liderança partidária: se todos haviam sido eleitos sob o rótulo do partido, apenas alguns eram solicitados a opinar nas grandes articulações. A reação de deputados progressistas às denúncias de Campos do Amaral foram bastante significativas, porquanto pretendiam amenizar a gravidade da denúncia, na impossibilidade de negá-la totalmente. Interferiram basicamente Odilon Braga e Pedro Aleixo.

Já o PRM como um bloco reprova a indicação Medeiros Neto. Nas palavras do líder Carneiro de Rezende, a bancada perremista "mantém-se ainda adversa à eleição de um chefe de governo discricionário, que dura três anos e quatro meses a fio, quando esse chefe tem os seus atos sujeitos à apreciação de uma Assembléia Constituinte, convocada especialmente, entre outros, para esse fim, e não pode e não deve, por isso, prosseguir no cargo de chefe da nação, sem que esta Assembléia, livre de qualquer coação, tenha sancionado todos os seus atos como administrador da coisa pública, sob a nova República, legada pela Revolução de 30".<sup>112</sup>

Era evidentemente inconcebível ao PRM apoiar a permanência de Vargas no poder. As marcas da atuação do Governo Provisório sobre a estrutura do partido estavam ainda sobremodo vivas. Toda uma política de esvaziamento do PRM enquanto partido dominante fora implementada sob a direção e o beneplácito de Vargas. Desde a interferência da Legião de Outubro até a repressão sobre algumas figuras exponenciais, como Bernardes, traziam o selo do governo federal. Ao contrário do PP, o PM aspirava, com a Constituinte, a uma redefinição da classe política a nível federal, na esperança de reingressar na máquina do executivo estadual. Nessa órbita de questões não estavam em jogo os interesses de Minas Gerais. Os problemas da conjuntura colocavam os partidos mineiros em franca disputa pelo controle do estado. A permanência de Vargas evidentemente favoreceria o partido governista, nascido no seio de seu próprio governo.

É por essa razão que o deputado Cristiano Machado lança, em nome do PRM, a candidatura do general Góis Monteiro à presidência da República. Em seu discurso alega que: “(...) a reeleição do próprio chefe do Estado que se encontra, além disso, provido de poderes excepcionais, além de contrariar todas as tendências da nova história republicana, é muito mais chocante com as idéias revolucionárias que a eleição de um candidato das preferências do presidente deposto em 1930”...<sup>113</sup>

Na verdade, a escolha pelo PRM do ministro da Guerra como candidato à presidência da República era um paradoxo que só se explicava pela incapacidade de a minoria oposicionista se articular em torno de um nome que efetivamente fosse a expressão de seus ideais enquanto oposição. A estranheza causada por essa atitude do PRM foi retratada de forma brilhante pelo *Estado de São Paulo*. Na tentativa de contrapor um nome ao de Vargas:

“a oposição começou a bater de porta em porta, a oferecer uma candidatura. O primeiro procurado foi o Sr. gal. G. Monteiro. Não deixa de ser curioso. O ministro da Guerra não se tem fatigado de expor as suas opiniões políticas. O gal. Góis Monteiro é adversário irreconciliável da democracia liberal e não oculta a sua descrença em relação aos postulados da mesma. A Assembléia elaborou uma Constituição assente sobre princípios liberais e democráticos. E escolheria, para executá-la, um presidente adverso aos mesmos. Nem sempre a lógica anda de mãos dadas com interesses políticos.

Como se vê, é o eterno e desastroso vício das oposições políticas, num país mal educado para o regime democrático: o apelo aos quartéis, o recurso ao prestígio do Exército (...).

(...) E os mineiros que levantaram a candidatura do ministro da Guerra não acreditaram nunca na sua viabilidade, como aqui dissemos há muito tempo, sempre tiveram em vista fazer surtir à última hora uma candidatura mineira (...).”<sup>114</sup>

Entretanto, se por um lado a escolha do candidato militar contradizia toda uma postura que o PRM mantinha na Constituinte — defesa da descentralização, da autonomia municipal, da organização de partidos regionais, o que quer dizer, de manutenção de um espaço político para as oligarquias —, por outro, ela emergia como uma opção possível porque retirada dos quadros do Governo Provisório. As chances de rebater a candidatura de Vargas apoiada pelo situacionismo eram restritas. O lançamento de um candidato reconhecido como expressão nacional poderia ser uma arma catalisadora eficaz, pelo menos para ameaçar a vitória

oficial. Para tanto, era preciso que a minoria parlamentar estivesse coesa. E mais, que conseguisse o apoio da bancada paulista que por motivos evidentes não votaria em Vargas.

Uma outra possibilidade seria a conseqüente afluência de um terceiro candidato como balanceamento de duas alternativas como as que em pauta. Um tércio poderia favorecer Minas Gerais — razão pela qual, segundo o *Estado de São Paulo*,<sup>115</sup> o PRM estaria se empenhando pelo lançamento da candidatura Góis Monteiro. O fato é que, de uma forma ou de outra, a investida de Vargas na Assembléia com a proposta de inversão dos trabalhos para garantir sua própria eleição fora ameaçada por reações tanto da situação como das oposições. A “indicação Medeiros Neto” tornara-se inviável pelos argumentos irrefutáveis que os parlamentares contra ela dirigiram. Procurou-se estabelecer uma solução conciliatória alternativa, pela qual a eleição presidencial se processasse depois da promulgação da Constituição e da aprovação dos atos do Governo Provisório.

No entanto o cerne dessa fórmula substitutiva à “indicação Medeiros Neto” consistia em acelerar o processo de aprovação da Constituição, com sessões noturnas diárias e com redução dos prazos previstos para cada fase do projeto em votação, o que viabilizaria a promulgação da Carta Magna em um curto período de tempo (um mês). No caso de não se concluírem os trabalhos nesse prazo, a Assembléia poderia promulgar, em caráter provisório, o projeto aprovado em bloco depois da primeira discussão. Nas disposições transitórias do estatuto seriam incluídas a anistia geral, a criação de uma comissão presidida por um membro do Supremo Tribunal Federal para examinar os atos do Governo Provisório e ainda a prorrogação da Assembléia para elaborar leis orgânicas complementares à Constituição.

Na verdade, se a batizada “fórmula Simões Lopes” — substitutiva à “indicação Medeiros Neto” — por um lado favorecia à aspiração geral da Assembléia de efetivamente acelerar a constitucionalização, por outro, respondia a contento aos articuladores da eleição de Vargas. Isso porque previa eleições caso os prazos rígidos e limitados para a feitura da Constituição não fossem rigorosamente cumpridos. Ciente da ambigüidade dessa fórmula, a bancada oposicionista mineira, o PRM, aprova-a — porém, com restrições.

Uma vez firmada a decisão de acelerar os trabalhos limitando inclusive os prazos para a apresentação de emendas, inicia-se toda uma movimentação das grandes bancadas, em uma espécie de coligação com o propósito de apresentar determinado número de emendas, subscritas pela maioria dos deputados, de modo a torná-las vencedoras. A rapidez prevista para o processamento da nova fórmula exigia uma extrema habilidade, sob pena de diminuir ou reduzir os ganhos possíveis. Estava em



jogo não só a eleição de Vargas, mas a vitória de certos pontos de vista constitucionais que poderiam ser mais ou menos representativos para o conjunto de forças presentes na Assembléia Nacional Constituinte. Ainda que Vargas contasse com o apoio do situacionismo mineiro e gaúcho — pensando só nas grandes bancadas —, sua permanência no poder não era absolutamente uma decisão líquida e certa. Particularmente no caso de Minas, esse apoio era condicionado à manutenção de algumas prerrogativas em torno das quais o PP, como partido, não transigia. Por essa razão, quando em abril de 1934 a bancada gaúcha apresenta na Assembléia, pela voz de seu líder Simões Lopes, um pacote de "emendas" que contraria substancialmente a linha programática do PP, levanta-se uma tempestade na bancada mineira, o que coloca em cheque o apoio à candidatura oficial.

Os pontos básicos das emendas gaúchas que contrariavam incisivamente a representação mineira eram principalmente os seguintes: a) eleição indireta para presidente da República, através de um eleitorado especial, formado por três representantes de cada estado e dos membros do Conselho Federal; b) representação dos estados, na Assembléia, proporcional ao número de eleitores e não à população. Acrescente-se aí o fato de que, independente do número de eleitores, a representação seria fixada em um máximo que não poderia exceder a 20 deputados. Como veremos, esse foi um ponto em torno do qual a bancada mineira como um todo reagiu contrariamente. Se os outros pontos da emenda provocavam discordâncias, particularmente esses dois tocavam na intransigibilidade do partido situacionista mineiro.

As bancadas mineira, baiana e paulista foram as principais responsáveis pela desconsideração das emendas gaúchas. A bancada paulista recusou-se a sequer considerá-las objeto de discussão. Entretanto, até que fossem definitivamente descartadas, funcionaram como um indicador da imprevisibilidade do compromisso das grandes bancadas com a eleição de Vargas. Particularmente no caso de Minas, esse compromisso esteve seriamente ameaçado nessa ocasião. Como presidente do PP, Antônio Carlos teve que redobrar seus esforços para que seus correligionários progressistas apoiassem sem reservas a candidatura de Vargas. A assinatura de Antônio Carlos e de Waldomiro Magalhães no manifesto de lançamento da candidatura Vargas não representou, portanto, um compromisso incondicional da bancada do PP.

O desenrolar dos debates na Constituinte mostrou bem que, no caso da bancada mineira, não houve uma renovação da classe política. Não só por sua composição, mas principalmente pela forma como lutaram, todo o tempo, para transformar as "razões de Minas" em questões legítimas para todos os parlamentares.

### 3.2. *Os temas em debate*

#### *Legislativo e Executivo: o equilíbrio necessário*

Na Constituinte, a bancada mineira, como um todo, notabiliza-se por privilegiar questões essencialmente políticas. Os mais importantes pronunciamentos são aqueles que procuram defender a manutenção da força dos grandes estados no seio da federação. A problemática política sobre a qual convergem os principais temas em debate foi definida pelos mineiros como a existência de um poder hipertrofiado dos executivos federal e estaduais no processo político brasileiro. A participação da bancada mineira era politicamente bem dirigida. Através de toda uma crítica a um processo de concentração de poder nas mãos dos chefes dos governos federal e estaduais, pretendiam assegurar o poder dos estados pelo fortalecimento do Legislativo em face do Executivo federal.

É interessante salientar que a crítica à experiência da República Velha era feita, na Assembléia, por deputados do PP, um partido composto por uma liderança que fora beneficiada por essa própria experiência, no estado de Minas Gerais. Paralelamente à crítica, resguardavam sempre a Constituição de 1891, responsabilizando os políticos pelos desvios ocorridos com relação a ela. O arbítrio de alguns elementos da classe dirigente gerou no Brasil uma política de trocas e beneficiamentos que só fez fortalecer exageradamente o Poder Executivo. A “política dos governadores” foi o resultado desse pacto. As consequências de seu desenvolvimento compuseram grande parte do discurso crítico que a bancada progressista levou à Constituinte.

O deputado Odilon Braga (PP) foi quem se dedicou ao alinhamento desse debate, articulando-o num discurso onde atribui à política de Campos Sales a origem de um dos maiores males vividos pelo país. A existência de um Poder Executivo hipertrofiado resultou do emprego anormal dos poderes que a Constituição de 1891 conferiu ao presidente da República. A preocupação do deputado progressista é demonstrar que essa hipertrofia não é inerente ao presidencialismo, citando inclusive como exemplo a experiência norte-americana.

“( . . . ) Não podíamos mais apelar para o crédito externo. As arcas de tesouro achavam-se raspadas ( . . . ). O Governo necessitava, portanto, de iniciar uma administração de providências drásticas e violentas, um regime de extrema penitência financeira, capazes de colocar o país em posição de cumprir os compromissos assumidos na Europa ( . . . ). Fosse por isso, senhores, ou fosse por outros motivos que seus contraditores alegam, o certo é que foi Campos Sales

quem recorreu aos governadores de estados para, por intermédio deles, formar as bancadas que lhe deveriam dar apoio decisivo e sem hesitações (...)."<sup>116</sup>

A implementação dessa política de apoio ao governo federal foi iniciada com a mudança do regimento que estabelecia as normas para o reconhecimento de poderes. Por essa nova fórmula, só ingressavam no Congresso os partidários dos governadores.

"(...) O Regimento Interno do Congresso, anteriormente a Campos Sales, dispunha que ao mais velho dos diplomados caberia a presidência interina da Câmara, cabendo a este a nomeação de uma comissão de quatro deputados encarregados de organizar a lista de deputados presumivelmente eleitos.

A nova reforma, aprovada pelo Congresso, conforme a proposta de Campos Sales, estabelecia que o presidente interino da Câmara seria 'o deputado que foi eleito e serviu como presidente na última sessão legislativa, se houver sido diplomado para a nova legislatura' e não, como anteriormente, o mais velho dos diplomados".<sup>117</sup>

Os resultados eleitorais, a partir dessa mudança regimental, não apresentavam mais quaisquer surpresas. Além da grande fraude eleitoral com atas falsas, as comissões de verificação reforçavam-na porque a elas competia decidir sobre quaisquer dúvidas. Com esse "pacto de fidelidade" entre o presidente da República e os governadores dos estados e entre esses e o presidente da Câmara, Campos Sales via garantido e preservado o apoio unânime do Congresso, condição fundamental para o exercício do predomínio do Poder Executivo.

Dessa forma, argumenta Odilon Braga, mantinha-se o poder excessivo dos governadores de estado. Era inútil a criação de conselhos supremos e comissões permanentes porque o que prevalecia era o domínio dos governadores sobre o voto — o que, conseqüentemente, fortalecia o presidente da República, uma vez que os deputados votavam as medidas por ele recomendadas. O mal, portanto, não estava na Constituição de 1891. "(...) Considero que o reconhecimento de poderes feito pelo critério exclusivamente pessoal do presidente da República é talvez o mais grave dos abusos dentro do regime republicano (...)."<sup>118</sup>

A "política dos governadores" é que se deveria atribuir a base da subversão radical do sistema da Constituição de 1891. Essa Carta era baseada no voto livre e verdadeiro, mas com esse arranjo político de compromisso o Legislativo, na prática, acabou por se servir ao governo federal. Os deputados que, segundo Odilon Braga, se dessem o

capricho de uma posição independente seriam eliminados por interferência dos governadores, das chapas estaduais, ficando condenados ao ostracismo. Com isso, reduzia-se absolutamente o espaço da oposição. Além da dificuldade de ascensão por via eleitoral, a oposição, se sobrevivente, era certamente capturada na Assembléia pelo processo de "degola". A correção dos critérios de representação vem associada, no discurso de Odilon Braga, à necessidade premente de fortalecer o Poder Legislativo, ou seja, torná-lo efetivamente um poder da República, expressão legítima da representação de interesses e um contrapeso necessário ao verdadeiro equilíbrio dos poderes republicanos.

O que a bancada mineira como um todo reivindicava era que a função de governar não fosse monopolizada por apenas um dos poderes. Reclamava o fato de o Legislativo estar sendo excluído, porque algemado pelo Poder Executivo.<sup>119</sup> Preocupava-se principalmente com o estabelecimento da autonomia do Poder Legislativo, que só adviria com o saneamento do processo de representação, por demais corrompido e mesmo comprometido. Uma das providências essenciais ao saneamento do processo de representação seria o asseguramento do direito do voto. Um trabalho para a recuperação da legitimidade da representação política deveria começar por aí.

Esse foi o ponto de partida que o deputado do PRM, Levindo Coelho, estabeleceu para tratar dessa questão. "Clama-se, diz ele, pela democracia representativa real e efetiva, como a ideal do governo no Brasil. Para esta finalidade, torna-se necessário o livre funcionamento do direito do voto: é imprescindível o pleno exercício regular da atividade cívica dos cidadãos, condição *sine qua* todo o sistema eleitoral será improficuo e desastrado".<sup>120</sup> Já no processo eleitoral, portanto, na gestação do Poder Legislativo, as autoridades executivas interferem opondo dificuldades ao exercício pleno da cidadania política. Levindo Coelho salienta as inúmeras providências policiais de intimidação que impediam o acesso aos cartórios eleitorais, como verdadeiros meios de opressão à vontade popular.

É importante ressaltar que a tônica incisiva do discurso desse deputado era muito reforçada pelo fato de ele estar, naquele momento, na oposição. Em tal situação viveu e sofreu mais de perto essas medidas de cerceamento. Isso não invalida, contudo, a aproximação do PRM e do PP, quando em pauta a discussão do enfraquecimento paulatino do processo de representação política do país. Se a argumentação dos peremistas distinguia-se da dos progressistas, a medida concreta proposta por Levindo Coelho foi endoçada pelo PP, compondo inclusive um dos discursos de Odilon Braga. O deputado do PRM reivindica da Assembléia a aprovação de uma emenda pela qual caberia aos magistrados da Justiça Eleitoral a competência para o julgamento dos delitos comuns, conexos com os delitos eleitorais. Por essa medida, seria garantida a li-

sura dos pleitos e o valor dos votos, evitando, segundo ele, que as autoridades exorbitassem de suas atribuições, cerceando o direito do voto "para engrandecer os partidos gerados ao calor do oficialismo, a que pertencem".<sup>121</sup>

Se como deputado pelo partido situacionista Odilon Braga não argumentou com essa agressividade, apresentou uma emenda ao plenário, através da qual seria atribuída à Justiça Eleitoral o papel de definir as zonas eleitorais e a data das eleições. Por essa emenda, retirava-se da legislação ordinária a prerrogativa de estabelecer a segurança necessária ao funcionamento do sistema eleitoral. Sua fundamentação não é distinta daquela utilizada pelo deputado perremista Levindo Coelho.

"(...) A legislação ordinária é o campo livre dentro do qual atiram os instintos gregários dos incorporadores de facções políticas ou de empresas eleitorais, na preparação das 'máquinas' fora das quais não haverá salvação para os inconformados e para os independentes (...).

Na livre organização dos distritos eleitorais são sempre os partidos dominantes os que se beneficiam política e eleitoralmente, neutralizando as minorias pertinazes que ousavam resistir aos conchavos partidários..."<sup>122</sup>

Odilon vai mais longe. Afirma que vigora no Brasil uma manobra política que consiste na habilidosa compensação de forças eleitorais municipais de forma a reproduzir, ao longo do tempo, o domínio de certa corrente política, submetendo os representantes ao imperativo da vontade superior dos chefes políticos. O mesmo problema sucede com a fixação das datas das eleições, sobretudo as municipais. "Ficaram entregues aos caprichos, aos interesses da *legislação comum*, da União e dos estados, com inteiro sacrifício dos propósitos democráticos dos constituintes de 1891".<sup>123</sup>

Através de um problema específico, Odilon Braga retorna à temática inicial que marcou sua atuação na Assembléia, remontando o discurso que vinha decompondo analiticamente. "(...) Ao livre corte dos nossos distritos eleitorais federais e estaduais (...) e da livre disposição das atas das eleições, proveio em grande parte o sucesso da *política dos governadores*, de que afinal resultaram os congressos subservientes e a hipertrofia do Executivo".<sup>124</sup>

Dentro ainda do debate da representação política, além da questão de sua legitimidade, outra mais se destacava, tendo na bancada mineira uma enorme repercussão. Tratava-se da definição da proporcionalidade da representação dos estados no corpo Legislativo da nação. Portador da maior bancada na Câmara Federal, o estado de Minas, pela voz de

seus constituintes, perremistas e progressistas, desenvolveu todo um discurso no sentido de preservar um privilégio de que não pretendia absolutamente se desfazer.

A tradicional predominância dos grandes estados na esfera nacional constituía-se no principal vetor da argumentação dos mais interessados em minimizá-la, com propostas políticas de cunho centralizador. O Anteprojeto de Constituição, elaborado pela subcomissão do Itamarati, representou nesse aspecto uma vitória dos ideais mais afinados com o tenentismo. Uma das questões presentes nas reuniões da subcomissão dizia respeito à proporcionalidade da representação, traduzindo-se na manutenção ou na extinção da dualidade de Câmaras e na fixação de um máximo de deputados por estado.

Com a exceção do ministro Artur Ribeiro, todos os integrantes da subcomissão defendiam a unidade cameral com a supressão do Senado, muito embora distinguíssem seus discursos com argumentações variadas. João Mangabeira, por exemplo, propunha a supressão do Senado, justificando ter esse órgão razão de ser se fosse a expressão de outras classes ou castas. Eleito, todavia, pelo mesmo processo que a Câmara, o Senado era não só inútil como prejudicial, porquanto criava embaraços à ação do Legislativo, prolongando por discordâncias o processo deliberativo, desde a proposição de projetos até suas respectivas aprovações. Quanto à composição da Assembléia, era taxativo: o menor número possível de deputados para resistir com eficácia ao Poder Executivo. Segundo ele, uma assembléia numerosa, com mais facilidade, pode ser controlada por um homem, sobretudo em se tratando de uma Câmara formada por bancadas: basta ao presidente da República articular-se com os governadores de estado, que, por sua vez, entendendo-se com suas bancadas, decidem sobre seus votos. A solução para Mangabeira estava no estabelecimento da representação por circunscrições com um número  $x$  de habitantes, e não por estados. Esse novo critério afetaria o alinhamento das bancadas dos estados; o mal seria eliminado pela raiz com a extinção dos blocos regionais.

Carlos Maximiliano propunha a substituição do Senado por um Conselho Nacional. Esse órgão funcionaria como uma mediação organizando os projetos, discutindo-os preliminarmente e enviando-os posteriormente à Câmara. No caso de veto, poderia o conselho reexaminar o assunto. Um órgão de colaboração e organização, por excelência, eficiente porque essencialmente técnico, composto de homens "superiores" e competentes.

Osvaldo Aranha, com a mesma posição, toca diretamente na questão da proporcionalidade. A Câmara poderia suprir a ausência do Senado, se cada estado nela se fizesse representar com três deputados. "A verdade é que, no equilíbrio da influência dos estados na vida legislativa e

política do país, reside o grande segredo da federação brasileira; pois todos os males constatados na nossa organização advieram em grande parte de não ser nunca o Brasil governado pelos representantes dos estados pequenos.”<sup>125</sup>

Themístocles Cavalcânti, ideologicamente o mais radical, proporia, não fora a inviabilidade histórica, a extinção da câmara política, substituindo-a por uma classista. Inclui-se também entre os que propugnam pela unidade cameral. Na justificativa de sua posição deparamo-nos com sua descrença no modelo liberal-democrático de representação, ao mesmo tempo que vislumbramos a previsão de uma passagem inevitável para um modelo em bases mais corporativas.

“Se eu tivesse de dar o meu voto, sem atender a outras considerações que não as de caráter puramente ideológico, opinaria por uma pequena Assembléia, técnica, profissional, organizada por meio da representação de classes. Mas, bem compreendo que estamos em um período de transição entre o sistema individualista-democrático e um regime novo absorvido por preocupações sociais e cuja estrutura política tem um caráter eminentemente prático, que não permite ilusões a respeito da eficácia dos grandes parlamentares constituídos pelo sufrágio universal. (...) temos de aceitar um regime misto, de transição, que acompanhe a revolução sem desprestigiar interesses ainda predominantes. Por isso, transigindo diante de tais imperativos, voto por uma Assembléia só, com dupla representação, uma política e outra de classe, com funções conjugadas e número reduzido e limitado de membros.”<sup>126</sup>

Fica muito claro em todos esses depoimentos o propósito de reexaminar o corpo da representação nacional de modo a desfavorecer os estados que, na experiência política de cunho regionalista, beneficiavam-se em detrimento dos pequenos estados. Essa era evidentemente a opinião dominante na subcomissão. Por essa razão, o ministro Artur Ribeiro reconhece e confessa sua posição como de inexpressiva minoria, pois era o único a defender o bicameralismo.

O anteprojeto apresentado à Assembléia Nacional Constituinte não só suprimia o Senado, criando o Conselho Supremo, como limitava o número de deputados federais por estado, num máximo de 20. Esse foi outro debate onde as “razões de Minas” sobrepuseram-se às delimitações partidárias. O que garantia o lugar privilegiado de Minas na Câmara era o fato de a representação ser proporcional à população. Na tentativa de minimizar a desproporcionalidade entre as demais bancadas, propunha-se uma mudança de critério.

Todo o PRM, pela voz de seu líder, Carneiro de Rezende, bem como expressivos nomes do PP — Pedro Aleixo, Augusto Viegas, Odilon Braga e, particularmente, Bias Fortes — discutirão calorosamente, defendendo a manutenção das grandes bancadas, ou melhor, da bancada mineira, a maior do Congresso. As argumentações variam. Pedro Aleixo, por exemplo, defende o voto proporcional à população, alegando ser um critério “mais firme”, mais fixo. Acrescenta que “no regime de sufrágio universal, o eleitor é, por assim dizer, delegado de outros interesses na vida pública, de maneira que, quando vota, dá seu voto representando interesses de um grupo que, por intermédio dele, vai escolher determinado candidato”.<sup>127</sup> Comungando com essa argumentação, Augusto Viegas<sup>128</sup> acrescenta que os representantes têm que defender os indivíduos, qualquer que seja sua posição econômica e social. Não é correto politicamente que se restrinja o civismo ao eleitor habilitado: “(...) as qualidades cívicas se evidenciam em todas as manifestações de atividade sã e nobre pela qual concorra alguém para o engrandecimento da sociedade a que pertença”.<sup>129</sup> As leis elaboradas no Congresso regerão todo o povo. A Assembléia, responsável por sua elaboração, tem que ser representativa do todo. A desigualdade da representação decorre da desigualdade territorial das unidades da federação. Ao contrário do que se possa conceber, essa divisão não gerou no Brasil um regionalismo separatista. Segundo Viegas, o regionalismo brasileiro fortalece o próprio sentimento nacional. Mais do que uma necessidade, é uma fatalidade à qual se deve a grandeza do país. Pode-se e deve-se defender a equi-potência jurídica a todos os estados, mas não a política — isso sim, seria desigual. Seria a “ditadura da minoria”, seria antidemocrático. É uma desigualdade, diria Pedro Aleixo, tratar igualmente entidades desiguais.

A distorção democrática, ao contrário do que vinha sendo apresentado pelos deputados do Norte e Nordeste, não está na desigualdade da representação na Câmara. Igualar nesse nível é ir contra a real democracia. A distorção está exatamente na supressão do Senado, porque ele, e não a Câmara, é o órgão que garante a representação igualitária. Não se garante a democracia com uma medida arbitrária, injurídica e anti-republicana, como a que pretende estabelecer máximos e mínimos para a representação dos estados, reclama Odilon Braga. Preserva-se a democracia com a manutenção do Senado e da Câmara, sendo a última proporcional à importância dos estados frente à nação, defende Bias Fortes. Seria extremamente injusta uma proposta que equiparasse São Paulo e Minas aos demais estados. “(...) Por conseguinte, senhores, Minas e São Paulo, que contribuem profunda e vastamente para o erário público, cujas populações são maiores do que as dos outros estados, não podem deixar, numa democracia, sob pena de se praticar uma injustiça e uma ini-



qüidade, de ter no seio desta Assembléia os representantes a que têm direito, proporcionalmente a seus habitantes.”<sup>130</sup>

Fortalece seu argumento dizendo que a fatalidade geográfica e sócio-econômica não inceria, no estado mineiro, uma postura regionalista no seio da política federal. “(...) Seria preciso muita parcialidade para se negar que, da política de Minas, surgiu o brado contra a intervenção do presidente da República na sua própria sucessão, e consequentemente o estado que reagindo procurou modificar o processo que vinha sendo seguido”.<sup>131</sup>

Foi absolutamente total a adesão do PRM ao PP nessa discussão. Carneiro de Rezende, líder do partido oposicionista, em nome de sua bancada reclama a preservação do critério que até então prevalecia para a formação do Legislativo nacional. Dirigindo-se a alguns parlamentares dos pequenos estados que denunciavam a desigualdade política resultante do voto proporcional à população — o que condenava os pequenos estados a uma situação calamitosa de subserviência no Congresso —, Carneiro de Rezende replica incisivamente: “(...) Se são as maiorias eleitorais que fazem os governos nas democracias, será um absurdo conferir às minorias o privilégio de fazer esses mesmos governos, contra as maiorias, dominando-as. Que bela democracia querem instituir, submetendo os grandes aos interesses políticos dos pequenos estados! Está certo isso?”<sup>132</sup>

A lógica do argumento do líder da bancada perremista em tudo se assemelha à do progressista Bias Fortes: à desigualdade do desenvolvimento sócio-econômico dos estados não pode corresponder uma igualdade de participação política. Se é verdade que a diferenciação regional é responsável pela unidade nacional, não seria aceitável, como pretendem os representantes dos estados menos favorecidos, que essa desproporcionalidade irremediável seja compensada com uma homogeneização na esfera da representação política. Os deputados mineiros, todavia, concordam em que se deva minimizar esse desequilíbrio. A solução para isso seria restabelecer o Senado, e não igualar a representação na Câmara.

Pela emenda n.º 947 ao anteprojeto, assinada por 17 deputados do PP, inclusive pelo líder do partido na Assembléia, Waldomiro Magalhães, criticava-se a supressão do Senado como uma das inovações menos felizes do projeto de Constituição. Recuperando alguns dos argumentos utilizados para fundamentar tal medida, salientam que, se é possível haver uma república presidencial sem dualidade de Câmara, não é concebível um regime federativo com unidade cameral. E “isso é o que mais importa, porque uma das características essenciais desse regime consiste precisamente na existência de uma Câmara que represente a

nação, organizada federativamente e uma outra que represente os estados-membros, enquanto unidades elementares de associação política federal.”<sup>133</sup>

Ao argumento de João Mangabeira de que ambas as Câmaras eram constituídas pelo mesmo eleitorado, respondem os mineiros que os prazos do exercício de funções eram muito diversos, e este seria o traço nítido de distinção do Senado.

“( . . . ) O deputado eleito por *três anos*, para que a Câmara ficasse em freqüente contato com as variações da opinião que deveria representar, estava, por isso mesmo, mais sujeito às flutuações dessa opinião e mais subordinado aos interesses partidários que pudessem concorrer para a sua reeleição. O senador, não: eleito por nove anos, deveria ser uma expressão do que houvesse de estável e contínuo naquela opinião, podendo, do mesmo passo, atuar com a independência que lhe provinha de uma permanência de dois quadriênios presidenciais! As *mutações* necessariamente repercutivas sobre o primeiro sofriam as *resistências* retificadoras oferecidas pelo segundo ( . . . ).”<sup>134</sup>

Na proposta de restabelecimento do Senado, chegam os mineiros a explicitar que sua função política insubstituível é equiponderar a representação dos estados que possuem território, população e riqueza extremamente desiguais. Bias Fortes tenta persuadir o plenário expondo claramente esse ponto de vista quando diz: “Nós, dos grandes estados, ( . . . ) propugnamos pelo restabelecimento do Senado, por não compreendermos que, numa democracia, se deixe de fazer o equilíbrio político de todas as unidades da Federação. Votem conosco V.Ex.<sup>as</sup> das pequenas bancadas, e o Senado será uma realidade na República Nova e com ele satisfeito o equilíbrio no seio da Federação”.<sup>135</sup>

Pois não foi outra, para os deputados mineiros, a justificativa primordial da existência do Senado senão a equiponderação da representação. Aliás, asseguram eles, foi essa a razão que facilitou a aceitação do princípio da representação proporcional à população para a Câmara dos Deputados. A indisposição da bancada em transigir nessa matéria era absoluta, já que eram radicalmente contra o apelo da subcomissão em fixar um máximo e um mínimo à representação dos estados.

“( . . . ) Compreende-se a fixação de um mínimo ou de um máximo. O que se não pode admitir é a fixação simultânea de um máximo e de um mínimo, o que equivale à soma virtual de duas injustiças, a saber, a de aumentar arbitrariamente a representação dos pequenos estados e a de reduzir arbitrária e concomitantemente a dos grandes. Se o interesse nacional recomenda a primeira providência,

desaconselha a segunda, porque de duas uma: ou os *grandes estados*, diminuídos na sua legítima autoridade política, decorrente de sua população e de sua riqueza, se desinteressarão das atividades da União ou se *coalizarão para a imediata reforma do texto constitucional restritivo, quer por via normal, quer revolucionária, quando não para se constituírem em nações independentes (...)*.”<sup>136</sup>

De fato, deixando em aberto um dos limites, a possibilidade de equiparação seria bem reduzida. A prevalecer os dois, os pequenos estados teriam como garantir um número *x* de representantes, independentemente de sua população. O anteprojeto estabelecia um máximo de 20 e um mínimo de quatro representantes por estado. Mas o substitutivo o alterou substancialmente, porquanto estabelecia que o número de representantes seria fixado por lei em proporção que não poderia exceder de um por 150 mil habitantes até o máximo de 20; daí para cima, de um por 250 mil habitantes. Se essa não era a forma ideal — houve inclusive reação a ela por parte do deputado Augusto Viegas —, representava uma vitória se comparada à do anteprojeto. E esse foi o texto mantido na Constituição promulgada.

A veemência com que foi defendida a proposta do voto proporcional à população pela bancada mineira tem ainda outra razão de ser. A contraproposta bastante considerada era a do voto proporcional ao eleitorado. Naturalmente que prevalecendo esse critério Minas perderia certamente para São Paulo. Menos desenvolvido que o estado paulista, Minas Gerais contaria com um eleitorado menor, desde que a condição de ser alfabetizado delimitasse a habilitação do eleitor. Não foi outra a causa de ter a bancada mineira se sobressaído significativamente nessa discussão. Estava em jogo sua predominância no Congresso, uma de suas maiores forças de barganha no cenário da política nacional.

Na verdade, a proposta da redução da representatividade das grandes bancadas era uma tentativa de interferência centralizadora, objetivando a redução do poder oligárquico no aparelho de Estado. Não só a defesa do voto proporcional ao eleitorado, como ainda a da criação de uma representação profissional com poder deliberativo na Assembléia eram encampadas pelos tenentes, particularmente os do Clube 3 de Outubro. O objetivo era claro: com a representação classista, seriam contrabalançadas as duas mais poderosas representações políticas — São Paulo e Minas Gerais.

A Câmara Classista, com poder deliberativo na Assembléia, era uma das fortes garantias de Vargas para sua eleição. Composta de 40 deputados, teria um peso significativo, contribuindo para um resultado favorável. Também a eleição para a presidência da Assembléia seria fa-

cilitada com esses 40 votos. Vargas seria favorecido e Minas também. Já na instalação da Assembléia a questão estava fechada, e garantido o apoio de Minas. Isso não impediu, contudo, o pronunciamento de Odilon Braga a respeito dessa forma "antiliberal" de representação: "(...) é o espontâneo reconhecimento dos interesses ou das necessidades comuns que habilita o cidadão a apossar-se do conceito abstrato de interesse geral, que, conforme sempre se tem feito observar, não é a simples soma dos interesses particulares coincidentes. Dizer (...) que a plena, a imediata compreensão dos interesses particulares basta para conferir-lhe a do interesse geral é (...) violentar os dados da experiência".<sup>137</sup>

Muito embora Minas houvesse consentido na formação da bancada classista para a Constituinte de 1934, restava ainda a decisão de incorporar ou não a representação profissional à Constituição. O esforço de Odilon Braga com todo um discurso contrário a essa forma de representação justifica-se exatamente nessa medida: na tentativa de impedir a incorporação dessa representação ao sistema político brasileiro. Marcando sua atuação na Assembléia pelas posições rigorosas que assume no sentido de garantir a montagem de um modelo político de inspiração liberal democrática, onde a representação pelo sufrágio direto e secreto fosse reconhecida e servisse de salvaguarda para evitar a hipertrofia do Poder Executivo, Odilon Braga vê na representação profissional um desvio e um risco.

Na verdade, era bastante claro o que encobria a proposta de uma câmara profissional deliberativa: realizar uma "reforma democrática", conseguindo uma autêntica representação dos interesses nacionais que a prática do sufrágio direto, absolutamente "corrompido" pelo domínio dos "chefes políticos", deturpava. Uma proposta nitidamente tenentista dirigida basicamente contra a prática oligárquica que marcou o processo político durante toda a República Velha. Se os políticos mineiros, como vimos, teciam considerações críticas ao processo político da República Velha, faziam-no com o propósito de criar mecanismos para sanar seus desvios e não para extingui-lo em suas bases. O problema não estava nos ideais liberais democráticos da Constituição de 1891, mas em algumas medidas que os governantes implementaram, desvirtuando-a de seus fundamentos primeiros. Se a "vontade popular" vinha sendo sacrificada pelo abuso de poder do presidente da República e dos governadores de estado, tratava-se de criar medidas para cerceá-los em sua ação, para efetivamente fortalecer o corpo político responsável por controlá-los: o Legislativo. Não era o modelo liberal que estava em questão, mas unicamente a prática governista. Sacrificar o modelo em função de alguns homens da classe política que o desvirtuaram significava efetivamente liquidar com o sistema democrático de forma irrecusável.

### *Estados e municípios: o outro equilíbrio necessário*

O debate político em torno da possibilidade de intervenção dos estados na estrutura organizacional dos municípios fomentou, nos constituintes mineiros, uma profunda reação. Mais uma vez foi mencionada a problemática fundamental da hipertrofia do Poder Executivo, e novamente retomada a crítica à experiência política da República Velha. Foram principalmente os deputados perremistas os que mais se notabilizaram na defesa da autonomia municipal. O debate tornou-se acalorado quando o deputado progressista Gabriel de Rezende Passos apresentou uma emenda propondo o estabelecimento de uma medida intervencionista nos municípios. À proposta de Passos contrapunha-se toda uma argumentação de cunho federalista, elaborada pelos deputados progressistas Bias Fortes e Augusto Viegas e pelo perremista Daniel Serapião de Carvalho.

Poderíamos centralizar o debate a partir de um dispositivo que preflxava, pelo artigo 13 do substitutivo, que os estados poderiam criar órgãos de assistência técnica aos municípios e de verificação de suas finanças. Sendo esse dispositivo transformado em matéria constitucional, os estados passariam a decidir sobre a administração dos municípios, criando-lhes tantos órgãos de assistência técnica quanto achassem por bem fazê-lo, dispondo assim das finanças municipais. Criticando essa decisão, o deputado progressista Augusto Viegas acrescenta ainda o perigo que essa prerrogativa abriria, na medida que possibilitaria o exercício da "politicagem" com toda a sorte de abusos por parte do executivo estadual.

Interessante que a presença dessa proposta provocou toda a construção de um discurso onde se pretendia reavaliar a experiência da República Velha. Mais uma vez, a afinidade e o compromisso ideológico dos políticos mineiros com os princípios constitucionais de 1891 não os isentou de criticar a prática política exercida em seu nome. Protegiam os princípios, responsabilizando os homens públicos pela sua distorção. Segundo Bias Fortes, "a Constituição de 1891 assegurava absoluta autonomia aos municípios, em relação aos seus peculiares interesses; e, mesmo assim, os governadores dos estados intervinham, violentamente, nos municípios, no sentido de mudar as situações locais, ao sabor de seus interesses políticos. Sou defensor da autonomia dos municípios, porque não quero consentir, mais uma vez, que, na República Nova, se dê a hipertrofia do Poder Executivo".<sup>128</sup>

O excessivo fortalecimento dos chefes dos executivos estaduais permitia-lhes intervir sistemática e incisivamente na vida político-administrativa dos municípios, transformando-os em centros precários e dependentes. Como a Constituição de 1891 não discriminava as rendas muni-

país, outorgando tal competência às constituições estaduais e como a “política dos governadores” viabilizava uma enorme influência do executivo sobre os legislativos estaduais, os municípios ficaram à mercê do arbítrio e das conveniências dos governadores.

Com a criação do cargo de prefeito ou intendente, de livre nomeação dos executivos estaduais e com a determinação de que todos os juízes — exceto os juízes de paz —, bem como os chefes de polícia, delegados e subdelegados seriam escolhidos e nomeados pelo executivo estadual, na verdade, aos estados e não aos municípios eram garantidos os poderes para a organização da vida política e administrativa local.<sup>139</sup> Aprovar uma medida intervencionista era como que legalizar, pela Constituição, uma situação de fato, embora reprovável. É dentro dessa perspectiva que se pode situar a polêmica gerada no Parlamento entre os deputados Gabriel de Rezende Passos, do PP, e Daniel Serapião de Carvalho, do PRM. O ponto comum: a defesa da autonomia municipal. A grande divergência: até onde e como defini-la na prática. Tratava-se de definir em que casos, ou de que forma os estados poderiam intervir nos municípios. Embora ambos se definam como favoráveis à autonomia municipal, e mais, embora ambos admitam a intervenção dos estados na organização da vida dos municípios, a natureza da autonomia e as formas de intervenção que propõem são absolutamente distintas.

Para Gabriel Passos, deputado progressista, os municípios não podem prescindir do auxílio e da fiscalização dos estados, sobretudo na esfera administrativa. A condição de absoluta autonomia municipal é uma posição utópica, resultante de um preconceito liberal dos mais lamentáveis que acaba por reduzir os municípios à condição de penosa escravidão. Segundo ele, para que se tivesse a autonomia municipal, era preciso, contraditoriamente, assegurar *a priori* certos níveis de intervenção nos municípios. Para tanto, propõe que se definam nas constituições estaduais os limites da autonomia municipal.

Com a emenda n.º 587 ao anteprojeto, Gabriel Passos defende a autonomia municipal, advertindo que “(...) Essa autonomia, porém, não pode continuar a ser conceituada como velho tabu liberal, diante do qual se curve impotente o interesse superior do estado, inatingível ao controle, à vigilância e disciplinador dos interesses sociais (...)”.<sup>140</sup> Portanto, a intervenção do poder estadual nos municípios era uma decisão que visava prevenir uma prática distorcida de autonomia “plena”, tão larga quanto impraticável.

Não era essa a posição do deputado perremista Daniel de Carvalho. Para ele, os municípios poderiam prescindir da intervenção dos estados no curso normal de sua organização. Somente em circunstâncias excepcionais ficariam a ela sujeitos. Aos municípios caberia sua organização; aos estados, a responsabilidade de garanti-la, intervindo somente quando

se verificasse um déficit de 1/3 ou mais em seu orçamento, durante três anos consecutivos, ou ainda quando os municípios não pagassem suas dívidas. A intervenção não se efetivaria para prevenir, senão para corrigir certos desvios observados na vida municipal. É o município que deve ter a prerrogativa de determinar sobre a execução de suas políticas. Para isso, era preciso que algumas medidas fossem tomadas em seu favor. Por exemplo, que se passasse integralmente para ele o imposto de indústria e profissões ou o de transmissão de propriedade, ou então a metade de cada um desses impostos.

Para Daniel de Carvalho, os municípios deveriam gozar de autonomia administrativa e por isso precisavam ser favorecidos com as referidas medidas que a viabilizavam. Gabriel Passos, ao contrário, argumentava que a conquista da autonomia deveria ser concentrada no nível político. Para ele, os municípios viam-se cerceados na sua liberdade cívica e política pelo controle que os chefes locais exerciam sobre os cidadãos. Sua proposta firmava a criação de um dispositivo na Constituição Estadual demarcando os limites dessa autonomia. Contrapondo-se, Daniel de Carvalho defende a inclusão na Constituição Federal de um dispositivo pelo qual "os estados legislarão sobre a organização de seus municípios, respeitando-lhes a autonomia, em tudo o que se refere aos negócios de seu particular interesse". Segundo ele, "o perigo seria exatamente deixar para figurar nas Constituições estaduais as limitações aos princípios da autonomia. As limitações devem constar da própria Constituição federal e não ficar ao arbítrio dos legisladores estaduais".<sup>141</sup> A observação de Daniel de Carvalho recebe o apoio de Bias Fortes, afirmando que exatamente pelo fato de esses legisladores estarem mais próximos dos interesses políticos locais estavam sujeitos às pressões e subjugados ao arbítrio dos governadores de estado. "(...) O perigo [diz Bias Fortes] está em não definir a União expressamente o que seja autonomia dos municípios. O perigo está em deixá-la ao arbítrio dos chefes de estado, que estão mais interessados na corrupção."<sup>142</sup>

Mas Gabriel Passos estava convencido da necessidade de um certo intervencionismo nos municípios. Seu discurso é todo ele encoberto de uma lógica da racionalização técnica como instrumento necessário ao desenvolvimento municipal. Por isso, a intervenção do estado como órgão vigilante das rendas municipais era fundamentalmente importante na área administrativa. Assim, justificava a necessidade da criação de órgãos técnicos que viabilizassem uma administração mais racionalizada, capaz de impulsionar um projeto modernizador.

Ao argumento de Gabriel Passos de que "os problemas de viação, os problemas de higiene, os problemas de transportes, os problemas de iluminação, os problemas de zoneamento, os problemas de arruamento, os problemas urbanísticos, se interessam *precipualemente* os municípios, não lhes

interessam *exclusivamente*”,<sup>143</sup> e por isso não podem ser solucionados com as minguadas rendas municipais, o deputado paulista da Chapa Única, Alcântara Machado, responde que não o podem por serem essas rendas cercadas pelos próprios estados. Também Bias Fortes reage, negando a incapacidade de os municípios gerirem suas rendas, contratando técnicos eficientes e capazes de propulsionar tais projetos modernizantes. Se não o fizeram, foi exatamente pelo fato de não serem autônomos e de não contarem com incentivos governamentais.

A ampla autonomia municipal que empolgou os constituintes de 1891, segundo Gabriel Passos, está presa a uma concepção superada de estado. Entretanto, “a tendência que nos nossos dias se acentua, para o Estado total, não deixa às cidades prerrogativas especiais; os seus antigos foros já não se assentam em nenhuma força real, são reminiscências históricas. O Estado moderno não admite tais competições e procura tornar-se uno e total (...)”.<sup>144</sup> No caso do Brasil, segundo o deputado, não se justifica atribuir aos municípios o papel criador que lhes conferiu prerrogativas especiais na Europa. O Brasil já nasceu sob a égide de um Estado moderno, onde os municípios, longe de serem soberanos e assentados em forças reais, mais foram uma outorga do próprio Estado. Acrescenta ainda que na verdade, sob o signo da “autonomia absoluta”, o município acabou não sendo o que mais deveria ser: *uma fonte de vida política e cívica*. Muitas vezes foi o município absorvido pelo estado, ou antes, pelas máquinas políticas que detinham o poder. Ao passo que na área administrativa reinava o mais puro arbítrio, ou a maior “autonomia”.

É curiosa a posição do deputado Gabriel Passos que foge bastante à proposição mais geral daqueles que defendem o federalismo, na medida que prega uma centralização administrativa e uma descentralização política. Com isso, distancia-se de seus correligionários porquanto, para eles, acaba por se identificar com alguns princípios intervencionistas que ferem o federalismo, ponto intocável para os políticos mineiros. A preservação da autonomia estadual e municipal, a manutenção do federalismo pela fórmula da centralização política e descentralização administrativa eram como que “pontos de honra” nos debates constitucionais.

Daniel de Carvalho, expressando o pensamento daqueles que defendiam a necessária autonomia tanto dos estados quanto dos municípios, sintetiza a preocupação do “federalismo mineiro”, postulando: “Não compreendo, portanto, o federalismo de eminentes colegas que querem fazer a descentralização da União para o estado, mas, quando chegam no estado **querem**, ao contrário, fazer a centralização dos municípios para o estado”.<sup>145</sup>

### *O Poder Judiciário: a importância do fiel da balança*

Diretamente vinculada à organização do Poder Judiciário, a questão da unidade ou dualidade da Justiça entrou na pauta dos debates constitucio-



nais. Mais uma vez a discussão é remetida à problemática mais abrangente que informa grande parte dos pronunciamentos na Constituinte de 1934: a crítica e/ou a manutenção do federalismo. Como nos outros temas sobre os quais vimos discutindo, verifica-se o propósito de resguardar o Poder Judiciário como uma instância legítima e autônoma entre os poderes da República.

Foi a Constituição de 1891 que regulamentou o regime da dualidade da Justiça, inaugurado no Brasil com o advento da República por decreto do primeiro governo provisório, o de Deodoro da Fonseca. Empenhando-se pela sua institucionalização, Campos Sales alegava comportar o sistema federativo uma dupla soberania, agindo cada uma delas no campo de sua competência: a soberania dos estados e da União no que concerne às funções executivas, legislativas e judiciárias. Para ele, essa concessão aos estados garantia a preservação do sistema federativo.

Inspirados na Carta Constitucional americana, os constituintes de 1891 trouxeram para a realidade brasileira o modelo judiciário da dualidade, readaptando-o, todavia, em um aspecto fundamental. Pelo modelo americano, mantinha-se a autonomia dos estados na implementação das duas esferas do direito: o direito substantivo, ou seja, o direito material — aquele que estabelece a substância moral definindo que tipo de ação é considerada crime — e o direito adjetivo, ou formal, que define o tipo de penalidade, qualificando a forma de seu cumprimento, também conhecido como direito processual. Por essa fórmula garantia-se tanto uma pluralidade de códigos como de seus processamentos.

A dualidade estabelecida na Constituição brasileira de 1891, entretanto, restringiu-se à esfera do direito adjetivo. Manteve-se a unidade de código, ou a unidade do direito substantivo, ficando os estados com a prerrogativa de legislar sobre o direito adjetivo. Ao lado dessa prerrogativa, outra mais era acrescentada: a autonomia dos estados na organização de suas magistraturas, um privilégio que politicamente fortalecia os governadores pela importância do Poder Judiciário estadual em decisões essencialmente políticas. Os governadores tinham o poder não só de nomear os juízes — e, obviamente, selecioná-los a seu critério —, como de redemarcas as comarcas. Dessa maneira, o que vigorava era um excessivo poder nas mãos dos governadores, ou seja, a tão reprovável hipertrofia do Poder Executivo. Era exatamente esse o nó da questão: reduzir ou manter esse poder dos estados? Centralizar ou preservar a descentralização política no que concernia à organização do Poder Judiciário?

Na verdade, tal debate foi inaugurado na subcomissão do Itamarati, nomeada pelo Governo Provisório (Decreto n.º 22.040 de 1.º de novembro de 1932) para fazer o Anteprojeto de Constituição que serviria de base para a feitura da Carta Constitucional. Essa comissão era composta por nomes de vulto na esfera nacional.<sup>144</sup>

Se o resultado de seu trabalho gerou na Constituinte as maiores reações, sobretudo por parte das grandes bancadas devido ao cunho extremamente centralizador que o caracterizou, foi também fruto de discussões convulsionadas no seio da própria subcomissão, pelo mesmo motivo. Dentro dela havia elementos como Artur Ribeiro e Antônio Carlos de Andrada, ambos mineiros, que se destacaram pela defesa da autonomia estadual. E outros, como Oliveira Viana, João Mangabeira e Temístocles Cavalcânti, francamente favoráveis a um projeto de centralização política da nação.

Refletindo sobre a questão em debate, Temístocles Cavalcânti situa dessa forma o problema:

“(...) De um lado os elementos conservadores, e com eles a política em geral, a magistratura de dois ou três estados que não desejam perder nem as vantagens políticas decorrentes de uma completa autonomia do Judiciário do estado, nem o prestígio de uma submissão aos tribunais federais ou as normas ditadas pelo Legislativo da União.

De outro lado, a magistratura do resto do país e com ela o povo sofrendo as duras conseqüências da desordem e dos excessos de uma política sem freios diante dos interesses mesquinhos do caudilhismo político da velha república, da qual dificilmente se podem libertar certos estados da Federação”.<sup>147</sup>

A discussão do tópico constitucional relativo ao Poder Judiciário teve na questão da unidade e da dualidade da Justiça o ponto nevrálgico e mais importante. Dentro da subcomissão revelaram-se algumas posições que merecem destaque. Iniciando o debate, João Mangabeira profere um discurso declarando-se contrário à proposta de Artur Ribeiro e Carlos Maximiliano, uma vez que vai defender a unidade da magistratura judicante, ou seja, a unidade da Justiça. Defende a volta do sistema que a Constituição de 1891 interrompeu.

Na definição da organização do Poder Judiciário, duas questões compunham o cenário dos debates: o estabelecimento ou não da unidade do direito adjetivo, ou do processo — já que não se questionava a unidade do direito substantivo — e a fixação ou não da unidade da magistratura, retirando dos estados o poder de organizar seu corpo judiciário.

Segundo Mangabeira, de nada adianta escrever uma lei, ou seja, manter a unidade do direito substantivo, se sua interpretação fica a cargo da Justiça estadual. A lei não é, afirma ele, o que seu texto estampa, mas o que o magistrado declara e proclama. Pelo projeto Artur Ribeiro, preservava-se a autonomia dos estados na organização dos seus três poderes, e dentro deles o Judiciário. Sensibilizado com as inúmeras e tradicionais críticas aos abusos que advinham desse poder nas mãos dos governadores

de estado, Artur Ribeiro argumenta que seu projeto estabelece contrafreios, isto é, princípios fundamentais a que os estados não poderiam fugir na organização das suas magistraturas. Além disso, as magistraturas estaduais ficariam subordinadas ao Supremo Tribunal, respondendo os seus membros mais graduados perante aquele Tribunal pelos crimes comuns e de responsabilidade que cometessem.

Na verdade, a proposta Artur Ribeiro reduzia a possibilidade de arbítrio do Poder Executivo estadual na organização da magistratura, apesar de defender a prerrogativa dos estados em fazê-lo. Pelos princípios estabelecidos garantia-se:

1) que a nomeação da magistratura seria implementada *por concurso*, nos primeiros graus;

2) que a promoção dentro da magistratura seria feita por *merecimento e por antiguidade*, na proporção de dois por antiguidade e um por merecimento;

3) que a nomeação e o acesso ao cargo se realizariam por *proposta dos tribunais judiciais superiores*, em listas organizadas da forma estabelecida por lei, podendo, nos casos de merecimento, participarem no julgamento juristas de notório saber e reputação, ainda que estranhos àquela magistratura;

4) a *vitaliciedade* dos magistrados, exceto nos casos de aposentadorias voluntária ou compulsória (pelo limite de idade em 75);

5) *inamovibilidade*, a não ser a pedido dos próprios magistrados ou por proposta do tribunal superior local;

6) incompatibilidade absoluta do exercício da função judiciária com o de qualquer outra função pública;

7) *fixação*, em lei federal, do *mínimo de remuneração* dos juizes das duas instâncias, conforme as condições peculiares de cada estado; e,

8) inalterabilidade da divisão judiciária do estado.

Tratava-se portanto de uma proposta de cunho federalista permeada, entretanto, de medidas concretas de refreamento da hipertrofia do Poder Executivo.

Toda a discussão na subcomissão centrava-se na necessidade de proteger o corpo dos juizes da "politicagem" que consistia na perseguição aos magistrados, por exemplo, com a supressão das suas respectivas comarcas. Segundo Antônio Carlos, o projeto Artur Ribeiro respondia a contento tanto pela inamovibilidade quanto pela garantia, em lei federal, de um pagamento condizente, o que de forma substancial assegurava uma independência da magistratura com relação aos chefes políticos.

Com a implementação dos princípios anteriormente mencionados, Artur Ribeiro tentava preservar a dualidade da magistratura sem os vícios que o modelo anterior permitia. "(...) no meu humilde conceito, a pureza do regime federativo não comporta a unidade da magistratura, pois eu

não compreendo esse regime sem a faculdade de cada estado organizar, livremente, os seus três poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário".<sup>148</sup>

João Mangabeira, entretanto, colocava-se entre aqueles que intransigentemente defendiam a unidade da magistratura. Acrescia à sua fundamentação o fato de estar sendo cogitada a unidade processual, o que o fazia achar incoerente unificar o direito substantivo e adjetivo, entregando a magistratura ao sabor das conveniências estaduais. Propugnava pela total independência dos juizes com relação aos governadores de estado, de sua Assembléia e de seus cofres, desde o processo de nomeação, de acesso aos cargos, até a remuneração.

Mas a radicalização da defesa da unidade da magistratura encontrou em Oliveira Viana sua mais pura expressão. Francamente unitarista, não apóia o projeto Artur Ribeiro.

Em primeiro lugar, declara que o problema em debate está mal dimensionado. Não se trata de uma questão de técnica judiciária, como as discussões lhe parecem sugerir. O problema não é de jurisdição, de competência, de instâncias, de recursos, de distribuição de termos e comarcas, de formação de juízos singulares ou coletivos. Tudo isso é uma questão subsequente. A preliminar é essencialmente de técnica política, e os critérios de resolução têm que ser definidos no âmbito da política. O que se impõe, portanto, é uma reflexão e posteriormente uma definição a partir da seguinte questão: levando-se em conta a experiência acumulada em 40 anos da vida brasileira e em face da realidade daquele momento, é ou não conveniente aos interesses das populações nacionais passar para a União a magistratura até então pertencente aos estados?

É incisivo com relação aos cuidados que vinha sentindo por parte de alguns membros da subcomissão com a preservação do federalismo. "Nós não estamos aqui, diz ele, para servir a tipos ideais de regimes — e sim para servir aos interesses e conveniências da nação".<sup>149</sup> E se o compromisso é com a nação, com a melhoria das condições de vida das populações nacionais, não há dúvida de que a União deve concentrar em suas mãos o poder de organizar a magistratura. Em verdade, para Oliveira Viana, a Justiça estadual não tinha a menor condição de se impor às máquinas partidárias. Como tal, aparecia-lhe extremamente frágil e impotente. Ademais, a maioria dos estados padecia dos males de uma Justiça dependente, ineficiente, mal paga, freqüentemente facciosa, abandeirada aos mandões locais. Nos grandes estados, essa realidade era dissimulada, porque as pressões se faziam mais discretas, quase imperceptíveis. Mas na essência o problema da dependência judiciária ao arbítrio e ao poder dos políticos se mantinha.

Essa situação, tão particularmente desastrosa, acabou por criar, para Oliveira Viana, três tipos de juizes: "O juiz maleável, que se acomoda e

transige; o juiz faccioso, que se faz instrumento dos partidos e *jac-totum* dos coronéis".<sup>150</sup> A única forma capaz de purificar a magistratura está na eliminação desses tipos de juízes. Está no rompimento dessa estrutura viciada com a criação de juízes fortes, independentes das máquinas partidárias locais, magistrados dotados de força material capaz de resguardar a integridade de sua pessoa na dignidade de seu cargo e na plenitude de sua missão tutelar. Não há como corrigir esses vícios dentro do processo tradicional. A solução é outra, e radical. É preciso que a União se apodere da magistratura dos estados. Uma apropriação total, completa, integral, descendo dos tribunais de recurso às mais baixas instâncias. Não há conciliação possível, através de uma fórmula de apoderação parcial.

Para Oliveira Viana, o fundamental é a União intervir definitivamente na magistratura, principalmente na do interior, indefesa perante os potentados locais. Os juízes da cidade podiam contar, de certa forma, com uma espécie de "escudo protetor": a imprensa e a opinião pública. Os do interior não. Os argumentos de Artur Ribeiro e de Carlos Maximiliano são insuficientes para responder a essa situação. Oliveira Viana não acredita em "contrafreios", em soluções intermediárias que tentem minimizar os abusos e vícios que a prática política alimentou com relação à magistratura estadual. Além disso, acrescenta que o juiz deve ser um agente da autoridade pública com a incumbência de aplicar a lei e assegurar a inviolabilidade dos direitos e das liberdades individuais. E nesse particular salienta: "(...) ora, no desempenho desta missão, que é justamente o único aspecto pelo qual o juiz interessa ao povo, o magistrado precisa ter alguma coisa mais do que a garantia de sua indissolubilidade e da inamovibilidade; precisa ter poder para resistir às três forças que ameaçam ou reduzem, principalmente no nosso interior rural, a plena eficiência da sua ação tutelar: a polícia civil, a polícia armada e o arbítrio dos potentados".<sup>151</sup>

Na verdade, ao argumento do uso do monopólio da força pelas máquinas partidárias, Oliveira Viana complementa com o da deficiente cultura política do povo brasileiro. Para ele, o segundo serve como suporte ao pleno desenvolvimento do primeiro. Daí advém sua certeza da falência de uma prática política que, por ser liberal, assegura aos mais fortes — porque controlam a máquina política revertendo-a em seu favor — o efetivo monopólio dos benefícios que ela lhes pode fornecer. O liberalismo alimenta as ambições de grupos particulares porque toda sua doutrina está assentada no pleno desenvolvimento da iniciativa privada. Mas se o mito liberal consiste na crença de que todos os indivíduos podem igualmente participar desse jogo, na prática ele se reduz à seleção exclusivista que incorpora tão poucos e seletos jogadores. Os outros, vale dizer, a maioria, supostamente incluída, afogada na obscuridade da ignorância, da falta

de percepção, da incultura política, servem apenas de reduto, de massa de manobra daqueles mais ágeis, porque mais poderosos.

Nesse sentido, tentar solucionar os problemas, utilizando-se dos mesmos elementos que os criam — ainda que em tese limitados por algumas regras prescritas — é arriscar mais uma vez incorrer no mesmo erro. O mal se corta pela raiz. E a raiz é o excesso de poder que as máquinas políticas estaduais tradicionalmente conferem aos chefes políticos. Extremamente pessimista, Oliveira Viana acredita que esses políticos encontrarão fórmulas para burlar os contrafeios. Os vícios estão por demais arraigados, e serão os mesmos homens viciados os que, pela proposta de Artur Ribeiro, se responsabilizarão por corrigi-los. É a descrença total nessa possibilidade que o faz defender a idéia de que se passe à União a tarefa de cumprir eficazmente esse saneamento. "(...) Em um povo de cultura política ainda deficiente, como é o nosso, e em um regime generalizado de política de clã, que domina todo o país, é este, na verdade, o único meio que teremos de organizar uma magistratura apta a garantir, de maneira efetiva e cabal, o direito e a liberdade civil dos cidadãos."<sup>152</sup>

Entretanto, passar a atribuição de organizar a magistratura para a União seria reproduzir o mal, afirma Oliveira Viana, só que em maior escala. Sua proposta é de entregar a Justiça à própria Justiça, autônoma, independente, liberta das influências partidárias. Definindo-se, também, pela unidade de Justiça, com argumentos semelhantes aos de Oliveira Viana, Temístocles Cavalcânti se distingue do primeiro pela crença na eficácia dos instrumentos que o anteprojeto estabelece para moralizar a atividade da magistratura.

Os princípios propostos no projeto Artur Ribeiro contribuem de forma relevante, segundo Temístocles Cavalcânti, para assegurar à magistratura uma independência com relação ao poder político estadual, condição essencial ao exercício correto do desempenho da Justiça. E mais, o estabelecimento de uma Lei Orgânica fixando as normas a que deve obedecer a Justiça em todo o país — emenda proposta por Carlos Maximiliano e aprovada pela subcomissão —, que só pode ser alterada com a aprovação da Assembléia Nacional em duas legislaturas consecutivas, vem "preencher uma lacuna na nossa estrutura judiciária, porque representa um traço de união entre as organizações estaduais e a constituição federal".<sup>153</sup>

A Lei Orgânica funcionaria, segundo Carlos Maximiliano, para impedir o exercício do arbítrio pelos poderes estaduais na organização das magistraturas dos estados. "A magistratura, embora nomeada, em parte, pelos poderes estaduais, está livre do arbítrio dos mesmos, pois uma Lei Orgânica regula a investidura, o acesso, os vencimentos, a irredutibilidade e o pagamento pontual dos salários, a inamovibilidade, incompatibilidades, aposentadoria e cumprimento dos despachos e sentenças."<sup>154</sup>

Entretanto, essa emenda de Carlos Maximiliano provoca uma cisão no seio da subcomissão, pela reação veemente do ministro Artur Ribeiro. “(...) Em uma Constituição que pretenda conservar a magistratura federal e a magistratura estadual, destinada esta ao exercício das funções judiciais comuns e ordinárias e aquela ao de funções especiais, constitucionalmente especificadas, é inteiramente descabida a inclusão de tal matéria.”<sup>155</sup>

Na verdade, a proposta de Artur Ribeiro visava a unificação da Justiça, acreditando ter sido a dualidade de Justiça ou a duplicidade de hierarquias de jurisdições bastante inconveniente, pela deficiência com que os juízes federais nos estados desempenhavam suas funções. De duas uma: ou se organizaria a Justiça federal com órgãos idôneos e adequados, em todos os pontos do território nacional, ou as funções desses juízes seriam distribuídas pelas jurisdições locais, cercadas de todas as condições que lhes assegurassem independência e isenção. Artur Ribeiro opta pela segunda alternativa. O projeto que formulou adotou um regime intermediário entre a unidade e a dualidade, na ocasião existente.

É o projeto de Artur Ribeiro que a bancada mineira — basicamente o Partido Progressista — defenderá na Assembléia, pela voz do deputado progressista Francisco Negrão de Lima que vai criticar o sistema adotado pelo anteprojeto elaborado pela subcomissão, por não se filiar a nenhum dos três grupos que se pronunciaram a respeito da organização do Poder Judiciário. Pelo deputado, os três grupos são assim qualificados:

1) *unitaristas vermelhos* — os que pretendem passar integralmente para a União todos os serviços da Justiça; defendem a unidade dos códigos, do processo e da magistratura;

2) *unitaristas moderados* — os que pleiteiam a dualidade sucessiva ao invés da dualidade de jurisdições paralelas, vale dizer, os que propugnam por um regime de uma só Justiça, respeitando-se, porém, a autonomia dos estados no que se refere à organização das respectivas magistraturas, para a qual se estabelecem certos princípios gerais na Constituição Federal;

3) *dualistas puros* — os que defendem a forma adotada na Constituição de 1891,<sup>156</sup> isto é, dualidade de processo e de magistratura.

Embora fortemente unitarista, o anteprojeto a rigor se distanciava de todos os grupos, uma vez que tentava agregar princípios do primeiro com o do segundo grupo. Deixava aos estados o direito das nomeações, para as quais formulava regras especiais, e o encargo das remunerações dos juízes. Mas toda a organização da Justiça é no anteprojeto atribuída exclusivamente à União. Sua ambigüidade está na tentativa de incorporar

os princípios propostos por Artur Ribeiro à emenda de Carlos Maximiliano a que nos referimos anteriormente.

O argumento político da bancada mineira apoiado no projeto Artur Ribeiro é o da preservação do federalismo. Entretanto, a particularidade da posição dessa bancada está exatamente no fato de combinar a presença do federalismo com o sistema de uma só Justiça. Se por um lado defendiam a autonomia dos estados, na organização de suas magistraturas, por outro preconizavam o estabelecimento de uma hierarquia onde o supremo Tribunal Federal funcionasse como regulador e fiscalizador de toda a magistratura. E mais, a preservação das jurisdições locais e a extinção dos juízes federais nos estados seria acompanhada de regras e princípios que, como já explicitamos, controlariam a formação do quadro da magistratura, bem como o desempenho de suas funções.

A bancada mineira, portanto, discordava das duas posições polares em pauta. Criticava a extrema centralização oriunda da proposta dos unitaristas e também o argumento dos dualistas segundo o qual, como afirma Levi Carneiro, as causas regionais deveriam ser julgadas com o espírito regional e as federais com o sentimento federal. Aos primeiros respondendo defendendo a propriedade dos estados em organizar uma magistratura não viciada, desde que obedecidos os princípios fixados na Constituição Federal. Aos outros replica: “[A Justiça] é alguma coisa de melhor do que o regionalismo ou o federalismo das causas, e o juiz encarregado de distribuí-la não poderá fazê-lo com o espírito regional ou o sentimento federal, mas apenas com o pensamento orientado na direção que a lei e a consciência lhe indicam”.<sup>157</sup> Entretanto, a questão da unidade processual vai dividir a bancada mineira.

O deputado perremista Daniel de Carvalho profere um veemente discurso na Assembléia defendendo a unidade processual, divergindo da bancada paulista e da Comissão Constitucional que não previu, no substitutivo, a unidade processual — alterando portanto o estabelecido ao anteprojeto: “(...) o Substitutivo representa uma surpresa para o país, onde se generalizara a tranqüilizadora convicção de que a unidade processual era uma questão vencida.”<sup>158</sup> Acrescenta que o substitutivo apenas confere à União competência privativa de legislar sobre as normas fundamentais do processo. Seria a regulamentação de uma indefinição, salienta Daniel de Carvalho, uma vez que não seria nada fácil qualificar essas normas fundamentais do processo.

Ao argumento da bancada paulista de que a diversidade regional, as disparidades estaduais exigiriam a dualidade processual, Daniel de Carvalho responde: “(...) O fato de já se ter praticado com êxito a unidade do processo no país numa época em que maiores eram as dificuldades de comunicação responde com vantagens ao conceito dos que querem a



pluralidade em atenção às 'diversidades regionais' que devem acarretar 'diversidade de preceitos aplicáveis'(...).<sup>159</sup>

A unidade processual poria fim à confusão reinante criada pela dualidade processual. Com essa convicção, o deputado perremista afirma:

"É em grande parte devido à incerteza da lei aplicável, cuja consequência são as surpresas dos julgamentos, que o povo-começa a descreer da justiça e preferir todo e qualquer acordo à mais bem fundada demanda. A vantagem de uma lei única compensaria fortemente as desvantagens dos senões acaso existentes na mesma. O advogado do interior conhece o prolóquio que realça o valor de um pássaro na mão e preferirá certamente uma lei única, em que possa confiar, a atirar em duas que estão voando e na incerteza de acertar o tiro..."<sup>160</sup>

A defesa da unidade processual era respaldada pelo grupo minoritário da Assembléia que congregava os deputados das pequenas bancadas, principalmente a do Norte e Nordeste, e também por representantes das oligarquias dissidentes que compunham as grandes bancadas. O processo de articulação da minoria parlamentar foi incrementado a partir da apresentação e aprovação do substitutivo da Comissão dos 26 ao plenário da Assembléia.

Juarez Távora teve um papel destacado na liderança desse processo. Através de sucessivas reuniões com o grupo minoritário, trabalhava no propósito de definir posições que fossem a expressão dos interesses desse grupo para que conseguissem obter ganhos políticos com a alteração do substitutivo. Uma das vitórias da minoria — que inclusive provocou um rearranjo nas articulações das grandes bancadas<sup>161</sup> — foi exatamente a aprovação e a inclusão, no texto constitucional, da unificação do direito adjetivo, ou seja, a institucionalização da unidade processual.

Portanto, a Constituição de 1934 acabaria por: manter a unidade de Código (direito substantivo), já existente na República Velha e reconhecida como necessidade indiscutível; estabelecer a unidade do processo (direito adjetivo), inovando numa área que ainda era objeto de muitas divergências; consagrar um sistema "conciliatório" no que diz respeito ao problema da magistratura, mantendo duas ordens de juízes — os da União e dos estados —, mas estabelecendo em certos aspectos unidade de jurisdição.

\* \* \*

A Revolução de 30 instaurou no país um regime de exceção onde prevaleceu o confronto de duas forças básicas interessadas no delineamen-

to de um novo modelo de Estado: “tenentes” e “oligarquias”. A tônica desse momento foi a instabilidade política, uma vez que não mais prevaleciam as regras institucionais anteriores, e os novos segmentos que lutavam pelo poder discutiam a construção e a fixação de outras que melhor servissem a seus interesses. Tendo sido um dos parceiros fundamentais do pacto rompido em 1929, a oligarquia mineira conservava ainda em suas mãos o trunfo de ser uma força política de expressão nacional. Econômica e financeiramente — pelo peso da participação na política cafeeira e por toda uma estrutura bancária e financeira montada —, a oligarquia mineira impunha-se como uma força da maior relevância na órbita da política federal. Politicamente montara a máquina partidária solidamente estruturada — o Partido Republicano Mineiro.

Mantendo toda uma teia de relações organizativas, o PRM controlava o executivo estadual, tendo como base maior de sustentação o apoio e a ligação estreita com os chefes políticos dos municípios. Vitorioso o movimento armado de 1930 e mantida a presidência de Olegário Maciel, o mais forte chefe do PRM, Artur Bernardes, inicia toda uma política agressiva de manutenção de seus privilégios como presidente do partido dominante, no propósito de consolidar sua liderança no estado. Na verdade, Artur Bernardes não só dificultava a ação governativa autônoma de Olegário Maciel, como impedia o livre acesso de outras facções da oligarquia ao bloco do poder. E foi pela disputa do poder estadual que o situacionismo mineiro aliou-se ao Governo Provisório, e por extensão, aos “tenentes”, aprovando e objetivamente implementando a primeira investida contra Bernardes: a Legião de Outubro. A experiência legionária, embora inspirada em ideais tenentistas, acabou por se utilizar de instrumentos de dominação específicos da política oligárquica. De fato, os agentes propulsores desse ideário eram componentes da própria oligarquia que viam no empreendimento uma possibilidade de enfraquecer o bernardismo.

O enfrentamento evidenciou mais do que isso: mostrou a força real da tradição de dominação bernardista. Se Bernardes não poderia controlar a máquina do poder estadual, o governo do estado não conseguiria eliminá-lo com facilidade. A evidência desse fato foi consubstanciada na promoção, pelo governo federal, de um acordo entre as correntes mineiras, em confronto desde a formação da legião — acordo que fracassaria completamente.

Tanto para combater o bernardismo quanto para comprometer decisivamente sua força no estado, os segmentos rivais tiveram que se aliar ao Governo Provisório. Com a exclusão de Bernardes da cena política, em 1932, assiste-se em Minas a todo um movimento de congregação política em torno da formação do novo partido situacionista (PP). Esse acontecimento marcou a vitória não dos ideais tenentistas, mas da oligarquia.

Não tendo mais que compor com o PRM, reúne-se em torno do governo estadual para que, fortalecendo-o, se consolide.

A experiência de participação da bancada mineira na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 deixou clara a força da oligarquia para lutar pela preservação de um espaço de influência a ser definido com a nova Carta Constitucional. Do ponto de vista da política estadual, a escolha do novo interventor, Benedito Valadares, igualmente elucidou a impossibilidade de desconsiderar o peso político das forças regionais. Se não foi uma escolha direta da oligarquia representada no Partido Progressista, não seria também a definição de um chefe de estado a governar à sua revelia.

Benedito Valadares Ribeiro, uma decisão de Vargas, terá como princípio norteador da formação de seu governo a composição com as principais forças regionais. Para tanto, nem Bernardes seria excluído.

#### NOTAS

- 1 Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a Revolução de Outubro* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1975), p. 80.
- 2 Virgílio de Melo Franco, *Outubro, 1930* (Rio de Janeiro: Schmidt, 1931), pp. 191-2.
- 3 Paulo Pinheiro Chagas, *Esse velho vento da aventura* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1977), p. 132.
- 4 Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República*, vol. III (Rio de Janeiro: José Olympio, 1955), p. 1.335.
- 5 Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, p. 81.
- 6 Firmino Paim Filbo, senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), era um dos emissários de Vargas na articulação da Revolução de 30 junto aos demais segmentos da Aliança Liberal.
- 7 Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, p. 82.
- 8 Bruno de Almeida Magalhães, *Artur Bernardes — estadista da República* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1973), p. 217.
- 9 Deixaram de ser reconhecidos: Adolfo Viana, Vaz de Melo, Gudesteu Pires, Baeta Neves, Emilio Jardim, Eugênio de Melo, Augusto de Lima, Eduardo Amaral, Bueno Brandão Filho, Garibaldi de Melo, Afrânio de Melo Franco, Honorato Alves e Nélson de Sena. Ver Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*, pp. 289-90.
- 10 Bóris Fausto, *Expansão do café e política cafeeira*, in Bóris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. I (História Geral da Civilização Brasileira, 8) (São Paulo: Difel, 1975).
- 11 Virgílio de Melo Franco, *op. cit.*
- 12 Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 135.
- 13 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, p. 1.370 (grifo nosso).
- 14 Nas campanhas da imprensa contra Artur Bernardes notabilizou-se *O Globo* que, em dezembro de 1930, publica uma foto de Bernardes saindo do Palácio da Liberdade com a pasta de despachos presidenciais.
- 15 O capitão Frederico Cristiano Buys participou ativamente do movimento tenentista, tendo sido uma expressão importante do Clube 3 de Outubro, em 1932. O documento em que formula o esboço de um projeto para a formação do que denominou Partido Revolucionário Nacional (PRN) foi por ele enviado a Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, na busca de apoio do governo Provisório para sua implementação.

- 16 Frederico C. Buys. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, série Documentos Oficiais — “Partidos/Legiões”, documento: “Bases para a organização da proclamação destinada ao lançamento do Partido Revolucionário Nacional (Legião de Outubro)”. Data provável: dezembro de 1930.
- 17 *Idem.*
- 18 *Idem.*
- 19 *Idem.*
- 20 *Idem.*
- 21 Carta de Osvaldo Aranha a Vargas. Ver Arquivo Osvaldo Aranha 33.10.04. Ver nota 85.
- 22 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, p. 1.424.
- 23 Arquivo Osvaldo Aranha, série Documentos Oficiais — “Partidos/Legiões”, documento: “A Legião de Outubro, Manifesto ao *Diário*”.
- 24 Bruno de Almeida Magalhães, *op. cit.*, p. 230.
- 25 *Ib.*
- 26 Arquivo Gustavo Capanema.
- 27 Venceslau Brás vinha, como Artur Bernardes e Melo Viana, já na sucessão de 1929, disputando um lugar na liderança do estado. Seu ingresso na Legião de Outubro e sua atuação na esfera estadual e nacional marcarão o início do processo de sua oposição a Artur Bernardes.
- 28 Bruno de Almeida Magalhães, *op. cit.*, p. 234.
- 29 A facção de Melo Viana e de Carvalho Brito conseguiu mobilizar uma parte significativa do eleitorado mineiro em favor da eleição de Júlio Prestes à presidência da República, em 1929, comprometendo a vitória de Vargas.
- 30 Numa carta dirigida a Osvaldo Aranha (Arquivo Osvaldo Aranha, 31.06.16), há não só uma denúncia do fato de estar Francisco Campos, na qualidade de ministro de Estado, utilizando-se da legião para abrir um espaço político próprio em Minas Gerais, como de transformar Gustavo Capanema em seu mensageiro, seu porta-voz. A denúncia é rude pois qualifica Capanema de “moleque de recados” de Francisco Campos.
- 31 Arquivo Gustavo Capanema.
- 32 Ver *Liberdade* (órgão oficial da Liga Mineira pró-Estado Leigo) de junho de 1931.
- 33 O ponto central da denúncia era o de que, apesar de ter sido estabelecido que o ensino religioso teria o caráter facultativo, seria o mesmo concretizado pela demanda de pelo menos 20 alunos, o que acarretava, na prática, o predomínio do ensino religioso católico, pela dificuldade que as outras seitas religiosas em minoria encontrariam para se impor.
- 34 “Os crimes, atentados e violências da Legião de Outubro no município de Manhuaçu — MG.” Ver Arquivo Osvaldo Aranha.
- 35 Aluísio Leite Guimarães, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1977) (mimeo.). O entrevistado era membro do PRM e participou do congresso deste partido em agosto de 1931.
- 36 *Ib.* O entrevistado se referia ao comandante do 12.º RI, coronel Pacheco de Assis.
- 37 Em setembro de 1935, Aluísio Leite Guimarães profere um discurso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a acusação feita ao PRM, em 1931, de tentativa de deposição de Olegário Maciel. O discurso foi feito para mostrar a cumplicidade federal na tentativa de golpe. Refere-se o deputado às ordens de Salgado Filho, então delegado-auxiliar do Rio de Janeiro, ao coronel Pacheco de Assis, comandante do 12.º RI, para que assumisse a interventoria. Ver Aluísio Leite Guimarães, *op. cit.*, onde figura também a transcrição do seguinte telegrama, datado de 18 de agosto de 1931: “Sr. Ministro da Guerra, de ordem do Sr. Chefe Governo Provisório, determina que deveis assumir governo desse estado, na qualidade de interventor federal. Informai com urgência se necessitais de tropas para manutenção de vossa autoridade”.
- 38 Declaração de Antônio Carlos a um jornal do Rio de Janeiro, em agosto de 1931.

- 39 Paulo Pinheiro Chagas, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1978) (mimeo).
- 40 Lúcia Lahmeyer Lobo e Rodrigo B. Coelho, *A Revolução Constitucionalista de 1932* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1978) (mimeo).
- 41 Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*
- 42 *Idem.*
- 43 Esse partido ficou também conhecido entre os políticos mineiros como “partido sem nome” tal a inexpressividade que acabou tendo no estado. Ver Paulo Pinheiro Chagas, *Esse velho veno de aventura* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1977).
- 44 O *Diário de Notícias* (DF), no mês de janeiro de 1932, dá uma razoável cobertura a esse evento.
- 45 *Diário de Notícias* (DF) de 10.1.1932.
- 46 *Diário de Notícias* (DF) de 6.1.1932.
- 47 *Correio do Povo* de 22.4.1932.
- 48 Além de promover o “acordo mineiro”, o Governo Provisório procurava atrair Minas Gerais para uma aliança com o poder central através do oferecimento de pastas ministeriais, abertas pelo processo demissionário de março de 1932.
- 49 *Correio do Povo* de 29.4.1932.
- 50 *Correio do Povo* de 1.5.1932.
- 51 Era conhecida como “esquerda revolucionária” uma ala do tenentismo que se caracterizava por uma oposição mais radical às oligarquias.
- 52 Arquivo Getúlio Vargas, 32.04.15/1.
- 53 Carta de Venceslau Brás a Olegário Maciel. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 32.07.11/1.
- 54 Artur Bernardes foi exilado do Brasil pela participação que tivera na Revolução Constitucionalista de 1932, apoiando decididamente a causa paulista.
- 55 Tendo tido uma participação decisiva na Revolução de 30, representava Virgílio para os tenentes o instrumento para a inserção de Minas na Revolução. Ver Carolina Nabuco, *A Vida de Virgílio de Melo Franco* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1962), p. 19: “O trabalho de Virgílio na Revolução foi comparado por Osvaldo Aranha com o do personagem shakespeariano Ariel no drama *The Tempest*. E a comparação circulou muito, sobretudo após a vitória”.
- 56 Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 216.
- 57 Programa do Partido Progressista Mineiro, in *Jornal do Comércio* de 23 e 24.1.1933 (grifos nossos).
- 58 “( . . . ) Organizar a administração municipal de forma a conciliar autonomia municipal com o interesse comum do Estado. . . ” Programa do Partido Progressista Mineiro.
- 59 *Diário de Notícias* (DF) de 13.8.1933: “O Partido Progressista e o Anteprojeto Constitucional”. Com a dualidade da Justiça ficaria reservado ao poder estadual a prerrogativa de nomear seus magistrados. Na Constituinte de 1933, essa questão foi discutida através da proposta contrária de retirar esse poder dos estados, passando-o para a União. Porém, como teremos oportunidade de discutir na última parte deste texto, a proposta que a bancada mineira sustentará na Assembléia a esse respeito não se confunde com a experiência que vigorava na República Velha.
- 60 *Diário de Notícias* (DF) de agosto de 1933.
- 61 Arquivo Getúlio Vargas, 33.08.12/2.
- 62 “Novo rumo que se aponta à política nacional” — *A Nação* de 4.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 63 *Diário de Notícias* (DF) de 3.8.1933: “A Revogada dos Paredros”.
- 64 *Diário de Notícias* (DF) de 11.8.1933: “A atitude de Minas”.
- 65 Declaração de Virgílio de Melo Franco e Bias Fortes. Ver *Diário de Notícias* (DF) de 9.8.1933.
- 66 Carta a Osvaldo Aranha. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.08.12/2.
- 67 Arquivo Getúlio Vargas, 32.11.27.
- 68 Carta de Virgílio de Melo Franco a Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, 32.10.27/3.
- 69 Arquivo Getúlio Vargas, 32.11.27.

- 70 "Acabo estar Antônio Carlos. Conquanto Código Interventores não seja taxativo sobre substituição, ele entende Capanema deva assumir até nomeação interventor." Arquivo Antunes Maciel, 33.09.05/11.
- 71 Armando de Sales Oliveira foi nomeado interventor de São Paulo em agosto de 1933.
- 72 Arquivo Antunes Maciel, 33.09.11/2.
- 73 Arquivo Antunes Maciel, 33.09.12/3.
- 74 A participação de Virgílio na formação do PP é citada em alguns órgãos de imprensa da época, como *Diário de Notícias* (DF) e *Jornal do Comércio*. Também Carolina Nabuco faz menção enfática a esse respeito. Ver Carolina Nabuco, *A vida de Virgílio de Melo Franco* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1965).
- 75 "Dentre todos os homens da política mineira, o Dr. Capanema é o de matiz mais semelhante ao Rio Grande. E com o Rio Grande firme como está e Minas solidária, terás garantida a paz para o resto do teu Governo Provisório e para a tua presidência constitucional." Carta de Flores da Cunha a Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.10.04/1.
- 76 "... Nós do PRM estávamos decididamente ao lado de Virgílinho, que vinha aureolado desde 30 pelos inestimáveis serviços que prestara à Revolução de Outubro. Nosso antigo companheiro de tantas lutas, só tínhamos motivos para apoiá-lo..." Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 231.
- 77 É absolutamente silenciosa a participação de Francisco Campos nesse episódio. Nossa suposição se fundamentou nas estreitas ligações por ele mantidas, em Minas, com Gustavo Capanema e em suas divergências com Osvaldo Aranha, que marcou sua atuação por uma aproximação com as oligarquias, em lugar de um enfrentamento com elas, como foi caracterizada a atuação de Campos.
- 78 Arquivo Antunes Maciel, 33.09.11/1.
- 79 Arquivo Getúlio Vargas, 33.10.24/1.
- 80 Arquivo Antunes Maciel, 33.08.25/1.
- 81 Contornar o impasse significava principalmente garantir a permanência de Vargas no poder.
- 82 Há dois documentos no Arquivo Getúlio Vargas que explicitam a ligação política de José Carlos Macedo Soares com Virgílio de Melo Franco. Em ambos, o político paulista apóia a nomeação de Virgílio para a interventoria mineira (Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.03 e 33.10.20). Esse apoio, entretanto, não nos autoriza a ampliar a ligação de Virgílio com as forças políticas paulistas enquanto tal, apesar de ser Macedo Soares uma figura expressiva da Chapa Única.
- 83 Arquivo Antunes Maciel, 33.09.11/2.
- 84 Telegrama de Vargas a Antunes Maciel. Ver Arquivo Antunes Maciel, 33.09.10.
- 85 Carta de Aranha a Vargas. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, 33.10.04.
- 86 Antônio Carlos foi eleito com 128 votos, dentre eles os da Bancada Classista que votou a seu favor pelo fato de ter o PP reconsiderado sua posição inicial, passando a defender a representação classista na Assembleia Nacional Constituinte. Essa foi, sem dúvida, uma vitória de Vargas junto à liderança do PP. A bancada classista constituía, também, um importante reduto de votos para a eleição de Vargas à presidência do país. Os 40 votos dos deputados classistas garantiram a vitória de Antônio Carlos logo no primeiro turno. Absteram-se de votar a Chapa Única de São Paulo, bem como João Alberto Lins e Barros, acompanhado de 30 amigos. *Diário de Notícias* (DF) de 14.11.1933.
- 87 Carta de Gustavo Capanema a Vargas. Ver Arquivo Antunes Maciel, 33.11.09.
- 88 *Diário de Notícias* (DF) de 7.12.1933.
- 89 Carta de Virgílio de Melo Franco a Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, 33.11.26/3.
- 90 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.04.
- 91 *Idem*
- 92 *Diário de Notícias* (DF) de 10.12.1933. Constavam da lista: Noraldino Lima, Benedito Valadares, Odilon Braga, Pedro Aleixo, Augusto Viegas, Raul Sá e Licurgo Leite.

- 93 “... Em outros termos: Valadares, querendo ser interventor de Minas, teria provado ao ditador que era um homem sem vinculações políticas, útil, portanto, ao seu interesse. E que teria sido esse o motivo da sua escolha, e não as razões domésticas do parentesco afim, sabido que se havia ligado pelo casamento com os Dorneles, gaúchos e parentes chegados de Getúlio.” Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 233.
- 94 Ovídio de Abreu, secretário de Finanças do governo Valadares durante o período de 1933-40, em entrevista ao CPDOC mencionou o desastre financeiro e o enfraquecimento econômico em que se encontrava o estado na ocasião em que Valadares assumiu a interventoria. Salientou também a estratégia política eficaz de composição diversificada do secretariado, satisfazendo às diversas correntes políticas mineiras. Foi essa a composição do secretariado:

Secretariado	Responsável pela pasta	Indicação de:
Educação	Noraldino Lima	Antônio Carlos
Interior	Carlos Luz	Ribeiro Junqueira
Finanças	Alcides Lins*	Antônio Carlos
Agricultura**	Israel Pinheiro	Benedito Valadares

\* Ocupou a pasta por dois meses, sendo substituído por Ovídio de Abreu, quando foi nomeado diretor do Departamento Nacional do Café.

\*\* Segundo Ovídio de Abreu, esta pasta foi oferecida a Belo Lisboa por deferência a Bernardes. O candidato teria recusado, aconselhado pelo próprio Bernardes, com a alegação de que o governo Valadares não resistiria muito tempo.

- 95 Editorial do *Correio da Manhã* de 14.12.1933.
- 96 Arquivo Antunes Maciel, 33.12.14.
- 97 Arquivo Antunes Maciel, 33.12.15/1.
- 98 *Idem*.
- 99 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.30/6.
- 100 Carta de Antônio Carlos a Flores da Cunha, mencionada por este em um telegrama a Vargas. Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/2.
- 101 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/2.
- 102 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/3.
- 103 Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/4 (grifo nosso).
- 104 Bressi, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37, 22 vol.), daqui por diante referidos apenas por *Anais*. Esta citação se encontra no vol. 5, pp. 222-4.
- 105 Virgílio de Melo Franco, *Anais*, vol. 7, pp. 371-2.
- 106 *Ib.*, p. 372.
- 107 *Ib.*, p. 372.
- 108 *Ib.*, p. 374.
- 109 *Anais*, vol. 14, p. 29 (grifo nosso).
- 110 O trecho do discurso de Daniel de Carvalho (PRM) ilustra e concretiza o tipo de aproximação entre PP e PRM: “O Sr. Deputado Gabriel Passos compareceu à Reunião conjunta das bancadas situacionista e perremista. Submeteu a sua emenda à apreciação dos presentes. Leu-a, desde logo combateram-na o Sr. Carneiro de Resende, nobre *leader* da bancada perremista, e o Sr. Bias Fortes da bancada situacionista, além de outros deputados”. *Anais*, vol. 7, p. 18.
- 111 *Anais*, vol. 8, p. 289 (grifo nosso).
- 112 *Anais*, vol. 11, p. 60.

- 113 *Anais*, vol. 14, p. 37.
- 114 *Estado de São Paulo* de 14.7.1934.
- 115 *Estado de São Paulo* de 25.5.1934.
- 116 Odilon Braga, *Anais*, vol. 2, p. 229.
- 117 Rodrigo Batista Martins, *A masorca* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977), p. 18.
- 118 Odilon Braga, *op. cit.*, p. 234 (grifo nosso).
- 119 Mais adiante, veremos de que maneira essa mesma argumentação presenciará o debate relativo ao Poder Judiciário.
- 120 *Anais*, vol. 14, p. 65.
- 121 Levindo Coelho, *Anais*, vol. 14, p. 68.
- 122 Odilon Braga, *Anais*, vol. 4, p. 486.
- 123 *Ib.*, p. 487.
- 124 *Ib.*, p. 487.
- 125 José Afonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição Nacional* (Belo Horizonte: s. ed., 1933), p. 322.
- 126 *Ib.*, p. 323.
- 127 Pedro Aleixo, *Anais*, vol. 12, p. 298.
- 128 Augusto Viegas, deputado progressista, notabilizou-se pela defesa do federalismo e da representação proporcional.
- 129 Augusto Viegas, *Anais*, vol. 15, pp. 29-30.
- 130 Bías Fortes, *Anais*, vol. 13, p. 333.
- 131 *Ib.*, p. 331.
- 132 *Anais*, vol. 15, p. 37.
- 133 Texto da Emenda n.º 947. Ver *Anais*, vol. 3, p. 326.
- 134 *Ib.*, p. 326.
- 135 *Anais*, vol. 13, p. 333.
- 136 Texto da Emenda n.º 947. Ver *Anais*, vol. 3, pp. 327-8 (grifo nosso).
- 137 *Anais*, vol. 10, pp. 291-301.
- 138 *Anais*, vol. 6, p. 388.
- 139 Sobre esse assunto, ver Rodrigo Batista Martins, *op. cit.*, p. 9.
- 140 Gabriel Passos, *Anais*, vol. 2, p. 394.
- 141 Daniel de Carvalho, *Anais*, vol. 7, p. 23.
- 142 Bías Fortes, *Anais*, vol. 7, p. 24.
- 143 Gabriel Passos, *op. cit.*, p. 394.
- 144 Gabriel Passos, *Anais*, vol. 4, p. 441.
- 145 *Anais*, vol. 20, p. 410.
- 146 Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores; Amis Brasil, ministro da Agricultura; José Américo de Almeida, ministro da Viação; Antônio Carlos de Andrada; João Mangabeira; Agenor de Roure; Prudente de Moraes; Artur Ribeiro; Oliveira Viana; Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda; Carlos Maximiliano (relator-geral da subcomissão); general Góis Monteiro e Temístocles Cavalcânti.
- 147 Temístocles Brandão Cavalcânti, *À margem do anteprojeto constitucional* (Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1933), pp. 95-6.
- 148 Artur Ribeiro, "Discurso proferido na 21.ª sessão da subcomissão elaboradora do Anteprojeto de Constituição, em 19 de janeiro de 1933", in José Afonso Mendonça de Azevedo, *op. cit.*, p. 648.
- 149 Oliveira Viana, "Discurso proferido na 21.ª sessão da subcomissão elaboradora do Anteprojeto de Constituição, em 19 de janeiro de 1933", in José Afonso Mendonça de Azevedo, *op. cit.*, p. 667.
- 150 *Ib.*, p. 667.
- 151 *Ib.*, p. 669.
- 152 *Idem.*
- 153 Temístocles Cavalcânti, *op. cit.*, p. 104.
- 154 José Afonso Mendonça de Azevedo, *op. cit.*, p. 672.
- 155 Carta de Artur Ribeiro a Afrânio de Melo Franco, in José Afonso de Mendonça Azevedo, *op. cit.*, p. 700.



- 156 Negrão de Lima inclui no primeiro grupo Temístocles Cavalcânti. Poderíamos acrescentar Oliveira Vianna e João Mangabeira. No segundo grupo, o ministro do Supremo Tribunal, Artur Ribeiro. E no terceiro, o deputado progressista faz referência a Levi Carneiro.
- 157 Francisco Negrão de Lima, *Anais*, vol. 12, p. 421.
- 158 Daniel de Carvalho, *Anais*, vol. 11, p. 120.
- 159 *Ib.*, p. 129.
- 160 *Ib.*, p. 130.
- 161 De fato, com a vitória de uma emenda que consagrava interesses das pequenas bancadas, as grandes bancadas do Centro-Sul procuravam estabelecer contatos eficazes no sentido de apresentarem emendas que, unificando pontos de vista, teriam aprovação garantida no plenário. Sobre tais articulações ver "Uma história que precisa ser bem contada: gaúchos, mineiros e paulistas", in *Estado de São Paulo* de 24.4.1934.

### **Capítulo III**

## **REVOLUÇÃO E RESTAURAÇÃO: A EXPERIÊNCIA PAULISTA NO PERÍODO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO**

**ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES  
LÚCIA LAHMEYER LOBO  
RODRIGO BELLINGRODT MARQUES COELHO**

Na história política brasileira, o período que vai de outubro de 1930 a outubro de 1932 é dos mais complexos para análise, já que sua marca essencial é a instabilidade, fruto das disputas pelo poder entre orientações e grupos políticos distintos. Realizada a revolução, a heterogênea composição de forças que integravam a Aliança Liberal teria que se explicitar situando em campos opostos seus dois setores básicos: o tenentismo e as oligarquias regionais dissidentes.

Em São Paulo, tal confronto assumiria contornos especiais, quer pela incisiva intervenção do tenentismo amparado pelo Governo Provisório, quer pela radical reação das forças políticas paulistas, que chegou a desembocar numa guerra civil. Ambos os fatos revelam que este estado da federação é um dos mais árduos campos de luta entre tenentes e oligarquias, o que faz com o que o governo seja levado a ter vários procedimentos politicamente importantes e violentos, cujo objetivo é atingir a mais poderosa oligarquia do país.

Durante toda a República Velha, a hegemonia e o predomínio da burguesia cafeeira paulista marcaram o curso da política e da economia do país, apesar dos problemas enfrentados com outras facções oligárquicas regionais (especialmente de Minas Gerais, mas também do Rio Grande) e com o governo da União. Após 1930, a tradicional dominação dessa oligarquia seria duramente atingida por seu afastamento dos centros de decisão da política nacional e até mesmo da política regional.

O instrumento institucional utilizado pelo Governo Provisório para a implementação dessa verdadeira estratégia política foi a entrega do governo do estado — a interventoria federal paulista — ao tenentismo. Esse movimento, desde os anos 20, tinha no ataque à burguesia cafeeira, particularmente à paulista, um dos pontos centrais de seu discurso, na medida que aquela hegemonia era identificada com as decadentes práticas políticas da República Velha: a manipulação eleitoral, o “profissionalismo” político e o regionalismo e privatismo dos interesses partidários. Sem

dúvida, tinha fundamento a interpretação do Partido Republicano Paulista (PRP) sobre a Revolução de 1930, identificando-a como uma revolta contra São Paulo e contra os interesses desse histórico partido político.<sup>1</sup>

Além disso, não se resumiam a críticas de conteúdo político e sentido “saneador” as investidas do tenentismo frente à oligarquia paulista. O pano de fundo era um projeto basicamente centralizador, que atingia a autonomia política e econômica daqueles “grandes” estados que, conduzindo a política nacional, tutelavam as “pequenas” unidades federadas, sem que estas tivessem condições de promover seu desenvolvimento e disputar uma posição relevante no cenário federal.

O estabelecimento de um “governo tenentista” em São Paulo tinha, assim, o sentido de sancionar o afastamento da oligarquia paulista da cúpula dirigente nacional e de alterar as regras de relacionamento do estado com o poder central. Desta forma, as relações entre São Paulo e a União desenham-se particularmente tensas. A questão básica e mais aparente, que se manifesta como centro de todas as reações e choques daí advindos, é a de reivindicações descentralizadoras — defesa do princípio federativo — contra o centralismo crescente do pós-30.

As interventorias, golpeando a autonomia política e econômica dos estados — processo especialmente visível nos exemplos em que um chefe militar “estrangeiro” era alçado ao poder — deixavam clara a estratégia governamental. A revolução transformava-se aceleradamente, abandonando as intensões de aperfeiçoamento das práticas liberais, para configurar-se em projeto ditatorial que adiava *sine die* o retorno do país à vida legal, propondo a realização de reformas “pelo alto” e antes do encaminhamento constitucional.

O tema da centralização/descentralização surge como uma das formas de expressão de outra questão: aquela que se refere, não apenas à autonomia dos estados, mas ao problema político da participação no poder.<sup>2</sup> Este problema teria desdobramentos efetivos no pós-30. Todo o período que transcorre da tomada do poder até o golpe de 1937 vai se caracterizar por intensas lutas entre grupos de orientações políticas distintas e entre facções existentes no interior desses grupos, sendo que tais disputas fundam-se exatamente no enfrentamento de dois projetos, a grosso modo identificados no binômio centralização/descentralização. Por outro lado, toda essa complexa situação política tem particular expressão e intensidade no período marcado pela abertura política do regime (32/34), uma vez que em tais conjunturas o jogo político pode manifestar-se de forma mais explícita, tentando maiores e inusitadas articulações.

O projeto de centralização do poder tinha no tenentismo sua melhor expressão política e organizacional, mesmo considerando-se suas divisões internas, sem dúvida acirradas após a revolução. Para os tenentes, a centralização representaria não só um reforço aos poderes intervencionistas



**O chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, tendo à sua direita o ministro da Justiça, Antunes Maciel, nas escadarias do Palácio Tiradentes no dia da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 15 de novembro de 1933. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)**



Políticos na Assembléia Nacional Constituinte, vendo-se da esquerda para a direita: Juraci Magalhães, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Carlos de Lima Cavalcânti, Solano Carneiro da Cunha e Osvaldo Aranha ao centro; bem à direita está o padre Arruda Câmara, líder da bancada pernambucana do PSD. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)



Reunião de membros da Comissão Constitucional encarregada de elaborar o substitutivo ao anteprojeto apresentado pelo governo à Assembléia. Da esquerda para a direita, embaixo: Leopoldo Cunha Melo, Euvaldo Lodi (líder da bancada classista dos empregadores), Osvaldo Aranha (então líder da maioria) e a seu lado o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Joaquim Pedro Salgado Filho. À direita, Juarez Távora, ministro da Agricultura. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)



O presidente da Assembleia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (à direita), brinda com o líder da maioria, o baiano Medeiros Neto, em um almoço oferecido a este. (Coleção Medeiros Neto, CPDOC, FGV.)



Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, discursa no Congresso de criação do Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, em 1932. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)



Bancada gaúcha do PRL, em 15 de julho de 1934, homenageia seu líder, Augusto Simões Lopes (o sexto sentado da direita para a esquerda), em sua residência. Presentes: Francisco Antunes Maciel Júnior, Luis Simões Lopes. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)





Olegário Maciel, presidente do estado de Minas Gerais, posa com um grupo de políticos mineiros, dentre os quais Gustavo Capanema (terceiro da direita para a esquerda). (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)



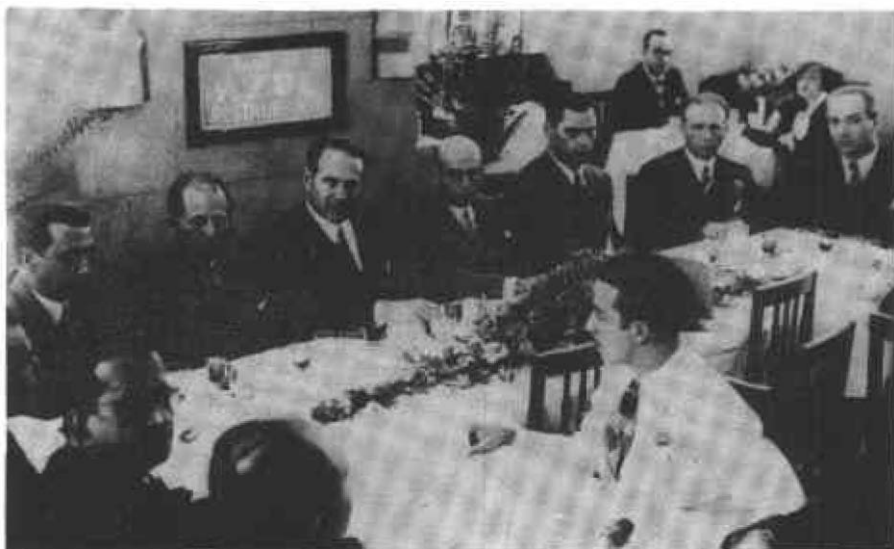
Enterro de Olegário Maciel em agosto de 1933. Ao centro, Gustavo Capanema, interventor interino de Minas Gerais; à sua direita Washington Pires, ministro da Educação e Saúde. (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)



Benedito Valadares, novo interventor de Minas Gerais, discursa em sua posse em dezembro de 1933. Na mesa, da direita para a esquerda: Gustavo Capanema e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. (Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC, FGV.)



O governador militar de São Paulo, general Waldomiro Lima, discursa em 19 de novembro de 1932, na homenagem a ele prestada pelo Congresso Revolucionário do Clube 3 de Outubro. Na mesa, da esquerda para a direita: Antunes Maciel (segundo), Salvador Filho (terceiro) e José Américo de Almeida (quarto). (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)



Almoço oferecido pela bancada pernambucana do Partido Social Democrata ao interventor Carlos de Lima Cavalcânti, no Rio, em 17 de novembro de 1933. Da esquerda para a direita: Pedro Ernesto Batista, Carlos de Lima, Osvaldo Aranha, Antunes Maciel (ministro da Justiça), Juarez Távora e o interventor gaúcho Flores da Cunha. (Arquivo Antunes Maciel, CPDOC, FGV.)



Almoço reservado por ocasião da crise ministerial de janeiro de 1934. Da esquerda para a direita: Carlos de Lima Cavalcânti, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. (Arquivo Osvaldo Aranha, CPDOC, FGV.)

da União, como também o fechamento dos canais políticos de acesso aos núcleos centrais do Estado, processo traduzido basicamente na manutenção de um regime discricionário no país.

Esse contexto remete-nos às formas de interferência e participação das organizações políticas e associações da sociedade civil, e o combate ao centralismo configura-se também como combate a um processo de concentração de poder e estreitamento das esferas de acesso a ele. Não é casual que toda a reação que marca a atuação política de São Paulo, no primeiro quinquênio dos anos 30, integre os ideais de federalismo e constitucionalização. São Paulo constitui, no que se refere a todo este confronto entre tenentismo e oligarquias, um laboratório por excelência.

Em relação ao tenentismo, entretanto, cabe ressaltar que, após 1930, o movimento que possuía um caráter claro de oposição ao Estado alcança o poder, e seus quadros ocupam uma série de postos-chaves da administração política nacional e estadual. O tenentismo passa de força de oposição a principal ocupante do aparelho de Estado, utilizando-se desta posição e de todos os recursos de poder daí advindos para a implementação de "seu" projeto de ataque às velhas oligarquias e de "renovação da política".

É esta situação privilegiada para os tenentes que explica e viabiliza o esforço por eles empreendido na formação de bases sociais de apoio político. Neste momento, inegavelmente, eles podem oferecer uma série de benesses oriundas do controle do poder, como é o caso da implementação de certas diretrizes à política econômica e social, que poderiam sensibilizar e atrair tanto setores da própria burguesia agrária (mergulhada em dificuldades econômicas) como parcelas do operariado.

Entretanto, esta posição de força do tenentismo seria minada por seu próprio divisionismo, responsável por sucessivas crises e cisões. As divergências internas não tardariam a emergir, agitando o movimento e suas organizações. Estas, em grande parte, enfrentavam o problema básico de decidir sobre a orientação a ser seguida no enfrentamento das pressões oligárquicas em prol da descentralização/constitucionalização. Assim, a aliança realizada entre as forças revolucionárias de 30 (incluindo o tenentismo) e o Partido Democrático Paulista ilustraria bem a brevidade e a impossibilidade de acordos, desde o momento da tomada do poder.

O aprofundamento das cisões não tardaria a ocorrer, e o ano de 1931 testemunha o distanciamento entre o PD e os setores tenentistas e, até mesmo, a aproximação entre o PD e seu oponente de véspera, o PRP. A trajetória do PD é marcada por um crescente descontentamento com os rumos da política estadual, o que levaria, gradativamente, esse partido a deixar uma posição de apoio ao governo do interventor João Alberto para assumir, cada vez mais, uma postura de desconfiança e ataque a este ou a qualquer chefe tenentista que ocupasse a interventoria.<sup>3</sup>

O cenário político paulista durante os anos de 31 e 32 estaria dominado pelas múltiplas tentativas do tenentismo de organizar uma base social de apoio, capaz de enfrentar os sólidos respaldos sócio-econômicos do PD e do PRP junto às “classes conservadoras” do estado. A Legião Revolucionária, seguindo uma configuração mais partidária e voltando-se predominantemente para a população urbana (classes médias e operariado), assim como a Federação das Associações dos Lavradores de São Paulo, de estrutura nitidamente sindicalista e dirigida aos interesses corporativos da cafeicultura paulista, concretizariam estes esforços, abrindo brechas de penetração tenentista em São Paulo e vários flancos para o desenrolar da luta.

A interpenetração entre interesses corporativos e atuação política é transparente na prática das associações de classe paulistas, tanto da lavoura quanto da indústria e comércio. Ao lado dos partidos, esta outra instância de organização e explicitação de interesses dominaria o campo da política de forma indiscutível.

Os dois anos que decorreram entre a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, da ótica da política paulista, podem ser considerados parte de um processo de polarização de forças e radicalização de confrontos que atestam o fracasso das investidas do movimento tenentista e a permanência dos núcleos de organização tradicionais no estado. De outro prisma, podem igualmente exemplificar a vitalidade e o grau de mobilização que a sociedade civil é capaz de alcançar em certas situações de opressão política, bem como as dificuldades e divisões internas que assolam um grupo político, como os tenentes, quando da ascensão ao poder. Em resumo, do lado do tenentismo, o “caso” paulista é o de um duplo movimento de pulverização de forças; do lado das oligarquias regionais, é de reunificação de esforços. Na verdade, o sucesso por parte das oligarquias tem que ser avaliado e dimensionado pelo divisionismo entre os tenentes.

Ao eclodir a revolução, em julho de 1932, a Frente Única Paulista reunia o que havia de mais expressivo no estado em termos de organizações políticas (PD e PRP) e de classe (as associações de classe da lavoura, comércio e indústria), além de amplos setores da população que, *indiscutivelmente, lhe deram apoio*.

A vitória militar do Governo Provisório sobre a Revolução Constitucionalista, em outubro de 1932, não encerra contudo o impasse. Feita e derrotada a revolução, cumpria ao poder central determinar sobre os desígnios da terra paulista. O signo da conjuntura política que então se abria era o da constitucionalização, isto é, era o da abertura, organização e participação políticas. O “caso” paulista, tão refratário a “métodos cirúrgicos e sistemas drásticos”, no dizer do jornalista Assis Chateaubriand, precisava ser definitivamente enfrentado.<sup>4</sup>

A proposta de nosso trabalho consiste exatamente em examinar o conflito político identificado como “caso” paulista, do momento imediatamente posterior à derrota de 32 até um segundo momento — o da promulgação da Constituição de 1934 —, que assinala uma espécie de “reincorporação” de São Paulo ao cenário político nacional. Por conseguinte, a recuperação desta trajetória demarca como pontos limites, de um lado, uma situação de conflito e total radicalização da reação política — a guerra; de outro, uma posição de participação no poder, indicativa de certo grau de absorção, esvaziamento e conciliação de divergências.

Entretanto, apesar da demarcação inicial dessas fronteiras, não gostaríamos que nosso exercício de entendimento da dinâmica desse conflito fosse tomado como a reconstituição da “saída” possível à sua resolução. Procuramos fixar, ao longo de todo o trabalho, o amplo espaço de movimentação e de alternativas políticas presentes aos atores aí envolvidos, bem como a gama de tentativas feitas para enfrentar a questão, que geravam por sua vez novos impasses e impunham a busca de outras soluções.

A análise, situando-se em um momento conjuntural preciso, procura ressaltar a variedade de possibilidades de ação e reação políticas, conciliando problemas de natureza econômica e política *stricto sensu*, de nível nacional e regional. Neste sentido, a elaboração de “respostas” é vista como um processo de produção e luta, em que os diversos interesses e interessados tentam impor-se. Assim, estaríamos considerando a política “não apenas como cena determinada, mas como espaço no qual a contingência e a imprevisibilidade têm lugar garantido”.<sup>5</sup>

Neste tipo de análise, o exercício da política denota não só certos parâmetros e objetivos que orientam e balizam a ação dos “personagens” históricos como também seu grau de astúcia e “improvisação” ao levar em consideração fatores como o tempo e a composição de forças para a tomada de decisões. O “caso” paulista pode bem ilustrar toda essa dinâmica que pouco envelhece com o passar dos anos.

## 1. A REVOLUÇÃO CONTINUA: SÃO PAULO NA OPOSIÇÃO

*“Desarmados, não vencidos.  
Os paulistas aguerridos  
Estão, de novo, de pé  
Vão vencer sem dar um tiro  
O valente Waldomiro  
Neste novo Itararé.”  
Diário da Tarde (MG) de 9.11.1932.*

No início de outubro de 1932 termina, oficialmente, a Revolução Constitucionalista deflagrada a 9 de julho do mesmo ano. O país como um todo fora abalado, senão pela surpresa, certamente pela violência da luta. O estado de São Paulo, necessariamente, permaneceria por um bom lapso de tempo indelevelmente traumatizado pelo esforço empreendido e pela derrota. Fatos políticos radicais como uma guerra civil, que atinge diretamente a vida de uma sociedade, não se encerram apenas com a assinatura de um armistício militar. São Paulo era e continuava a ser um ponto nevralgico e um grave problema para o Governo Provisório.

Em meados de outubro, permaneciam acantonadas em São Paulo tropas mineiras e gaúchas que ocupavam algumas importantes cidades do estado, onde os generais comandantes nomeavam delegados militares e até mesmo prefeitos. Ora, tal situação acabava por contribuir para a exaltação dos ideais revolucionários, considerados acima da derrota militar sofrida. O ambiente nas cidades, especialmente nas que se encontravam sob ocupação, é descrito como de “resignação e de apaixonado ardor cívico pela sagrada causa do povo paulista”.<sup>6</sup>

É neste contexto que o estado bandeirante iria receber o seu novo interventor. A expectativa quanto à questão era a de que finalmente São Paulo voltaria ao controle dos paulistas, encerrando-se de vez a prática federal de enviar para o governo desse estado representantes da corrente revolucionária tenentista, contra a qual a oligarquia se unira e lutara até as últimas conseqüências.

Foi com surpresa e desconfiança que os meios políticos desse estado receberam, a 6 de outubro, a nomeação do governador militar, general Waldomiro Castilho de Lima. Militar, gaúcho, ligado a Getúlio Vargas por laços de parentesco e, sobretudo, o comandante do Exército-Sul na luta contra os constitucionalistas, Waldomiro Lima conseguia reunir uma série de atributos em todos os sentidos desaconselháveis para a direção de um estado com enormes problemas políticos e econômicos e que precisava ser habilmente “pacificado”.

É bem verdade que Waldomiro Lima não fora nomeado interventor, mas apenas governador militar, o que implicava que seu mandato possuía caráter interino e, em tese, deveria ter curta duração. Tais implicações poderiam constituir-se um fator minimizador da repulsa paulista. Entretanto, além de governador militar, pouco tempo depois ele é nomeado para o comando da 2.<sup>a</sup> Região Militar sediada em São Paulo, tornando-se assim o chefe civil e militar da área. Tal situação acabaria por se prolongar, e aos problemas iniciais iriam somar-se outros que terminariam por agravar o descontentamento paulista e por conduzir à queda o general Waldomiro Lima.





*Era Nova*, Bahia, 15 de novembro de 1942. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC.

*General Waldomiro Lima*

### 1.1. Os "100 dias" do governo militar

Sem dúvida, tanto a intenção de Waldomiro Lima ao assumir o governo militar de São Paulo como as instruções que recebe do Governo Provisório são no sentido de realizar uma aproximação efetiva com os diversos setores da população paulista. Assim, ele pauta toda a sua cautelosa ação inicial por medidas que demonstrem seu interesse e boa vontade para com os paulistas.

Diante das iniciativas de Waldomiro Lima e, principalmente, diante da divisão claramente perceptível na "coligação ditatorial" entre os "moderados", que aceitavam a constitucionalização e desejavam a pacificação de São Paulo, e os "extremistas", que permaneciam com a ditadura e pretendiam tratar São Paulo com hostilidade, aos paulistas cumpria abandonar os radicalismos e fortalecer a ala que fosse mais favorável aos interesses de São Paulo naquele instante. Na prática, os resultados de tal análise e de tal diretriz política traduziam-se pelo abandono de qualquer atuação que desse margem à volta de repressões em São Paulo, prejudicando os rumos globais da constitucionalização. Traduziam-se ainda pela colaboração com o governo Waldomiro Lima, identificado com a "ala moderada" do outubrismo, o que não significava o abandono dos princípios revolucionários de 32.

A situação não era fácil para ninguém. Tanto o Governo Provisório quanto o governo estadual e as forças políticas oligárquicas paulistas tinham riscos a correr e objetivos a serem perseguidos. A solução mais adequada para o momento, sob o ponto de vista de setores do governo federal, era estimular e orientar uma aliança entre Waldomiro Lima e alguns políticos de São Paulo mais propensos a uma aproximação com Vargas.

Na verdade, Waldomiro Lima tentaria desempenhar sua dupla tarefa de pacificador e articulador de alianças políticas, buscando apoio junto à cafeicultura paulista, junto ao empresariado do comércio e da indústria e até mesmo junto ao operariado urbano. Por suas palavras e por seus atos, o novo governador militar procuraria afirmar-se como um leal e verdadeiro defensor dos problemas paulistas, inclusive os das camadas sociais menos favorecidas. Assim, procuraria arbitrar tanto os choques entre os interesses do governo federal e os do governo estadual quanto entre interesses de diferentes classes e frações de classes.

É para os problemas do café que as atenções do governador se voltam desde os primeiros momentos após a vitória militar. A situação da lavoura cafeeira era de dificuldades crescentes desde a crise de 1929. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em meados de 1932, a posição comercial do café paulista piorara ainda mais. A partir de 9 de julho cessaram, praticamente, todos os contatos entre o Conselho Nacional do Café

(CNC) e o Instituto do Café de São Paulo, ficando o representante paulista naquele órgão com sua ação paralisada.

Assim, quando a revolução se encerra, as relações entre o Instituto e o CNC se encontram muito difíceis, ressaltando-se, particularmente, o descontentamento em face de seu presidente, o mineiro Roquete Pinto. A situação da produção de café era tão grave que, segundo o próprio general Waldomiro Lima, em novembro de 1932 havia em São Paulo 7.400 mil sacas de café armazenadas em decorrência da revolução, fato agravado pela expectativa de uma enorme safra para o ano de 1933.

Por essas razões, a Câmara de Comércio Importador de São Paulo dirige-se ao governador militar, buscando conseguir uma moratória de 30 dias para que fossem pagos os impostos referentes ao período iniciado em 9 de julho. Ao mesmo tempo, comerciantes e importadores de Santos solicitam a suspensão da cobrança da taxa de 2% ouro sobre o valor das mercadorias importadas. Além desses problemas, havia a questão do financiamento dos "bônus pró-Constituição" emitidos durante o movimento revolucionário e que já se achavam em franca depreciação, o que poderia piorar ainda mais a situação econômica do estado.

Waldomiro Lima procura agir com rapidez e interesse para o atendimento destas demandas e, em viagens ao Rio, avistando-se com Osvaldo Aranha e com o próprio Vargas, acerta uma série de providências para: a) o resgate dos bônus; b) a concessão de uma moratória de 60 dias para o pagamento da taxa de 2% ouro e c) prestar socorro à lavoura paulista através da manutenção das compras do CNC e mesmo de um financiamento para o café, a ser resolvido em futuro próximo.

No entanto, apesar desse entendimento inicial entre a cafeicultura paulista, o governador militar e as autoridades federais encarregadas do café, acentuam-se os choques entre o Instituto do Café e o CNC. A situação agrava-se pela crescente oposição, particularmente do comércio de café de Santos e São Paulo, à orientação comercial e aos contratos de propaganda empreendidos pelo presidente do CNC.

Ladeando e redimensionando esta questão, que envolvia os fortes interesses da comercialização do café de São Paulo (e também do Rio), havia o problema da interferência do CNC nos estados. Este órgão, estendendo seu campo de atividades, começava a travar a ação do Instituto do Café de São Paulo, uma entidade de direito privado e portanto não-oficial, desde sua reorganização em 1931.<sup>7</sup> O pano de fundo das disputas entre o CNC e o instituto, em fins de 1932 e início de 1933, envolvia o problema mais amplo do intervencionismo do governo federal nos assuntos ligados ao café e, especificamente, nas funções da alçada dos institutos estaduais.

A luta em torno da política cafeeira travada entre o CNC e o instituto teria desdobramentos sérios, precipitando-se finalmente, em janeiro de 1933, com o pedido de demissão de Roquete Pinto.<sup>8</sup> Mas esta luta não

deixava também de possuir uma dimensão estadual de disputa que se travava entre facções da cafeicultura paulista pelo controle do órgão estadual e, a partir daí, pelo controle das linhas mestras da política cafeeira a nível regional.

Sobre a atuação de Waldomiro Lima, importa destacar a abertura de um processo de sindicância junto ao instituto, instaurado a pedido de um grupo de lavradores paulistas que discordava da orientação deste órgão e denunciava irregularidades cometidas por sua cúpula durante o período das lutas de 32. A partir desse momento, Waldomiro Lima abre uma frente de luta com uma importante facção da cafeicultura paulista, na medida que coloca sob suspeita a antiga administração do instituto. Sem dúvida, era a Sociedade Rural Brasileira, vinculada ao PD e principal responsável pelo instituto durante a Revolução de 1932, que se via atingida pelo tumultuado inquérito então iniciado.

O distanciamento e o agravamento das relações entre Waldomiro Lima e o grupo que em 1932 controlava o Instituto do Café crescem conforme as sindicâncias se desenvolvem e com a aproximação das eleições. O prêmio que valida este alto custo a pagar é, sem dúvida, o próprio instituto, com seu poder de influência e seus cofres fartos.

Em relação a outras questões do estado, o governador militar também tentaria, de início, a realização de uma política de aproximação e conquista, através de uma consulta de interessados e através de algumas providências para o atendimento de demandas há muito pendentes. Consoante com suas declarações de apoio e aplauso à instituição da representação dos interesses de classe, bem como da intervenção direta e da integração das classes conservadoras e trabalhadoras no governo, Waldomiro Lima entraria em contato e solicitaria a participação das associações de classe patronais da lavoura, do comércio e da indústria para a determinação do orçamento estadual do ano de 1933. Além disso, procuraria implementar algumas leis sociais, ouvindo padrões e operários.

No primeiro caso, o governador militar cria a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros, formada por técnicos e por representantes das classes conservadoras do estado. Desta comissão foram chamadas a participar a Sociedade Rural Brasileira, a Associação Comercial de São Paulo, a Federação dos Lavradores, a Federação das Indústrias e a Câmara de Comércio Importador.<sup>9</sup> Procurava-se, portanto, não esquecer de nenhuma das grandes associações patronais do estado, pois a elaboração da nova lei orçamentária implicaria a abolição de certos impostos e a criação de outros.

A importância da participação dos representantes de classe era duplamente enfatizada por Waldomiro Lima. Em primeiro lugar, porque atestava a convicção e o desejo do general de realizar uma administração técnica, acima de problemas políticos, segundo a mais pura orientação dos

ideais tenentistas. Em segundo lugar, a presença dos representantes de classe avalizava o interesse real de Waldomiro Lima em atender as verdadeiras reivindicações dos paulistas, apesar de ser um elemento "de fora" do estado.

Os trabalhos da referida comissão desenvolvem-se durante os meses de dezembro de 1932 e janeiro de 1933. Ao fim desse período, a experiência é considerada um sucesso pelo governador militar, havendo até mesmo o desejo de transformá-la em um conselho de caráter permanente, embora a participação das associações de classe na elaboração do orçamento estadual não tivesse conseguido impedir o aparecimento de protestos, principalmente por parte de comerciantes que se viam particularmente prejudicados. Além do mais, Waldomiro Lima ainda trazia ao empresariado uma outra soma de preocupações, ao procurar fazer cumprir em seu governo as leis sociais que consagravam o horário de oito horas de trabalho e a concessão de férias relativas ao ano de 1930.

A atuação do governador militar em relação aos assuntos vinculados à questão social tinha praticamente dois pontos básicos. Um deles ligava-se ao interesse em implementar a legislação federal sobre o trabalho no estado, especificamente no que se referia a férias e à duração da jornada do trabalho. Paralelamente, Waldomiro Lima reafirma, em entrevistas à imprensa, sua preocupação com a situação dos menos favorecidos, chegando a receber comissões de operários em palácio, para ouvir pessoalmente suas reivindicações.<sup>10</sup> Todas essas iniciativas tinham razoável repercussão nos meios operários, sobretudo porque foram coroadas por um plano de construção de casas operárias, amplamente anunciado, e por declarações do próprio governador de defesa do socialismo.<sup>11</sup>

O outro ponto básico das atenções de Waldomiro Lima em face da questão social dizia respeito às iniciativas em prol da sindicalização. Neste caso, seu interesse principal se dividia entre o estímulo e a promoção da sindicalização da lavoura cafeeira<sup>12</sup> e dos trabalhadores urbanos. Efetivamente, ambas as iniciativas se prendem tanto a uma orientação doutrinária de tipo corporativo, que o governador militar iria insistentemente propalar, quanto ao momento pré-eleitoral no qual a arregimentação dos interesses de classe em órgãos sob o controle estatal apresentava possibilidades imediatas de ganhos políticos.

Em relação à lavoura, como veremos a seguir, a orientação do governo militar e da interventoria de Waldomiro Lima seria incisiva, patrocinando um plano de sindicalização diretamente implementado pelo Instituto do Café, já então em novas mãos. A tarefa de organizar os lavradores de café como força político-eleitoral poderia, assim, ser bifurcada em duas iniciativas distintas mas articuladas no tempo e nos objetivos imediatos a que se propunham: o plano de sindicalização e a formação do Partido da Lavoura. Em ambos os casos a presença de Waldomiro Lima no

estado e seus preparativos para as eleições de 3 de maio seriam os fatores explicativos básicos.

Em relação ao movimento operário paulista, os esforços do general Waldomiro Lima talvez não tenham surtido grande efeito. Apesar de suas declarações e da tentativa de se tornar uma figura até certo ponto "populista", recebendo operários em palácio e implementando planos de casas populares, a sindicalização em São Paulo em fins de 32 e inícios de 33 foi um fracasso. A Federação Operária do estado, que contava com 13 sindicatos e 150 mil homens, segundo informações do chefe de polícia da capital, rejeitava a Lei de Sindicalização do Ministério do Trabalho.<sup>13</sup>

Os problemas em relação a este assunto chegaram a tal ponto que, em fevereiro de 1933, o já então interventor do estado resolveu acabar com todas as organizações de classe que recusassem o reconhecimento oficial, forçando os operários a se sindicalizarem. Para tanto, chegou-se a anunciar uma campanha contra "os agitadores das massas operárias", havendo notícias de que a polícia paulista identificara e organizara uma lista de adeptos do marxismo, que seriam perseguidos pelo governo do estado.<sup>14</sup>

Desta forma, podemos observar que o plano de governo dos 100 primeiros dias de Waldomiro Lima, orientado basicamente pelo objetivo de pacificar e realizar alianças políticas fortes com diversos setores da população paulista, se não fracassou completamente também não teve o sucesso necessário para a construção de um sólido apoio no estado. Portanto, São Paulo continuava resistindo.

\* \* \*

A análise da trajetória do general-governador de São Paulo no início de seu mandato não pode, entretanto, restringir-se a seus esforços políticos no interior do estado, já que, justamente neste período, essa atuação seria complementada por outra de âmbito federal. Nos primeiros momentos de governo, Waldomiro Lima não só surpreende os paulistas com sua postura conciliadora e respeitosa — o que aumenta sua cotação política —, como procura emergir no cenário nacional como um líder de respeitável expressão pública.

Waldomiro Lima, servindo-se de sua posição de governador militar de um dos estados mais importantes da federação, estabelece contatos onde tem muito a oferecer e, certamente, a ganhar. Nesse sentido, dois acontecimentos básicos marcam o curso da ação política do governador: sua participação no Congresso Revolucionário de novembro de 1932, realizado no Rio, e sua viagem ao estado de Minas Gerais no mês seguinte.

A realização do Congresso Revolucionário de novembro de 1932 pode ser percebida como um dos mais relevantes fatos políticos para o posiciona-

mento das correntes outubristas em face da conjuntura de abertura política que então se definia. A Revolução de 32 deixara bem à mostra uma cisão já existente no interior deste movimento. A partir de então, esta divisão passou a se explicitar pelo binômio “tenentes *versus* generais”.

O desenrolar da luta e seu resultado haviam destacado as figuras de alguns elementos que, na chefia dos combates, reforçaram sua presença como “novos” líderes dentro do grupo revolucionário. O principal deles era, sem dúvida, o general Góis Monteiro. Entretanto, a seu lado surge o general Waldomiro Lima, comandante do Exército-Sul e governador militar de São Paulo.

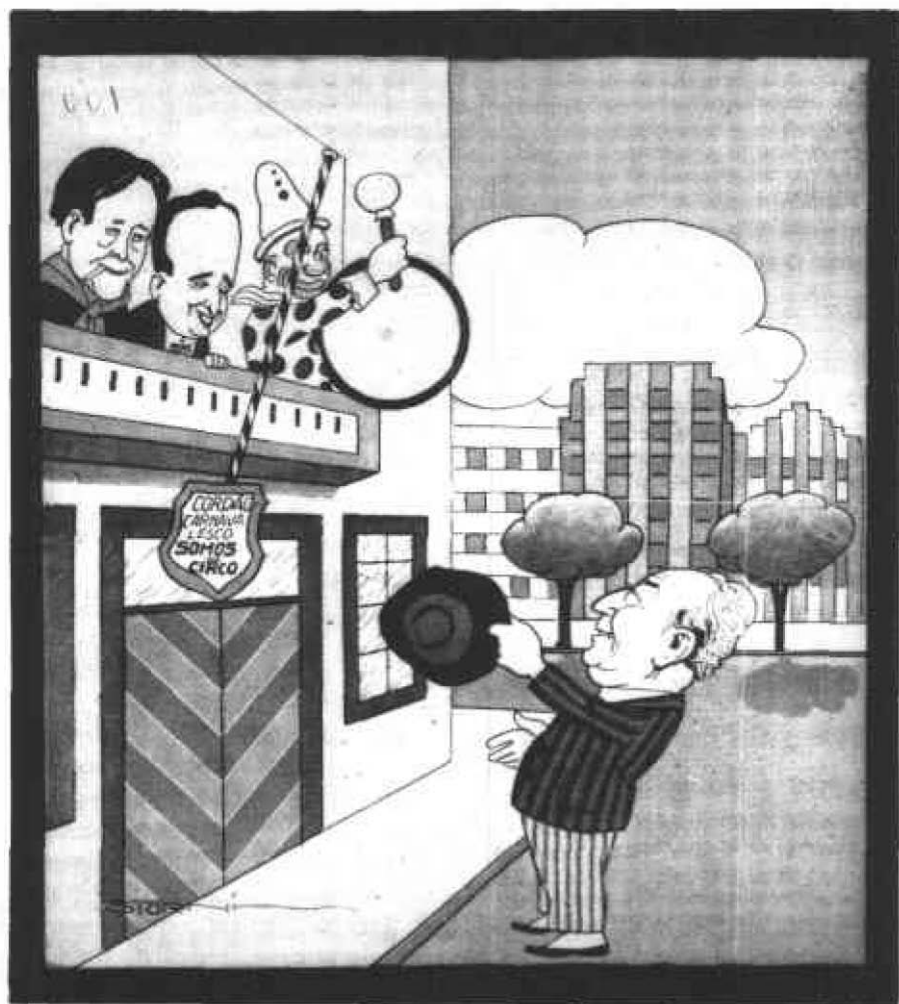
O aparecimento marcante na cena política dos “generais” vinha sombrear a importância dos “tenentes”, revolucionários de 30 que, desde então, vinham ocupando altos postos na administração federal. A força dos “generais” estaria não só na sua posição hierárquica militar, como também na moderação de suas propostas políticas, distantes dos extremismos da “esquerda revolucionária” e consoantes com a constitucionalização.

Tendo em vista esta complexa situação das forças revolucionárias e a ameaça constituída pela reorganização dos antigos partidos e grupos políticos da República Velha, cumpria dar coesão e diretriz ao “outubrismo”, evitando-se o esfacelamento interno e o aniquilamento desta corrente na luta eleitoral. Para tanto organizou-se o Congresso Revolucionário. Neste congresso, “tenentes” e “generais” sentar-se-iam lado a lado, unidos pelo objetivo maior da unificação de suas propostas e forças, concretizada na formação de um partido nacional.

Reunido no período de 16 a 25 de novembro para discutir todos os principais problemas do país e contando com a presença de altas autoridades federais e estaduais, o Congresso Revolucionário atraiu as atenções nacionais de forma inequívoca. Neste congresso aprova-se uma moção de louvor ao general-comandante do Exército-Sul, Waldomiro Lima. A realização da homenagem, ocorrida a 21 de novembro, tem particular interesse para a análise da situação política paulista no período.

Em primeiro lugar, cabe mencionar que compareceram ao acontecimento festivo todas as altas autoridades do governo, desde o próprio Getúlio Vargas até seus ministros e interventores. Neste sentido, o governador militar de São Paulo estava sendo formal e nacionalmente prestigiado pela mais alta cúpula do Estado. A mesa diretora dos trabalhos era presidida, na ocasião, pelo ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, e composta por outros destacados ministros, como Protógenes Guimarães (Marinha), Washington Pires (Educação), Antunes Maciel (Interior e Justiça), José Américo (Viação) e Salgado Filho (Trabalho, Indústria e Comércio).

Em segundo lugar, a homenagem é uma nítida consagração à vitória sobre a Revolução de 32, sendo agraciados o general Waldomiro Lima



Os “chefes” são Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. *Careta*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima. CPDOC, FGV/RJ.

*Waldomiro* — Posso ou não entrar? Sou ou não sou também de circo?  
*Os Chefes* — Si é?!...



e também o “general civil” Olegário Maciel. Assim, tratava-se de destacar as figuras de dois chefes estaduais, justamente o de Minas e o de São Paulo, aproximando-os dos ideais de 1930 e do tenentismo.

Os objetivos práticos do Congresso Revolucionário, bem como a homenagem a Waldomiro Lima e a Olegário Maciel, não deixam muitas suspeitas: a unificação das correntes revolucionárias teria que se realizar sem radicalismos e, de preferência, com o apoio dos chefes dos executivos estaduais à idéia de fundação de um partido nacional.

Para os “tenentes”, aproximar-se dos “generais” (militares e “civis”) significava um recurso indiscutível, uma vez que a direção de alguns dos mais importantes estados da federação estava com os últimos. Porém, no caso específico de Waldomiro Lima, sem bases locais e recém-nomeado em caráter provisório para o cargo de governador militar de São Paulo, o apoio e o prestígio conseguidos com a projeção nacional de seu nome seriam um trunfo considerável.

Sugestivamente, é no discurso que profere no Congresso Revolucionário que Waldomiro Lima apresenta seu programa de governo para São Paulo. Esse programa de pensamento e ação — no dizer do governador militar — estruturava-se em 28 pontos, abordando todos os temas que então agitavam o debate nacional. O fato de ter sido divulgado no congresso lhe era, no mínimo, duplamente benéfico: servia-se do conhecimento das principais teses aprovadas pelo congresso e canalizava para sua atuação em São Paulo o renome que acabava de conseguir como membro da corrente revolucionária.

O programa do general Waldomiro, que seria posteriormente assumido pelo Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, causa sensação particular ao defender a manutenção do regime federativo “como o único meio de assegurar a unidade política nacional, que depende menos de um unitarismo centralizador artificial do que da coordenação das autonomias estaduais ou regionais (...)”.<sup>15</sup>

A defesa do federalismo vem combinada, entretanto, com diversas inovações políticas, como desdobramento do Poder Legislativo em duas câmaras: a política, eleita por todos os cidadãos, e a econômica, eleita sobre base corporativa. Combina-se, assim, o voto secreto obrigatório e a representação política com a representação de classes e a eleição indireta do presidente da República e dos executivos estaduais. Além disso, propõe-se a criação de um Conselho Nacional e de conselhos estaduais como corpos técnicos; a reorganização das forças armadas, com limitação do caráter militar das polícias estaduais; a reorganização e a modernização do aparelho administrativo.<sup>16</sup>

Nestes aspectos inovadores, o programa do general seguia de perto as resoluções votadas no congresso, acompanhando-as também quando propunha a responsabilidade dos ministros perante a Assembléia, o Estado leigo

e o divórcio. Quanto à questão da forma de governo, Waldomiro Lima permanecia com a República presidencial, não advogando o parlamentarismo.<sup>17</sup>

Em relação à política econômica e social, o programa manifesta preocupação especial com uma reforma do sistema tributário que alivie o contribuinte e com uma revisão do sistema de tarifas alfandegárias, tendo em vista o estímulo às indústrias “que tenham possibilidade de desenvolvimento em nosso meio econômico”, ou seja, aquelas definidas como indústrias nacionais.<sup>18</sup> Para o operariado, define-se uma linha de preocupação com o cumprimento da legislação social e, surpreendentemente, advoga-se a liberdade sindical.<sup>19</sup>

De uma forma geral, o saldo deste discurso e da homenagem a Waldomiro Lima fora bastante favorável. É nesse clima de ascenso político a nível nacional e de aproximação com Olegário Maciel que o general Waldomiro Lima parte para a realização de uma viagem ao estado de Minas Gerais, no momento em que começam a se definir as primeiras organizações partidárias de peso que irão concorrer ao pleito de 3 de maio. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, com o beneplácito de Vargas, lançam o Partido Republicano Liberal (PRL). No Rio, poucos dias antes ficara acertada a formação do partido nacional revolucionário — o Partido Socialista Brasileiro — com o qual Waldomiro Lima e Olegário haviam tacitamente concordado.

Assim, para que o curso político-partidário seguisse o rumo traçado pelo Congresso Revolucionário, precisavam definir-se São Paulo e Minas Gerais, as duas unidades política e economicamente mais representativas da federação, tradicionalmente ligadas pela experiência governista da República Velha, mas com relações abaladas pela Revolução de 1930, e mais ainda pela de 1932. O encontro de Olegário e Waldomiro possuía, desta forma, conotações mais restritas, se vistas a nível de uma reaproximação entre os dois estados, e mais amplas, se analisadas sob o prisma do posicionamento destas duas unidades no panorama partidário que começava a configurar-se. Portanto, sob a aparência de um contato festivo e diplomático, os interesses políticos aguçavam-se.

A participação destacada de Minas na Revolução de 1930, no combate aos constitucionalistas de 32 e no controle do CNC fornecia razões óbvias para que uma aproximação entre São Paulo e esse estado fosse encarada com sobressalto e desconfiança por ponderáveis forças políticas paulistas, que já observavam com apreensão os passos do governador militar no palco do “outubrismo”.

Os resultados da viagem a Minas têm, portanto, uma dupla face: a dos interesses do governador militar, até certo ponto atingidos, e a das expectativas paulistas, em muito contrariadas.

## 1.2. *Mais um interventor-tenente!*

“Mas nada estará feito aqui enquanto o Governo Provisório não inaugurar uma política definitiva de (...) aproximação com os paulistas. Tudo aqui está preparado para isso. Não devíamos perder tempo. Getúlio e Osvaldo são como esses jogadores de *football* que sabem driblar muito bem, mas não chutam em goal. Não sabem arrematar. Não concluem. Hoje não há força nem consideração que deva primar sobre o interesse geral.”

Trecho de carta enviada por José Eduardo Macedo Soares a Virgílio de Melo Franco, em 12 de janeiro de 1933.

Apesar dos problemas crescentes que já se delineavam claramente no quarto mês de governo militar do general Waldomiro Lima em São Paulo, o chefe do Governo Provisório acabaria por nomeá-lo interventor do estado, em fins de janeiro de 1933. Porém na mesma ocasião o general Daltro Filho é indicado para o comando da 2.<sup>a</sup> Região Militar, dividindo-se a direção política e militar da área, até então concentrada nas mãos de Waldomiro Lima.

Este fato certamente refletia uma atitude de maior cautela do governo federal, que procurava resguardar de possíveis problemas o controle armado da região. Traduzia, igualmente, uma certa postura de compasso de espera por parte de Vargas, que mantendo Waldomiro Lima evitava a escolha de outro nome que pudesse precipitar mais ainda os acontecimentos já acelerados pela proximidade das eleições. A opção de manter o general do Exército-Sul no comando, não mais provisório, do executivo de São Paulo era, no entanto, surpreendente em face da situação de tensão e instabilidade política que sua administração criara no estado. Apenas com a percepção da complexa dinâmica dos interesses políticos nacionais — e aí especialmente os do outubrismo —, podemos compreender o significado de tal nomeação que, contraditoriamente, acabou por assinalar o início do declínio definitivo da carreira política de Waldomiro Lima.

Na verdade, no momento da nomeação do novo interventor, pelo menos dois problemas agitavam os meios econômicos e políticos paulistas: a crise no Instituto do Café e a atuação do chefe de polícia recém-empossado, Bento Borges. Esses acontecimentos de natureza tão distinta têm entretanto um dado em comum. Ambos acentuam o avanço de Waldomiro Lima no controle da política do estado, avanço marcado por uma atitude de radicalização e até mesmo de violência nos tipos de deci-

sões adotadas — o que, em contrapartida, acarretaria reações fortemente articuladas.

O caso do instituto acabara por eclodir intempestivamente em janeiro de 1933, quando foi divulgado amplamente pela imprensa carioca e paulista o resultado das investigações que Waldomiro Lima havia promovido. A diretoria do instituto era acusada de gravíssimas irregularidades no que se referia a desvios de fundos do órgão e a operações comerciais escusas, envolvendo especificamente uma importante firma do estado, a Murrey & Simonsen, vinculada aos banqueiros ingleses Lazard Brothers & Cia. No entanto, os termos do importante relatório eram bastante genéricos, limitando-se à acusação sobre a ocorrência de desvios de dinheiro ao tempo da Revolução Constitucionalista.

Mais grave ainda é o anúncio concomitante da assinatura de um decreto pelo qual Waldomiro Lima afastava todos os membros da diretoria do instituto, nomeando três elementos para substituí-los.<sup>20</sup> Como se não bastasse, noticia-se também que continuariam as investigações sobre o desempenho da firma Murrey & Simonsen, para o que já fora nomeada uma nova Comissão Especial de Inquérito.<sup>21</sup>

O impacto deste conjunto de medidas pode ser rapidamente avaliado quando observamos que estava sendo considerado crime o auxílio à causa constitucionalista, motivo de honra para grande parte das elites políticas do estado e também para ampla faixa da população. O “escândalo” Murrey & Simonsen, além de envolver poderosíssimo grupo financeiro internacional, do qual o estado era devedor, atingia uma das figuras do empresariado paulista mais prestigiadas a nível nacional. Roberto Simonsen era membro da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, tendo sido preso logo após a derrota de 32 exatamente sob a acusação de ter, através da FIESP, financiado a guerra.<sup>22</sup> Nesse sentido, queremos ressaltar, ao lado do impacto econômico dos decretos, seu impacto político-ideológico, ou seja, seus efeitos éticos, naquele contexto específico. A causa constitucionalista, como buscamos assinalar anteriormente, não havia morrido para os paulistas. Considerar crime o posicionamento favorável à Revolução de 32 chocava as forças políticas do estado que acabavam de iniciar sua mobilização para as eleições.

O jornal *Diário Carioca*, ligado aos interesses dos irmãos José Carlos e José Eduardo Macedo Soares, espelha bem esse tipo de reação e revolta, procurando demonstrar que se tratava de um verdadeiro golpe do general Waldomiro Lima, que assim apropriava-se do instituto às vésperas das eleições, não realizando qualquer mudança de fundo na referida administração. Tratava-se apenas de uma troca de homens, o que estava muito longe de qualquer intuito moralizador.<sup>23</sup>

Se acrescentarmos a essa situação a demissão do mineiro Mauro Roquete Pinto da presidência do Conselho Nacional do Café, teremos

mais um dado na escalada do general Waldomiro Lima em direção a setores da cafeicultura paulista. Com a saída de Roquete Pinto, a possibilidade de um paulista assumir a presidência do CNC começa a ser aventada e naturalmente pleiteada por Waldomiro.<sup>24</sup> A imprensa carioca e paulista passa a especular sobre o fato, comentando um ou outro nome. Entretanto, Waldomiro Lima apresenta imediatamente seus candidatos: Múcio Whitacker, o então representante de São Paulo no CNC, ou Armando Simões, recém-nomeado para a nova diretoria do instituto.<sup>25</sup> Ambos eram não só identificados com a orientação de Waldomiro no interior do estado, como comprometidos claramente com a mesma.

Waldomiro Lima aumentava seus instrumentos políticos; procurava armar-se bem tanto a nível estadual quanto nacional, elegendo como pedra de toque para este fim a política cafeeira. Porém, ao mesmo tempo, aprofundava uma dissidência já existente no seio da cafeicultura paulista, dissidência que alimentou fartamente nos meses seguintes com o desenrolar do inquérito sobre a firma Murrey & Simonsen.

A essa situação difícil que agitava o empresariado paulista soma-se o desempenho do novo chefe de polícia, Bento Borges. A entrada de Borges realmente altera o clima vigente, pois desencadeia-se uma política repressiva no estado. A tropa é mantida constantemente de prontidão e o número de prisões eleva-se razoavelmente.<sup>26</sup>

O descontentamento e a apreensão em face da atitude do novo chefe de polícia crescem durante o mês de janeiro a tal ponto que, já em início de fevereiro, o ministro da Justiça, Antunes Maciel, propõe sua imediata substituição por pessoa natural do estado, "capaz de agir no momento com conhecimento do meio".<sup>27</sup> A situação era por demais tensa, e a radicalização que Bento Borges estava desencadeando poderia provocar até mesmo a reprodução de um novo surto "separatista".<sup>28</sup>

Por que então manter Waldomiro Lima em São Paulo, na qualidade de interventor, quando já se afiguravam tantas tensões no estado? Por que justamente neste momento Vargas faz tal convite?

As razões para tal investidura, a nosso ver, podem ser encontradas exatamente na abertura política que o país atravessava e, mais especificamente, nas questões de reorganização partidária que mobilizavam todas as forças políticas, quer as vinculadas ao tenentismo, quer as vinculadas aos velhos partidos da primeira República.

Antes de tudo, é preciso registrar que a participação de São Paulo nas eleições de 3 de maio ficara em suspenso até janeiro de 1933, quando o Superior Tribunal de Justiça confirmou oficialmente a presença do estado na futura Assembléia Nacional Constituinte. Esta dificuldade, oriunda da guerra civil de 1932, fora superada em nome dos ideais nacionais de retorno ao estado de direito, que não poderia vigorar com tão candente exclusão.<sup>29</sup> A decisão do tribunal representava formalmente

o ponto de partida oficial das articulações políticas em um estado cuja importância era inquestionável. São Paulo catalisava as atenções do país, e o sucesso das propostas governistas na futura Constituinte dependeria, em grande parte, do rumo que o encaminhamento partidário tivesse nesse estado.

A figura e o papel do interventor na condução deste momento político crucial saltavam aos olhos. Todo o plano da cúpula outubrista, que procurava organizar um partido nacional revolucionário, baseava-se no apoio e na obra dos interventores estaduais. Já estavam sendo desenvolvidas as confabulações para encaminhar esta fórmula de organização de partidos, sendo lideradas pelos próprios ministros de Vargas, dentre os quais Juarez Távora e Antunes Maciel se destacavam. A adesão de São Paulo a tal plano seria mais do que significativa, considerando-se sua importância eleitoral e a própria especificidade da história recente do estado. Seu futuro interventor seria um elemento-chave para os interesses do outubrismo, que realizava o duplo esforço de conquistar homogeneidade e votos.

A conclusão a que se pode chegar é que a nomeação de Waldomiro Lima para a interventoria de São Paulo não se prendeu tanto a uma avaliação positiva de sua administração anterior. Ao contrário, essa era vista com desconfiança e até com temor pelas elites outubristas que, de há muito, reconheciam o desgaste de se ter um interventor-tenente em São Paulo.

Os interesses na nomeação de Waldomiro Lima eram outros e tinham um claro sentido eleitoral. Tratava-se de estimular e cobrar o apoio dado explicitamente, por ocasião do Congresso Revolucionário, pelo então governador militar de São Paulo, à constituição de um partido nacional através da formação de um núcleo regional em São Paulo. Com as adesões do Rio Grande, através do PRL, e de Minas Gerais, através do PP, além dos estados do Norte, a corrente representada por tal união seria invencível na Assembléia.

Escolher Waldomiro Lima para executar essa tarefa era uma opção difícil e custosa. Dela participaram, porém, não só o chefe do Governo Provisório como sua mais alta cúpula administrativa, unidos no objetivo de fortalecer o poder de Vargas e do outubrismo através do fortalecimento do poder dos interventores estaduais.

O novo interventor de São Paulo, aparentemente, saíra aprovado de seu período de governo militar mas recebera uma difícil tarefa, de cujo desempenho dependeria toda a sua força e certamente sua continuidade no governo do estado. A decisão de mantê-lo no cargo, entretanto, fora transferida para 3 de maio, quando uma avaliação segura seria efetuada. Durante esse período, a permanência de Waldomiro Lima no poder significava o adiamento de uma possível escolha que alterasse o equilíbrio

das forças políticas nacionais. Neste sentido, Vargas, no seu mais típico exercício de mando, aguardaria o desenrolar dos acontecimentos, para que, após muita observação e consulta, implementasse sua decisão. Em águas calmas ou revoltas a isca deste paciente pescador era tentadora: ele oferecia a participação no poder.

### 1.3. *A reorganização partidária ou o conflito institucionalizado*

#### *Os partidos do interventor*

“Só há duas forças políticas respeitáveis (no estado de São Paulo): o Partido da Lavoura que é o ‘lavrador’ que adquire uma nova consciência política e organiza seu partido e o Partido Socialista que é o ‘operário’.”

Fragmento de uma entrevista do general Waldomiro Lima ao *Diário da Noite* (SP) de 10.4.1933.

Estas declarações do interventor paulista, dadas a menos de um mês da realização das eleições de 1933, definem bem a linha de alianças políticas que ele tentara construir no estado para fornecer uma base social de apoio a seu governo. Waldomiro Lima concebera uma série de medidas capazes de atrair e mobilizar as atenções de setores significativos tanto da lavoura de café quanto dos trabalhadores urbanos. Em ambos os casos, não atingiu sua meta, sendo que colhia um fracasso maior junto ao operariado do que junto à própria cafeicultura, cindida violentamente no decorrer dos acontecimentos que então se desencadearam.

Logo após sua nomeação como interventor, Waldomiro Lima anuncia duas medidas de impacto para a cafeicultura paulista: a próxima assinatura de um decreto prescrevendo as novas atribuições da diretoria provisória do Instituto do Café de São Paulo e regulamentando o procedimento pelo qual se realizaria a sindicalização dos lavradores de todos os municípios produtores do estado.<sup>30</sup> O Decreto n.º 5.841, de 20 de fevereiro de 1933, tinha um nítido alcance eleitoral. Ao mesmo tempo que lançava as bases de um movimento de arregimentação e organização de “lavradores”, isto é, de proprietários de cafezais de mais de mil pés, fortalecia o instituto, que deveria fundir-se à Federação dos Sindicatos dos Lavradores de Café, resultante desse plano de sindicalização. No entanto, o decreto tinha o cuidado de assegurar que a posse do patrimônio e da renda do instituto permaneceriam com a “lavoura”, não se incorporando aos bens e receitas do estado. Dessa forma, Waldomiro Lima intervinha diretamente na mecânica de organização desta fração de classe

e na determinação dos poderes de sua instituição estadual, sem que formalmente o governo do estado pudesse ser acusado de exorbitância de poder.

Ao lado dessas iniciativas que visavam preparar um campo eleitoral seguro para o interventor no seio da cafeicultura, desenvolvem-se as articulações em torno do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB), organizado em 1932 após o Congresso Revolucionário de novembro. Nesse sentido, em fevereiro de 1933 promove-se o primeiro congresso do partido, no qual são escolhidos os membros que comporiam a comissão executiva da capital e o diretório central.

A questão da filiação do PSB de São Paulo à orientação de um partido nacional começa a ser imediatamente entabulada, marcando-se para isso um encontro, no Clube dos Duzentos, que reuniria o interventor paulista, o ministro da Justiça, Antunes Maciel, e o chefe de polícia do Distrito Federal, João Alberto. O objetivo do encontro, programado no gabinete do ministro Juarez Távora, era lançar bases programáticas seguras entre as principais correntes revolucionárias do país.

As conseqüências desses entendimentos são contraditórias e difíceis de avaliar no que se refere a São Paulo. Sem dúvida, o PSB de São Paulo nascera sob a égide da orientação outubrista, voltada para a formação de um partido nacional. Sem dúvida também, a nomeação de Waldomiro Lima fora em grande parte aceita pelos "próceres revolucionários" do tenentismo, tendo em vista a realização deste plano. No entanto o desdobramento dos problemas políticos relativos à administração de Waldomiro Lima em São Paulo tornariam praticamente sem efeito as articulações iniciais.

Na verdade, numa segunda grande reunião do PSB é deliberada sua filiação à União Cívica Nacional, sem alteração dos pontos de seu programa e sem prejuízo de sua autonomia.<sup>31</sup> Estaria assim, formalmente, realizada a ligação com a organização partidária representativa dos ideais outubristas a nível nacional. Contudo, quase concomitantemente, o interventor paulista, em viagem ao Rio, passa a declarar que não sabe bem o que é a União Cívica e que, portanto, não a integra.<sup>32</sup> Logo a seguir, ainda mais taxativo, ele autoriza jornalistas que o entrevistam a publicar que, definitivamente, não pertence à União Cívica e que não opina nem responde questões sobre tal agremiação política.<sup>33</sup>

A situação era, portanto, bem esdrúxula, uma vez que o PSB estava formalmente filiado a uma orientação política que o interventor, seu maior patrocinador no estado, declarava não apoiar. Caberia, então, questionar o cumprimento real da filiação deste partido à UCN, além de refletir sobre as razões que poderiam explicar o afastamento de Waldomiro Lima do grupo tenentista que estava na UCN e com o qual ele estabele-



cera relações no início de seu governo militar, recebendo apoio e homenagens públicas.

Sobre o PSB paulista, é necessário, entretanto, destacar-se desde logo alguns pontos que esclareçam aspectos de sua orientação doutrinária e de sua atuação em São Paulo. O partido adotara como base de seu programa político as teses defendidas por Waldomiro Lima em seu discurso proferido por ocasião do Congresso Revolucionário. Desta forma, fica bem claro o tipo de relação que mantinha com o interventor, inspirador ideológico e organizador prático da agremiação. Assim, no momento de seu nascimento, o PSB contava com o beneplácito das forças tenentistas nacionais e com o apoio decisivo do governo do estado, o que não deixava de ser um excelente começo.

A comunhão com os ideais revolucionários traduzia-se pela defesa de uma série de pontos: eleições indiretas para os executivos estadual e federal; instituição da representação de classes; proposta do Estado leigo e do divórcio a vínculo etc. Especialmente, traduzia-se na proposta de uma política de justiça social que garantisse a aplicação da legislação trabalhista e a implementação da orientação sindical da época. A importância do último ponto para o PSB de São Paulo reside, a nosso ver, no fato de que o partido propunha-se a sensibilizar exatamente as camadas trabalhadoras urbanas. Além disso, tal tipo de apelo confluía com os esforços realizados pelo interventor para fazer cumprir a legislação sobre férias e jornada de trabalho; nas palavras do próprio Waldomiro, o PSB deveria ser o “operário”.

No entanto, o socialismo do PSB combinava tais preceitos com itens do programa que ressaltavam o respeito irrestrito à propriedade privada e com práticas de perseguição às lideranças sindicais independentes, patrocinadas pelo interventor e executadas pelo chefe de polícia.

A preocupação doutrinária, associada aos intentos do interventor de forçar a sindicalização operária, mesmo que por instrumentos violentos, tem expressão clara em palavras do próprio Waldomiro: “O Partido Comunista não está dentro do socialismo (...). Aos comunistas eu desejaria que lhes acontecesse aqui o que lhes sucede hoje na Alemanha de Hitler: combatidos para desaparecer”.<sup>34</sup> A demarcação que se procura realizar é nítida, e é efetiva a ameaça lançada às lideranças subversivas existentes no meio operário, responsabilizadas pelos descaminhos da sindicalização. A aliança que o partido teoricamente oferecia dirigia-se aos operários sindicalizados dentro das normas legais vigentes; aqueles que se encontravam fora do alcance do “comunismo”.

Se levarmos em consideração seu objetivo de atingir os trabalhadores urbanos, o PSB paulista fracassou quase que integralmente, pois esteve muito longe de sensibilizar a maioria do operariado, que nesse período resistia à orientação governamental e especialmente ao enquadramento sindical,

como as próprias dificuldades encontradas por Waldomiro Lima o atestam.<sup>35</sup> De sua chapa composta por 15 nomes, apenas três foram eleitos. A diversidade é o traço marcante que os une, caracterizando uma atuação até certo ponto desconcertante na Assembléia. Desta forma, é difícil considerar a filiação do PSB à UCN como um real engajamento à orientação tenentista que se iria articular sob as lideranças revolucionárias de Juarez Távora e Osvaldo Aranha, entre outros.

Quanto à questão do afastamento de Waldomiro Lima da cúpula governamental mais ligada, naquele momento, às iniciativas outubristas de organização de um partido nacional, alguns acontecimentos ocorridos ainda nos meses de fevereiro e março de 1933 esclarecem a razão do rumo distinto que o interventor acabaria por tomar. Basicamente, o problema mais explosivo envolvia os rumos da política do café no Brasil e todas as suas implicações. Enquanto Waldomiro Lima partia para a preparação de um contingente eleitoral de apoio a seu governo junto aos lavradores paulistas, implementando medidas como a reforma das atribuições do Instituto do Café e o plano de sindicalização da lavoura, o governo federal — através do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha — aprofundava sua estratégia de centralização e intervenção nos negócios do café.

O grande passo em tal direção seria dado por Vargas, justamente no momento em que Waldomiro Lima armava seu esquema no interior do estado e patrocinava contatos mais estreitos entre a cafeicultura de Minas e São Paulo, fortalecendo sua posição a nível estadual e nacional. Referimo-nos à criação do Departamento Nacional do Café (Decreto n.º 22.452 de 10 de fevereiro de 1933) que iria substituir o Conselho Nacional. (Este, aliás, permanecia sem presidente desde o pedido de exoneração de Mauro Roquete Pinto, aguçando os interesses do próprio Waldomiro Lima.)

A importância da medida, sob o aspecto político, era enorme, uma vez que no departamento os delegados dos estados produtores perdiam toda sua força, não participando mais da esfera decisória da organização, mas formando apenas uma equipe consultiva.<sup>36</sup> Além disso, o CNC resultara praticamente de um acordo entre os estados produtores, sendo criado por decreto do governo federal, mas gozando de relativa autonomia em relação ao poder central. Por essa razão, quaisquer alterações a serem introduzidas nesse órgão deveriam ser fruto de novas convenções, ouvidos os estados produtores. Já o DNC se constituía como um departamento governamental, diretamente ligado ao Ministério da Fazenda, com ampla margem de atuação nos assuntos cafeeiros e nos institutos estaduais, que ficariam sob orientação e controle do novo órgão.

O impacto de tal decisão em São Paulo e Minas era mais do que revisível. Em carta a Vargas, Osvaldo Aranha expõe claramente a situa-

ção, mencionando a posição de Waldomiro Lima, com quem mantinha, há algum tempo, certas reservas:

“Sei mais que ele provocou o entendimento das lavouras paulista e mineira para junto defenderem-se! Sei que Olegário está (...) todo no jogo. Sei (...) que vão iniciar a ofensiva e que depois de amanhã farão a 1.<sup>a</sup> reunião em Belo Horizonte. Pretendem (...) reagir e vencer como fizeram com o Whitacker por eles expulso do Ministério! Eu quero que tomes conhecimento da situação (...). Estou disposto a enfrentar a tempestade venha das montanhas ou dos cafezais. Não sei, entretanto, das conveniências da nave do Estado. Só tu podes aquilatar. (...) Acho porém que antes de pormo-nos ao largo devemos adotar algumas providências: 1) avisar ao Olegário que o governo resolveu assumir a direção da política do café, podendo antecipar que o fará justamente para tornar eficiente o amparo à lavoura (...); 2) notificar ao Waldomiro que os agentes do governo devem amparar os seus atos”.<sup>37</sup>

Este ato do Governo Provisório encontra os membros das diretorias do Instituto do Café de São Paulo e Minas reunidos em Belo Horizonte, já que aqueles haviam partido para o estado vizinho atendendo a um convite formulado pela cafeicultura mineira.<sup>38</sup> A notícia do decreto provoca forte reação da cafeicultura, o que se traduz por duas providências iniciais para as quais era necessário a concordância dos governos de São Paulo e Minas. A primeira consistia no pedido de apoio para a convocação de um Convênio dos Estados Cafeeiros, no qual se poderia encontrar novas diretrizes para a política do café. Para tanto, lembra-se que o próprio Governo Provisório assentira em que quaisquer modificações no CNC deveriam ter lugar a partir de um novo convênio. Assim, se o CNC não atendia mais às exigências da situação, cumpria reestudar o caso e não adotar a medida radical de sua eliminação pura e simples, como ocorria com o decreto do DNC. A segunda solicitava aos dois governos estaduais a manutenção e o respeito às autonomias econômica e administrativa dos institutos paulista e mineiro.

Ambas as decisões deram lugar ao envio de telegramas que, assinados conjuntamente pelos diretores dos institutos, foram dirigidos aos interventores Olegário Maciel e Waldomiro Lima com ampla cobertura da imprensa.<sup>39</sup> Os protestos da cafeicultura destes estados não chegam, porém, sequer a retardar a execução do decreto que, datado de 14 de fevereiro, entra em vigor alguns dias depois.

O posicionamento do interventor paulista também não se faz esperar. Em declarações à imprensa, ele esclarece não ter participado da criação do DNC e anuncia o envio de um telegrama ao ministro da Fazenda,

no qual lembra-lhe a cláusula do convênio de novembro/dezembro de 1931 que impedia alterações no CNC, salvo por determinação dos próprios estados produtores de café. Dessa forma, Waldomiro Lima assumia os reclamos do Instituto do Café de São Paulo, ao criticar o Governo Provisório por um ato que, além de ferir a legislação em vigor, demonstrava verdadeiro menosprezo pela lavoura cafeeira.<sup>40</sup>

Essa situação de aberto e público estremecimento entre um delegado do Governo Provisório — o interventor — e um ministro do mesmo governo, no que se referia à orientação da política do café, seria ainda mais aprofundada com o desenvolvimento das sindicâncias em torno do processo Murrey & Simonsen. Tal “caso” passa a ganhar espaços cada vez maiores na imprensa carioca e paulista, com seus múltiplos episódios de “ataque e defesa”, chegando a alcançar as dimensões de um possível “escândalo” econômico. Na época, a importante firma bancária inglesa Lazard Brothers, que se fazia representar pela Murrey & Simonsen, chega a destacar um enviado especial para estabelecer contatos com o governo de São Paulo, esclarecer todas as objeções e encerrar a questão que já passara a incomodar a matriz.

As relações entre o ministro Osvaldo Aranha e Waldomiro Lima envolvem todos esses episódios e agravam-se a tal ponto que o ministro chega a solicitar demissão do cargo, tendo em vista os problemas criados pelo interventor. Este tipo de atitude, peculiar a Aranha, reflete-se em uma de suas cartas a Vargas, onde coloca, sobre a questão da Lazard Brothers:

“é uma *fit*a com manifesto prejuízo para o crédito do país. Nossos banqueiros já fizeram transmitir isso a nós. Trata-se de matéria delicada, que precisa ser tratada sem alardes. Envolve a reputação de uma firma inglesa, conhecida universalmente. Não sei quem tem razão. Sei, entretanto, que tudo isso deve ser feito com discrição (...).”<sup>41</sup>

Além disso, havia a objeção do interventor a que o DNC entrasse em entendimentos diretos com a Sociedade Rural Brasileira, que acabara de encaminhar ao ministro um interessante projeto para o escoamento da safra de café de 1933.<sup>42</sup> Aranha explica que Waldomiro exigia que o departamento tratasse apenas “com o *célèbre* instituto e com seus diretores”.<sup>43</sup> Mais uma vez surge a questão do fracionamento da lavoura cafeeira paulista e suas implicações na política do estado. Nesse exemplo fica claro que a Sociedade Rural agia independentemente do órgão estadual responsável pelos assuntos do café — o instituto —, enviando suas propostas diretamente ao ministro e com ele estabelecendo conversações. A reação de Waldomiro, testemunhada pela carta de Aranha, é a da

defesa do instituto como intermediário exclusivo do debate destas questões. Vale lembrar aqui que a diretoria deste órgão fora nomeada pelo próprio interventor, sendo seu presidente um homem tradicionalmente ligado à Federação dos Lavradores.

A importância deste tipo de acontecimento para a compreensão do problema central deste momento político, qual seja, a formação de partidos patrocinados pelo interventor, está em avaliar a posição que Waldomiro Lima ocupava no contexto das forças políticas do estado de São Paulo e também das forças políticas outubristas nacionais. Em relação ao PSB procuramos assinalar que, além de não conseguir tornar-se, nem de longe, o partido do operariado paulista, afastara-se, na prática, da União Cívica Nacional.

As observações relativas à questão da política cafeeira, além de ressaltarem a tensão existente entre Waldomiro Lima e Osvaldo Aranha, têm a validade de demonstrar os problemas que o interventor teria que enfrentar no campo da implementação de um partido de "lavradores de café" paulistas que abarcasse amplas parcelas desta fração de classe. Na realidade, era esta a outra grande linha de alianças políticas do interventor e, sem dúvida, um partido de cafeicultores tinha uma certa principalidade em relação a um partido de trabalhadores. A situação de aberta cisão em que se encontrava a lavoura de café em São Paulo, bem como a dificuldade de relações entre o ministro da Fazenda e o interventor paulista explicam em grande parte o caráter e os limites do partido que então seria lançado.

Inegavelmente os primeiros passos em direção à formação do Partido da Lavoura haviam sido dados na ocasião da assinatura do Decreto n.º 5.841 de 20 de fevereiro. Podemos inclusive considerar que o esforço de arregimentação sindical da lavoura é a pedra de toque e o fundamento da estrutura organizativa do futuro partido. Em torno deste objetivo se engajariam forte e abertamente tanto o instituto quanto o interventor, num trabalho conjunto de implicações políticas evidentes.

Em importante manifesto dirigido aos "Lavradores de Café de São Paulo", o instituto lança sua palavra de ordem:

"(...) Lavradores! Unindo-nos e arregimentando-nos em sindicatos municipais e unidos e arregimentados apoiando, sem abdições, um governo que tudo procura fazer para o bem de São Paulo, não nos esqueçamos de que é das urnas que deverá resultar a completa e perfeita reorganização política e administrativa do estado e do país. (...) A lavoura cafeeira (...) não pode permanecer indiferente ao pleito que se anuncia. (...)".<sup>44</sup>

O que se verifica é uma aliança bem delimitada entre o governo do estado e um setor da cafeicultura paulista, justamente aquele que se

# PARADOXO

O general Waldomiro  
Lima declarou que pela  
lavoura faria tudo o que  
entivesse ao seu alcance.  
(Dos jornais)

ELLE — Vac, minha fe-  
lha. Se feliz.

ELLA — Obrigada! V.  
Excito, para mim, é nada  
que um general; é um co-  
ronel!



encontrava na direção do Instituto do Café por direta intervenção de Waldomiro Lima. Esta união teria como momento-chave o pleito de 3 de maio, já que uma vitória das correntes pró-interventor poderia assegurar sua continuidade no poder e, assim, garantir a linha de resoluções que vinha sendo desenvolvida para os assuntos do café em São Paulo. O manifesto é um documento rico para o traçado deste tipo de ligação. Em seu texto a figura de Waldomiro Lima é moldada, através das realizações já efetuadas e dos esforços em andamento, como a de um autêntico defensor do café paulista.

O Partido da Lavoura seria oficialmente fundado em abril de 1933, por manifesto do instituto aos lavradores paulistas. Nesse, o instituto procura situar sua posição de órgão que, embora tivesse precípua finalidades administrativas, não se podia alhear do importante momento político, no qual os interesses dos lavradores deviam marcar presença. Segundo seus termos, os trabalhos da futura Assembléia Constituinte na elaboração da lei básica do país teriam que incluir dispositivos que garantissem o desenvolvimento da lavoura de café de São Paulo. Um Partido da Lavoura teria encargos cruciais neste plenário, e o Instituto do Café não poderia limitar-se à condição de mero espectador da história.<sup>45</sup>

O lançamento do partido era feito, inclusive, no bojo de uma medida alvissareira, interpretada como vitória da diplomacia do interventor. No início do mês de abril, o chefe do Governo Provisório assinara um decreto dilatando o prazo para o pagamento das dívidas hipotecárias rurais e reduzindo os juros cobráveis aos fazendeiros. É enorme a capitalização que se faz desta medida em São Paulo, tanto para glorificar o interventor quanto para incentivar o partido que então se lançava. O decreto, também considerado "uma lei contra a usura", era aclamado como o atendimento do maior desejo de todos os lavradores, que finalmente respondiam ao grupo reduzido mas poderoso de banqueiros que sempre os explorara. A grande conquista era considerada um fato decisivo para a vitória eleitoral do Partido da Lavoura, já que a cafeicultura representava de 65% a 70% das atividades produtoras paulistas.

É nesse clima de euforia que se realiza o congresso do partido. Descrito como muito concorrido e agitado, o congresso conta com o apoio e a presença de uma liderança política que então despontava em São Paulo: Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira já organizada e em atuação para o pleito de 3 de maio.<sup>46</sup> Na ocasião, é aprovado o programa partidário, e é eleita, por aclamação, a chapa que concorreria às eleições.<sup>47</sup> A comissão central do partido passa então a encaminhar a campanha, que ao mesmo tempo conclama os lavradores e ataca a Chapa Única, considerando impossível a vitória dos elementos decaídos pelo "profissionalismo político".

No entanto o Partido da Lavoura, cujo discurso era *triumfalista* e homogeneizador, não superava em absoluto as cisões existentes na cafeicultura paulista. Estas vinham de há muito e só se fizeram acentuar no período de governo de Waldomiro Lima.

O partido herdava do instituto não apenas as mesmas lideranças, o apoio e os cofres recheados. Herdava também a repulsa por uma política de aliança irrestrita com um interventor que submetera este órgão estadual a seus desígnios político-eleitorais, cassando-lhe a autonomia tão prezada e duramente mantida após 1931. As relações estabelecidas entre o Instituto do Café e o Partido da Lavoura ainda dariam razões para muitas questões e acusações ao interventor.

Toda essa panorâmica vem indicar que tanto o Partido Socialista quanto o Partido da Lavoura — partidos do interventor — organizavam-se sem conseguir sensibilizar profundamente as camadas sociais que pretendiam mobilizar. Além do mais, embora devessem teoricamente gozar de todo o apoio federal, não conseguiam nem a integração nas hostes revolucionárias nem mesmo grandes simpatias da cúpula administrativa do Governo Provisório com elas identificadas.

### *“Por São Paulo Unido”: a Chapa Única*

“Depois de 9 de julho aconteceram no país duas coisas enormes. Uma é admirável: é o Código Eleitoral. Outra é a mágoa de São Paulo, difícil de se apagar. . .

A mágoa de São Paulo levará a Chapa Única à vitória, porque ela, mais que um conjunto de nomes, é uma divisa que aqui soa muito alto: Por São Paulo Unido!”

“Por São Paulo Unido! É o grito entusiástico que ecoa no grande Estado.” *O Globo* (RJ) de 29.4.1933

A contrapartida aos esforços de organização partidária de apoio ao interventor pode ser visualizada na difícil mas vitoriosa tentativa de unificação entre as mais tradicionais e as mais novas e combativas correntes políticas do estado. O resultado destas articulações, que tinham duas diretrizes básicas — a união das forças políticas do estado na Constituinte e a oposição ao governo “militar e tenente” de Waldomiro Lima —, traria como primeira realização básica a formação de uma chapa única de candidatos para concorrer ao pleito de 3 de maio. O caminho em direção a esse objetivo teria, entretanto, que superar uma série de problemas políticos concretos, muitos dos quais tinham suas raízes na efetiva distância que separava os dois históricos e grandes



partidos paulistas: o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD). Estas agremiações encontravam-se numa situação bem particular: com muitas de suas lideranças exiladas do país em função da repressão à Revolução de 32, tinham ainda que “amargar” as mútuas acusações em torno do fracasso da “Frente Única”.

Além destas duas forças incontestes, São Paulo ganhara mais uma importante organização política, a Federação dos Voluntários Paulistas, que rompendo o dualismo trazido da República Velha estendia os horizontes das opções políticas. Tendo-se articulado imediatamente após a derrota de 32, a Federação dos Voluntários procurara unir os ex-combatentes, mantendo vivos os ideais da Revolução Constitucionalista e iniciando um movimento de oposição ao então governador militar Waldomiro Lima. Seus componentes são descritos pela imprensa como jovens de grande energia e perseverança que, reunidos em torno de Romão Gomes, dispunham-se a atuar com outros métodos e por outras vias na defesa da “mentalidade moça” de São Paulo.<sup>48</sup>

A Federação dos Voluntários não se formara como partido. Apesar disso, seria de fato a primeira organização a voltar-se para os preparativos da campanha, numa verdadeira cruzada de estímulo ao alistamento eleitoral. Assim, quando o Superior Tribunal de Justiça Eleitoral aprova o recurso interposto pelo Tribunal Regional de São Paulo, garantindo a participação do estado nas eleições, a federação lança um manifesto clamando a população ao alistamento. “Votar nas eleições para a Assembléia Constituinte será um direito e um dever” a que os paulistas não se poderão furtar; um alto contingente eleitoral atestará o sentimento cívico do povo bandeirante e assinalará sua presença e seus interesses na Constituinte, apesar da derrota de 32.<sup>49</sup> Dessa forma, a federação afirmava-se como uma importante e ativa corrente de opinião no estado, e mesmo sem assumir a forma de partido político expandia-se e formava núcleos em diversos municípios e distritos do interior.

Qualquer iniciativa de composição de grupos políticos em São Paulo em torno da defesa dos ideais constitucionalistas e da oposição ao governo de Waldomiro Lima teria, necessariamente, que considerar a Federação dos Voluntários e sua proposta de renovação política. No entanto, indiscutivelmente, era impossível deixar de reconhecer o PRP e o PD como os principais organizadores de opinião em São Paulo. As articulações em torno da formação de uma chapa única — que superando as diferenças partidárias se situasse “acima dos partidos para o bem de São Paulo” — teriam que passar pela adesão dos dois partidos. As resistências iniciais foram grandes, particularmente as do PRP, muito embora as desconfianças de elementos do PD em relação a uma nova aliança com o ex-partido da situação não fossem menores.



O treinador é Getúlio Vargas e os jogadores, da esquerda para a direita: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Waldomiro Lima.

*Careta* (RJ) de 25.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC.

*O REFEREE — muita atenção na bola. Lembrem-se que não são mais “amadores”, agora são profissionais!...*

É preciso, entretanto, situar as condições em que se encontrava o PRP para percebermos o significado das questões que o envolveram neste momento. Em primeiro lugar, o partido encontrava-se sem a presença de muitos dos membros de sua comissão diretora. Em vista disso, realizava o esforço de montar uma comissão de emergência que, sem pretender substituir os ausentes, imprimisse uma linha coordenadora ao partido quase acéfalo. Em fevereiro de 1933, tal comissão é formada, inicialmente, por sete nomes de grande peso: Alcântara Machado, Oscar Rodrigues Alves, João Sampaio, Fernando Costa, Heitor Penteado, Sales Júnior e Fontes Júnior. Em segundo lugar, existia no partido, desde fevereiro de 1932, a chamada Ação Nacional do PRP, uma respeitável ala de elementos que procurava ganhar força em face da orientação mais tradicional até então dominante. Isso demonstra que, além das dificuldades oriundas da derrota militar, existiam outras cuja origem residia em um movimento de diferenciação interna e de renovação que agitava o partido.

Em termos de nosso trabalho, importa ressaltar que, praticamente até março de 1933, embora efetivamente já se falasse muito na possibilidade de formação de uma chapa única e apesar de já se terem iniciado articulações neste sentido, tanto elementos do PRP quanto do PD resistiam publicamente a tal hipótese. Essa situação só iria alterar-se substancialmente em fins desse mês e, portanto, há apenas 40 dias das eleições. A Chapa Única reuniria basicamente três correntes políticas então existentes no estado: o PRP, o PD e a Federação dos Voluntários. A elas, outros partidos e organizações poderiam unir-se, mas nenhuma base política real seria conseguida sem estes três pilares principais (daí a importância da superação das questões que distanciavam aqueles dois partidos).

A concepção que orientava a formação da chapa tinha uma série de pontos capitais. Partia de um diagnóstico político da situação do estado, cujo referencial maior era a situação do país. Tal diagnóstico centrava-se na constatação de que São Paulo estava “à mercê de influências desordenadas”, sem ter, em absoluto, um ambiente político que garantisse a verdadeira manifestação da opinião pública. A Chapa Única deveria ser entendida como uma “fórmula de emergência, só justificada pelas circunstâncias anormais vigentes no estado”.<sup>50</sup> Obviamente essa análise envolvia uma avaliação do governo de Waldomiro Lima e dos mecanismos por ele utilizados para articular o apoio às organizações partidárias que patrocinava. Por esta razão, a Chapa Única também devia ser uma forma eficaz de combater, num escasso período de tempo, os métodos do interventor, especialmente nos municípios do interior, menos informados e mais sujeitos à pressão governamental.

A Chapa Única lutaria para constituir-se em um dique de contenção aos avanços político-partidários de Waldomiro Lima, ao mesmo tempo que coordenaria as principais forças de opinião paulista, respeitando-as democraticamente. Daí a idéia e a necessidade da chapa ser formada sem preocupações partidárias, “ou melhor, acima dos partidos, em nome de São Paulo”. O lema “Por São Paulo Unido” representaria, mais do que um compromisso político, um pacto de honra dos paulistas, que assim permaneciam unidos em torno dos autênticos ideais da Revolução Constitucionalista, os verdadeiros interesses do estado.

Com este objetivo, o PD e o PRP promovem consultas a suas bases partidárias, e a Federação dos Voluntários, em congresso realizado a 10 de março de 1933, aprova a sugestão de integrar a chapa. Em fins desse mês, a imprensa noticia como inteiramente vitoriosa a idéia de organização da Chapa Única.<sup>51</sup> Integrando e capitaneando a conclusão dos entendimentos encontrava-se uma importante associação das “classes conservadoras” do estado: a Associação Comercial de São Paulo. A ela, e também na qualidade de força extrapartidária, une-se a Liga Eleitoral Católica (LEC), através de seu núcleo regional paulista.

A adesão dessas duas organizações tem um peso fundamental na composição da Chapa Única. O apoio da LEC garantia um numeroso eleitorado católico, particularmente o feminino que votava pela primeira vez na história do país. Tal apoio pode ser claramente entendido pelo afastamento que se opera entre o interventor e a Igreja, na medida que o primeiro defende um programa político no qual o divórcio e o vínculo é um dos itens principais.

A LEC, inscrita como associação eleitoral, tinha como grande objetivo a união dos católicos de todo o Brasil em torno de certas reivindicações, qualificadas como de conteúdo moral. O secretário-geral da Liga, Alceu Amoroso Lima, explica os itens do programa numa entrevista à imprensa. Entre eles, estavam em destaque: a promulgação da Constituição em nome de Deus; a defesa da indissolubilidade do laço matrimonial; a incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas das escolas públicas; a liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos operários católicos, legalmente organizados, tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; a decretação de legislação do trabalho, inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; a defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; a decretação de lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.<sup>52</sup>

Para a liga, estava eliminada a possibilidade de qualquer apoio ao Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, tanto por sua orientação geral quanto por itens específicos de seu programa. Era igualmente muito difícil qualquer ligação com o Partido da Lavoura, em face das relações estreitas entre ele e o interventor Waldomiro Lima. A LEC voltava-se inteiramente para o programa da Chapa Única, que poderia encampar e defender seus postulados básicos. Desta forma, o interventor colocava mais uma fronteira em relação à população de São Paulo. A oposição que lhe move a Igreja não é pequena, nem camuflada. Desta feita, Waldomiro chocava-se com uma poderosíssima instituição de ampla penetração nos municípios mais afastados da capital, onde ele esperava exercer vigoroso controle da situação política.

Em São Paulo, uma das figuras exponenciais da LEC e também membro de destaque da diretoria da Associação Comercial era José Carlos Macedo Soares, que gradativamente assumiria o papel de mediador entre a Chapa Única e o próprio Governo Provisório. A Associação Comercial atuava como pólo coordenador entre os partidos e a base para os encontros políticos então realizados. Essa associação de classe agia não apenas como representante do comércio, mas como representante das "classes conservadoras" do estado, aí incluídos os industriais e também setores da lavoura.<sup>53</sup> Os descontentamentos e as cisões alargadas e alimentadas pelo governo Waldomiro Lima no seio dos setores produtivos do estado manifestavam-se explicitamente nessa adesão da Associação Comercial à Chapa Única.

Com essas cinco presenças articuladas, entra em debate a fórmula para a composição de uma chapa de candidatos, vencendo a proposta que consagrava a formação de uma comissão especial integrada por representantes autorizados de cada uma das correntes políticas: a "comissão dos cinco", que ficaria encarregada de receber cinco listas de dez nomes cada, formuladas isoladamente pelas respectivas organizações, após consultas internas. Desses nomes seriam escolhidos os 22 candidatos que concorreriam ao pleito de 3 de maio. Para evitar qualquer composição comprometedora, as listas seriam entregues ao presidente da comissão e ficariam em sigilo até o momento de serem votadas. Portanto, cumpria à "comissão dos cinco" definir entre os nomes indicados de acordo com critérios definidos *a priori*. Nesse sentido, só entrariam na chapa os "candidatos a candidato" que obtivessem a maioria de quatro votos na comissão, o que visava precaver a vitória de qualquer "idéia facciosa". Além disso, seriam apreciados, inicialmente, os nomes que figurassem em quatro listas (automaticamente aprovados), em três, em duas e por fim em apenas uma.<sup>54</sup>

**LISTA DOS CANDIDATOS DA CHAPA ÚNICA  
POR INDICAÇÃO DAS CORRENTES POLÍTICAS QUE A COMPUSERAM**

Candidatos	Correntes Políticas	PRP	PD	FV	LEC	ACSP
1. Abelardo Vergueiro César		X				
2. A. A. Barros Penteado						X
3. A. Carlos de Abreu Sodré			X	X		
4. Carlos de Moraes Andrade			X	X		
5. Carlota Pereira de Queirós				X		X
6. Cincinato C. Braga		X		X		X
7. Henrique S. Bayma			X			
8. João Domingues Sampaio		X				
9. Jorge Americano		X		X		
10. José de Alcântara Machado		X		X	X	X
11. José de Almeida Camargo				X		
12. José Carlos de Macedo Soares					X	X
13. J. J. Cardoso de Melo Neto			X			X
14. José Manuel de Azevedo Marques						X
15. José Ulpiano Pinto de Sousa						X
16. Manuel Hipólito do Rego					X	
17. Mário Whateley		X				
18. Oscar Rodrigues Alves		X				
19. Plínio Correia de Oliveira					X	
20. Rafael de A. Sampaio Vidal					X	
21. T. Monteiro de Barros Filho				X		
22. Waldomiro Silveira				X		

Fonte: Dados retirados de *O Estado de São Paulo* de 22.4.1933.

A Federação dos Voluntários, comentando seu assentimento a tais normas, explica que, como são apenas dois os partidos existentes na comissão e como bastam apenas dois votos para que um nome seja recusado, seria impossível a qualquer deles exercer predomínio na votação. Uma vez composta a lista de 22 candidatos, os partidos se absteriam de usar sua legenda no pleito, recomendando apenas o voto na Chapa Única "Por São Paulo Unido".

A “comissão dos cinco” — liderada por Antônio Cintra Gordinho, na qualidade de presidente da Associação Comercial e composta por Estevam de Sousa Rezende, da LEC; A. A. de Barros Penteado, da Federação dos Voluntários; J. J. Cardoso de Melo Neto, do PD, e João Sampaio do PRP — reúne-se em meados de abril e escolhe os candidatos às eleições. A composição da chapa é sugestiva, e sobre ela cabem algumas observações.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se à quantidade global de indicações conseguidas por cada um dos cinco integrantes da comissão nas listas apresentadas. Assim, verificamos que a Federação dos Voluntários conseguiu ter nove nomes aprovados pela comissão; a Associação Comercial, oito nomes; o PRP, sete nomes; a LEC, cinco nomes, e o PD, quatro.

Em bloco, poderíamos dizer que foram justamente as duas primeiras organizações — uma eminentemente política, mas sem caráter partidário, e a outra, uma associação de classe — que conseguiram maior participação na lista de candidatos. Evidentemente, grande parte dos nomes por eles indicados também constava de outras listas, sendo que três deles eram indicações de ambas.

Vale ainda a ressalva de que só ocorreu um caso de nome presente em quatro listas — Alcântara Machado —, condição que o tornou automaticamente aprovado. Todas as outras indicações tiveram que ser consideradas, tendo sido respeitadas as que apareceram em mais de uma lista. Neste caso, apenas um candidato (Cincinato Braga) obteve tripla indicação, e seis nomes constavam em duas listas. Desta forma, oito candidatos foram aprovados de início, uma vez que reuniam um consenso prévio. Restaram, porém, 14 vagas para serem decididas entre os nomes com apenas uma indicação. Neste universo, é interessante demarcar a distribuição ocorrida.

**CANDIDATOS DA CHAPA ÚNICA COM UMA SÓ INDICAÇÃO  
NAS LISTAS APRESENTADAS À “COMISSÃO DOS CINCO”**

Correntes políticas	Fração aprovada da lista
PRP	4/10
PD	1/10
FV	3/10
LEC	3/10
ACSP	3/10

Fonte: Dados retirados do Estado de São Paulo de 12.4.1933.

Esses dados, reunidos aos anteriores, fornecem-nos um perfil mais diferenciado e expressivo da situação de força de cada uma dessas correntes políticas.

Em relação aos dois partidos paulistas, uma questão salta à vista. Enquanto o PRP conseguiu aprovar seis nomes de sua lista de dez, sendo que quatro por indicação exclusiva do partido, o PD conseguia aprovar quatro nomes, dentre os quais apenas um com sua total responsabilidade. Este fato remete-nos à reflexão da presença eleitoral do PRP em São Paulo, em contraposição ao PD. É preciso, porém, destacar que dois candidatos do PRP (Abelardo Vergueiro César e Alcântara Machado) eram nomes vinculados à Ação Nacional que, neste momento, apesar das críticas movidas ao “tradicionalismo do PRP”, mantinha-se ligada ao velho partido. Além disso, é interessante registrar que o PRP e o PD não realizaram uma única indicação conjunta.

Em relação à Federação dos Voluntários e à Associação Comercial, verifica-se uma espécie de confirmação dessas presenças na Chapa Única. Se são estas as organizações a conseguir maior número de nomes aprovados, também alcançam um bom número de indicações exclusivas, já que cada uma tem três elementos seus sancionados. A LEC mantém igualmente razoável posição na chapa, uma vez que, em cinco nomes, três tiveram seu apoio particular.

Com a composição da chapa decidida, parte-se para a preparação da campanha através de uma comissão eleitoral encarregada da propaganda e de outras providências. Dentre elas está a elaboração de um programa mínimo a ser apresentado à Assembléia Nacional Constituinte, no qual estejam determinadas as teses básicas referentes à matéria de natureza constitucional. Esse programa é elaborado e divulgado pela imprensa apenas em fins do mês de abril, já bem próximo da data de realização do pleito.<sup>66</sup>

Por essa mesma ocasião, a LEC, o PD, a Federação dos Voluntários, o PRP e a Ação Nacional do PRP divulgam notas de conclamação do eleitorado em apoio à Chapa Única e a seu programa recém-lançado.<sup>66</sup> Estava realizada a união “por São Paulo”. Restava trabalhar e aguardar o resultado das urnas.

### *A campanha e o pleito eleitoral*

“O pleito de hoje não será uma batalha. Será uma con-



sagração. Os eleitos receberão, não apenas os nossos votos, mas um mandato que é um compromisso de honra, um pacto santo: a defesa duma Constituinte que estabeleça o regime federativo na base de uma autonomia estadual ao mesmo tempo ampla e segura, sob fundamentos jurídicos que se completem com garantias morais.”

“Por São Paulo Unido!” *Folha da Manhã* (SP) de 3.5.1933.

O período de tempo dedicado à campanha eleitoral em São Paulo foi, na verdade, muito curto, abrangendo os dias finais do mês de abril. Tal período caracterizou-se basicamente pela realização dos congressos dos partidos da Lavoura e Socialista — onde foram oficialmente lançados as chapas e os programas de cada uma destas organizações — e pela finalização das articulações em torno da constituição da Chapa Única e da elaboração de seu respectivo programa.<sup>57</sup> A campanha, breve mas intensa, desenvolveu-se em torno da divulgação dos nomes dos candidatos e das plataformas das três chapas principais que concorriam às eleições.<sup>58</sup>

A oposição básica entre a Chapa Única e o Partido da Lavoura marca as disputas neste período. O jornal *Correio de São Paulo*, uma espécie de órgão do governo Waldomiro Lima, passa a publicar diversas matérias cuja tônica são o combate à Chapa Única e a explicitação das razões que a levariam inevitavelmente ao fracasso eleitoral.<sup>59</sup> O jornal destaca a realização de uma visita da Chapa Única ao chefe do governo, promovida pelo candidato José Carlos Macedo Soares, a conselho e sob o apadriñamento justamente do ministro Osvaldo Aranha. Tais notícias buscam desmoralizar os propósitos da Chapa Única que “explorava os sentimentos regionalistas” de São Paulo, numa pseudocrítica à “ditadura”, ao mesmo tempo que, num beija-mão vergonhoso, estabelecia as bases de um acordo com o “ditador”.<sup>60</sup>

O acontecimento tem, na verdade, significativa importância política e antecedentes concretos na atuação de José Carlos Macedo Soares. Este mantinha correspondência regular com Vargas, informando-o do andamento das confabulações objetivando a formação da Chapa Única. Estas cartas, porém, não cumpriam apenas tal finalidade. Denunciavam igualmente as operações políticas de Waldomiro Lima quanto ao financiamento do Partido da Lavoura pelo Instituto do Café (considerado ato de dilapidação dos dinheiros



*Careta (RJ) de 24.6.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC.  
WALDOMIRO — Você quer se separar. É um ingrato depois do que fiz em seu benefício  
Zé — Elle não quer se separar do Brasil, quer se separar do Senhor!...*

públicos). Denunciavam também os processos de pressão e violência usados contra a Chapa Única, através dos prefeitos do interior e dos delegados de polícia. José Carlos Macedo Soares afirmava, nessas ocasiões, o descontentamento dos paulistas com o interventor e o receio da Chapa Única em face da realização de um pleito desonesto e manipulado, que muitos prejuízos poderia causar ao poder central.<sup>61</sup>

Apesar das denúncias sobre a alegada adesão da Chapa Única ao Governo Provisório, a campanha da chapa tem a marca inquestionável de oposição ao regime discricionário encabeçado por Vargas. A própria forma pela qual o chamamento eleitoral é feito reproduz a convocação para uma luta. Neste caso, não se trata mais de uma guerra militar, mas de um outro tipo de disputa onde o campo de batalha, as armas e os soldados ganham outro aspecto, embora o inimigo permaneça o mesmo. Os apelos ao passado recente da Constitucionalista, a afirmação da unidade dos paulistas contra os atos intervencionistas do Governo Provisório e, especialmente, contra a presença de Waldomiro Lima no estado são a base da propaganda eleitoral da Chapa Única.

A descrição de um correspondente de *O Globo* nos dá uma idéia do clima da campanha eleitoral:

“O Sr. Antônio Carlos de Abreu Sodré inaugurou na Rádio Record a campanha que se denomina: ‘Por São Paulo Unido’. Toques marciais e dobrados patrióticos precederam às suas palavras entusiásticas. Os cartazes que amanheceram hoje nas paredes reeditam a mesma figura brava do capacete de aço do tempo da revolução, com o dedo apontado para o homem que passa: ‘Você tem um dever a cumprir!’ E em vez do convite de então para embarcar para o *front*, o que está por baixo é a nova palavra de ordem ‘Vote na Chapa Única!’.”<sup>62</sup>

Já o Partido da Lavoura estrutura fundamentalmente sua campanha nos itens do programa relativos à política econômica, em especial a do café. Assim, enquanto a Chapa Única ressaltava questões políticas, como a defesa do federalismo e de medidas de garantia aos direitos civis do cidadão, como a anistia e o *habeas-corpus*, o Partido da Lavoura enfatizava suas demandas em prol de questões de natureza econômica e administrativa.

Evidentemente, o que queremos destacar com estas observações é a tônica da campanha desses partidos, isto é, dos seus apelos eleitorais, já que a divulgação dos programas como um todo tornava-se muito difícil,

particularmente no curto período de tempo de que se dispunha. Além do mais, como se tratava de programas partidários para uma eleição à Assembleia Constituinte, cumpria estabelecer propostas relativas à própria construção de um certo modelo político de Estado, e não apenas lançar a defesa ou o combate a problemas políticos existentes. O fato de os candidatos estarem concorrendo a uma vaga a deputado constituinte alterava a dinâmica da campanha e redimensionava o alcance dos programas partidários. Porém esta campanha, sobretudo em São Paulo, ganhava significado especial na medida que, através dela, a própria sorte do interventor estava lançada.

A polarização fundamental entre os partidos do interventor e a Chapa Única dava às eleições para a Constituinte um verdadeiro caráter plebiscitário. Ao mesmo tempo que os paulistas explicitavam sua adesão a uma ou a outra concepção política de Estado, marcavam seu apoio ou sua repulsa ao elemento que então detinha o poder Executivo do estado em nome do Governo Provisório.

Em relação aos programas partidários cabem especificamente algumas considerações.

De início, fica claramente delimitada a forte defesa do federalismo empreendida pela Chapa Única, manifesta nas propostas de bicameralismo, dualidade da Justiça, pluralidade do processo e, mais ainda, na proposição de plena autonomia dos estados e municípios. Este ponto melhor se corporifica se tomado em contraposição aos itens bem mais “centralizadores” e “inovadores” do programa dos outros dois partidos. Estes propõem eleições indiretas para presidente da República e dos estados, e para o Congresso Nacional, um específico modelo de duas câmaras (uma Política e outra Econômica), pelo qual o Senado Federal, mantido pela Chapa Única, ficava virtualmente prejudicado. Além disso, tanto o Partido da Lavoura quanto o PSB inscrevem em seu programa a unidade do direito processual e demarcam claros limites à autonomia estadual e municipal. Apesar dessas profundas divergências, verificamos que os três partidos defendem a manutenção da República Federativa e do presidencialismo, embora no caso dos partidos do interventor possamos perceber uma certa trajetória rumo ao parlamentarismo.

No que se refere às questões de interesse da Igreja, o programa da Chapa Única coloca entre suas teses todos os princípios da LEC, distanciando-se frontalmente do PSB. Já o Partido da Lavoura assume posicionamento ambíguo, sugerindo muito mais uma concordância com os postulados da Igreja.

**QUADRO COMPARATIVO DOS PROGRAMAS DOS TRÊS PARTIDOS  
PAULISTAS PARA AS ELEIÇÕES DE MAIO DE 1933**

Partidos Itens dos programas	Partido da Lavoura	Partido Socialista Brasileiro	Chapa Única
Forma de governo	República Federativa	República Federativa	República Federativa
Regime político	presidencialismo com responsabi- lidade dos ministros em face do Congresso	presidencialismo com responsabi- lidade dos ministros em face do Congresso	presidencialismo
Sistema eleitoral	voto secreto; eleição do presiden- te da República e dos estados pe- la Assembléia Nacional e Câma- ra dos estados	voto secreto e obrigatório; elei- ção do presidente da República pelo Congresso por seis anos e dos presidentes dos estados pe- las Câmaras	voto secreto; igualdade política dos sexos; controle Judiciário do processo eleitoral
Poder Legislativo	Assembléia Nacional composta por uma Câmara Política e ou- tra Econômica eleitas por sufrá- gio direto e proporcional e por sufrágio de base corporativa. Criação do Conselho Nacional e conselhos estaduais como corpos técnicos	Congresso Nacional com duas câmaras. (No programa não há especificação, mas nos discursos de Waldomiro Lima a defesa é de uma Câmara Política e outra Econômica)	bicameralismo: Câmara com re- presentação proporcional à po- pulação; Câmara com represen- tação igualitária por estados da federação (Senado)
Poder Judiciário	unidade da Justiça e do processo	unidade dos códigos dos proces- sos civil e penal. Ampliação e recursos para o Supremo Tribu- nal Federal	qualidade da Justiça; pluralidade do processo; unidade dos códigos Civil, Penal e Comercial

Partidos Itens dos programas	Partido da Lavoura	Partido Socialista Brasileiro	Chapa Única
Relação União, estados, municípios	autonomia municipal; eleição direta do Executivo e Legislativo municipais, controlados pelo Conselho Estadual	proibição de empréstimos externos aos estados e proibição de empréstimos aos municípios sem autorização das Assembleias Nacional e Estadual	autonomia plena dos estados e municípios em tudo que lhes diz respeito e interesse. Definição clara dos casos de intervenção federal
Forças Armadas	Serviço Militar obrigatório; reorganização das Forças Armadas e redução do caráter militar das polícias estaduais	Serviço Militar obrigatório; reorganização das Forças Armadas e redução do caráter militar das polícias estaduais	—
Relações Estado/ Igreja	liberdade de culto e organização da família segundo as tradições brasileiras	Estado leigo e divórcio a vínculo	separação Estado/Igreja; indissolubilidade do matrimônio; ensino religioso facultado nas escolas, hospitais, prisões e quartéis
Educação	ensino obrigatório e gratuito em todos os níveis; educação primária, profissional e técnica	ensino obrigatório e gratuito até os 18 anos	ensino primário obrigatório e gratuito
Legislação social e sindical	legislação social inspirada na solidariedade das classes; organização sindical corporativa	sindicalização livre. Propriedade privada eterna, mas com controle do Estado para evitar exploração dos trabalhadores	legislação social inspirada no princípio de que o trabalho não é mercadoria; garantias de justiça nos contratos de trabalho; assistência e defesa das classes trabalhadoras

Partidos				
Itens dos programas		Partido da Lavoura	Partido Socialista Brasileiro	Chapa Única
Política econômica	Sistema Tributário	supressão dos impostos de exportação, interestaduais e intermunicipais; supressão das tarifas protecionistas para indústrias artificiais; redução das tarifas sobre artigos de utilidade pública; imposto territorial sobre o valor venal da terra livre de benfeitorias	—	supressão dos impostos interestaduais e intermunicipais e de todos os tributos antieconômicos; distribuição equitativa das rendas federais e estaduais vedando-se dupla incidência
	Outros pontos	crédito agrícola; Banco Hipotecário Agrícola; Banco Central de Emissão e Redescontos; leis de proteção às forças produtoras	nacionalização de todos os serviços públicos	(Não figuram teses relativas ao crédito agrícola, pecuário e industrial; banco emissor e de desconto; revisão de imposto de renda — por serem matéria de legislação ordinária)
Direitos civis do cidadão		—	—	restabelecimento do <i>habeas-corpus</i> e outras garantias; definição do estado de sítio; responsabilidade efetiva dos agentes do poder

Fonte: Dados retirados do: *Jornal do Estado* (SP) de 23.4.1933; *Diário de Notícias* (RJ) de 23.4.1933; *A Gazeta* de 29.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima. Programa Mínimo da Chapa Única, Arquivo Getúlio Vargas (GV 33.04.02). CPDOC/FGV.

Nos assuntos de política social, verifica-se que a defesa de uma legislação especialmente dedicada aos trabalhadores, inspirada no princípio de harmonia entre as classes, surge como bandeira dos três programas, os quais, no entanto, não são muito específicos em sua operacionalização. Um ponto porém é indiscutível: em nenhum deles tenta-se ameaçar a propriedade privada. Em matéria de política econômica, o destaque maior é do Partido da Lavoura, que atesta sua inquestionável preocupação com os problemas agrícolas. Já a Chapa Única, limitando sua incursão aos assuntos de matéria constitucional — conforme observação constante de seu programa —, surge com uma série de indicações que refletem uma análise mais abrangente sobre as questões da lavoura e também do comércio e da indústria. Vale apontar, quanto a este aspecto, que o Partido da Lavoura pede expressamente a supressão das tarifas protecionistas para as “indústrias artificiais”, conceito que vinha sendo combatido pelo setor empresarial há anos. Vale ressaltar que os deputados classistas por São Paulo na bancada dos empregadores realizarão explícito combate a tal posição na Constituinte.

Finalmente, apenas o programa da Chapa Única contém propostas como a do restabelecimento do *habeas-corpus*, e outras garantias do cidadão. Estes itens ganham uma importante dimensão eleitoral frente ao clima de denúncias empreendidas contra Waldomiro Lima no que diz respeito ao apadrinhamento do Partido da Lavoura e do PSB e ao bloqueio que o interventor empreendia à ação política da Chapa Única.

É sobre esse contexto que José Carlos Macedo Soares escreve a Vargas, narrando a demissão de seis prefeitos do interior e sua substituição por homens vinculados aos partidos do interventor.<sup>63</sup> Estas e outras acusações chegam mesmo a ser confirmadas por um enviado especial do chefe do Governo Provisório, Justo Mendes de Moraes. Com o objetivo inicial de observar o encaminhamento do pleito em São Paulo, Justo Mendes telegrafa a Vargas, atestando as violações flagrantes do interventor nos preparativos das eleições: “(...) venho dar o meu testemunho de que suas patrióticas ordens (...) estão sendo violadas a ponto de (...) ficar prejudicado todo o trabalho de apaziguamento que se processava, com tão promissoras esperanças.”<sup>64</sup>

As eleições, por conseguinte, realizam-se num clima de grande mobilização e tensão políticas. No entanto o pleito em si transcorre sem maiores problemas. No dia das eleições, 3 de maio, os jornais paulistas publicam notas dos partidos conclamando a população a sufragar suas chapas. Os resultados oficiais só seriam divulgados em fins de junho, mas desde que os primeiros resultados parciais começam a circular a vitória da Chapa Única anuncia-se como quase certa. Essa previsão seria plenamente confirmada, pois, entre as 22 cadeiras a que São Paulo tinha direi-



to na Assembléia, a Chapa Única conquista 17, o PSB apenas três e o Partido da Lavoura duas.

Em São Paulo as eleições de maio de 1933 tiveram o seguinte perfil:

N.º total de eleitores	N.º total de volantes	N.º final de votos apurados	N.º de candidatos	N.º de deputados	Quociente eleitoral
299.074	261.706	255.706	101	22	11.623

Fonte: Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, em *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1933-1934, vol. 12 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934-37), p. 292.

A Chapa Única, ao eleger 17 deputados, passa a representar 80% da bancada na Constituinte. Para tanto, ela reunira o quádruplo dos votos dos dois outros principais partidos, esmagando a significação política destes e introduzindo um fato consumado no panorama da política paulista.

#### 1.4. *Os olhos e ouvidos do rei*

O general Pantaleão Pessoa, chefe do Estado-Maior, envia a Getúlio Vargas alguns telefonemas captados entre José Eduardo (Rio) e José Carlos (São Paulo) Macedo Soares:

RJ — Que há?

SP — Boatos, apenas (...)

RJ — E o Armando? [de Sales Oliveira]

SP — Preso. (...) Mais 4 ou 5 prisões anunciadas para hoje. A apuração da eleição vai magnífica. A Chapa Única conta já com 11.000 votos; os outros, mil e poucos.

RJ — O Getúlio mandou dizer-me pelo Virgílio [Melo Franco] para comunicar a você que se fiem absolutamente na palavra dele pois o resultado das eleições será perfeitamente mantido. (...) Garantiu que a retirada do Waldomiro é absolutamente certa (...)."

16 de maio de 1933. Arquivo Getúlio Vargas, (GV/33.05.16/1).

São Paulo vivia uma espécie de compasso de espera desde o encerramento da Revolução Constitucionalista de 1932. A situação política deste estado

sugeria a imagem de um lutador que, fortemente atingido por seu adversário, movimentava-se no ringue desviando-se de novos golpes enquanto armazenava forças para um contra-ataque eficaz. Realizadas as eleições, iniciadas as apurações, anunciados os primeiros resultados que davam ampla vantagem à Chapa Única, a luta chegava a seus momentos cruciais. O “caso” paulista assumia contornos nítidos, e se a estratégia do combate não incluísse um novo desafio, cuja arena seria certamente a Assembléia Nacional Constituinte, seria necessário e inadiável encontrar uma solução que garantisse, de preferência, um empate honroso para os lutadores, já cansados e interessados em seu encerramento.

O problema político central que agitava o país tinha em São Paulo um exemplo transparente, ou seja, o desencontro existente entre a orientação revolucionária do Governo Provisório e a realidade das aspirações e do poder das forças políticas regionais. As eleições, no entanto, convocadas pelo próprio governo — que com tal medida dava o primeiro grande passo para a transição a um regime legal —, traduziram em números tal desencontro. A todos que desejassem entender, estava demonstrada a impossibilidade de um certo tipo de exercício de mando durante a vigência de um governo constitucional, isto é, de um governo que previa a consulta e a participação política de amplos contingentes da população.

Os resultados das urnas eram, neste sentido, um fato novo a ser considerado pela “ditadura”, que através deste procedimento deveria estar dando por encerrada sua ação política discricionária. Entretanto estes resultados só constituíam um real problema para o Governo Provisório em poucos estados, entre os quais o grande destaque era São Paulo. Isto porque apenas em São Paulo o “governo” não tinha conseguido “fazer” as eleições. Em todos os demais, mesmo considerando-se certas discordâncias existentes com o poder central, os interventores haviam organizado e liderado os mais fortes partidos que concorreram ao pleito, assegurando não só a vitória dos situacionismos estaduais, como também a do próprio governo federal.

Seria o poder dos estados entregue às correntes vencedoras nas eleições de 3 de maio? Essa questão política tinha um endereço certo. Na verdade, voltava-se basicamente para a situação paulista, onde a vitória da Chapa Única atestava a falência da interventoria e a confirmação do ânimo de resistência constitucionalista. É diante deste fato que o chefe do Governo Provisório — ou da ditadura, como se queria em São Paulo — e muitos de seus auxiliares diretos teriam que se movimentar.

A Chapa Única, representando quase três quartos da bancada paulista na *Constituinte*, era uma realidade política por demais considerável, especialmente se encarada ao lado dos problemas gerados pela administração Waldomiro Lima. Na análise perspicaz de Costa Rego, um dos mais

importantes jornalistas políticos da década, a Chapa Única naquele momento tinha muito mais o que dar do que o que receber.<sup>65</sup>

Respondendo afirmativamente a tal problema, a ditadura estaria dando um primeiro testemunho de respeito à legalidade e armando um esquema de articulações pelo qual a revolução tecia uma saída vencedora com os próprios votos da contra-revolução paulista. Inegavelmente, arriscava-se a perder armas preciosas para um possível confronto na Constituinte, na medida que cedia recursos a seu mais severo e forte crítico. Entretanto, se assim não o fizesse, estaria rejeitando uma possível aliança e a neutralização deste potencial crítico, além de estar comprometendo indelevelmente os rumos legais da constitucionalização. Desta forma, nessa questão de aparente âmbito regional, muitos interesses estavam em jogo: o próprio curso da abertura constitucional; a credibilidade dos novos mecanismos políticos criados pelos revolucionários de 1930; a intensidade e violência da atuação oposicionista da bancada da Chapa Única na Constituinte; o nome do futuro interventor de São Paulo e até mesmo o nome do futuro presidente constitucional da República.

Por todas estas razões, no primeiro semestre de 1933 São Paulo é o destaque do cenário político nacional. Para lá se voltam as atenções e apreensões dos grandes expoentes do tenentismo e das oligarquias. Em meio a tudo isso move-se Getúlio Vargas, a quem cabe, em última instância, a tomada de decisões. O encaminhamento dado por ele aos acontecimentos que então se desenvolvem constituem, a nosso ver, um exemplo precioso de seu estilo político de governo.

Desde a nomeação de Waldomiro Lima para a interventoria paulista, Vargas parecia ter traçado um certo esquema de atuação em São Paulo. Observava de perto os atos de Waldomiro, aguardando a melhor ocasião para uma substituição cada vez mais provável do "homem". Colocava-se, neste primeiro momento, numa bem cômoda posição de espectador privilegiado, que deixando os acontecimentos seguirem seu curso limitava-se a recolher freqüentes e seguras informações sobre o que se passava.

A proximidade das eleições e as denúncias insistentes de seu amigo e informante José Carlos Macedo Soares sobre as pressões que a Chapa Única vinha sofrendo por parte do interventor, conduzem-no a um segundo movimento altamente significativo. É enviado a São Paulo um emissário especial para que, na qualidade de "olhos e ouvidos do rei", observe o desenrolar das eleições. Vargas, portanto, deixa simplesmente de "assistir" e começa a participar mais diretamente, muito embora esta participação esteja ainda restrita a uma função aparentemente arbitral. E dizemos aparentemente porque este embaixador plenipotenciário para assuntos internos era Justo Mendes de Moraes, pessoa cujo trânsito junto aos partidos paulistas estava assegurado por uma sólida e reconhecida simpatia à causa constitucionalista. Trata-se, por conseguinte, não só de

elemento estranho à corrente política do interventor, como de explícita adesão à orientação político-ideológica da Chapa Única.

A missão Justo Mendes iniciou-se dentro de um âmbito bem diplomático, de observador avançado. Entretanto evoluiu, passando a definir-se cada vez mais como uma missão cujo principal objetivo era o desenvolvimento de articulações junto à Chapa Única, de forma a promover e a garantir a harmonização das correntes que a compunham, tendo em vista a escolha de um nome civil e paulista para a interventoria do estado. Isto significa que o chefe do Governo Provisório, sempre resguardando sua pessoa de um envolvimento público que definisse seu posicionamento final, caminha em direção a uma postura cada vez mais conciliatória e intervencionista na política paulista, deixando sua posição de espectador para assumir a de ator central na dinâmica das negociações que então se desenvolvem. Durante os meses de maio e junho, Vargas assegura-se da vitória da Chapa Única, mantendo Waldomiro Lima no poder, mas sempre em suspenso. Enquanto isso, patrocina, diretamente, negociações com seu "real" adversário — os partidos políticos paulistas —, de forma que de comum acordo, sem nocautes humilhantes, ele (o chefe do Governo Provisório revolucionário) e a Chapa Única (as forças oposicionistas da contra-revolução) possam ser proclamados vitoriosos. As recompensas são certamente tentadoras: o governo do estado para a Chapa Única e uma bancada disposta a colaborar com Vargas, ainda que dentro de certos limites.

Entretanto, se considerarmos a situação do estado um ano antes, o avanço político era simplesmente inimaginável. A estratégia de Vargas, por conseguinte, deveria ser extremamente bem conduzida e não se efetuariasem inúmeras dificuldades, tanto por parte da Chapa Única quanto por parte de Waldomiro Lima, que seria praticamente removido da interventoria paulista à ponta de baionetas. Evidentemente, o governo de São Paulo não era posto para ser entregue sem relutância. E o general Waldomiro Lima tenta resistir enquanto é mantido no cargo, embora já ameaçado pela movimentação política de Vargas no estado.

A atuação de Waldomiro nesses meses finais de governo é marcada por duas linhas principais. Em primeiro lugar, ele monta sua defesa, escudando-se na realização de um pleito sem incidentes e respondendo às acusações que denunciavam o envolvimento do Instituto do Café de São Paulo com o Partido da Lavoura. Nada precisava ser omitido, já que o instituto era um órgão de classe autônomo que administrava livremente seus fundos.<sup>66</sup> Além do mais, ninguém andava acusando a Chapa Única de ligações com órgãos de classe do comércio e da indústria, afora os "dinheiros recebidos do banqueirismo" com respaldo do capitalismo internacional.<sup>67</sup> Em segundo lugar, Waldomiro Lima combina defesa e ataque, devolvendo à Chapa Única as acusações sofridas, desacreditando-lhe a vitória e

explorando, em benefício próprio, as cisões que começam a se manifestar no interior desta coalizão política.

No que se refere ao ponto mencionado, gostaríamos de ressaltar o conteúdo que o contra-ataque à Chapa Única passa a assumir. Um dos principais alyos desta ofensiva é o “clero rico e poderoso”, que moveu suas baterias morais e materiais contra a pobreza do Partido Socialista. O outro alvo é o “banqueirismo”, sócio da agiotagem e do imperialismo, que tem como inimigo principal o Partido da Lavoura, defensor dos verdadeiros e mais autênticos interesses da lavoura cafeeira paulista. Este aspecto ganha relevo especial quando sabemos que uma das linhas de cisão entre os órgãos de representação da cafeicultura paulista (referimo-nos à Federação dos Lavradores e à Sociedade Rural), desde 1931, era exatamente a questão das ligações desta última associação com os setores de comercialização e financiamento do produto. Dessa forma, quando se realiza, ao mesmo tempo, a apologia do Partido da Lavoura (ligado ao instituto e à federação que então o dirigia) e a crítica à Chapa Única, constrói-se todo um discurso que tem por alvo a política econômica governamental, especialmente no que se refere à manutenção de tarifas aduaneiras de caráter protecionista. Em outras palavras, realiza-se o combate ao “artificialismo” das indústrias de estufa que acabam por entravar o desenvolvimento econômico do país, verdadeiramente dependente da agricultura de exportação do café. O protecionismo — mecanismo de favorecimento de uma plutocracia em detrimento do povo — surge como uma das causas da própria derrocada da lavoura, na medida que o café encontraria no estrangeiro barreiras alfandegárias erguidas contra ele em resposta às tarifas aqui adotadas para a proteção de um pseudoparque industrial.<sup>68</sup>

A defesa do liberalismo econômico em nome dos interesses da lavoura, vistos em oposição frontal aos da indústria e parcialmente aos de setores do comércio usurário e açambarcador, emerge nitidamente como forma de denunciar a falácia da Chapa Única em sua pretensão de representar o regionalismo paulista e o café. No entanto, ao mesmo tempo que minimiza os resultados obtidos pela Chapa Única, mostrando a grande quantidade de votos que os partidos da Lavoura e Socialista somados conseguiam reunir, Waldomiro Lima articula, de público, as bases para sua manutenção no governo do estado. Em meados de maio, viajando ao Rio, ele anuncia à imprensa a formação do Partido Agrário (fruto da fusão daqueles dois partidos paulistas), cujo objetivo era fazer frente à coalizão do PRP, do PD e de outros núcleos mais recentes.<sup>69</sup>

Embora não se estruture enquanto partido, tal união acaba por se efetuar na constituição de uma *Frente Única Revolucionária*, organizada como bloco político dos “partidos de esquerda” coligados. Dela participam, formando o comitê dirigente: Virgílio Aguiar e Antônio Bento Vidal, pelo Partido da Lavoura; J. Moreira Porto e Cristiano Stocler das Neves,

pelo Partido Socialista; Otávio Ramos pela Legião Cívica 5 de Julho e Rubião Meira, Antônio Feliciano e Ângelo Mendes Correia como representantes de elementos civis e militares independentes.<sup>70</sup> A formação deste bloco, anunciada por proclamação pública ao chefe do Governo Provisório, a ministros e interventores, tem como primeiro objetivo o combate a todas as manobras contrárias ao interventor Waldomiro Lima e o apoio à sua permanência no cargo.

A importância de tal fato é mais do que evidente. Justamente no momento em que as articulações de Justo Mendes se tornavam mais conhecidas no estado e no país, o interventor Waldomiro Lima dava provas de sua capacidade de organizar bases próprias de apoio político em São Paulo. A coligação funcionava como grupo de pressão junto a Vargas, em contrapartida à atuação da Chapa Única. A mecânica dos dois blocos era a mesma e idênticos os seus objetivos políticos no momento: o controle da interventoria do estado.

O general Waldomiro Lima faria inclusive coincidir tais acontecimentos com declarações de impacto a jornais paulistas. Por meio destas ele afirma ter colocado nas mãos de Vargas, logo após as eleições, o cargo de interventor, através de longa carta. Vargas, mais uma vez, mantivera-o na posição. Portanto, os comentários que então corriam no estado sobre uma possível missão de Justo Mendes de Moraes eram por ele ignorados. Para o interventor, qualquer que fosse a missão ele seria o primeiro a ser informado pelo chefe do Governo Provisório. Além do mais, não se deixaria diminuir por quem quer que fosse.<sup>71</sup>

A Frente Única Revolucionária, tendo no apoio a Waldomiro Lima um de seus pontos básicos, procurava *emergir* como uma reação das forças de “esquerda” ao retorno dos “políticos profissionais da direita” ao governo de São Paulo. Nesse sentido, deveria ser vista como uma reaproximação de Waldomiro Lima às correntes revolucionárias, após o seu afastamento e a sua não-participação na União Cívica Nacional.<sup>72</sup> Na ocasião, isto era de grande interesse para o interventor, que buscava em sua identificação com as forças revolucionárias do tenentismo mais um trunfo para sua continuidade no poder. Conforme observamos anteriormente, o apoio dos elementos outubristas fora fator essencial à nomeação de Waldomiro para a interventoria e, desta feita, ele procurava realimentar a velha ligação, abandonada durante o período eleitoral.

No entanto, seus esforços neste sentido foram malogrados, quer porque o tenentismo já não o apoiava mais, quer porque a força da Chapa Única era incontestável em São Paulo. Assim, nem a nível estadual nem a nível federal, a “coligação das esquerdas revolucionárias” conseguiria ter grande respaldo político em sua proposta de manutenção de Waldomiro Lima no poder.

A este respeito, a posição de Juarez Távora foi clara durante todo o tempo. Sua proposta a Vargas era a escolha de um nome filiado à jovem Federação dos Voluntários, como o de seu presidente Benedito Montenegro.<sup>73</sup> Juarez Távora não teria, entretanto, sua proposta aprovada. A aproximação do chefe do Governo Provisório com as forças políticas oligárquicas paulistas acabaria por ultrapassar os limites considerados viáveis por este articulador tenentista, não só nesse caso concreto de política estadual como em muitos outros durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. As observações de Juarez, nessas ocasiões, não são muito diferentes: certa margem de conciliação era sempre necessária, mas tornava-se imprescindível que não se destruíssem os principais objetivos da revolução; afinal, era exatamente por eles que a conciliação era empreendida.

Esta certamente não era a posição de Osvaldo Aranha, outro grande líder revolucionário, também ministro, que já esclarecera Vargas sobre sua total incompatibilidade com Waldomiro Lima e há algum tempo vinha articulando e auxiliando os contatos da Chapa Única com o chefe do governo, através de José Carlos Macedo Soares. Considerando-se o caso paulista e a posição destes dois elementos representativos de orientações distintas dentro do outubrismo, Osvaldo Aranha é quem tinha a maior chance de sair vencedor, já que era francamente partidário de uma reaproximação com São Paulo, que incluísse a entrega do governo do estado às forças políticas locais, desde que em condições que assegurassem a estabilidade do Governo Provisório e, sobretudo, do processo de constitucionalização.

O grande artífice deste empreendimento seria exatamente Justo Mendes de Moraes, cuja tarefa consistia em promover a harmonização das correntes políticas reunidas na Chapa Única, para então articular-se o nome do futuro interventor do estado. Muitos problemas, entretanto, precisavam ser vencidos para a obtenção de um consenso entre as diferentes correntes e entre elas e o Governo Provisório.

Inicialmente, havia os problemas advindos da resistência ao estabelecimento de contatos com o próprio poder central. Essas resistências seriam relativamente pequenas e rapidamente ultrapassadas, como narra José Carlos Macedo Soares em carta a Vargas. Segundo ele, em reunião, a bancada resolvera por unanimidade decidir sobre assuntos da política do estado mediante consulta e aquiescência de suas organizações. Todas as deliberações teriam o apoio das forças políticas paulistas, não sendo cabíveis atitudes isoladas. Através desta decisão, garantia-se a continuidade de ação conjunta da bancada e, principalmente, estava sendo aberta a possibilidade real de entendimentos com o Governo Provisório, desde que sob o beneplácito das correntes políticas integrantes da chapa.<sup>74</sup>

No entanto, os contatos entre a Chapa Única e o Governo Provisório sofreriam contramarchas, ditadas principalmente pela Federação dos Voluntários. De início, a federação chega a realizar declarações de absoluto alheamento em relação a quaisquer conversações com o poder central, rejeitando publicamente tal idéia.<sup>76</sup> Dessa forma, também na federação ocorreriam cisões em face da questão dos entendimentos com Vargas visando a proposta de um novo nome para a interventoria.

Mas o que se pode claramente observar nessa fase de estabelecimento de articulações é que a Chapa Única já começava a enfrentar os primeiros problemas advindos de sua própria natureza, isto é, do fato de ser uma coligação de partidos e grupos de pressão que, mantendo sua organização e interesses específicos, haviam-se unido em determinado momento para alcançar um certo objetivo político. As eleições constituíam este objetivo e, como tal, agiam como pólo de união, tornando viável a superação dos desentendimentos então surgidos. Passadas as eleições e retomados com novo ímpeto os contatos com o emissário do Governo Provisório, voltavam a emergir os conflitos já existentes, desta feita alimentados pelo interesse de Vargas e pelos próprios resultados das urnas que consagravam a vitória da Chapa Única.

Esse conflito era marcado pelas divergências de orientação política existentes entre os diferentes grupos que compunham a chapa, já que ela reunia tanto setores mais renovadores (a Federação dos Voluntários), como setores mais conservadores (a ala mais antiga e tradicional do PRP). Além disso, havia as próprias divergências radicadas no interior destes grupos, particularmente no PRP. Vale ainda ressaltar a luta pela hegemonia no interior da Chapa Única, que se articulava e redimensionava o primeiro problema.

O acirramento de tais conflitos, diante da situação política que São Paulo vivia, não interessava a Vargas. A vitória da Chapa Única e a crise da interventoria de Waldomiro Lima demonstravam que alterações teriam que ser realizadas no governo do estado e, nestas circunstâncias, melhor que o fossem pelo próprio chefe do governo. Desta forma, Vargas poderia não só começar a contornar um poderoso núcleo de oposição dentro da Constituinte, como também garantir uma relativa estabilidade política em São Paulo, essencial para toda a nação. Nos dois casos, a possibilidade de se realizar um acordo dependia da manutenção da unidade da chapa, que seria a base de apoio imediato do próximo interventor e também o eixo dos contatos por ocasião da abertura dos trabalhos constitucionais. A desintegração da chapa nesse momento poderia dificultar e comprometer totalmente uma certa aproximação entre São Paulo e o Governo Provisório, tentada anteriormente e frustrada, entre outras razões, pela ação de Waldomiro Lima.



O próprio Vargas de viva voz assegura suas intenções conciliatórias. Rememorando os problemas militares de seu governo e exaltando as Forças Armadas, ele lembra a revolução de julho de 1932 em termos bem significativos. Considera-a fruto de causas profundas, de contingências sociais e políticas que ultrapassavam vontades pessoais. Assim, o movimento era visto como compreensível e até útil para a consolidação da Revolução de 1930, de certa forma perdida entre tendências e fins impossíveis de controlar. E mais adiante, numa referência explícita à situação que se vivia em São Paulo após o restabelecimento da paz:

“Os governos legitimamente nascidos da soberania nacional, pelas forças das armas e advindos de um movimento cívico dominador, têm o dever de aceitar a colaboração das diversas correntes em que se divida a opinião pública, desde que não acalentem o propósito de sobrepor os objetivos pessoais de seus partidos à impessoalidade dos interesses nacionais. Torno mais preciso meu pensamento: *sempre* que o interesse local, de classe ou de partido, não fere o da nação, merece respeito e, no caso de se confundirem, acatamento e amparo.”<sup>76</sup>

A missão Justo Mendes tinha na harmonização das correntes políticas que integravam a Chapa Única e em sua aproximação com Vargas um problema e um objetivo. Narrando os acontecimentos que se desenrolam numa crucial reunião, Justo Mendes registra que os paulistas aceitavam o governo do estado e, para tanto, estavam prontos a colaborar com o poder central. Esta cooperação, entretanto, “sob o ponto de vista político”, ficaria sujeita aos princípios do programa com o qual a Chapa Única se apresentara nas eleições de 3 de maio. Só assim aceitariam a incumbência de apresentar candidatos à interventoria do estado.<sup>77</sup>

Essa etapa do trabalho de Justo Mendes podia ser considerada um sucesso para a política nacional. Restava apenas a elaboração da lista de nomes, para o que era importante uma cuidadosa ação conciliatória entre os diversos grupos, já que aí emergiriam inevitavelmente os confrontos que se delineavam.

Em primeiro lugar, não se conseguiria formar uma única lista de nomes. A Federação dos Voluntários apresentara de início três candidatos: Benedito Montenegro (presidente da federação), Oscar Stevenson (vice-presidente) e Cantídio de Moura Campos. As demais correntes da chapa vetaram os dois primeiros, o que suscitou reações por parte dos membros da federação, cuja proposta básica era dar total preferência ao nome de seu presidente, certamente estimulados pelo apoio que sentiam junto a setores do governo liderados por Juarez Távora. Por fim, a federação

acabou concordando com a composição de nova lista, que foi apresentada separadamente. Assim, Getúlio recebe duas relações. A da federação era composta por Francisco Machado Campos (vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo), Waldomiro Silveira (presidente da Central da Federação em Santos), Cantídio de Moura Campos (diretor da Faculdade de Direito de São Paulo) e Armando de Sales Oliveira (diretor da S.A. "O Estado de São Paulo" da Cia. Mogyana de Estradas de Ferro e membro do PD). A relação das demais correntes era formada por Antônio Cintra Gordinho (presidente da Associação Comercial de São Paulo), Rodrigo Otávio de Menezes e Armando de Sales Oliveira.<sup>78</sup>

Aparentemente, com tal solução, contornava-se o impasse surgido na federação em face da colaboração com o Governo Provisório e com os outros grupos da Chapa Única. Entretanto as divergências existentes entre suas duas correntes — a mais conciliatória e a mais radical, que "quer tudo ou nada" — permaneceriam latentes, manifestando-se ainda em outras situações políticas. Vale ressaltar a presença de um único nome comum — o de Armando de Sales Oliveira —, que recebe, além do mais, uma particular indicação de José Carlos Macedo Soares.<sup>79</sup>

Teoricamente a missão Justo Mendes de Moraes poderia ser considerada encerrada, restando ao chefe do Governo o pronunciamento final que dissiparia o clima de expectativas políticas e definiria a situação do estado. O problema transferira-se da órbita das articulações para o campo das decisões. Toda a demora neste momento só poderia provocar o acirramento das disputas, não apenas no interior da Chapa Única, como entre essa coalizão e a Frente Única Revolucionária, formada para apoiar a permanência de Waldomiro Lima no poder. Como eram por todos conhecidas as *démarches* de Justo Mendes e até mesmo divulgados pela imprensa os nomes dos prováveis ocupantes da interventoria, o passar do tempo poderia contar a favor do grupamento das "esquerdas coligadas", que procurava agir por pressão junto a Vargas, explorando ao mesmo tempo as cisões da Chapa Única. Além do mais, o encaminhamento global dado ao caso paulista parecia indicar uma solução rápida, uma vez que desde o início das apurações dava-se como certa a substituição do interventor, faltando para tanto apenas um ajustamento entre nomes.

A política, contudo, não se resolve com pura lógica, sobretudo a política do "chefe" (que magnífica corruptela para chefe do Governo Provisório!), num momento onde a "abertura" é a lei. Nesses casos, mais do que nunca, as decisões implementam-se à custa de aproximações sucessivas e seguras que garantam um erro de cálculo mínimo. Daí os 30 dias que transcorrem entre o envio das listas de candidatos a Vargas e a definitiva saída de Waldomiro Lima do poder.

Durante o mês de junho, mês no qual os contatos de Justo Mendes efetivam-se em resoluções da Chapa Única, evoluíra a situação política do estado, surgindo novos elementos complicadores que acabaram por provocar um certo adiamento e alguma alteração nos rumos e no ritmo dos acontecimentos. Nesse sentido, cabe o exame da pauta de atuação de Waldomiro Lima no período. Enquanto muito taticamente afirmava seu “desinteresse” pela permanência no cargo, desenvolvia amplos contatos com todos os setores políticos dispostos a apoiá-lo, representados basicamente pela Frente Única Revolucionária, que intensificava sua ação de combate à escolha de um interventor entre os políticos partidários das “velhas” organizações do estado.

Os principais representantes deste “bloco de esquerda” procuravam demonstrar a fragilidade de um possível acordo com a Chapa Única, explorando abertamente a cisão que então grassava dentro do PRP e que vinha à tona pela atuação de seu “histórico” líder recém-chegado do exílio, Ataliba Leonel. Conforme mencionamos, há muito existiam divergências entre o que se costumava considerar no jargão da época o “velho e tradicional perrepê” e a ala moça do partido, a Ação Nacional, “fazedora de fusões com os democráticos”.<sup>80</sup> Na ocasião da escolha de um nome para a interventoria, onde as preferências tendiam para um elemento do Partido Democrático e era a ala moça que capitaneava o conjunto de relações com o Governo Provisório, tais divergências transfiguram-se numa verdadeira luta aberta.

O retorno de Ataliba Leonel tinha um significado simbólico de ressurgimento do “verdadeiro” PRP conservador, no qual o grande líder assumiria as rédeas da condução política. O conflito, não podendo mais ser contemporizado, eclodiu nas posições tomadas frente à mudança do interventor. O que se pode registrar, desta forma, é a aproximação, até certo ponto espantosa, entre tradicionais líderes perrepistas (como Ataliba Leonel e Cirilo Júnior) e Waldomiro Lima, o então representante máximo da coligação das esquerdas em São Paulo. Assim, aquilo que se poderia considerar o mais “profissional” e “carcomido” em matéria de política paulista aliava-se taticamente ao que, aparentemente, era mais “revolucionário” e de “esquerda”.

As declarações de Ataliba Leonel ilustram bem a situação. Em princípio, ele afirma que o PRP não indica nem veta candidatos; em seguida, adianta que não interessam ao velho partido alterações no estado atual da política de São Paulo. Evidentemente, para Waldomiro Lima tratava-se de um apoio altamente interessante, sobretudo porque vindo numa hora de grandes dificuldades. O desenvolvimento de contatos pessoais entre estes políticos não tarda a se estabelecer, sendo utilizados de forma clara pela Frente Única Revolucionária.



*Careta (RJ) de 29.4.1933. Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC.*

**O RAMO DE OLIVEIRA**

*(O General Waldomiro quer para S. Paulo a unificação da dívida do Estado; quer construir estradas; quer dotar o estado dos mais modernos melhoramentos)*

*Zé — Elle quer tudo isso para S. Paulo, contando que S. Paulo fique para elle*

A situação tornava-se mais complexa e começava, inclusive, a suscitar apreensões entre lideranças nacionais que já haviam manifestado sua simpatia por uma mudança na chefia do estado de São Paulo. Simultaneamente, Justo Mendes de Moraes insiste junto a Vargas para que se resolva o impasse criado por "confusionistas" interessados em tumultuar o ambiente político. Com tal objetivo, promove reuniões com altas personalidades do PRP que asseguram seu respeito às conversações anteriormente entabuladas e confirma-se, por meio de um documento, o apoio da Federação dos Voluntários ao nome de Armando de Sales Oliveira.<sup>81</sup>

Finalmente, a 14 de julho, Getúlio Vargas aceita oficialmente o pedido de exoneração de Waldomiro Lima, solicitado por carta desde o dia 9 de junho. Em suas "explicações" Vargas menciona o desejo de São Paulo de ser governado por um civil e paulista, o que "cumpria ser respeitado".<sup>82</sup>

As reações a tal ato do chefe do Governo são imediatas. Juarez Távora escreve a Vargas lamentando a preferência pelo nome de Armando de Sales e não por um nome da Federação dos Voluntários.<sup>83</sup> O Partido da Lavoura, a Legião Cívica 5 de Julho e o Partido Socialista Brasileiro telegrafam reivindicando a permanência de Waldomiro Lima,<sup>84</sup> que, por sua vez, solicita sua manutenção no cargo até que seja resolvido o inquérito Murrey & Simonsen ainda em curso em São Paulo.

Nesse ínterim realiza-se importante reunião ministerial no Catete, na qual Vargas alude à situação da interventoria paulista e às sugestões que recebera e que o conduziram à escolha de Armando de Sales Oliveira.<sup>85</sup> Em seguida, envia telegrama a Waldomiro Lima, convocando-o imediatamente ao Rio, e longa carta a Flores da Cunha, recriminando a resistência do interventor paulista e solicitando apoio militar para garantia e segurança de sua decisão quanto à sucessão paulista.<sup>86</sup> Flores responde ao apelo de Vargas com o imediato deslocamento da Brigada Militar gaúcha para São Paulo, onde o próprio Waldomiro Lima ordenara movimento de tropas, insistindo em permanecer no poder por mais alguns dias. A perspectiva de um possível choque militar chega a delinear-se, até que Vargas solicita a Waldomiro, "em nome de seu patriotismo", passar o cargo ao general Daltro Filho, comandante da 2.ª Região Militar.<sup>87</sup>

A nomeação do general Daltro Filho interinamente para a interventoria federal de São Paulo tinha o nítido sentido de aliviar o ambiente e preparar politicamente o terreno para seu ocupante efetivo. Em seu curto governo de menos de um mês seria concluído — discretamente, como queria Osvaldo Aranha — o inquérito Murrey & Simonsen. Foram também realizadas algumas prisões de auxiliares do ex-interventor, limpando-se o cenário do estado de possíveis acontecimentos desagradáveis. Superados esses problemas, o general volta unicamente a ocupar seu cargo de comandante da 2.ª Região Militar, transferindo a interventoria

para o legítimo escolhido, Armando de Sales Oliveira, formalmente nomeado a 16 de agosto de 1933.

O *Correio da Manhã*, em longo artigo, analisa a escolha desse nome, assinalando “a aliança discreta que daí resultará”. Para o jornal, às vésperas da instalação da Constituinte, Vargas precisava do apoio de São Paulo e já não podia mais tentá-lo com Waldomiro Lima. Armando de Sales Oliveira possuía outras qualidades: “era civil e paulista e intimamente ligado aos banqueiros e industriais da estima dos políticos”. Desde que o interventor garantisse ao Governo Provisório o comedimento da Chapa Única, tudo estaria arranjado. O que se precisava evitar era o risco de uma aliança com Minas. Com São Paulo sozinho ou apenas com Minas, “a ditadura não carecia de grandes aborrecimentos para conseguir da Assembléia um presidente à sua imagem e semelhança. Mas unidos (...) os dois estados, outras adesões romperiam. A lembrança do Sr. Sales não encontraria outra explicação. (...) os políticos mineiros contemplariam de longe os acontecimentos”.<sup>88</sup>

O caso paulista fora magistralmente contornado. São Paulo ingressava, pela primeira vez após 1930, no palco central dos acontecimentos políticos nacionais, e tudo indicava que Vargas não tinha razões para grandes preocupações, já que isto ocorria por suas próprias mãos.

## 2. O TÉRMINO DA REVOLUÇÃO: SÃO PAULO NA CONSTITUINTE

### 2.1. *O perfil da bancada paulista*

O pleito de 3 de maio em São Paulo marca uma estrondosa vitória eleitoral da Chapa Única, que elege 17 dos 22 representantes do estado na Assembléia Nacional Constituinte. O Partido Socialista Brasileiro e o Partido da Lavoura respondem pela eleição dos cinco deputados restantes.<sup>89</sup>

Se o período posterior à derrota da Revolução Constitucionalista projetara ~~momentaneamente~~ Waldomiro Lima como importante ator na cena paulista, com suas articulações junto à lavoura cafeeira e sua aproximação com o Governo Provisório, o momento eleitoral demonstrava cabalmente o fracasso de sua orientação política. Levado a um progressivo isolamento das forças representativas do estado, Waldomiro Lima acaba por se desgastar junto a alguns líderes exponenciais do Governo Provisório, como Osvaldo Aranha e Juarez Távora.

Assim, as eleições assumiram um caráter plebiscitário, já que o resultado das urnas significava um protesto contra as posições do inter-

ventor em São Paulo e contra a “ditadura” de um modo geral. As grandes vitoriosas foram as forças da Chapa Única, que obtiveram como imediato e principal saldo favorável a indicação de Armando de Sales Oliveira para a interventoria paulista. Esta indicação, em parte, resultava da fragorosa derrota dos partidos de Waldomiro Lima. Assim, a atuação inicial de Armando de Sales estaria integralmente comprometida com a orientação da Chapa Única, tendo em vista um trabalho conjunto.

Na verdade, desde a formação da Chapa Única, as forças que a compõem são unânimes em enfatizar a necessidade da unidade de ação calcada num programa mínimo. A Federação dos Voluntários justifica sua adesão à Chapa Única como reconhecimento da necessidade de serem defendidos em bloco os pontos de vista do estado na formação do programa básico do país. A Chapa Única é vista como fórmula de emergência das correntes genuinamente paulistas, visando assegurar sua representação na Constituinte.

Essa perspectiva irá traduzir-se numa atuação parlamentar extremamente articulada e coesa. Os 17 deputados da Chapa Única assinam um pacto de defender, até o fim do mandato, o programa que apresentaram ao eleitorado. Além disso, o planejamento e a condução dos trabalhos parlamentares estariam garantidos por duas comissões de assessoramento da bancada, montadas no Rio de Janeiro: uma jurídica (composta por Plínio Barreto, Vicente Rao e Sampaio Dória) e uma econômica (formada pelos secretários-gerais da Associação Comercial, da Federação das Indústrias e da Sociedade Rural).

Entretanto a questão de manter a unidade na atuação parlamentar não se limitaria aos 17 representantes da Chapa Única. Em julho, com a realização das eleições para as bancadas classistas, associam-se a eles os deputados de São Paulo da bancada dos empregadores e dos profissionais liberais. São eleitos Horácio Lafer, Roberto Simonsen e Alexandre Siciliano Júnior pelos empregadores e Ranulfo Pinheiro Lima pelos profissionais liberais. Esses constituintes, por diversas vezes, formam com os interesses da Chapa Única em nome da unidade política superior de São Paulo.

As questões em debate na Assembléia, tanto no que se refere ao encaminhamento de seus trabalhos quanto aos temas constitucionais, mereceram um posicionamento conjunto desse numeroso grupo de parlamentares que, na verdade, dominava a bancada paulista. As diversas emendas sobre o tema da discriminação de rendas contariam com a assinatura de toda a chapa, do mesmo modo que a proposta de eleição direta e secreta para a presidência da República, pontos fundamentais do debate parlamentar, tratados cronologicamente em momentos bem diferenciados. Além deste fato, quase a totalidade das emendas assinadas pela bancada da Chapa Única é corroborada pelos classistas.

Sendo a indicação de Armando de Sales consequência direta da expressão política e eleitoral obtida pela Chapa Única, era natural que a atuação dele estivesse afinada com os interesses e objetivos mais globais das forças em questão. Mas é importante frisar que o desenvolvimento do jogo político levaria o interventor a um posicionamento próprio, isto é, a um determinado grau de autonomia em relação à Chapa Única, tendo em vista a condução da política estadual. Assim, sua atuação se notabiliza por buscar manter o controle e imprimir direção a esse processo. Neste contexto, cabe distinguir dois momentos básicos: o primeiro é marcado pela articulação das forças políticas estaduais para a constituição de um novo partido, o Partido Constitucionalista; o segundo, posterior à formação deste partido, caracteriza-se pelo aumento ainda maior do grau de influência do interventor nos rumos da política estadual e nacional.

A nível da intervenção parlamentar, essa perspectiva de direcionamento do processo político fica bastante explícita. Na primeira reunião de Armando de Sales com a Chapa Única e os deputados classistas, firma-se o interesse dos representantes paulistas na Constituinte em colaborar com o novo interventor e também com o próprio chefe do Governo Provisório. A representação deveria atuar com moderação, transigência, cooperação e, quando necessário, severa firmeza.<sup>90</sup> Na verdade, Armando de Sales buscará, em todos os momentos, orientar a intervenção política da bancada da Chapa Única, realizando reuniões sistemáticas com os constituintes e acompanhando de perto a evolução dos grandes temas em debate.

A conjuntura de reconstitucionalização do país, com a progressiva retomada do jogo político-parlamentar, traz novas exigências de reordenamento das forças políticas estaduais e nacionais. Os resultados eleitorais de 3 de maio contribuem para impulsionar a dinâmica das redefinições político-partidárias. Ao mesmo tempo, a previsão de futuras eleições para as Assembleias Constituintes estaduais e para a Câmara Federal também implica a agilização dessas novas definições.

Em São Paulo, o quadro de reorganização partidária caminha em duas direções básicas. Quanto às forças da Chapa Única, desenvolve-se um movimento de articulação de um novo partido, capitaneado pelos democráticos e pelo próprio interventor paulista. Esta iniciativa buscará contar com a adesão das demais correntes políticas que compõem a Chapa Única e acabará por precipitar uma cisão interna no PRP, com o ingresso de uma ala, a Ação Nacional, no novo partido. De outro lado, as forças ligadas ao interventor Waldomiro Lima ficam bastante enfraquecidas com a derrota eleitoral e com o surgimento da nova agremiação política. O Partido da Lavoura praticamente desaparece sem o respaldo do antigo interventor, e o Partido Socialista Brasileiro passa por significativas rees-



truturações internas. A criação do novo partido resulta, em primeiro plano, da iniciativa política do PD:

“Em fim de janeiro quando da realização do IX Congresso do Partido Democrático é apresentada, debatida e aprovada uma moção no sentido da criação de um novo partido político que reunisse todas as forças organizadas do estado. O Congresso conferiu plenos direitos ao diretório central do Partido Democrático para prosseguir nas negociações que visam este intento”.<sup>91</sup>

Contudo, a formação do Partido Constitucionalista é também fruto direto do incansável esforço de articulação levado a cabo por Armando de Sales junto às forças da Chapa Única e junto ao Governo Provisório. A postura do Governo Provisório, favorável à criação deste partido, deve ser entendida como parte de um processo mais global de aproximação tática com São Paulo, através de seu interventor. Assim, o próprio Armando de Sales, conforme já salientamos, desde a abertura dos trabalhos da Constituinte, orientara a bancada para a necessidade de uma atuação moderada, transigente e de cooperação.<sup>92</sup> O novo partido, de acordo com a proposta dos democratas, buscaria aglutinar as diversas correntes da Chapa Única, mantendo inicialmente seu programa. Assim, “uma comissão provisória dirigirá os trabalhos de arregimentação partidária. A Ação Nacional do Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático deverão desaparecer, feita a fusão. Quanto à Federação dos Voluntários, subsistirá apenas como associação cívica e as classes conservadoras terão representantes na comissão diretora do novo partido”.<sup>93</sup>

Embora algumas das correntes tivessem vacilado, como foi o caso da Federação dos Voluntários, onde havia divergências entre as bases e a direção, a proposta acabou por sagrar-se plenamente vitoriosa, obtendo a adesão da quase totalidade das correntes da Chapa Única. A principal consequência da criação do Partido Constitucionalista foi a cisão que desencadeou no interior do PRP. Pelo fato de contar com a adesão da Ação Nacional do PRP, onde atuavam políticos da envergadura de Alcântara Machado e Abelardo Vergueiro César, o Partido Constitucionalista, já em sua constituição, ganhava expressão ímpar na cena paulista. Mas as antigas lideranças perrepistas não se acomodaram diante desse quadro e lançaram uma ofensiva política buscando reconquistar o espaço perdido. E realizaram uma série de comícios recorrendo aos seus tradicionais redutos eleitorais, numa tentativa de demonstrar força. O *Correio Paulistano*, órgão oficial do partido, volta a circular em julho de 1934, sendo suspenso apenas em agosto de 1935.

Apesar do agravamento das tensões entre o PRP e o Partido Constitucionalista, a unidade da Chapa Única na intervenção parlamentar não

chega a ficar comprometida. O novo partido, ao nuclear algumas das principais correntes políticas do estado, obtém a adesão da grande maioria dos constituintes da Chapa Única. Por outro lado, no que diz respeito às forças do Partido Socialista Brasileiro e do Partido da Lavoura, ambas perdem expressão política no estado após a derrota eleitoral, seguindo trajetórias bastante diferenciadas.

Os socialistas passam por um processo de redefinições político-programáticas. Em janeiro de 1934, realizam seu congresso, onde elegem o novo diretório central.<sup>94</sup> Francisco Frota, membro da nova direção, em discurso afirma que “após esse congresso surgirá um novo Partido Socialista Brasileiro, nada tendo em comum com seu predecessor que recebia ordens do palácio dos Campos Elísios”.<sup>95</sup> No congresso é aprovada, por unanimidade, a expulsão do deputado Guaracy Silveira; é também proposta a exclusão do deputado Lacerda Werneck, com a justificativa de ser sua ação, enquanto chefe do Departamento Estadual do Trabalho, contrária aos “interesses do proletariado”, além da dubiedade de suas atitudes dentro da Assembléia.

Na verdade, a intervenção parlamentar dos constituintes eleitos pelo PSB é extremamente desconexa e conflitante. Guaracy Silveira, por exemplo, em entrevista a *O Estado de São Paulo* declara que, quando fora convidado para dar seu nome à Chapa Socialista, seu partido possuía um programa largamente defendido pela imprensa, programa que não sofrera modificações no Congresso de 20 de abril de 1933, ocasião em que fora escolhido candidato. Acusa, entretanto, a convocação de um diretório de emergência que modificou o programa, adotando princípios com os quais não se comprometia.<sup>96</sup> Afirma ainda que sua exclusão do Partido Socialista já era esperada, pois desde o momento em que o partido adotou um programa marxista e admitiu em seu diretório central um estrangeiro, Francisco Frota, ele compreendeu que não poderia manter sua filiação.<sup>97</sup> Dois dias depois, Lacerda Werneck desliga-se do partido, após sofrer advertência por desobediência e desvio de orientação. Contudo, nega-se a abandonar a cadeira para a qual fora eleito, permanecendo no cargo até o fim dos trabalhos parlamentares. Esse quadro de desagregação leva à ineficácia na intervenção parlamentar, ficando Zoroastro Gouveia, enquanto representante do PSB, completamente isolado nos debates da Constituinte.

O Partido da Lavoura, bastante enfraquecido após a criação do Partido Constitucionalista, termina por aproximar-se do PRP. A imprensa comenta o movimento de negociação entre as duas agremiações, que buscam firmar um pacto ofensivo e defensivo. Virgílio de Aguiar, presidente do Partido da Lavoura, em entrevista concedida ao jornal *A Batalha*, do Rio de Janeiro, declara que “na possibilidade de haver identidade de programas, os dois partidos poderiam aliar-se para a defesa

de seus ideais e, se assim entendessem as duas unidades, é porque ambas se considerariam moral e politicamente dignas uma da outra".<sup>98</sup> Especula-se também que o grande alvo dessa aproximação é a volta de Waldomiro Lima à interventoria paulista. Apesar da situação de enfraquecimento do partido, sua intervenção parlamentar é bem mais destacada do que a dos socialistas, tanto pela maior integração que apresenta como pela capacidade individual de seus representantes.

No balanço global da atuação das diversas forças da bancada paulista, ganha especial destaque a intervenção da Chapa Única, quer pela maneira como conduz os debates, quer pela forma como se impõe frente às outras correntes partidárias componentes da bancada estadual. Na verdade, processa-se uma significativa simbiose entre a bancada paulista e a Chapa Única, tendo esta praticamente ignorado os deputados das demais correntes e assumido a palavra em nome de São Paulo.

O programa de atuação da Chapa Única na Constituinte previa que a chapa se restringisse às discussões de matéria estritamente constitucional. De maneira geral, os parlamentares da Chapa Única não se envolvem em debates relativos a questões da conjuntura, o que se explica pelo fato de representarem um estado recém-saído da guerra civil, que naturalmente guardava ressentimentos em relação ao Governo Provisório. Contudo, estando na pauta dos debates a concessão da anistia, o pronunciamento do líder do partido torna explícito que São Paulo não pode omitir-se diante de uma questão que sensibiliza profundamente a todos os paulistas: "... Ninguém poderá infligir à bancada paulista a injúria de supor que ela renunciasse à primazia de pedir a anistia para todos quantos têm sofrido e continuam padecendo restrições em seus direitos fundamentais..."<sup>99</sup>

A Chapa Única chega a apresentar emenda propondo a anistia,<sup>100</sup> bem como a corroborar um pedido de esclarecimento ao Governo Provisório sobre a censura imposta à imprensa.<sup>101</sup> Além disso, ratifica as atribuições do chefe do Governo Provisório, definidas pelo Decreto Institucional n.º 19.398 de 11 de novembro de 1930.<sup>102</sup> Nesse caso, a Chapa Única se vê na contingência de referendar o decreto que instituiu o Governo Provisório, com o intuito de legalizar todos os seus atos, particularmente a convocação da Constituinte. Sem esse reconhecimento a Chapa Única estaria deixando de assegurar a soberania da Assembléia e comprometendo o mandato de seus membros.

Apesar de intervir em matéria dessa natureza, contrariando o objetivo perseguido pela Chapa Única, Alcântara Machado não perde a ocasião para reafirmar o procedimento pretendido pelo seu partido: "... nós estamos aqui para votar uma Constituição e não para discutir questões políticas..."<sup>103</sup> Na verdade, esta declaração encontra sólidos fundamentos na própria atuação dos componentes da Chapa Única. Há

que se considerar que, de fato, a chapa ausentou-se de muitas questões de grande importância, na medida que independiam da construção jurídico-política da Carta Constitucional. Procurou não contribuir, por exemplo, para qualquer ação que se vinculasse ao funcionamento interno da Constituinte. Votou em branco nas eleições para a presidência da Assembléia e negou-se a indicar o líder da maioria. Entretanto mudou de postura ao se deparar com uma proposta que aparentemente envolvia apenas a ordem estipulada para o andamento dos trabalhos constitucionais, deflagrando violenta oposição quando o líder da maioria, Medeiros Neto, pôs em discussão a inversão da ordem dos trabalhos constitucionais nos seguintes termos: “A Assembléia Nacional Constituinte elegerá, sem mais demora, em dia para o qual seu presidente especialmente a convocar, o presidente da República, cujo tempo de mandato e poder serão fixados na futura Constituição, vigorando até que esta seja promulgada, o Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930...”<sup>104</sup> (A posição da Chapa Única, neste particular, contou inclusive com o apoio do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo.)

Se a proposta de Medeiros Neto poderia redundar na aceleração da tarefa dos constituintes, ela revelava, acima de tudo, uma manobra para garantir a eleição de Getúlio Vargas e, mais ainda, para que essa precedesse a promulgação da Carta Magna do país.

Cabe ainda ressaltar que, além de uma intervenção parlamentar articulada e unitária, a Chapa Única demonstrou extrema flexibilidade política diante do jogo parlamentar, realizando sucessivos arranjos e alianças políticas que acompanhavam a evolução dos debates, mas que procuravam manter, no essencial, seus princípios básicos programáticos. A *performance* política da Chapa Única evoluiu de um isolamento inicial frente às demais bancadas estaduais para uma participação efetiva nas “emendas de coordenação”.

## 2.2. Os “paulistas” e a questão da reorganização política do Estado

“Nada mais conforme com as nossas realidades, na ordem política, do que a federação e a democracia... Quanto à democracia, combatem-na os que desejam um governo forte. Mas governo forte e pátria forte estão longe de ser expressões sinônimas, como pensam os que seguem, religiosamente, os últimos figurinos europeus. Ao contrário: uma nação não é forte senão quando representa um feixe de vontades livres.”

Alcântara Machado

O processo de elaboração da Carta Constitucional de um país é basicamente o processo institucional onde as questões de reorganização política do Estado ocupam o centro de todas as atenções. No caso do estabelecimento de uma Assembléia Nacional Constituinte, as propostas e as discussões acerca da fórmula político-jurídica que o Estado deve assumir constituem o próprio “espírito” da casa, na medida que este conjunto de normas subordina à sua orientação todo o restante da matéria constitucional. Dessa forma, são os temas relativos à construção de um novo modelo político de Estado que canalizam e provocam grande parte dos mais cruciais debates parlamentares. A importância incontestável desses temas faz com que os principais interesses políticos representados na Assembléia se empenhem no sentido de assegurar o acolhimento às propostas que apresentam, quer através de uma presença forte e vibrante no plenário, quer através de acordos conciliatórios e barganhas arranjadas em gabinetes mais discretos e menos concorridos.

O exame desses temas e, especificamente, o acompanhamento da postura de uma das bancadas políticas mais importantes da Assembléia — como é o caso da bancada paulista — revela-nos, de um lado, a existência de concepções bem definidas acerca do formato que o Estado deveria ganhar e, de outro, a possibilidade de um razoável número de acertos entre propostas pertencentes a diferentes orientações. É importante ressaltar que para o registro da pauta de atuação de um grupo político dentro da Assembléia importa não só a percepção do tipo de concepção subjacente à sua prática parlamentar, como o entendimento de sua posição no quadro mais amplo de forças então existentes.

A bancada paulista na Constituinte — particularmente os deputados da Chapa Única e do Partido da Lavoura — dedicará especial atenção às questões relativas à reorganização do Estado. De resto, desde o período da campanha eleitoral os problemas vinculados a tal tema ocupavam grandes espaços em seus programas, principalmente no que diz respeito à Chapa Única. A participação dos “paulistas” nos debates em torno da instituição jurídica do Estado poderia ser decomposta, para fins de análise, em três níveis de abordagem: o que se refere à forma de governo, cujo cerne é a defesa da República federativa; o que diz respeito ao tipo de regime político, abarcando a discussão da época em torno do presidencialismo ou parlamentarismo; e a questão da “manutenção transformadora” da ordem liberal que irá reger a distribuição e utilização dos recursos de poder.

Portanto, em primeiro lugar, cabe assinalar que os discursos proferidos pelos representantes da Chapa Única e do Partido da Lavoura revestem-se de uma defesa incontinente da forma republicana federativa de governo, estabelecida no país pela Constituição de 1891. A descentralização é amplamente aplaudida pela maioria dos deputados paulis-

tas que lhe atribuem o mérito de ter assegurado a unidade política da nação e favorecido o progresso dos estados. Assim se pronuncia Lino de Moraes Leme, do Partido da Lavoura:

"No nosso país a mudança de forma de governo, operada em 15 de novembro de 1889, foi acompanhada de uma radical transformação do sistema pelo qual eram governadas as antigas províncias do Império. O princípio federativo inspirou a nova organização política do país, determinando uma imediata descentralização administrativa das unidades componentes do Estado, completada pelo reconhecimento de sua ampla autonomia. À sombra das novas garantias constitucionais prosperavam os estados, e o país se desenvolveu prodigiosamente. Ainda é de absoluta atualidade o lema do Partido Republicano, em 1870 — 'Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade'." <sup>105</sup>

O deputado Antônio Covelo, também filiado ao Partido da Lavoura, reforça esta linha de exposição, salientando em seu discurso:

"A unidade de nossa Pátria, assentada nos sólidos fundamentos do princípio federalista, o pleno reconhecimento da autonomia dos estados como a mais segura garantia dessa unidade e a descentralização do Poder — foram os princípios norteadores da ação construtiva desses homens [constituintes de 1891]... Sob as garantias asseguradas pela Constituição de 1891, conseguiu o país, dentro de suas divisas, uma prosperidade crescente..." <sup>106</sup>

Os dois deputados, para defender a República federativa, voltam à Constituição de 1891 como grande modelo a ser pensado e seguido no que se refere a este ponto. Mais ainda, postulam que foi exatamente a descentralização administrativa, garantida pelo federalismo, que assegurou a unidade política e o progresso alcançados pelo país nas décadas anteriores. Assim, apesar de serem membros de um partido que combateu a Chapa Única, apresentando-se como exemplo de renovação política do pós-30, ambos os deputados sancionam em tese o lema dos PRs da República Velha. Os benefícios que São Paulo conseguiria nesse sistema não deixavam dúvidas quanto à importância em mantê-lo, mesmo levando em conta seus desvios e a necessidade do reconhecimento de problemas que exigiam críticas e medidas saneadoras.

É interessante observar a maneira pela qual o deputado Covelo focaliza os problemas decorrentes da aplicação da Constituição de 1891. Ele atribui aos dirigentes políticos a responsabilidade pela distorção dos princípios jurídicos da primeira Constituição republicana, inatacável em

seu espírito. "A Revolução de 1930 encontrou o Brasil dominado por uma profunda crise política, que teve por causa principal, não a essência jurídica das instituições contidas na Lei Fundamental Brasileira, mas a deturpação condenável dos seus princípios".<sup>107</sup> Esta visão é corroborada por outros deputados paulistas, dentre os quais Carlos de Moraes Andrade, da Chapa Única, que afirma ter sido o interesse dos políticos em garantir sua própria reeleição o responsável pelo comprometimento do regime. O deputado faz um violento apelo à Assembléia no sentido de que não mais se diga que "... o regime é que era mau e os homens que o executavam eram bons. Semelhante heresia, heresia sociológica, não pode passar em julgado no meio dos que, entre nós, manejam o direito, que vivem a vida do foro".<sup>108</sup> Também o líder da Chapa Única, Alcântara Machado, faz uma defesa contundente da federação e do liberalismo ao alegar que ambos foram mal compreendidos e mal executados. Por esta perspectiva, seu discurso busca demonstrar que enfraquecer ou suprimir tais princípios não constituiria uma solução para o problema. "Todos os erros que lhes atribuímos são nossos, exclusivamente nossos, que ainda não aprendemos a manejar esses instrumentos delicados e complexos. Insânia seria quebrá-los, só porque, até agora, não soubemos tirar deles o rendimento máximo."<sup>109</sup>

Esse tipo de posicionamento em face da Constituição de 1891 é extremamente significativo, na medida que caracteriza uma forma de análise política acerca das questões da época, que tem como pano de fundo o problema da aceitação ou negação dos princípios liberais inspiradores daquela Carta. Os "paulistas", tanto do Partido da Lavoura quanto da Chapa Única, ao atribuírem aos homens o desvirtuamento da dinâmica constitucional de 1891, reconheciam o valor da Constituição e trabalhavam com a possibilidade de mantê-la, desde que, a nível de composição da classe política e dos instrumentos jurídicos de controle desta classe, fossem realizadas reformas. Para eles, ao contrário do que vinham fazendo as correntes políticas de orientação autoritária, o problema não era negar a validade dos princípios liberais — quer em tese, como utopias, quer na prática, como inadequação à realidade brasileira. A análise que desenvolvem e as propostas que defendem constituem uma resposta a tais tipos de proposição. Os "paulistas" consideram verdadeiras e viáveis as teses liberais da Constituição de 1891, destacando de forma especial a do federalismo. O fato de as críticas mais ferrenhas recaírem fundamentalmente sobre a classe política dirigente contribui para o enaltecimento da Constituição de 1891. Entretanto, apesar de intensamente aplaudida, principalmente no tocante ao federalismo, que assegurava o "progresso e a integridade da pátria", a maioria da bancada paulista reconhece a impossibilidade de reproduzir os princípios jurídicos instituídos em 1891.

As particularidades do desenvolvimento global do país impõem aos constituintes paulistas a necessidade de uma avaliação crítica da experiência passada. De modo geral, os deputados de São Paulo consideram que o primeiro período republicano desconheceu a complexidade dos problemas com os quais eles se defrontam nesse momento histórico.<sup>110</sup> Se a Constituição de 1891 foi valiosa para a Primeira República, as transformações ocorridas na sociedade tornaram-na ultrapassada. O pronunciamento do deputado José Carlos de Macedo Soares, da Chapa Única, elucida o posicionamento dos representantes de São Paulo quanto à elaboração da nova Carta: “Vamos fazer uma Constituição política e social para o Brasil. Já aí temos uma diferença fundamental de situações entre a primeira Constituinte Republicana e a nossa Assembléia. A Constituição Republicana era essencialmente política”.<sup>111</sup>

Basicamente, a proposta que São Paulo encaminha ao plenário consiste na incorporação ao contexto da época de alguns dos princípios fundamentais da Constituição anterior — como o do federalismo. Aos representantes paulistas na Assembléia não se pode imputar uma postura conservadora, tampouco passadista, como bem demonstra o discurso de Cincinato Braga, da Chapa Única:

“Nossa colaboração constitucional, por força do nosso determinismo histórico, tem de ser fatalmente eivada do vírus reformador, audaciosamente progressista, que é o glóbulo predominante no nosso sangue... Sob essa inspiração condenamos as velharias e os erros de quaisquer regimes passados. Agiremos ao sopro de Idéias Novas, que presidam à transformação para melhor de nossa ordem financeira, econômica, política e social”.<sup>112</sup>

Para a bancada de São Paulo, a solução da problemática de sua década também não se encontra na transposição mecânica de experiências políticas de outras nações. Ao contrário, trata-se de buscar uma fórmula própria, enfrentando-se a complexidade e as características específicas dos problemas nacionais. Ao negar a validade de uma orientação baseada exclusivamente em modelos políticos alheios, os parlamentares mostraram-se atentos às dificuldades vividas pelos “velhos povos chegados ao extremo do seu desenvolvimento”. Antônio Covelo justifica a posição dos membros de seu partido e de sua bancada da seguinte forma: “... devemos ter em vista que, no meio da desordem, da anarquia e da confusão política reinantes pelo mundo contemporâneo, o nosso dever consiste em lançar os fundamentos de uma Constituição essencialmente brasileira, genuinamente nacionalista...”.<sup>113</sup> José Carlos de Macedo Soares confirma este pronunciamento. Segundo ele, a Constituição anterior pautava-se pela experiência de nações altamente civilizadas. Essa herança havia



determinado a forma pela qual fora elaborada a Carta de 1891, guiada pela "mística da liberdade" e pela "concepção individualista" dela resultante. Entretanto, ao propor o estabelecimento de uma Constituição não apenas "política", mas "política e social", Macedo Soares enfatiza a necessidade de se responder eficazmente às novas solicitações da sociedade, consideradas as particularidades de seu desenvolvimento. "Doutrinas opostas aplicam-se aparentemente com igual êxito... não escapará a ninguém quanto mais ingrata e difícil é a tarefa dos Constituintes de 1934, comparada com a dos Constituintes de 1891. Muitas coisas devemos improvisar. Não podemos nos acostar a modelos alheios. Não nos aproveita a experiência de ninguém".<sup>114</sup>

Sem dúvida, o federalismo constitui um dos principais temas de debate para os parlamentares de 1934. Contudo, a polêmica que se estabelece sobre a forma de governo a ser instituída pela Constituição não chega a polarizar as bancadas estaduais. As propostas encaminhadas ao plenário não são totalmente excludentes, na medida que convergem para a adoção do federalismo como única alternativa viável ao país. Na verdade, os constituintes das mais distintas orientações político-partidárias, representantes de estados com os mais diversos interesses, rejeitam um projeto de Estado definido como unitarista.

No caso paulista, é óbvia a analogia entre o processo de centralização desencadeado pelo advento da Revolução de 1930 e a República unitária. "Todos os atritos aparecidos de 1930 até hoje nascem desse erro inicial: o poder ditatorial é unitarista, ao passo que o sentimento e o espírito de São Paulo são descentralizadores".<sup>115</sup> A posição "paulista" é expressa por Cincinato Braga, que faz o seguinte discurso: "Não! O unitarismo é erro do passado, é o retrocesso imperialista, precursor da desintegração da Pátria. A Assembléia Nacional Constituinte não pode pretender fundar agora em pleno século XX no colosso territorial que é o Brasil o novo e mais vasto Império Romano... Seria um retrocesso de séculos."<sup>116</sup> No caso dos estados do Norte e Nordeste, a situação torna-se mais complexa, já que a posição subordinada que ocuparam durante a República Velha era determinada pela hierarquização em pequenos e grandes estados, sancionada pelo próprio federalismo.

Nessas circunstâncias, a sustentação generalizada do federalismo surge como fruto das próprias características do espaço territorial do país, que por suas dimensões precisava comportar um certo grau de descentralização e, certamente, de autonomia dos estados. Entretanto, se juridicamente a aceitação do federalismo é consensual, o mesmo não ocorre politicamente. Os objetivos almejados pelas bancadas com a defesa do federalismo são diferentes e praticamente conflitantes. O fato de os pequenos estados não assumirem a defesa do unitarismo contra o fe-

deralismo não significa que sua proposta se confunda com a dos paulistas. Para eles, era à União que se devia privilegiar na distribuição de funções e recursos políticos e econômicos, pois só desta maneira as desigualdades regionais poderiam ser enfrentadas e vencidas. O que se buscava era uma transformação radical no equilíbrio de forças das unidades federadas e no acesso destas ao governo central. O alvo desta “concepção moderada de federalismo” continuava a ser os grandes estados, particularmente o poder de Minas Gerais e São Paulo.

É claro que não era esse o objetivo do “federalismo paulista”. Apesar de os parlamentares de São Paulo desejarem manter a posição privilegiada que seu estado ocupava na Primeira República, admitiam a impossibilidade de instituir na nova Constituição o federalismo da forma como fora concebido em 1891. A Revolução de 1930 e a derrota paulista de 1932 demonstraram de forma decisiva que a correlação de forças havia se modificado, com prejuízo para a tradicional hegemonia de São Paulo. Nessa conjuntura, que permitia aos pequenos estados uma participação mais efetiva na cena política, São Paulo detectava uma situação essencialmente diferente daquela que desfrutara no regime passado. Além disso, o desenvolvimento alcançado pelo Brasil conduzia os constituintes ao reconhecimento da necessidade de ingerência do estado em vários campos da atividade nacional. Este fato, por si só, obrigava-os a uma revisão do federalismo da República Velha.

São as transformações ocorridas na ordem política que determinam uma redefinição do princípio federativo de 1891. São Paulo se vê na contingência de adaptar sua proposta federalista ao contexto da época, conciliando-a às tendências históricas do Estado moderno e à conjuntura política do pós-30. Assim, apesar de considerarem de vital importância a autonomia dos estados, os “paulistas” defendem que se atribua à União certa dose de força que lhe permita o desempenho de determinadas funções, através de um intervencionismo relativo. Cumpre à bancada paulista na Assembléia empreender uma dupla tarefa: conferir ao Estado capacidade de intervir nos casos previstos constitucionalmente, estabelecendo contudo os limites de sua ação, a fim de que a autonomia estadual não fique comprometida. Cincinato Braga refere-se à questão do fortalecimento controlado do Estado: “Temos de conceder ao Poder Central todos os poderes e recursos indispensáveis para que ele cumpra sua finalidade de governar predeterminadas relações sociais comuns. Mas detenhamos aí . . . todos os outros poderes e recursos, devem, como regra, ser reconhecidos aos estados.”<sup>117</sup>

É essa nova perspectiva em relação ao intervencionismo do Estado que distingue fundamentalmente os deputados constituintes de 1934, mesmo os que sustentam a descentralização como ponto capital. A concepção

da Chapa Única sobre o papel do Estado moderno é assim sintetizada pelo deputado Cardoso de Melo Neto:

“A União é a guarda da soberania; a União precisa ficar fortalecida. Isso digo e repito para tornar claro que o sistema propugnado pela bancada a que pertenço não é, como já se assoalha, um sistema contra a União... Nenhum de nós, nesta Casa, quer enfraquecer a União. Desejamos, sim, um regime federativo de estados autônomos. Não queremos viver dentro de uma União rica, com estados pobres...”

...A chamada concepção individualista do Estado, tranqüila e cômoda, do *laissez-faire* e do *laissez-passer*, é exclusivamente dos livros...

...hoje, a tendência do Estado moderno é para, não adotando o socialismo, reconhecer a existência e a legitimidade da ação social do Estado...”<sup>118</sup>

Para esse deputado a atividade social do Estado moderno consiste em intervir “...na saúde pública, na instrução, na educação do povo, no desenvolvimento da população, na assistência pública, na ordem econômica, isto é, na produção, circulação, distribuição e consumo de riqueza.”<sup>119</sup>

De fato, frente à Constituição de 1891, a capacidade intervencionista da União é ampliada. Sobre a matéria, a Chapa Única apresenta uma emenda sugerindo reduzidas modificações ao anteprojeto.<sup>120</sup> As novas prerrogativas do Estado implicam, necessariamente, uma reformulação do sistema de discriminação de rendas. Esta é uma importante questão debatida no plenário, na medida que pressupõe uma conciliação entre a propugnada autonomia estadual e o fortalecimento do Estado. Consequentemente, se a maior parte dos representantes paulistas trava uma verdadeira luta pelo estabelecimento de um sistema tributário que beneficie primordialmente os estados, eles também admitem a necessidade de a União possuir uma parcela de renda suficiente, para que possa desenvolver as atividades que o mundo moderno lhe confere.<sup>121</sup>

Nesse campo, ressaltam as questões vinculadas ao aumento das áreas de conflito social numa sociedade crescentemente urbanizada e industrializada. Tal problema expressa de maneira evidente a correlação entre a maior complexidade econômica e a necessidade de um Estado que assegure a normalização do trabalho e, através de uma política trabalhista e assistencialista satisfatória, aliada a mecanismos repressivos eficazes, mantenha a ordem social e política.

Se São Paulo, apesar de reconhecer que a União precisa ser fortalecida, busca fundamentalmente garantir a autonomia estadual, os estados do Norte e Nordeste visam exatamente o contrário. A estes interessa,

sobretudo, assegurar à União poderes capazes de neutralizar as desigualdades entre os estados federados. É interessante observar a maneira pela qual Macedo Soares utiliza o argumento da descontinuidade do desenvolvimento regional com um objetivo diametralmente oposto ao daqueles estados. Fatos que levariam os estados do Norte e Nordeste a reivindicar uma atuação decisiva da União para equilibrar o progresso do país são utilizados pelos “paulistas” com o intuito de manter o *statu quo* da desigualdade:

“Senhor presidente, o que resulta destes números, índices da situação econômica do País? Resulta a evidência de enormes desigualdades e conseqüentemente a necessidade de tratarmos desigualmente situações desiguais. A melhor técnica da elaboração constitucional para um país como o nosso, seria, talvez, estabelecermos regras jurídicas, econômicas, sociais, políticas que formassem o núcleo da Magna Carta, e ao lado dessa organização nuclear, estatutos particulares sob a égide dos princípios gerais da Constituição... Organizando jurídica e politicamente o País, convém que tenhamos presente suas verdadeiras fontes de riqueza; onde se trabalha mais frutuosamente; onde temos progredido mais; e, quais são as imposições desse progresso — porque a noção do progresso não é apenas patrimonial, pois exige pesados sacrifícios de custeio.”<sup>122</sup>

É bastante esclarecedora a reação da bancada paulista à proposta de mudança de orientação da organização judiciária do país. A reforma realizada pelo anteprojeto retirou uma parcela significativa do poder que os estados tinham para organizar autonomamente sua magistratura e seu direito processual. Os “paulistas” criticaram violentamente a tentativa de unificação do direito processual, alegando que as diversidades regionais obrigavam a justiça a se adequar às conveniências locais. Lutavam, assim, pela manutenção de um direito que a Constituição de 1891 lhes havia atribuído.<sup>123</sup> A defesa contundente do federalismo não se confundia mais com a manutenção dos princípios de um liberalismo econômico “clássico”, só existente nos livros. A experiência política e as questões do desenvolvimento econômico mundial demonstravam tal fato e apontavam para os riscos de seu desconhecimento. Entretanto, esta era uma questão a ser enfrentada e transformada num sistema muito amplo, cuja validade precisava estar assegurada. Os perigos da centralização excessiva eram múltiplos e estavam implícitos em um Estado todo-poderoso e fechado à participação, prejudicial ao progresso da livre iniciativa e da livre organização. O socialismo e o fascismo eram, certamente, os espectros maiores a partir dos quais os “paulistas” afirmavam sua fé federalista.

\* \* \*

Os debates entre os constituintes de 1934 acerca do regime político geram divergências sérias, mas passíveis de composição. Segundo a definição programática da Chapa Única, o presidencialismo seria o regime político a ser sustentado pelos seus representantes na Constituinte. Instaurada a Assembléia, a posição da chapa transforma-se, tendendo a acompanhar a própria dinâmica do processo de elaboração constitucional. A Chapa Única passa a defender um regime presidencialista mesclado ao parlamentarista. Entretanto, é preciso acentuar que esse procedimento obedece a um objetivo bastante definido: o de estabelecer maior controle sobre o Poder Executivo. Teotônio Monteiro de Barros explicita o ponto de vista da chapa a esse respeito, através de uma emenda ao Anteprojeto de Constituição:

"A presente emenda consagra o direito da Assembléia Nacional pedir o comparecimento dos ministros de Estado para prestação de informações e esclarecimentos, e também firma a obrigatoriedade dos ministros prestarem contas diretamente à nação da maneira como têm administrado as suas respectivas pastas, atribuindo-se à Assembléia o direito de forçar a demissão individual dos ministros que forem considerados em falta no cumprimento dos seus deveres e na aplicação dos dinheiros públicos."<sup>124</sup>

Essa proposta da Chapa Única configura ainda uma posição de repúdio à observância rígida das teorias políticas contemporâneas. "É, como se vê, uma fuga à forma presidencialista rígida, mas nem por isso a emenda traz em seu espírito a adoção do sistema parlamentar. Cria ela o sistema que se poderá denominar 'brasileiro', porque emerge originariamente da nova Carta Constitucional, procurando corresponder aos dados que nos fornece a nossa História..."<sup>125</sup>

O interesse em tal questão e nos problemas que a ela se vinculam acentua-se, já que a estruturação do novo regime político reflete-se no Estado constitucionalmente fortalecido e no equilíbrio político entre os poderes Executivo e Legislativo. A importância capital do debate sobre o regime político reside no fato de ele possibilitar que determinada esfera do poder seja favorecida em detrimento de outra. Esta questão pode agravar-se e ganhar inusitadas dimensões na medida que o Estado concentre funções maiores e mais diferenciadas, ou seja, maior dose de poder, de força política.

Inegavelmente, os constituintes de 1934 acatam a idéia de que o Estado moderno deva ser definido segundo sua capacidade intervencionista. As diversas bancadas oscilam entre a aceitação de um intervencionismo maior ou menor, mas admitem sem discussão a necessidade de fortalecer o Estado. No entanto um Estado forte poderia acarretar enormes ma-

lefcios à nação, sobretudo se esta nova carga de poder ficasse concentrada no Executivo. Tal possibilidade constitui preocupação para todos os membros da Assembléia, que distinguem claramente Estado forte de Executivo forte. De um lado, os estados do Norte e Nordeste temem que o presidencialismo conceda ao dirigente político da nação poderes tais que possibilitem marginalizá-los, permitindo aos grandes estados o domínio da política nacional. Por outro, os grandes estados sentem-se ameaçados por um Executivo que, concentrando amplos recursos, crie obstáculos à autonomia estadual.

Assim, se distintos interesses políticos acabam por convergir no estabelecimento de um Estado mais intervencionista, por caminhos diversos também terminam por comungar do receio de que o Executivo, automaticamente fortalecido com o poder concedido ao Estado, torne-se "hipertrofiado". Nesse sentido, a ameaça do desequilíbrio de poderes, da absorção do Legislativo pelo Executivo afeta a maioria das bancadas. Ainda dentro desse espírito, a Chapa Unica oferece uma emenda que procura redefinir a competência do presidente da República, inserindo a sanção obrigatória do Legislativo em muitas de suas atribuições. As modificações sugeridas pela Chapa Unica são justificadas por Teotônio Monteiro de Barros: "Contém este substitutivo... alterações que se destinam a submeter ao *referendum* do Legislativo, em ambas as suas câmaras ou em uma só delas, determinados atos do chefe do Executivo, impedindo destarte a tão receada hipertrofia do Executivo em detrimento dos demais Poderes Constitucionais."<sup>126</sup>

Outra emenda paulista visa "...garantir de modo completo a efetiva apuração da responsabilidade do presidente da República..."<sup>127</sup> buscando corrigir uma omissão do anteprojeto, que não prevê um prazo máximo para a Assembléia pronunciar-se sobre o recebimento da denúncia de crime do presidente. A Chapa Unica estabelece que após dez dias, impreterivelmente, caso a Assembléia não se pronuncie, o Tribunal Especial fica incumbido de manifestar-se sobre o afastamento do chefe da nação. Desta forma, procura-se assegurar que o presidente não permaneça em sua função durante a formação de culpa. Assim, através de várias propostas, os "paulistas" têm por objetivo estabelecer um controle mais eficaz sobre o Executivo do que o existente em 1891. Além do comparecimento obrigatório dos ministros à Assembléia,<sup>128</sup> propõe-se o aperfeiçoamento do processo de apuração e julgamento dos crimes comuns e de responsabilidade do presidente e impõe-se a sanção do Legislativo sobre as funções do Executivo.

A estruturação dos poderes constitucionais ocupa grande parte dos discursos sobre o regime político. A fórmula proposta por São Paulo, ao mesclar presidencialismo e parlamentarismo, tem por objetivo neutralizar uma distorção de poderes que o presidencialismo pode acarretar.



Herman Lima, *História da Caricatura no Brasil*, vol. 1 (Rio de Janeiro: José Olympio, 1963), p. 350.

**NOVO REGIME... NOVA ROUPA**

- *A nova roupa, Excelência*
- *Um pouquinho apertada... Os movimentos... compreende...*

*Nassára. Suplemento de Bom Humor (21-8 a 21-9-1934).*

*(A caricatura alude à situação de Getúlio, depois de eleito Presidente constitucional.)*

Entretanto, o regime presidencialista "híbrido", que prevê o comparecimento dos ministros à Assembléia, é consagrado pela Constituição de 1934, justamente através da organização do Poder Legislativo.

No caso de São Paulo, defensor irredutível do bicameralismo, os debates em torno do Poder Legislativo ganham especial relevo. O anteprojeto, além de eliminar o Senado da vida política do país, cria um órgão denominado Conselho Supremo. O estabelecimento do unicameralismo alça a Assembléia Nacional à posição de poder máximo do Legislativo, concedendo, assim, muitas das funções próprias do Senado à única Câmara existente. As alterações propostas por São Paulo ao Anteprojeto de Constituição visam, sobretudo, corrigir estas reformulações institucionais que poderiam redundar em fortalecimento do Poder Executivo.

Uma vez suprimido o Senado, onde a representação política dos estados era igualitária, os autores do anteprojeto idealizam o Conselho Supremo com atribuições políticas e administrativas e caráter técnico-consultivo e deliberativo. O conselho é concebido com um duplo objetivo: além de órgão capaz de suprir o Senado quanto à nivelação da representação política dos estados, ele tem a desempenhar um papel de coordenador dos poderes constitucionais.

A estruturação dada ao Legislativo e a criação do Conselho Supremo sofrem violentas críticas da Assembléia. Em relação ao Legislativo, até mesmo as bancadas dos estados do Norte e Nordeste, adeptas do unicameralismo, não encontram na solução adotada pelo anteprojeto uma resposta às suas aspirações, à medida que fica estabelecido na Câmara única existente um princípio de representação política desigual — o que, obviamente, os coloca em desvantagem frente aos grandes estados. Por outro lado, o Conselho Supremo, ao apresentar uma composição múltipla que restringe a importância da participação dos estados, favorece uma distorção dos poderes constitucionais, com visível ameaça de "hipertrofia" do Executivo.

Os constituintes da Chapa Única também sugerem reformulações nesse aspecto do anteprojeto. A emenda defendida por Almeida Camargo pede o fim do Conselho Supremo, alegando que sua intervenção na vida política do país é imprecisa e perigosa. Imprecisa porque o anteprojeto estipula que o conselho poderá reunir-se em situações de emergência da vida nacional, mas silencia sobre as resoluções que este órgão possa tomar. Perigosa porque o conselho poderá representar a Assembléia Nacional contra o presidente e os ministros, embora entre os conselheiros se encontrem seis personalidades nomeadas pelo presidente e tantos extraordinários quantos forem os ex-presidentes vivos.<sup>129</sup>

Quanto à extinção do Senado, a Comissão Constitucional encarregada da análise do anteprojeto e da elaboração do substitutivo a partir



das emendas apresentadas fornece o seguinte parecer: "Ora, o anteprojeto não definia os poderes dos estados; abolia o ramo do Poder Legislativo onde eles, como tais, necessitam se representar com igualdade... A opinião reagiu violentamente contra essa *capitis diminutio* dos estados, e com razão."<sup>130</sup> Entretanto o parecer que justifica a adoção do Senado pelo substitutivo, além de assinalar a necessidade da representação estadual igualitária, ressalta o importante papel da Câmara Alta no cumprimento do princípio federativo:

O deputado Morais Andrade, através de uma emenda assinada pela Chapa Única, ratifica as razões apontadas pela Comissão Constitucional para o retorno do Senado: "Temos por indispensável a existência de um órgão com perfeita igualdade de representação dos estados e incumbido da função de zelar pela boa prática do regime federativo."<sup>131</sup>

Já o substitutivo ao anteprojeto, apesar de reinstaurar o Senado, dá ao antigo Conselho Supremo, agora reformulado e denominado Conselho Nacional, nova composição, transferindo-o para a órbita do Executivo. Segundo Morais Andrade, o substitutivo "emendou para pior". O Conselho seria agora constituído por dez membros escolhidos pelo presidente da República, com um mandato de dez anos. Além de alterar a composição do conselho, o substitutivo atribui-lhe competência de, "por proposta do Executivo, ou sem ela, elaborar quaisquer projetos de lei, regulamentos, decretos ou instruções para a boa aplicação e execução da Constituição e das demais leis".<sup>132</sup>

Na opinião de Morais Andrade, o Conselho Nacional constituiria uma ameaça e uma inutilidade. Uma ameaça, na medida que o presidente da República se visse obrigado a agir de acordo com os pareceres e projetos do conselho, em função do temor de lhe ser instaurado um processo de crime de responsabilidade. Nessa circunstância, o conselho estaria esterilizando a ação presidencial. Uma inutilidade, caso os pareceres do conselho fossem sumariamente desconhecidos pelo presidente. Nesta hipótese o conselho falharia na sua atribuição de órgão consultivo da presidência. O conselho seria ainda desnecessário por concorrer com os Conselhos Técnicos em assuntos especializados, para os quais estes órgãos haviam sido criados.<sup>133</sup>

A última fase de elaboração da Carta Constitucional determina a supressão definitiva do conselho, ao mesmo tempo que acata a proposta de restabelecimento do Senado. É preciso que se observe, porém, que o Senado instituído em 1934 tem um caráter bastante distinto daquele que fora consagrado pela Primeira República. A Constituição de 1934 introduz uma nova concepção a respeito do desempenho e da posição do Senado na hierarquia dos poderes constitucionais. Sua inserção na coordenação de poderes — capítulo firmado pela nova carta — assinala uma das principais transformações da Segunda Constituinte Republicana. Com

a incumbência de promover a coordenação dos poderes, o Senado, ao invés de se limitar à esfera do Legislativo, passa a colaborar também com o Executivo. Suas funções, comparadas às que lhe eram atribuídas na Primeira República, ganham maior amplitude, o que confere ao Senado um grau de importância diverso do que detivera no regime passado.

Muitas das propostas defendidas pelos “paulistas” em plenário acabaram por ser incorporadas à Constituição de 1934, através da articulação de um acordo entre pequenas e grandes bancadas. Esse acordo, que se realizou no final do processo de elaboração da Carta, constituiu uma verdadeira manobra para garantir o apoio das diversas bancadas às emendas ao substitutivo. Essas emendas ficaram conhecidas como “emendas de coordenação” pelo fato de buscarem harmonizar as diferentes tendências políticas da Assembléia.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a nova Carta expressa uma sùmula dos conflitos de interesses travados entre as correntes político-partidárias do momento. Segundo Alcântara Machado, “a Constituinte não é a delegação de um partido, ou o seminário de uma escola sociológica... é natural que a Constituição de 34 não satisfaça, inteiramente, a nenhum de nós. Será, por isso mesmo, a que melhor convém, em suas linhas, à coletividade”.<sup>184</sup>

### 2.3. Os paulistas e a “nova” política econômica do Estado

“A sabedoria da Constituição que estamos elaborando está em conter o poder da União rigorosamente dentro de suas funções prefixadas.”

Cincinato Braga

Caberia preliminarmente situar que o debate em torno das questões de política econômica implica, nesse momento, a busca de soluções possíveis para a situação de profunda crise por que passava o país. Com efeito, o *terceiro funding*, realizado em 1932, visava a redefinição da situação da dívida externa, acarretando a drástica redução do montante devido, que passa de 90 milhões para 33 milhões. Dentro da mesma orientação, a lei do Reajustamento Econômico, que seria sancionada já em fins de 1933, procurava aliviar a agricultura, principalmente a do café, através de um amplo fornecimento de crédito que combateria o crescimento das dívidas dos produtores.

Num momento de profunda crise, as exigências do debate político ultrapassam as respostas de curto prazo, mesmo as de caráter abrangente. Trata-se da busca ou da afirmação de projetos globais para a sociedade, o que geralmente pressupõe um balanço crítico retrospectivo. Com efeito,

a análise dos principais temas da política econômica do país em 1934 remeterá os constituintes paulistas à experiência da República Velha, com seus erros e acertos. Mas é fundamentalmente no terreno político que serão engendradas as alternativas à crise. Nesse sentido, as proposições de política econômica apresentam-se intimamente articuladas a determinado projeto político. Assim, o debate acerca da discriminação das rendas vem no bojo do debate sobre a centralização do poder; vale dizer, as propostas de sistemas tributários apresentadas diferem no sentido de conferir maior ou menor autonomia ao poder da União frente ao poder dos estados.

É dentro deste quadro maior que temos que entender a participação da bancada paulista nos debates acerca das questões de política econômica travados na Constituinte. Sua presença é sem dúvida destacada e estrutura-se fundamentalmente em torno de dois temas centrais: o problema da discriminação das rendas, assunto de palpitante importância e interesse constitucional; e o Decreto do Reajustamento Econômico, medida implementada pelo Governo Provisório que afetava diretamente a cafeicultura brasileira, especialmente São Paulo.

A questão da discriminação de rendas é o tema econômico de maior destaque para a bancada paulista, que além de contribuir com um volume significativo de informações sobre o problema demonstra uma capacidade analítica bastante aprofundada, destacando seus elementos de maior expressão para uma exposição detalhada sobre o assunto. Na verdade, nem toda a bancada dedica a mesma atenção ao tratamento desse tema. É a Chapa Única, através de seu líder Alcântara Machado, de Cincinato Braga — membro da Comissão Constitucional para assuntos de política econômica — e de Joaquim Cardoso de Melo Neto, que vanguarda as discussões na Assembléia. A intervenção dessas lideranças se dá através de discursos de grande envergadura, que pressupõem uma acurada preparação anterior e demonstram visão analítica e concatenação. As demais correntes políticas cumprem um papel menos relevante no debate e na elaboração de propostas de emendas ao anteprojeto constitucional — o que, no caso do Partido da Lavoura, chega a surpreender, tanto porque o tema envolve diretamente os interesses da cafeicultura, quanto pelo fato de essa corrente costumeiramente intervir nos debates de política econômica.

A temática da discriminação de rendas, mais particularmente a questão da tributação, permite-nos opor de forma explícita uma proposta de cunho centralizador a outra de cunho francamente federalista. Com efeito, a viabilidade desses diferentes projetos políticos depende de uma base real de sustentação econômica; evidentemente, o poder político dos estados e dos municípios depende, em larga escala, de sua receita fiscal. Podemos perceber que as definições de política econômica, em particular

de política fiscal, apresentam-se acopladas a objetivos políticos mais globais. Desse modo as definições de política econômica ganham um caráter eminentemente político.

Nas palavras de Alcântara Machado: “dentre os muitos e complexos problemas com que se defronta a Assembléia, nenhum existe de gravidade e dignidade tamanhas como o que se refere à discriminação das rendas entre a União, os estados e os municípios. De fato, a autonomia desses últimos, a soberania daquela, seriam de todo em todo ilusórias se a futura carta constitucional não lhes outorgasse os meios necessários para que pudessem realizar os fins que lhes são peculiares e desempenhar as funções que lhes são próprias (...)”<sup>135</sup>. Em outro discurso, ele reafirma seu ponto de vista da seguinte forma: “(...) nenhuma federação existe, com efeito, que não assegure aos poderes locais uma renda equivalente, senão superior, à do poder central.”<sup>136</sup>

As colocações desse deputado são elucidativas sob dois aspectos. Em primeiro lugar, pela ênfase que dão ao nível econômico enquanto pilar de sustentação de um determinado projeto político. Isso fica claro na medida que Alcântara Machado coloca a própria sobrevivência do federalismo na dependência de uma parcela de renda para o poder local, de tal forma substantiva que seja igual ou superior à quota do poder central. O outro aspecto diz respeito à importância da Assembléia Nacional Constituinte enquanto instância jurídica capaz de condicionar a viabilidade de um determinado projeto político. A Constituinte funciona como um canal político essencial para assegurar os meios necessários à realização de determinados fins, representando, desse modo, o palco central do debate político, onde interessa fundamentalmente às diversas correntes partidárias lutar por um projeto global para a sociedade, sem se deter apenas na abordagem de aspectos parciais do quadro conjuntural.

Ao abordarmos a questão da discriminação de rendas, interessa-nos em particular caracterizar a intervenção incisiva da Chapa Única no sentido de firmar um projeto de cunho federalista e de combater as proposições que fortaleçam o poder da União em detrimento dos estados. As palavras de Cincinato Braga são inequívocas quando situa que a própria coesão da nação depende, ao nível econômico, da adequada implementação de uma diretriz política que afirme a solidariedade econômica no sentido de: “1) poder cada estado federado livremente, sem gravame fiscal, recorrer em suas necessidades à produção econômica de outros estados; 2) ser absolutamente livre a cada estado, sem gravame fiscal contra si, remeter às populações dos outros estados sua produção sobejante dos seus consumos internos”. E conclui: “ou construímos a unidade econômica do Brasil, isto é, a solidariedade fraterna dos interesses da riqueza material entre os nossos estados, ou assistiremos a desintegração infalível da nossa pátria.”<sup>137</sup>

Esse deputado, ao defender a proposta de extinção das barreiras alfandegárias interestaduais, estava buscando o pleno fortalecimento do poder econômico estadual. Desse modo, seria promovida a efetiva integração do espaço econômico do país, ao mesmo tempo que se manteria o poder decisório básico nas esferas regionais.

Contudo é com a definição constitucional da distribuição da receita fiscal entre as esferas federal, estadual e municipal que se concretiza o confronto entre os interesses federalistas em oposição aos interesses centralizadores. Duas concepções básicas seriam debatidas em plenário: ou a Constituição predeterminaria apenas a receita fiscal da esfera federal, deixando assim liberadas as fontes de receita estadual e municipal, ou vice-versa. No primeiro caso, seriam satisfeitos os interesses do poder local, aos quais estaria sendo facultada a capacidade de criação de novas fontes de receita. No segundo caso, seria beneficiado o poder da União, que passaria a gozar da possibilidade de alargar sua receita fiscal a partir da criação de novas fontes de tributação.

A Chapa Única iria se lançar na defesa da primeira orientação acima apresentada, complementando-a com a crítica sistemática da concepção oposta. A polarização das propostas daria a tônica dos debates, e os paulistas fariam do anteprojeto constitucional o alvo central de seus ataques. É nesse contexto que Cardoso de Melo Neto inicia sua exposição pela análise detalhada da evolução do sistema tributário ao longo da República Velha. Seu objetivo é demonstrar o processo de crescente alargamento da capacidade tributária da União frente aos estados e municípios, o que se explicaria pela criação sucessiva de novas fontes de receita fiscal por parte da União. Esse deputado rememora então a proposta de sistema tributário adotada na Constituição de 1891, pela qual nem a União nem os estados deveriam ter predeterminadas suas fontes de receita fiscal. Ambos, por razão constitucional, não poderiam ficar adstritos a determinadas fontes de receita, carecendo de plena liberdade para preenchimento de suas tarefas.

Cardoso de Melo Neto critica essa proposta, afirmando que tal sistema é profundamente idealista, já que, na prática, ao invés de garantir um funcionamento global harmonioso, teria propiciado o alargamento da capacidade tributária da União e a conseqüente invasão das demais esferas de poder. De acordo com as estatísticas do momento, a renda da União abarcaria 54% da renda total arrecadada no país, enquanto os estados ficariam com 35% e os municípios com apenas 11%. Além disso, a União estaria contando com a receita dos impostos de maior grandeza, como seria o caso do imposto de importação.

Procurando realizar uma análise ainda mais abrangente sobre a discriminação de rendas, o deputado apresenta uma definição de cinco sistemas tributários diferenciados. Pelo primeiro, a União e os estados vão

buscar seus recursos nas mesmas fontes, sem quaisquer distinções entre impostos federais e estaduais. "O sistema relega o axioma da ciência das finanças segundo o qual impostos há de natureza exclusivamente federal e outros de natureza exclusivamente local. Inteiramente condenado pela ciência, esse primeiro sistema de tributação não teve na Constituição de 91 voz autorizada que o preconizasse."<sup>138</sup>

Pelo segundo, compete aos estados concorrer com uma quota fixa, ou proporcional para fazer face às despesas da União que por si nada arrecada. Esse sistema é considerado demasiadamente pró-federalista, colocando a União na dependência total dos estados. O terceiro afirma que os estados devem reservar para si certas fontes de receita, deixando as demais à União. Segundo Cardoso de Melo Neto, este seria na essência o mesmo sistema proposto pela anteprojeto constitucional: "Mas o anteprojeto que se diz organizador do regime federativo, que quer e inscreve num dos seus primeiros artigos a autonomia dos estados, adota esse terceiro sistema, que é o sistema típico da *centralização*!"<sup>139</sup>

O quarto, defendido pelos paulistas da Chapa Única, prega que a União se reserve certas fontes de receita, deixando as demais aos estados: "É o sistema 'Júlio de Castilhos', bravamente defendido na primeira Constituinte por toda a bancada do Rio Grande do Sul, e que agora adota a bancada de São Paulo. É o sistema único, consequência lógica do regime federativo, em virtude do qual a União, guarda da soberania, fica restrita a certos e determinados impostos privativos, porque sua atividade é predeterminada, e os estados podem desenvolver toda sua atividade social, pois contam para isso com todas as fontes de receita não discriminada na Constituição."<sup>140</sup> Finalmente, o quinto sistema, já mencionado, é o que havia sido adotado pela Constituição de 1891.

Tendo em vista essa classificação proposta pela bancada da Chapa Única, duas observações merecem destaque. Primeiramente, cabe reforçar a colocação anterior de que o tratamento das questões fiscais é eminentemente político, a ponto da diferenciação entre os diversos sistemas tributários ser dada pela variante política, isto é, o maior ou menor grau de centralização em que incorrem. Em segundo lugar, cabe destacar a recorrência sistemática ao debate sobre discriminação de rendas realizado na Constituinte de 1891. A matriz dos diversos modelos de sistema tributário apresentados remonta a esse período, e a polêmica levada a cabo na Constituinte de 1934 tem sempre como referência a de 1891.

Cardoso de Melo Neto, ao sustentar o modelo de sistema tributário apresentado pela Chapa Única paulista, relembra exatamente o debate ocorrido em 1891, onde tal sistema saiu derrotado por uma pequena margem de votos. Procura então situar o que, a seu ver, teriam sido as principais falhas do sistema adotado em 1891, localizando, particularmente, o favorecimento que teria sido garantido ao poder da União, em detrimen-

to do poder regional. Em seguida, procura apontar quais teriam sido as causas históricas que levaram à adoção daquele sistema:

“Transportemo-nos a 1891: vejamos o ambiente da primeira Assembléia Constituinte. Que era que se queria formar? Era a Federação. A luta do Império era contra a Federação. O Brasil não estava preparado para ela. A União era a criação legal de que todo o mundo sorria, naquela época. ‘A União não tem meios para viver. ... Como pode viver fora da economia dos estados essa criação legal, num país de analfabetos’ — era, em resumo, o que diziam em 1891 os adversários do regime. Foi nesse ambiente que Rui agiu: o receio de enclausurar a União dentro de determinadas rendas que lhe ficassem privativas e que não bastassem para manter a soberania da Nação.”<sup>141</sup>

O deputado tenta demonstrar que a Constituinte de 1891 fora essencialmente uma Constituinte “contra a União”, mas que o ambiente político acabara por gerar, paradoxalmente, uma preocupação em resguardar certas margens de garantia ao poder federal. Daí o sentido da intervenção de um liberal do calibre de Rui Barboça, defendendo prerrogativas da União, em face de uma possível limitação desmesurada de suas rendas.

Dessa forma a Constituinte de 1891, apesar de francamente federalista, terminara por elaborar obra constitucional que, com o passar do tempo e a partir da “mão” dos homens, trouxera o alargamento do poder fiscal federal e não do regional, como se poderia julgar. Ao permitir a não-determinação das fontes de receita tanto da União quanto dos estados, prejudicara a estes, beneficiando o poder central. Assim, para fundamentar sua proposta de descentralização política, Cardoso de Melo Neto demonstra uma capacidade de análise extremamente globalizadora, conseguindo através de um estudo comparativo detectar as grandes tendências de cada momento histórico (1891 e 1934 respectivamente). Desta forma ele consegue atualizar o debate sobre a centralização do poder e seu aspecto institucional.

Uma vez situada essa questão de fundo, a formulação da bancada paulista dirige-se centralmente à proposta do anteprojeto constitucional, atacando-a em diversos planos. Os paulistas da Chapa Única afirmam que através dela consagra-se uma perda real, substancial da capacidade tributária dos estados frente à União. Nas palavras de Cardoso de Melo Neto: “Realmente Sr. Presidente, que em suma o anteprojeto constitucional aconselha? Que se retire do campo tributário dos estados o imposto de exportação e se o confira à União. Que se dê à União como imposto

privativo o imposto de consumo, que é hoje da competência cumulativa da União e dos estados. E o que o anteprojeto constitucional dá aos estados em troca? Única e exclusivamente o imposto cedular sobre a renda, oferecendo, portanto, muito menos, muitíssimo menos...<sup>142</sup>

Referindo-se especialmente ao problema do imposto de exportação, que era da competência dos estados, Cincinato Braga sustenta a necessidade de uma política de incremento à exportação através de medidas que a facilitem e até mesmo de prêmios à base de isenções fiscais. É nesse contexto que ele defende a extinção do imposto de exportação, argumentando que a cada nação deve caber vender o máximo ao estrangeiro e comprar o mínimo. Ressalta também que a manutenção desse imposto prejudica o desenvolvimento do comércio externo, dificultando particularmente a realização de tratados comerciais. Os grandes prejudicados são os interesses ligados à agricultura, na medida que são os produtores agrícolas os que quase que exclusivamente arcam com esse ônus fiscal.

No entanto a proposta do anteprojeto, além de contrária à extinção do imposto de exportação, sugere sua transferência dos estados para a União; em contrapartida, transfere o imposto cedular de renda para a competência estadual. O deputado procura então demonstrar que a arrecadação do imposto cedular é bastante inferior à do imposto de exportação, não compensando aos cofres estaduais tal troca. Além disso, ambos os impostos oneram fundamentalmente a "classe agrícola". Assim, enquanto integrante da Comissão Constitucional para assuntos de política econômica, Cincinato Braga contrapõe-se ao anteprojeto, sugerindo, além da extinção do imposto de exportação, a passagem do imposto sobre vendas mercantis para a competência estadual. Alega que, de um lado, esse imposto onera diferentes camadas sociais, não ficando sua incidência restrita à renda dos produtores agrícolas; de outro, que, ao passar para a competência estadual, a receita fiscal proveniente desse imposto seria razoavelmente alargada.

Mas nem toda a crítica ao anteprojeto restringe-se à denúncia de seu caráter centralizador. Sob a ótica mais estrita da política fiscal, os paulistas denunciavam a revisão tributária em base quinquenal, já que esta acarretaria uma profunda instabilidade para o sistema em vigência, não logrando funcionamento eficaz. Como efeito, os diversos ramos da atividade produtiva necessitam, em seu planejamento orçamentário, incluir os ônus da carga tributária. Um sistema tributário que se renovasse em prazos largos facilitaria a capacidade de previsão dos custos das empresas e, conseqüentemente, beneficiaria o seu funcionamento produtivo. Por fim, o anteprojeto também é criticado por manter de pé a bitributação, isto é, o sistema de dupla cobrança de um mesmo imposto. Esse pro-



ceder é apontado como um "erro histórico" de política fiscal, trazendo sérios efeitos inflacionários. Tal questão, condenada pelas nações mais desenvolvidas, agrava-se no caso particular da conjuntura brasileira, de profunda crise econômica, a exigir sobreforços no sentido da contenção fiscal.

As alterações do substitutivo na questão da discriminação de rendas são fruto de uma emenda de coordenação, podendo-se afirmar que a intervenção da bancada paulista lhe confere alguns importantes avanços em relação à proposta do anteprojeto. Como exemplo, o imposto de exportação bem como o imposto sobre vendas e consignações ficam sob a competência estadual. Contudo, a emenda não responde à crítica de ordem mais global que os paulistas fazem aos sistemas tributários que vigoraram na República Velha. De acordo com a emenda de coordenação, compete concorrentemente à União e aos estados o direito de criar outros impostos além dos que lhes são atribuídos privativamente. O deputado Cardoso de Melo Neto já procurara demonstrar anteriormente como esse sistema teria beneficiado, na prática, o processo de centralização, ao permitir o crescente alargamento da carga tributária da União com suas novas fontes de receita. Nesse sentido, o novo sistema de discriminação de rendas continuaria desfavorável aos interesses do federalismo.

Contudo, se a questão da discriminação de rendas mereceu especial tratamento por parte da Chapa Unica paulista, que não mediu esforços no sentido da elaboração e da defesa de um projeto próprio, o mesmo não ocorreu em relação ao Decreto do Reajustamento Econômico. Matéria de legislação extraordinária da maior importância na conjuntura, o decreto propõe um conjunto de medidas de política econômica de alcance global, visando o saneamento financeiro da economia agrícola do país. Apesar de não se tratar de matéria constitucional, o tema suscita amplo debate em plenário, a ponto de exigir-se a presença do próprio ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre o decreto.

Nesse caso a intervenção da Chapa Unica passa praticamente despercebida. Os pronunciamentos são raros, e quando ocorrem caracterizam-se pelo tratamento superficial do tema, mesmo no que diz respeito às principais polêmicas surgidas. Abelardo Vergueiro César é o único representante da chapa que discursa abordando o tema de forma mais detalhada; mesmo assim, não vai além de afirmações generalizantes e favoráveis à aplicação do decreto.

Se por um lado os constituintes paulistas da Chapa Unica evitam o debate parlamentar, as instituições a que estão visceralmente ligados posicionam-se favoravelmente à imediata implementação do decreto. Essa situação sugere que os constituintes paulistas da chapa tenham credenciado e buscado fortalecer a orientação dada ao caso pelo ministro da

Fazenda — o que aliás é bastante plausível em função do bom relacionamento existente entre as correntes políticas da Chapa Única e o ministro Osvaldo Aranha.

“Há poucos dias, pela imprensa de São Paulo, tomei conhecimento de uma reunião celebrada na sede do Instituto do Café daquele estado, à qual foram presentes os srs. Antônio Prudente de Moraes, Marcelo Penteado e Arnaldo Pinto pela Sociedade Rural Brasileira; dr. Taylor de Oliveira, pela Associação Comercial de Santos; dr. Francisco de Assis Arantes pelo Centro de Comissários de Café de Santos e Marcelo Piza pela Federação de Cooperativas de Café. Nessa reunião, os presentes trataram da regulamentação do decreto do reajustamento e deliberam enviar ao sr. dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, ao sr. dr. Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda, e ao sr. Armando de Sales Oliveira, Interventor Federal em São Paulo, telegramas por meio dos quais, fazendo sentir a necessidade da urgente regulamentação do referido decreto, pediam àquelas autoridades providências no sentido de apressar a solução do momentoso problema.”<sup>143</sup>

O Decreto do Reajustamento Econômico insere-se no quadro de evolução da política externa brasileira, em particular da dívida externa. Com efeito, a história da política externa na República Velha notabiliza-se pela situação de endividamento crescente da economia nacional, através da sucessiva realização de empréstimos. São os *fundings*, onde novos empréstimos são contraídos para pagar as dívidas anteriores. Nesse círculo vicioso, a capacidade de solvência da economia vai-se enfraquecendo progressivamente. No início da década de 1930, a situação da dívida é alarmante, e sombrias as perspectivas da economia. A produção agrícola não encontra mercado no exterior, os preços caem vertiginosamente, e as possibilidades de autofinanciamento para sustentação do produto são praticamente inexistentes. Toda a política do café levada a cabo no final da década de 20, com a chamada “valorização artificial” do produto, efetuada através da retenção de estoques, levava ao agravamento da crise.<sup>144</sup>

A saída possível, na qual apostou Osvaldo Aranha, conseguindo acordo com os credores estrangeiros, foi a da renegociação da dívida, através da realização de mais um *funding*: o terceiro firmado no início de 1932. A novidade desse *funding* foi justamente a possibilidade de redução da dívida através de um acordo no qual, ao pagar 33 milhões, o governo brasileiro receberia a quitação dos 90 milhões devidos, ou seja, sairia da transação com uma vantagem de 57 milhões.<sup>145</sup>

Na ocasião, a situação de profunda crise na produção agrícola, em particular do café, notabilizava-se pelo crescente endividamento dos produtores. A recuperação da lavoura passava necessariamente pela adoção de medidas de política econômica globalizantes, em particular daquelas que respondessem à questão do endividamento, ponto capital de estrangulamento para ponderáveis setores. Cabe notar, inclusive, que a pressão de importantes setores da lavoura para a obtenção de crédito já se desenvolvia de forma crescente desde o início do Governo Provisório.

Da parte dos paulistas, é o Partido da Lavoura que vanguarda o debate. Ao situar o quadro de profunda crise da produção agrícola do país, conclui-se pela necessidade de medidas urgentes. Desenvolvendo uma linha de argumentação crítica, o Partido da Lavoura procura caracterizar o alcance limitado do decreto e a conseqüente necessidade de medidas complementares. Antônio Covelo, um de seus membros na Constituinte, procura demonstrar o caráter parcial do decreto. A seu ver, o decreto atinge fundamentalmente os produtores endividados, gerando uma situação de discriminação quando não reconhece os sacrifícios e prejuízos de todos: "...se apenas o devedor é beneficiado imediatamente pela redução da dívida que sobre ele pesa, os demais lavradores, os que nada devem, os que empregaram esforço heróico para atravessar o período da crise, solucionando seus compromissos, fazendo face às despesas resultantes do custeio das suas propriedades agrícolas, e que concorreram, no entanto, com a mesma quota de sacrifício em favor da coletividade são excluídos das vantagens do decreto do reajustamento..."<sup>146</sup>

Por esta ótica, seria necessário o estabelecimento de medidas complementares que atingissem o conjunto de produtores, não deixando de lado os setores não endividados: "... a propriedade agrícola; a redução dos fretes rodoviários e do preço do transporte, mas, principalmente, no terreno dessa produção, penso que uma modalidade de auxílio se impõe, e se impõe sob a forma que me parece acertada: do pagamento da quota de sacrifício adquirida pelo Departamento Nacional do Café".<sup>147</sup>

Portanto, a visão apresentada pelo Partido da Lavoura diverge da do ministro Osvaldo Aranha, que coloca justamente a questão da hipertrofia das dívidas como problema crucial a ser atacado por qualquer proposta que vise uma solução global para a crise econômica por que passa o país.

Osvaldo Aranha entende assim que o Decreto do Reajustamento Econômico, enquanto medida de caráter globalizante, busca uma verdadeira reativação da economia nacional, não ficando seus efeitos limitados aos produtores endividados: "... tanto o decreto que revoga os pagamentos em ouro dentro do Brasil, como o de reajustamento econômico obedecem ao mesmo espírito e à mesma finalidade — reajustar prejuízos, atribuindo à coletividade esse sacrifício. Não posso compreender como se

interprete diversamente o último dos decretos que, parece-me a mim, que sou seu autor, obedecer às mesmas razões do primeiro".<sup>148</sup>

Existem porém outras linhas de argumentação crítica em relação a tal decreto. Na visão de Vasco Toledo, representante da bancada clas-sista dos empregados, e de Cunha Melo, representante da União Cívica Amazonense, o decreto beneficia uma pequena parcela dos produtores agrícolas e fundamentalmente ao setor financeiro, mais particularmente aos bancos.

Vasco de Toledo ressalta o setor bancário como o grande beneficiado em oposição ao "povo", na verdade o maior prejudicado, já que sempre foi o grande esquecido. Segundo Toledo, o decreto "protege tão-somente a plutocracia bancária, favorece a ela única e exclusivamente, porque eram dívidas que estavam como que canceladas. O decreto não vem, de nenhum modo, beneficiar o povo".<sup>149</sup> Já o deputado por Amazonas, ao denunciar o caráter parcial do decreto, aponta a discriminação que favorece os estados economicamente mais fortes em detrimento dos demais, onde a produção agrícola é menos expressiva: "Beneficia apenas a dois ou três estados do país, deixa o Norte abandonado, desamparado, protege tão-somente a agricultura de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul".<sup>150</sup>

A essa visão se opõe diametralmente a bancada da Chapa Única, que através de Vergueiro César, em sua única intervenção nesse debate, faz questão de afirmar o caráter globalizante e altamente benéfico do decreto para o conjunto das classes sociais: "Não se trata de dádiva, de presente, de mercê, mas de restituição justa, de compensação equitativa. E essa compensação, e essa restituição não auxilia só a produção agrícola ou pastoril, porque visa toda a economia nacional. O decreto do reajustamento econômico é feito para o Brasil, em proveito de todos, para o bem de todas as classes".<sup>151</sup>

Cabe frisar que o posicionamento a nível parlamentar da Chapa Única paulista é eminentemente político. Assim, seu silêncio é consciente e representa uma expectativa e ao mesmo tempo uma aval em relação não só às *démarches* governistas de Osvaldo Aranha, que visavam a aprovação do decreto, como também em relação à própria orientação mais global da política econômica do governo, dada a importância que a lei do reajustamento ganha nesse momento particular.

De outra parte, cabe também situar que os representantes paulistas dos empregadores, identificados com a Chapa Única, garantem mais uma vez um posicionamento unitário e conjunto. É evidente que a grande interessada na aprovação imediata da lei é a lavoura cafeeira paulista. De acordo com os dados de Suzigam e Vilela,<sup>152</sup> no período de 1935-45 a Câmara de Reajustamento aprovou cerca de 18.700 processos, e o total

das indenizações foi da ordem de 290 milhões de cruzeiros. Desse total, 54% corresponderam ao estado de São Paulo, e 55% foram para o café.

Com esses dados não é difícil compreender o posicionamento dos constituintes paulistas em relação a tal debate, quer no que se refere ao silêncio colaborador da Chapa Única, quer mesmo no que diz respeito às críticas do Partido da Lavoura, já que nesse caso o que se buscava era uma extensão dos benefícios já alcançados dentro da lavoura do café. Além do que, não se pode esquecer ou minimizar as divergências internas no seio da cafeicultura paulista, mais uma vez presentes nesta "disputa de posições" entre a Chapa Única (vinculada à Sociedade Rural e, nesse momento, também à direção do Instituto do Café) e o Partido da Lavoura, fruto maior da Federação dos Lavradores Paulistas.

Uma oposição mais real à orientação político-econômica que o Reajustamento Econômico simbolizava acaba por vir de um representante do Norte, que relembra o combate tantas vezes presente no plenário aos privilégios políticos e econômicos do Sul, mais especificamente de seus grandes estados. Além dele, um representante classista independente, como é o caso de Vasco Toledo, ressalta que, na redistribuição dos ônus da lavoura, perdem mais aqueles que, na verdade, pouco ou nada receberam nos anos das vacas gordas.

• • •

Derrotada a Revolução Constitucionalista, o período que vai de 1932 a 1935 é marcado por intensa reorganização das forças político-partidárias estaduais. Cisões e novas composições entre as diversas agremiações políticas dão mostras da vitalidade desse momento. Um novo quadro partidário começa a se definir após a subida de Armando de Sales à interventoria, com a criação do Partido Constitucionalista e o enfraquecimento das demais correntes partidárias. A sociedade civil exibe grande capacidade de mobilização e elevado grau de organização. As eleições de 1933 são uma clara demonstração da retomada da vida política estadual e, ao mesmo tempo, um marco no delineamento de um perfil mais nítido da representatividade das forças estaduais.

Esse movimento de rearticulação em São Paulo marca o retorno desse estado à cena nacional. Justamente no bojo do processo de reconstitucionalização do país, isto é, num período de abertura política, São Paulo busca sua reintegração ao quadro federal. Na verdade, a bandeira da imediata constitucionalização vinha sendo sustentada pelas forças mais representativas do estado desde 1931, tendo sido a reivindicação central da Revolução de 1932. Neste sentido, o caminho em que São Paulo se lança para marcar sua presença é o caminho constitucional. O Governo Provisório, por sua vez, tem que encontrar uma via pela

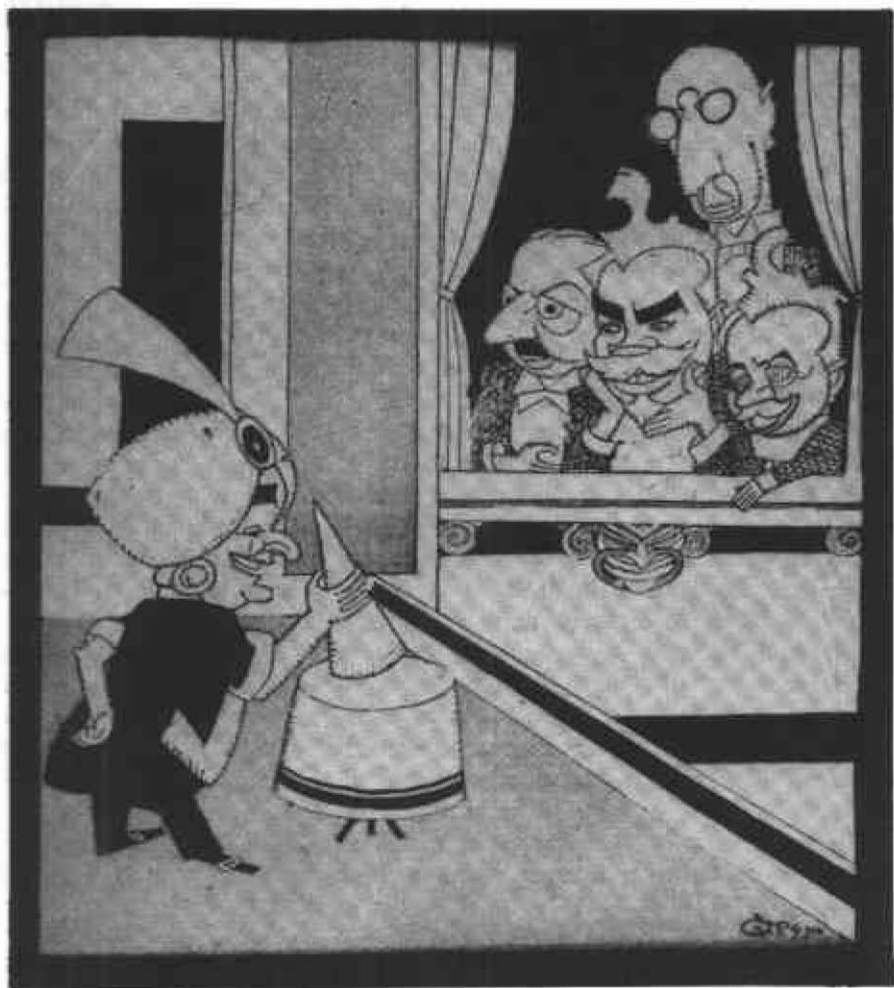
qual possa enfrentar São Paulo, na perspectiva de absorver-lhe a iniciativa, neutralizando e atraindo as forças políticas desse estado:

Desde a Revolução de 1930 o Partido Republicano Paulista, tradicional canal de expressão política da oligarquia em São Paulo, demonstrou incapacidade de retomar a hegemonia do quadro estadual, apesar do contínuo esforço de rearticulação empreendido por algumas de suas lideranças. Na verdade, vinha-se comprovando a falência da estrutura partidária da República Velha. Essa situação evolui, e seu desfecho se dá com a cisão interna em 1934. A Ação Nacional ingressa no Partido Constitucionalista juntamente com o Partido Democrático e outras forças estaduais, rompendo assim definitivamente com o antigo Partido Republicano.

Criado fora do âmbito do poder federal, o novo partido incorpora, na sua estruturação orgânica e proposta programática, as linhas mestras da orientação política do Partido Democrático. Na verdade, os democráticos capitanearam a iniciativa partidária e assumiram um papel importante na direção da nova agremiação. A formação do Partido Constitucionalista é um marco no caminho da aproximação de São Paulo com o Governo Provisório. Extrapolando a área de influência meramente regional, esse partido, em íntima comunhão de interesses com o interventor Armando de Sales Oliveira, consolida a intervenção dos paulistas na política nacional.

Considerando-se mais especificamente a intervenção parlamentar dos paulistas, notamos em primeiro plano o destaque da atuação da bancada da Chapa Única frente às demais bancadas do estado. Mesmo sofrendo o impacto das cisões partidárias ocorridas no interior de suas forças, a Chapa Única mantém intacta sua unidade no que se refere à intervenção parlamentar, bem como sua proposta de trabalho conjunto com o interventor paulista. Falando em nome de São Paulo, com a representatividade que o eleitorado lhe conferira, a Chapa Única, sob a tutela de Armando de Sales, desenvolve um processo de aproximação com as bancadas ligadas ao Governo Provisório. Assim, rompe seu isolamento inicial para participar ativamente nas emendas de coordenação. Do ponto de vista político, ao enfrentar esse processo, a chapa demonstra extrema habilidade, buscando sucessivamente novos arranjos e composições para garantir o que considera essencial, mesmo que para isso realize importantes concessões em relação a sua proposta inicial.

Ainda no plano político, caberia reafirmar que a atuação parlamentar da Chapa Única demonstra com nitidez a evolução de seu projeto político global. Se através dos debates parlamentares os paulistas reafirmam, entre seus princípios básicos, a defesa do liberalismo e do federalismo, eles agora também passam a admitir a necessidade da intervenção estatal, da modernização, da maior eficácia da política econômica. Essa evolução é por eles mesmo justificada em função das transformações históricas por



*Ib.*, vol. 3, p. 1215

*A TURMA — Vamos ver o que sai desta vez.*

*Gip (Luis) Suplemento de Bom Humor (15-5-1934)*

*(Gétúlio, eleito Presidente Constitucional, é observado por Júlio Prestes, Washington Luís, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes.)*

que passa a sociedade. A análise da problemática da economia cafeeira, ainda imersa numa situação de profunda crise, assolada de dívidas e sem capacidade de solvência, permanece como um dos objetos centrais dos debates de política econômica. A discussão em torno da justeza e emergência da aplicação do Decreto do Reajustamento Econômico polariza as atenções, envolvendo as diversas correntes partidárias que reclamam a imediata aplicação da medida. Mas as divergências no seio da cafeicultura prosseguem com o enfrentamento entre o Partido da Lavoura e a Sociedade Rural, numa disputa incansável pela diretoria do Instituto do Café de São Paulo.

No bojo dessa contradição atua o Governo Provisório, que trata de implementar medidas concretas para debelar a crise, como é o caso do Reajustamento Econômico, avançando, assim, em sua participação direta nas decisões da política cafeeira. Na verdade a criação do Departamento Nacional do Café, entre outras iniciativas, ilustra a ampliação da esfera de intervenção do Estado na política econômica.

Decorridos alguns anos da Revolução de 1930 e da Revolução de 1932, a cena política em São Paulo está bastante mudada. Os tenentes saíram do palco. Se no passado por ali desfilaram João Alberto, com o respaldo de amplos segmentos da lavoura cafeeira, Miguel Costa, que contava com base social nas camadas médias e com o apoio da Força Pública de São Paulo, e até mesmo o general Góis Monteiro, enfim, se num passado mais recente o general Waldomiro Lima tentou se escudar em setores da lavoura cafeeira e falhou, é a partir de Armando de Sales Oliveira que a política paulista ganha novos rumos. A queda do tenentismo em São Paulo acompanha, na verdade, uma crise muito maior: a crise do Clube 3 de Outubro. As grandes lideranças desse carro-chefe do tenentismo nacional seguem trilhas bastante diferenciadas. A tendência dominante é a de uma aproximação sucessiva com a oligarquia, numa demonstração cabal da incapacidade de oferecer alternativas políticas próprias. O Governo Provisório ao longo desse período atravessa uma estrada tortuosa que o conduz das posições "radicais" de 1931, respaldadas num tenentismo também "radical" do Clube 3 de Outubro, até posições bem mais moderadas e, conseqüentemente, simpáticas à oligarquia dominante. É justamente nesse percurso que São Paulo se aproxima do Governo Provisório.

## NOTAS

- 1 Bóris Fausto, "Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945", in *Caderno*, n.º 10 (São Paulo: CEBRAP, 1972), pp. 32-3 e 48-9. Também, do mesmo autor, ver a *Revolução de 1930: história e historiografia* (São Paulo: Brasiliense, 1972), pp. 71-82, quando trata do movimento tenentista.



- 2 Maria do Carmo Campelo de Sousa e Teotônio Simões Neto, "São Paulo e outros", *Isto É*, 26.7.1978, pp. 44-7.
- 3 Ver Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista; a guerra cívica — 1932* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, 2 vol.).
- 4 Assis Chateaubriand, "A evidência de uma necessidade", in *Diário de São Paulo* de 10.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 5 Renato Lessa, *A ordem oligárquica brasileira: esboço de uma reflexão alternativa* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1978) (mimeo), p. 2.
- 6 "Para tranqüilizar as populações, pacificar os espíritos e restabelecer o trabalho." *Folha da Noite* de 14.10.1932.
- 7 Referimo-nos ao Decreto n.º 5.137 de 24 de julho de 1931, pelo qual o interventor João Alberto reformulou as atribuições do Instituto Paulista do Café. Ver Carlos Manuel Pelaez, *História da industrialização brasileira* (Rio de Janeiro: APEC, 1972), p. 44, onde há comentário sobre o referido decreto.
- 8 Sobre este assunto, ver Manuel de Carvalho, "Por que se grita contra o Conselho do Café?", in *Correio da Manhã* de 22.1.1933; Maurício de Medeiros, "Declarações e deduções", in *A Pátria* de 1.2.1933; "Os corvos das negociatas contra o Conselho do Café", in *O Popular* de 1.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 9 "O trabalho da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros", in *Folha da Noite* de 3.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 10 *Diário Popular* de 3.11.1932; *O Tempo* de 8.11.1932; *Gazeta Popular* de 26.1.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 11 *Diário da Tarde* de 22.11.1932 e *Correio de São Paulo* de 27.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 12 Os termos "lavoura" e "lavradores" são a própria terminologia utilizada pela cafeicultura paulista da época para autodesignar-se.
- 13 *Correio da Manhã* de 13.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 14 *Correio da Manhã* de 13.2.1933 e *Diário da Tarde* de 21.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 15 *General Waldomiro Lima — homenagem de seus amigos* (São Paulo: Siqueira, 1933), p. 22.
- 16 *Ib.*, pp. 23-4.
- 17 *Ib.*, pp. 23 e 25.
- 18 *Ib.*, pp. 25 e 26.
- 19 *Ib.*, pp. 25 e 27.
- 20 *A Noite* de 21.1.1933 e *Diário Carioca* de 22.1.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima. Os três elementos nomeados eram: Luís Figueira de Melo (presidente); João Silveira Prado e Armando Simões. O primeiro deles fora vice-presidente da Federação das Associações dos Lavradores em 1932.
- 21 *A Noite* de 21.1.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 22 Sobre a participação dos industriais e particularmente de Simonsen no episódio da Revolução de 1932 ver Warren Dean, *A industrialização de São Paulo* (São Paulo: Difel, 1971), pp. 208-9, e também Heitor Ferreira Lima, *Três industrialistas brasileiros: Maud — Rui Barbosa — Simonsen* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976), p. 184.
- 23 Ver também *A Gazeta Popular* de 28.1.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 24 *Folha da Noite*, 23.1.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 25 Telegrama de Waldomiro Lima a Osvaldo Aranha em 25.1.1933. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, 33.01.25.
- 26 Carta de Colatino Marques ao gen. Góis Monteiro. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.01.22.
- 27 Carta de Antunes Maciel a Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.02.09/2.
- 28 Boletim de Colatino Marques ao gen. Pantaleão Pessoa. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.01.22.
- 29 A decisão é confirmada em 6.1.1933.

- 30 No dia 4 de fevereiro de 1933 o *Diário de São Paulo*, um órgão semi-oficial da interventoria Waldomiro Lima, notícia com detalhes o plano de sindicalização da lavoura. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 31 *Correio da Manhã* de 10.3.1933. Ver capítulo IV deste livro.
- 32 *Diário da Noite* de 9.3.1933 e *Diário de Notícias* (RS) de 10.3.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 33 *Diário da Noite* de 15.3.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 34 *Diário da Noite* de 10.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 35 Comparativamente com outros estados da federação, era pequeno o número de sindicatos profissionais registrados em São Paulo, em face da grande concentração de trabalhadores aí existente. Além desta indicação, vale registrar que concorrem às eleições de maio de 1933, em São Paulo, dois candidatos da União Operária e Camponesa, de orientação comunista.
- 36 Aníbal Vilela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), p. 178.
- 37 Arquivo Getúlio Vargas, 33.02.12.
- 38 *Diário de São Paulo* de 10.2.1933 e *Diário de Pernambuco*, 12.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 39 *O Globo* de 18.2.1933; *Correio da Manhã* de 21.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 40 *A Noite* de 17.2.1933 e *A Pátria* de 19.2.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 41 Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.03.27a.
- 42 Sobre o projeto da Sociedade Rural, ver Arquivo Osvaldo Aranha, 33.03.07/1.
- 43 Arquivo Getúlio Vargas, 33.03.27a.
- 44 *Diário de Notícias* (DF) de 21.3.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 45 *Estado de São Paulo* de 15.4.1933.
- 46 O próprio Plínio Salgado, explicando sua presença e apoio ao Congresso do Partido da Lavoura, realizado no dia 22 de abril, dá as seguintes razões: "1) porque aplaudimos a inserção, no vosso programa, de alguns itens que os integralistas pleiteiam há mais de um ano; 2) porque julgamos oportuno o momento para vos concitar a um avanço maior de conformidade com as profundas transformações revolucionárias que objetivamos para o Estado Brasileiro". *Estado de São Paulo* de 25.4.1933. Sobre o início da AIB em São Paulo, ver *Folha da Noite* de 13.4.1933 e *Correio de São Paulo* de 25.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 47 *O Globo* de 24.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 48 *Gazeta Popular* de 8.11.1932 e *Diário de Notícias* (Ribeirão Preto) de 22.11.1932. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 49 *Estado de São Paulo* de 8.1.1933.
- 50 *Estado de São Paulo* de 12.4.1933.
- 51 *Jornal do Brasil* de 25.3.1933; *Diário da Noite* de 22.3.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 52 *Estado de São Paulo* de 14.3.1933 e 25.4.1933. Ver também o trabalho de M. Todaro, *Pastors, prophets and politicians: a study of the Brazilian catholic church, 1916-1945* (Washington: Columbia University, 1971), especialmente o capítulo III.
- 53 Sobre a presença dos industriais, ver Warren Dean. *op. cit.*, p. 209; sobre a importância da Associação Comercial, vale a citação da carta de seu presidente a Vargas, já em 27.6.1933, na qual afirma que 75 associações de classe do estado prestigiaram a formação da Chapa Única e para ela fizeram indicação. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 54 *Estado de São Paulo* de 11 e 12.4.1933.
- 55 *Estado de São Paulo* de 23.4.1933.
- 56 *Estado de São Paulo* de 25.4.1933. Vale o destaque do lançamento de duas notas do PRP, sendo uma de explícita responsabilidade da Ação Nacional.

- 57 Os congressos dos Partidos Socialista e da Lavoura realizaram-se entre 20 e 25 de abril no Teatro Municipal e o programa da Chapa Única foi lançado em público no dia 23 de abril de 1933.
- 58 Além da Chapa Única, do Partido Socialista Brasileiro e do Partido da Lavoura, outros partidos e mesmo candidatos avulsos participaram da campanha eleitoral de 1933, como por exemplo o Partido Liberal Paulista e a própria Ação Integralista Brasileira. Porém, não assumiriam a importância das três organizações acima citadas, nem chegariam a se representar na Constituinte.
- 59 Ver, por exemplo, *Correio de São Paulo* de 8, 12, 13 e 15.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 60 *Correio de São Paulo* de 27.4.1933 e 2.5.1933; *O Radical* de 29.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 61 Arquivo Getúlio Vargas, cartas datadas de 14, 15, 17, 19 e 20 de abril de 1933, endereçadas ao próprio Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.04.14/2.
- 62 *O Globo* de 29.4.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 63 Carta de J. C. de Macedo Soares a Vargas em 19.4.1934. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.04.14/2.
- 64 Arquivo Getúlio Vargas, 33.04.14/2.
- 65 Costa Rego, "A eleição e São Paulo", in *A Tribuna* de 14.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 66 "O Partido da Lavoura e o Instituto do Café", in *A Nação* de 7.5.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 67 "Lavoura e Indústria", in *A Pátria* de 10.5.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 68 *Correio de São Paulo* de 8.6.1933 e "Contra o favoritismo", in *Correio de São Paulo* de 16.5.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 69 "Política paulista", in *A Pátria* de 16.5.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 70 *Diário da Noite* de 17.6.1933. Ata da assembléia realizada em 20.6.1933 para a formação da Coligação de Esquerda. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 71 Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09: carta de Waldomiro Lima a Vargas, depondo o cargo. Nota publicada em jornais de 11.6.1933, onde o interventor refere-se à carta e manifesta sua satisfação ao ser confirmado no cargo. Teleograma de Justo de Moraes com trechos da entrevista de Waldomiro Lima aos jornais, desacreditando sua missão em São Paulo.
- 72 *O 3 de Outubro* de 10.6.1933 e *Correio de São Paulo* de 13.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 73 Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09. Benedito Montenegro era amigo e fora secretário do ex-interventor João Alberto, apesar de ter lutado contra o governo em 1932.
- 74 Carta de José Carlos de Macedo Soares a Vargas em 1.6.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.01/1.
- 75 *Correio de São Paulo* de 23.5.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 76 *Estado de São Paulo* de 13.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 77 Carta de Justo Mendes de Moraes a Vargas em 18.6.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 78 Documento assinado por membros da Chapa Única. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09. Ver também *O Globo* de 26.6.1933 e *Diário da Noite* de 24.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 79 Carta a Vargas em 21.6.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 80 *Correio de São Paulo* de 21 e 28.6.1933. Ver Lux do Arquivo Waldomiro Lima.
- 81 Cartas de 4 e 10 de julho de 1933 de Justo Mendes de Moraes a Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 82 Carta de Getúlio Vargas a Waldomiro Lima em 14.7.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 83 Carta de Juarez Távora a Vargas em 19.7.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09. Na carta, Juarez aconselha Vargas a ouvir os elementos que apóiam

- Waldomiro. Se eles não lhe inspiram "maior confiança, ao menos menor repugnância" que os da Chapa Única.
- 84 Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 85 *Correio da Manhã* de 20.7.1933.
- 86 Telegrama e carta de Getúlio Vargas em 22.7.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 87 Telegrama de Vargas de 25.7.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.06.09.
- 88 *Correio da Manhã* de 10.8.1933.
- 89 O Partido Socialista elege três representantes: Zoroastro Gouveia, Lacerda Werneck e Guaraci Silveira, enquanto o Partido da Lavoura elege Antônio Covelo e Lino de Moraes Leme.
- 90 Carta de José Carlos de Macedo Soares a Getúlio Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.10.20.
- 91 *Correio da Manhã* de 2.2.1934.
- 92 Conversa telefônica entre José Carlos de Macedo Soares e Armando de Sales Oliveira. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.11.16.
- 93 *Correio da Manhã* de 2.2.1934.
- 94 Fazem parte da nova direção Zoroastro Gouveia, Belfort de Matos, Carwell Crispin, João Cabanas, Francisco Frota, Francisco Giraldes, Teodoro Pinheiro Machado, Alcântara Tocci, Hidelberto Martins Domingues e Arcanjo Gonçalves Martins.
- 95 *Correio da Manhã* de 12.1.1934.
- 96 *Estado de São Paulo* de 13.1.1934.
- 97 *A Gazeta do Rio* de 13.1.1934.
- 98 *Folha da Manhã* de 3.3.1934.
- 99 Brasil, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37, 22 vol.), daqui por diante referidos apenas por *Anais*. Esta citação se encontra no vol. 1, p. 182.
- 100 *Anais*, vol. 19, p. 54.
- 101 *Anais*, vol. 2, pp. 436-7.
- 102 *Anais*, vol. 1, p. 183.
- 103 *Ib.*, p. 182.
- 104 *Anais*, vol. 8, p. 289.
- 105 *Anais*, vol. 4, p. 437.
- 106 *Anais*, vol. 8, pp. 402-3.
- 107 *Ib.*, p. 403.
- 108 *Anais*, vol. 2, pp. 163-7.
- 109 *Anais*, vol. 16, p. 314.
- 110 *Anais*, vol. 8, p. 403.
- 111 *Anais*, vol. 11, p. 47.
- 112 *Anais*, vol. 10, p. 220.
- 113 *Anais*, vol. 8, p. 403.
- 114 *Anais*, vol. 11, p. 49.
- 115 Assis Chateaubriand, *op. cit.*
- 116 *Anais*, vol. 10, p. 238.
- 117 *Idem*.
- 118 *Anais*, vol. 5, pp. 459-60.
- 119 *Ib.*, p. 459.
- 120 *Anais*, vol. 3, p. 124.
- 121 Cardoso de Melo Neto, *Anais*, vol. 5, pp. 460-4.
- 122 *Anais*, vol. 11, pp. 56-7.
- 123 *Anais*, vol. 7, pp. 5-16.
- 124 *Anais*, vol. 3, pp. 430-1.
- 125 *Ib.*, p. 431.
- 126 *Anais*, vol. 14, p. 114.
- 127 *Anais*, vol. 3, pp. 400-2.
- 128 Levi Carneiro, *Pela nova Constituição* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1936) pp. 771-3.

- 129 *Anais*, vol. 4, p. 447.
- 130 *Anais*, vol. 10, p. 548.
- 131 *Anais*, vol. 3, p. 301.
- 132 Levi Carneiro, *op. cit.*, p. 800.
- 133 *Anais*, vol. 11, p. 549.
- 134 *Anais*, vol. 16, p. 313.
- 135 *Anais*, vol. 5, pp. 14-5.
- 136 *Ib.*, pp. 414-24.
- 137 *Anais*, vol. 10, p. 220.
- 138 *Anais*, vol. 5, p. 461.
- 139 *Anais*, vol. 5, p. 463.
- 140 *Ib.*, p. 464.
- 141 *Ib.*, p. 468.
- 142 *Ib.*, p. 457.
- 143 *Anais*, vol. 8, pp. 437-54.
- 144 Sobre a problemática do café na República Velha, ver Bóris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira", in Bóris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, t. III, vol. 1. (História Geral da Civilização Brasileira, 8) (São Paulo: Difel, 1975).
- 145 "O Reajustamento Econômico foi criado para auxiliar os fazendeiros de café cujas dívidas haviam aumentado em virtude da política cambial do governo, principalmente o confisco das receitas de exportação e sua conversão a uma taxa desfavorável (...). Através do Reajustamento Econômico, foram reduzidas à metade as dívidas dos fazendeiros existentes em 1 de dezembro de 1933 e incorridas antes de 30 de junho de 1933. O financiamento do Reajustamento foi feito pela emissão de obrigações do Tesouro, com um rendimento fixo de 5% ao ano, vencendo em 30 anos e dados aos credores, principalmente bancos, no total da redução da dívida, de acordo com a lei." Aníbal Vilela e Wilson Suzigan, *op. cit.*, pp. 200-1.
- 146 *Anais*, vol. 8, p. 443.
- 147 *Ib.*, p. 448. As críticas e propostas do Partido da Lavoura no sentido da extensão dos benefícios à cafeicultura paulista sugerem uma possível vinculação deste partido com os interesses de pequenas e médios agricultores, proporcionalmente menos atendidos pela providência do Reajustamento Econômico, em oposição aos "grandes lavradores" mais ligados à Sociedade Rural.
- 148 *Anais*, vol. 2, p. 85.
- 149 *Ib.*, p. 85.
- 150 *Idem*.
- 151 *Anais*, vol. 8, p. 234.
- 152 Aníbal Vilela e Wilson Suzigan, *op. cit.*, p. 201.

## **Capítulo IV**

### **A TRAJETÓRIA DO NORTE: UMA TENTATIVA DE ASCENSO POLÍTICO**

**DULCE CHAVES PANDOLFI**

**"E o Norte, esse era todo e absolutamente revolucionário pela acumulação dos velhos e novos ressentimentos diante de governos que o esqueciam por sistema, ou por hábito, em todas as deliberações essenciais da República e nos benefícios da administração federal".**

**Barbosa Lima Sobrinho**

Ao longo da Primeira República, o Nordeste perde gradativamente sua força política, estando este declínio relacionado diretamente com o agravamento da crise da economia açucareira. Apesar de algumas investidas realizadas no sentido de estabilizar a situação do açúcar, não se consegue resolver o impasse econômico da região.<sup>1</sup> Ao nível político, são muitas as repercussões dessa situação de crise permanente. Tendo participado como uma das principais forças políticas em todo o período anterior à República Velha, os produtores de açúcar do Norte-Nordeste são paulatinamente substituídos no cenário nacional pelos cafeicultores paulistas e mineiros. Tanto no que se refere ao processo eleitoral, quanto do ponto de vista do preenchimento de cargos políticos na esfera federal, o Nordeste tem sua participação diminuída vertiginosamente frente a uma investida mais efetiva dos grandes estados do Centro-Sul.<sup>2</sup> Assim, se durante toda a República Velha a dominação econômica e política a nível nacional esteve em mãos da classe de proprietários agrários, estes não representaram, em momento algum, um todo homogêneo. A estreita ligação do processo produtivo brasileiro com o mercado internacional favorecia o caráter cíclico de nossa economia e acentuava as diferenças inter-regionais. Desse modo, muitas eram as divergências entre os diversos grupos agroexportadores, e o atendimento a esses diferentes interesses era dado em função da importância que cada um dos setores representava para o conjunto da economia nacional.

A fórmula política instituída a partir do governo de Campos Sales (1889-1902), conhecida como "política dos governadores" e sob a qual estava montada a engrenagem da República, alijava, progressivamente, os estados menores do jogo político nacional. Isto porque a referida fórmula, ao representar um compromisso de manutenção do poder político estadual, exigia em contrapartida a lealdade ao poder central expressa principalmente através do voto. Nessa política de troca de favores, os estados do Norte-Nordeste tinham pequena capacidade de barganha frente

so poder central, e as classes dominantes dessa região se encontravam subordinadas às classes dominantes sulistas, estando conseqüentemente os interesses do governo federal mais identificados com os interesses do café. O Nordeste, "tanto econômica quanto politicamente, pouco tem a oferecer ao governo central. O governo central nada faz pelas nossas classes produtoras...",<sup>3</sup> diziam os jornais da época, expressando de uma maneira clara os efeitos da chamada "política dos estados", da qual Minas e São Paulo eram os maiores beneficiados.

Entretanto, cabe a ressalva de que o Nordeste assume uma postura de crítica ferrenha a esta situação. Embora em desvantagem, as classes dominantes da região exigem um maior espaço político, na tentativa de obter uma participação ao nível do poder federal enquanto sócio menor do pacto dominante, resistindo à hegemonia do setor cafeeiro e buscando uma melhor distribuição das benesses federais que mais os favorecessem.<sup>4</sup> Apesar das resistências, os interesses econômicos da região não são atendidos de forma satisfatória. Além de sérias conseqüências para a já desgastada economia nordestina, este fato contribui para o enfraquecimento das elites políticas locais, acentuando o fenômeno do desencontro entre os interesses das diversas frações de classe dominante e seus representantes políticos. Esse fenômeno tem sua melhor expressão durante o governo de Estácio Coimbra em Pernambuco (1926-1930), quando do agravamento da crise da economia açucareira. O governador do estado, apesar de usineiro, recebe forte oposição da lavoura açucareira — inclusive do setor com ele mais identificado —, por não conseguir propor alternativas para a situação.

Para o Nordeste, o sistema político da República Velha acabara por representar um impasse total. A crise econômica crônica, agravada nos últimos anos da década de 20, não permitia que esses estados se impusessem frente ao poder central; a falta de condições para reivindicar mais recursos tornava-se fatal para uma região dependente e em franco declínio. Essa situação cria um terreno fértil para o fortalecimento das oposições e explica o impacto da Revolução de 1930 na região. Durante a campanha presidencial de 1929-1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões no Norte,<sup>5</sup> ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos e até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção ocorre na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada.

Na verdade, para o Norte, a redefinição do jogo político provocada pelo movimento revolucionário de 30, atingindo as bases de sustentação



e de domínio político dos estados do Sul, poderia possibilitar a retomada de uma participação mais expressiva a nível nacional. Recuperar o espaço político tornava-se fundamental para uma região em declínio, marginalizada, e, conseqüentemente, com pequena capacidade de intervir concretamente nas grandes decisões políticas federais. A concretização de tal objetivo exigia um instrumental forte que, na época, era visualizado na unidade política da região. Coeso, o Norte teria melhores condições para posicionar-se e reconquistar o lugar que legitimamente sempre fora seu na esfera federal. Neste sentido é que a busca de uma atuação conjunta marcaria, no pós-30, toda a história política da região. Essa atuação passaria a ser articulada não apenas para que se constituísse um bloco geográfico de interesses específicos, mas também a partir de ações em face de situações concretas que confeririam maior identidade política aos diversos estados então reunidos. Se no pré-30 o desprestígio crescente das elites locais frente às forças federais e o conseqüente não-atendimento das suas reivindicações básicas eram vivências comuns a todas aquelas unidades da federação, no pós-30 a unificação política agiria como novo recurso de poder para a afirmação regional e o enfrentamento do Centro-Sul.

A liderança e a articulação dessa proposta cabe, exatamente, a uma nova e essencial força política que emerge no cenário nacional: o tenentismo. No Norte, pelas condições específicas que viemos assinalando, tal corrente encontraria terreno mais fértil para seu desenvolvimento e atuação. O projeto político de união do Norte, presente em todo o período de Governo Provisório (1930-1934), sofreria contínuos rearranjos, conforme o movimento da conjuntura. Algumas de suas iniciativas conseguem viabilizar-se, mas outras não passam de meras tentativas frustradas. Nesse contexto, logo após a Revolução de 30, por determinação do próprio Governo Provisório, é criada a "delegacia do Norte", cujo objetivo era alinhar os estados nortistas dentro do programa revolucionário, sob a liderança do tenente Juarez Távora. Em período mais ou menos paralelo, mas desta feita por articulação dos próprios interventores nortistas, é formado o Bloco do Norte. Apesar do seu caráter não-institucional, o bloco tem por objetivo contrapor-se às tentativas de constitucionalização do país que, vindas principalmente dos estados do Sul, já se esboçavam desde inícios de 1931. Conscientes de sua limitação, os "revolucionários nortistas" percebiam que só através da manutenção da "ditadura" conseguiriam evitar um possível retorno à experiência política anterior.

Vencidos em seus propósitos, estabelecida a constitucionalização, no período de rearticulação partidária (1932-1933) são feitas novas tentativas no sentido de, preservando a unidade política da região, lutar contra os avanços do Sul. Dentre elas, a União Cívica Nacional, ainda que tendo

claras limitações, seria a única a conseguir maior eficácia política. Quando do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, a perspectiva de união ainda permanece como um esforço de assegurar um mínimo de vitórias na nova situação político-institucional que então se configura. Ao mesmo tempo que o Norte se une para tentar responder a uma situação real de alijamento político, a polarização com os estados do Centro-Sul se torna mais evidente. Apesar de ser constantemente negado o caráter separatista ou regionalista de tais articulações, a idéia de oposição Norte-Sul estaria sempre presente nos discursos dos “revolucionários nortistas”. Diante dessa polarização maior, que em certo sentido se corporifica na dicotomia tenentismo *versus* oligarquia, o Governo Provisório consegue, através de concessões recíprocas, manter o controle em face de uma situação de instabilidade política. As oscilações e dificuldades são muitas, mas no fundamental as contradições entre Norte e Sul seriam manipuladas por Vargas, tanto durante a ditadura quanto no período de constitucionalização.

É com essa perspectiva que a história política do Norte no período de 1930-1934 pode ser definida, no seu sentido mais geral, como a história de uma região que busca, através de uma atuação conjunta, impor-se no cenário político nacional. Dessa forma, se na primeira parte dessa monografia o principal objeto de estudo é a região Norte, vista de um modo mais global, na segunda parte este objeto se desloca para o estado de Pernambuco, unidade privilegiada por desempenhar o papel de liderança política dos demais estados nortistas. Entretanto, na análise do caso pernambucano, o Norte estará sempre presente não como núcleo principal, mas como referencial básico para o entendimento de uma situação particular.

## 1. O NORTE: DA REVOLUÇÃO À CONSTITUCIONALIZAÇÃO

### 1.1. *O impacto da Revolução de 30 no Norte*

#### *Um reduto do tenentismo: a formação do Bloco do Norte*

“Desde logo há uma deliberação alarmante — a criação do Vice-reinado setentrional confiado ao ‘General’ Juarez Távora, cognominado o Libertador do Norte. A ele prestam vassalagem doze unidades da Federação — toda costa do Atlântico, desde o Espírito Santo até o Amazonas. O próprio Presidente, em entrevista à imprensa, reconheceu-lhe aquela superdireção política nos referidos

Estados. Távora indicou ou melhor nomeou (pois a alguns deu posse antes do decreto) os capitães-mores. Quase todos são militares. Ele considera os políticos homens perigosos e indesejáveis. Naturalmente há exceções e entre estas se verificam os interventores do Ceará, Dr. Fernandes Távora, irmão do 'general' e Lima Cavalcânti, em Pernambuco, cuja família é ligada a Távora pelo compadresco".

João Neves da Fontoura

Vitoriosa a revolução, o Norte passa a ocupar um novo espaço no jogo político. Militarmente o poder fora conquistado, mas o trabalho de consolidação dos princípios revolucionários estava por ser feito. Tratava-se de um momento de redefinições das forças políticas; o governo recém-instaurado necessitava de fortes bases de apoio. O Norte representava um aliado natural para o Governo Provisório: além de ter contribuído efetivamente para a vitória revolucionária, a revolução havia conseguido grande apoio popular na região. Isso significava um respaldo para a implementação das novas propostas político-administrativas que deveriam ser iniciadas.

É nos estados do Norte que o Governo Provisório vai conseguir maior penetração, graças às condições específicas dessa região, resultantes de sua situação de declínio econômico e político. As ausências de máquinas partidárias estruturadas e de uma forte classe política permitem que a revolução se faça mais presente. A intervenção federal pode ser bem mais incisiva em regiões onde inexistem organizações do peso de um Partido Republicano Mineiro, de um Partido Republicano Paulista, ou até mesmo de um Partido Republicano Rio-Grandense. O sistema de interventorias, considerado um dos principais mecanismos de centralização política, assume no Norte características bastante específicas. Trata-se basicamente de um importante "instrumento de controle e uma cunha do poder central em cada estado",<sup>6</sup> decisivo na modificação da relação estados-União, modificação almejada pelos tenentes e, particularmente, por todos os "revolucionários nortistas".

Os interventores eram os representantes diretos do poder central nos estados. Entretanto, mesmo se tratando de um delegado do Governo Provisório, não se pode deixar de pensar no interventor como um elemento relacionado com a classe dominante local. Diferentemente da República Velha, onde na maioria dos casos a escolha do presidente do estado era feita pelo partido político dominante — havendo inclusive muitas vezes coincidência entre o chefe do partido e o chefe do estado —, na nova situação o interventor, embora necessitando atuar com a colaboração das forças políticas locais, não deve a estas sua permanência

no poder. Sua atuação é pautada por normas básicas, estabelecidas pelo Governo Provisório através do Código dos Interventores.<sup>7</sup>

Apesar de as interventorias federais terem sido implantadas em todo o Brasil, os interventores nortistas são os que mais se aproximam de um modelo ideal de interventor. De modo geral, três características norteavam a escolha dos interventores nortistas: “ser estrangeiro”, “ser militar”, “ser neutro politicamente”.

O que significava “ser neutro politicamente”? Juarez Távora, logo após a revolução, defende a necessidade de instaurar, nos estados, governos neutros, “pois era mister realizar com imparcialidade e energia uma obra de saneamento administrativo que dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de realizar, sem se incompatibilizar com seus próprios partidários...”.<sup>8</sup> A despeito das especificidades, havia no caso do Norte uma postura política comum que conferia ao grupo tenentista uma certa homogeneidade: os tenentes do Norte eram de um modo geral, no pós-30, homens dispostos a romper com a prática política oligárquica tradicional da República Velha. Eles se diziam avessos à “política” e definiam como seu objetivo principal realizar uma boa administração. Ora, realizar uma boa administração em regiões onde as condições objetivas eram precárias e o mando pessoal muito forte tornava-se tarefa difícil. Para pessoas vindas de fora, descompromissadas com a rede de alianças locais, seria mais fácil intervir na coisa pública, já que o tenentismo colocava o interesse público acima dos interesses privados. Enquanto o interesse público dizia respeito a uma política centralizadora, e portanto identificada com o interesse de toda a nação, o interesse privado era identificado com a política mais personalista, mais partidária e, conseqüentemente, mais regionalista.

O que significa “ser militar”? Já no início de 1931, as interventorias do Norte estão praticamente entregues aos tenentes. Aí ocorre o fenômeno que, segundo justificativa do ministro Osvaldo Aranha, é uma decorrência da fraqueza da classe política local: “No Norte... Havia um deserto civil... Por isso recorremos aos jovens militares”.<sup>9</sup> Em certo sentido a militarização das interventorias não era um pressuposto ideológico; diante de uma situação concreta, tornou-se uma condição necessária para implementar a chamada política revolucionária.

O que significa “ser estrangeiro”? Além de militares, os interventores nortistas são elementos sem vínculo direto com as forças políticas locais. Surgem algumas exceções, entretanto plenamente justificadas. Carlos de Lima Cavalcânti, a maior liderança de Pernambuco durante a campanha da Aliança Liberal, devido a suas aproximações com os ideais tenentistas, era considerado o exemplo de “tenente civil”. Fernandes Távora, também civil e com fortes raízes no Ceará, além de opositor do regime deposto, era irmão do tenente Juarez Távora, fato que por si

só já era bastante significativo. Na Paraíba, a interventoria esteve sempre nas mãos de civis, enraizados na política local. Entretanto tratava-se de um estado líder da Revolução de 30 e que já vinha, ao final da República Velha, numa postura de crítica à dominação oligárquica.

Sendo um reduto do tenentismo, o Norte cumpria a missão de fortalecer o Governo Provisório. Ao nível mais geral, permitia que Vargas *neutralizasse* as forças sulistas, mantendo um constante jogo de equilíbrio entre os dois sustentáculos do seu governo: os tenentes e os “políticos profissionais” ligados às oligarquias dissidentes em 30. Esse papel desempenhado pelo Norte frente às forças sulistas é tão importante que dois anos após o movimento revolucionário de 30, quando da Revolução Paulista de 32, um dos mais efetivos apoios políticos recebidos pelo Governo Provisório viria dos estados dessa região. Além de um aliado das primeiras horas, é apenas no Norte que se realizam mobilizações populares em apoio a Vargas e, conseqüentemente, em protesto ao movimento constitucionalista.

O compromisso da revolução e do próprio Vargas com o tenentismo também era grande. Algumas concessões deviam ser feitas. Já no dia 12 de dezembro de 1930, o Governo Provisório baixa um decreto instituindo a Delegacia do Norte (compreendida pelos estados do Amazonas até a Bahia) e nomeando Juarez Távora o “Delegado Militar do Governo Provisório e seu representante nos Estados do Norte... a fim de sugerir medidas que julgasse convenientes ao interesse público, podendo propor demissões, nomeações, transferências e outros atos, que me parecessem necessários ao bom desempenho da missão recebida tendo em vista consolidar nesta parte do Brasil o regime instituído pela Revolução e continuando diretamente subordinado ao Ministério da Guerra”.<sup>10</sup> Instaurada a Delegacia do Norte, Vargas *oficializa* uma função que Juarez já ocupava de fato. Sua liderança na região desponta antes mesmo da revolução, sendo incontestável sua presença nos movimentos militares de outubro de 30.

A Delegacia do Norte, cujo objetivo principal era alinhar o Norte à revolução, significava uma medida intervencionista e centralizadora que poderia, entretanto, representar uma maior autonomia para a região. Contudo, além de ser uma concessão necessária ao tenentismo, este fato ficava minimizado na medida que a criação desse poder paralelo estaria ocorrendo em uma região que há muito ocupava uma posição de subordinação.

A criação desse organismo é recebida pela imprensa como um reconhecimento do poder tenentista, sendo de imediato batizado maliciosamente como “vice-reinado do Norte”, recebendo Juarez o título de vice-rei. Sua função era basicamente construir um elo de ligação entre interventorias nortistas e o chefe do Governo Provisório, colocando-o a par dos principais problemas e necessidades locais. No desempenho de tal

missão, Juarez necessitava visitar constantemente os diversos estados, e para auxiliá-lo o tenente Agildo Barata foi nomeado secretário único da delegacia.

Em fevereiro de 1931 surgem as primeiras crises nas interventorias da Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí. Ao final desse ano, com exceção do Acre, da Paraíba e de Pernambuco, os demais estados da Delegacia do Norte estavam governados por interventores militares. Segundo palavras de Juarez, pronunciadas um ano após a revolução, fracassara a sua tese inicial “de que os revolucionários militares não deveriam, senão excepcionalmente, ocupar cargos de administração civil, a fim de melhor poderem vigiar a ação dos administradores civis, para o melhor cumprimento de algumas medidas de saneamento e renovação revolucionária...”<sup>11</sup> Entretanto esta necessidade de militarizar as interventorias era uma consequência direta da situação de instabilidade política. Militarizar tornava-se o caminho para impor o programa revolucionário, única alternativa para superar as crises. Militarizado o Norte e criados os Conselhos Consultivos — órgãos estaduais com função de assessorar os interventores e prefeitos, estabelecendo normas uniformes para as administrações estaduais e municipais —, a delegacia se extingue em final de 1931 segundo reivindicação do próprio Juarez Távora.

Em certo sentido, a delegacia representou uma vitória, já que cumpriu o seu principal objetivo: alinhar o Norte à revolução. O ano de 1931 se caracterizou pelo fortalecimento do tenentismo, e sem dúvida a Delegacia do Norte contribuiu em muito para sua consolidação na região. Segundo o próprio Juarez Távora, “a inquietação renovadora que sacudia desordenadamente as populações do Norte ainda não desapareceu, nem desaparecerá, enquanto não se objetivarem as conquistas definitivas, as promessas de redenção política com que arrastaram para a luta armada os chefes revolucionários. Mas as tendências extremadas já amainaram. . . . Por outro lado a situação geral brasileira se caracteriza por uma crescente estabilidade, permitindo ao chefe do Governo Provisório uma atuação cada vez mais extensa e direta sobre todas as esferas de atividade político-administrativa do país. Nestas condições, já se não justifica a existência de órgãos intermediários, como a chamada Delegacia do Norte. . . .”<sup>12</sup> Vargas compartilha da idéia de extinção da delegacia, mas considera fundamental manter a vigilância dos estados nortistas através da pessoa de Juarez: “Permita-me, porém, sugerir a conveniência de uma viagem ao Norte, ainda como Delegado do Governo ou simplesmente com a sua autoridade moral de chefe revolucionário, para colher as impressões mais recentes, a fim de sentir de perto as necessidades e aspirações mais urgentes das respectivas populações e transmitir-me sua impressão pessoal sobre tudo quanto observar”.<sup>13</sup>

A preocupação de Vargas com o Norte era grande. Ao final de 1931 e início de 1932, São Paulo e Minas estavam bastante agitados politicamente. O Rio Grande do Sul, apesar de aliado de Vargas, liderava nesse período as forças oligárquicas descontentes com os rumos que o Governo Provisório vinha tomando. Do ponto de vista do Norte, a conquista de maior participação junto ao Governo Provisório implicava uma disputa de liderança tanto com Minas quanto com o Rio Grande do Sul, estados também aliancistas e vitoriosos em 30. Dentro da perspectiva de aglutinar forças até então dispersas para conseguir um espaço político maior junto ao Governo Provisório, em inícios de 1931 é constituído o chamado Bloco do Norte. Sem existência institucionalizada, o bloco é definido como uma iniciativa dos revolucionários nortistas diante da "...necessidade de unir em uma frente única as forças renovadoras do Brasil setentrional, do Amazonas ao Espírito Santo, para defender os interesses comuns da grande região outrora abandonada ao predomínio funesto da política perrequista."<sup>14</sup> Apesar de articulado durante o período de pleno funcionamento da Delegacia do Norte, esses dois projetos não se confundem em nenhum momento. Enquanto a delegacia é um instrumento político criado pelo próprio Vargas, com o objetivo de alinhar os estados nortistas à revolução, o Bloco do Norte é articulado pelos próprios revolucionários nortistas, visando defender os interesses da região frente ao poder central. Tendo como seu grande articulador o interventor pernambucano Lima Cavalcânti, os membros do Bloco do Norte não aceitam as constantes críticas de estar o grupo imbuído de idéias separatistas, feitas principalmente pela imprensa do Sul. "A idéia de constituição de uma frente única não teve nunca a veleidade de promover a formação de um bloco dissidente disposto a entrar em luta com o Sul ou Centro do país, para esta ou aquela preponderância." Definem como objetivo principal "trabalhar sem exclusivismos regionais pelos interesses de 12 estados que nunca mereceram do Poder Central uma igualdade de tratamento".<sup>15</sup>

Mesmo não se propondo a ser um bloco separatista, na sua própria formação está implícita a idéia de oposição Norte-Sul. Essa oposição, objeto dos discursos políticos tanto antes como após 30, acentuava as diferenças regionais, cujas causas eram fruto do próprio desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Ao lado das reivindicações econômicas, seus articuladores propõem algumas tarefas políticas. A principal seria opor-se à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que traria de volta ao país o regime anterior a 30 — diziam os nortistas. Partindo desse pressuposto, a idéia de manutenção da ditadura, uma das bandeiras principais do tenentismo agora ameaçada, precisava ser reativada. As justificativas eram várias. Entretanto as mais significativas eram as de caráter nitidamente autoritário, que adiavam e subordinavam a participação política da população e, portanto, o exercício da prática democrática às

futuras reformas administrativas. A *conscientização* necessária para uma maior participação política se daria num estágio mais avançado do desenvolvimento da sociedade. “Não se chega à ordem legal num país inteiramente desorganizado, sem primeiro reconstruir o mecanismo administrativo. Feito isto se estará assegurando ao povo o exercício consciente, amplo e salutar dos seus direitos políticos.”<sup>16</sup>

O Bloco do Norte, primeira tentativa mais ampla de aglutinação das forças revolucionárias nortistas, perde muito da sua razão de ser com o movimento paulista de 1932, quando a constitucionalização do país se torna uma realidade. Isto porque, surgido em período bastante próximo à reestruturação da Frente Única Gaúcha (novembro de 1931) e à criação da Frente Única Paulista (janeiro de 1932), o bloco teria interesses opostos àqueles. Enquanto as frentes únicas questionavam o Governo Provisório exatamente no seu caráter não-constitucional, o Bloco do Norte apoiava justamente o seu caráter de regime de exceção. O desenrolar dos acontecimentos começava a demonstrar que a manutenção da ditadura tornava-se insustentável. Se a luta contra a constitucionalização do país não poderia ser de todo abandonada, pelo menos precisava ser redefinida. Caberia ao Norte, diante da evidência dos fatos, se manter coeso para melhor atuar no quadro político. Diante do processo irreversível de constitucionalização do país, talvez não fosse o Bloco do Norte o melhor instrumento para propor a melhor tática a ser adotada na nova conjuntura. O seu principal objetivo político — opor-se ao processo de constitucionalização — havia fracassado. A partir de 1932, mesmo antes de eclodir a Revolução Constitucionalista, o Bloco do Norte perde grande parte da evidência que havia mantido durante todo o ano anterior.

### *A instabilidade política: revolução ou conciliação?*

As interventorias nortistas caracterizam-se por constantes crises políticas. O desajuste entre as forças sociais locais e o “poder vindo de fora” responde, em grande parte, pelo clima de instabilidade política e a conseqüente alta rotatividade dos interventores. Essas crises são provocadas tanto por elementos tenentistas descontentes com a conciliação entre interventor e os setores oligárquicos, como pelos próprios setores oligárquicos insatisfeitos com sua pouca representatividade na interventoria. Juarez Távora cita vários exemplos desses casos de desajuste: “No Norte e Nordeste predominava a mentalidade dos tenentes dispostos a forçar os governantes dessas duas regiões do país a renovarem drasticamente aquela ordem. Os desentendimentos entre interventores civis e militares jovens que ali... eram considerados lugar-tenentes do delegado militar em cada Estado, começaram logo, como era de esperar, a surgir, a agravar-se...”<sup>17</sup> Na Bahia, por exemplo, o choque entre interventores e “políticos” foi uma



constante no imediato pós-30: "...os Srs. Leopoldo Amaral e Artur Neiva foram escolhidos administradores, mas a política perturbou grandemente o trabalho desses interventores..."<sup>18</sup>

Sendo os interventores do Norte homens de confiança exclusiva do chefe do Governo Provisório,<sup>19</sup> competirá a Vargas, em última instância, a árdua missão de escolher pessoas capazes de conciliar a nova prática política com a dinâmica das forças sociais locais. O Governo Provisório consegue sair vitorioso dessa missão a partir do momento que, nas situações de crise, substitui o interventor, atendendo parcialmente às reivindicações veiculadas, sem abrir mão completamente dos pré-requisitos considerados importantes na escolha dos interventores nortistas: ser militar, ser estrangeiro, ser neutro politicamente. As forças locais também saem parcialmente vitoriosas, já que são realizadas as substituições. Entretanto, estas são em última instância realizadas e decididas sob a arbitragem do poder central. Trata-se, portanto, de crises controladas, quer em seu âmbito, quer em suas repercussões.

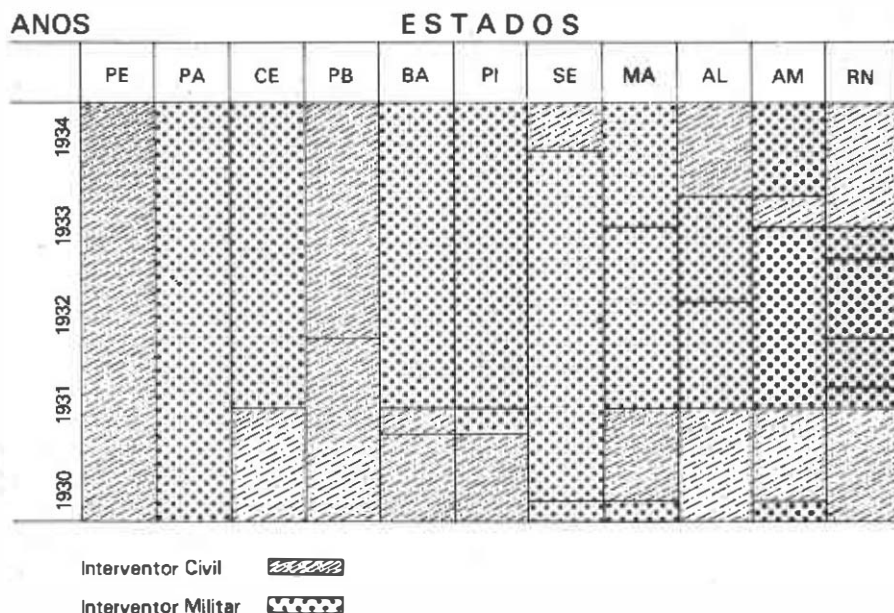
**TABELA I**  
**PERÍODO DE 1930 A 1934**

Estados	PE	PA	CE	PB	BA	PI	SE	MA	AL	AM	RN	11
N.º de interventores	01	01	02	02	03	03	03	04	04	05	06	34

Observando a tabela I verificamos que, durante os quatro anos de Governo Provisório, os estados que apresentam baixa *rotatividade* de interventores são Pernambuco, Pará, Paraíba e Ceará, sendo os dois primeiros os únicos dentre os 11 estados da região que mantêm um mesmo interventor durante todo o período. Os casos de maior estabilidade se dão basicamente nos estados onde, apesar do rompimento com a antiga prática política oligárquica, o embricamento do interventor com as forças sociais é bastante forte. Uma prática política de conotações populistas seria a opção adotada por essas duas interventorias (Pernambuco e Pará). Já nos casos do Ceará e da Bahia, após crises ocorridas nos meses seguintes à revolução, a estabilidade é alcançada, permanecendo esta situação até as eleições estaduais de 1934. Se no Ceará a estabilidade é alcançada com Carneiro de Mendonça — militar, estrangeiro e neutro politicamente —, na Bahia a estabilidade deve-se a Juraci Magalhães, a melhor expressão de conciliação com forças oligárquicas locais. Segundo declaração do ministro José Américo, a Bahia, juntamente com o Rio Grande do Norte,

são os dois estados onde a Delegacia do Norte teve maiores dificuldades para conciliar a interventoria, com as forças sociais locais.<sup>20</sup>

GRÁFICO I



Conforme o gráfico I, no final do ano de 1930 apenas os estados do Pará e de Sergipe contavam com interventores militares. A militarização, que não foi no imediato pós-30 um pré-requisito necessário à institucionalização das interventorias, passaria a ser uma condição importante para a consolidação da obra revolucionária. Neste sentido, o ministro José Américo faz declarações altamente esclarecedoras: alega que colaborou com Juarez Távora na escolha de interventores do Norte, tendo inclusive a faculdade de indicar nomes, exceto no Ceará e em Pernambuco, onde foram escolhidos os chefes do movimento local. Afirma que a primeira preocupação, tanto sua como de Juarez, foi escolher interventores civis, como os fatos bem o comprovam. Diz ele: “como vê, estávamos animados do espírito civil, e só fatos posteriores levaram o General Távora a indicar interventores militares como senhores de maior espírito disciplinado e disciplinador”.<sup>21</sup> Esses fatos, aos quais se refere José Américo, são expressões da necessidade de adequação entre as exigências do tenentismo e a

prática política dos setores mais comprometidos com a oligarquia local, tarefa difícil de ser executada por um político civil da região. Se para o preenchimento do cargo de interventor, no imediato pós-30, houve um aproveitamento das forças civis, em 1931 essa situação modifica-se completamente. Dentre os 11 interventores da região, apenas dois não são militares: o interventor pernambucano Lima Cavalcânti, "tenente civil", e o interventor paraibano Antenor Navarro, que só será substituído dois anos mais tarde devido a seu falecimento. Somente em 1934 é que o número de interventores civis suplanta novamente o número de militares, estabelecendo-se uma situação de equilíbrio, já que a proporção é de seis para cinco. Este dado também é significativo por se tratar de um período de descenso do movimento tenentista; o fenômeno da militarização das interventorias corresponde ao período de seu maior ascenso.

Como já foi visto, algumas interventorias do Norte conseguem uma situação de relativa estabilidade política, permanecendo os interventores na chefia dos seus respectivos estados por um período de mais de três anos. São eles: Lima Cavalcânti (interventor de Pernambuco de 1930 a 1934); major Magalhães Barata (interventor do Pará de 1930 a 1934); tenente Carneiro de Mendonça (interventor do Ceará de 1931 a 1934) e tenente Juraci Magalhães (interventor da Bahia de 1931 a 1934). Se a estabilidade é o ponto comum a todos eles, a fórmula encontrada para conseguir tal estabilidade difere bastante nos diversos casos.

Lima Cavalcânti e Magalhães Barata, que desenvolvem uma prática política inovadora no sentido da implementação de reformas administrativas, não restringem sua base de apoio aos setores oligárquicos. Muito ao contrário, apesar de não negarmos as possíveis articulações entre os interventores e os setores oligárquicos, estes não serão os únicos ou até mesmo os principais sustentáculos dessas duas interventorias. O fundamental é que, mesmo existindo articulação com estes setores, tratava-se de uma prática política renovadora, onde a busca de apoio nos setores urbanos era uma constante. Se ao nível do discurso existe uma forte preocupação com a incorporação da classe operária, esta concepção estará referendada em medidas concretas encaminhadas por esses dois líderes. Em Pernambuco e no Pará, além dessas medidas modernizantes e das tentativas de mobilizar a população, os interventores assumem a bandeira da sindicalização da classe operária. Os efeitos dessa política vêm à tona quando da indicação dos representantes classistas dos empregados para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Além de serem os estados que mais participam do processo de escolha dos delegados para a eleição desses deputados, estes se dizem os legítimos representantes da classe operária, reconhecendo a liderança dos interventores.

Escolhido Fernandes Távora para o cargo de interventor do Ceará, ele inicia uma prática política que, mesmo não fortalecendo as antigas

oligarquias contrárias à Revolução de 30, não era condizente com os ideais tenentistas. O interventor é acusado de desenvolver uma política de fortalecimento e “apadrinhamento” da família Távora. Os tenentes enviam um memorando a Vargas exigindo uma mudança na interventoria, pedido que é imediatamente atendido. O substituto é o tenente Carneiro de Mendonça, interventor que preenche todos os requisitos identificados com os ideais tenentistas. Cabe ainda a ressalva de que no Ceará, logo após a revolução, os tenentes se organizam de forma independente e constituem uma *Sociedade Militar* com o objetivo de defender os princípios revolucionários. Essa sociedade, mesmo não sendo clandestina, funcionava à margem do Exército. Era composta por dez membros (capitães e tenentes) que haviam apoiado a Revolução de 30 e que se reuniam uma vez por semana para discutir a “prática revolucionária” da interventoria.<sup>22</sup> Com o novo interventor a Sociedade Militar praticamente assume o governo. Carneiro de Mendonça, talvez por ter um respaldo grande dos tenentes, consegue, com sucesso, posicionar-se contra as articulações partidárias, defendendo uma postura de *neutralidade política*.

Juraci Magalhães, dentre os interventores do Norte, talvez seja o que mais tenha se distanciado dos princípios revolucionários tenentistas. A conciliação plena com os setores oligárquicos — uma constante na sua administração — acabaria por identificá-lo com a prática política dominante na República Velha. “...Conquistei os elementos locais de cada município. Procurei o médico que tinha prestígio, o advogado, enfim, a pessoa que liderava a política local. E normalmente em torno dessa pessoa era possível arregimentar a minoria...”<sup>23</sup> Em 1933, quando da rearticulação partidária, Juraci organiza o Partido Social Democrático da Bahia, compondo tanto com elementos da antiga ordem como com elementos sem vínculos com a República Velha. “No interior do estado onde ele tentou organizar o partido, ele reuniu todos os chefes oligarcas...”<sup>24</sup> A trajetória de Juraci Magalhães pode ser compreendida através de uma afirmação atribuída a Vargas, que expressa a própria trajetória do movimento revolucionário de 30. “Há pouco mandei para a Bahia um pobre Tenente, hoje encontro um verdadeiro estadista...”<sup>25</sup> Exatamente por ser um estado onde as forças oligárquicas tinham mais força, as dificuldades para a penetração do tenentismo foram muitas. Em termos de *modelo*, a Bahia foi o estado do Norte que mais se aproximou da trajetória assumida pelo Governo Provisório: dentre aqueles, foi certamente o que manteve maior grau de conciliação com as forças oligárquicas.

### *A Revolução Paulista de 32: a redefinição das opções políticas tenentistas*

Diante do debate que se inicia em 1931 sobre a necessidade imediata ou não da constitucionalização do país, o Norte assume a posição de defesa do

regime de exceção. Entretanto, para os "revolucionários nortistas", a ditadura era percebida não como um fim em si mesma, mas como um estágio necessário pelo qual deveria passar a sociedade brasileira. Os argumentos utilizados giravam em torno da idéia de que a implementação e consolidação das *necessárias* reformas político-administrativas só seria viável dentro de um regime de exceção: "Nada de Constituição por ora, porque ainda precisamos agir sem atenção às liberalidades de uma Carta".<sup>26</sup> Segundo essa concepção, "à sombra da Constituinte, a politicagem levantaria a cabeça, renasceria para reproduzir as velhas e ignóbeis manobras de suborno e de fraude".<sup>27</sup>

No ano de 1932 o movimento pró-constitucionalização avança, acenando as contradições dentro do próprio Governo Provisório. Para os tenentes, a ditadura estava sendo ameaçada menos pelos *políticos decaídos* do que pelos *políticos profissionais*, os quais aderiram ao movimento de outubro mas não aderiram ao espírito da revolução.<sup>28</sup> Essa preocupação reflete bem a composição das forças políticas que desencadearam a luta pela constitucionalização. Nesse momento, as oligarquias vitoriosas em 30 representavam uma ameaça maior do que as que haviam sido aí derrotadas. Bastante significativas são também as expressões utilizadas pelo grupo tenentista. Dentro de uma concepção onde a política é percebida como valor negativo, sinônimo de politicagem, os elementos políticos estão sempre em oposição aos elementos revolucionários. Daí a expressão "políticos decaídos" ser utilizada para identificar as oligarquias derrotadas em 30, e a de "políticos profissionais" dizer respeito àqueles que, mesmo vitoriosos em 30, não se identificavam com a posição tenentista: os *oligarcas dissidentes*. O discurso tenentista reflete o esforço de organização da prática política do grupo. Não é por acaso que o tenente João Alberto, analisando a conjuntura política no início de 1932, afirma estar o Brasil dividido em três grupos fundamentais: o povo, os "elementos puramente revolucionários" que tomaram parte nos movimentos armados em 1922 e os "elementos políticos", que fizeram parte do movimento de outubro ou que aderiram a ele posteriormente. Caberia aos elementos revolucionários não ficarem inativos diante dos contatos que os elementos políticos estavam fazendo com o povo.<sup>29</sup>

O primeiro semestre de 1932 é um período de grandes articulações. Alguns líderes do Sul, ávidos em acelerar a marcha pela constitucionalização, tentam, sem sucesso, contatos com interventores nortistas e com políticos locais. João Neves, membro da Frente Única Gaúcha, fracassa em suas tentativas de arregimentar políticos baianos e pernambucanos para a causa constitucionalista. Em março de 1932 os interventores Hercolino Cascardo (RN) e Carneiro de Mendonça (CE) respondem ao telegrama enviado por Borges de Medeiros (PRR) e Raul Pila (PL), onde estes explicam e justificam a posição assumida pelos dois partidos gaúchos.

Entretanto a resposta dos interventores nortistas é de total solidariedade ao Governo Provisório. Segundo editorial do jornal tenentista *O Radical*, "o Norte sabe bem pôr que fez a revolução e por que repele, prestigiando decididamente o governo revolucionário, a ignomínia dos conchavos com os politiqueiros vorazes..."<sup>30</sup>

Nesse momento Vargas e tenentes, unidos contra uma ameaça maior, prestigiam o Norte na tentativa de fortalecer uma base de apoio capaz de impedir o avanço do movimento constitucionalista, que se alastrava nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Neste sentido as investidas tenentistas mais significativas são as implantações de núcleos do Clube 3 de Outubro em diversas capitais nortistas. Em maio de 1932, na solenidade de fundação do clube em Pernambuco, o presidente da entidade, Heitor Maia, apesar de lamentar o atraso com que o mesmo estava sendo fundado no estado, considera o momento altamente pertinente:

"...agora mais do que sempre os profissionais da velha república procuram a cada passo voltar às suas antigas posições... é que mais se faz sentir quão urgente e preciso é a organização em todos os pontos do país de associações que congregam os elementos sinceramente revolucionários. Ao lado dessa missão de verdadeiro dique às tentativas de restauração dos velhos processos políticos, cabe ao Clube 3 de Outubro bater-se decididamente pela opção do programa revolucionário".<sup>31</sup>

Alguns meses antes, em janeiro de 1932, apesar de extinta a Delegacia do Norte, Juarez Távora, por determinação de Vargas, realizara nova viagem ao Norte, com o objetivo de observar as necessidades concretas da região. Apesar de negar as alegações da imprensa, de que sua viagem teria como finalidade articular uma Frente Nortista contra a Constituinte, Juarez continua a defender firmemente a necessidade de manutenção do regime ditatorial. A viagem de Juarez, entre outras, representa um instrumento de mobilização política das populações nortistas em apoio aos princípios revolucionários — e conseqüentemente ao Governo Provisório. Nas principais capitais do Norte o líder revolucionário é recebido com manifestações públicas de grande porte, destacando-se especialmente as ocorridas nas capitais de Pernambuco e Pará, justamente nos dois estados onde as interventorias caracterizam-se por uma prática política de conotações populistas. Nesse mesmo período Vargas anuncia uma viagem ao Norte que, apesar de constantemente adiada, mantém a região em expectativa permanente.<sup>32</sup>

No mês de junho aceleram-se as articulações tenentistas. Lima Cavalcanti (interventor de PE) dirige-se ao Sul e juntamente com Pedro Ernesto

(interventor do DF), João Alberto (ex-interventor de SP), Manoel Rabelo (ex-interventor de SP), Hercolino Cascardo (ex-interventor no RN), Juran-dir Mamede e Ari Parreiras (interventor do Estado do Rio), participa das várias reuniões realizadas na residência de Juarez Távora. O principal objetivo desses encontros é articular uma enérgica resistência à ofensiva oligárquica, através de uma Frente Única Revolucionária.

Na mesma proporção que se acentua o movimento constitucionalista em São Paulo, o Norte realiza uma série de atos públicos em apoio ao Governo Provisório. No dia 6 de junho, em grande manifestação popular, com a solidariedade de todos os interventores do Norte, é criado em Pernambuco o Comitê Revolucionário, sendo instaurada a Campanha Cívica Pró-Revolução e Contra os Inimigos da República. Este comitê, cujo presidente é o coronel Muniz de Farias, visa orientar e dirigir a campanha política pró-Revolução de 30 — e portanto fortalecer o Governo Provisório no momento da investida dos constitucionalistas paulistas. As mobilizações populares, que se desenvolvem durante todo este período, culminam no dia 1.º de julho com o envio de brigadas nortistas para lutar no front paulista, assumindo o Comitê Revolucionário importante papel na arregimentação das forças voluntárias. É interessante notar que todas essas iniciativas são partes de um mesmo todo: representam uma resposta do tenentismo ao movimento constitucionalista. Trata-se de uma resposta não apenas ao nível de arregimentação militar para uma possível guerra civil, mas também, e talvez principalmente, uma demonstração de unidade e de força política. Tais mobilizações, que contam com a participação de setores significativos da população, ocorrem exclusivamente nos estados nortistas.

Mesmo derrotada militarmente, a Revolução Paulista de 32 consegue vitórias políticas. Após o término da guerra civil, o Governo Provisório acelera o processo de constitucionalização do país, principal objetivo do movimento vencido. Assim, se o estabelecimento de um governo constitucional, considerado para muitos como prematuro, tornava-se condição fundamental para o equilíbrio do regime, tal condição implicava, em contrapartida, um sério ônus político. A abertura do sistema, imposta pelos setores descontentes com o prolongamento da ditadura, não era para o Governo Provisório um jogo de cartas marcadas: ele tanto poderia aumentar como diminuir suas bases de apoio. Apesar dos claros limites, a possibilidade de articulação das forças oposicionistas crescia. Porém, na verdade, tratava-se ainda de uma oposição circunscrita: os líderes da Revolução de 32 continuavam no exílio; permanecia vigorando a censura à imprensa e a liberdade de organização era limitada. Entretanto o momento era de transição, de rearranjo de forças, e o Norte tenta articular-se para melhor aproveitar o novo espaço criado.

Os “revolucionários nortistas”, unidos inicialmente pela defesa do Estado ditatorial, assumem diante da constitucionalização os mais diversos comportamentos. Cabia aos interventores e outros elementos que participavam do poder posicionarem-se não mais diante de possibilidades políticas, mas diante de uma situação concreta. No grupo mais numeroso acham-se os que encampam o processo de constitucionalização e, embora considerando-o um mal necessário, assumem, na prática, as medidas impostas pelo momento político: a criação de partidos, o alistamento eleitoral e a articulação da campanha política. É o caso da maioria dos interventores nortistas, destacando-se especialmente Lima Cavalcânti e Juraci Magalhães. Outros, apesar das mudanças conjunturais, mantêm-se numa posição de *neutralidade e distância*, coerentes com a prática política desenvolvida anteriormente. O melhor exemplo desta postura é o do interventor Carneiro de Mendonça (Ceará), que juntamente com Augusto Maynard (Sergipe) protesta contra a idéia da formação dos partidos políticos promovida por interventores federais. Alega que não fez a revolução para incorrer nos mesmos erros daqueles a quem combateu e depôs. Entretanto, apesar de discordar do processo eleitoral, Carneiro de Mendonça afirma que garantirá a liberdade do voto e aceitará os resultados das urnas.

Além desses, existem ainda os que percebem a constitucionalização como um desvirtuamento da Revolução de 30 e conseqüentemente fazem a opção de abandonar a cena política. Hercolino Cascardo, que já em junho de 1932 demitira-se da interventoria do Rio Grande do Norte, em fevereiro de 1933 pede desligamento do cargo de representante do núcleo rio-grandense junto ao Clube 3 de Outubro: “Desiludido, abandono a luta junto aos chefes Revolucionários... Deles só tenho visto transigências diárias, falta de coragem cívica, acomodações estranhas e sobretudo afanosa atividade no sentido de criar instrumentos de perpetuação de influências pessoais...”<sup>33</sup> Cascardo alega que até outubro de 1932 pouco se poderia exigir da revolução, tamanhas eram as oposições e dificuldades criadas pela corrente contra-revolucionária da Frente Única. Entretanto, após a derrota militar do movimento paulista, não aceita que a revolução permaneça completamente desvirtuada de seus ideais e faz críticas severas à comissão constitucional encarregada de elaborar o Anteprojeto de Constituição: “O nosso pacto fundamental está manipulado por um punhado de juristas de mentalidade ultraconservadora... A revolução está esterilizada...”<sup>34</sup>

Por fim vamos encontrar os que insistem em assumir a bandeira da ditadura militar. Dentre estes, destaca-se o general Manoel Rabelo,<sup>35</sup> que apesar de integrante do Governo Provisório faz constantes e enfáticas declarações contra o processo de constitucionalização. Curiosamente, no início de 1933, Vargas nomeia Manoel Rabelo comandante da 7.ª Região



Militar, região que compreende os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Este fato demonstra a própria ambição do Governo Provisório em face da constitucionalização. Articulador do Clube Republicano Ditatorial, Manoel Rabelo lança em 1933 um manifesto à nação. Tal entidade teria por objetivo formular as bases de propaganda para a instituição de um Governo Republicano Ditatorial, cujas principais características seriam: ausência de Câmara e Senado; leis propostas pelo Executivo que deveriam ser submetidas a ampla aprovação pública; governo dirigido por um ditador, assistido por uma assembléia orçamentária; República Federativa com respeito à plena autoridade de cada estado brasileiro.<sup>36</sup>

## 1.2. Na marcha para a Constituinte

### *A tentativa de formação do partido nacional*

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte são marcadas para maio de 1933, e a organização dos partidos políticos se faz urgente e necessária. Nos estados do Norte esse instrumento de atuação política, que durante a República Velha já se encontrava bastante enfraquecido, perde total expressão após o movimento de outubro de 30. Para os "revolucionários nortistas", os partidos sobreviventes estariam viciados pela politicagem, prática considerada condenável dentro da nova e reformadora concepção de administração pública. Em editorial, um órgão da imprensa pernambucana assim se refere a esta questão:

"No setor político a revolução realizou o grande trabalho de inutilizar a influência dos partidos na sua obra de governo. Os núcleos partidários que não se dissolveram após o advento revolucionário passaram a atuar fora dos círculos do governo sem a interferência que outrora lhes era permitida na administração pública. Este isolamento entre governo e os partidos deveria passar aos nossos hábitos políticos mesmo depois de terminado o governo de exceção..."<sup>37</sup>

No Sul do país, segundo aqueles novos dirigentes, as reformas político-administrativas estavam sendo prejudicadas pela existência dos mecanismos partidários. "O espírito partidário tem a em resistir ao influxo de idéias reformadoras que estão curando as feridas e tonificando o organismo da República..."<sup>38</sup> Além disso, os partidos políticos, pelo fato de serem organizações de bases estaduais, eram percebidos por estes setores como mecanismos que haviam contribuído para o fortalecimento do regionalismo e para a descentralização política, perpetuando o poder das oligarquias dos grandes estados.

Nas diversas investidas tenentistas realizadas no sentido de aglutinar as forças revolucionárias, a idéia de se criar uma organização de caráter nacional sempre esteve presente. A Liga Nacional, a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro são expressões desse tipo de preocupação. Todas se definiam como organizações sem caráter explicitamente partidário, que deviam agir na defesa dos ideais revolucionários, obedecendo a um mesmo modelo organizacional: diversas sedes estaduais vinculadas a um único núcleo central. Entretanto, por motivos diversos, chega-se ao momento da reorganização partidária sem que essas variadas tentativas tenham conseguido vingar. Se nos primeiros anos do movimento revolucionário de 30 a ausência de tal tipo de organização nacional trazia sérios problemas para o tenentismo, na medida que impedia a implantação de um programa de ação conjunta, na nova conjuntura esta circunstância se via agravada.

Dessa forma, logo após o encerramento da Revolução Paulista de 32, Juarez Távora, ainda reconhecidamente o grande líder do Norte, apesar de destituído de qualquer cargo, retoma o papel de rearticulador político da região. Através de boletins informativos,<sup>39</sup> onde analisa e propõe fórmulas de intervenção no momento político, Juarez mantém contatos com os diversos interventores nortistas, como que retomando sua posição de “vice-rei do Norte”. A avaliação que faz dos resultados da guerra civil inicia-se por um ponto interessante, na medida que evidencia as compensações e não os males do enfrentamento. Juarez destaca o prestígio e a afirmação da ditadura e de seu grande aliado, o Exército, ao lado de uma útil “separação quase completa entre os elementos reacionários e revolucionários”.<sup>40</sup> Neste contexto, ele passa a analisar e a propor tarefas aos interventores nortistas. Aceitando basicamente a marcha para a constitucionalização, Juarez coloca que cumpriria “a cada interventor criar honestamente, no seu estado, um ambiente eleitoral capaz de permitir a representação condigna dos elementos revolucionários na Assembléia Constituinte, e de garantir a eleição de um futuro governo constitucional que assegure a continuidade da obra administrativa ora em realização no estado”.<sup>41</sup>

Estes termos, além de demonstrarem inquestionavelmente a nova tática política compreendida pelos tenentes — não mais bloquear, já que impossível, mas interferir veementemente —, explicitam o papel que as interventorias jogariam no processo de constitucionalização. Porém tal papel seria ainda mais crucial para o Norte, reconhecidamente um dos baluartes do espírito mais “puro” da Revolução de 1930. Nas palavras de Juarez, “aos interventores do Norte — tanto mais que os do Centro e Sul — cabe o dever de, *cada vez mais unidos, estudarem atentamente essas questões e, depois de chegarem a uma solução razoável, baterem-se pela*

sua aplicação ao país. *Sem isso, me parece que toda esperança de pacificação definitiva do Brasil será precária, senão inteiramente vã*".<sup>42</sup>

Portanto, duas ordens de propostas estão presentes para o Norte. A primeira, de retomada das articulações em prol da coesão política da região, tendo em vista a atuação na Constituinte. A segunda, de cunho renovador, implicando uma preparação do terreno administrativo, de forma a facilitar e talvez até a assegurar o futuro espaço político do Norte. Antes da instalação da Assembléia, os revolucionários deveriam atentar para certas "questões", que enfrentadas "desembaraçariam" o ambiente político de alguns de seus principais "óbices". Segundo Juarez, essas "questões" eram: "unidade da justiça, uniformização dos métodos de ensino e saúde públicos, nacionalização das minas e quedas d'água, racionalização do sistema tributário, abolição das tarifas abolicionistas, estabelecimento da representação de classe, organização de um anteprojeto de constituição adequada às nossas realidades etc. etc."<sup>43</sup> Lima Cavalcânti, respondendo a esta conclamação, concorda no fundamental com a necessidade da união do Norte como o único meio de neutralizar e combater a influência política do Sul, especialmente dos estados de Minas e Rio Grande. Em relação aos paulistas, o interventor pernambucano encontrava-se insatisfeito com a falta de energia do ditador em punir os responsáveis por tão grande rebeldia. Para ele, a lentidão e a dubiedade de Vargas eram provas da atitude marcadamente conciliadora, que poderia comprometer a realização dos esforços propostos pelos revolucionários e por Juarez. Lima Cavalcânti encontrava-se mais apreensivo e menos otimista do que o próprio "vice-rei do Norte".

A articulação entre Juarez Távora e os interventores nortistas expressa de forma palpável a avaliação do momento que se vivia e, a partir daí, a linha pragmática assumida pelo tenentismo. Diante da transformação da conjuntura, o absentismo político dominante no período anterior não mais se justificava, tendo que ser substituído por uma conduta de interferência efetiva nos mecanismos político-partidários. Não se tratava, entretanto, nem de uma autocritica, nem de um comportamento conflitante com a prática anterior, já que o desinteresse pela arregimentação eleitoral poderia acarretar a derrota maior dos ideais revolucionários. A garantia da continuidade estava dada não pela tática utilizada — necessariamente adaptável aos movimentos da conjuntura —, mas pelos objetivos últimos que orientavam a ação e que permaneciam os mesmos. Estes objetivos, fundamentalmente, eram, a nível mais amplo, a garantia da obra revolucionária e, a nível mais restrito, a retomada do espaço político do Norte. Nesse contexto, ambos dependiam integralmente dos rumos que o encaminhamento da futura Assembléia Nacional Constituinte assumisse. A ditadura perdera qualquer sentido, e a constitucionalização não deveria ser vista como um empecilho para a permanência do ideal revolucionário.

Por essas razões, Juarez Távora aconselha aos interventores nortistas ferrenho interesse pela campanha a favor do alistamento eleitoral e pelas articulações de formação de um novo partido político nacional.

“O Norte não deve esquecer que aqui no Sul (...) os velhos partidos mineiros, gaúchos e paulistas poderão arregimentar uma massa considerável de elementos infensos à corrente de idéias contrárias surgidas após a revolução. *É do Norte, sobretudo, que todos esperamos uma reação conjunta e eficiente em defesa de nossas idéias. Ele pode e deve fazer*, neste terreno, como acaba de fazer na defesa da revolução pelas armas, *o papel decisivo de árbitro da situação.*”<sup>44</sup>

Essa proposta de unificação do Norte e de sua inserção numa organização política nacional fazia parte de um objetivo maior pretendido de há muito pelo movimento tenentista. Como verificamos anteriormente, já se vinham articulando tentativas de congregamento dos diversos núcleos e correntes representativas dos meios revolucionários. De fato, de há muito o tenentismo vinha sendo minado por gravíssimas cisões que chegaram a provocar o afastamento de algumas das suas mais importantes figuras. A compreensão do perigo desse fracionamento não passa despercebida aos revolucionários, que desde meados de 32 reencetam esforços para promover a rearticulação de suas hostes: antes de se lançar à conquista nacional de seus ideais, o tenentismo precisa assegurar sua identidade enquanto movimento político autônomo.

No momento em que o tenentismo realiza seu mais importante esforço de organização enquanto força política, acentua-se e clarifica-se, a nosso ver, o impasse que permeia toda a sua existência. Sua principal identidade era, na verdade, a negação de um tipo de experiência política. Os tenentes só conseguiam definir-se consensualmente *contra* a ordem oligárquica e todas as suas deformações: o profissionalismo político, as fraudes eleitorais, os interesses personalistas dos “falsos” políticos, o caciquismo, a imoralidade administrativa etc. Seu problema virtual era ultrapassar esse estágio, realizando uma mudança qualitativa, quando deixariam de ser *contra*, para ser a favor de iniciativas bem definidas. Sua identidade negativa era-lhes, sem dúvida, limitadora, mas constituía a base de sua existência e o ponto de partida das tentativas de definição de prática política. É este o sentido e a importância dos inúmeros projetos de organização partidária que possuíam em seu âmago a questão fundamental da construção de um programa, isto é, da definição positiva de seus ideais revolucionários num todo articulado e operacionalizado. Esta era a questão-chave do tenentismo: viabilizar, com homogeneidade e força política, seus propósitos reformadores e moralizadores.

É nesta perspectiva que devem ser entendidos os diversos encaminhamentos para a organização de um partido nacional, ocorridos durante o ano de 1932 e que desembocam com força renovada no Congresso Revolucionário realizado em novembro do mesmo ano. Efetivamente, desde o primeiro semestre de 32, sob pressões do movimento de reaglutinação das forças oligárquicas do país, uma das facções expressivas do tenentismo propõe a unificação de todos os revolucionários visando a formação de um partido nacional.<sup>45</sup> Essa agremiação, que poderia vir a denominar-se União Socialista Brasileira, não implicava nem uma aceitação imediata da Constituinte, nem transigências ou acomodações com os “políticos profissionais”, e muito menos representava um sintoma de fraqueza política.

“No dia em que nos apresentarmos à Nação em perfeita harmonia de vistas, articulados e defendendo um programa que consubstancie as aspirações coletivas, seremos uma força respeitável, capaz de causar a mais amarga das decepções aos nossos adversários. E não só. Poderemos impor as nossas sugestões, desmanchar e organizar governos, se for o caso. . . Saberemos enfim o que somos, para qualquer emergência. Desarticulados, divididos ou contando com uma força imaginária, nada haveremos de fazer, nada conseguiremos, a não ser contribuir para o próprio aniquilamento e desprestígio da Revolução”.<sup>46</sup>

O esboço do programa desta agremiação revolucionária, após entendimentos com os líderes da Legião Cívica 5 de Julho, do Clube 3 de Outubro, da União Cívica Brasileira, do Clube 5 de Julho de São Paulo e do Partido Democrático-Socialista (em organização) deveria ser submetido aos demais núcleos revolucionários existentes nos estados, bem como aos interventores, considerados defensores da revolução. Superada a etapa de sugestões, seria elaborado o programa definitivo, entrando o partido em atividade política para concorrer às eleições da Constituinte. A princípio, o esboço programático da União Socialista Brasileira propunha apenas garantir a continuidade dos atos e medidas saneadoras já iniciadas no imediato pós-30, bem como defender intransigentemente a representação de classes nas Assembléias Legislativas e nos Conselhos Técnicos. No mais, tal esboço definia-se pelas críticas ao passado. Condenava fortemente o profissionalismo político, opunha-se aos negociastas, aos tristes de qualquer espécie, ou a qualquer governo de grupos, facções ou castas, “sejam militares ou civis, proletárias ou capitalistas, burguesas ou operárias, admitindo somente como norma de política do Estado a competência e a honestidade comprovadas”.<sup>47</sup> Mais uma vez o tenentismo reafirmava sua identidade negativa, demonstrando que o esforço para superar tal questão era grande, mas as dificuldades eram muitas.

Durante o final do mês de junho até meados de julho de 32 ocorrem vários encontros e reuniões para a discussão do programa, dos quais participaram os principais representantes da corrente tenentista. Além do major J. Nunes de Carvalho, articulador de tal proposta, destacavam-se Osvaldo Aranha, Waldomiro Lima, Góis Monteiro, Pedro Ernesto, João Alberto, Ari Parreiras, Amaral Peixoto, Juarez Távora, Augusto Vileroy, Agildo Barata, coronel Felipe Moreira Lima, Malvino Reis etc. A eclosão da Revolução Paulista, apesar de sustar o processo de construção da União Socialista Brasileira, não destrói o projeto de formação de um partido nacional. Muito pelo contrário. Tal projeto ganha novo impulso e tenta viabilizar-se no Congresso Revolucionário ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 27 de novembro de 32. Este congresso, que tem por objetivo principal unificar as diversas correntes revolucionárias em torno de um programa nacional, conta realmente com a participação maciça de todas as organizações e personalidades vinculadas ao tenentismo.

Para facilitar o andamento dos trabalhos, a comissão coordenadora do congresso<sup>48</sup> propõe a formação de diversas comissões técnicas, que ficam assim constituídas: Organização de Partido, Sindicalização e Representação da Classe, Direito Público, Imprensa, Classes Armadas, Economia, Saúde Pública e Legislação Social. Segundo informações da imprensa, o clima político esteve agitado diante do embate de idéias e princípios mais antagônicos, e somente após o sétimo dia de sessões consecutivas é que foi possível atingir-se um consenso que permitisse a elaboração de diretrizes básicas de ação.

Juarez Távora, presidente do congresso, consegue grandes vitórias políticas. Ele já leva aos congressistas uma proposta clara sobre a organização do Estado brasileiro, proposta que havia sido previamente discutida com os diversos interventores nortistas em seus frequentes contatos políticos, mantidos através dos boletins informativos. Este fato confere, sem dúvida, ao líder do Norte uma grande legitimidade frente às diversas correntes revolucionárias ali presentes. Ao final do congresso, obedecendo às diretrizes do “socialismo democrático”, os congressistas propõem a adoção de um programa político cujos principais tópicos são: forma republicana e federativa da União soberana; sistema representativo e regime parlamentar nos moldes da tese defendida pelo Clube 3 de Outubro; eleição indireta do presidente da República pelos Congressos Federais e Estaduais, sendo o voto direto apenas para as Câmaras Municipais; bicameralidade do Poder Legislativo, composto por uma Câmara Política e uma Câmara Sindical, que seria composta de 2/5 de representação proletária, 2/5 de representação patronal e 1/5 de representação profissional liberal.

Ao término do Congresso, é aprovada por 95 delegações ali presentes a idéia de formação do Partido Socialista Brasileiro, sob cuja bandeira deveriam articular-se as correntes revolucionárias engajadas nos diversos

partidos estaduais. Esse partido deveria defender na Assembléia Nacional Constituinte todas as teses aprovadas no Congresso, destacando-se duas questões: a implantação de um sistema federativo sob forma parlamentar e o fortalecimento da unidade da pátria, que deveria sobrepor os interesses nacionais aos interesses regionais. Terminadas as votações, foi eleita uma comissão de sete congressistas para estruturar a organização do partido.<sup>49</sup>

Entretanto, ainda que efetivamente criado, ele não atinge os objetivos propostos pelo Congresso Revolucionário: além de pouco representativo, não consegue impor-se nacionalmente.

### *A opção dos partidos estaduais*

A idéia de construção de um partido nacional, apesar de não ser abandonada, sofre reformulações substanciais com o desenrolar dos acontecimentos, e nova tática passa a ser adotada: cada interventor deveria concentrar todos os esforços na criação de uma organização partidária a nível estadual. Em outras palavras, em cada um dos estados da federação as forças revolucionárias deveriam aglutinar-se em torno de um partido capitaneado pelo interventor federal.

Neste sentido a contribuição de Juarez Távora, já então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, é bastante significativa. Além das freqüentes reuniões realizadas em seu gabinete com os principais líderes outubristas, Juarez faz constantes apelos à população nortista. Seria fundamental que em cada estado do Norte se formasse apenas um partido dentro do espírito da revolução, condição que facilitaria uma posterior fusão dessas diversas agremiações em um único partido nacional. Embora a ordem dos fatores tenha sido alterada, a questão central permanecia a mesma. Se no momento político anterior a proposta era construir uma organização nacional, e a partir dela formar diversos núcleos partidários estaduais, na nova conjuntura tal proposta tornava-se ultrapassada. O momento pré-eleitoral exigia que as correntes revolucionárias de cada estado se aglutinassem imediatamente em partidos estaduais, e estes, num segundo momento, se integrariam em uma organização nacional.

Com o total apoio do Governo Provisório, tal encaminhamento passa a ser aceito pela maior parte dos interventores nortistas, com exceção de Carneiro de Mendonça e Augusto Maynard, que se mantêm na postura de defesa da neutralidade política. Apesar do compromisso assumido por ambos, de encaminhar o processo eleitoral nos seus respectivos estados, discordam da posição dominante a nível nacional. Segundo eles, aos interventores federais caberia a função de executar uma boa administração, mas nunca liderar um processo de reorganização partidária. Com a proximidade do pleito eleitoral, o Governo Provisório lança-se totalmente

nestas articulações. Do resultado das urnas dependeria o continuísmo de Vargas no posto máximo de chefe da nação brasileira. Essa participação oficial do governo no processo de reorganização partidária é seriamente criticada pela imprensa oposicionista: "A conquista da Assembléia Constituinte se faz desde já com o apoio do chefe do Governo Provisório. O partido nacional que está sendo organizado pelos *leaders* outubristas, dirigidos pelo Ministro da Justiça, é um regresso ao método que conhecíamos. (...) A formação dum partido, estimulado pelo chefe do Governo Provisório, posto em foco pelos ministros da Justiça e Agricultura, com apoio dos Interventores, transformará a batalha eleitoral de maio numa monotonia melancólica..."<sup>50</sup>

Em fevereiro de 1933, após reunião que conta com a participação de vários líderes outubristas, é realizado o "Acordo Revolucionário", cujo compromisso principal é lançar as bases de um partido nacional que congregue as já existentes organizações estaduais. Após definir que "as diversas correntes revolucionárias necessitam oferecer uma frente coesa ao adversário comum", o acordo defende a necessidade de um "programa nacional, amplo bastante para poder abranger os princípios ideológicos gerais dos partidos revolucionários já formados, reservando a cada um destes o direito de adotar teses complementares que atendam às peculiaridades de cada estado".<sup>51</sup>

Já no dia 18 do mesmo mês, a imprensa noticia a fundação da União Cívica Nacional (UCN), uma coligação das diversas correntes revolucionárias que deveria ser o primeiro passo para a formação do partido nacional. A reunião de fundação da UCN é realizada na residência do ministro Melo Franco, e dela participam diversos líderes tenentistas: Juarez Távora, João Alberto, José Américo, Antunes Maciel Júnior (ministro da Justiça), Salgado Filho (ministro do Trabalho), e os interventores Ari Parreiras (RJ), Pedro Ernesto (DF), Carneiro de Mendonça (CE), Rogério Coimbra (AM), Francisco Solano Carneiro da Cunha (representante de PE). No seu programa mínimo, a UCN defendia como questão fundamental a representação de classes e reforçava o apoio aos sindicatos existentes dentro da legislação em vigor. Outros pontos também importantes eram a eleição indireta do presidente da República, o comparecimento dos ministros ao Congresso e a unidade processual e de organização judiciária.<sup>52</sup>

Rapidamente diversos partidos estaduais filiam-se à UCN.<sup>53</sup> A oposição, entretanto, não vacila em fazer constantes críticas tanto à UCN como aos diversos partidos situacionistas que se formaram sob o comando dos respectivos interventores: "(...) Não se cogita de partidos que encontram apoio e arrimo na opinião pública. Trata-se de partidos que encontram apoio nos interventores, elegendo-os chefes de fato. A pretexto de acautelar os preceitos da ideologia revolucionária de outubro, vai-se organizando,



a toda a brida, a política oficial, articulada com os partidos dos interventores ao partido do Catete, que é a União Cívica".<sup>54</sup>

Apesar de curta existência, a UCN consegue pelo menos para os estados do Norte algum sucesso em sua tentativa de coordenar a ação dos revolucionários. É o caso da convenção revolucionária promovida pela UCN e realizada em Recife nos dias 15, 16, 17 e 18 de abril de 1933. Noticiado pela imprensa desde inícios do mês de abril, esse Conselho do Norte tinha por objetivo principal não só articular as forças outubristas mas tentar traçar uma orientação uniforme para as bancadas federais na futura Assembléia Nacional Constituinte. A convenção não devia ser apenas uma reunião de interventores, mas de representantes dos diversos partidos estaduais afinados com os ideais revolucionários. Entretanto era um encontro de estados nortistas, onde apenas os representantes dos partidos tinham direito a voto. A convenção girou basicamente em torno da discussão do anteprojeto constitucional, sendo todos os seus itens amplamente debatidos e colocados em votação — isto porque o Norte não se sentia representado na comissão oficial encarregada de elaborar o anteprojeto.

"Nela (...) figuram apenas dois intérpretes do pensamento das populações nortistas que são: José Américo e Góis Monteiro. José Américo devido aos afazeres do Ministério só compareceu a duas sessões das muitas realizadas pela comissão; Góis Monteiro quase tem restringido a sua participação às importantes questões de sua especialidade, ou seja, organização e defesa militar do país. Assim os estados do Norte não se consideram, em rigor, representados nas reuniões dos constitucionalistas, embora se reconheça com justiça que estão preocupados, com os problemas nacionais".<sup>55</sup>

Ao final da convenção é aprovada uma proposta do ministro Juarez Távora sugerindo ao chefe do governo que modifique a comissão constitucional, nela incluindo representantes dos partidos do Norte, a cujo encargo ficaria a defesa dos pontos considerados fundamentais pela UCN. Através da UCN, o Norte e Vargas preparavam-se para enfrentar o desafio da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo a oposição, o que se fez sob o nome da União Cívica Brasileira foi fundar um partido político para apoiar o governo. O Norte estava totalmente coeso, e nesta região do país "apenas os interventores conseguiram pôr de pé os partidos, a despeito de todos os esforços em contrário". Nos grandes estados do Centro-Sul o governo, através da sua organização nacional, contava com o apoio do Partido Progressista e do Partido Republicano Liberal, as duas principais forças políticas de Minas e do Rio Grande do Sul, respectivamente. Caberia agora à União Cívica desenvolver todos os esforços no sentido de in-

cluír São Paulo em seus quadros. Diante desses fatos os prognósticos da oposição eram bastante favoráveis ao governo. "A futura Assembléia Nacional Constituinte, na pior das hipóteses, se comporá de 75% de representantes das correntes situacionistas, contra 25% de elementos adversos ou independentes."<sup>48</sup>

### *A vitória nas urnas e o fim da "neutralidade política"*

As eleições ocorrem no dia 3 de maio de 1933, em todos os estados do país, e mais uma vez o Norte se mostra fiel ao Governo Provisório, conseguindo formar uma bancada situacionista em sua esmagadora maioria. É interessante notar que apesar das eleições serem o momento em que as forças dominantes da República Velha se articulam, estas não conseguem suplantam a nova máquina montada pelos governos revolucionários. Os interventores nortistas haviam se engajado de fato na construção dos partidos estaduais, sendo as únicas exceções Carneiro de Mendonça e Augusto Maynard, conforme já mencionamos.

Além da vitória unânime conseguida pelas forças situacionistas do Pará, Paraíba e Alagoas, os dois maiores estados do Norte (Bahia e Pernambuco) conseguem também expressiva vitória. As únicas grandes derrotas ocorrem no Rio Grande do Norte, onde a oposição vence o interventor, e no Maranhão, onde a situação ganha por pouco. Nesses dois estados, a situação tenta uma aproximação com as forças oposicionistas, a partir do resultado eleitoral pouco favorável.

No Rio Grande do Norte, a crise na interventoria é grande. Bertino Dutra, apesar do apoio recebido pela Federação Regional dos Trabalhadores (formada por representantes de 25 sindicatos) e pelo interventor de Pernambuco, é substituído por Mário Leopoldo Pereira Câmara. Este é orientado por Vargas para criar um novo partido estadual de conciliação com as duas forças políticas em jogo: o Partido Social Nacionalista e o Partido Popular. Do ponto de vista de Vargas, cujo objetivo era ser eleito presidente da República, tratava-se de um momento pouco propício para a existência de oposições organizadas. Também no caso do Maranhão, quando já do funcionamento da Constituinte, o interventor Martins de Almeida, após viagem realizada ao Sul, dispõe-se a reorientar sua política, apoiando a União Republicana, partido até então oposicionista, que havia eleito três deputados em uma bancada de sete representantes. No Pará, a vitória de Magalhães Barata é esmagadora. Entretanto as forças oposicionistas chegam a formar uma comissão para exigir junto a Vargas não só a anulação do pleito eleitoral, como o afastamento do interventor. O descontentamento não chega a provocar crise, e a reivindicação não é considerada pelo chefe do Governo Provisório.

TABELA II  
RESULTADO DAS ELEIÇÕES NO NORTE

Estados	SITUAÇÃO Partidos	N.º de dep. eleitos	OPOSIÇÃO Partidos	N.º de dep. eleitos	TOTAL N.º de dep. eleitos
Amazonas*	União Cív. Amaz.	3	Aliança Trab. Lib.	1	4
Pará	Liberal	7	—	—	7
Maranhão	P. Republicano	4	União Rep. Maranhã.	3	7
Piauí	P. Nac. Socialista	3	Lista Hugo Napoleão	1	4
Ceará**	PSD	4	LEC	6	10
Rio G. do Norte	P. Soc. Nacionalista	1	P. Popular do RN	3	4
Paraíba	P. Progressista	5	—	—	5
Pernambuco	PSD	15	Avulso + P. Rep. Soc.	2	17
Alagoas	P. Nacional	5	—	—	5
Sergipe	Liberdade e Cív.	3	União Rep. SE	1	4
Bahia	PSD	20	Bahia ainda é Bahia	2	22
	TOTAL	70	TOTAL	19	89

\* No caso do Amazonas, trata-se de uma oposição não muito definida.

\*\* No caso do Ceará cabe a ressalva de que a LEC não representa propriamente uma oposição ao interventor ou ao governo central, mas uma oposição ao grupo Távora, articulador do PSD.

Já no estado de Alagoas, apesar da brilhante vitória do interventor Afonso de Carvalho, este é demitido no início de 1934 devido a desentendimentos com a bancada do Partido Nacional, partido por ele mesmo criado e do qual era presidente.<sup>57</sup> A interferência de Góis Monteiro durante a crise é grande, tendo a bancada, no ministro da Guerra, seu principal advogado e intermediário junto a Vargas. Se por um lado o líder da bancada era seu irmão, por outro as desavenças entre interventor e bancada giravam em torno de um assunto que lhe dizia respeito diretamente: as eleições presidenciais. A representação alagoana discorda radicalmente da proposta apresentada na Constituinte no sentido de inverter a ordem dos trabalhos, ou seja, de primeiro eleger-se o presidente da República e, em seguida, discutir a nova Constituição. Essa medida, que visava garantir as eleições de Vargas, é apoiada integralmente pelo interventor Afonso de Carvalho, que neste instante rompe com a bancada. “A situação do Sr. Afonso de Carvalho por isso mesmo é insustentável. Ele conta porém com o Sr. Getúlio Vargas, pois foi por sua causa que discorreu da bancada...”<sup>58</sup> Góis Monteiro, candidato em potencial à chefia do Estado, aproxima-se da posição da bancada, acirrando ainda mais as contradições desta com o interventor. Diante da crise instalada, Vargas opta pela bancada, já que era ela que votaria nas eleições indiretas para presidente da República. Com a demissão de Afonso de Carvalho, o Partido Nacional entra em crise.<sup>59</sup>

Quanto ao Ceará, o interventor Carneiro de Mendonça, após os resultados das eleições, passa a ser violentamente atacado pelos irmãos Távora. As acusações eram de que sua “neutralidade política” havia possibilitado, através da LEC, a articulação das antigas forças decaídas em 30. É curioso notar que, diante da nova conjuntura, Juarez Távora explicita sua posição afirmando que, se no início era correto e necessário para a revolução a predominância de “governos neutros”, hoje essa neutralidade não mais se justificava. “Ao lado da administração, devem os governos revolucionários organizar e arregimentar as forças políticas dos estados, no sentido de pleitear a vitória nos próximos pleitos eleitorais...”<sup>60</sup> Propõe que Vargas entregue o governo a um militante ou simpatizante do PSD. Carneiro de Mendonça, fiel e coerente com sua postura inicial de tenente revolucionário, coloca seu cargo à disposição de Vargas. Juarez Távora não entende o apoio que Vargas e o ministro Osvaldo Aranha (com quem Carneiro de Mendonça mantém estreita correspondência) continuam dando ao interventor cearense. Por isso escreve a Vargas dizendo que se nega a participar de um governo “...com os que politicamente o combatem no Ceará, amparados já agora pelo Interventor Carneiro de Mendonça, por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo Embaixador José Américo...”<sup>61</sup> Carneiro de Mendonça permanece no cargo, mesmo defendendo a posição de que os militares não deveriam aceitar suas próprias candidaturas à presidência

federal ou estadual, bem como nenhum interventor deveria continuar como governador no futuro regime constitucional.

Ao aproximar-se a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, os que se dizem representantes dos ideais revolucionários sentem maior necessidade de união. Apesar da estrondosa vitória das forças situacionistas, a Constituinte significava de fato uma ameaça. A oposição, para a chamada "ala revolucionária", não estava representada apenas pelos excluídos do poder, pelos remanescentes da República Velha. Estava identificada neste momento, e talvez até principalmente, com forças que compunham o poder, com setores do próprio Governo Provisório. Para os menos avisados, essa ameaça era uma espécie de inimigo fantasma, sem endereço certo, mas contra o qual as forças verdadeiramente revolucionárias precisavam se unir para combater. Para os mais avisados, este inimigo se materializava através da política dos chamados grandes estados, dos políticos profissionais, dos tradicionais partidos políticos, do federalismo, do regionalismo, do sistema oligárquico, da politicagem. Essa situação de insegurança não permite que os estados nortistas se acomodem; as tentativas de articulação continuam sendo realizadas. Em meados de maio de 33, logo após o resultado favorável das eleições, a UCN lança um manifesto sugerindo um novo pacto de honra entre os líderes das correntes outubristas, para resistir àqueles que vêem a Constituinte como uma bandeira do combate à ditadura. Dias depois, em reunião realizada para fazer um balanço do pleito, fica decidido que os elementos da UCN deveriam entrar em contato com os deputados eleitos para facilitar o posterior encaminhamento unificado dos trabalhos constitucionais.

Nesse mesmo contexto, os jornais começam a dar notícia da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.<sup>62</sup> Esta, além de preocupada com os problemas da região Norte,<sup>63</sup> tentará conseguir vitórias na Assembléia Nacional Constituinte através de uma atuação conjunta. Com tal objetivo, essa entidade faz uma proposta alternativa ao anteprojeto constitucional, baseando-se principalmente em duas obras de Alberto Torres: *O problema nacional brasileiro* e a *Organização nacional*. Os pontos centrais desse projeto são: regime presidencial; máxima autonomia administrativa para os estados e limitação da autonomia política; dualidade cameral com manutenção do Senado e criação de um Conselho Nacional Coordenador. Entretanto a grande vitória para a região Norte, em parte conseguida via pressão da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, é a inclusão do problema das secas na Constituição de 1934. Parte da renda da União seria destinada para a solução deste problema.

Um pouco antes da instalação dos trabalhos constitucionais iniciam-se grandes contatos políticos. As idas e vindas dos revolucionários nortistas ao Sul, centro da politicagem anteriormente tão criticada, passa a ser uma constante. Em meados de junho de 1933, Lima Cavalcanti viaja

para o Rio de Janeiro, só retornando a Recife nos últimos dias de agosto. Neste período, visita o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Sua estada no Rio Grande significa o estreitamento de laços entre o interventor gaúcho e o pernambucano. A partir daí, viabiliza-se eficazmente a atuação conjunta desses dois políticos no cenário nacional.

Para Vargas, o clímax da Assembléia Nacional Constituinte estava na eleição do futuro presidente da República, onde entrava em jogo o seu próprio continuísmo à frente da nação. Nestas condições, mais uma vez o apoio do Norte tornava-se fundamental. Finalmente, em agosto de 1933, concretiza-se a tão propalada viagem do chefe do Governo Provisório aos estados nortistas. Pela primeira vez na história do Brasil um chefe de Estado se deslocava por tanto tempo e de forma tão extensa para aquela região. "Constituiu essa viagem uma homenagem e um estímulo do Presidente Getúlio Vargas aos seus leais colaboradores do Norte e do Nordeste — não só na vitória revolucionária de 1930, como na defesa do seu governo, contra a revolução paulista de 1932."<sup>64</sup> A viagem iniciada em agosto estende-se até os primeiros dias de outubro. Da comitiva presidencial faziam parte o ministro José Américo (Viação), o ministro Juarez Távora (Agricultura), o general Góis Monteiro (ministro da Guerra), além de vários jornalistas. As populações nortistas, mobilizadas para receber o chefe do Governo Provisório, dão novamente demonstrações públicas do seu apoio efetivo a Vargas. Para ele, a viagem representava a possibilidade de votos; para o Norte representava alguns ganhos, particularmente de verbas. Neste período, Pernambuco obtém "todas as medidas que pleiteou ao governo federal, como os serviços de assistência técnica e financeira à lavoura e o empréstimo de 35.000 contos para a execução do plano econômico".<sup>65</sup>

No desenrolar dos trabalhos constitucionais, o Norte conquista maior expressão política. Nesse contexto, Lima Cavalcânti, interventor de Pernambuco e também porta-voz da região, assume a dimensão de um político nacional. Ao lado de Flores da Cunha (interventor do RS) e de Juraci Magalhães (interventor da Bahia), Lima Cavalcânti passa a desempenhar um papel fundamental nas novas articulações políticas, sendo uma espécie de ponta-de-lança das reivindicações nortistas.

## 2. O CASO PERNAMBUCANO: O NOVO PACTO POLÍTICO

### 2.1. *A tentativa de desmantelamento da máquina oligárquica*

A Revolução de 30 conseguiu unir em Pernambuco os mais diversos setores da população: usineiros, fornecedores e plantadores de cana, co-

merciantes, profissionais liberais, estudantes, operários etc. Em proporções diversas, a crise do açúcar atingia a todos. Os usineiros se sentiam os mais sacrificados, e parte significativa da classe passava a atribuir ao então governador Estácio Coimbra, também usineiro, responsabilidade pelo agravamento da situação econômica. Segundo eles, a passividade e subserviência do chefe do estado diante do poder central contribuía em muito para que nenhuma solução fosse adotada: o governo estadual, além de não conseguir financiamento para as usinas através do Banco do Brasil, não exercia pressão suficientemente forte que permitisse diminuir o frete cobrado pela Great-Western,<sup>66</sup> responsável em grande parte pelo encarecimento do preço do açúcar. Os fornecedores e plantadores de cana sofriam ainda mais diretamente as consequências da crise açucareira. Suas contradições com os usineiros eram muitas, e tornava-se fundamental que se estabelecesse uma tabela única no preço da cana, válida para todo o estado: preço igual por igual quantidade de cana cortada. Essa reivindicação é levada às últimas consequências, e ainda em 1929 eclode um forte movimento grevista, sendo as usinas obrigadas a parar por falta de matéria-prima. Entretanto, essa questão — a chamada “questão das tabelas”, responsável pelos maiores atritos entre usineiros e fornecedores — só seria parcialmente resolvida pelo governo instaurado após a revolução. Os comerciantes também se sentiam bastante sacrificados diante da crise econômica e dos altos impostos a que se viam submetidos. A política tributária do estado era considerada por muitos como a mais rigorosa do país.

Essa situação de crise refletia-se diretamente nas associações de classe existentes no estado, sendo ilustrativas as dificuldades enfrentadas pela Cooperativa Açucareira de Pernambuco. Poucos meses antes da revolução, algumas das mais importantes usinas do estado propõem a dissolução desse organismo por considerá-lo incapaz de atingir os objetivos preconizados: regularizar o mercado do açúcar, conseguir empréstimos, financiamentos, contratos comerciais etc. Essa proposta de dissolução da Cooperativa Açucareira de Pernambuco, em certo sentido, viabiliza-se quando, em Assembléia Geral realizada a 18 de setembro de 1930, decide-se pela suspensão das atividades dessa entidade, até que seja criada uma organização de defesa dos produtores, industriais e consumidores de açúcar de todos os estados exportadores, com o devido apoio e assistência dos poderes estadual e federal.

Além da crise econômica, uma série de outros fatores colaboram para sensibilizar a classe média e os setores populares que rapidamente aderem aos princípios defendidos pela Aliança Liberal. Neste momento, é decisiva a ação da imprensa aliancista, através do *Diário da Manhã* (jornal de propriedade dos irmãos Lima Cavalcânti). A própria organização

e agitação operária existentes desde a década de 20 muito contribuem para fortalecer o movimento oposicionista, que tenta consolidar-se basicamente através da Aliança Liberal.<sup>67</sup>

Se ao nível federal a revolução só é vitoriosa no dia 24 de outubro, em Pernambuco, já no dia 4, Estácio Coimbra havia sido deposto e o governo revolucionário detinha todo o aparelho de estado em suas mãos. O movimento inicia-se em Pernambuco com a tentativa de desmontar a máquina administrativa instituída na Primeira República. Entretanto, se existe um consenso em afirmar que a Revolução de 30 assumiu no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, um caráter amplo e popular, o mesmo não se dá em relação à natureza do governo revolucionário aí instaurado. O fato de Carlos de Lima Cavalcânti ser um usineiro de família tradicional no estado (proprietário da Usina Pedrosa) e conseqüentemente membro da classe dominante local seria suficiente para que alguns autores o classificassem como um representante do continuísmo da República Velha.<sup>68</sup> Apesar de todas as limitações, a Revolução de 30 significaria, para Pernambuco, uma alteração nas regras do jogo político, uma transformação na chamada prática política oligárquica da Primeira República e conseqüentemente uma modificação das relações entre as diversas classes e setores sociais. No nosso entender, Lima Cavalcânti representava, do ponto de vista das classes dominantes, um setor mais modernizante que tentava romper não só com o grupo político situacionista do pré-30, mas também com os setores da própria oligarquia estadual.

Esse novo estilo político, que se materializava numa prática mais próxima do populismo do que do elitismo excludente característico da República Velha, teria um referencial a nível do econômico, ou seja, seria a expressão de um setor empresarial mais modernizante, mais capitalizado da economia. Segundo Guilherme Palácios, a partir de 1922 teria surgido em Pernambuco um segmento industrial dissidente, encabeçado pelos irmãos Lima Cavalcânti.

"Eles congregaram em torno de si o descontentamento empresarial gerado pelo predomínio político dos interesses estabelecidos desde inícios do século, e a partir de 1922 desataram furiosas campanhas jornalísticas contra a política econômica do Governo Federal e simultaneamente contrária à própria condução oligárquica do estado, dando lugar nas páginas dos seus jornais a freqüentes denúncias de arbitrariedades praticadas pela administração das usinas rivais contra plantadores de cana, lavradores rurais, e levantando a bandeira de protesto que já tinha sido ondeada, por algumas horas, sobre as muralhas do forte de Copacabana."<sup>69</sup>



O governo de Lima Cavalcânti é marcado por uma constante busca de legitimação nos diversos setores sociais, inclusive nos setores populares. A defesa da sindicalização da classe operária, a utilização da mobilização popular como tática política e a preocupação, pelo menos ao nível do discurso, em realizar um governo representativo de toda sociedade são características bem evidentes da interventoria pernambucana, que a diferenciavam bastante das administrações anteriores. Assim, ao assumir a chefia do estado, Lima Cavalcânti se propõe instaurar uma nova ordem que rompa completamente com o passado. "Tornava-se imperioso reformar tudo da cabeça aos pés, sem se deter em nenhuma barreira, fazendo tábula rasa, de modo especial dos direitos adquiridos, de todo insustentáveis porque decorrentes de uma Constituição que já não existe, vivendo o País situação de FATO e não de DIREITO".<sup>70</sup>

De imediato, o rompimento com a antiga política se dá em vários planos: prisões e perseguições às antigas lideranças governamentais; remanejamento do quadro técnico-administrativo; reforma educacional; reformas saneadoras em todos os planos da vida pública e principalmente no Judiciário, considerado por muitos o mal maior da República Velha.<sup>71</sup> A antiga classe política local é praticamente alijada do poder, sendo o secretariado de Lima Cavalcânti formado por pessoas jovens, sem nenhum vínculo com o passado. Dentre os seus principais auxiliares destacam-se Artur Marinho (secretário de Agricultura), Aníbal Bruno (secretário de Educação), Adolfo Celso (secretário de Interior).

Entretanto a questão nevrálgica era o problema dos chefes políticos locais, sustentáculo importante de qualquer governo. O interventor de Pernambuco nomeia uma comissão composta por João Cleofas, Alde Sampaio e Arruda Falcão com o objetivo de fazer um remanejamento nas chefias locais, que deveriam agora ser orientadas por uma ótica política. A grande preocupação de Lima Cavalcânti passa a ser a moralização da administração municipal. As instruções governamentais têm o sentido de extinguir todo o "filhotismo, favoritismo oficial e caciquismo local". A figura do antigo chefe político — considerada responsável pela imoralidade administrativa — é contraposta à figura do prefeito revolucionário que deveria dedicar-se exclusivamente às suas tarefas burocráticas. A interventoria institui também uma Inspeção de Municipalidade, com a finalidade de apurar a situação dos negócios em cada município e estabelecer a uniformidade de ação. Assim, é montada uma Comissão de Sindicância, responsável por uma série de inquéritos sobre corrupção nas diversas prefeituras do interior. Respalado nos resultados dessa comissão, Lima Cavalcânti efetua uma boa quantidade de demissões.

Em março de 1931, o governo do estado lança uma nota oficial, determinando normas rígidas sobre a administração municipal. O documento tem como tônica a colocação do interesse público acima dos

interesses particulares. A esfera das atribuições dos prefeitos torna-se bastante limitada, passando estes a meros administradores: "As autoridades policiais, no interior, já não devem suas indicações aos prefeitos, porque estas cabem única e exclusivamente ao delegado geral de polícia, que por sua vez está ligado aos delegados regionais; os auxiliares da administração da justiça são igualmente nomeados por indicação dos juízes togados, que tomam a responsabilidade de suas indicações; o pessoal que serve à instrução pública, do mesmo modo, é nomeado mediante informações das autoridades escolares superiores".<sup>72</sup>

Dentro da mesma preocupação de renovar a administração municipal, o interventor encarrega o jornalista Mário Melo, em julho de 1931, a fazer uma viagem pelo sertão pernambucano para estudar a viabilidade de se rever a divisão administrativa. "Segundo o novo governo, a divisão feita pelo governo passado não atendia a interesses administrativos, mas a veleidades partidárias. A divisão não obedecia aos limites naturais. Há povoações insignificantes com a categoria de cidade e há cidades inferiores a certas vilas".<sup>73</sup> Obviamente esta era uma questão delicada, e as oposições foram grandes. Aos descontentes, Lima Cavalcânti responde que a nova divisão administrativa de Pernambuco processava-se estritamente de acordo com o que dispunha o Código dos Interventores. O governo também reconhecia ser o latifúndio um dos grandes males do sertão, e se propunha a criar um imposto progressivo sobre as terras incultas, a fim de provocar a extinção dos mesmos.

Apesar da oposição pernambucana se encontrar politicamente bastante desarticulada, as dificuldades enfrentadas por Lima Cavalcânti para levar avante suas propostas reformadoras são muitas. O papel ideológico desempenhado pelo *Diário da Manhã*, espécie de diário oficial da interventoria, é bastante significativo. Além de informar a população sobre as principais medidas administrativas, o jornal enaltece a obra revolucionária, desmistifica boatos sobre articulações oposicionistas, contribuindo concretamente para um fortalecimento do governo junto às forças sociais do estado. No ano de 1931 ocorrem três revoltas na cidade de Recife, sem conseqüências mais sérias para o governo, não sendo possível aos estacistas capitalizar o descontentamento existente em tais movimentos. Nenhum deles conta com maior participação popular, restringindo-se os dois últimos a rebeliões militares.<sup>74</sup> Todas as revoltas são reprimidas, recebendo Lima Cavalcânti efetivo apoio do governo central. A administração estadual consegue neutralizar ao máximo a força de tais movimentos, tentando esvaziar qualquer possível conteúdo ideológico.<sup>75</sup>

Essa preocupação faz parte de uma estratégia política mais ampla, onde a paz e a harmonia social são as principais bandeiras, através das quais a interventoria pernambucana tenta conquistar o apoio dos vários setores sociais, dedicando especial atenção a um novo ator político que

entra em cena: o operariado. A nível do discurso, Lima Cavalcânti faz constantes apelos à classe operária visando maior participação e colaboração junto ao governo. "... O operariado brasileiro... não poderá ter outro interesse senão o de prestar apoio e solidariedade à obra da Revolução. Somente esta restaurará as finanças nacionais, salvará os créditos administrativos do Brasil e trabalhará pelo reerguimento e confraternização de todas as classes sociais entre as quais a dos operários das cidades e dos campos".<sup>76</sup> "...O Governo Revolucionário rasgou vários horizontes às classes trabalhadoras, acolhendo-as, chamando-as a uma colaboração eficiente, a intervir diretamente..."<sup>77</sup>

De imediato o interventor assume o comando da sindicalização da classe operária em Pernambuco. Esta se encontrava dividida em dois grandes grupos. O primeiro, sob a liderança da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (UGT), órgão que congregava os chamados sindicatos livres, ou seja, os sindicatos organizados independentemente da lei de sindicalização e, conseqüentemente, não atrelados ao Ministério do Trabalho. A UGT era um foco de resistência à implantação da legislação sindical, por considerá-la prejudicial à classe operária e expressava-se através do *Norte Proletário*, jornal de tiragem semanal, mas de curta duração. O segundo grupo era vinculado à Federação Regional das Classes Trabalhadoras, órgão aglutinador dos sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho. Sua maior liderança, o operário Manoel Tavares, dirigente do jornal *Voz Operária*, é severamente criticada pelos que combatiam o enquadramento sindical. Portanto, é com a Federação Regional das Classes Trabalhadoras que Lima Cavalcânti consegue maior aproximação. Essa entidade, em 1932, já havia organizado no estado mais de 21 sindicatos, inclusive o Sindicato dos Operários da Usina Pedrosa, de propriedade de Lima Cavalcânti.

É interessante notar que ambas as organizações reconhecem o esforço do interventor em sua luta pela sindicalização e a pressão que sofre por parte da burguesia pernambucana, contrária a essa medida e também a outras de caráter mais social que a interventoria tenta implementar. Entre essas estaria, por exemplo, o decreto sobre a redução dos aluguéis de casas, que "não passou de uma fantasia porque a burguesia proprietária reuniu-se, fez acordo e o resultado foi a queda imediata do decreto".<sup>78</sup> Segundo dados da Federação Regional das Classes Trabalhadoras, a repressão patronal contra a sindicalização foi mais forte nas usinas Timbó, Central de Jaboatão, Bulhões e Colônia, bem como na fábrica paulista de tecidos dos irmãos Lundgren.

O interventor Lima Cavalcânti, além de fazer grande propaganda em torno de medidas que afirma tomar em favor da classe operária, enaltece todas as iniciativas do Ministério do Trabalho. Segundo o

*Diário da Manhã*, o governo central teria dado todo apoio ao operariado nacional.

“A obra do Ministério do Trabalho vem sendo das mais importantes na reconstrução vital do país. Olhando para o operário e para o patrão, o Ministério visa organizar as classes produtoras. O atual projeto do Ministério do Trabalho dá enérgica organização ao trabalho no Brasil, sob o controle do Estado. O espírito largo do sindicalismo é uma segurança para o trabalho organizado. O Estado penetra a fundo na organização do trabalho como elemento de coordenação. Trabalho organizado quer dizer economia organizada. Economia organizada é a porta aberta para a prosperidade coletiva...”<sup>78</sup>

Entretanto o posicionamento do operariado pernambucano em face da política sindical implementada pelo Ministério do Trabalho é de significativa resistência. Em julho de 1931, chega a Recife o professor Joaquim Pimenta — antigo líder do operariado local que então atuava junto ao Ministério —, com a incumbência de promover em vários estados do Nordeste a sindicalização da classe operária. Ao final de sua missão, Pimenta afirma ter encontrado, particularmente em Pernambuco, rejeição ao enquadramento sindical.

Ainda que enfrentando uma série de dificuldades, a interventoria pernambucana continua a investir bastante nesse novo tipo de iniciativa. Dentre as medidas propaladas como benéficas à classe operária estariam: a constituição de núcleos de habitações operárias; a incorporação no aparelho judiciário de Pernambuco de uma vara de legislação social destinada a dar assistência aos que, pelos meios normais, pleiteiam a reivindicação dos seus direitos; a manutenção de subvenções do erário estadual para o funcionamento de várias escolas freqüentadas por operários ou filhos destes; a subvenção que o estado proporciona à Confederação das Colônias de Pescadores de Pernambuco, para manter escolas destinadas a alfabetizar pescadores. Além disso foi criado um Departamento do Trabalho em Pernambuco: “As reclamações operárias são encaminhadas ao departamento do trabalho, onde sofrem detido e minucioso exame, visando a conciliação dos interesses em choque entre patrões e seus auxiliares”.<sup>80</sup>

Neste particular, vale assinalar que o *Diário da Manhã*, além de divulgar os comunicados oficiais dos Sindicatos Operários, chega a posicionar-se favoravelmente a alguns movimentos grevistas. É o caso, por exemplo, da greve ocorrida em 9-6-1932 na Fábrica de Tecidos Paulista, onde os patrões negam-se a cumprir a lei de oito horas de trabalho, e a interventoria apóia o movimento paredista. Cabe a ressalva de que, além de ser uma greve pacífica, conduzida pelo sindicato oficial, trata-se de

uma fábrica cujos proprietários são inimigos do interventor. Em outras oportunidades, as greves que fogem ao controle do sindicalismo oficial são reprimidas em Pernambuco.

## 2.2. *O PSD pernambucano: o partido do interventor*

Durante os últimos anos da República Velha, três eram os partidos políticos existentes em Pernambuco: o Partido Republicano, o Partido Democrático e o Partido Republicano Democrata. O primeiro representava os interesses da oligarquia situacionista, tendo como chefe o então governador do estado, Estácio Coimbra. Os dois outros eram partidos oposicionistas, sendo o Partido Democrático mais combativo e ligado ao PD nacional. Ambos aderem à Aliança Liberal, e suas lideranças engajam-se na Revolução de 30. Entretanto, se na República Velha as agremiações partidárias estiveram sempre presentes no jogo político em Pernambuco, com o movimento revolucionário de 30 tais organizações desaparecem completamente, só ressurgindo ao final de 1932. As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte estavam marcadas para maio de 1933, e a existência de partidos era condição essencial para tal evento. O situacionismo local, impregnado das concepções tenentistas, definia-se no imediato pós-30 como contrário à existência dos partidos políticos, por identificarem tal instrumento com a politicagem dominante em época anterior. Quanto à oposição pernambucana, esta se encontrava bastante desarticulada, com suas principais lideranças foragidas e sem condições de reativar a máquina partidária estacista.

Apenas em agosto de 1931, quando o debate sobre a Constituinte se intensifica, Lima Cavalcanti coloca pela primeira vez a necessidade da formação de um "verdadeiro partido revolucionário" em Pernambuco. Define o momento político como crucial para a organização de partidos que evitem os erros do passado e antevejam o futuro do país. A organização contra os erros do passado pressupõe o combate ao "espírito do personalismo que fez a desgraça do Brasil antes da Revolução. A organização para o futuro pressupõe que, diante da formação das grandes correntes nacionais, Pernambuco se torne o grande foco de arregimentação partidária para que não nos surpreenda o movimento pró-constituente".<sup>81</sup> Além de acentuar a necessidade de, num segundo momento, transformar essa organização em um partido nacional, o interventor de Pernambuco define este partido dentro do mesmo discurso com que tenta legitimar o seu governo: a harmonia social, a política de colaboração entre as classes. "Aos homens mais eminentes da atividade de pensamento e da atividade prática, em Pernambuco, deve caber a tarefa de compor-lhe os estatutos, lançar as suas bases depois de auscultadas as várias correntes

de interesses e sentimentos que dominam o estado. Nesse partido podem caber a *lavoura, a indústria, o comércio, as classes intelectuais, as profissões liberais, as profissões manuais, os trabalhadores e produtores de toda espécie*, pois o partido Revolucionário de Pernambuco deve ser o partido da produção e do trabalho".<sup>82</sup>

Entretanto essa idéia só se concretiza quase um ano e meio mais tarde, quando a formação dos partidos torna-se fato irreversível. A Revolução Paulista impunha a imediata constitucionalização do país. Lima Cavalcânti, embora justificando ainda a necessidade de uma ditadura, engaja-se no processo de constitucionalização, levando-o às últimas consequências. Divergindo de alguns interventores nortistas, critica o adiamento do pleito eleitoral: "Só num regime de exceção, como o atual, seria possível encaminhar pelo menos, em bases seguras, a solução dos problemas fundamentais à organização da nova República e ao soerguimento do país da decadência a que foi arrastado... *Há porém um compromisso formal e solene que manda realizar as eleições constituintes em maio próximo*. Entendo que esse compromisso deva ser cumprido, a menos que se demonstre a supervivência de razões plausíveis ou imperiosas, que induzam a nação a convencer-se da necessidade do adiamento do Pleito".<sup>83</sup>

Seguindo as instruções do governo central de que os interventores deveriam se colocar na vanguarda das organizações partidárias, Lima Cavalcânti encaminha, em dezembro de 32, as medidas necessárias para que seja criado o Partido Social Democrático de Pernambuco. Sem dúvida, era um movimento de grande importância para o Governo Provisório, que tenta, na medida do possível, assumir o controle da reorganização política nos diversos estados da federação. É por essa razão que, no dia previsto para a criação do PSD, Lima Cavalcânti recebe uma mensagem do ministro da Justiça, Antunes Maciel, negociando, em nome do chefe do governo, o adiamento de tal questão: "... atentando repercussão terá todo país organização partido pernambuco e respectivo programa seria de desejar ficasse adiado por alguns dias mesma organização a fim de poder ela assentar sobre as bases uniformes e gerais que estão sendo combinadas".<sup>84</sup> Entretanto o pedido não é aceito, e conforme estava previsto, no dia 19 de dezembro de 1932 é criado, em grande convenção no teatro Santa Isabel de Recife, com a participação de todos os municípios do interior, o Partido Social Democrático de Pernambuco. Lima Cavalcânti, dizendo-se um dos grandes interessados na criação de uma organização política nacional com bases uniformes, considera a fundação do PSD uma contribuição importante neste sentido. O programa do partido poderia servir de elemento subsidiário para a elaboração das bases da futura organização nacional. Nele estavam sendo defendidos basicamente os seguintes pontos: República Federativa Parlamentar; voto secreto; representação política

proporcional, ao lado de representação profissional ou corporativa, seja por uma Câmara Classista, seja por conselhos que atuem em colaboração com a Câmara Política. Quanto ao regime parlamentar, sua maior justificativa baseava-se na hipertrofia do Poder Executivo, no arbítrio do presidente da República que norteou a política durante toda a República Velha. Segundo o manifesto do partido

"...A Revolução não foi luta de partidos. Não foi social, nem econômica. Não foi militarista. Nem surgiu do conflito de interesses regionais. Foi uma reação contra as deturpações do regime, a hipertrofia do Poder Executivo, o arbítrio do Presidente da República, senhor intolerável dos destinos políticos do país. Sem partidos nacionais, girando toda a vida política em torno do poder pessoal da Presidência da República e dos governadores dos estados, o Brasil era dominado por uma oligarquia que só podia ser vencida pelas armas. A representação era uma burla. O sistema eleitoral baseava-se no voto cumulativo, que gerou o rodízio para anular a representação das minorias... O Regime Parlamentar é o que melhor se adapta às novas técnicas da democracia, desde que se procure corrigir as desvantagens da instabilidade dos governos. O sistema proporcional assegura, na composição do parlamento, a representação de todos os partidos em que se dividam as aspirações nacionais".<sup>85</sup>

Assumindo a mesma proposta ideológica do governo, o PSD se propõe a ser um partido de toda a sociedade, e especificamente um partido dos revolucionários. Em síntese, um partido de todos aqueles que se coloquem contra a oligarquia estacista, independentemente da posição que ocupem na sociedade, contra a extorsão, a imoralidade administrativa, a fraude eleitoral etc. Diante dessa concepção, é significativo o manifesto lançado pelo *Diário da Manhã*, nas vésperas do processo eleitoral:

"... Votar no PSD, eis o lema dos revolucionários... *Plantadores de Cana*, qual o governo que decretou a tabela de preços, para essa matéria-prima?... *Usineiros*, qual o governo que promoveu o financiamento dos produtores pelo Banco do Brasil, garantindo a operação? ... *Operários*, qual o governo que abriu as vossas associações fechadas pela opressão policial e decretou a lei de sindicalização? ... *Empregados do comércio*, quem amparou os vossos direitos, defendendo a regulamentação do trabalho e a Carga de Pensões? ... *Produtores e Obreiros*, quem vos defendeu contra a extorsão tarifária da Great-Western?"<sup>86</sup>

Apesar da facilidade com que o PSD é articulado, logo após a sua criação, ainda em dezembro de 1932, surgem as primeiras divergências. O coronel Muniz de Farias, representante do estado de Pernambuco junto ao Congresso Revolucionário ocorrido no Rio de Janeiro em novembro de 1932, alega que a criação do PSD teria sido contrária aos compromissos assumidos ao final deste congresso. Segundo ele, caberia ao interventor Lima Cavalcânti articular as correntes revolucionárias do estado em torno do Partido Socialista Brasileiro, ao invés de criar um Partido Social Democrático de Pernambuco. A defesa de Lima Cavalcânti baseia-se no fato de não ter, no fundamental, desrespeitado os compromissos assumidos, já que as teses defendidas pelo partido recém-criado estariam em total coerência com as teses do Partido Socialista Brasileiro. As críticas levantadas por Muniz de Farias não encontram maior repercussão nas correntes tenentistas. Apesar do firme propósito de se articular uma organização nacional, o PSB tornara-se uma proposta inviável.

Em abril de 1933 é realizada a convenção do PSD para indicar os nomes daqueles que deveriam concorrer às eleições de 3 de maio. Essa indicação é efetuada em cima de um critério considerado bastante democrático: todos os membros do partido participam de uma eleição e os candidatos são escolhidos entre os elementos mais votados. É curioso notar que na chapa oficial do partido estão incluídos os representantes dos mais diversos setores da sociedade. Segundo Augusto Cavalcânti (membro da bancada pernambucana do PSD), a escolha dos candidatos visou atender a necessidade de representação de quase todas as classes e categorias sociais do estado: "... sem desprezar ainda as solicitações do espírito popular, assim é que no seio da representação pernambucana, por influência do mesmo partido, se encontram quatro advogados, dois agricultores, dois industriais, dois jornalistas, um médico e um legítimo representante da religião Católica Apostólica..."<sup>87</sup>

Logo após a convenção partidária, um dos candidatos oficiais do PSD, o secretário de estado Néelson Coutinho, retira sua candidatura por considerar-se incompatibilizado com o partido. Entre outros critérios, discordava das medidas aprovadas na reunião da União Cívica Nacional, realizada no Recife em abril de 1933, onde a bancada pernambucana estava *a priori* comprometida em assumir, na futura Assembléia Nacional Constituinte, posição fechada em torno de questões consideradas por ele passíveis de divergências. Além disso, suas discordâncias com o partido datavam da própria formação: "O PSD de Pernambuco é mais liberal do que socialista, enquanto eu sou mais socialista — no sentido revolucionário do termo — do que liberal".<sup>88</sup>

De janeiro a abril de 1933 a agitação política em Pernambuco se intensifica. Nesse período são criados vários partidos políticos, nenhum entretanto com a força ou a expressão do PSD. O mais importante deles



é o Partido Republicano Social (PRS), organização que tenta aglutinar as forças estaduais depostas em 1930. Esse partido, que tem suas raízes no antigo Partido Republicano de Pernambuco, congrega elementos identificados integralmente com o estacismo.<sup>69</sup> Ainda em janeiro de 1933 surge o Partido Socialista de Pernambuco, facção do Partido Socialista Brasileiro, criado dentro do mesmo espírito do Congresso Revolucionário. Apesar de ser considerado oposicionista, dentre seus principais articuladores estão elementos representativos do situacionismo local: o desembargador Nestor Diógenes (membro do Superior Tribunal da Justiça e do Tribunal Eleitoral do estado) e o general Paulo de Oliveira e Barros Lima (um dos delegados de Pernambuco no Congresso Revolucionário). O interventor Lima Cavalcânti critica seriamente tal partido, principalmente por seu caráter divisionista: "Nascido da mais bela e mais forte expressão revolucionária, está assumindo entre nós uma atitude francamente contrária não só às tendências atuais da Revolução Brasileira como também aos próprios resultados do Congresso, cujo fim precípuo é unir os revolucionários de Norte a Sul".<sup>70</sup>

Nesse mesmo período são criados mais dois outros partidos, ambos de expressão insignificante. O primeiro, o Partido Economista de Pernambuco, inspirado nos princípios do Partido Economista do Brasil, congrega em seu diretório central figuras mais representativas do comércio, da indústria e da lavoura pernambucana. O segundo, o Partido Liberal de Pernambuco, não consegue também maior representatividade, apesar de ter inicialmente recebido apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha. Lima Cavalcânti repudia tal ato e telegrafa ao ministro Osvaldo Aranha lamentando o apoio dado pelo interventor do Rio Grande do Sul a um partido cujas principais lideranças — Aniceto Varejão, general Vilela Júnior e João de Paes — são seus adversários políticos. Outras legendas e movimentos políticos surgem nesse curto espaço de tempo. Dentre eles destacam-se: a legenda Trabalhador, Ocupa Teu Posto, apoiada por setores do Partido Comunista; a Liga de Ação Eleitoral do Pensamento Livre e a Liga Eleitoral Católica de Pernambuco. A Liga do Pensamento Livre, presidida por Nilo Câmara, é fundada em 16 de fevereiro de 1933. Sem definir-se como partido político, essa agremiação tem por objetivo congregar forças eleitorais em torno de candidatos ou partidos que defendam o estado leigo, contrapondo-se à organização dos católicos. A Liga Eleitoral Católica, organização de caráter nacional criada com o objetivo de esclarecer a consciência dos católicos para o cumprimento eleitoral, assume, na sua seção pernambucana, uma posição de total apoio ao partido do interventor.

A partir de fevereiro, a campanha eleitoral se intensifica bastante em todo o estado de Pernambuco, sendo realizados comícios, caravanas, mobilizações populares etc. O *Diário da Manhã*, Lima Cavalcânti e o

PSD assumem a vanguarda dessas mobilizações. Nesse momento, o *Diário da Manhã* desempenha um importante papel de agitação e propaganda. O processo de alistamento eleitoral é estimulado pelo jornal, que além de inaugurar um Centro de Alistamento Eleitoral na sua própria sede instala uma série de outros centros de alistamento em diversas associações de classe. No dia 4 de março, o *Diário da Manhã* inicia em todo o estado a Campanha Cívica Pró-Eleitor Revolucionário. Entrevistas, enquetes populares e pronunciamentos de lideranças revolucionárias em prol do alistamento eleitoral passam a ser uma constante em suas páginas.

Alguns setores, dizendo-se fiéis ao tenentismo, criticam os novos rumos da política estadual: a volta da politicagem e a proliferação dos partidos políticos. Há um mês das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte o jornal *A Esquerda* lança um editorial intitulado "A Revolução perdeu para a Política", criticando a intensificação da politicagem no estado: "Fundam-se partidos e mais partidos, concorrendo todos no páreo da Constituinte, num azáfama indescritível de defecções e arranjos. Quem já viu tanto partido político em PE? Nem com Estácio Coimbra..."<sup>91</sup> Este mesmo jornal, ao criticar a aproximação recente de Lima Cavalcânti com os políticos profissionais, demonstra sua total descrença no processo de constitucionalização: "O Ditador de que o Brasil precisa não poderá sair jamais dos tristíssimos partidos políticos, que tanto têm infelicitado o país. O que nós precisamos é de um homem que não se tenha corrompido ainda da sem-vergonhice de uma política de suborno e que saiba fazer justiça... De um homem que desconheça *in Totum* o significado específico do termo POLÍTICA. De um homem isento de afilhados..."<sup>92</sup> Entretanto essa posição encontrava-se inteiramente sem expressão na nova conjuntura. Neste momento, a neutralidade política representaria derrota certa.

Alguns setores sociais manifestaram-se concretamente na defesa de candidatos específicos. O Centro dos Plantadores e Fornecedores de Cana de Pernambuco lança um manifesto em prol da candidatura de Augusto Cavalcânti, ressaltando o fato de que sua vitória significaria a presença, pela primeira vez durante todo o período republicano, de um representante da lavoura no parlamento nacional.<sup>93</sup> Tal manifesto apóia, embora secundariamente, as candidaturas de Agamenon Magalhães, Arruda Falcão, Luís Cedro e Mário Domingues, todos elementos do PSD. Quanto à classe operária, esta se divide. Os setores vinculados à interventoria apóiam oficialmente a candidatura do tenente Humberto Sales de Moura Ferreira, também do PSD. O *Diário da Manhã* publica uma nota oficial de apoio a tal candidatura, assinada pelos presidentes do Sindicato dos Empregados e Operários da Tramways, Telefones e Classes Anexas; do Sindicato dos Ferroviários da Great-Western; do Sindicato dos Alfaiates de PE; do Sindicato dos Operários Têxteis de Olinda, com sede em

Paulista; do Sindicato dos Carpinteiros e Classes Anexas de PE.<sup>84</sup> Entretanto, parte significativa da classe operária apóia a legenda Trabalhador, Ocupa o Teu Posto, indicando a candidatura do líder comunista Cristiano Cordeiro.

No dia 3 de maio ocorrem em todo o Brasil as eleições para a Constituinte. Sete partidos políticos concorrem às eleições em Pernambuco, e o partido do interventor consegue esmagadora vitória. Dentre os demais, apenas o Partido Republicano Social chega a eleger um deputado. A legenda Trabalhador, Ocupa o Teu Posto recebe a segunda maior votação do estado, mas Cristiano Cordeiro, apesar de eleito nas urnas, é preso e não toma posse.

### RESULTADO DAS ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO

	(Quociente eleitoral)
Partido Social-Democrático	4.979
Trabalhador, Ocupa o Teu Posto	1.594
Liga do Pensamento Livre	1.021
Partido Republicano Social	408
Partido Liberal	195
Partido Economista	34
Partido Socialista	24

Fonte: *Diário da Manhã* (RE) de 11.5.1933.

O resultado oficial das eleições só vem a conhecimento público em meados de maio, e o *Diário da Manhã* acompanha o processo de apuração com o mesmo entusiasmo com que acompanhou a campanha eleitoral. As forças situacionistas consideram as eleições de 3 de maio como o início de uma nova fase. O país "assistiu pela primeira vez um pleito livre e completamente expurgado dos processos de desonestidade e coação".<sup>85</sup> Esta visão não é, em absoluto, compartilhada pelos elementos estacistas. Segundo eles, Lima Cavalcânti, "politicamente, depois de ter passado todo o tempo a bradar contra a intromissão dos governos nos partidos, fundou um Partido, pomposamente intitulado de 'Social-Democrático', sob o controle e sob os auspícios do governo. Depois de ter afirmado que asseguraria aos amigos ou adversários plena liberdade de ação, mandou publicar em ruidosa manchete nas suas folhas, antes da eleição, que 'o governo não se desinteressava da vitória do Partido Social Democrático'; depois de proclamar que não praticaria

qualquer ato contra a liberdade de arregimentação da oposição, mandou invadir pela polícia a sede do Partido Republicano Social e apreender os boletins de propaganda ali existentes...<sup>96</sup>

### 3. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PERNAMBUCANA NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1934

#### 3.1. *O perfil da bancada pernambucana*

Na Assembléia Nacional Constituinte de 1934 a representação política do estado de Pernambuco era formada por 17 deputados, dos quais 15 pertenciam ao partido situacionista: o PSD. Este era um dado que, de início, conferia à bancada um significativo grau de unidade. Dos dois deputados não pessedistas, apenas um, o constituinte Antônio Souto Filho, pode ser considerado um elemento oposicionista. Eleito pelo Partido Republicano Social, que tenta aglutinar as forças sociais derrubadas em 1930, Souto Filho terá em todas as suas colocações uma posição marcadamente distinta do restante da bancada e identificada, em grande parte, com os representantes das oligarquias dos grandes estados. Já o constituinte Barreto Campelo, eleito enquanto candidato avulso e, portanto, não pertencendo a nenhum partido ou legenda, terá uma posição bastante próxima à dos pessedistas pernambucanos. Essa ligação será em parte justificada por ter sido Barreto Campelo um ex-membro do PSD.

Além dos 16 deputados alinhados em torno do programa pessedista, a bancada pernambucana contava com dois reforços significativos: Edgar Teixeira Leite, deputado classista representante dos empregadores, e o ministro da Agricultura, Juarez Távora. O primeiro, natural de Pernambuco e ex-secretário da Agricultura do interventor Lima Cavalcânti, fará uma série de discursos e apartes, reforçando as posições dos pessedistas pernambucanos.<sup>97</sup> O segundo subsidiará as diversas bancadas nortistas com suas intervenções decisivas e esclarecedoras sobre todas as questões relevantes debatidas na Assembléia Constituinte. O ministro Juarez Távora, apesar de suas raras visitas à Assembléia, fará, em apenas seis longos discursos, uma explanação completa sobre o modelo político a ser adotado no Brasil, sobre questões de ordem econômica, problemas sociais etc. Em suas intervenções, Juarez assume o papel de verdadeiro e grande líder tenentista, defendendo no novo contexto político os mesmos princípios sustentados desde 1930 pelo grupo revolucionário a que pertencia.<sup>98</sup>

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE PERNAMBUCO NA ASSEMBLÉIA  
NACIONAL CONSTITUINTE DE 34**

Nome	Partido	Outros dados
Pe. Arruda Câmara (líder)	PSD	participa da Aliança Liberal
Agamenon Magalhães	PSD	ex-PRD — min. do Trabalho de 27.01.34 a 25.11.1937
Alde Sampaio	PSD	
(Joaquim) Arruda Falcão	PSD	ex-PRD
Agusto Cavalcânti (de Alb.)	PSD	pres. Centro dos Forn. de Cana PE
João Alberto (Lins e Barros)	PSD	líder tenentista
Luís Cedro (Carneiro Leão)	PSD	ex-PRD
Francisco Solano (Carneiro da Cunha)	PSD	representante da UCN, membro da Comissão Constitucional
Arnaldo (Olinto) Bastos	PSD	presidente do PSD
José de Sá (Bezerra Cavalcânti)	PSD	participa da A. Liberal, jornalista do <i>Diário da Manhã</i>
Tomás (de Oliveira) Lobo	PSD	ex-PD
Osório Borba	PSD	participa da Aliança Liberal
Humberto (Sales de Moura) Ferreira	PSD	suplente, substitui Angelo de Sousa que não chegou a tomar posse
Mário Domingues da Silva	PSD	ex-PRD
Adolfo Simões Barbosa	PSD	
Francisco Barreto Campelo	avulso	participa da Aliança Liberal
Antônio Souto Filho	PRS	ex-PRP

Além da presença marcante do "ministro do Norte", vale assinalar que a figura de maior destaque na bancada é, sem dúvida, a do constituinte Agamenon Magalhães que, embora participe de quase todas as questões em pauta nos debates constitucionais, detém-se especialmente nas discussões sobre a organização política do país. Defensor ardoroso do parlamentarismo, Agamenon Magalhães concentra a maior parte de suas críticas à separação total entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, predominante na República Velha, e ao presidencialismo, que seria por excelência um regime autoritário e irresponsável, devido à concentração de poderes nas mãos de uma única pessoa: o presidente da República. Em contraposição às concepções até então vigentes, Agamenon

Magalhães defende também um modelo de Estado mais intervencionista e voltado basicamente para as atividades agrícolas. Agamenon é também o constituinte pernambucano que mantém relações mais estreitas com o interventor Lima Cavalcânti, seu amigo pessoal. Em vários momentos de crise política esse deputado representa uma espécie de intermediário seguro entre o interventor e os demais elementos da bancada.

Além de Agamenon, os pernambucanos que mais se destacam na Assembléia Nacional Constituinte são Alde Sampaio e Arruda Falcão, seguidos de Augusto Cavalcânti e Luís Cedro.

Alde Sampaio, usineiro, escolhido em 1934 o representante pernambucano do setor junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, terá na Constituinte uma participação intensa, principalmente nas questões relativas à política econômica e financeira. Acompanhado por Luís Cedro no combate às concepções da bancada paulista, Alde Sampaio fará longos discursos sobre Tributação e Discriminação das Rendas.

Arruda Falcão e Augusto Cavalcânti serão os grandes defensores dos engenhos bangüês e dos plantadores e fornecedores de cana. Participantes ativos das associações de classe dos setores agrários em Pernambuco, ambos são lideranças estaduais representativas. Arruda Falcão, parlamentar desde antes da Revolução de 30, era, no período pré-revolucionário, o único representante da oposição na bancada estadual. Inimigo político do então governador Estácio Coimbra, Arruda Falcão utilizava-se da tribuna para fazer sérias denúncias sobre a crise da economia açucareira. Membro da Cooperativa Açucareira de Pernambuco, propunha já antes de 1930, como alternativa para a crise do açúcar, um intervencionismo decisivo do Estado. Nas eleições de maio de 1933, foi o deputado pernambucano mais votado, fato bastante significativo por ser Arruda Falcão um autêntico opositor da oligarquia estacista dominante nos últimos anos da República Velha. Ao lado de Agamenon Magalhães e Barreto Campelo, terá uma grande participação nas discussões sobre a futura organização política do país.

Augusto Cavalcânti, além de proprietário de engenho, chega a ser presidente do Centro de Fornecedores e Plantadores de Cana de Pernambuco. Nos seus pronunciamentos em torno da defesa da pequena propriedade, será apoiado por Arruda Falcão, polemizando tanto com Edgar Teixeira Leite como com Alde Sampaio. Estes, apesar de se dizerem defensores da pequena propriedade, não aceitam as críticas ao setor usineiro feitas pelos elementos mais vinculados ao engenho. Este fato, se não chega a provocar uma cisão, demonstra, ao menos, um nítido confronto de interesses no interior da bancada.

O padre Arruda Câmara, líder da representação política pernambucana na Assembléia Nacional Constituinte de 34, tem no desenrolar dos trabalhos constitucionais uma atuação pouco expressiva. Apesar de assi-

nar importantes emendas, pelo fato de ser o líder da bancada estadual e, conseqüentemente, o representante de Pernambuco em todas as reuniões de liderança, sua participação nos debates travados na Constituinte quase que se restringe aos problemas eclesiásticos. Defensor intransigente da invocação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição brasileira, Arruda Câmara faz propostas sobre a necessidade da efetiva presença da Igreja na vida civil e política do país; em uma de suas emendas, propõe a inclusão do ensino religioso em caráter facultativo em todos os estabelecimentos escolares. Nos seus discursos em defesa da maior participação secular da Igreja, participação que seria justificada pela predominância de católicos na sociedade brasileira, Arruda Câmara polemiza constantemente com o pernambucano Tomás Lobo e com o socialista Guaraci da Silveira (PSB-SP). Tomás Lobo, em nome do liberalismo, diz não aceitar nenhuma intervenção da Igreja na vida civil e política do país: sua posição é tão extremada que, discordando do PSD de Pernambuco, faz severas críticas à Liga Eleitoral Católica por ter assumido uma atitude política no recente processo eleitoral.

Se a nível parlamentar a atuação do padre Arruda Câmara é restrita, ele participa de modo significativo das discussões políticas extraparlamentares, realizando com certa regularidade visitas ao gabinete do chefe do Governo Provisório. Durante diversos momentos críticos do panorama político nacional, o líder da bancada pernambucana desempenha papel de articulador político. Quando da crise provocada pela renúncia de Osvaldo Aranha ao cargo de ministro da Fazenda — e conseqüentemente da liderança da maioria na Assembléia Nacional Constituinte —, Arruda Câmara tem uma atuação relevante, participando de várias reuniões com os principais líderes nacionais.

Dentre as figuras pouco atuantes da bancada pernambucana, alguns nos despertam particular interesse. O primeiro é o deputado Arnaldo Bastos, que apesar de presidente do PSD desempenhou papel muito pouco expressivo, tanto em plenário quanto fora da Assembléia Nacional Constituinte. Sua escolha para a presidência do partido, quando da criação do mesmo em dezembro de 1932, independeu de qualquer desempenho maior de sua parte na política estadual pernambucana. Sendo assim, seu único pronunciamento durante todo o desenrolar dos trabalhos constitucionais restringiu-se a uma emenda ao substitutivo, versando sobre a prestação de auxílio da União aos estados.<sup>100</sup>

O deputado José de Sá, jornalista do *Diário da Manhã* e um dos elementos mais combativos da Aliança Liberal em Pernambuco durante o processo revolucionário de 30, vai se destacar entre os elementos da bancada pessedista, pelo seu relacionamento pessoal com o interventor Lima Cavalcanti. Entretanto sua intervenção nos assuntos constitucionais será pequena, e sua participação na Assembléia, além de pouco expressiva,

irá restringir-se quase que exclusivamente a questões políticas conjunturais: censura, anistia, eleição presidencial etc. Um dos mais ardorosos defensores da interventoria pernambucana, José de Sá, será o primeiro elemento da bancada a responder às constantes acusações feitas pelo oposicionista Souto Filho ao interventor Lima Cavalcânti.

Outro elemento da bancada, Francisco Solano Carneiro da Cunha, apesar de ser o representante do PSD pernambucano junto à União Cívica Nacional e ser também o representante do estado na Comissão Constitucional, pouco participa dos debates ocorridos na Assembléia Nacional Constituinte. Este deputado e Carlos Maximiliano (representante do PRLRS) são os únicos membros da Comissão Constitucional a aprovar o substitutivo sem nenhuma restrição. Essa posição contrapõe-se, em certo sentido, à postura da bancada estadual, visto que quase todos os deputados pernambucanos fazem severas críticas ao substitutivo, considerando-o, de modo geral, inferior ao anteprojeto.

Quanto ao líder tenentista João Alberto, sua participação nos debates da Assembléia Nacional Constituinte será restrita, evidenciando uma total dissonância entre sua prática no Parlamento e sua atuação política extraparlamentar. Apontado pela imprensa como líder da corrente dissidente que lutava pela candidatura do mineiro Afrânio de Melo Franco à presidência constitucional da República, João Alberto assumirá, em janeiro de 1934, a direção do jornal *A Nação*, com o objetivo de levar avante suas posições de discordância com os novos rumos da política nacional.<sup>100</sup> Sua postura, totalmente contrária à reeleição de Vargas, torna-se explícita quando o líder da Assembléia Constituinte, Medeiros Neto, propõe a inversão da ordem dos trabalhos constitucionais. Esta inversão implicava eleger primeiro o presidente da República, depois aprovar os atos do Governo Provisório e posteriormente votar a Constituição brasileira.

João Alberto, visto pela imprensa pró-varguista como um elemento atuante nas conspirações militares que se desenvolveram no primeiro semestre de 1934, é também um dos principais opositores à candidatura do interventor Lima Cavalcânti ao cargo de governador do estado de Pernambuco. Enquanto oposição, João Alberto mantém uma postura coerente. Representante de um dos segmentos do tenentismo, o ex-interventor paulista assume uma posição de confronto tanto a nível estadual quanto a nível federal. Apesar da pouca participação nos debates constitucionais,<sup>101</sup> sua atuação política traz sérias consequências para a Assembléia Constituinte e para a própria representação política de Pernambuco. Sem dúvida, a causa principal da cisão ocorrida no seio da bancada pernambucana ao final dos trabalhos constitucionais é a sucessão estadual, questão em que João Alberto desempenha importante papel, assumindo a liderança política do grupo dissidente.



Cabe ainda salientar a estreita ligação mantida entre a bancada pernambucana e o interventor Lima Cavalcânti. Trata-se de uma bancada pesadista, e o PSD de Pernambuco é sem dúvida, como a grande maioria dos partidos situacionistas, o "partido do interventor". Essa ligação interventor-partido-bancada torna-se mais explícita em momentos onde importantes decisões políticas devem ser tomadas: ao interventor, a bancada pernambucana confere irrestritos poderes. Este, em nome da própria bancada, tem total poder para agir, tomar iniciativas e interferir concretamente no processo político. Deste modo, a presença de Lima Cavalcânti na política nacional se torna mais legítima. Sua participação enquanto dirigente de um estado em ascenso político coexiste com a atuação de um interventor porta-voz de 15 deputados, considerados como legítimos representantes do povo pernambucano. A constante utilização da tribuna parlamentar para enaltecer a administração estadual, denunciar crises políticas ou defender a interventoria pernambucana de investidas e acusações feitas pelas forças oposicionistas locais é uma prova bastante significativa da lealdade existente entre a bancada e o interventor.

### 3.2. *O debate constitucional*

#### *A polêmica em torno do federalismo*

Havia na Assembléia Nacional Constituinte um grande consenso em torno da defesa do federalismo, podendo-se inclusive afirmar que inexistiam propostas francamente unitaristas. De um modo geral, todas as bancadas posicionavam-se favoravelmente à existência de um governo republicano sob forma federativa. Entretanto, muitos procuram uma definição mais precisa do significado do federalismo no Brasil. Em seu nome são apresentadas, no desenrolar dos trabalhos constitucionais, propostas bastante distintas e até mesmo excludentes: projetos políticos mais centralizadores se contrapõem a projetos menos centralizadores. Entretanto todas essas divergências têm uma forte razão de ser. Em um país com gritantes disparidades regionais, é fácil haver consenso em torno da necessidade de uma certa descentralização político-administrativa. Efetivamente, o grande problema é demarcar os limites dessa centralização, já que definir limites é definir margens de poder. Trata-se, portanto, de uma questão eminentemente política. Para o Norte, por exemplo, a defesa do federalismo não poderia implicar um enfraquecimento do poder central, pois do fortalecimento deste dependeria uma melhor distribuição de benefícios para a região. O debate travado na Assembléia Nacional Constituinte sobre a discriminação das rendas — questão que afeta diretamente o grau de autonomia e de poder dos diversos estados da

União — ilustra, por excelência, o problema. Nessa discussão, a maior polarização se dá entre as bancadas pernambucana e paulista.

De um modo geral, as propostas paulistas sobre matéria tributária reduziam bastante o campo de atuação da União, limitando com isto a possibilidade de intervenção federal em serviços estaduais e dificultando, conseqüentemente, a situação para os estados com menor capacidade de auto-sustentação. Entre outras questões, a bancada paulista estabelecia que o auxílio da União aos estados não poderia exceder 30% da receita estadual. Contra tal limite voltam-se os constituintes nortistas: a proposta atingia diretamente as regiões menos favorecidas e, portanto, mais dependentes do auxílio federal. Segundo Edgar Teixeira Leite, até Pernambuco estaria bastante prejudicado por não ter condições de levar adiante determinados empreendimentos caso o auxílio federal fosse de apenas 30% de sua receita estadual.

A bancada paulista propunha ainda que os impostos de circulação saíssem da esfera fiscal da União e ficassem em mãos dos governos estaduais. Tal medida contribuía para agravar a situação financeira dos pequenos estados, beneficiando apenas aqueles onde a movimentação da riqueza era mais ativa (o caso de São Paulo). Desta forma, os paulistas, levando o federalismo às últimas conseqüências, quase que restringiam a ação federal às atividades jurídicas. A justificativa para minimizar essa intervenção era o pouco rendimento e a ineficiência dos serviços federais nos diversos setores da economia pública. Teixeira Leite criticava tal posição por ter ela sérias decorrências. Subestimava uma série de medidas importantes que só a União teria condições de implementar: a campanha contra a lepra no domínio da Saúde Pública, a proteção e a defesa de certos produtos agrícolas, o auxílio às secas, o combate ao banditismo etc...<sup>102</sup>

Além desse deputado classista, vários nortistas discordavam do “excesso de federalismo” predominante nas propostas paulistas. Neste sentido, Alde Sampaio e Luís Cedro travaram sérias polêmicas com o representante da Chapa Única, Cardoso de Melo Neto. Segundo Alde Sampaio, o deputado paulista contrariava a tendência moderna das federações quando nas propostas sobre discriminação de rendas solicitava a diminuição das atribuições da União, tentando com isso neutralizar a maior penetração federal nos estados. Entretanto, Cardoso de Melo Neto, discordando das observações feitas por Alde Sampaio, acusa-o de defender uma concepção de federação visceralmente oposta à dos paulistas:

“Para nós, na federação — e assim detidamente expusemos em nosso primeiro discurso —, a *atividade jurídica*, quer dizer, a garantia da unidade da pátria, representada pela manutenção da ordem jurídica interna e a defesa do território contra inimigo externo, *pertence à*

*União* — criação legal que representa a soberania nacional. *Mas nas federações* — e daí o benefício dessa forma —, todo o desenvolvimento da atividade social, isto é, toda *aquela soma das funções do estado moderno, cada vez maiores, não compete à União, e, sim, aos estados*. E por isso é que eles são autônomos. Autonomia não é simplesmente um direito; é um direito a que corresponde uma obrigação — a de desenvolver o progresso. É o estado autônomo para desenvolver uma atividade. Essa atividade é fomentar o progresso, em todas as suas legítimas manifestações, isto é — educação e instrução do povo, saúde pública, ordem econômica, assistência pública, etc.”<sup>103</sup>

Já para Alde Sampaio, segundo a moderna concepção de federalismo, as atribuições estaduais não poderiam aumentar em detrimento das atribuições federais. O deputado pernambucano sugere à bancada paulista uma definição mais precisa das atribuições dos governos federal e estadual. Alde Sampaio faz elogios ao sistema canadense, onde, segundo a Constituição em vigor, as atribuições que não estão definidas em favor dos estados cabem conseqüentemente à União. Cardoso de Melo Neto contesta tal concepção, acusando de não federalistas àqueles que desejam um poder central cada vez mais forte:

“Não se mudam, porém, os termos, em qualquer ciência, como são imutáveis os termos, em direito público. Federação é federação e não pode deixar de ser federação. Federação tem sentido inconfundível. Agora, se na opinião de alguns o regime federativo não serve para o Brasil, é outra questão. Vamos confessar, então, legalmente, que não estamos aqui organizando a federação do Brasil; vamos dizer, com franqueza, que o Brasil é um país de tal maneira atrasado, com tão pequenas possibilidades econômicas, que o único sistema que comporta é o centralizador. Reduzamos os Estados a Províncias e Territórios e apliquemos o sistema preconizado para os países de civilização incipiente.”<sup>104</sup>

É interessante notar, ainda dentro do debate sobre federalismo, a distinção feita pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres entre o conceito de autonomia e o de soberania. A proposta da sociedade é de que se altere a denominação de República dos Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil. A primeira denominação, da qual a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres discorda, “fortalecia a opinião dominante de que os estados seriam dotados de uma grande autonomia, autonomia essa que assumia de fato as proporções de soberania...” Também dizendo-se favorável ao sistema federativo, por ser este uma imposição da nossa carta geo-

gráfica, a sociedade defende, para os estados, a máxima autonomia administrativa e uma autonomia política limitada. Os estados deveriam preferencialmente denominar-se províncias, o que além de restabelecer a tradição histórica do país, estaria mais de acordo com o sentido de autonomia administrativa. “A Descentralização Administrativa, servindo melhor às populações locais, consolida a Unidade Nacional. A Descentralização Política, ao revés, enfraquece-a, amputa-a. Daí a necessidade desta não ser ampla. . . . Daí a necessidade de sobrepor a esta *Autonomia Estadual*, a *União Federal* em sua insubstituível função de órgão controlador de toda atividade nacional.”<sup>105</sup>

Ao lado dessa limitação da autonomia política estadual, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres propõe autonomia para os municípios, posição compartilhada por Juarez Távora e por membros da bancada pernambucana. A proposta defendida pelo ministro da Agricultura sobre tal questão é a seguinte: “Autonomia dos estados, como garantia imprescindível de descentralização administrativa a ser exercida, realmente, na esfera municipal — excluída, porém, qualquer capacidade de Soberania, e sem prejuízo de necessária interferência coordenadora do Conselho Federal na sua esfera político-administrativa.”<sup>106</sup>

Em síntese, para o Norte, a defesa do federalismo representava a defesa dos interesses regionais através do fortalecimento da União. Por conseguinte, tornava-se importante limitar a autonomia política dos estados, sem restringir sua autonomia administrativa, que deveria ser fortalecida via municípios.

#### *O combate à hipertrofia do Poder Executivo: o regime parlamentar como alternativa*

As principais críticas feitas ao regime político da República Velha giravam em torno da chamada hipertrofia do Poder Executivo. Dentro da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 havia grande consenso sobre esta questão, sendo a ela atribuída a responsabilidade pelo enfraquecimento do Poder Legislativo. Entretanto, se a hipertrofia do Poder Executivo era considerada, pela esmagadora maioria dos constituintes de 34, como o principal mal do regime político anterior, seu enfrentamento era assumido de modo totalmente diverso pelas bancadas ali presentes. De uma forma geral, para os representantes dos grandes estados (Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e até Bahia), este problema não era uma decorrência natural do regime político vigente na Primeira República. A manutenção do presidencialismo seria, assim, não só possível como desejável, desde que fossem criados determinados órgãos que passassem a exercer um rígido controle sobre o Executivo: Tribunal de Contas, Justiça Eleitoral etc. Nessa concepção não havia um questionamento maior ao regime político estabelecido pela Cons-

tituinte de 1891. Já para a bancada pernambucana, a hipertrofia do Poder Executivo era fruto do presidencialismo implantado por uma Constituição que, por ser baseada na Constituição americana de 1796, era totalmente inadequada à nossa realidade. No caso americano, o presidencialismo

“...surgiu como uma necessidade de um Poder Executivo uno e forte que tivesse as virtudes da coroa para manter a unidade das colônias norte-americanas. Se, no Brasil, igualmente, para fazer a Federação e mantê-la, para consolidar o regime republicano, condições idênticas atuaram para a adoção desse sistema; se a origem for essa e se as democracias já se disciplinaram, se o Brasil já é uno, se a Federação já é realidade histórica e geográfica, se não há mais receio de fracionamento, ...se nossos hábitos democráticos repelem o sistema, como insistir na sua adoção?”<sup>107</sup>

Em contraposição ao presidencialismo — regime político considerado superado e sobre o qual recaía a responsabilidade maior pelos abusos do Poder Executivo —, a bancada pernambucana, através de Agamenon Magalhães, propõe a adoção do parlamentarismo: Neste, o chefe do Estado escolhe entre os membros do partido majoritário o chefe do governo, conhecido como primeiro-ministro. O gabinete, constituído pelos diversos ministros de Estado, passa a ser responsável perante a Câmara Legislativa. Em resumo, trata-se de um regime por excelência minimizador da força do Poder Executivo. Agamenon Magalhães, em longa polêmica com a bancada mineira, faz a apologia do regime parlamentar. Considera-o o único regime compatível com a democracia, já que com o presidencialismo o sistema de representação e o sistema eleitoral estariam necessariamente sendo burlados, devido à grande interferência do Poder Executivo. O presidencialismo, na prática, era o regime de uma única vontade: a vontade do presidente da República. Agamenon, radicalizando, chega a afirmar que não acredita na possibilidade de se atingir a verdade eleitoral com o regime presidencialista, no qual o voto seria sempre uma hipocrisia. O mineiro Odilon Braga, marcando posição oposta à do constituinte pernambucano, inverte a questão ao afirmar que “se se suprime o voto não há regime democrático possível”.<sup>108</sup> Odilon Braga, portanto, mesmo reconhecendo a pouca representatividade do sistema eleitoral vigente na República Velha e atribuindo este fato à existência de mecanismos de controle material do voto, considera impossível a defesa da democracia sem a preservação do direito de voto.

Nesse debate, dois argumentos básicos fundamentam a posição de Agamenon Magalhães de subordinar o exercício da democracia à institucionalização do regime parlamentarista. O primeiro é o fato de ser este um regime de garantia da federação: “com o regime parlamentar, os representantes

dos pequenos estados se articularão, constituindo força considerável para o equilíbrio político”, e o “...Congresso Federal será a expressão da Federação... contribuindo assim para controlar o Executivo.”<sup>109</sup> Essa seria a única maneira eficaz de neutralizar a política exclusivista feita pelos dois grandes estados — Minas e São Paulo — na República Velha. O segundo adviria do fato de ser o parlamentarismo um governo de opinião; um governo onde diversas correntes se pronunciariam, fortalecendo dessa maneira a criação dos partidos nacionais. Nesse sentido, enquanto o presidencialismo estaria associado a um regime ditatorial, o parlamentarismo emergia como a forma de se realizar a democracia. “O Presidencialismo é forma autoritária de governo. O seu mecanismo constitucional é rígido; ... Quando marchamos na democracia, quando fizemos uma revolução — que foi uma reação democrática —, quando adotamos essas conquistas tutelares de um regime de opinião, voltar ao presidencialismo equivale a aniquilá-las.”<sup>110</sup>

Diferentemente de Agamenon Magalhães, Juarez Távora propõe uma posição intermediária que, praticamente, é vitoriosa ao final dos múltiplos arranjos da Constituinte. A sua tese é a de que se devia adotar no Brasil um “Regime Presidencial, com ministros responsáveis, comparecendo perante a Assembléia Nacional e podendo ser por ela destituídos individualmente do cargo, quando encontrado em prevaricações ou ficar provada a sua incapacidade funcional”. Segundo o próprio autor da proposta, a preocupação era conseguir um equilíbrio entre os dois regimes numa fórmula política que evitasse “a hipertrofia do Poder Executivo, característica no Brasil do regime presidencial, sem incorrer na diluição de autoridade e conseqüente dispersão de esforços, a que nos conduziria um regime de puro parlamentarismo”.<sup>111</sup> Entretanto, Agamenon mantém-se coerente e contesta todas as posições intermediárias, criticando aqueles que “(...) ainda alimentam a cândida esperança de corrigir esse regime, criando freios, adotando o ecletismo ou a mistura de sistemas, sugerindo até, como na China, os 4.º, 5.º ou 6.º poderes. Todas essas soluções se me afiguram pueris, porque no Brasil não temos senão dois caminhos: ou o presidencialismo, que é a ditadura — 40 anos de regime já o demonstraram —, ou a democracia, regime de opinião, de consulta eleitoral, regime onde a nação assume o comando de suas forças sociais e políticas”.<sup>112</sup>

A crítica à hipertrofia do Executivo seria levada ao seu extremo pelo deputado Arruda Falcão, que além da adoção do regime parlamentar propõe, em emenda ao anteprojeto (de n.º 79), que o Poder Executivo nos estados seja exercido por um diretório formado por cinco membros eleitos por três anos em sufrágio universal e secreto. Estes exerceriam o governo em conjunto, deliberando por maioria absoluta de votos. Essa proposta não

consegue maior repercussão; além de utópica, é considerada inviável politicamente.

Porém, no curso dos trabalhos da Constituinte, a defesa de um regime parlamentarista puro torna-se insustentável, apesar das críticas ao presidencialismo serem muitas. É neste sentido que tanto o interventor Lima Cavalcânti quanto a bancada pernambucana passam a defender a adoção de um regime que, mesmo presidencialista, mantenha maior controle sobre o Executivo. A despeito do regime parlamentar estar incluído no programa do PSD-PE, ao final dos debates apenas cinco deputados votam contra o artigo da Constituição que mantém o regime de governo proclamado em 1889: o presidencialista. Entretanto a proposta vitoriosa nos trabalhos constitucionais é, nitidamente, fruto de um acordo político que tenta conciliar a corrente presidencialista com a parlamentarista. Seria adotado uma espécie de regime misto, onde o presidente da República contaria com o apoio efetivo dos ministros de Estado.<sup>118</sup> Cabe por fim a ressalva de que o único pernambucano que faz explicitamente a defesa do regime presidencialista é o deputado avulso Barreto Campelo.

#### *A organização do Poder Legislativo: a defesa do Conselho Federal*

A organização do Poder Legislativo é um dos mais calorosos temas da Constituinte de 34, e provoca uma discussão que ultrapassa em muito a polarização inicial ocorrida em torno da implantação do bicameralismo *versus* unicameralismo. Mais importante do que determinar a existência de uma ou duas câmaras políticas era definir quais as funções específicas desses órgãos, seus limites e alcances. Inúmeras vezes, nos debates ocorridos na Assembléia, sob a aparência de meras divergências técnicas, estavam sendo decididas questões-chave para o equilíbrio das diversas forças políticas estaduais. É o caso, por exemplo, do amplo debate travado sobre a necessidade da criação de um Conselho Federal em lugar do antigo Senado da Primeira República. Se, ao final da Constituinte, é encontrada uma solução conciliatória que unia as principais bancadas estaduais, isto se deve particularmente ao esforço realizado e consagrado nas “emendas de coordenação”, no sentido de que todos cedessem um pouco para que saíssem parcialmente vitoriosos.

No debate sobre a criação do Conselho Federal estava fundamentalmente em jogo a questão maior de tentar neutralizar a força do Poder Executivo, questão que, por motivos diversos, interessava a todas as forças ali presentes. O Conselho Federal, segundo a concepção dominante, não deveria ser um órgão da exclusiva competência do Poder Legislativo, como o era o antigo Senado. Deveria ser um órgão de coordenação dos poderes, devendo, neste sentido, impor freios aos excessos e manter vigilância sobre o Executivo

federal. Isto porque o controle sobre o presidente da República era de vital importância no pós-30, até mesmo para aqueles estados que durante a República Velha haviam sido beneficiados intensamente pela ordem política vigente. No caso dos estados do Norte, a dificuldade de acesso ao Poder Executivo, tanto no pré como no pós-30, fora uma constante e, portanto, era sempre interessante assegurar limites ao Executivo, através de um órgão onde a representatividade dos pequenos estados se faria mais presente.

Se durante quatro anos de regime ditatorial os grandes estados continuavam a ser os maiores beneficiados com a política dominante, já não mais detinham o mesmo nível de controle sobre o Executivo como o faziam na República Velha. O acesso a tal instância de poder estava agora mediado por outras “regras” políticas e por outras forças concorrentes que deveriam ser também consideradas. O Estado brasileiro não só se havia complexificado, como havia aumentado o nível de seu compromisso com outras forças sociais, dificultando assim o exclusivismo dos paulistas e mineiros que tanto haviam contribuído para identificar a República Velha com o período da “política do café-com-leite”. É por essas razões que propostas que visam manter o Poder Executivo sob vigilância unem estados que divergem na questão mais ampla em torno do modelo político a ser implementado no Brasil. Deste modo, ao final dos trabalhos constitucionais, a emenda do líder baiano Medeiros Neto sobre o Conselho Federal, incorporando as posições básicas do ministro Juarez Távora, consegue quase total consenso na Assembléia. Assinada pelos líderes das bancadas de São Paulo, Minas, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal, essa emenda incluía o Conselho Federal no capítulo “Da Coordenação dos Poderes”.<sup>114</sup> O Conselho Federal, juntamente com a Justiça Eleitoral, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os Conselhos Técnicos seriam órgãos de coordenação das atividades governamentais.

Por ser a proposta vencedora bastante calcada nas concepções defendidas por Juarez Távora, consideramos esclarecedor recuperar o debate sobre tal questão no contexto da atuação da bancada pernambucana. A posição dos pessedistas, nitidamente contrária ao regime bicameral, coincide em grande parte com a proposta do ministro da Agricultura. Agamenon Magalhães, porta-voz da bancada nesta questão, faz críticas severas tanto ao anteprojeto constitucional quanto ao substitutivo. Segundo o deputado pernambucano, o anteprojeto, embora definindo o regime político a ser implementado no Brasil como unicameral, havia, na prática, instituído um bicameralismo disfarçado, ao criar o chamado Conselho Supremo, órgão que no seu entender teria atribuições maiores do que o antigo Senado Federal existente na República Velha. O Conselho Supremo seria, por excelência, um órgão de fortalecimento do Poder Executivo, já que dentre os



seus 35 membros, seis eram nomeados pelo presidente da República, três eram representantes de universidades, cinco eram representantes dos interesses sociais, sendo os 21 restantes escolhidos um para cada estado da federação. Deste modo o Conselho Supremo enfraquecia o princípio de igualdade de representação dos estados.

Juntamente com José de Sá, Agamenon Magalhães apresenta uma emenda ao anteprojeto constitucional. Segundo essa nova proposta, o Conselho Federal deveria ser composto por dois elementos de cada estado da federação, eleitos pelas respectivas Assembléias Legislativas locais. Caberia a esse órgão, entre outras coisas, aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, em uma só discussão, por 3/4 dos votos da totalidade dos seus membros, os projetos de lei votados pela Assembléia Nacional sobre: intervenção nos estados, justiça federal, processo, navegação, portos, estradas de ferro, tarifas alfandegárias, defesa nacional, limites interestaduais, correios e telégrafos.<sup>115</sup> Tratava-se de uma posição bastante radical que transformava o Conselho Federal em um órgão-chave, ao dar representação igual aos estados da federação para decidir sobre importantes questões da vida nacional. O autor da emenda justifica sua proposta do seguinte modo:

“...Somos por uma só Câmara. A ação legislativa deve ser rápida e eficaz, atendendo à solicitação da vida política atual... A supressão do Senado, sob o aspecto legislativo, afigura-se-nos, pois, plenamente justificada. Não estamos, entretanto, de acordo com o Conselho Supremo do Anteprojeto. Parece-nos, no seu aspecto consultivo, uma reminiscência do Conselho de Estado do antigo regime. No Segundo Império, a sua finalidade foi fortalecer o poder moderador e restringir, na interpretação do ato adicional, o direito das províncias. Na República, como está organizado no Anteprojeto, teria, talvez, o mesmo destino. O Presidente da República encontraria no Conselho Supremo a chancela solene para os seus imensos poderes explícitos e implícitos na Constituição... Preferimos substituí-lo por um Conselho Federal, órgão atuante de controle do Poder Executivo e equilíbrio da Federação...”<sup>116</sup>

Embora a emenda de Agamenon Magalhães não seja mantida na discussão final do substitutivo, ela está em grande parte incorporada na proposta de Juarez Távora. Arruda Falcão (PSD), Barreto Campelo (avulso) e o opositor Souto Filho são os únicos deputados da bancada que se pronunciam favoráveis ao bicameralismo, defendendo o Senado Federal enquanto órgão de equilíbrio de representação entre os estados. A criação do Conselho Federal, conforme é concebida pelo ministro Juarez Távora, faz

parte de uma proposta mais ampla sobre a organização do Poder Legislativo unicameral, composto de representantes políticos e profissionais. Entretanto a unicameralidade seria viável desde que fossem criados os Conselhos Técnicos e o Conselho Federal, sendo os primeiros meramente consultivos e o último de assistência e coordenação dos três poderes, com funções simultaneamente executivas, legislativas e judiciárias.

A postura de Juarez Távora é de crítica ao substitutivo. As modificações realizadas pela Comissão dos 26 teriam sido quase que meras modificações de nomenclatura: em síntese, a antiga Câmara Federal teria sido substituída pela Câmara dos Representantes, e o antigo Senado, agora diminuído de 1/3, teria passado a chamar-se Câmara dos Estados. A proposta defendida por Juarez é de que a Câmara dos Estados, conforme consta no substitutivo, fosse substituída por um Conselho Federal, investido, do ponto de vista político, daquelas mesmas atribuições conferidas à Câmara dos Estados, além de assumir a tarefa de coordenar e de disciplinar a atividade administrativa do país. Em resumo, Juarez propõe, por um lado, a supressão da Câmara dos Estados e do Conselho Nacional; por outro, a criação de um Conselho Federal. Este novo órgão seria composto por um representante de cada unidade da federação, excluída a interferência de quaisquer outros elementos estranhos a essa representação, pelo menos para efeito de voto. A duração do mandato de seus membros seria de três períodos governamentais, e o órgão seria renovado em sua terça ou quarta parte.<sup>117</sup>

A crítica básica feita pelo jurista Levi Carneiro contra a criação do Conselho Federal é de que, segundo a proposta de Juarez, estariam se confundindo, numa mesma câmara, funções administrativas, técnicas e políticas. Enquanto Levi Carneiro, fiel ao substitutivo, defendia a criação da Câmara dos Representantes (antiga Câmara Federal), da Câmara dos Estados (antigo Senado) e de um Conselho Nacional (órgão apenas consultivo), o ministro Juarez propunha que o Conselho Federal fosse um órgão técnico e deliberativo, acumulando, portanto, funções tanto da Câmara dos Estados como do Conselho Nacional. O Conselho Federal visaria realizar o equilíbrio federativo — sendo uma alternativa neste particular à Câmara dos Estados —, além de garantir a coordenação e a continuidade administrativa, estabelecendo obrigatoriamente o plano de encadeamento da administração federal com os estados.

Juarez propõe também, como complemento da ação coordenadora do Conselho Federal, a criação de Conselhos Técnicos dentro de cada um dos ministérios. Tais conselhos seriam órgãos especializados de natureza consultiva, compostos por membros “natos” (constituídos pelas diretorias técnicas de repartições gerais da alçada administrativa dos ministérios) e por membros estranhos aos quadros funcionais dos ministérios, propostos em

listas pelas associações profissionais e posteriormente escolhidos pelo Poder Executivo. Os Conselhos Técnicos estariam, por sua vez, grupados nos Conselhos Gerais de Organização, órgãos capazes de, pela multiplicidade dos conhecimentos técnicos especializados de seus membros, examinar todos os aspectos de um determinado problema de ordem econômica, política ou social.

Nesse momento, a bancada mineira faz um protesto veemente através do deputado Odilon Braga. Estamos novamente diante do debate que marca um divisor de águas entre os tenentes e as oligarquias: a política *versus* a técnica. Segundo a proposta de Juarez, assim como aos ministros não deveria ser permitido encaminhar qualquer medida de natureza administrativa contra o parecer unânime dos Conselhos Técnicos, estes também não deveriam levar adiante qualquer medida que por unanimidade de votos fosse julgada não-procedente.

O mineiro Odilon Braga, além de afirmar que existem soluções que são recomendáveis do ponto de vista técnico mas não do ponto de vista político, diz só admitir tais técnicos quando da confiança do órgão administrativo e político. A resposta de Juarez é imediata: "Não se trata de confiança. O Conselho Técnico não é órgão de confiança do Ministro; é órgão que deve esclarecer ao Ministro nas deliberações de natureza técnica, para as quais ele não pode dispor de perfeito conhecimento, porque, para tanto, precisaria realizar a lenda do 'Dr. Sabe-tudo'. E acredito que, modernamente, nenhum homem pode saber bem, em matéria de técnica, além do ramo de conhecimentos especiais de que haja feito profissão habitual".<sup>118</sup>

A bancada paulista também contesta a supremacia da técnica *versus* a política, e a discussão retoma o tema da *representação política*. Segundo Morais Andrade (Chapa Unica-SP), a posição do ministro Juarez Távora, ao querer subordinar o Legislativo aos Conselhos Técnicos, demonstra um ceticismo em relação ao Código Eleitoral, à independência do eleitor, à verdade e à justiça eleitorais. . . Juarez, apesar de negar a acusação, afirma que a representação política teria dado um grande passo ao ser garantida pelo voto secreto. Entretanto não teria superado todas as deficiências do regime passado. Neste sentido faz a seguinte ressalva: "Mais de 60% dos nossos eleitores, com ou sem voto secreto, levam a sua cédula eleitoral, sem saber perfeitamente em quem, nem por que votam".<sup>119</sup> Na discussão sobre os Conselhos Técnicos mais uma vez se destaca o oposicionista Souto Filho. Não só ele discorda da criação de tais conselhos, como utiliza a mesma argumentação usada pelos representantes das oligarquias paulista e mineira. "Quanto aos Conselhos Técnicos, os nossos ministérios já estão cheios de técnicos de todo gênero, espécie e qualidade, num curioso ensaio de tecnocracia. . ."<sup>120</sup>

### GRÁFICO II

COORDENAÇÃO DOS PODERES	LEGISLATIVO	LEGISLATIVO	LEGISLATIVO	LEGISLATIVO	LEGISLATIVO
	ANTEPROJETO	SUBSTITUTIVO	CONSTITUIÇÃO DE 1934	PROPOSTA DE AGAMENON	PROPOSTA DE JUAREZ
	<p><b>Assembléia Nacional</b></p> <p>(representantes políticos proporcional à população)</p>	<p><b>Câmara dos Representantes</b></p> <p>(representantes políticos proporcional à população mais representação classista)</p>	<p><b>Câmara dos Deputados</b></p> <p>(representantes políticos proporcional à população mais 1/5 de representantes classistas)</p>	<p><b>Assembléia Nacional</b></p> <p>(representantes políticos)</p>	<p><b>Assembléia Legislativa</b></p> <p>(representantes políticos proporcional à população mais representação classista)</p>
	<p><b>Conselho Supremo</b></p> <p>(35 membros: 21 dos estados, 6 nomeados pelo presidente, 3 representantes das universidades, 5 representantes dos interesses sociais) Função: órgão técnico, consultivo e deliberativo</p>	<p><b>Câmara dos Estados</b> (2 representantes por estado)</p> <p><b>Conselho Nacional</b></p> <p>(10 membros nomeados pelo presidente) Função: órgão técnico, deliberativo e consultivo</p>	<p><b>Senado Federal</b></p> <p>(2 representantes por estado)</p>	<p><b>Conselho Federal</b></p> <p>(2 representantes por estado) Função: aprovar ou rejeitar projetos de leis votados na ANC sobre</p>	<p><b>Conselho Federal</b></p> <p>(1 representante por estado)</p>
COORDENAÇÃO DOS PODERES	EXECUTIVO	EXECUTIVO	COORDENAÇÃO DOS PODERES	COORDENAÇÃO DOS PODERES	COORDENAÇÃO DOS PODERES

## *A democracia e a legitimidade da representação política*

O questionamento do tipo de representação política dominante na República Velha, uma das principais bandeiras da Aliança Liberal em 30, permanece na ordem do dia durante todo o desenrolar dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 34. Se este questionamento representou um ponto de união entre os elementos aliancistas, a solução para tal questão é vista de modo totalmente diferente pelos dois grupos vitoriosos em 30: tenentes e oligarcas dissidentes. Para estes, tratava-se de colocar as instituições liberais nos seus devidos lugares, ou seja, a criação de uma Justiça Eleitoral e de um novo Código Eleitoral eliminariam a fraude e trariam à tona a chamada verdade eleitoral. Para os elementos ligados ao tenentismo, o problema era mais grave. O questionamento da representação política estava associado ao questionamento do próprio Estado liberal, que por seus procedimentos viciados não garantia o funcionamento da democracia. Entretanto tal diagnóstico não significava a negação do regime democrático. Segundo o grupo tenentista, a democracia era uma meta a ser atingida, mas para tal fim fazia-se necessário percorrer um longo caminho: a vigência do regime democrático estaria condicionada a uma consciente participação política da população.

Durante o desenrolar dos trabalhos da Assembléia, apesar da vigência de três anos de regime discricionário, as restrições feitas pelo grupo tenentista para a plena implantação da democracia ainda eram muitas. Para estes, a participação no processo de constitucionalização do país havia sido uma imposição histórica, mas nunca uma opção política. Como o processo de constitucionalização era irreversível, não participar dele significava ficar politicamente marginalizado. As eleições de maio de 33, se comparadas às eleições da República Velha, representaram um grande passo à frente. Entretanto, ainda deixavam muito a desejar. O questionamento da legitimidade dos critérios de representação política continuava muito forte. Eleições honestas deveriam ser sinônimo de eleições conscientes, e o nível de conscientização da população ainda era muito pouco significativo. Juarez Távora em uma de suas visitas à Assembléia explicita tal posição:

“Devo dizer que pouco importa, para a verdade da representação, que se faça um pleito com todas as exigências do estilo, com o comparecimento integral da massa eleitoral, com o respeito à sua vontade, pelo menos aparentemente expressa na cédula que depositar na urna, que nesse pleito sejam apurados e reconhecidos os nomes mais sufragados, sem nenhuma transgressão da lei. Pouco importa tudo isso à existência de um verdadeiro regime representativo — se os cidadãos que, por esse meio, o exercitarem, *não fizeram uma delegação cons-*

*ciente de atribuições àqueles que deverão deliberar por eles nos concílios governamentais, de que dependem, afinal, o seu bem-estar e o de sua comunidade. Do contrário, deveríamos por coerência pegar também os analfabetos e até os inconscientes e ensinar-lhes, mecanicamente, a fazer essas coisas, assegurando-se-lhes, isso feito, o direito de se integrarem no conjunto de cédulas ativas da representação nacional”.*<sup>121</sup>

No decorrer dos trabalhos, a defesa do voto direto apenas na esfera municipal, assumida pela facção tenentista e ardorosamente defendida tanto por Juarez Távora como pelo pessedista pernambucano Alde Sampaio, tem suas raízes na concepção acima descrita. As eleições estaduais e federais deveriam efetuar-se através do sufrágio indireto. Isto porque o único voto de real compromisso pessoal ocorreria a nível da esfera municipal. Segundo tal proposta, os vereadores nos municípios transmitiriam a seus candidatos a deputado estadual a quantidade de votos recebidos nas suas respectivas eleições ocorridas pelo processo de sufrágio universal e direto. Os já então deputados estaduais transmitiriam, por sua vez, aos candidatos a deputado federal tantos votos quantos fossem os recebidos nessa primeira eleição indireta, realizada no círculo municipal. Essa seria a maneira mais segura de garantir a escolha consciente dos candidatos pelos eleitores. Por isso, a questão transcendia em muito a necessidade de criação de instituições ou mecanismos que evitassem fraudes eleitorais.

[É] “...mister antes de tudo que haja a delegação consciente de poderes pelo que manda, ao seu mandatário; que aquele tenha deste um conhecimento físico, intelectual ou moral, capaz de permitir-lhe uma delegação consciente de atribuições, isto é, que ele possa ter previamente, pelo menos, uma idéia aproximada da atuação que vai desenvolver o seu mandatário, em conformidade com os seus desejos...”<sup>122</sup>

Uma das críticas feitas pelo deputado pernambucano Alde Sampaio à Constituição de 1891 dizia respeito a ter ela incorrido naquilo que chamara de “erro democrático”. Ao instituir o sufrágio direto para a escolha do presidente da República, por exemplo, a Constituição de 91 teria ocasionado um grave equívoco. Segundo o deputado, “o voto eletivo é, em síntese, um instrumento de escolha. É indispensável que o eleitor conheça os candidatos por trato, fatos ou palavras, ou ao menos informações que tenha como fidedignas”. “...Quem forneceria em boa consciência informações dos candidatos à magna direção do País fora dos distritos eleitores...”<sup>123</sup>

A posição de considerar legítimo unicamente o voto direto na esfera municipal, apesar de compartilhada por vários constituintes nortistas, é der-

rotada ao final da Constituinte de 34, já que entrava em total confronto com os princípios liberais dominantes nas articulações políticas da época.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, apesar de não se pronunciar exatamente sobre o problema da representação política, demonstra compartilhar da mesma preocupação tenentista, ao defender a eleição indireta para a presidência da República. Isto porque “a eleição direta tem sido fonte de grandes amarguras para o país”,<sup>124</sup> justificavam eles. Com a mesma conotação, de tentar neutralizar a inconsciência política do voto, a corrente tenentista, tanto através do Clube 3 de Outubro como através do deputado Abelardo Marinho, defende a necessidade de uma representação de classes que coexista ao lado da representação política. Segundo tal posição, a representação profissional, baseada na sindicalização das classes, seria a única fórmula política capaz de renovar o sistema eleitoral do país, ou até mesmo o único caminho possível para se alcançar a democracia.

O debate na Constituinte sobre a representação de classes é intenso e está intimamente ligado à discussão sobre sindicalização das classes, tema no qual se destaca o deputado Agamenon Magalhães. Apesar de unida em torno da proposta da representação de classes, a bancada nortista não consegue formar um consenso em torno de como deveria instituir-se essa representação. O interventor Lima Cavalcânti faz vários pronunciamentos sobre tal assunto e assume a posição de que a representação de classes deve existir em todos os níveis do Legislativo. O deputado pernambucano Augusto Cavalcânti chega a qualificar de reacionários os constituintes que pleiteiam a eliminação da representação classista, na futura Constituição, fazendo constantes apelos aos constituintes classistas da bancada dos empregados, quando de seus discursos mais inflamados em defesa da pequena propriedade. Juarez Távora também tem uma proposta semelhante à do interventor pernambucano: propõe que a Assembléia Legislativa seja composta de 2/3 de representantes políticos (em números definidos em função do eleitorado de cada estado) e 1/3 de representantes profissionais.

Entretanto o deputado Agamenon Magalhães, apesar de ferrenho defensor da representação classista, confere-lhe um caráter mais técnico e menos político. Os representantes classistas tratariam apenas das questões que lhes dissessem respeito diretamente: legislação social, questões trabalhistas etc. Agamenon propõe a criação de uma Câmara das Corporações, sob a presidência do ministro do Trabalho, constituída de representantes das confederações de empregados e de empregadores, em número igual, eleitos por processo que a lei prescrever. Essa Câmara deveria legislar sobre: a) contratos coletivos do trabalho; b) salário, assistência e lei de Seguro Social; c) comissões paritárias e magistratura do trabalho; d) quotização ou contribuição sindical. Os projetos votados pela Câmara Corporativa deveriam ser remetidos ao Conselho Federal, que os aprovaria ou rejeitaria.

Aprovado, o projeto seria enviado ao presidente da República, que teria o direito de veto total ou parcial. Caso o presidente vetasse a lei, caberia à Assembléia examinar as razões do veto. Se a Assembléia, por 2/3 de seus membros, rejeitasse o veto, o presidente da República promulgaria a resolução da Câmara Corporativa.<sup>125</sup>

A posição de Agamenon é, sem dúvida, diferente da grande maioria, que defende a representação classista atuando ao lado da representação política no interior da própria Câmara Federal, com igualdade de *status* em todas as funções legislativas. O deputado pernambucano, entretanto, não só restringe o campo de atuação de tais representantes às questões relativas ao trabalho, como quase anula o papel legislador desses. Em sua visão, a Câmara das Corporações estaria mais próxima da idéia de um órgão consultivo, elaborador de sugestões que seriam analisadas em diversas instâncias, do que propriamente de um órgão deliberativo. Essa posição tem pouca representatividade no conjunto da Assembléia e não consegue sobreviver aos últimos debates sobre o assunto.

Nas discussões sobre a proporcionalidade da representação política no Legislativo, o Norte marca mais uma vez posição de unidade. A bancada de Pernambuco pronuncia-se favoravelmente a que o número de deputados seja proporcional à população de cada estado e não ao número de eleitores. Para os estados mais pobres, com um número de analfabetos conseqüentemente maior, a representação proporcional ao número de eleitores era desvantajosa. Apesar de concordar no geral com o artigo 37 do substitutivo, que também propõe a representação proporcional ao número de habitantes de cada estado, a bancada pernambucana resolve levar a questão de forma bem mais radical: faz emenda propondo sua substituição pelo parágrafo 1.º do artigo 22 do antigo anteprojeto. Dizia o anteprojeto: "O número de deputados será proporcional à população de cada estado, não podendo todavia nenhum eleger mais de 20 e menos de quatro representantes. O quociente será calculado dividindo-se por 20 o número de habitantes do estado mais populoso".<sup>126</sup> Essa seria a maneira de evitar que ocorressem casos extremos, ou seja, alguns estados com uma imensa representação política e outros com uma representação mínima. A justificativa da bancada pernambucana era a de que as Assembléias numerosas, além de acarretar grandes despesas para o país, não lhe traziam nenhuma vantagem. Na Constituição promulgada, é praticamente vitoriosa a proposta do substitutivo, com uma agravante: não haveria nenhum limite máximo para o número total de representantes políticos.

### *O intervencionismo estatal: a saída para a crise do Estado liberal*

A crise do Estado liberal é tema sempre presente nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, principalmente para a corrente mais identificada



com o tenentismo. Segundo a ótica deste grupo, o Estado liberal não correspondia mais às exigências da nova sociedade, e seu continuísmo poderia levar a um processo de acirramento das desigualdades e dos conflitos entre as diversas classes sociais. Neste sentido, caberia ao novo Estado a tarefa de estabelecer o equilíbrio da sociedade em todos os níveis — econômico, político e social —, através de um maior intervencionismo. Assim, todas as propostas da bancada pernambucana sobre o capítulo da Ordem Econômica e Social estão referendadas por esse tipo de concepção, e a partir dela são feitas violentas críticas à Constituição vigente na Primeira República: “A Constituição de 1891, que era uma constituição radicalmente individualista, que era, enfim, um produto daquela época de liberalismo econômico, proibia realmente ao legislador ordinário uma orientação social adiantada, que fosse atentar contra a liberdade dos contratos, e outros direitos individuais por ela preconizados...”<sup>127</sup>

A crítica profunda e substantiva à Constituição de 1891, e consequentemente a seus princípios norteadores, é um marco diferenciador e caracterizador da bancada nos debates da Assembléia. Enquanto os pessedistas pernambucanos não poupam críticas ao Estado liberal e colocam a necessidade de extirpar o mal do antigo regime pela raiz, tomando medidas que acabem não só com os DOENTES, mas com a própria DOENÇA, os paulistas e mineiros consideram a Constituição de 1891 apenas limitada. Neste sentido, é interessante observar a total divergência do deputado oposicionista pernambucano Souto Filho (PRS), isolado em face de todo o restante da bancada do estado; ele se incluía entre os constituintes que entendiam “...que o Brasil poderia poupar aos seus atuais diretores o trabalho de feitura de uma nova Constituição, uma vez que, a que nos legaram os republicanos de 91, é uma das melhores do mundo e sempre constituiu o maior título de glória da civilização brasileira.”<sup>128</sup>

A alternativa proposta pelos constituintes nortistas é a de um estado mais presente, intervencionista. Entretanto, se no pós-30 havia um relativo consenso sobre a necessidade do intervencionismo do Estado, principalmente nos assuntos de política econômica e social, grandes discordâncias vão ocorrer na determinação de seus limites e alcance.

Do ponto de vista dos pequenos estados, a necessidade de uma efetiva intervenção da União nas questões econômicas era premente. A antiga política de *laissez-faire* representava, na prática, deixá-los entregues à própria sorte. Fazia-se urgente uma interferência estatal para melhor racionalização da produção, condição essencial para se atingir maior estabilidade política. É dentro dessa concepção que, em junho de 1933, é criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), como parte de uma política mais ampla do governo federal, visando assumir maior controle não apenas sobre a produção mas também sobre a comercialização dos diversos produtos agrícolas: açúcar,

café, borracha, cacau, mate etc. Um dos principais objetivos do IAA seria buscar um equilíbrio entre a produção e o consumo tanto do açúcar como do álcool produzidos por toda a nação.<sup>129</sup> No que diz respeito a Pernambuco, excluindo-se a reação de alguns grupos ligados diretamente à comercialização do açúcar, para quem a interferência de terceiros diminuía a margem de lucros, a criação do IAA foi muito bem recebida pela maior parte da classe dominante local e pelo interventor Lima Cavalcânti.

Todavia, apesar de o IAA ter sido criado para defender a totalidade do setor açucareiro, o constituinte Augusto Cavalcânti, representante dos agricultores de Pernambuco junto ao mesmo, denuncia sua parcialidade. Se para as usinas a ação desse órgão estava sendo benéfica, o mesmo não se poderia dizer em relação aos precários engenhos bangüês. O instituto tinha resolvido, quase que por unanimidade de votos, pleitear junto ao governo a aplicação de uma taxa sobre o produto dos engenhos bangüês, medida que representaria, segundo Augusto Cavalcânti, o extermínio de tal setor. Enquanto “os usineiros pagam a taxa e têm na entressafra o crédito prévio e imediato nas arcas recheadas do Banco do Brasil, têm *warantagem* durante os baixos preços, têm o preço mínimo fixado, têm direito a vultosos empréstimos para a montagem de fábricas de álcool anídio e outras vantagens mais, . . . os senhores de engenho bangüês pagam a taxa, e lhes cabe apenas a ilusão e um crédito futuro, com o capital retirado das próprias carnes, capital cujo destino será adiante desviado em benefício dos usineiros”. E mais adiante, citando Mussolini e fazendo um apelo ao sentimento de patriotismo e justiça de Getúlio Vargas e do ministro Juarez Távora, Augusto Cavalcânti encerra sua denúncia contra a política do IAA: “O Instituto esquece que na indústria rudimentar estão empenhados muitos milhares de patrícios nossos, sequiosos todos eles de progresso e que a indústria aperfeiçoada, cuja vitória pretende alardear sobre os cadáveres dos primeiros, pertence aproximadamente a 200 criaturas apenas”.<sup>130</sup>

Para os constituintes pernambucanos, a intervenção do Estado enquanto organizador da atividade produtora não só era compatível com a iniciativa privada, como seria condição para o seu pleno desenvolvimento. É neste sentido que Arruda Falcão, um dos mais antigos e combativos representantes dos fornecedores de cana do estado, propõe emenda ao artigo 150 do substitutivo. Por ela, a União deveria organizar um plano sistemático de produção, comércio e financiamento do café, do açúcar, do álcool, da borracha, do cacau etc., já que “sem a função coordenadora dos governos, orientando e disciplinando as atividades individuais, amparando e financiando as indústrias, toda a iniciativa privada se esteriliza. . .”<sup>131</sup> Essa posição, entretanto, é derrotada ao final dos trabalhos.

Bastante voltada para os problemas agrários, a bancada pernambucana considera a criação e o estímulo do crédito agrícola atribuições primordiais

do poder público. O ministro da Agricultura, Juarez Távora, é enaltecido pelos parlamentares quando da sua proposta de disseminar no território nacional vários bancos rurais. Dentre os deputados pernambucanos, Augusto Cavalcânti é o que mais radicaliza a proposta de intervenção estatal. Representante dos senhores de engenho e inimigo ferrenho do latifúndio, coloca-se ao lado de Luís Cedro e Barreto Campelo como um intransigente defensor da pequena propriedade. Defende a necessidade de interferência do poder público nos domínios da propriedade privada para efetuar a expropriação dos latifúndios. Na fundamentação de suas propostas, cita o papa Leão XIII e a encíclica "De Rerum Novarum". Alega que a expropriação dos latifúndios não contraria o espírito religioso dos católicos: "... O que a Igreja Romana condena é a erradicação completa da propriedade privada e não o retalhamento dos latifúndios, operado pelo poder público, arrancando enormes extensões territoriais do domínio de um só com a devida indenização, para distribuí-las entre um grande número de indivíduos ou famílias que desejam cultivá-la de modo intensivo ou explorá-las sob a forma cooperativa".<sup>182</sup>

A crítica ao latifúndio improdutivo, uma das bandeiras levantadas pelo interventor Lima Cavalcânti desde 1930, é aceita por grande parte dos constituintes pernambucanos. Entretanto, ao atingir também as usinas, provoca discordâncias no seio da bancada, principalmente por parte dos parlamentares mais ligados a tal setor: Alde Sampaio (PSD) e Edgar Teixeira Leite. Instala-se a polêmica, em face da afirmação de Augusto Cavalcânti de que, "em Pernambuco, essa mesma faixa, conhecida sob a denominação da zona da mata, está hoje convertida em grandes latifúndios onde dominam os industriais do açúcar, novos senhores feudais, quando todas as nações do globo tratam da reforma de seus códigos, transmutando em socialismo o individualismo entorpecedor da evolução humana".<sup>183</sup> Segundo aqueles deputados, Augusto Cavalcânti estaria fazendo uma confusão entre *usina* — grande propriedade organizada, com exploração industrial — e *latifúndio*, grande extensão de terras na mão de uma única pessoa, que não as cultiva convenientemente. Edgar Teixeira Leite faz também a ressalva de que a concentração de propriedade em Pernambuco ocorreu por uma contingência de ordem industrial e econômica, sendo a indústria do açúcar a viga-mestra de toda a economia do estado.<sup>184</sup> Todos esses apartes são rebatidos por Augusto Cavalcânti, que se mantém na defesa de sua tese, não aceitando nenhum dos argumentos dos seus debatedores. O orador recebe o apoio de Barreto Campelo, que defende a necessidade de haver uma nítida separação entre atividade industrial e atividade agrícola. Enquanto a primeira deve caber à usina, a última deve ficar inteiramente nas mãos dos pequenos proprietários. Todavia, o processo que vinha ocorrendo no estado era exatamente o inverso: as usinas cada vez mais expandiam suas terras para

desenvolver parte do cultivo da matéria-prima. Os defensores da pequena propriedade, para quem a expansão das usinas representava um golpe certo, alegavam não ser este um fenômeno necessário para a prosperidade da economia açucareira. "Uma das maiores usinas de Pernambuco, colocada a poucos quilômetros de Recife, possui apenas 2.120 hectares de terra própria e se acha em franca prosperidade."<sup>135</sup>

É interessante notar que todas essas medidas de fortalecimento da pequena propriedade, de incentivo ao crédito agrícola através dos bancos rurais, de ocupação das terras devolutas, encontravam-se presentes no programa do Clube 3 de Outubro.<sup>136</sup> Entretanto cabe salientar que as posições defendidas por Augusto Cavalcânti, ainda que encontrando um eco nas concepções tenentistas, são reivindicações bastante representativas de um determinado grupo de interesse: os fornecedores e plantadores de cana, para quem a usina significava uma forte ameaça. Sempre preocupado com a proteção à pequena propriedade, esse constituinte faz críticas severas ao substitutivo, considerando-o bem mais reacionário do que o anteprojeto. Neste sentido, propõe emenda facultando a expropriação dos latifúndios:

"A propriedade poderá ser expropriada, por utilidade pública ou interesse social, mediante prévia e justa indenização paga em dinheiro, ou por outra forma estabelecida em lei especial aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembléia. A legislação agrária favorecerá a pequena propriedade, facultado ao Poder Público explorar os latifúndios, se houver conveniência de os parcelar em benefício do cultivador ou de os explorar sob forma cooperativa."<sup>137</sup>

Também visando estimular o desenvolvimento da pequena propriedade, Luís Cedro apresenta emenda ao artigo 154 do substitutivo. O artigo dizia apenas: "A lei promoverá, por medidas adequadas, o fomento da economia popular e o desenvolvimento do crédito." A sugestão é que seja acrescido: "A lei promoverá (...) o fomento da economia popular, a disseminação da média e pequena propriedades e o desenvolvimento do crédito". A justificativa para tal proposta assinada pela maioria da bancada pernambucana é de que se o substitutivo deixa muito a desejar na orientação social moderna, onde o direito de propriedade sofre em seus conceitos clássicos fortes restrições, ele deve, pelo menos, facilitar ao maior número de pessoas o acesso à pequena propriedade.<sup>138</sup>

A posição do classista Edgar Teixeira Leite é naturalmente de defesa da grande propriedade: "A grande propriedade produtiva, resultado de aplicação do capital em larga escala, com métodos industriais (...) é um fator indispensável, e suprimi-la no momento (...) em que a industrialização agrícola se expande a cada dia equivaleria a suprimir a grande indústria."<sup>139</sup> Entretanto, preocupado com a subversão no campo, e tendo feito

inclusive emenda sobre o combate ao cangaço,<sup>140</sup> Edgar Teixeira Leite considera importante promover o desenvolvimento da pequena propriedade, desde que essa medida não implique o retalhamento das grandes. O incentivo à criação e à proteção da pequena propriedade poderia ser elemento decisivo para impedir a deflagração no campo da onda de subversão social.

E inegável a preocupação da bancada pernambucana com os problemas agrários. Agamenon Magalhães chega a temer que a política brasileira marginalize o problema agrícola e volte suas atenções para a defesa de indústrias artificiais, que prescindem de matéria-prima nacional.<sup>141</sup> Ainda nas discussões sobre a ordem econômica surgem, embora com peso menor, propostas sobre a nacionalização da nossa economia. A nacionalização seria uma das maneiras de se realizar o intervencionismo estatal e de o país se libertar da dependência econômica estrangeira.

### 3.3. *O enfrentamento político da bancada*

A bancada pernambucana chega à Assembléia Nacional Constituinte totalmente comprometida com o outubrismo. Pernambuco, além de líder político dos demais estados nortistas, havia participado ativamente das últimas tentativas de revitalização do tenentismo. O Congresso da União Cívica Nacional, realizado no Recife em abril de 1933, representou um esforço de aglutinação das forças tenentistas, visando uma atuação conjunta na Constituinte. Isto porque, unido, o Norte teria condições mais favoráveis para que, contrapondo-se ao Sul, conseguisse vitórias consideradas essenciais no sentido de evitar o total desvirtuamento da obra revolucionária. O PSD de Pernambuco era um partido nascido do outubrismo, e portanto a expectativa em relação à bancada desse estado era grande. Entretanto, apesar de assumir posições bastante inovadoras, seria difícil afirmarmos que Pernambuco, ao final dos trabalhos constitucionais, tivesse permanecido fiel aos compromissos inicialmente assumidos. Tendo ingressado na Assembléia com uma posição unida e coesa, a representação política pernambucana passa a enfrentar sérias divergências internas, chegando ao final dos trabalhos constitucionais inteiramente cindida.

A dificuldade dos pessedistas pernambucanos em permanecerem unidos em torno dos principais acontecimentos políticos relaciona-se, possivelmente, ao próprio caráter de urgência com que foi criado o Partido Social Democrático. Conforme declarações do interventor pernambucano, faltava a essa organização política maior unidade ideológica. Ao final dos trabalhos da Assembléia, Lima Cavalcânti faz uma profunda autocritica sobre o critério adotado para a formação do PSD, onde a busca do consenso teria sido o elemento norteador: "O espírito de concórdia que presidia a escolha dos

representantes do Partido parecia ter dado resultado senão inútil pelo menos pouco valioso". Segundo Lima Cavalcânti, se houve uma relativa facilidade para a construção do PSD, a fragilidade do mesmo se fez notar logo após as eleições de maio de 1933: "Nesta ocasião foi possível constatar que faltava apenas maior coesão no Partido, trazendo a impressão da existência de duas correntes: — uma inteiramente identificada com as idéias revolucionárias; outra com preconceitos de grupo, de atitude vacilante, procurando demonstrar maior força com a dispersão de votos e combinações com elementos estranhos."<sup>142</sup>

Em certo sentido, a trajetória política da bancada pernambucana é um reflexo da própria trajetória do tenentismo. Este movimento vai gradativamente se desarticulando, se fracionando. No decorrer da Assembléia, enquanto uma de suas facções integra-se cada vez mais ao Governo Provisório, outra parte dirige-se para uma posição mais ofensiva, percorrendo um caminho que se inicia com uma oposição legal e culmina com conspirações militares contra a ordem vigente.

Entretanto, mesmo cindida e com todas as dificuldades enfrentadas, a bancada pessedista participa do esforço que é feito no sentido de se chegar ao final dos trabalhos constitucionais com uma posição consensual. O líder Arruda Câmara, o ministro Juarez Távora e o próprio interventor de Pernambuco em muito contribuem para tal encaminhamento. Nesse processo, Lima Cavalcânti vai gradativamente aproximando-se do Governo Provisório e adquirindo maior confiança do próprio Vargas. Chega a tornar-se elemento importante no novo contexto político. O seu papel de interventor — intermediário entre o poder central e as forças estaduais — assume maior relevância dentro das regras do jogo em vigor: a Assembléia Nacional Constituinte não poderia escapar ao controle de Vargas. Para alcançar tal objetivo o chefe do Governo Provisório, sabiamente, se apóia nos interventores federais. Ao lado de Flores da Cunha (RS), Juraci Magalhães (BA), Armando de Sales Oliveira (SP) e Benedito Valadares (MG), Lima Cavalcânti compõe o bloco dos interventores com maior poder para influenciar nas questões da política nacional. Paralelamente, as relações políticas do interventor pernambucano com o ministro da Justiça, Antunes Maciel, e com o interventor gaúcho Flores da Cunha tornam-se também mais estreitas. São estes os dois principais articuladores dos assuntos constitucionais a nível extraparlamentar.

Antunes Maciel e Flores da Cunha desempenham a importante missão de tentar encontrar um consenso dentro da Assembléia, não diretamente através do contato com os constituintes, mas através daqueles cujo poder de interferência em face das respectivas bancadas estaduais é grande: os interventores. Em todos os momentos decisivos da Constituinte, o chefe político gaúcho e o Ministro da Justiça acionam o seguinte mecanismo: tentam com-

prometer as bancadas estaduais através das pressões exercidas por seus respectivos interventores. Em pelo menos dois desses momentos cruciais, onde o desenrolar dos acontecimentos parecia escapar ao controle da própria articulação interna da Assembléia, tal mecanismo é acionado. O primeiro caso ocorre em fevereiro de 1934, quando as forças pró-varguistas, por se sentirem ameaçadas, tentam antecipar a eleição do presidente da República, invertendo a ordem dos trabalhos constitucionais: a eleição presidencial deveria anteceder à promulgação da nova Constituição brasileira. Tal questão provoca tumultos e cisões dentro do Parlamento. Aos interventores é dirigido apelo no sentido de pressionarem suas respectivas bancadas para que aceitem, sem restrições, a inversão da ordem dos trabalhos constitucionais. Entretanto, diante da gravidade da questão, outras propostas menos radicais vão surgindo e a eleição do presidente só se realiza em 17 de julho de 1934, um dia após a promulgação da Constituição.

Outro exemplo significativo ocorre quando da votação das disposições transitórias,<sup>143</sup> realizada ao final dos trabalhos constitucionais. O ministro da Justiça, Antunes Maciel, expede para Lima Cavalcânti e para vários outros interventores uma circular telegráfica em tom bastante enérgico:

“Faz necessário telegrafe imediatamente sua bancada recomendando com vivo empenho votação cerrada pela aprovação matérias seguintes que deverão constar das disposições transitórias: aprovação atos Governo Provisório e Interventores, outorga faculdade ao chefe governo para expedir decretos-leis, elegibilidade dos interventores, fixação data eleições para constitucionalização estados dentro de 120 dias a contar da data da promulgação da Constituinte. Esses dispositivos que são todos de caráter estritamente político não comportam modalidades. Precisam ser adotados de forma categórica em função da própria revolução.”<sup>144</sup>

Esse tipo de pressão consegue um bom efeito, já que na votação dessas questões referentes às disposições transitórias, apesar das discordâncias, as forças pró-varguistas conseguem ampla vitória.

Durante o primeiro mês de funcionamento dos trabalhos constitucionais a bancada pernambucana permanece em certo sentido coesa, não apresentando maior questionamento das matérias ali tratadas. A primeira crise da bancada corresponde à primeira crise política da Assembléia Nacional Constituinte, sendo esta, por sua vez, uma consequência direta da crise mais ampla ocorrida dentro do próprio Governo Provisório. Em 29 de dezembro de 1933, Osvaldo Aranha renuncia ao cargo de ministro da Fazenda, afastando-se automaticamente de suas funções de líder da maioria. Paralela a esta renúncia ocorre a do ministro das Relações Exteriores, Afrân-

nio de Melo Franco, próximo ao grupo tenentista. Nesta ocasião, diversos interventores são convocados por Vargas para comparecer ao Rio de Janeiro, destacando-se, entre os escolhidos, dois interventores nortistas: Lima Cavalcânti e o baiano Juraci Magalhães. Neste período de crise política, conhecido como de “reajuste ministerial”, o interventor pernambucano projetar-se-á no cenário nacional. Ao chegar ao Rio de Janeiro, é recebido com grande destaque pela imprensa sulista e, ao lado dos interventores Flores da Cunha (RS), Armando de Sales Oliveira (SP), Benedito Valadares (MG) e Juraci Magalhães (BA), participa das grandes *démarches* realizadas na tentativa de solucionar a crise ministerial. Após várias reuniões da cúpula governamental, fica decidido que a escolha do novo líder da maioria recairia sobre um nortista: o deputado baiano Medeiros Neto. Entretanto, apesar de nortista, ele não é bem aceito pelos setores mais próximos ao tenentismo: não se incluía entre aqueles chamados “revolucionários autênticos”; não era considerado “uma verdadeira expressão revolucionária”.

A indicação de Medeiros Neto para o cargo de líder da maioria era duplamente criticada: além de representar maior conciliação com os setores vistos como “não-revolucionários”, implicava uma direta interferência do governo na Assembléia. A recondução de Osvaldo Aranha ao cargo de ministro da Fazenda e conseqüentemente à liderança da maioria continua assim a ser exigida por um grupo de constituintes próximo ao tenentismo. Fernando Magalhães (P. Popular Radical-RJ), Virgílio de Melo Franco (P. Progressista-MG) e João Alberto (P. Social Democrático-PE) ameaçam entrar em luta contra o governo e formar uma ala dissidente dentro da Constituinte caso não consigam o reingresso de Osvaldo Aranha na vida política do país.

O líder da bancada pernambucana, apesar de não assumir qualquer oposição às diretrizes governamentais, participa inicialmente do esforço realizado pelo setor mais próximo ao tenentismo.<sup>145</sup> Vitoriosa a proposta governamental, Arruda Câmara passa a acatá-la integralmente, não sendo esta, entretanto, a posição consensual da bancada pernambucana. Além de João Alberto, já em franca oposição ao regime,<sup>146</sup> vários outros deputados reagem contra tal proposta, destacando-se entre eles dois constituintes bastante identificados com o interventor Lima Cavalcânti: José de Sá e Osório Borba. O ministro da Agricultura, Juarez Távora, apesar de algumas restrições, assume posição pró-Medeiros Neto e, em nome da União do Norte, tenta conquistar, através do interventor, apoio da bancada pernambucana para o novo líder da maioria.

“...considero o Medeiros Neto um homem moral e intelectualmente capaz de exercícios da investidura que lhe foi cometida — não obstante as suas recentes ligações com o passado. Isso a meu ver deve bas-



tar para que nós, do Norte, de forma alguma, não lhe criemos embaraços à ação. Agir de modo contrário é fazer o jogo tão visivelmente ensaiado dos que nos querem dividir para melhor fazer-nos instrumento de suas ambições políticas. As restrições levantadas por deputados de Pernambuco ao líder da Bahia levarão fatalmente a bancada deste estado a se solidarizar contra a bancada, contra o governo, contra, enfim, o estado de Pernambuco. Será a desgraçada fragmentação do Norte, em torno desses dois grandes estados, que passarão a ser os pontos de convergência das solicitações dos interesses políticos contraditórios do Sul. . . "147

Neste momento, Juarez Távora identifica-se inteiramente com a linha política do Governo Provisório, assumindo uma posição de evitar qualquer tipo de confronto político. Em certo sentido, o apelo que o ministro da Agricultura faz à bancada pernambucana, através do interventor Lima Cavalcânti, surte bom resultado. Em 12 de janeiro de 1934, após reunião com a participação dos líderes das diversas bancadas estaduais, é homologado o nome de Medeiros Neto para o cargo de líder da maioria.

Superada essa primeira crise, entra em cena a questão da sucessão presidencial, desde o início provocando grandes divergências na Assembléia Nacional Constituinte. É em função do sucesso de sua candidatura que Vargas, em agosto de 1933, realiza uma viagem pelas principais cidades e capitais nordestinas, prestigiando uma região que desde 1930 constituía uma de suas fortes bases de apoio. Do ponto de vista do Norte, o apoio a Vargas seria barganhado em troca de mais recursos e maior participação política para a região. Juarez Távora participa das primeiras articulações pró-candidatura Vargas e ao final da Constituinte mantém-se no posto, fiel aos compromissos assumidos. A posição de Lima Cavalcânti também é de total comprometimento com a sucessão.

Entretanto, apesar de todas as articulações e manobras políticas feitas durante o desenrolar do processo de constitucionalização, no sentido de garantir o continuísmo de Vargas, as forças pró-varguistas sentem-se ameaçadas e resolvem acelerar o processo eleitoral. A Assembléia Nacional Constituinte havia sido convocada para promulgar a Constituição, aprovar os atos do Governo Provisório e eleger o novo presidente da República. Quando, em 22 de março de 1934, o novo líder da maioria apresenta uma proposta para que a Assembléia inverta a ordem dos trabalhos constitucionais, o clima político agita-se dentro e fora do Parlamento. Entre os constituintes mais insatisfeitos com a proposta destaca-se o pernambucano João Alberto Lins e Barros, apontado pela imprensa como articulador da candidatura de Afrânio de Melo Franco ao cargo de presidente da República.

Contrastando nitidamente com a posição do Parlamento, que não aceita em nenhuma hipótese a inversão da ordem dos trabalhos constitucionais, o líder da bancada pernambucana, padre Arruda Câmara, faz declarações à imprensa alegando ter sido a Constituinte convocada para eleger o presidente da República, aprovar os atos do Governo Provisório e votar a Constituição, podendo optar para realizar em primeiro lugar qualquer uma dessas três missões. João Alberto consegue inicialmente a adesão de alguns pernambucanos, e Lima Cavalcânti, completamente comprometido com as forças varguistas, sentindo-se ameaçado, coloca a questão nos seguintes termos: "Ou maioria absoluta da bancada vota pela eleição imediata do presidente da República conforme compromissos que assumi com poderes irrestritos que me foram conferidos pela própria bancada ou deixarei imediatamente interventoria."<sup>148</sup>

A questão torna-se bastante polêmica e o diretório do PSD de Pernambuco reúne-se para tomar uma decisão sobre o assunto. Entretanto, diante da ameaça de renúncia de Lima Cavalcânti, a bancada recua, sendo significativas as declarações dos constituintes pernambucanos em solidariedade ao interventor publicadas tanto no *Diário da Manhã* como na imprensa sulista. Todos os deputados pernambucanos, pessedistas e classistas, enviam telegrama a Lima Cavalcânti negando a existência de qualquer divergência política entre a bancada e o interventor e reiterando total apoio a este.<sup>149</sup>

Devido às reações provocadas pela indicação Medeiros Neto, outras fórmulas conciliatórias vão sendo apresentadas, ficando finalmente acertado que a eleição presidencial só ocorreria após a promulgação da nova Constituição. Superada essa etapa, três outras questões que dizem respeito às matérias não constitucionais mobilizam enormemente a Constituinte e particularmente a bancada pernambucana. São elas: a transformação da atual Assembléia Constituinte em futura Assembléia Ordinária; a elegibilidade dos interventores ao cargo de governadores constitucionais; e a aprovação, sem ressalvas, pelos constituintes de 34, de todos os atos do Governo Provisório.

Na discussão sobre a possível transformação da Constituinte em Assembléia Ordinária, interventor e bancada se unem, assumindo ambos uma posição de rebeldia frente ao Governo Provisório. Esse problema exige um grande esforço por parte do ministro da Justiça, Antunes Maciel, que tenta, através de Lima Cavalcânti, modificar a posição da bancada pernambucana. O argumento utilizado é de que, não aceitando a transformação, Pernambuco se isolaria, já que as bancadas mais próximas — a mineira, a gaúcha e a baiana — teriam apoiado tal proposta. Flores da Cunha apesar de, em princípio, concordar com Lima Cavalcânti, aconselha-o a acatar a decisão da maioria da Assembléia para não desprestigiar o Governo Provisório. Lima Cavalcânti, inicialmente irredutível em sua posição, diante das pres-

ções governamentais telegrafa para a bancada, deixando-a totalmente livre para decidir sobre essa questão. A oposição a tal medida acumula forças, e Simões Lopes, líder da bancada gaúcha e um dos principais articuladores da Assembléia, apresenta uma proposta intermediária, que, por ser conciliatória, consegue ser vitoriosa: depois de eleito o presidente da República, a Assembléia funcionaria até a expedição dos diplomas para os futuros deputados e exerceria as atribuições do Conselho Federal até a instalação deste.

Nova questão provocará conflitos mais sérios para a bancada pernambucana: a elegibilidade dos interventores. Desta vez, as divergências assumem maiores proporções, pois está em jogo a própria sucessão estadual, tratando-se, portanto, de uma disputa pelo poder. Votar contra a elegibilidade dos interventores seria, em princípio, uma posição mais coerente com os ideais tenentistas. Isto porque este grupo havia sempre defendido a neutralidade política, atribuindo a uma situação conjuntural o fato de estarem os tenentes assumindo cargos de chefia política. Entretanto, o único interventor nortista que se pronuncia abertamente contra tal questão é o cearense Carneiro de Mendonça, sendo Juraci Magalhães (BA), Magalhães Barata (PA) e Lima Cavalcânti seus defensores mais intransigentes. A posição assumida por quase metade da bancada pessedista em discordar da elegibilidade dos interventores é, sem dúvida, uma demonstração da fraqueza política do interventor pernambucano. Pronunciando-se contra tal elegibilidade, os constituintes estavam dizendo não ao continuísmo de Lima Cavalcânti.

Diante das discordâncias, a situação torna-se tão delicada que o interventor tenta pressionar através do instrumento político-partidário de que dispõe. O PSD, após reunião convocada em caráter de urgência, decide considerar questões fechadas tanto a aprovação dos atos do Governo Provisório como a possível elegibilidade dos interventores. Os pessedistas deveriam acatar a decisão aprovada pelo diretório do partido, e em nome dos princípios revolucionários tais questões deveriam ser defendidas na Assembléia Constituinte. Tanto o continuísmo daqueles que estavam levando avante a obra revolucionária, como a procedência dos atos do Governo Provisório não poderiam ser questionados. Segundo Lima Cavalcânti, seria inadmissível para a revolução não só permitir que seus atos fossem submetidos a qualquer tipo de julgamento, como vetar a seus principais articuladores o acesso ao poder neste novo período de legalidade constitucional. Diante da gravidade da questão, caberia à bancada pernambucana desenvolver todo o esforço para evitar o triunfo dos reacionários e a falência da revolução.<sup>160</sup> Entretanto a posição defendida pelo interventor não é compartilhada pela totalidade da bancada pessedista. Dos 15 pessedistas, apenas nove acatam integralmente a posição do diretório estadual: Arruda Câmara,

Agamenon Magalhães, José de Sá, Arnaldo Bastos, Simões Barbosa, Mário Domingos, Humberto Moura e Tomás Lobo.

A aprovação global dos atos do Governo Provisório, apesar de considerada questão importante, mobiliza bem menos a bancada do que a questão da elegibilidade dos interventores, já que a derrota dessa proposta poderia representar um remanejamento do poder estadual. Após grandes articulações a nível nacional, *consegue-se uma quantidade de adesões suficiente para sua aprovação, sendo todavia pequena a margem de vitória*. Dentre os 220 deputados presentes na sessão constitucional, apenas 135 deputados votam a favor. Contra ela se colocam: as bancadas paulista, alagoana, paraibana, e a maioria da bancada fluminense; cinco elementos do Partido Progressista Mineiro; parte significativa da bancada pernambucana e uns poucos elementos do antigo perrepismo, presentes na Constituinte. Essa vitória é sem dúvida expressiva do tipo de modificações que vinham ocorrendo dentro do próprio grupo dos chamados revolucionários autênticos. A nova conjuntura, instaurada com o período constitucional, representava concretamente o refflorescimento da vida política no país, significava a institucionalização de uma prática político-partidária onde não havia mais espaço para a propalada neutralidade política. A única alternativa possível para aqueles que não desejavam se marginalizar do poder era aceitar as novas regras do jogo, acatando, sem restrições, a transformação da figura do interventor-técnico em governador-político. E a maioria dos interventores nortistas encontrava-se neste caso.

Em 6 de julho de 1934, três dias após a aprovação da emenda possibilitando a elegibilidade dos interventores, o diretório do PSD de Pernambuco levanta oficialmente a candidatura do interventor Lima Cavalcânti ao cargo de governador constitucional do estado. Estava instaurada a crise de sucessão estadual. Essa crise iria cindir o bloco situacionista e, conseqüentemente, o partido do interventor. Dessa cisão, liderada por João Alberto, participam os pessedistas Arruda Falcão, Solano Carneiro da Cunha, Luís Cedro, Augusto Cavalcânti, Alde Sampaio e o deputado avulso Barreto Campelo. Todos eles, em outubro de 1934, quando das eleições para a Câmara Federal e Estadual, não só formam uma chapa oposicionista — a chamada Dissidência Pernambucana — como indicam o nome de João Alberto para o cargo de Governador de Pernambuco, em oposição a Lima Cavalcânti. Este, entretanto, apesar do desgaste, consegue sair vitorioso, permanecendo no poder até 1937, quando da instalação do Estado Novo, conseqüente término do chamado período constitucional.

\* \* \*

Tendo como preocupação dominante o acompanhamento da trajetória política do Norte no período de constitucionalização dos anos 30, tentamos

recuperar o esforço desenvolvido pelos estados dessa região para conquistar maior projeção no cenário nacional. A Pernambuco coube o comando da articulação desse processo, cujo objetivo principal era a retomada do papel político que os estados do Norte-Nordeste tiveram em épocas anteriores. A implementação de fórmulas conciliatórias que garantissem a unificação dos interesses regionais era condição essencial para a realização de tal projeto. Esta foi a razão que fez com que a história do Norte, neste período (1930-1934), fosse marcada pelas múltiplas tentativas de organização — inicialmente em agremiações apartidárias e posteriormente em partidos — que permitissem uma atuação conjunta a nível federal.

Com a Revolução de 30, o tenentismo consegue forte expressão política na região. Apesar das cisões e lutas internas, os tenentes representaram aí uma força renovadora, contribuindo para o afastamento das tradicionais lideranças locais e para a neutralização da prática oligárquica dominante em toda a República Velha. O exemplo do interventor pernambucano Lima Cavalcânti, enquanto elemento que tenta desarticular a máquina oligárquica, embora bastante ilustrativo, não preenche de forma alguma a lacuna ainda existente sobre a experiência política pós-revolucionária nos estados nortistas. O estudo do caso pernambucano não pretende dar conta dessa problemática, mas apenas lançar a questão e contribuir para o seu possível desenvolvimento futuro.

Ainda que defensores ardorosos da necessidade de manutenção do regime ditatorial, os revolucionários nortistas engajam-se no processo de constitucionalização do país, quando este, após o movimento paulista de 32, torna-se um fato irreversível. Durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34, a análise da representação política de Pernambuco foi, mais uma vez, ilustrativa da presença do Norte no terreno dos debates parlamentares. É um momento de crucial importância para captar o conteúdo básico das formulações nortistas, já que a elaboração de uma nova Constituição representava uma discussão sobre a organização do Estado, o que em última instância conduzia a um debate sobre qual a melhor maneira para as diversas forças sociais em questão implementarem efetivamente seus projetos políticos.

As divergências ocorridas durante todo o desenrolar dos trabalhos constitucionais foram muitas e, neste particular, Pernambuco se destacou por assumir uma posição bastante inovadora. Dentre as bancadas mais expressivas, a representação política pernambucana foi, sem dúvida, uma das que apresentaram propostas mais contestadoras sobre o regime político vigente na República Velha. Criticando radicalmente a Constituição de 1891, os possedistas pernambucanos constatarem a falência do Estado liberal e defendem um Estado mais intervencionista, que consiga, através da sua atuação, estabelecer o equilíbrio da sociedade nos seus diversos níveis: econômico,

social e político. Apesar de não negar o federalismo, propõem um Estado forte, mais centralizador, que restrinja a autonomia política estadual. Em oposição ao presidencialismo, a bancada pernambucana defende o parlamentarismo, por considerar aquele um regime que reforça o personalismo e o arbítrio, sendo inclusive o principal responsável pela hipertrofia do Poder Executivo, dominante em toda a República Velha. Ao invés de um Poder Legislativo bicameral, composto por uma Câmara de Deputados e por um Senado Federal, sugere o unicameralismo, auxiliado por um Conselho Federal, órgão forte, cuja função seria coordenar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Finalmente, a bancada pernambucana inova também quando aceita a eleição direta apenas na esfera municipal, reforçando a idéia da inviabilidade da implantação de um regime democrático que tenha como princípio básico o sufrágio universal. Nega, portanto, a liberal-democracia e contrapõe a esta uma democracia social que tenha como pré-requisito, para a participação política, maior consciência e educação cívica da população.

#### NOTAS

- 1 Entre 1907 e 1937, a quota do açúcar de Pernambuco, o maior produtor do Nordeste, decresce em relação à produção nacional de 41,5% para 25%. Ver Robert Levine, "Pernambuco e a federação brasileira — 1889-1937", in Bóris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. 1 (História Geral da Civilização Brasileira 8) (São Paulo: Difel, 1975), p. 126.
- 2 Sobre este assunto, ver Aspásia Alcântara de Camargo, *Bresil Nord-Est: mouvement paysans et crise populiste* (Paris: École Pratique des Hautes Études, 1971) (mimeo). Ver também Robert Levine, *op. cit.*, p. 124. Segundo o último, enquanto o número de deputados da região Norte aumentou apenas de 65 elementos no Império para 90 na República, os estados do Centro-Sul mais do que duplicaram a sua participação no referido período: de 57 passaram a 124 deputados.
- 3 *Diário da Manhã* de setembro de 1930.
- 4 Bóris Fausto, "Expansão do café e política cafeeira", in Bóris Fausto (org.), *O Brasil republicano*, t. III, vol. 1 (História Geral da Civilização Brasileira, 8), p. 219, exemplifica essa situação com a oposição ao Convênio de Taubaté, reatando em 1906, visando a valorização do café. Essa oposição, apesar de pouco articulada, seria formada na Câmara principalmente por elementos do Distrito Federal, Pernambuco e Bahia.
- 5 Cabe a ressalva de que, na época, o termo "Norte" era utilizado no seu sentido mais amplo, incluindo todos os estados do Norte e Nordeste do país. Da mesma forma, o termo "revolucionários nortistas" designava a elite política dessa região, identificada com os ideais tenentistas. É neste sentido que o trabalho incorpora esta autodenominação.
- 6 Maria do Carmo Campelo de Sousa, *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976), p. 98.
- 7 O Código dos Interventores, datado de 3.9.1931, tinha por objetivo estabelecer uma atuação uniforme nas diversas interventorias federais.
- 8 Arquivo Getúlio Vargas, 34.01.09.
- 9 Discurso de Osvaldo Aranha em homenagem a Lima Cavalcanti. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, 34.03.25.

- 10 Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, II (Rio de Janeiro: José Olympio, 1974), p. 32.
- 11 *Ib.*, p.37.
- 12 *Ib.*, p. 40.
- 13 Carta de Vargas a Juarez, em 22.12.1931. Ver Juarez Távora, *op. cit.*, p. 40.
- 14 *Diário da Manhã* de 20.8.1931.
- 15 *Idem*.
- 16 *Diário da Manhã* de 14.5.1931.
- 17 Juarez Távora, *op. cit.*, pp. 36-7.
- 18 *Diário da Manhã* de 15.3.1931.
- 19 Entrevista de Juarez Távora ao *Diário da Manhã*, em 1931.
- 20 Entrevista de José Américo ao *Diário da Manhã*, em 8.1.32.
- 21 *Diário da Manhã* de 8.1.1932.
- 22 Jeová Mota, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1978) (mimeo).
- 23 *Idem*.
- 24 Clemente Mariani, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1977) (mimeo).
- 25 *Idem*.
- 26 *Diário da Manhã* de 1.5.1931.
- 27 *Diário da Manhã* de 5.5.1931.
- 28 *Diário da Manhã* de 10.4.1932.
- 29 *Diário da Manhã* de 1.1.1932.
- 30 *Diário da Manhã* de 6.1.1932.
- 31 *Diário da Manhã* de maio de 1932.
- 32 Essa viagem só se realizará em agosto de 1933, em outro contexto político, quando Vargas está interessado em preparar a sua candidatura para a presidência da República.
- 33 Carta de Hercollino Cascardo. Ver Arquivo Osvaldo Aranha, 33.02.23/3.
- 34 *Idem*. Neste momento, o ex-interventor do Rio Grande do Norte desliga-se da política tenentista, vindo a ser posteriormente um dos articuladores da Aliança Nacional Libertadora e um dos principais líderes do levante comunista de 1935.
- 35 O general Manuel Rabelo, interventor de São Paulo no período de 13.11.1931 a 1.3.1932, não era no pós-30 identificado como um revolucionário nortista. Entretanto, após a sua nomeação no início de 1933 para o cargo de comandante da 7.ª Região Militar, seu prestígio político cresce nos estados nortistas, principalmente em Pernambuco.
- 36 Manifesto do Clube Republicano Ditatorial. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 34.03.18.
- 37 *Diário da Manhã* de 10.3.1932.
- 38 *Diário da Manhã* de 5.5.1931.
- 39 Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, documentos de 10.10.1932 e 4.11.1932.
- 40 Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, boletins de 10.10.1932, p. 1.
- 41 Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, boletins de 10.10.1932, p. 2.
- 42 Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, boletins de 10.10.1932, p. 3 (grifos nossos).
- 43 *Idem*. É importante notar que serão realmente estes os pontos pelos quais Juarez e o Norte se baterão na Constituinte. A unidade de processo e a nacionalização das minas e quedas d'água constituirão, como veremos adiante, suas maiores vitórias. Entretanto, destas medidas, apenas a representação de classes é conquistada antes da abertura dos trabalhos constitucionais, sendo um de seus mais significativos ganhos.
- 44 Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, boletim n.º 2 de 4.11.1932 (grifos nossos).
- 45 O documento, considerado de caráter sigiloso, no qual é apresentado o esboço dessa agremiação política data de 14.6.1932. Ver *Jornal do Brasil* de 23.11.1932, onde o mesmo foi divulgado.
- 46 *Idem*.
- 47 *Idem*.

- 48 A Comissão Coordenadora dos trabalhos é constituída por Ilca Labarthe, Amador Cisneiros, Amaucir Niemeyer e Judite Gouvêia, e o Congresso é presidido por Juarez Távora. *Correio da Manhã* de 17.11.1932.
- 49 Essa comissão era composta por Pedro Ernesto, Juarez Távora, coronel Moreira Lima, Castro Afilhado, Ilca Labarthe, Amauri Osório e Giraldes Filho. *O Globo* de 15.2.1933.
- 50 Da elaboração deste acordo participam todos os ministros civis do Governo Provisório e mais João Alberio, Góis Monteiro, Antônio Carlos de Andrada (presidente do Partido Progressista Mineiro), Ari Parreiras (interventor no RJ), Pedro Ernesto (interventor no DF), Carneiro de Mendonça (interventor no CE) e Rogério Coimbra (interventor no AM). Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.02.15.
- 51 Trechos do programa da UCN publicado pela *Folha de São Paulo* de 20.2.1933.
- 52 São elas: Partido Socialista Brasileiro e Partido Liberal Amazonense (AM); Partido Liberal (PA); Partido Socialista Brasileiro (MA); Partido Social Nacionalista (PI); Partido Liberal (MT); Partido Nacional Socialista e Partido Popular (RN); Partido Nacional (AL); Partido Republicano Progressista (PB); Partido Social-Democrático (PE, CE, BA, PR); Partido Liberal Santa-Catarinense (SC); Partido Republicano Liberal (RS); Partido Republicano Social (GO); Partido Autonomista (DF); o Chapa Liberdade e Civismo (SE).
- 53 *O Globo* de 25.4.1933 (grifos nossos).
- 54 *Diário da Manhã* de 6.4.1933.
- 55 *O Globo* de 5.4.1933.
- 56 Em Alagoas o Partido Nacional concorre ao pleito com mais dois partidos. O Partido Socialista, formado por elementos considerados também "revolucionários", e o Partido Democrata. Entretanto, ambos extinguem-se após as eleições de 1933.
- 57 *Correio da Manhã* de 27.2.1934.
- 58 Em 18.3.1934, Afonso de Carvalho é substituído por Osman Loureiro.
- 59 Arquivo Getúlio Vargas, 34.08.02.
- 60 *Idem*.
- 61 Sobre este assunto ver Barbosa Lima Sobrinho, *A presença de Alberto Torres* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968).
- 62 Em 12.1.1954 a sociedade realiza o Primeiro Congresso de Problemas do Nordeste, presidido pelo tenente Juarez Távora.
- 63 Juarez Távora, *op. cit.*, p. 106.
- 64 *A Nação* de 1.9.1933.
- 65 Companhia inglesa que detinha o monopólio do transporte ferroviário e por onde escoava quase toda a produção da região.
- 66 Sobre este assunto ver Manuel de Sousa Barros, *A década de 20 em Pernambuco* (Rio de Janeiro: s. ed., 1972).
- 67 "Com a Revolução ascenderia ao governo do estado um outro usineiro. Dr. Carlos de Lima Cavalcânti, ligado também ao velho cliã atuante da vida pública de PE desde o século XVI, o que demonstra que a Revolução de 30 não provocou alterações nos grupos econômicos dominantes que detinham o poder político." Sandra Maria Correa Bradley, *Açúcar e poder* (Recife: Secretaria de Planejamento do Estado, 1977), p. 45.
- 68 Guillermo Palácios, *Os plantadores de cana de Pernambuco, 1900/1955 — Adaptação de uma elite agrária tradicional* (Rio de Janeiro: EIAP-FGV, s.d.) (mimeo), p. 29.
- 69 Costa Porto, *Os tempos de Lima Cavalcânti* (Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1977).
- 70 Neste sentido é feita de imediato uma reforma da magistratura que atingiu diretamente os elementos ligados ao governo deposto. Será na reforma da magistratura que a oposição centralizará suas mais veementes críticas ao governo de Lima Cavalcânti.
- 71 *Diário da Manhã* de 4.3.1931.
- 72 *Diário da Manhã* de 19.7.1931.



- 74 No dia 8.4.1931 desencadeia-se no Recife um motim de caráter nacionalista entre empregados brasileiros demitidos e patrões da casa de comércio portuguesa Teixeira Miranda. No dia 20.5.1931, ocorre uma revolta militar no quartel do Derbi, dirigida por revolucionários de 30 demitidos da Força Pública. Nos dias 29 e 30.10.1931 eclode a revolta do 21.º BC. Ver *Diário da Manhã* de 14.4, 30.4, 3.11 e 5.12.1931 e Arquivo Getúlio Vargas, 31.05.20 e 31.05.21.
- 75 Interessante notar que os jornais situacionistas dão pouco destaque a tais questões. Na maioria das vezes divulgam notas oficiais esclarecendo a população sobre tais acontecimentos.
- 76 *Diário da Manhã* de 3.11.1931.
- 77 *Diário da Manhã* de 19.7.1931.
- 78 Decreto n.º 21 sobre aluguel de casas. Ver *Diário da Manhã* de 4.2.1931.
- 79 *Diário da Manhã* de 5.4.1931.
- 80 *Idem*. São membros do Conselho do Departamento Estadual do Trabalho: João Cleofas, Tomás Lobo, Aníbal Bruno de Oliveira, Humberto Moura.
- 81 *Diário da Manhã* de 23.8.1931.
- 82 *Diário da Manhã* de 16.2.1933 (grifos nossos).
- 83 *Idem* (grifos nossos).
- 84 Telegrama de Antunes Maciel para Lima Cavalcânti em 18.12.1932. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.
- 85 *Diário da Manhã* de 31.8.1931 (grifos nossos).
- 86 *Diário da Manhã* de 28.3.1933 (grifos nossos).
- 87 *A Esquerda* de 28.3.1933.
- 88 *Diário da Manhã* de 25.4.1933.
- 89 Em 30 de janeiro de 1933, em uma reunião convocada pelo ex-senador Arquimedes de Oliveira, é escolhido o Diretório Central do PRS, do qual fazem parte Sebastião do Rego Barros, Eurico de Sousa Leão, Júlio Belo, Arquimedes de Oliveira, Samuel Hardman etc.
- 90 *Diário da Manhã* de janeiro de 1933.
- 91 *A Esquerda* de 28.3.1933.
- 92 *Idem*.
- 93 *Diário da Manhã* de 13.4.1933.
- 94 *Diário da Manhã* de 3.5.1933.
- 95 *Diário da Manhã* de 5.5.1933.
- 96 Aníbal Fernandes, *Pernambuco no tempo do "vice-rei"*... (s.e.: Schmidt, 1934), pp. 342-3.
- 97 A eleição dos representantes patronais à Assembleia Nacional Constituinte ocorre em 25.7.1933, e a inclusão do nome de Edgar Teixeira Leite, único representante do Norte em uma bancada composta por 17 deputados, é muito bem aceita pela interventoria pernambucana e demais interventorias nortistas.
- 98 Juarez Távora é nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 21.12.1932. Sua presença na Assembleia Nacional Constituinte estava totalmente legitimada pelo fato de ocupar o cargo de ministro de Estado. Os principais pontos por ele defendidos em plenário serão os seguintes: fortalecimento da União nacional; uniformização da justiça, saúde e ensino público; transformação dos estados federados em meros órgãos administrativos intermediários entre a União e os municípios; existência de uma Câmara Econômica Social; decretação imediata de uma legislação que permita, incentive e impulse a organização e o funcionamento dos sindicatos e associações profissionais; subordinação da "Democracia Representativa" ao nível de conscientização da população. Ver Arquivo de Carlos de Lima Cavalcânti, boletim de 10.11.1932.
- 99 Brasil, *Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-1937, 22 vol.), daqui por diante referidos apenas nos *Anais*. Este item se encontra no vol. 17, p. 263.
- 100 *Diário da Manhã* de 30.1.1934.
- 101 Curiosamente, a participação de João Alberto nos trabalhos constitucionais se encerra em 2.3.1934. Afora as questões políticas, João Alberto propõe duas

- emendas ao Anteprojeto Constitucional, ambas de caráter nitidamente centralizador, sobre discriminação de poderes dos estados e da União.
- 102 Edgar Teixeira Leite, *Anais*, vol. 8, pp. 340-1.
- 103 Cardoso de Melo Neto, *Anais*, vol. 6, p. 279 (grifos nossos).
- 104 *Ib.*, pp. 280-1.
- 105 Proposta constitucional da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres publicada no *Diário da Manhã* de 4.2.1934.
- 106 Juarez Távora, *Anais*, vol. 2, p. 357.
- 107 *Anais*, vol. 2, p. 74.
- 108 Odilon Braga, *Anais*, vol. 2, p. 75.
- 109 Agamenon Magalhães, *Anais*, vol. 2, pp. 74-5.
- 110 *Ib.*, p. 207.
- 111 Juarez Távora, *Anais*, vol. 2, p. 359.
- 112 Agamenon Magalhães, *op. cit.*, p. 483.
- 113 Além de Agamenon Magalhães, votam contra o novo tipo de regime os pescadistas pernambucanos José de Sá, Arnaldo Bastos, Osório Borba e Mário Domingues, além de Aloísio Filho (Bahia ainda é Bahia), Pedro Rache (classista dos empregadores), J. Ferreira Sousa (Partido Popular — RN), Alberto Roselli (Partido Popular — RN). Ver *Anais*, vol. 3, p. 9.
- 114 Emenda n.º 1.949. Ver *Anais*, vol. 17, p. 333.
- 115 Emenda n.º 40. Ver *Anais*, vol. 4, p. 424.
- 116 *Idem*.
- 117 Este órgão teria funções deliberativas em relação a suas atribuições fundamentais: a) coordenar e garantir o funcionamento harmônico e autônomo dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — dentro da alçada federal; b) estabelecer e garantir a cooperação racional desses poderes com os poderes homólogos estaduais; c) assegurar a continuidade da administração pública, através da transitoriedade dos governos republicanos; d) garantir efetivamente o equilíbrio federativo, outrora assegurado, teoricamente, pelo Senado. Ver Juarez Távora, *Anais*, vol. 13, p. 30 e seq.
- 118 *Ib.*, p. 36.
- 119 *Ib.*, p. 29.
- 120 Antônio Souto Filho, *Anais*, vol. 13, p. 225.
- 121 Juarez Távora, *Anais*, vol. 11, p. 493 (grifos nossos).
- 122 Juarez Távora, *Anais*, vol. 2, p. 356.
- 123 Alde Sampaio, *Anais*, vol. 5, p. 293.
- 124 *Diário da Manhã* de abril de 1933.
- 125 Agamenon Magalhães, *Anais*, vol. 5, p. 306.
- 126 *Anais*, vol. 17, p. 456. Levi Carneiro, *Pela nova Constituição* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1932), p. 748.
- 127 Luís Cedro, *Anais*, vol. 13, p. 12.
- 128 Antônio de Souto Filho, *op. cit.*, p. 224.
- 129 Sobre a criação do IAA enquanto política intervencionista, ver Célia Leite Costa, *O Instituto do Açúcar e do Alcool. um exemplo de política intervencionista na década de 30* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1979) (mimeo).
- 130 Augusto Cavalcânti, *Anais*, vol. 14, p. 452.
- 131 Arruda Falcão, *Anais*, vol. 21, p. 253.
- 132 Augusto Cavalcânti, *op. cit.*, pp. 445-53.
- 133 *Ib.*, pp. 448-9.
- 134 Edgar Teixeira Leite, *Anais*, vol. 14, p. 450.
- 135 Augusto Cavalcânti, *op. cit.*, p. 450.
- 136 Clube 3 de Outubro, *Esboço do programa de reconstrução política e social do Brasil* (s.l.: s.ed., 1932).
- 137 Augusto Cavalcânti, *Anais*, vol. 21, p. 846. Bastante significativos são os signatários dessa emenda. Além dos pernambucanos Osório Borba, Mário Domingues, Humberto Moura, José de Sá, Agamenon Magalhães e Augusto Cavalcânti, os demais são deputados classistas representantes dos empregados, ou deputados políticos com vínculos com o tenentismo. São eles: Ferreira Neto

(empregado-classista), Rui Santiago (autonomista-DF), João Beraldo (PP-MG), Olegário Manairo (autonomista-DF), Rodrigues Dória, Pedro Vergara (PRS-RS), Francisco de Moura (empregado-classista), Gilbert Gabeira (empregado-classista), Guilherme Plaster (empregado-classista), Eugênio Monteiro de Barros (empregado-classista), Jeová Mota (LEC-CE), Martins Soares (PP-MG). A proposta é rejeitada, ficando o texto da Constituição bem próximo ao do substitutivo.

- 138 Emenda n.º 1.639. Ver *Anais*, vol. 17, p. 280. Assinam a emenda: Luís Cedro, Arruda Falcão, Alde Sampaio, Humberto Moura, Augusto Cavalcânti, Edgar Teixeira Leite, Agamenon Magalhães e Barreto Campelo, todos membros da bancada pernambucana.
- 139 Edgar Teixeira Leite, *Anais*, vol. 8, pp. 430-40.
- 140 Emenda n.º 1.109. Ver *Anais*, vol. 3, p. 172.
- 141 Agamenon Magalhães, *Anais*, vol. 2, p. 201.
- 142 Carta de Lima Cavalcânti a José de Sá e Agamenon Magalhães, em 3.7.1934. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.
- 143 Disposições transitórias seriam aquelas matérias que, apesar de discutidas e votadas pela Assembléia Nacional, não constariam do texto da Constituição Brasileira por serem mais ligadas à conjuntura. Constavam das disposições transitórias: a aprovação de todos os atos do Governo Provisório; a fixação de datas para as eleições das próximas constituintes estaduais; a elegibilidade dos interventores etc.
- 144 Telegrama de Antunes Maciel para Lima Cavalcânti em 28.5.1934. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.
- 145 Em 6.1.1934, Osvaldo Aranha recebe em sua residência duas comissões da Assembléia Constituinte: uma de líderes, representada por Arruda Câmara, e outra de deputados representada por Fernando Magalhães (Partido Popular Radical-RJ), elemento vinculado ao tenentismo. A visita tem como objetivo prestar solidariedade ao ex-líder da maioria.
- 146 As divergências deste pessedista pernambucano com os rumos assumidos pelo Governo Provisório datam da escolha de Antônio Carlos de Andrada para a presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Tratava-se de um antigo membro do Partido Republicano Mineiro que, apesar de revolucionário em 30, fazia parte, segundo as classificações tenentistas da época, do grupo dos chamados "políticos profissionais".
- 147 Carta de Juarez Távora a Lima Cavalcânti em 12.2.1934. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.
- 148 No dia 21.2.1934, Lima Cavalcânti envia cinco telegramas a três pessoas tratando deste mesmo assunto. Os destinatários são Arruda Câmara, Agamenon Magalhães, Flores da Cunha. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.
- 149 Telegrama publicado pelo *Diário da Manhã* de 26.2.1934. O único dentre os 15 pessedistas que não assina o telegrama é Arruda Falcão por encontrar-se ausente. É significativo o fato de os pernambucanos que fazem parte da bancada classista assinarem o telegrama: Edgar Teixeira Leite (empregador) e Antônio Ferreira Neto (empregado).
- 150 Telegrama de Lima Cavalcânti a Agamenon Magalhães, José de Sá e Osório Borba em 28.5.1934. Ver Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti.

## **Capítulo V**

### **A REPRESENTAÇÃO DE CLASSES NA CONSTITUINTE DE 1934**

**ANGELA MARIA DE CASTRÒ GOMES**

A Revolução de 1930 e todo o debate político e intelectual subsequente retomam, de forma clara e precisa, uma série de questões que vinham sendo alvo de análises desde o período da República Velha. Dentre elas, destaca-se a da representação política.

De fato, por diversas vezes na Primeira República, Rui Barbosa e muitos outros políticos e intelectuais reafirmaram a necessidade de uma ampla reforma eleitoral que sanasse os vícios de um sistema político baseado no voto de cabresto e no domínio dos "coronéis". Desta forma, a revolução e, mais ainda, o debate que se estabelece após 1932 — quando o retorno do país ao estado de direito é assegurado pela convocação da Constituinte — não inauguram as reflexões sobre tão importante problema político. Entretanto, a conjuntura do pós-30, marcada pela instabilidade e heterogeneidade políticas (referimo-nos ao confronto tenentes *versus* oligarquia), redimensionaria o debate da questão, dando-lhe novo dinamismo.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que duas orientações principais e distintas, com profundas raízes em nosso passado republicano, delimitaram os parâmetros desse debate. Uma delas, reconhecendo as fraudes eleitorais e as dificuldades do alistamento e do exercício do voto, procurava resolver o problema através de procedimentos que restaurassem o mercado político liberal. Defendiam como medidas saneadoras do sistema político o sufrágio universal, o voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral, por exemplo. Situavam-se, assim, no campo da liberal-democracia e, embora fazendo oposição ao regime eleitoral da República Velha, não abandonavam sua fonte de inspiração doutrinária.

A outra orientação, que se fortalece politicamente no imediato pós-30 com a aproximação entre Vargas e o tenentismo, propunha a restauração da verdade eleitoral através do estabelecimento de reformas que ultrapassavam e fugiam ao escopo político liberal. Dentre as medidas cruciais à realização deste novo modelo de representação política estava a instituição da representação de classes.<sup>1</sup>

Em segundo lugar, seguindo esta linha de raciocínio, cabe assinalar que o processo de discussão e implantação da representação dos interesses de classe no cenário político nacional é um dos acontecimentos mais ilustrativos e característicos da conjuntura do pós-30, vinculando-se diretamente à importância da presença política dos tenentes.

O debate em torno do estabelecimento da representação de classes a nível da prática política, que se constitui no objeto de nossa reflexão, inaugura-se já em 1931, mas sem dúvida é após a promulgação do Código Eleitoral (em fevereiro de 1932) que tal discussão vai ganhar novos contornos e intensidade. A partir deste momento, a representação de classes deixa de ser apenas mais uma proposta de origem tenentista para instituir-se em medida aprovada pelo código como a única forma de estabelecer-se no país a verdadeira representação dos interesses nacionais. Significando bem mais do que o estabelecimento de um outro tipo de mandato, a instituição da representação de classes torna-se um dos pontos-chave para a discussão de um novo tipo de projeto político.

Situar, no debate então desencadeado, o sentido político da representação de classes para a "renovação" do Estado brasileiro e examinar a composição e atuação das bancadas classistas eleitas em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte são os principais objetivos deste capítulo.

## 1. A REPRESENTAÇÃO CLASSISTA: AS FORÇAS POLÍTICAS E O DEBATE

### 1.1. *O processo de implantação*

Segundo Evaristo de Moraes Filho,<sup>2</sup> um dos primeiros pronunciamentos a situar a questão da necessidade e do sentido da representação classista para o sistema político que se devia inaugurar com a Revolução de 1930 parte do próprio chefe do Governo Provisório, numa significativa solenidade. Trata-se do discurso realizado por ocasião da instalação dos trabalhos da Comissão Legislativa encarregada de elaborar o novo Código Eleitoral, a 4 de maio de 1931.<sup>3</sup>

Nesse discurso, Vargas estabelece certas linhas que deveriam marcar a reforma das leis então vigentes, assinalando os fatos econômicos como "a grande força dominadora e renovadora da vida social contemporânea". Neste sentido, a ordem jurídica precisaria refletir a ordem econômica, garantindo-a e fortalecendo-a. É este o princípio que explica o natural alargamento do poder de ação do Estado, que não pode mais ignorar os múlti-

plos e complexos problemas da sociedade moderna, ficando restrito a limites impostos por um romantismo político já superado.<sup>4</sup> Portanto, ao lado de uma visão crítica do “Estado puramente político (...) que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação”,<sup>5</sup> encontramos a proposta da organização das classes e de sua participação direta na vida política do Estado, quer em assembleias a que tenham acesso seus representantes, quer em Conselhos Técnicos, especializados e incorporados à administração pública.

A representação política das classes surge, sem dúvida, no corpo deste discurso, como um dos pontos de referência da reforma política que se estava iniciando com o estabelecimento da comissão encarregada de elaborar o código que iria reger as futuras eleições. A necessidade de se estimular as forças sociais organizadas e de transformá-las de elementos hostis em elementos de colaboração do Governo é mais do que uma proposta ou sugestão de Vargas, uma vez que se articula com duas importantes medidas já implementadas: a própria criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a elaboração da Lei de Sindicalização de 19 de março de 1931.

A Comissão Legislativa, composta por Assis Brasil, João Crisóstomo Cabral, Mário Pinto Serva e presidida pelo ministro da Justiça, Maurício Cardoso, iria consagrar o princípio da representação classista no novo Código Eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932. Este fato é considerado por todos os que tratam da questão como uma grande vitória das correntes revolucionárias, particularmente de uma das mais ativas e importantes agremiações políticas então atuantes: o Clube 3 de Outubro.

No mesmo mês em que o Código Eleitoral é promulgado, realiza-se um congresso do Clube 3 de Outubro, onde são aprovados seus novos estatutos e seu programa. A representação política das profissões é um dos pontos capitais deste programa amplamente divulgado pela imprensa do país. Considerada como “a única fórmula capaz de assegurar uma verdadeira organização política nos moldes exigidos pela moderna evolução social”, a representação classista é defendida juntamente com a maior centralização de certos serviços públicos, com medidas que solucionem a chamada “questão social” e principalmente com a proposta de uma representação política igualitária para todos os estados.<sup>6</sup>

O modelo político proposto pelo clube defendia a manutenção do regime presidencialista, mas combatia a “onipotência dos poderes do chefe do executivo”, fundamentalmente através da criação de duas câmaras que caracterizariam o sistema eleitoral municipal, estadual e federal. Assim, ao lado de uma Câmara Política estabelecia-se uma Câmara Profissional, formada por representantes eleitos pelas classes e com direito a eleger um vice-presidente “técnico” (haveria, por conseguinte, dois vice-presidentes, um “técnico” e um “político”), além de participar da eleição dos presidentes de estado e da República, ambos escolhidos por sufrágio indireto.<sup>7</sup>

Compunham o diretório do Clube 3 de Outubro, nesta ocasião, Pedro Ernesto (presidente), Góis Monteiro (1.º vice-presidente), Juarez Távora (2.º vice-presidente), Abelardo Marinho (secretário), Augusto do Amaral Peixoto (tesoureiro) e participavam de seu conselho deliberativo, entre outros, João Alberto, Osvaldo Aranha (ministro da Justiça e Fazenda) e José Américo (ministro da Viação). O peso desses nomes dá uma dimensão da força e da relevância da proposta política que então se articulava e, nela, do papel central jogado pela representação classista. O próprio secretário do clube, às vésperas da promulgação do novo Código Eleitoral, concede uma entrevista ao jornal *Correio da Manhã*,<sup>8</sup> onde ressalta a necessidade de se organizar um corpo eleitoral que represente de fato a nação. Assim, a representação profissional surgia ao lado do voto secreto e da justiça eleitoral como uma das medidas saneadoras da nova ordem política.

O papel do Clube 3 de Outubro neste momento é de importância in-dubitável, encontrando-se o tenentismo, no princípio do ano de 1932, com grande força política. Em junho desse ano, porém, a organização atravessa uma grave crise, assinalada pelo afastamento de alguns de seus mais eminentes sócios, como Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Não nos cabe aqui discutir as razões e implicações deste episódio; interessa-nos apenas assinalar que tal questão não interfere na posição assumida pelo clube na defesa da representação classista, conforme deixa claro um comunicado de sua comissão de imprensa aos jornais do país. Nesse comunicado, o clube assume o papel de defensor pioneiro da participação efetiva das classes nos órgãos de governo e acusa "alguns núcleos partidários", que agora resolveram incluí-la em seus programas, de o fazerem de forma capciosa, aceitando-a apenas em órgãos consultivos de ineficácia comprovada. O clube rejeita, assim, qualquer outra fórmula de participação das classes que não seja a colaboração direta em órgãos deliberativos do governo.

Inicia-se, então, em novos termos, o debate em torno do processo de reconstitucionalização do país, uma vez que em novembro de 1932, vencida a Revolução Constitucionalista de São Paulo, instala-se a subcomissão encarregada de elaborar um Anteprojeto de Constituição, a ser apresentado pelo Governo Provisório à Assembléia eleita pelo pleito de 3 de maio de 1933. Tal resolução, tomada pelo Decreto n.º 21.042, de 14 de maio de 1932, não havia sido colocada em prática em face do estado de agitação que envolvera o país desde o mês de julho, quando estourara o conflito. Os trabalhos da subcomissão Constitucional, estabelecidos pelo novo ministro da Justiça, Antunes Maciel, terão na questão da representação profissional um dos seus pontos mais polêmicos.<sup>9</sup>

Nessa ocasião o Clube 3 de Outubro realiza uma Convenção Nacional para firmar as medidas a serem pleiteadas na Assembléia. Mais uma vez, a representação profissional é defendida, ao lado da representação política



igualitária dos estados, ficando também assentada a luta por Conselhos Técnicos autônomos, com funções consultivas. Portanto, a representação profissional constitui um ponto que não se confunde e muito menos se identifica com a proposta dos Conselhos Técnicos. Para o seu real estabelecimento, seria necessário o estímulo à organização das associações e sindicatos profissionais para que pudessem escolher seus representantes à Assembléia. Trata-se claramente de uma proposta cujo objetivo político imediato era romper com o domínio das bancadas dos maiores estados da federação. Procurava-se, através da representação profissional, restabelecer o peso do Legislativo através de uma real representação dos interesses da nação.

O principal encarregado da defesa desta proposta dentro da subcomissão do Itamarati foi Temístocles Cavalcânti, seu secretário-geral e homem ligado ao Clube 3 de Outubro.<sup>10</sup> As discussões que então se desenvolvem oferecem-nos uma primeira idéia do posicionamento de algumas das principais forças políticas da nação em face da medida e, logicamente, de seu significado para o momento que se vivia, marcado pela reorganização política do país.

Após sucessivos debates, a questão da representação profissional é votada em 6 de janeiro de 1933, sendo rejeitada por maioria de votos. Assim, ficara estabelecido no Anteprojeto de Constituição que deveria ser apresentado pelo chefe do Governo Provisório à Assembléia Constituinte a adoção de um regime de uma só Câmara (fora extinto o Senado), composta apenas por representantes políticos dos estados.

A distribuição dos votos em relação à representação classista é ilustrativa. Votam a favor, ao lado de Temístocles Cavalcânti, João Mangabeira, Osvaldo Aranha, José Américo e Góis Monteiro, perfazendo cinco votos. Votam contra a medida Afrânio de Melo Franco (MG-presidente da subcomissão), Antônio Carlos de Andrada (MG), Carlos Maximiliano (RS), Prudente de Moraes Filho (SP), Agenor Roure, Oliveira Viana e Artur Ribeiro, num total de sete votos.<sup>11</sup>

O depoimento do general Góis Monteiro situa bem o problema:

“Quando se discutira o Anteprojeto de Constituição no Palácio do Itamarati, opusera-me a essa representação (...). Entretanto, tive que encerrar minha oposição, porque o sr. Antunes Maciel, então ministro da Justiça (...) pediu-me, em nome do presidente Getúlio, que me abstinêsse de votar contra a criação da Câmara classista, única maneira que havia de contrabalançar as duas mais poderosas representações políticas, — estados de São Paulo e Minas Gerais. Tive que render-me, desistindo da idéia que tinha, isto é, de em vez de uma Câmara híbrida, haver duas Câmaras, uma política e outra classista (...).”<sup>12</sup>

A partir daí, fica patente uma divisão de forças que, grosso modo, tinha de um lado os elementos tenentistas civis e militares, ex-sócios ou ainda vinculados ao Clube 3 de Outubro; de outro, os mais tradicionais representantes políticos de São Paulo e Minas Gerais. Os interesses do chefe do Governo Provisório são nítidos, sendo os ministros da Justiça e do Trabalho os principais encarregados de agir em seu nome nessa questão específica. Independentemente da solução a que chegara a subcomissão do Itamarati, era necessário dar cumprimento ao que se estabelecera no Código Eleitoral, ou seja, era preciso encontrar uma fórmula para a participação dos representantes classistas na Assembléia Nacional Constituinte. Tal fato não fora alterado pela deliberação da referida subcomissão e ainda estava por ser regulamentado.

Com tal objetivo, o Clube 3 de Outubro organiza uma comissão para estudar a questão e elaborar uma proposta. Tal comissão, formada por Waldemar Falcão, Abelardo Marinho, Hercolino Cascardo e Stêneo Lima, encaminha ao chefe do governo, através do ministro da Justiça, um projeto de cunho marcadamente corporativista, que chega a ser examinado por uma Comissão Especial, especificamente criada para recebê-lo e propor uma fórmula definitiva.<sup>13</sup> Encerrados os trabalhos desta comissão governamental, o anteprojeto final é enviado ao Superior Tribunal Eleitoral, sendo aí rejeitado por unanimidade. Todos os seus membros votam contra a proposta da representação de classes, opondo-se, neste item, à orientação do Código Eleitoral.

A questão encontrava-se em um verdadeiro impasse, pois com todos os caminhos percorridos, cabia agora ao chefe do governo estipular não apenas a forma de participação dos classistas na Assembléia, como também se este tipo de representação de fato se realizaria. É nesse contexto que se torna particularmente interessante o exame de certos documentos que caracterizam o envolvimento de algumas das principais forças políticas do país e a posição em que o chefe do governo se encontrava, pressionado por essas forças.

Numa carta a Getúlio Vargas, Flores da Cunha, interventor gaúcho, esclarece a posição da comissão diretora do Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul quanto à questão da representação de classes. Embora o PRL aceite este “princípio”, não acredita que seja possível implantá-lo no Brasil, inclusive porque, até o momento, nenhum país do mundo conseguira chegar a uma fórmula adequada. Além disso, Flores da Cunha chama a atenção de Vargas para a decisão do Superior Tribunal Eleitoral: “mal andariam os revolucionários se comessem desrespeitando os arestos das autoridades por eles próprios instituídas.”<sup>14</sup>

José Carlos de Macedo Soares, líder paulista de grande relevo na Chapa Única por São Paulo Unido, situa a posição de seu estado: radicalmente

contrário à representação de classes tanto no terreno das “doutrinas”, quanto no das “realidades”. No primeiro caso, porque tal tipo de representação “feria o princípio da igualdade no sufrágio universal, base da verdadeira democracia”. No segundo caso, “porque o Brasil sequer apresentava classes sociais definidas que permitissem tal prática”. Os paulistas defendiam uma Assembléia Constituinte composta exclusivamente por representantes políticos eleitos pelo sufrágio universal, sendo “o concurso dos representantes de classe desejável, mas não no terreno deliberativo e sim no consultivo”.<sup>15</sup>

Por fim, o presidente do estado de Minas Gerais, Olegário Maciel, declara ao *Correio da Manhã*,<sup>61</sup> de forma clara e taxativa, que a maioria dos políticos mineiros que formam o Partido Progressista não reconhece a legitimidade do mandato de um representante de classe. Este ponto seria reafirmado após as eleições de maio, por ocasião da reunião conjunta realizada por Olegário Maciel com a comissão executiva do PP e seus deputados eleitos.

É fora de dúvida que, pelo menos para dois grandes partidos estaduais, o Partido Progressista mineiro e a Chapa Única Paulista, a negação da representação classista caminhava junto com a proposta de manutenção de um regime federativo, sem reduções significativas à autonomia dos estados e com representação política proporcional à sua população. Trata-se de uma questão que explicitava os interesses políticos das oligarquias regionais que se encontravam no controle dos estados, dividindo-as quanto ao problema da maior ou menor autonomia dos estados e da maior ou menor intervenção do Estado na vida econômica do país.

Se os partidos políticos de Minas e São Paulo e, em menor escala, do Rio Grande do Sul defendem, ao menos até a instalação dos trabalhos da Constituinte, uma posição contrária à representação classista, os pequenos estados, principalmente os do Bloco do Norte, defenderão uma posição diversa. A fórmula para romper a dominância dos estados do Sul, isto é, a de seus partidos políticos, consistia não só em articular um movimento de unidade política, na região que pesasse dentro da Assembléia Constituinte, como também em defender a representação profissional como contrapeso àquelas grandes bancadas.

A União Cívica Nacional é a outra grande força política que, ao lado do Clube 3 de Outubro, propugnará pelo princípio da representação de classes. Fundada em março de 1933, visando coordenar as principais forças revolucionárias do país para a atuação na Constituinte, articulará basicamente os estados do Norte, estando sob a orientação de Juarez Távora.

Em abril de 1933 realiza-se no Recife o I Congresso da UCN, reunindo os interventores de Pernambuco, Pará, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas e Sergipe, além de representantes do Partido Li-

heral do Pará, do Partido Social Democrático da Bahia e de Alagoas e de personalidades como Luís Aranha (secretário-geral da UCN), Juarez Távora (ministro da Agricultura e representante do interventor do Estado do Rio e do general Góis Monteiro) e José Américo (ministro da Viação). Um dos pontos de seu programa seria, justamente, a defesa da representação de classes.

Em 1.º de abril de 1933, portanto um mês antes das eleições, realiza-se uma reunião ministerial em que vence a deliberação, sem votos contrários, da instituição da representação de classes. O ministro da Justiça, Antunes Maciel Júnior, num trabalho enviado a Getúlio Vargas, especialmente destinado a responder às objeções levantadas pelo presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, situa a posição do Governo Provisório em face da questão da representação de classes:

“É uma forte ala de companheiros devotados, com cuja solidariedade o Governo pode contar (...), a que pleiteia vivamente essa inovação. Por isso mesmo consagrou-a o artigo 142 do Código Eleitoral, por sugestão do Ministro Osvaldo Aranha (...). Ficou o Governo nesta alternativa: ou contrariar as aspirações da ala amiga, derogando o dispositivo do Código, ou ceder a seus apelos, consentindo na ‘representação de classes’. Esses apelos eram tão incisivos e tão insistentes que o Ministro Protógenes chegou a declarar (...) que considerava o deferimento e a instituição dos deputados de classe na Assembléia Nacional como uma ‘indispensável válvula de segurança’ para a situação.

Diante disso, pareceu ao Governo que seria de lamentáveis efeitos derogar o Código em matéria de tamanha relevância (...). E procurou-se, então, uma fórmula intermediária, harmonizadora, pela qual, cumprindo o Governo os seus compromissos revolucionários, não perdesse a linha de discrição e cautela. Não outorgou representação ‘às classes’, propriamente, até porque lhe faltava base atual na organização embrionária das mesmas, entre nós. Dá-a às ‘associações profissionais’, (...) e estende-a a outros organismos que, conquanto não sindicalizados, são, em verdade, na sua personalidade jurídica, núcleos respeitáveis, como força social e profissional. É uma fórmula, repito, de meio-termo, que deixará a desejar para os extremistas, porém significa uma leal satisfação do Governo aos elementos esforçados que clamam pela representação de classes (...).”<sup>17</sup>

Poucos dias após essa reunião ministerial é elaborado o Regimento Interno da Constituinte (5 de abril de 1933), instituindo, na composição da Assembléia, as bancadas classistas. Nesta ocasião, alguns elementos te-

mentistas já realizavam esforços para contornar a oposição que os interven-  
tores de Minas Gerais (Olegário Maciel) e do Rio Grande do Sul (Flores da  
Cunha) moviam à representação de classes, de forma a facilitar a aceitação  
da medida que seria implementada pelo governo.<sup>18</sup>

Muito esquematicamente, era esse o quadro político nacional quando  
o chefe do Governo Provisório, através do Decreto n.º 22.653, de 20 de abril  
de 1933, estabeleceu o número e o modo de escolha dos representantes  
das associações profissionais que participariam da Assembléia Constituinte.  
Segundo o decreto, tomariam parte na Assembléia 40 representantes clas-  
sistas, cabendo 17 aos empregadores, 18 aos empregados, três aos pro-  
fissionais liberais e dois aos funcionários públicos. No Distrito Federal, os  
deputados classistas seriam eleitos por delegados — eleitores escolhidos  
pelos sindicatos devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, In-  
dústria e Comércio. Não se adotava a fórmula proposta pelo Clube 3 de  
Outubro, mas a representação classista fora mantida.

A eleição dos deputados profissionais efetua-se no mês de julho de  
1933, quando já eram conhecidos os resultados eleitorais do pleito de maio.  
Trata-se de um processo paralelo que tem nos Ministérios da Justiça e do  
Trabalho seus centros coordenadores. Destaca-se no período preparatório  
às eleições classistas a atuação de Luís Aranha, que em seu gabinete no  
Ministério da Justiça<sup>19</sup> recebe quase que diariamente delegados-eleitores,  
articulando com eles o pleito classista. As ligações de Luís Aranha com  
João Alberto, Góis Monteiro e o próprio Osvaldo Aranha não deixam dú-  
vida quanto ao interesse do chefe do Governo Provisório no assunto.

Realizada a escolha dos deputados classistas e abertos os trabalhos da  
Constituinte, não se encerra o debate da questão, pois a representação clas-  
sista vigorara em 1933 apenas por determinação do Código Eleitoral. Não  
estando prevista no Anteprojeto de Constituição, a representação consti-  
tuía um dos pontos polêmicos das propostas de modelo político a ser im-  
plantado. Desta feita, portanto, o que se iria decidir ultrapassava os limi-  
tes da atuação de uma Assembléia, para incorporar-se no texto constitu-  
cional, ou seja, no sistema político brasileiro.

## 1.2. *O debate na Constituinte*

É na Assembléia Nacional Constituinte que o debate em torno do princí-  
pio da representação política das classes assume feições mais claras, con-  
centrando e aprimorando todos os argumentos desenvolvidos nos momen-  
tos anteriores — fato que nos permite captar as principais posições em face  
dessa questão, bem como redimensionar seu significado político-ideológico.

Alguns aspectos desse debate, que mobilizou uma boa parte do tempo dos trabalhos da Assembléia, poderiam, de imediato, ser ressaltados: em primeiro lugar, é importante observar que as razões invocadas como geradoras e justificadoras da proposta da representação de classes são reconhecidas e aceitas por todos, independentemente das posições que defendem. Todos os deputados envolvidos no debate situam as transformações de ordem econômica e social que caracterizam as sociedades modernas como o foco desencadeador da necessidade de reformulação do modelo de participação política, levando em consideração os interesses de classe. Novos problemas de dimensões e complexidade ainda ignorados surgem na vida política das nações, exigindo um reaparelhamento de seu aparato de Estado. Esses problemas têm uma dupla natureza: são questões "políticas" por sua importância e pelo volume de pessoas que envolvem; são questões "técnicas" pelo tipo específico de solução que exigem.

Neste sentido, todos os debatedores concordam com a participação de representantes de classe no processo político, uma vez que são estes os elementos que vivem e conhecem de perto as novas questões. Mesmo aqueles que se opõem à representação política das classes a nível deliberativo, ou seja, com voto dentro de assembleias ditas "políticas", incluem a participação das classes no debate político dos problemas com os quais estão familiarizados e para os quais têm com que contribuir, de forma até insubstituível. Podemos praticamente dizer que não mais encontramos defensores da pura e completa exclusão da participação das classes da vida política da nação, embora as fórmulas propostas para sua integração sejam distintas.

Neste ponto, também vale assinalar que a discussão já se realiza dentro de um campo definido de fórmulas possíveis, havendo o abandono de outras consideradas inadequadas ao momento político. É o caso da representação exclusiva das classes através de um parlamento corporativo. Todos concordam que tal proposta é absolutamente inviável, pois além de uma série de razões teóricas que a desaconselham, a orientação constitucional vitoriosa no país não permitiria sequer tal hipótese. Da mesma forma, o projeto de um sistema político com uma Câmara Política e outra Corporativa praticamente não tem mais defensores.<sup>20</sup> Esta fora a proposta do Clube 3 de Outubro em meados do ano de 1932 e também a do general Góis Monteiro na subcomissão do Itamarati, embora, aí mesmo, ele a tenha abandonado a pedido do chefe do governo. Dentro da Assembléia, reconhecia-se, portanto, a impossibilidade da manutenção de um modelo político que não incorporasse a participação das classes. Por outro lado, estava claro também que nosso desenvolvimento social apontava para um baixo grau de solidariedade e organização das mesmas, que prejudicava propostas mais "radicais" como as citadas.

Assim, se as classes teriam certa representação na vida política, isto não se realizaria minimizando o modelo liberal de representação popular, mas acoplando-se a ele de alguma forma. O que se propunha era um acréscimo ao sistema de representação já existente no país, numa espécie de “esvaziamento” do real significado da representação de classes, que não pode ser reduzida apenas a mais um tipo de mandato. É neste espaço delimitado que as propostas de incorporação política das classes podem ser grupadas, esquematicamente, em dois tipos básicos:

— *a fórmula da Câmara única de organização mista*, com parte dos deputados eleitos pelo sufrágio popular e parte pelo sufrágio das profissões. Podendo comportar mais de uma proposta, como veremos a seguir, esta fórmula defende a representação classista a nível deliberativo, com assento ao lado da representação política na Assembléia;

— *a fórmula da participação das classes através de Conselhos Econômicos ou Técnicos*, com poderes mais ou menos amplos. Neste caso, a representação se daria a nível consultivo, estando a decisão política final nas mãos da Câmara, mesmo quando a consulta fosse obrigatória.

Estas posições podem ser claramente ilustradas pela atuação de três deputados que, vale notar, eram classistas. Abelardo Marinho, representante dos profissionais liberais e elemento de destaque do Clube 3 de Outubro, defensor da proposta há muito apresentada por essa ala de revolucionários; Ranulfo Pinheiro Lima, também dos profissionais liberais, que será o orador da bancada paulista da Chapa Única nesta questão; e Euvaldo Lodi, mineiro e líder da bancada dos empregadores.

É dentro da própria bancada classista que as alternativas mais importantes para a questão são colocadas. Esse fato nos revela, em primeiro lugar, que o mandato profissional foi usado como instrumento político, tanto pelos que propunham sua manutenção, quanto pelos que buscavam eliminá-lo; em segundo lugar, que dentro da bancada dos empregadores ocorriam cisões. O empresariado não se mostrava unido sobre este ponto, fundamental para caracterizar a proposta de modelo político de um grupo. A bancada dos empregados também não se apresentava homogênea, mas embora se dividisse quanto à fórmula da representação profissional mostrava concordância quanto a seu caráter político-deliberativo.

A defesa do princípio da representação profissional conduzida por Abelardo Marinho na Constituinte envolve uma análise crítica do modelo político liberal de representação até então experimentado no Brasil; envolve ainda uma proposta corporativista de organização do sistema representativo. O ponto central de sua proposta é a concepção de que a representação profissional, baseada na sindicalização das classes, é a única fórmula política capaz de renovar o sistema eleitoral do país. Este sistema, fundado no sufrágio universal, sempre fora dominado pela figura dos “chêfes políticos”

municipais ou estaduais, que através de seus cabos eleitorais controlavam a massa de votantes, tanto na zona rural quanto na urbana. O voto no Brasil fora sempre uma expressão de inconsciência política, estando o eleitor sob o mais total controle do industrialismo político de alguns.

Evidentemente, esse tipo de crítica vinha sendo realizada desde a República Velha, porém, neste momento, era acrescida de alguns pontos específicos e essenciais. Ressaltando a presença marcante do "cacique", do chefe político, negava-se a possibilidade de que, através de expedientes como o voto secreto e a justiça eleitoral, fossem realizadas quaisquer alterações significativas no quadro político vigente. O exemplo escolhido para ilustrar o problema foi a própria eleição para a Constituinte, onde vigorou o voto secreto e diminuíram as flagrantes fraudes eleitorais. Apesar disso, de forma alguma fora tocado o poder dos chefes políticos, que permaneceram elegendo seus candidatos. Estas medidas, portanto, não eram suficientes para eliminar o problema básico que dominava o país: a falência de nosso sistema político representativo.

Assim, a questão fundamental a ser resolvida não era a do regime político, pois tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo chegariam aos mesmos resultados, mantido o sistema de representação vigente. Tanto um quanto outro, porém, poderiam dar bons resultados se uma verdadeira reforma fosse realizada, tendo por base a adoção do sufrágio profissional.<sup>21</sup> Este sufrágio seria o meio de realizar-se, no Brasil, uma reforma na mentalidade eleitoral da população, criando-se ao mesmo tempo um corpo de votantes consciente e um corpo de representantes autêntico. Para tanto, tornava-se essencial a organização corporativa das classes, uma vez que era o sindicato o grande instrumento para a reforma política que se procurava alcançar. Nas palavras do próprio Abelardo Marinho: "(...) todo o problema consiste em substituir o cacique eleitoral, como 'defensor' do homem do povo, por outra entidade que lhe sirva por dever e não na qualidade de benfeitor interessado".<sup>22</sup>

O saneamento dos problemas políticos do país estava na construção de uma nova mentalidade eleitoral que rompesse com o poder dos chefes políticos. Isto se conseguiria pela formação dos Colégios Eleitorais, constituídos segundo as profissões dos eleitores, que votariam sempre em um representante que também exercesse a mesma profissão. Dentro de cada círculo profissional, haveria um grupo constituído de empregadores e outro de empregados, inteiramente independentes entre si.<sup>23</sup>

Além da desorganização lançada à engrenagem dos chefes políticos, outro ponto importante a ser alcançado com a adoção da representação profissional era a superação dos interesses de caráter regional defendidos por bancadas ou grupo de bancadas, responsáveis por um Poder Legislativo particularista e alheio aos interesses nacionais. Juntamente com a "atenua-



ção da disparidade numérica das representações dos estados”, a representação profissional traria um maior equilíbrio entre as bancadas das diversas unidades da federação,<sup>24</sup> rompendo definitivamente com o domínio dos grandes estados do Sul. Por esta mesma razão, Abelardo Marinho critica a fórmula da representação de classes que vigorou nas eleições para a Constituinte. Segundo tal fórmula, os deputados seriam eleitos por delegados-eleitores de uma classe, à razão de um para cada associação profissional. Assim, os estados mais populosos e de maior desenvolvimento econômico seriam favorecidos, pois teriam mais delegados-eleitores. Neste caso, em vez de a representação de classes significar mais uma forma de equilíbrio entre bancadas regionais, traria o reforço da representação política de alguns dos mais fortes estados da federação. Era o que se assistia, no momento, em relação à delegação paulista.

A modalidade de eleição “por classes” estimularia o regionalismo, coisa que o sufrágio profissionalista procuraria impedir, uma vez que a representação das profissões não dependeria de sua massa votante — “não é uma representação quantitativa e sim qualitativa”.

A emenda oferecida por Abelardo Marinho<sup>25</sup> estabelecia que o Poder Legislativo fosse exercido pela Assembléia Nacional, onde um terço dos deputados seria eleito pelo sufrágio profissionalista. Para tanto, as profissões seriam divididas em 53 categorias, formando seis círculos de profissões afins. Essa emenda mantinha todos os principais pontos do anteprojeto elaborado pelo Clube 3 de Outubro, que servira de base à proposta rejeitada pelo Superior Tribunal Eleitoral. O clube não só mantinha sua proposta, como criticava a solução aplicada ao pleito de 1933 por Vargas e seus ministros do Trabalho e da Justiça.

A lista de assinaturas em apoio à emenda nos mostra que votaram nesta fórmula: dez elementos da bancada classista,<sup>26</sup> membros do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, que faziam oposição à Chapa Única por São Paulo Unido; membros do Partido Autonomista do Distrito Federal e do Partido Social Democrático da Bahia e de Pernambuco, todos ligados à orientação tenentista. A proposta de renovação do modelo político empreendida pelo Clube 3 de Outubro, nucleada em torno da crítica ao domínio oligárquico do mecanismo eleitoral, nega a possibilidade de resolução das questões políticas do país através de fórmulas de inspiração liberal. São absolutamente insuficientes os procedimentos de sufrágio universal, direto ou indireto, com voto secreto e implantação de justiça eleitoral, uma vez que não atingem o âmago da questão: o domínio do chefe político. Este sobrevive, sem se enfraquecer, com e apesar destas práticas eleitorais.

É neste sentido que a representação política das associações profissionais conseguida com o sufrágio profissionalista, através de um movimento de sindicalização obrigatório, surge como “o único remédio” capaz de mo-

dificar a estrutura anterior, de romper com o domínio oligárquico. É importante ressaltar que o modelo político subjacente à emenda de Abelardo Marinho possui uma clara orientação corporativa de organização da sociedade, uma vez que une representação “profissional” à sindicalização obrigatória e sindicato único, opondo-se à simples representação de “classes” que poderia conviver com o pluralismo e a autonomia sindicais.

Se a inspiração da proposta é nítida e objetivamente autoritária, seu propósito é realizar uma reforma democrática, ou seja, é conseguir a verdadeira representação dos interesses nacionais. A separação entre liberalismo e democracia é clara nos discursos de Abelardo Marinho. Liberalismo não é democracia; logo, não é monopólio do liberalismo a realização desta. A proposta do clube coloca-se como a única e verdadeira fórmula de realização da democracia, exatamente porque não crê na possibilidade de ser alcançada uma real expressão da vontade popular dentro do sistema representativo liberal. Daí a questão não ser de regime político. De fato, parlamentarismo e presidencialismo aceitam o mesmo modelo de sistema representativo, baseado no mito do sufrágio universal popular que nada resolve. A substituição que realmente se pretende realizar não é a do indivíduo livre — que nunca existiu no Brasil — pela classe. O que se quer é a substituição do “chefe político” pelo sindicato, não dominado pelas vontades partidárias. Em síntese, no Brasil, uma reforma não oligárquica seria uma reforma democrática.

A outra proposta, distinta da do Clube 3 de Outubro, mas que também defende a representação política das classes a nível deliberativo, numa Câmara única de organização mista, foi apresentada pela bancada dos empregadores, através de seu líder, Euvaldo Lodi.<sup>27</sup> Por esta fórmula, propunha-se a eleição dos deputados classistas mediante o sufrágio indireto das associações profissionais, grupadas em cinco categorias: a) lavoura, pecuária e afins; b) indústria e afins; c) comércio, transporte e afins; d) profissionais liberais; e) funcionários públicos. Nos três primeiros casos, deveria haver uma representação igual de empregadores e de empregados, ou seja, mantinha-se o modelo que havia sido usado nas eleições de maio de 1933 e que já sofrera severas críticas dentro e fora da Assembléia.

Sem dúvida, este modelo também tinha por base a sindicalização das classes, mas não chegava a propor a organização de Colégios Eleitorais para o exercício do sufrágio profissional. Contudo, é interessante observar que a argumentação utilizada em sua defesa converge em muitos pontos com a do Clube 3 de Outubro. O caráter técnico, não partidário da representação das classes, é apontado como a grande vantagem de sua aplicação. Os deputados classistas estariam fora e/ou acima das lutas partidárias, sem sujeição a programas que alterassem e subordinassem os autênticos interesses da nacionalidade. De fato, os deputados classistas assumem exatamente essa

postura, quando são acusados de não representarem legitimamente os interesses do país por não haverem passado pelo sufrágio de todo o povo. Euvaldo Lodi, respondendo a tais colocações, afirma que os classistas, na realidade, não representam interesses político-partidários, mas que certamente estes não são o único tipo de interesse nacional possível. E é exatamente por essa razão que a representação classista pode sobrepor-se ao caráter regionalista-partidário, que sempre dominou nossas assembléias políticas, assumindo também um papel de árbitro e moderador nos impasses nitidamente partidários. O caráter técnico deste tipo de representação, vinculado a seu atributo antipartidário, não lhe retira nem o conteúdo político nem a legitimidade. A distinção entre participação política partidária e participação na vida política do país fica aí claramente traçada.

O fato de a bancada classista surgir como uma espécie de contrapeso às bancadas políticas dos estados explica por que, também nesta proposta, a representação de classes aparece vinculada a outros mecanismos de compensação dos desequilíbrios regionais, advindos do sistema federativo: a Câmara única; o voto secreto; a maior igualdade entre bancadas estaduais. A questão fundamental apresentada por este tipo de argumentação não é também a do regime político, mas a do sistema representativo, como ocorria no caso anterior. É bastante significativo que a apresentação da emenda propondo esta fórmula, que sairá vencedora, leve a assinatura de todos os empregadores (com exceção dos paulistas) e de quatro representantes da bancada dos empregados, uma vez que podemos considerá-la, neste momento, a fórmula governista por excelência. Isto porque mantém a representação das classes com voto deliberativo, conforme interesse governamental explícito no período pré-eleitoral, inclusive dentro do próprio esquema encontrado para as eleições de 1933, deixando menor margem para o surgimento de questões e oposições políticas.

Conforme vimos, a bancada dos empregados aparece praticamente dividida entre as emendas de Abelardo Marinho e Euvaldo Lodi,<sup>28</sup> sendo que sua maioria fica com o primeiro. Com tal posicionamento, essa bancada rejeitava como um todo a representação profissional em caráter consultivo, sem poder político, como propunha a emenda da bancada paulista. Os representantes dos sindicatos dos empregados lutavam pelo voto deliberativo, ou seja, pela igualdade política entre deputados classistas e não classistas.

A cisão ocorrida na bancada mostra a grande influência dos tenentes nos meios sindicais da época, particularmente nos estados do Norte.<sup>29</sup> Mostra também que os representantes dos empregados que votam com Lodi — logo, com a bancada dos empregadores — são exatamente os mais combativos e independentes, os que mais claramente se opõem à política de Vargas em relação aos trabalhadores. A explicação para este fato reside, certamente, no conjunto da proposta de Abelardo Marinho, marcada por

uma franca subordinação do movimento sindical ao aparelho de Estado. Assim, esses deputados não podiam apoiá-la, pois eram favoráveis à liberdade sindical, defendendo que a unidade sindical e a participação política dos empregados só teria sentido e valor num contexto em que o movimento operário fosse autônomo, livre da tutela estatal.

É exatamente contra o caráter deliberativo do voto classista que vão bater-se alguns de seus principais opositores, ainda apegados aos princípios da democracia do sufrágio universal. Assim se comportam, por exemplo, o mineiro Odilon Braga, liberal, relator do capítulo sobre o Poder Legislativo, e Raul Fernandes, relator-geral do projeto constitucional.

Porém a grande oposição à idéia da representação profissional é compreendida pela bancada paulista da Chapa Única, embora não conte com o apoio da outra grande bancada, que antes da instalação da Constituinte havia se manifestado contrária à proposta. A bancada mineira do Partido Progressista alterara a orientação traçada inicialmente pelo ex-presidente do estado, Olegário Maciel. Com sua morte e em face dos graves problemas políticos que envolveram a escolha do novo interventor, alterara-se o quadro da política mineira. A eleição de Antônio Carlos de Andrada, membro proeminente do Partido Progressista, para a presidência da Assembléia e sua participação no processo de escolha do novo interventor são dados significativos para a compreensão da transigência de pontos de vista ocorrida nesta bancada. Sem dúvida de grande importância foi a transigência em torno da representação profissional.<sup>30</sup> No início de 1933, o Partido Progressista chegara a criticar a solução encontrada pelo chefe do Governo Provisório, firmando em seu programa uma postura de não-aceitação da representação de classes. No entanto, os deputados do PP passam a aceitar tal proposta, apoiando, na Constituinte, a iniciativa do líder da bancada dos empregadores, Euvaldo Lodi.

Quanto à bancada gaúcha, dominada pelo Partido Republicano Liberal, liderado pelo interventor Flores da Cunha, que também se manifestara contrário à realização de tal experiência, a situação igualmente se havia alterado. As relações de Flores da Cunha com Getúlio Vargas eram muito estreitas, sendo a bancada rio-grandense-do-sul um importante apoio para o Governo Provisório. A questão da representação de classes, embora não atendesse aos interesses políticos de um grande estado, podia ser um ponto de concessão, uma vez que outras questões, como os limites da autonomia estadual, fossem consideradas.

A situação da bancada paulista era distinta. Vencidos na Revolução Constitucionalista, uniram-se as principais forças políticas do estado (PRP e PD) na Chapa Única por São Paulo Unido, que venceu esmagadoramente as eleições. Esta característica da bancada e a posição específica do estado

tornariam mais complexa qualquer alteração no programa, no qual se incluía a não-aceitação da representação profissional em caráter deliberativo.

Assim, a bancada paulista da Chapa Única surge como a grande opositora da medida, incluindo-se nesta postura os cinco representantes classistas de São Paulo, homens de peso no cenário político e na vida econômica do país: Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Alexandre Siciliano, A. C. Pacheco e Silva, da bancada dos empregadores, é Ranulfo Pinheiro Lima, representante das profissões liberais. Apesar de classistas, eles reforçariam a posição de seu estado, contrária à representação.

É interessante observar o fato, principalmente se considerarmos a importância do empresariado paulista dentro das associações de classes. Alguns dos homens citados, por exemplo, eram diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da própria Confederação Industrial do Brasil. Além disso, dentro da própria bancada classista e mesmo dentro da bancada dos empregadores, eram os únicos a rejeitar o tipo de mandato que exerciam. Enquanto isso, a liderança da bancada, na pessoa de Euvaldo Lodi, também da Confederação Industrial, propunha uma fórmula distinta da do Clube 3 de Outubro, para a implantação da representação classista.

A posição dos paulistas, quanto a esta questão, está expressa nos discursos de Ranulfo Pinheiro Lima. A oposição à substituição parcial ou total da representação popular pela representação profissional tem por base uma crítica à organização sindicalista da sociedade e do Estado, que destruiria os princípios fundamentais da democracia: "A representação profissional é uma conquista pretendida pelo sindicalismo na luta que empreende contra a democracia". Os paulistas reconhecem, contudo, os problemas dos regimes democráticos da atualidade, causados principalmente pela "política estreitamente individualista do *laissez-faire*", que os tornava ineficientes no trato com os problemas econômicos e sociais. A bancada aceita a necessidade de uma revisão da organização política, do papel que o Estado deve desempenhar nas sociedades modernas. Porém, aceitar uma transformação não significa aceitar a falência da democracia e sua superação por fórmulas sindicalistas.

Ranulfo Pinheiro Lima chega a distinguir duas correntes sindicalistas: a radical e a moderada. A primeira pretendia a participação direta dos sindicatos no Estado, ao lado da representação política ou substituindo-a completamente pela representação corporativa. Os paulistas não aceitam tal posição: nem a coexistência de uma Câmara Corporativa ao lado da Câmara Política, nem a formação de um parlamento híbrido onde, confundindo-se com os deputados eleitos pelo voto popular, teriam assento os representantes sindicais.<sup>81</sup>

A corrente moderada, na qual a bancada se incluía, achava que a participação dos sindicatos deveria ocorrer no sentido de "orientar e esclare-

cer os múltiplos problemas técnicos e sociais” com que hoje se defrontam os parlamentares políticos. No entanto só a estes deveria caber o voto deliberativo. Daí a proposta dos Conselhos Técnicos de caráter consultivo. A bancada não estaria defendendo um conservadorismo reacionário, negando-se a enxergar as transformações do mundo moderno. Ao contrário, estaria assumindo, inclusive, uma “posição sindicalista” mas “moderada”, ou seja, que se negava a aceitar a substituição do regime democrático pelo corporativo, mas não se negava a aceitar a colaboração sindical a nível consultivo.

São inúmeras as razões de ordem doutrinária e de ordem prática apontadas pela bancada paulista para justificar sua posição. Os grupos profissionais, mesmo em seu conjunto, não representariam os interesses gerais da sociedade. É falso acreditar que do conjunto de interesses específicos se chegaria ao interesse geral ou a uma nova forma de organização democrática. O regime corporativista acabaria conduzindo ao predomínio eventual, Constituinte, a bancada paulista considerava-a “uma satisfação dada pelo ou não, de uma classe sobre as demais.

Além disso, no Brasil, onde não havia luta de classes, a organização sindical estava em fase incipiente. Cumpria ao Estado fazer dos sindicatos elementos úteis à solução dos diversos problemas econômicos e sociais que enfrentávamos. “Para que isso aconteça, mister é que na vida dos sindicatos brasileiros (...) não penetre o elemento político.”<sup>32</sup> Seria evidentemente impossível atingir este objetivo procurando transformar representantes sindicais em representantes políticos, dentro da própria Assembléia. Aconselhável e prudente seria a colaboração sindical a nível técnico e de forma consultiva, já que era preciso não esquecer que o sindicalismo em sua origem significava a associação das classes para a luta de umas contra as outras.<sup>33</sup>

Quanto à representação profissional admitida na Assembléia Nacional Governo Provisório à corrente sindicalista” que entre nós existe, e não como uma consequência ou finalidade da lei de sindicalização de 1931. A organização dos sindicatos e seu reconhecimento pelo Estado devem ser considerados fatos independentes da representação política dos mesmos,<sup>34</sup> não havendo nenhuma relação obrigatória entre os dois.

Com este objetivo, Pinheiro Lima apresenta uma emenda pedindo a supressão da representação profissional com voto deliberativo e anexa à sua justificativa vários editoriais do *Jornal do Brasil* em apoio à sua posição.<sup>35</sup> Os editoriais, de março e abril de 1934, fornecem elementos interessantes de crítica à proposta do Clube 3 de Outubro, apresentada por Abelardo Marinho. O ponto principal do jornal é a denúncia do caráter aparentemente sedutor da representação profissional, que esconde sua face de opressão. A sindicalização apenas se iniciara no Brasil, sendo do conhe-

cimento geral que o fenômeno dos “cabos eleitorais”, tão criticado pelos defensores do sufrágio profissional, dominava os pleitos associativos. A prova eram as eleições que se haviam efetuado para a Constituinte, onde os representantes dos empregadores puderam ser escolhidos livremente, o mesmo não se dando com os dos empregados. Seus delegados-eleitores “recebiam o santo e a senha dos interventores, com uma passividade que não era mais do que uma resultante da opressão em que vivem os sindicatos”, asfixiados pela fiscalização policial.<sup>36</sup> Conclui o jornal em um de seus editoriais: “a única diferença que se pode encontrar, na primeira aplicação da representação de classes, é que ela facilita a intromissão do governo na escolha dos candidatos e reduz a liberdade dos eleitos”.<sup>37</sup> Os representantes classistas, longe de serem um reforço à independência do Legislativo, eram mais uma forma de interferência e de exercício de poder por parte do Executivo.

Exatamente por ter esta posição, a bancada paulista era contra a unidade sindical, que também colaborava para a subordinação das classes e das profissões aos interesses do Estado e dos partidos políticos. Este era outro instrumento que só traria abalos à democracia. Ranulfo Pinheiro Lima, em alguns de seus mais importantes discursos na Assembléia, situa, lado a lado, as questões da unidade/pluralidade sindical, da obrigatoriedade da sindicalização e da representação política das classes, criticando, veementemente, as emendas de Abelardo Marinho e reafirmando a posição democrática-liberal da bancada paulista.<sup>38</sup>

Duas propostas estão aí claramente traçadas através dos debates com o próprio Abelardo Marinho e de uma fina exposição de todas as objeções que os paulistas dirigiam ao encaminhamento que o problema sindical vinha tendo no Governo Provisório. As divergências eram mais profundas e globais, e a representação política das classes constituía apenas um de seus aspectos. Pluralidade sindical e representação profissional a nível consultivo (Conselhos Técnicos)<sup>39</sup> são pontos fundamentais para a bancada paulista dentro da Assembléia.

Os paulistas serão vencidos, mas não convencidos, conforme os termos de sua declaração de voto. Nesta, mais uma vez, fica claro um ponto que gostaríamos de ressaltar. A vinculação entre liberalismo e democracia encontrada em toda a argumentação da bancada paulista demonstra que são os “exageros” do liberalismo, exatamente no campo econômico e social, os responsáveis pelos problemas enfrentados pelos regimes democráticos. Porém, se era necessário realizar alterações em matéria de política econômica e social, não era negando a validade das fórmulas políticas liberais — como a do sufrágio universal e do voto secreto — que se alcançaria a

democracia. Portanto, para os paulistas, em 1934, não existiria outra democracia possível além da conseguida através do modelo liberal.

## 2. A ATUAÇÃO DAS BANCADAS

### 2.1. *A bancada dos empregadores*

A eleição dos representantes patronais à Assembléia Constituinte realizou-se em 25 de julho de 1933, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a presidência de Salgado Filho. Conforme as normas fixadas na legislação que orientou esta eleição,<sup>40</sup> votaram 74 delegados-eleitores representando sindicatos patronais de todo o país, devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Os 74 delegados tinham a seguinte distribuição por estados da federação: 27 do Distrito Federal; 20 de São Paulo; 11 de Minas Gerais; nove do Rio Grande do Sul; cinco do estado do Rio de Janeiro; um do Paraná e um de Sergipe.

Essa distribuição atesta a grande defasagem existente entre São Paulo e Rio, os dois principais centros econômicos do país, e o restante das unidades da federação. Apenas estes dois núcleos controlavam 47 dos 74 delegados que elegeriam os deputados patronais à Assembléia, assegurando para si a maioria da bancada dos empregadores, uma vez que, inegavelmente, representavam a maior parte das organizações sindicais do país.

Se por um lado procurava criar um contrapeso às bancadas políticas dos grandes estados — basicamente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, assegurando a posição dos pequenos estados e, é claro, a do Governo Provisório, o sistema de representação classista também propiciava o reforço da representação destes grandes estados, que justamente controlariam a maioria dos delegados responsáveis pela eleição dos classistas. Diante deste fato, não é difícil entender o caráter de instrumento de luta que o mandato classista assumiu na Assembléia, sendo inclusive usado por aqueles que, como os paulistas, desejavam a sua extinção.

A composição da bancada dos empregadores era, por esta razão, relativamente conhecida, mesmo antes das eleições. Contudo é extremamente útil examinar os nomes que a compõem, antes de iniciar uma análise de suas principais propostas. O que gostaríamos de ressaltar, através de algumas indicações, é que a bancada dos empregadores seria composta, em sua esmagadora maioria, por elementos vinculados à indústria e ao comércio, que de longa data vinham participando diretamente do debate das principais questões que envolviam a vida econômica do país.



**REPRESENTAÇÃO CLASSISTA DOS EMPREGADORES POR ESTADOS  
DA FEDERAÇÃO E SETOR DA PRODUÇÃO**

Setor da produção	Estados da Federação					Total
	DF	SP	MG	RS	PE	
Agricultura e pecuária	—	—	—	1	1	2
Indústria e afins	3	3	3	2	—	11
Comércio, transporte e afins	3	1	—	—	—	4
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>17</b>

Através do quadro acima podemos observar alguns pontos sobre os quais vale a pena refletir.

É o Distrito Federal que controla o maior número de deputados, seguido por São Paulo. Portanto, não sendo o estado de São Paulo aquele que detém o maior número de delegados-eleitores, não elege o maior número de deputados. Mesmo sendo considerado por todos, na ocasião, o maior centro econômico do país, comparecerá com quatro deputados, enquanto o Rio elege seis e Minas três.

De qualquer forma, a bancada dos empregadores é absolutamente dominada pela região Sul (16 cadeiras), cabendo ao Bloco do Norte apenas um representante. Este, segundo seu próprio depoimento,<sup>41</sup> fora incluído por indicação expressa de Osvaldo Aranha, que considerava absurdo não haver sequer um representante do Norte na bancada dos empregadores. Assim, fora retirado o nome de um delegado-eleitor do estado do Rio de Janeiro e o pernambucano, Edgar Teixeira Leite, eleito em segundo escrutínio. Existe também uma absoluta dominância na bancada dos representantes do setor industrial. As atividades agrícolas e afins detêm apenas dois elementos, o que precisa ser encarado ao lado da extrema importância atribuída ao setor, considerado a base da economia da nação. Este ponto seria objeto de críticas, pois “num país essencialmente agrícola” é um grupo industrial que domina a bancada classista dos empregadores. O paradoxo é total e demonstra a ineficiência do sistema adotado de eleição “por classes”.<sup>42</sup>

A presença do setor industrial não deve, entretanto, ser considerada como um bloqueio ao setor comercial; quando tentamos caracterizar o tipo de atividade específica que cada representante exercia, verificamos que grande parte deles acumulava empreendimentos nos dois ramos. Optamos, porém, por manter a divisão, uma vez que os próprios elementos muitas

vezes se definiam basicamente como industriais e, secundariamente, como comerciantes. Não gostaríamos, entretanto, de fazer uma distinção rígida entre os dois setores, o que poderia dar a falsa impressão de que o comércio, na bancada dos empregadores, estivesse desprestigiado ou sub-representado.

Além do acúmulo de atividades industriais e comerciais, observamos que, mesmo dentro do setor industrial, os elementos eleitos exerciam uma grande gama de negócios, o que nos impossibilitou situá-los, especificamente, em um ramo de atividade do setor. A maioria dos industriais eleitos possuía, por exemplo, negócios diversificados em atividades como mineração, alimentos, papéis, madeira, borracha, construção etc. Nenhum deles, praticamente, poderia ser reduzido a um destes ramos, embora em alguns casos pudéssemos situar um empreendimento principal.<sup>42</sup>

É evidente que, quando fazemos tal tipo de observação, estamos também dizendo que os elementos eleitos para a bancada dos empregadores eram homens representativos, em sua maioria, de grandes interesses econômicos. Mais do que isso, eram homens vinculados, de longa data, às mais significativas e atuantes associações de classe do setor industrial e comercial do país. Constituíam, neste sentido, uma verdadeira elite da liderança empresarial, estando familiarizados com todas as dificuldades e demandas de sua classe desde a década anterior. Para dimensionar a importância do que acabamos de assinalar, vale a pena nomear alguns dos cargos ocupados, na ocasião, por certos deputados patronais eleitos:

Nome do deputado	Cargo em associações de classe nacionais e estaduais*
Roberto Simonsen	— 2.º vice-presidente da CIB, em 1934 — presidente da FIESP, desde 1934
Horácio Lafer	— 1.º secretário da CIB, em 1933 — membro da diretoria da FIESP
Alexandre Siciliano Jr.	— 1.º secretário da CIB, em 1934 — membro da diretoria da FIESP e da Associação Comercial de São Paulo
Francisco de Oliveira Passos	— presidente da CIB, em 1933 — presidente da FIRJ, em 1933
Carlos Teles da Rocha Faria	— 2.º vice-presidente da CIB, em 1933 — 1.º vice-presidente da FIRJ, em 1933 e presidente em 1934
Mário de Andrada Ramos	— 1.º vice-presidente da CIB, em 1934 — membro da diretoria da FIRJ

Nome do deputado	Cargo em associações de classe nacionais e estaduais*
Walter Gosling	— secretário-geral da FIRJ — membro da diretoria do Centro das Indústrias Fabris do RS
Euvaldo Lodi	— 4.º vice-presidente da CIB, em 1933 e presidente em 1935 — membro da diretoria da FIEMG e da Associação Comercial de Minas Gerais
João Pinheiro Filho	— 4.º vice-presidente da CIB, em 1934 — membro da FIEMG e da Associação Comercial de Minas Gerais
Milton de Sousa Carvalho	— membro da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro

\* Observação: CIB — Confederação Industrial do Brasil; FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; FIRJ — Federação Industrial do Rio de Janeiro; FIEMG — Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Fonte: Relatórios Anuais da CIB de 1933 e 1934.

Aí estão apenas dez dos 17 empregadores eleitos, mas esta relação já é suficiente para que se avalie a importância dos elementos que compõem esta bancada e de sua representatividade no cenário político e econômico dos diferentes estados e do país. Vale ressaltar que foram citados apenas os cargos ocupados em associações de classe de âmbito nacional e estadual, não se incluindo os diversos institutos e centros nos quais também tomavam parte. Não é, entretanto, em nome dessas associações que os deputados são eleitos, e sim em nome de sindicatos que, organizados segundo os termos da nova lei, reuniam profissões afins e elegiam seus delegados-eleitores. Roberto Simonsen, por exemplo, é enviado à Convenção dos Sindicatos Patronais como delegado do Sindicato de Engenheiros Construtores de São Paulo, e não como elemento da FIESP.

A exigência do Governo Provisório de restringir a faculdade de eleger os representantes classistas aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, nos termos da lei de sindicalização de 1931, recebe, no entanto, forte oposição das associações de classe patronais. Na verdade, já se vinham realizando críticas a esta lei, que estava sendo estudada, para uma próxima reformulação. Portanto, os empregadores insistiam em seus protestos, res-

saltando as dificuldades existentes na lei vigente, que não se adaptava às organizações patronais e que ainda não fora modificada, apesar das reclamações enviadas desde a publicação do decreto, ainda no início de 1931.<sup>44</sup>

Devido a este fato, a maioria das associações de classe patronais não se achava sindicalizada, procurando ainda desenvolver esforços junto às autoridades governamentais para alterar tal situação. Este é o intuito do telegrama dirigido ao chefe do governo pelos presidentes da Confederação Industrial do Brasil, Francisco de Oliveira Passos, e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, Serafim Valandro, apontando a injustiça de serem concedidas “prerrogativas cívicas” às associações civis das profissões liberais e serem as mesmas negadas às associações civis das profissões comerciais e industriais, algumas delas centenárias e reconhecidamente as intérpretes do “autêntico pensamento de suas classes”.<sup>45</sup> No telegrama, pede-se a reformulação do critério que permitia aos sindicatos e não às associações de classe o direito de representação na Assembléia, sendo que o mesmo apelo é dirigido ao ministro do Trabalho por uma delegação patronal.

O Governo Provisório, entretanto, não mais podia alterar a legislação que não sem dificuldades havia elaborado sobre a representação classista. Uma das respostas do ministro Salgado Filho aos constantes apelos das associações patronais é ilustrativa do problema global que esta questão envolvia: “Não se trata de representação política de classes (...) mas de uma representação técnica, profissional, de que são expoentes os sindicatos. Assim, a concessão pedida (...), além de ferir a lei criadora da representação, quebraria um sistema que deve ser intransigentemente mantido: o do prestígio do Sindicato com a interpretação ou materialização da profissão que ele representa”.<sup>46</sup> Em seu parecer, o ministro toca no ponto-chave das reclamações empresariais, que era exatamente a resistência à formação de sindicatos nos quais o governo tinha ampla interferência.

Tendo em vista as eleições para a Constituinte, a manutenção das exigências de sindicalização pelo governo ganhava agora um sentido eleitoral. Por isso, as associações do comércio e da indústria resolvem, embora mantendo suas críticas à lei de 1931, incentivar o movimento de sindicalização, e para tanto chegam a designar representantes especiais. O governo, por sua feita, procuraria facilitar ao máximo esse processo, permitindo, por exemplo, a reunião de pessoas jurídicas (firmas, S/A) com pessoas físicas, além de possibilitar a extensão da circunscrição dos sindicatos patronais a todo um estado e não apenas a um município.

A sindicalização patronal deveria seguir uma espécie de “programa de ação” traçado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro nos seguintes termos: “1.º) manter as associações, centros etc., tais quais se encontram, pois não conviria qualquer alteração (nem moralmente, nem legalmente pois estas instituições têm vários ramos e sub-ramos que a lei não

permite agrupar em um só sindicato); 2º) subdividir, para fins eleitorais, os vários grupos das diversas profissões industriais e comerciais, criando-se vários sindicatos; 3º) agrupar estes sindicatos em torno das associações locais, de forma que estas possam atuar na escolha dos deputados através daqueles".<sup>47</sup>

Acreditamos, portanto, que essa estrutura organizacional com bases sindicalistas, montada para atender às exigências legais e tendo em vista o pleito classista de 1933, não afetou a representatividade das já tradicionais associações de classe empresariais existentes no país. Foram elas que articularam o movimento para a formação dos sindicatos patronais, o que não implicou seu enfraquecimento ou desaparecimento. Para o patronato, nesse período existiu uma espécie de duplo sistema de organização: um centrado nos sindicatos profissionais, exigência da lei de sindicalização; outro, baseado nas associações de classe já existentes, algumas desde o início do século, e que permaneceram atuando com pequenas alterações. E era exatamente em nome dessas associações, e das mais importantes entre elas, que agiam os deputados classistas dos empregadores.

A sindicalização patronal, nesse momento, precisa ser pensada dentro do contexto da constitucionalização do país, devendo ser entendida, em grande parte, como um recurso necessário para o alcance da representação política na Constituinte. Ela não pode ser, por conseguinte, analisada como uma simples adesão do empresariado ao modelo de organização sindical oficial que o governo tentava implantar, pois, ao lado de um crescimento do número de sindicatos patronais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, permaneciam as críticas à lei de sindicalização de 1931. A própria atuação da bancada dos empregadores, no que se refere à questão sindical, reforça a existência de divergências com a orientação governamental, conforme veremos a seguir.

#### NÚMERO DE SINDICATOS PATRONAIS RECONHECIDOS ANUALMENTE

	1931	1932	1933	1934
DF	1	2	26	32
SP	2	2	21	83
BRASIL	3	4	79	273

Fonte: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Boletim* n.º 11, de julho de 1935 e *Boletim* n.º 31, de março de 1937.<sup>48</sup>

Por fim, gostaríamos de destacar um último ponto no que se refere à composição da bancada dos empregadores: ela era integrada por grande

número de elementos com formação técnica, ou seja, por homens que não eram bacharéis. Havia sete engenheiros, dois médicos, um químico e apenas dois advogados. Este fato poderia explicar, em parte, os termos em que estes representantes abordam certos assuntos. Quando discutem questões políticas, por exemplo, para as quais seria necessário um conhecimento jurídico reconhecido, precedem suas idéias de insistentes pedidos de desculpa “por entrar em seara alheia”. Porém, quando discutem problemas econômicos e sociais, chamam a atenção do plenário para sua autoridade no trato com os mesmos, uma vez que por sua formação educacional e por sua atividade profissional estariam, melhor do que ninguém, com eles familiarizados. Portanto, se tal atitude pode ser interpretada como o reconhecimento de uma certa “inferioridade” e “fraqueza”, pode igualmente ser pensada como uma afirmação da bancada, uma vez que se tratava de uma divisão de campos de autoridade, em que os empregadores buscavam traçar os limites de sua “superioridade”.

Desta forma, os representantes classistas dos empregadores assumiam uma postura que buscava assimilar duas dimensões atribuídas a esse tipo de representação: seu caráter não partidário e seu caráter técnico. Tal reconhecimento, entretanto, não implicava menor legitimidade política de mandato. Os representantes classistas, neste aspecto, eram deputados como os demais.

Não resta a menor dúvida de que a bancada classista dos empregadores na Constituinte de 1933-34 era composta pelos mais significativos nomes da liderança empresarial da época, incluindo entre seus membros elementos que, por diversas vezes, haviam sido reconhecidos pelo governo da República e por suas associações de classe como seus representantes em missões e congressos fora do país. A atuação desses deputados deve ser compreendida, então, como a expressão de interesses que, ultrapassando os limites de uma posição pessoal ou de grupo, ilustrariam o posicionamento e o tipo de visão que, no momento, caracterizavam a liderança mais expressiva dos setores da indústria e do comércio do país.

Neste sentido, a análise dos discursos realizados e das emendas propostas na Assembléia constitui um rico material para a compreensão das principais dimensões do pensamento destes setores, da importância de algumas de suas demandas, acrescentando, sem dúvida, mais elementos para o conhecimento da atuação do empresariado num momento específico e significativo da vida política do país.

Tomando-se em conjunto a participação da bancada dos empregadores, composta por 17 representantes, observamos que alguns dos deputados notabilizam-se pela frequência e pela importância de seus pronunciamentos, e que alguns temas dominam, praticamente, toda a participação dos classistas desta bancada.

Inegavelmente, são os paulistas os que mais se sobressaem, principalmente pela fundamentação e pelo cuidado que seus discursos apresentam. Conforme mencionamos, estes representantes classistas formam com a maioria da bancada de seu estado, reunida na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido. Assim, as emendas por eles apresentadas, embora trazendo a assinatura de outros deputados, inclusive classistas, são propostas da bancada paulista, e é com o apoio desta bancada que são defendidas. Roberto Simonsen, Horácio Lafer e Alexandre Siciliano Júnior, três nomes paulistas de grande representatividade, são os oradores mais ativos em toda a bancada dos empregadores.

Ao lado deles, temos a destacar as presenças de Mário de Andrada Ramos e Francisco de Oliveira Passos, do Distrito Federal; Walter James Gosling, como representante dos industriais gaúchos; Edgar Teixeira Leite, falando em nome dos produtores do Norte; Euvaldo Lodi, mineiro, líder da bancada, seu representante na Comissão dos 26 e também relator do capítulo da Ordem Econômica e Social. A participação deste último não pode ser devidamente avaliada, uma vez que só tivemos acesso a seus discursos realizados na Assembléia. Todavia fica claro que a posição que ocupava na Comissão dos 26 lhe dá uma importância distinta dos demais. Os outros deputados terão participação bem menor, razão pela qual não nos concentramos em suas declarações.

Quanto aos temas levantados e debatidos pela bancada dos empregadores, pudemos observar a predominância de pelo menos dois núcleos principais de debate, em face dos quais outros assuntos eram articulados. Estes dois núcleos, por sua vez, estão como que vinculados em torno de uma única e grande questão que envolveria todos os demais problemas. Assim, a preocupação central expressa nos discursos e emendas da bancada dos empregadores, durante os trabalhos da Constituinte, está voltada para a questão do novo papel do Estado — suas causas, objetivos e limites —, tendo pelo menos duas bifurcações principais: o intervencionismo estatal em matéria de política social e na questão da promoção do crescimento econômico do país.

Praticamente a quase totalidade dos elementos desta bancada, que participaram nos debates da Assembléia, referiu-se à questão do papel do Estado, através de um ou outro ponto mais específico. O interesse e as implicações políticas desta questão ficam claros quando percebemos que não se tratava somente de delimitar o papel do Estado em matéria de política econômica e social, o que por si só tinha enorme importância. Este ponto envolvia, no fundo, o grande debate político que marcaria a Constituinte: o problema do federalismo *versus* centralização.

Embora seja possível dizer que, em seus discursos, os empregadores não tocavam direta e predominantemente em questões que envolviam a de-

limitação do modelo político a ser adotado pela Constituição,<sup>49</sup> podemos afirmar que, através do debate acerca dos objetivos e limites do intervencionismo do Estado, eles estavam lidando com o principal problema político daquele momento. Portanto, vale ressaltar este fato e em torno dele tecer algumas observações. Certamente a escassez de menções às questões de ordem política<sup>50</sup> não significava a ausência de um posicionamento em face dos inúmeros problemas políticos concretos que eram colocados na Assembléia. Seria ingenuidade supor que elementos de uma verdadeira elite econômica desconhecessem ou fossem indiferentes ao debate de qualquer questão política, por mais particular que fosse.

Se não se dedicaram especificamente a essas questões, outras foram as razões. Em alguns dos casos, como no dos paulistas, o motivo era evidente. Caberia aos deputados não classistas da bancada paulista o debate em torno destes pontos, e aos classistas as questões mais diretamente relacionadas com suas atividades profissionais e para as quais estariam mais aptos (afinal, convém não esquecer o caráter técnico da representação classista). Quanto a outros deputados da bancada dos empregadores, poderíamos argumentar mais ou menos da mesma forma, alegando suas relações com organizações partidárias de seus estados. Em alguns outros casos, pudemos observar que tal articulação existia, inclusive em termos de uma certa filiação partidária. É o caso de Edgar Teixeira Leite, vinculado à orientação política do Bloco do Norte, ativamente desenvolvida pelo ministro Juarez Távora, e também de Francisco de Oliveira Passos, membro do Partido Economista do Distrito Federal.

Entretanto, não foi possível estabelecer tal tipo de relação para todos os representantes dos empregadores, sendo o caso paulista o único tão absoluto. Em relação ao grupo mineiro da bancada, torna-se difícil qualquer colocação, uma vez que constatamos uma grande diversidade de opiniões e críticas a deputados do Partido Progressista, que representava a maioria da bancada política do estado.

A partir desse dado, é possível contestar a caracterização da representação classista dos empregadores como uma mera extensão da representação política de seus estados, ou seja, a idéia de que o setor empresarial teria sido cooptado pelos subsistemas políticos, desfazendo-se a possibilidade de a bancada classista ser percebida especificamente. Neste sentido, podemos dizer que se em alguns casos constata-se uma clara associação entre os representantes classistas e as bancadas de seus estados,<sup>51</sup> isto não ocorre com todos os deputados classistas e/ou em relação a todos os assuntos por eles discutidos. Poderíamos então argumentar que, mesmo tendo sido "incorporados" por suas bancadas, os empregadores não desaparecem como representantes classistas, isto é, como elementos que verbalizam problemas que atingem a sua classe. Assim, é possível que tenham constituído um relativo



bloco em torno de determinados problemas que a classe enfrentava, podendo ser percebidos, nesses momentos, como um todo.

Desse modo, o fato de se detectar o papel do Estado como um núcleo central nos pronunciamentos dos empregadores — e a partir daí o desenvolvimento de alguns pontos que aparecerão na maioria dos discursos — faz com que consideremos válida a hipótese acima. Com isto não estamos querendo negar a relação entre deputados classistas e bancadas estaduais, nem estamos querendo acreditar numa unidade rígida entre os componentes da bancada dos empregadores. Desejamos, apenas, relativizar a posição que praticamente anula a atuação dos deputados enquanto representantes classistas e chamar a atenção para a coincidência entre os temas apresentados por diferentes deputados desta bancada. Mesmo supondo que tal “coincidência” não fosse fruto de uma ação articulada, ela não eliminaria um certo tipo de efeito: a possibilidade de identificação de algumas questões como as que mais mobilizam os deputados classistas e a convergência dos argumentos usados em suas exposições.

A maioria desses deputados classistas estava unida em uma associação de classe de nível nacional, a Confederação Industrial do Brasil (CIB), que desenvolvia, na época, um grande esforço de mobilização e organização dos setores da indústria do país, relacionando-se intimamente com outra associação do gênero, a Federação das Associações Comerciais do Brasil. O programa da CIB define claramente, como seu objetivo, “a defesa dos interesses industriais em plena harmonia com os elevados interesses nacionais”, para o que seria essencial o desenvolvimento de estudos e a realização de propaganda atestando a importância e o valor da indústria para o progresso da lavoura e da pecuária e também para o bem-estar das classes trabalhadoras.<sup>52</sup> Esse programa vinha sendo discutido intensamente no início de 1933, e a atuação dos deputados classistas dos empregadores necessariamente estaria a ele vinculada.

Quando examinamos os discursos dos elementos que compunham a bancada dos empregadores na Constituinte, observamos que suas análises partiam do reconhecimento de que as transformações por que passava o mundo moderno, particularmente no momento de crise que o abalava, impunham a realização de reformas a nível político (principalmente em termos do Poder Legislativo) e também a nível econômico e social. Estas reformas teriam o sentido de instaurar disposições que sancionassem a intervenção do Estado na solução dos problemas da produção e do trabalho. É ponto pacífico, aceito por todos, a necessidade de o Estado desempenhar um novo papel, assumindo “obrigações positivas” diante da sociedade, ou seja, participando da tarefa de implantação de um novo tipo de direito — o direito social — e do esforço que visava alcançar o desenvolvimento econômico da nação. O intervencionismo do Estado aparece, pois, vinculado a duas

ordens de questões: a que envolve o estabelecimento de uma política social e a que discute os objetivos e os limites da atuação do Estado na vida econômica do país.

Em ambos os casos um ponto comum deve ser ressaltado: a necessidade de racionalizar o Estado, a tendência de que ele abranja a ampla gama de novos problemas da vida econômica e social. Traduzindo uma legítima reação aos excessos do individualismo liberal, tal tendência não podia transformar-se, entretanto, numa ameaça que conduzisse à absorção dos direitos individuais em benefício de uma falsa idéia de coletividade, em nome da qual estabeleciam-se governos de forte autoridade.<sup>53</sup> O reconhecimento de um papel ativo do Estado no campo econômico e social não se confundiria, a nível político, com a negação dos direitos individuais já consagrados pela escola liberal ou com a defesa de governos fortes e excessivamente centralizadores. A proposta dos empregadores, de uma ampliação da esfera de intervenção estatal, tem exatamente como limite e condição essencial a defesa do regime federativo.

Não apenas os paulistas assumem esta posição de separar intervencionismo e centralização. O melhor exemplo, neste caso, seria o de Edgar Teixeira Leite que, defendendo o auxílio da União para resolver os problemas que atingiam os estados do Norte e para cuja solução as taxas neles arrecadadas eram insuficientes, esclarece que não fazia profissão de fé centralista. "Sou pelo regime federativo adaptado, porém, às condições da vida brasileira."<sup>54</sup> Com isto, o deputado ressaltava as diferenças entre o Sul e o Norte e o tipo de auxílio do governo federal que cada região necessitava. Não chegava, entretanto, a contestar a proposta federativa.

Nesse sentido, uma questão deve ser mencionada pela importância que assume: a da transferência dos recursos dos impostos de exportação da órbita dos estados para a da União, proposta no anteprojeto. A bancada, praticamente como um todo, é contrária a esta transferência, argumentando que os impostos de exportação são a principal fonte de recursos dos estados, sendo sua supressão sinônimo de "penúria de autonomia, abalando-se assim o lineamento da Federação".<sup>55</sup>

A defesa do intervencionismo estatal vinculava-se, segundo os empregadores, a uma ordem de fatores que atingia a todos os países do mundo, mas que no Brasil assumia feições específicas devido a nossa deficiente organização econômica. O Brasil, país pobre, com escassez de capital, crédito pouco desenvolvido, transportes insuficientes etc., encontrava-se numa situação de inferioridade em face de outras potências. O papel intervencionista do Estado, em nosso país, não poderia ser colocado da mesma forma que nas nações superdesenvolvidas, onde a questão era corrigir os excessos da capitalização. Este ponto é fundamental, pois é através dele que o novo papel do Estado assume a dupla feição de uma política intervencionista

de auxílio à industrialização, que será assimilada a uma política nacionalista de desenvolvimento econômico.

O esforço empreendido neste duplo sentido procura demonstrar a necessidade, para o progresso do país, do estímulo às atividades industriais. Estas serão apresentadas como o elemento básico para a real afirmação da nossa independência política. O problema fundamental do Brasil era o da criação de riquezas, o da formação de capitais. Todavia, "por um fenômeno de determinismo econômico, nos últimos 40 anos, o Brasil não apresenta um aumento de riqueza *per capita*, se considerarmos exclusivamente os valores de exportação".<sup>56</sup> Nossos produtos exportáveis valiam pouco, devido à concorrência de outros mercados produtores. Era preciso reconhecer a difícil situação que nossa agricultura enfrentava e aceitar que o país não mais podia continuar na condição de exportador de matérias-primas e importador de manufaturados. A indústria já contribuía para a riqueza do país, atenuando a "sangria de ouro destinado à importação de diferentes produtos que hoje saem dos nossos estabelecimentos industriais em condições de rivalizar, tanto em preço como em qualidade, com os similares estrangeiros".<sup>57</sup>

Diversos deputados, defendendo a necessidade de superar a crise por que o país passava, criticavam a mentalidade ruralista ainda vigente. Os ruralistas acusavam as indústrias não só de serem produtos fictícios de uma proteção aduaneira exagerada, mas também por serem responsáveis por um anormal encarecimento da vida e por uma desagradável agitação social. Os interesses industriais seriam distintos e até opostos aos interesses da coletividade, havendo uma ruptura entre política nacionalista e industrialista. Segundo os industriais, esta visão, existente no país há mais de duas décadas,<sup>58</sup> não percebia que era a doutrina ruralista que não se adaptava às condições do Brasil, embora se aplicasse àqueles países de excessivo industrialismo. Portanto, o ruralismo é que passa a ser colocado como ideologia importada e inadequada, pois no nosso caso o problema era exatamente o inverso. País novo, pobre de capitais, com indústrias ainda incipientes, não dispúnhamos dos aparelhamentos econômicos das nações adiantadas e, submetidos à concorrência internacional, fatalmente fracassaríamos. Era esta a razão e o sentido da teoria protecionista, "derivada de uma função intervencionista do Estado e de aplicação indispensável nas nações novas que querem melhorar seu padrão de vida".<sup>59</sup>

É neste sentido que os empregadores procuram destruir alguns estereótipos já encastelados na crítica antiindustrialista. Um deles é o conceito de "indústrias artificiais", "fictícias" ou de "estufa", oriundas de uma abusiva proteção, que se opunha ao de indústrias nacionais consumidoras de nossas matérias-primas. Tal argumentação era absolutamente fantasiosa, pois não percebia que toda atividade, inclusive a industrial, que incorporava um valor novo, positivo à riqueza do país, era uma atividade real, produtiva, útil.<sup>60</sup>

Não há indústrias “criminosamente” protegidas. E mais, não são as tarifas que aumentam os preços, uma vez que não impedem a concorrência. Os trustes sim, estes devem ser combatidos, já que controlam os preços através da eliminação da concorrência. Porém, isto não se verifica no caso da proteção alfandegária, que deve ser usada como uma arma de defesa, em face da situação de inferioridade do país. Fica claro, neste ponto, que a eliminação da concorrência limitava-se à esfera internacional, sendo saudável em termos de mercado interno para os mecanismos de regulamentação de preços.

Acreditar, portanto, que as indústrias saqueiam o consumidor e estrangulam o operário “porque são protegidas, significa esquecer que igual proteção é concedida aos produtos agrícolas”. Este fato é insistentemente ressaltado para desvincular a idéia de proteção da atividade industrial e também para demonstrar que não há antagonismo entre a defesa dos interesses industriais e agrícolas. Ambos vão buscar, junto ao Estado, o auxílio necessário a seu desenvolvimento, estando, neste sentido, industriais e agricultores postulando o mesmo tipo de medidas, necessárias ao soerguimento das suas colocações.

A vinculação entre as dimensões protecionista e nacionalista do intervencionismo estatal e sua relação com desenvolvimento industrial surge, no debate da Constituinte, de forma muito clara em algumas propostas da bancada dos empregadores. É o caso, por exemplo, de Alexandre Siciliano Jr., quando defende a nacionalização das riquezas do solo e subsolo (Lei de Minas).<sup>61</sup> Alguns aspectos interessantes podem ser observados no curso de suas colocações.

Inicialmente, a necessidade da intervenção do Estado numa questão como a das riquezas do solo e subsolo (quedas d'água e minas) é definida como salvaguarda dos interesses nacionais, uma vez que o Brasil, já possuindo um parque industrial bastante grande e potencialmente consumidor dessas riquezas, não pode abandoná-las ao jugo de qualquer interesse, principalmente os de natureza internacional. Alguns ramos da economia — e aí se inserem certas indústrias básicas e/ou essenciais à defesa nacional — merecem uma política atenta e um regime especial de controle e proteção por parte do Estado. A proposta de Siciliano defende uma política de nacionalização lenta e progressiva, que compreenderia três pontos principais.

O primeiro deles era entender a nacionalização como uma prática de intervenção direta do Estado na economia, através do estabelecimento de *régies* ou monopólios, que procura opor-se ao princípio da socialização. Tal princípio, que encontra justificativa em países com excesso de capitais, não se aplicaria no Brasil, uma vez que visa corrigir a distribuição de riquezas. Aqui, estaríamos em fase de formação de capitais, sendo mais conveniente o princípio da nacionalização, que tem como objetivo garantir a inalienabi-

lidade de certas riquezas, colocando-as sob o controle do poder estatal, dos estados ou da União.

O intervencionismo via nacionalização procura regulamentar a exploração de determinadas atividades produtivas, garantindo seu aproveitamento e sua propriedade para a nação. A nacionalização é também compatível com o princípio federativo, não sendo necessário para sua implementação um Estado excessivamente centralizador, como a socialização parece exigir.

Em segundo lugar, a nacionalização previa que as riquezas pertencentes aos estados e à União, sem que pudessem ser alienadas, fossem dadas em concessão, medida considerada mais aconselhável e racional que a exploração direta pela União. A intervenção direta do Estado em assuntos econômicos, via política de nacionalização, não se opunha aos interesses das empresas privadas, que poderiam receber estes negócios em sistema de concessões, para o qual fazia-se necessária uma orientação protecionista que evitasse a concorrência internacional nos momentos iniciais.

Por fim, como terceiro ponto, vale destacar que se buscava “abrigar” estas indústrias básicas dos interesses do capital estrangeiro, procurando-se, efetivamente, favorecer o capital nacional. Neste sentido, as emendas propostas<sup>62</sup> fornecem inúmeros exemplos de como o Estado deve atuar, ressaltando-se sempre a força dos numerosos trustes internacionais frente aos quais nenhum indivíduo ou coligação de empresas econômicas tinha possibilidade de sucesso. Só o Estado, estabelecendo normas em benefício da nação, poderia salvaguardar as atividades julgadas essenciais à defesa econômica e armada do país.<sup>63</sup>

Vale aí ressaltar um verdadeiro apelo, lançado por Siciliano, às forças armadas, conclamando-as a defender esta posição: “(...) estou inteiramente tranqüilo porque confio que os excelentes técnicos das nossas classes armadas tudo farão, em cooperação com os civis, a fim de impedir que este imperdoável descuido possa vir a comprometer os nossos destinos”.<sup>64</sup> Um outro elemento é anexado à cadeia de argumentações — o elemento militar —, através da associação entre defesa econômica e armada da nação, ou seja, entre desenvolvimento econômico e independência política. O engrandecimento do país, fundado em princípios nacionalistas, ganha vulto com a idéia da industrialização, reforçada, neste momento, pela necessária cooperação das “classes armadas”.

É com esta conotação que se defende a prioridade de concessões a brasileiros ou a empresas constituídas no Brasil e com capital nele integralizado, para exploração de quedas d'água ou de riquezas do subsolo. Esta orientação não significava, porém, uma exclusão à presença do capital estrangeiro no país. Uma vez que não possuíamos recursos suficientes para atender às nossas necessidades, deveríamos encorajar e mesmo promover a participação de capitais estrangeiros, dando a eles um tratamento justo e uma remunera-

ção adequada.<sup>65</sup> Isso, entretanto, não poderia, nem deveria impedir uma preocupação oportuna com um processo de nacionalização progressiva em algumas atividades. O capital estrangeiro permaneceria presente, mas deveria caber ao capital nacional, em certos casos, a absoluta preferência. Assim, a nacionalização se faria por fases: inicialmente haveria a submissão do capital estrangeiro às leis nacionais e sua conversão a nossa moeda legal; posteriormente, o controle majoritário das companhias deveria caber a nacionais, até que, finalmente, a totalidade de acionistas brasileiros fosse exigida, impedindo-se a transmissibilidade de títulos a estrangeiros.

Além deste exemplo, referente às empresas de mineração e produção de energia elétrica, outros podem ser mencionados, envolvendo igualmente a questão das relações empresário nacional, Estado e capital estrangeiro. Dois, pelo menos, merecem ser citados. São as propostas de nacionalização de companhias de seguros e bancos de depósitos, apresentadas respectivamente por Mário de Andrada Ramos e Roberto Simonsen.<sup>66</sup> Em ambos os casos aponta-se para uma injusta concorrência com as companhias nacionais e para o volume de recursos transferidos para o exterior e/ou dirigidos por elementos que não estavam em íntima conexão com os interesses nacionais. O ponto fundamental em todos estes casos é a preocupação de procurar estabelecer, para certos setores, exigências mais rigorosas para a fixação da nacionalidade de sociedades, bem como criar controles para sua atuação, visando estimular e proteger as iniciativas nacionais.

Se de um lado não há interesse em afastar, nem a longo prazo nem de forma radical, a participação do capital estrangeiro do país, sendo este considerado um elemento essencial para a superação de nossas deficiências, de outro temos que assinalar a tentativa de estabelecer uma certa distinção de tratamento em relação ao capital nacional. Através das propostas encaminhadas à Assembléia, podemos observar a preocupação em assegurar às iniciativas nacionais prioridades a curto prazo e até uma certa exclusividade a longo prazo. Evidentemente, não podemos afirmar que era esta a posição de todo o setor empresarial, e certamente ela vigorava única e exclusivamente para algumas atividades consideradas de especial interesse e importância. Entretanto, mesmo com tais limitações, vale ressaltar, para este período, a intenção de submeter o capital estrangeiro a uma certa regulamentação e de conceder ao capital nacional um tratamento preferencial.

Verificamos que o intervencionismo do Estado, objetivando uma nacionalização progressiva de setores como o de mineração, seguros, bancos etc., asseguraria um controle crescente dos mesmos por parte do capital nacional, o que se faria gradualmente, incluindo, sem dúvida, a possibilidade de uma associação vantajosa com o capital estrangeiro.

O papel do Estado no campo econômico seria crucial para o desenvolvimento de nações que, como o Brasil, tinham que superar sérios problemas

e enfrentar a concorrência internacional. Sua ação, incontestavelmente aceita e reconhecida, deveria ser orientada no sentido do estímulo de todas as iniciativas que trouxessem o progresso do país. Neste ponto, de forma absolutamente convergente, os representantes classistas dos empregadores chamam a atenção para o perigo dos excessos desta intervenção, que não podia transformar-se em “estatismo absorvente”, ou em “socialização apressada”.<sup>67</sup> “O conceito de que a livre iniciativa é o fundamento da evolução econômica dos Estados”<sup>68</sup> é colocado como verdadeiro dogma para o esclarecimento dos objetivos e limites da intervenção estatal. Esta, realizada de forma direta ou indireta, muito poderia concorrer para nosso desenvolvimento econômico, mas igualmente poderia perturbá-lo ou retardá-lo, se realizada de forma inadequada e abusiva.<sup>69</sup>

Dentro dessa visão, ganham particular interesse as propostas que tentam garantir canais de acesso ao processo de tomada de decisões relativas ao capital e ao trabalho. É esse, sem dúvida, o sentido da emenda da bancada paulista que institui os Conselhos Técnicos,<sup>70</sup> onde deveriam ter assento representantes da indústria, do comércio, da agricultura e dos estabelecimentos bancários. Estes conselhos apresentariam parecer e proporiam projetos de leis sobre todos os assuntos que envolvessem sua competência.

É exatamente dentro do mesmo corpo de princípios que os representantes classistas dos empregadores se posicionarão em face da questão da política social que vinha sendo implementada pelo governo, particularmente após a Revolução de 1930. Situada como uma das funções do novo intervencionismo estatal, originária de uma reação legítima ao excessivo individualismo liberal gerador da luta de classes, não encontramos mais, a nível de doutrina, dúvidas quanto à necessidade de sua implementação.

O reconhecimento dos direitos sociais, aceitos como complemento essencial aos direitos individuais para a realização de uma verdadeira democracia, seria um ponto não mais questionado pela bancada dos empregadores. Porém era preciso cuidar para que não se chegasse aos exageros de um movimento que, visando combater as desigualdades sociais, abdicasse da completa liberdade individual e do respeito à livre iniciativa. Horácio Lafer ilustra admiravelmente esta posição em um de seus discursos. “Concordemos que o liberalismo econômico individualista pode e deve sofrer restrições, para que não perdure como um fenômeno resultante do simples e inconsciente egoísmo humano. Nunca porém poderá ser eliminado (...). Só há progresso econômico quando o indivíduo sente a atividade livre estimulando o seu espírito de empreendimento. E esse espírito só existe quando o homem pode colher os frutos do seu esforço sem a paralisadora intervenção alheia que, limitando a sua liberdade, limite também o seu ardor de luta.”<sup>71</sup> Portanto, a origem e os limites da política social estão aí detectados: o liberalismo

econômico que precisa ser "corrigido" pela ação do Estado, mas não por ela "eliminada".

Simonsen também deixa clara a preocupação que domina os industriais quanto a essa questão. A necessidade de corrigir os exageros do individualismo não deve confundir-se com a "doutrina reacionária em sentido oposto, na qual se procura a salvação, na abdicação completa da liberdade individual em matéria econômica".<sup>72</sup> Os empregadores não são contra as leis sociais e sim contra os excessos que identificam a assistência ao trabalhador com políticas como a da socialização.

Assim como nossa situação econômica, nosso problema social apresentava características distintas, não sendo marcado pela extorsão e compressão que geravam as lutas de classe na Europa. Nossa legislação no campo econômico e social, "ao invés de repressora e distribuidora", deveria ter um sentido "coordenador e preventivo". "O Estado (...) pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais; nunca, porém, (...) agindo por descabidas intervenções no campo da produção, perturbando e cerceando iniciativas dignas de amparo, fazendo desaparecer os estímulos criadores do progresso (...)." A obediência a estes limites, fruto da situação específica de nosso país, era questão fundamental, uma vez que se uma legislação social bem formulada poderia colaborar para a elevação do padrão de vida dos brasileiros, estimulando toda a economia, os erros em sua elaboração, resultantes de uma socialização extremada e fora de propósito, poderiam provocar o resultado inverso, ou seja, um "rebaixamento geral do teor de vida" e um "arrefecimento em nosso trabalho produtor e edificante".<sup>73</sup>

A legislação social poderia constituir-se, assim, tanto num fator de equilíbrio social e estímulo econômico, quanto num fator de estagnação e crise. Sua aceitação pelo empresariado, em princípio, não significava, automaticamente, a eliminação de pontos de confronto com o Estado. Em nosso país, era possível até questionar a existência de um verdadeiro "problema social", uma vez que os dissídios encontrados entre produção e trabalho eram de fácil solução, notadamente com a instituição da Justiça do Trabalho. Os raros choques mais graves eram atribuídos a "elementos estranhos" à classe dos empregados, que se diziam defensores de seus direitos, mas que na realidade os ludibriavam. A estes, os empregadores deviam estar atentos, buscando, através de sua eliminação, manter a comunicação harmônica e apenas hierárquica entre empregadores e empregados.<sup>74</sup>

A transformação do proletariado numa força capaz de cooperar com o patronato e com o Estado era tarefa que significava basicamente livrá-lo dos elementos estranhos, que criavam problemas onde realmente não exis-



tiam. Muito provavelmente, este tipo de observação prende-se ao fato de os empregadores muitas vezes considerarem o próprio governo como um fator de estímulo ao movimento operário, ao apadrinhar suas reivindicações, particularmente no que se referia à legislação social. A aceitação do papel intervencionista do Estado no campo social, sendo uma questão aceita dentro da bancada, não chegava a eliminar diferenças em sua forma de abordagem.

Assim, vamos encontrar dois tipos de visão marcantes dentro da bancada dos empregadores. Há aqueles que, como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, encaram a legislação social como um dever do Estado e um direito dos trabalhadores, com repercussões amplas que afetam inclusive a concepção de desenvolvimento global do país, uma vez que implicam medidas que elevam o padrão de vida da população. A implantação de uma adequada legislação no campo do trabalho removeria múltiplas causas de atrito social, sendo fator de estímulo ao progresso da nação, principalmente se aliada, por exemplo, a uma eficiente política educacional.

Mas há também os que vêem a legislação social sob a ótica do estabelecimento de medidas de solidariedade humana, tendo o Estado um papel reparador, quase que caritativo. A política social surge da interferência da moral nas relações econômicas até então dominadas por um individualismo desumano; sua finalidade é de natureza espiritual. "O fator ético, penetrando a atividade da Economia Política, prepara a ação social dos Estados ... [que] deve proteger os fracos, amparar os desvalidos, auxiliar o proletariado, exercer, enfim, uma função reparadora das misérias da terra."<sup>76</sup> O "proletariado", nesta acepção, colocado ao lado dos "desvalidos e fracos", não tem absolutamente nenhum conteúdo de classe, não defende nem luta por seus direitos. A legislação social é colocada como uma iniciativa de caráter quase que religioso, doada por elites esclarecidas, filantropicamente, a elementos extremamente desprotegidos da sorte.

Entretanto, apesar desta distinção, os empregadores se mostram profundamente convergentes nos "reparos" que propõem à legislação social. Passando, pois, ao terreno das medidas práticas, observamos um verdadeiro consenso de pontos de vista. De uma forma global, eles propõem que a Constituição apenas fixe princípios gerais que orientem a política social, deixando à legislação ordinária maiores especificações.<sup>76</sup> A bancada paulista, fiel à sua precisa orientação federativa, chega a sugerir que a legislação estadual, mais conhecedora das peculiaridades de cada região, fique encarregada de regulamentar e aplicar as providências sociais dentro dos princípios gerais estatuídos pela carta máxima.<sup>77</sup> Assim, conforme esclarece Simonsen, "a bancada reconhece a existência dos direitos sociais (...), conciliando-os porém com seu ponto de vista sobre o regime federativo e as realidades nacionais".<sup>78</sup> Procura-se, desta forma, corrigir os excessos centra-

lizadores do anteprojeto e atenuar a antítese, nele contida, entre Estado e indivíduo. Tal postura é duramente criticada pela bancada dos empregados e também pelos setores tenentistas, com a argumentação de que, na verdade, não passa de um meio de protelar e contornar a execução das medidas de caráter trabalhista.

Além deste ponto, procura-se atenuar o alcance da legislação social através da modificação de uma série de itens que regulamentam o trabalho. Em relação ao salário mínimo, que não é mais questionado, observa-se uma reação da bancada à sua estipulação com base nas necessidades familiares. A proposta alternativa, consagrada na Constituição, é o salário baseado nas necessidades normais do trabalhador, ou seja, o salário de subsistência. Quanto à jornada de trabalho, consegue-se a possibilidade da prorrogação das oito horas diárias estipuladas em lei, em face de determinados casos, e consegue-se também que o limite de idade para o trabalho dos menores passe de 16 para 14 anos.

Poderíamos dizer então que, se o empresariado caminhou em direção à aceitação da legislação social, o governo buscou adequar a regulamentação, ao menos em alguns casos, às demandas do setor industrial, sendo que a Constituinte de 1934 fornece-nos alguns exemplos deste processo.

Este fato, entretanto, não significava, para os empregadores, o abandono ou a diminuição de uma perspectiva repressiva em relação aos trabalhadores. Assim, a maior parte da bancada não reconhece o direito de greve (estabelecido pela Comissão dos 26, mas negado na Constituição), argumentando que ou se implantava uma Justiça do Trabalho e suprimia-se o direito à resistência, ou não se criava esta Justiça.<sup>79</sup> Francisco de Oliveira Passos, por exemplo, que não se opõe ao direito de greve, propõe uma emenda em que se procura dispensar as intervenções em associações de classe da prévia sentença judicial. Tal isenção reconheceria a prática policial vigente, reforçando sem dúvida o controle sobre os sindicatos operários. Na justificativa de sua emenda, assinada por seis empregadores, ele esclarece: “exigir, em todas as circunstâncias, que a autoridade aguarde o pronunciamento do judiciário, para proibir o funcionamento ilegal de uma associação, seria tolher a sua ação no desempenho precípua de assegurar a ordem pública e social (...). Aos prejudicados caberá (...) recorrer ao Poder Judiciário das medidas que exorbitarem a lei”.<sup>80</sup> O recurso ao Poder Judiciário seria medida posterior à intervenção da autoridade policial, que se faria livremente. O caráter repressivo existe evidentemente em ambas as propostas, só variando em sua forma de apresentação. Esta variação, entretanto, constitui um dado importante, pois revela uma certa flexibilidade de alguns importantes industriais, que aceitam, ao menos em tese, o direito de greve dos trabalhadores.

Também seria interessante ressaltar uma relativa distinção entre as formas como o empresariado aborda as questões da legislação trabalhista

e previdenciária. Enquanto que, no primeiro caso, verificamos ainda uma certa resistência, no sentido de se procurar adiar a implantação e limitar o alcance das leis, no segundo observamos uma grande preocupação e um explícito apoio à extensão do direito legal de assistência. O depoimento de Antônio Carlos Pacheco e Silva ilustra esta tendência: "aos poderes públicos compete fazer pela saúde, pela educação e pelo bem-estar da população os maiores esforços, em virtude de não haver sacrifício algum, feito com esse objetivo, que não seja fartamente compensado pelos benefícios materiais e morais dele decorrentes"<sup>81</sup> — e propõe a inserção, na Constituição, de um capítulo dedicado à assistência social.<sup>82</sup>

Todos os problemas relativos ao bem-estar social deveriam ser estudados e coordenados por Conselhos Técnicos e por outros órgãos especializados em que deveria haver a representação de classes. Tal proposta seguia, neste sentido, a orientação já vigente no Conselho Nacional do Trabalho — onde Mário de Andrade Ramos, também deputado classista, fora muito tempo presidente —, e nas Caixas de Aposentadoria e Pensões, de tão grande sucesso. Portanto, uma política assistencial e previdenciária, de competência da União, dos estados e dos municípios, recebia a aprovação e até o incentivo da bancada dos empregadores.

Tal posição, particularmente no caso dos representantes classistas de São Paulo, fica reforçada quando observamos a criação, em 1932, neste estado, do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo (IDORT). Este instituto tinha como um de seus objetivos o aumento do bem-estar social através de medidas que garantissem não só o crescimento da eficiência do trabalho humano como também a diluição dos problemas que envolviam os trabalhadores.<sup>83</sup>

Em 1933, o IDORT era presidido por Armando de Sales Oliveira, futuro interventor de São Paulo, tendo como vice-presidente Antônio Carlos Pacheco e Silva. Na ocasião desenvolvia estudos, propondo linhas de ação em assuntos que envolviam: organização geral do trabalho; orientação profissional; tecnopsicologia do trabalho e higiene do trabalho.<sup>84</sup> Tal iniciativa revela muito bem a importância que as questões previdenciárias e assistenciais tinham assumido e a forma como o empresariado passava a encará-las.

Por fim, vale ressaltar a posição da bancada dos empregadores quanto à questão da organização sindical. Sobre o assunto, três propostas dividiam a Assembléia: (1) sindicato único, reconhecido na forma da lei, ou seja, sob a tutela do Estado; (2) sindicato único e autônomo, conforme o artigo 11 das Disposições Transitórias do substitutivo da Comissão dos 26; (3) sindicato plural e autônomo.

Conforme mencionamos, um dos setores que defendiam o pluralismo e a autonomia sindicais na Assembléia era a bancada paulista, nela incorporando-se o grupo de deputados classistas, coordenados com o programa da

Chapa Única.<sup>86</sup> O combate à unidade sindical, aliado à rejeição da fórmula da representação classista, ilustra bem a posição defendida naquele momento pelos paulistas, que procuravam conter as bases de sustentação política do governo, não aceitando propostas de caráter nitidamente corporativista. Entre os empregadores, não só os paulistas combatem o sindicato único. Francisco de Oliveira Passos, o então presidente da Confederação Industrial do Brasil, também não considera a unidade sindical, nem nos termos do anteprojeto do Itamarati, nem nos termos das Disposições Transitórias, conveniente aos interesses de empregadores e empregados,<sup>88</sup> embora concorde com a representação de classes. Esta posição, de resto, era coerente com toda a linha de atuação que vinha sendo desenvolvida dentro das associações patronais do comércio e da indústria. Atestando o fato, pode-se citar o resultado dos trabalhos da subcomissão encarregada de estudar a reforma da lei de sindicalização de 1931, da qual toma parte Vicente de Paulo Galliez, destacado nome do empresariado carioca.<sup>87</sup>

Na exposição de motivos deste trabalho estão firmemente defendidas a autonomia e a pluralidade sindicais, que deveriam ser respeitadas sem prejuízo da fiscalização dos sindicatos pelo Estado. Em uma breve frase resume-se o espírito da crítica à lei então em vigor: "Organizar as classes não quer dizer impor a ditadura sindical".<sup>88</sup> Entretanto a defesa da pluralidade e da autonomia sindical seria, principalmente, um dos lemas da corrente católica na Assembléia. Mas neste caso, como ressalta Luís Werneck Viana,<sup>89</sup> a crítica à proposta da unidade sindical não se faz em nome do liberalismo e sim de um outro tipo de Estado corporativo, que não o laico. O combate à unidade sindical acabaria reunindo, numa mesma proposta, grupos com posições distintas quanto a um modelo político liberal: os católicos, que já o negavam, e os paulistas, que ainda o defendiam, incluindo aí o grupo classista. O que os unia era o temor de um sindicato único, quer sob a tutela do Estado, quer sob a influência de um movimento operário autônomo.

Neste sentido, se a oposição ao sindicato único controlado pelo Estado, conforme dispunha o anteprojeto, não foi essencialmente uma bandeira da bancada dos empregadores, não podemos dizer que a bancada apoiasse tal proposta. Elementos importantes entre os empregadores, representantes do setor industrial, manifestam claramente os inconvenientes e os riscos da unidade sindical, que a Constituição, inclusive, acabaria por suprimir.

Em síntese, no que se refere ao campo da política social, podemos dizer que a bancada dos empregadores, ao menos em sua grande parte: (a) defende a legislação social, procurando, no entanto, limitar seu alcance, adequando-a da melhor forma possível a seus interesses; (b) aceita e apóia o movimento de sindicalização das classes, mas critica alguns dispositivos da lei, principalmente a fórmula da unidade sindical, prejudicial tanto a em-

pregadores quanto a empregados; (c) propugna a idéia da existência de um relacionamento harmônico entre patrões e operários, não abandonando, entretanto, uma clara preocupação repressiva, como a que nega o direito de greve em nome da instituição da Justiça do Trabalho.

## 2.2. *A bancada dos empregados*

As eleições para a bancada dos empregados foram realizadas no dia 20 de julho de 1933, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Decreto 22.696, de 11 de maio de 1933, que fixou o número e a maneira pela qual o pleito se efetuariá. O curto espaço de tempo existente entre o decreto e a data da eleição poderia dificultar a participação dos sindicatos, uma vez que apenas aqueles reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até 15 de julho elegeriam os delegados-eleitores à Convenção Nacional, onde se faria a escolha dos deputados. Tal circunstância, evidentemente, afetaria de forma especial os sindicatos de operários e empregados, tendo em vista as dificuldades que enfrentavam para a mobilização e organização da classe. Este fato nos levaria a supor que apenas poucos sindicatos da classe conseguiriam participar das eleições.

O que observamos, porém, é exatamente uma grande movimentação para sindicalizar trabalhadores, acentuada, particularmente, após a promulgação dos decretos que estabeleceram as eleições para deputados classistas e regulamentaram sua forma. O relativo grande número de sindicatos de operários e empregados que chegam a ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho revela o interesse do Governo Provisório, a nível federal e também estadual (pela ação dos interventores), nos resultados das eleições e no próprio enquadramento sindical da massa trabalhadora (estabelecido desde 1931, pelo Decreto 19.770, só se acentua a partir deste período). É preciso lembrar que a sindicalização sob controle do Estado era uma forma não só de esvaziar e combater os antigos sindicatos, como de lançar uma outra base de sustentação política para o governo, inclusive em termos imediatos, dentro da Assembléia.

Luís Werneck Viana<sup>90</sup> realiza uma excelente análise a esse respeito, ressaltando o crescimento do enquadramento sindical ocorrido de 1932 a 1933 e que seria interrompido já em 1934 com o revigoramento das tendências liberais. Evidentemente tal expansão não significava a eliminação das organizações sindicais independentes, mas indicava uma primeira vitória neste sentido. Como o autor menciona, no pré-35 a política governamental em relação à classe operária centrava-se mais no termo desmobilização do que no termo mobilização, combinando traços de coerção e manipulação.

Segundo informações do *Correio da Manhã*, até 15 de julho o número de sindicatos operários em condições de fornecer delegados-eleitores chegava a 346, o que significava um notável número para o país.

NÚMERO DE SINDICATOS PROFISSIONAIS DE EMPREGADOS  
POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Estados da federação	Nº de sindicatos
Distrito Federal	62
Rio Grande do Sul	48
Rio de Janeiro	47
São Paulo	44
Santa Catarina	23
Paraná	21
Pará	20
Minas Gerais	16
Rio Grande do Norte	2
Bahia	15
Pernambuco	16
Espírito Santo	13
Alagoas	6
Sergipe	6
Maranhão	3
Piauí	1
Ceará	1
Paraíba	2
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>

Fonte: *Correio da Manhã* de 6 de julho de 1933.

Como demonstra a tabela, o movimento sindical atingia 18 unidades da federação, sendo que as *duas unidades mais industrializadas* — São Paulo e Distrito Federal — *não contribuíam para o total com um número tão grande* de sindicatos. O Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, por exemplo, reconheceram mais sindicatos do que São Paulo, o que certamente não significa melhor organização do operariado gaúcho, e sim maior resistência do movimento operário paulista ao enquadramento sindical.

Estes números revelam, portanto, uma penetração maior do sindicalismo governamental nos núcleos operários dos estados menos desenvolvidos onde, sem dúvida, era menor e mais fraca a organização independente da classe.<sup>91</sup> O grande número de estados do Norte que reconheceram sindicatos é bem um exemplo de tal tendência, particularmente quando observamos a importância da atuação de alguns interventores e também da União Cívica Nacional na organização de sindicatos e na preparação e orientação dos delegados-eleitores da região. Neste sentido, destaca-se particularmente a atuação do interventor do Pará, Magalhães Barata, e de Carlos de Lima Cavalcânti, interventor de Pernambuco, ambos ligados à União Cívica Nacional.

O papel desta organização é fundamental para toda a região, pois sob sua orientação estariam não apenas elementos da bancada política, como também da classista. Também no que se refere à bancada dos empregados, os estados do Norte procuraram formar um bloco, realizando com este fim diversas reuniões entre os delegados-eleitores dos diferentes estados. O objetivo era garantir a coesão destes delegados no pleito, alcançando-se o maior número possível de deputados para a região. A representação profissional aparecia claramente como um dos meios através dos quais os estados do Norte enfrentavam a tradicional dominância do Sul na Assembléia, estando articulada a um objetivo maior que sobrepunha aos "interesses de classe" os "interesses políticos da região".

Tal orientação vinha ao encontro dos objetivos do Governo Provisório, que procurava, através da bancada classista, especialmente a dos empregados, contrabalançar o peso dos maiores estados, notadamente São Paulo. Assim, a convergência entre as bancadas políticas dos estados do Norte e os deputados classistas dos empregados, realizada pela União Cívica Nacional, sob a orientação de Juarez Távora, possuía dimensões que ultrapassavam inclusive os interesses específicos da região, surgindo como uma das principais linhas de influência na política nacional.

A presença da União Cívica Nacional e suas relações com o Governo Provisório podem ser observadas também e de maneira sumamente importante no período imediatamente anterior às eleições classistas, através da ação de Luís Aranha, então chefe de gabinete do ministro da Justiça, Antunes Maciel. Ocupando na ocasião o cargo de secretário geral da União Cívica Nacional, Luís Aranha parece ter sido o principal articulador das eleições para deputado da bancada dos empregados. Durante o mês de junho, em seu gabinete no Ministério da Justiça, realizavam-se reuniões quase que diárias com delegados-eleitores sindicais, visando estabelecer a futura composição e orientação da bancada.<sup>92</sup>

Se desde fins de maio instalara-se, no Ministério do Trabalho, uma comissão especialmente nomeada para coordenar os trabalhos do pleito clas-

sista,<sup>93</sup> parece ter sido no Ministério da Justiça que os mais importantes preparativos se efetuaram. De qualquer forma, os dois ministérios interferiram diretamente no processo de eleição dos representantes dos empregados, diversamente do que ocorreu com a representação patronal, sem dúvida escolhida com maior independência por suas entidades de classe.

A representação classista de empregadores e empregados não era uma absoluta inovação entre nós, já existindo dentro de certos órgãos como o Conselho Nacional do Trabalho<sup>94</sup> e dentro das comissões constituídas pelo Ministério do Trabalho para discutir a elaboração e revisão da legislação social. No entanto era muito comum o não-comparcimento dos empregados, principalmente em face da impossibilidade de abandonarem o trabalho. Desta forma esta representação, na prática, funcionava apenas para os empregadores. Neste sentido, desejamos ressaltar uma linha de continuidade no que se refere à fórmula da representação de classes, e também uma linha de descontinuidade, já que, nesse momento, a representação na Assembléia trazia uma dupla possibilidade: o exercício de voto numa Câmara política e a efetiva presença dos deputados dos empregados, mesmo levando em conta seu precário processo de escolha.

Os sindicatos profissionais que forneceram delegados-eleitores estavam assim divididos:

#### NÚMERO DE SINDICATOS DE OPERÁRIOS E EMPREGADOS POR SETOR DA PRODUÇÃO

Setor da produção	N.º de sindicatos
Total geral	346
Indústrias e afins (total)	152
— indústria têxtil	29
— indústria metalúrgica	13
— indústria açucareira	3
— indústria de couros e peles	5
— indústria de madeiras	4
— indústria do vestuário	17
— indústria de edificação	32



Setor da produção	N.º de sindicatos
— indústria de alimentos	37
— indústria química	10
— indústria de extração mineral	2
Comércio, Transportes (total)	180
— comércio e bancos	43
— hotéis e restaurantes	6
— gráficos	6
— transportes marítimos	83
— transportes terrestres	42
Agricultura e afins (total)	3
Diversos (total)	11

Fonte: *Correio da Manhã* de 6 de julho de 1933.

O quadro demonstra que, no total, um número bastante equivalente de sindicatos do setor da indústria e do comércio foram reconhecidos e que, como era de se esperar, o setor agrícola é inexpressivo. No setor comercial, a grande concentração é a dos sindicatos bancários e de transportes, especialmente o dos marítimos.<sup>96</sup> Dentro do setor industrial, são os ramos de alimentos, edificações e têxtil os de maior número de sindicatos reconhecidos — o que, entretanto, está muito longe de significar uma mobilização real, em face da importância destes ramos na economia e à grande massa de trabalhadores que envolvem. Assim, 29 sindicatos têxteis quase nada deviam representar, principalmente se considerarmos a dispersão do número pelos diferentes estados da federação. Porém, no que se refere ao setor de comércio e transportes, particularmente o último, o número de sindicatos reconhecidos torna-se bem mais representativo.

Ainda que estes não sejam dados oficiais nem finais, conseguem ilustrar bem a situação do movimento de sindicalização às vésperas da Convenção Nacional, que se realizou alguns dias depois e reuniu 282 delegados-eleitores, que elegeram 18 deputados com a seguinte distribuição:

**DEPUTADOS DA BANCADA DOS EMPREGADOS POR  
SETOR DA PRODUÇÃO E ESTADOS DA FEDERAÇÃO**

Setor da produção	Estados da federação												Total
	DF	RJ	MG	SP	RS	PR	SC	ES	PA	PB	PE	BA	
Indústria e afins	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	2
Comércio, Transportes e afins	3	—	2	1	2	—	1	2	1	1	1	1	15
Agricultura e afins	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>18</b>

Fonte: *Correio da Manhã* de 22 de julho de 1933.

Duas observações saltam do quadro anterior. Em primeiro lugar, o grande número de deputados do setor de comércio e transportes em comparação com o setor industrial. Esse fato vem confirmar a concentração de sindicatos verificada neste setor, já observada anteriormente. Assim, a bancada dos empregados é praticamente dominada por representantes do comércio e transportes, cabendo à área agrícola apenas um deputado<sup>96</sup> e às atividades industriais dois deles.<sup>97</sup> Em segundo lugar, o relativo sucesso alcançado pelo Bloco do Norte, que consegue eleger seis deputados. Os outros 12 deputados estão mais ou menos dispersos por diversos estados, não havendo nenhuma grande concentração como ocorreu na bancada dos empregadores.

Quando se considera que o papel da representação de classes, como um todo, foi o de um simples instrumento governamental, é preciso atentar para certos aspectos. De um lado, não há como equiparar a bancada dos empregados à dos empregadores, tanto pelas diferenças que marcaram seu processo de eleição no que se refere à independência em face do poder governamental, quanto pelo peso e expressão dos nomes que as compu-

nam. Por outro lado, mesmo dentro da bancada dos empregados, onde inequivocamente o governo exercia controle, surgiram elementos que desenvolveram, dentro dos limites cabíveis de uma Assembléia, críticas à política governamental. Apesar de todos os limites, a representação de classes dos empregados não deixou também de ser utilizada para denunciar violências em relação à classe operária e para pleitear certas posições consideradas úteis ao movimento sindical, como por exemplo a luta pelo sindicato único e autônomo.

A bancada dos empregados não constitui uma unidade coesa, havendo dentro dela um grupo que se intitula "minoría proletária" e que propugna uma posição que pode ser considerada de "crítica", de "oposição" ao Governo Provisório. Esses deputados, que são basicamente João Vitaca (RS), Vasco Toledo (PB), Acir Medeiros (RJ) e Waldemar Reickdal (PR), têm uma orientação política de inspiração socialista, sendo que há casos de militância em partidos proletários também considerados socialistas e não comunistas.<sup>98</sup>

Porém, a maioria da bancada é composta por elementos que postulam uma "posição governista", tanto os mais diretamente ligados ao ministro do Trabalho, Salgado Filho, como os vinculados à orientação tenentista de Juarez Távora, João Alberto e Luís Aranha.<sup>99</sup> Neste sentido, é importante notar que, ao lado de Vargas, a figura mais elogiada pelos representantes dos empregados é Osvaldo Aranha, particularmente quando, como líder da maioria, vai à Assembléia. Seu apoio à bancada é sempre citado e seu auxílio solicitado para todos os fins.

Outro aspecto a ressaltar no que se refere à atuação da bancada dos empregados é que praticamente todos os discursos e emendas dos deputados giram em torno da questão social. Procura-se destacar a importância deste problema, a necessidade da legislação social e da organização sindical da classe, como também discutir as propostas de implantação da representação profissional. É interessante também observar como são apresentados esses temas que dominam os discursos da bancada dos empregados; apesar de uma certa concordância em pontos básicos, muitas são as divergências na ótica de encarar as questões e de avaliar as possíveis soluções.

De forma geral, todos os elementos da bancada lutam pela regulamentação e consolidação da legislação social, procurando garantir na Constituição todos os direitos já consagrados por leis anteriores, bem como assegurar seu cumprimento por parte dos patrões. Defendem a jornada de oito horas de trabalho; a proteção do trabalho da mulher e do menor, cujo limite mínimo de idade para o trabalho deveria ser 16 anos; a extensão e a reforma dos direitos securitários, abrangendo invalidez, acidente, morte, doença e desemprego; a instituição do salário mínimo e a inclusão do trabalhador rural como beneficiário desta legislação.

Os deputados da bancada dos empregados sustentam a idéia de expandir e realmente implantar a legislação trabalhista e previdenciária, chocando-se algumas vezes com os representantes dos empregadores que, como vimos anteriormente, embora não se opusessem à elaboração de tal corpo de leis, procuravam atenuar seu alcance em certas questões consideradas de grande importância.

É o caso do salário mínimo. Na verdade, não mais encontramos empregadores negando explicitamente a proposta, embora fique claro, pelo discurso dos representantes trabalhistas, que “fora” da Assembléia o patronato reagia a tal “inovação”. É por esta razão que alguns deputados investem contra os que vêm na instituição do salário mínimo uma ameaça à produtividade, uma vez que o salário não se basearia mais no trabalho do empregado e sim em suas “necessidades”. Este tipo de argumento via no salário instituído o máximo salário e não o mínimo, pois não supunha a possibilidade de qualquer acréscimo salarial. Mais grave, porém, foi a discordância entre as duas bancadas sobre qual deveria ser a base do salário mínimo, se as “necessidades normais do trabalhador”, conforme queriam os empregadores, ou se as “necessidades do trabalhador chefe de família”, como propunham os empregados. Neste caso, como também no do limite de idade para o trabalho dos menores — 14 ou 16 anos — e na regulamentação da jornada de trabalho em oito horas, prorrogáveis ou não, venceram os empregadores.

O processo de implantação da legislação social, que teve seus momentos mais significativos nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, era parte de um projeto de fortalecimento do Governo Vargas e de sua política de alianças. Ao mesmo tempo que atendia, em certa medida, aos reclamos da classe operária, não deixava de observar alguns limites traçados pelos interesses do empresariado. A questão do salário mínimo é bastante ilustrativa deste movimento, principalmente quando sabemos que ele, de fato, só viria a ser implantado após 1937.

Outro ponto defendido, podemos dizer que em bloco, pela bancada dos empregados e que sofreria o mesmo tipo de confronto com os empregadores, seria o direito de greve que, reconhecido no substitutivo da Comissão dos 26, é negado na Constituição de 1934.

Mesmo os deputados que adotam uma posição “governista” na Assembléia defendem este direito, muito embora coloquem-no como um “recurso extremo”, que a Justiça do Trabalho iria tornar cada vez mais raro, já que os trabalhadores teriam como procurar um entendimento. Mas de qualquer forma ele não poderia ser eliminado, sob o argumento de ser incompatível com a instituição deste tipo especial de Justiça. Já para aqueles que assumem uma postura mais “crítica”, o direito de greve representa ponto essen-

cial para a organização e atuação da classe operária, constituindo-se na única forma real de enfrentar o empresariado.

É exatamente este o sentido das divergências entre os dois grupos que procuramos distinguir dentro da bancada. Embora em ambos os casos se defenda o direito de greve e a legislação social, a forma pela qual tal defesa se realiza mostra abordagens absolutamente distintas. O deputado Martins e Silva, representante do Pará, ligado à orientação tenentista do Bloco do Norte, ilustra bem um certo tipo de visão que situa a legislação social como o meio capaz de solucionar, ao menos em parte, a questão social, resolvendo “sem entrechoques violentos” os principais problemas entre capital e trabalho.<sup>100</sup>

Não existiam, de forma alguma, posições irreconciliáveis, e se a questão social permanecia como dos mais graves e importantes problemas do Brasil, era pelo descaso com que fora sempre tratada. Sua solução porém era simples, devido à “índole ordeira e disciplinada do trabalhador nacional”, que só procurava a grandeza da pátria, “pleiteando os seus direitos dentro do espírito da lei”.<sup>101</sup> Este fator de peso para o sucesso da política social tinha que ser considerado seriamente pelo governo, já que assegurava a real possibilidade de harmonia entre capital e trabalho.

A solução da questão social estaria assim nas mãos do próprio governo, que através do Ministério do Trabalho e também dos interventores poderia atender às demandas proletárias, sem observá-las “pela lente turva das questões policiais”. Seria necessário, para isso, que os governos federal e estaduais fizessem empenho na aplicação da legislação social, aliando-se a este esforço a participação do empresariado.

Dois pontos, entretanto, deveriam ser observados pelo movimento operário para que a vitória fosse alcançada. Em primeiro lugar, afastar de seu interior os “elementos estranhos”, falsos agentes de seus interesses, “que, ao invés de uni-los, criavam dissensões”; em segundo lugar, orientar-se por “uma política puramente trabalhista”.<sup>102</sup> Assim, por exemplo, a participação nos lucros resolveria graves impasses, conseguindo conciliar trabalho e capital pela limitação dos lucros e distribuição dos excessos entre todos os que trabalham.<sup>103</sup>

A convergência desse discurso com o dos empregadores é evidente, uma vez que ambos assumem uma perspectiva consensual, relacionada à visão da questão social como uma “questão técnica”, a ser resolvida por uma adequada e segura legislação especializada.

Tanto que, quando alguns deputados classistas e não classistas apontam a falta de cumprimento das leis sociais, procura-se combater a discussão de tal problema na Câmara, argumentando-se que ele deveria ser encaminhado ao Ministério do Trabalho e, mais especificamente, a suas inspetorias.<sup>104</sup> Estas deveriam ser ocupadas por elementos especializados,

“fora de partidos”, ou seja, homens que não sendo políticos seriam, exatamente por isso, capazes de promover a conciliação entre as partes em jogo. Muitas vezes a falência de um plano governamental, especialmente no campo do trabalho, devia-se à inadequação da administração pública. Era o que acontecia, por exemplo, com a política do Ministério de Salgado Filho. Porém, e a influência do tenentismo aí é clara, tal problema atingia a administração pública em geral: era preciso, pois, “despolitizá-la”, com a inclusão crescente de técnicos.<sup>105</sup>

Resumindo muito bem esta posição, Francisco de Moura, líder da bancada, argumenta que o ponto nevrálgico dos problemas do Brasil não é a questão do regime e sim a questão social. “O que querem os trabalhadores? Regimes exóticos ou extremistas? Não. Nós queremos justiça. Nós necessitamos de pão, de assistência e de instrução.”<sup>106</sup>

Já aqueles que se intitulam “minoria proletária” encaram a legislação social de forma absolutamente diversa. Inicialmente, porque não acreditam ser possível uma conciliação verdadeira entre capital e trabalho, “porquanto jamais alguém iria concordar pacificamente em diminuir as probabilidades de sua vida econômica”.<sup>107</sup> Apesar de reconhecerem que a legislação trabalhista e previdenciária do governo Vargas vinha beneficiando o operariado, consideram-na insuficiente e até “uma tapeação”, pois as leis nem eram realmente aplicadas nem se podia, de fato, criticá-las. O Ministério do Trabalho era visto como um órgão “pseudamente revolucionário”, que diante das reivindicações proletárias continuava apelando para a violência policial.<sup>108</sup>

Eram leis no “papel”, que não podiam ser debatidas pelo verdadeiro operariado, porque logo contra ele enviava-se a polícia. Esse era o panorama traçado pelo grupo, que também apontava para alguns fatos que envolviam a legislação previdenciária. Esta, como no caso da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, só servia aos “interesses da plutocracia”, que usando medidas de força manejava a seu bel-prazer o dinheiro acumulado para o amparo dos trabalhadores.<sup>109</sup> O desrespeito às leis sociais e a repressão violenta às questões trabalhistas contavam, inclusive, com o apoio de inúmeros interventores, como os do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e outros, como também com o apoio do próprio empresariado.

Numerosos exemplos de reivindicações em prol do aumento de salários e do cumprimento da legislação social, que se encaminhavam pacificamente, terminavam com uma atitude intransigente por parte das empresas, especialmente as estrangeiras, e com várias prisões de líderes operários. Portanto, a colaboração que poderia suprimir abusos era negada pelos próprios patrões, razão que, muitas vezes, levava o operariado à greve. Não há trabalhadores e patrões, empregadores e empregados, “mas oprimidos e opres-

sores, e entre estas duas classes não poderá existir colaboração, mas apenas vencedores e vencidos".<sup>110</sup>

Por esta razão, o direito de greve era essencial, sendo a única verdadeira arma de que dispunham os proletários, e dela eles não abdicariam, mesmo que os constituintes não a reconhecessem. A liberdade dos trabalhadores não existe; encontra-se "ou nas mãos do governo a que nos queiramos entregar, e é ele que irá ditar então quais são os nossos direitos ou as nossas reivindicações, ou nos manifestamos livre e independentemente e seremos julgados pela polícia (...)".<sup>111</sup>

Vinculada, em parte, a esta linha de argumentação temos a defesa do princípio da autonomia e liberdade dos sindicatos em relação a governos e a partidos, aliada, porém, à unidade do movimento sindical. Tal proposta fora encaminhada por João Vitaca, tendo sido uma deliberação do Congresso Sindical Nacional Proletário, reunido no Palácio Tiradentes em 12 de abril de 1933. Essa resolução era consequência da reação que se desencadeava, dentro do movimento operário, contra a lei que regulava a sindicalização, no que dizia respeito à vida interna dos sindicatos, e que os colocava sob inteiro controle do Ministério do Trabalho. "Sabemos muito bem que os sindicatos devem ser órgãos legais de relação entre as classes e com os poderes públicos. Mas por isso mesmo não podemos admitir a sua subordinação a este ou aquele governo, ou a este ou aquele partido, sob pena de ser anulada a sua própria personalidade jurídica".<sup>112</sup>

Não se tratava de negar uma política sindicalista que teria, inclusive, o apoio da bancada em numerosas emendas visando tornar obrigatória a sindicalização de empregados e operários. Nem mesmo de opor-se ao reconhecimento oficial dos sindicatos que deveriam ser "órgãos legais". Tratava-se, fundamentalmente, de impedir: (a) a intervenção governamental na vida interna dos sindicatos, garantindo-se a liberdade política dos associados; (b) a desagregação do movimento operário, garantindo-se o princípio da unidade sindical. Porém, "a unidade sindical sem a autonomia dos sindicatos outra coisa não significa do que transformá-los, no caso da representação profissional, principalmente, não só em simples instrumentos eleitorais do governo, mas, o que é pior, caminhar para o corporativismo fascista".<sup>113</sup>

A emenda<sup>114</sup> que defendia a autonomia e a unidade sindicais era assinada tanto por deputados que criticavam o governo, como João Vitaca e Vasco Toledo, como por alguns daqueles que, como Alberto Sureck, encontravam-se em outra posição. No entanto ela não tem a unanimidade da bancada e praticamente não recebe outro tipo de apoio.

A questão da unidade sindical será duramente combatida pelos elementos clericais e também pela bancada paulista, como vimos anteriormente. Este fato, reconhecido pelos próprios componentes da bancada dos empregados, é criticado inclusive pelos deputados de orientação governista. O

depoimento de Antônio Pennafort, após a aprovação da emenda de Ranulfo Pinheiro Lima,<sup>116</sup> que consagrava a pluralidade sindical, exemplifica este tipo de postura: "Combati sempre o comunismo. Nunca ataquei aqui a questão religiosa. Estou porém inteiramente convicto de que foram elementos clericais que nos deram este golpe, cujos efeitos eles próprios vão sentir, porque, lutando contra o comunismo, acabam de abrir a porta à sua infiltração".<sup>116</sup>

Desta forma, a defesa da unidade sindical realizada dentro da bancada dos empregados, mesmo estando aliada ao princípio de autonomia, conseguiu reunir elementos de posições distintas e foi mais um ponto a provocar confronto com setores da bancada dos empregadores. Neste caso, temia-se a unidade sindical, embora não houvesse oposição à questão da autonomia em face de governos ou partidos. A proposta encaminhada por parte da bancada dos empregados seria derrotada, uma vez que, a seu ver, de nada valia conseguir a autonomia sem a unidade sindical, que impediria a desagregação do movimento operário.

Embora estando ciente de que parcelas do movimento operário da época, resistindo ao enquadramento sindical, defendiam a proposta da pluralidade, não encontramos, no material consultado, elementos para tal discussão.

Outro ponto que mobilizou praticamente todos os deputados trabalhistas foi o debate em torno da representação de classes. Neste caso, a posição da bancada como um todo visava defender o princípio da representação com voto deliberativo na Câmara, rejeitando a iniciativa dos Conselhos Técnicos. Assim, muitas foram as emendas oferecidas sobre este assunto por deputados da bancada. Entretanto as diferenças de postura que encontramos entre eles exemplificam, mais uma vez, a falta de unidade existente, mesmo quando havia um certo propósito comum.

Dois deputados exemplificam o que desejamos assinalar. Waldemar Reickdal caracteriza uma atitude de extrema descrença na viabilidade da representação de classes como uma real conquista para a classe operária. Ele explica que, apesar de defender tal representação e até mesmo de assinar emendas propondo sua regulamentação segundo certo modelo, não acredita "na possibilidade das reivindicações do proletariado através das Câmaras Políticas do país". Procede sem ilusões, porque tem certeza que as leis que protegem os interesses dos trabalhadores, se aprovadas, serão revogadas ou não serão cumpridas.<sup>117</sup>

Tal posição é apoiada por Acir Medeiros e também por João Vitaca e Vasco Toledo, sendo que todos eles propõem emendas instituindo a representação de classes, já em dezembro de 1933.<sup>118</sup> Estas emendas, garantindo a representação a nível federal, estadual e também municipal, asseguravam cerca de, pelo menos, 1/3 de deputados classistas, eleitos por sufrágio das



associações sindicais. Embora não acreditando, realmente, na eficácia de tal participação, defendiam-na como um instrumento que não poderia nem deveria ser abandonado às mãos de outros interesses.

Esta posição é bastante distinta da que é assumida pelos elementos da bancada ligados à orientação tenentista, como é o caso, por exemplo, de Alberto Surek e Edwald Possolo. Eles irão retomar os principais pontos caracterizados no discurso de Abelardo Marinho, o porta-voz desta tendência na Assembléia.

Defendendo a representação profissional, e não a representação de classes adotada pelo Governo Provisório, justificam sua proposta mostrando que só no primeiro caso seria evitado o domínio dos estados mais populosos sobre a bancada classista. Era preciso assegurar a cada estado e a cada profissão o mesmo número de delegados-eleitores, para que a Convenção Nacional não fosse dominada por dois ou três estados, ou por um único setor da produção.

Para tanto, fazia-se necessária a instituição da representação profissional, de tal forma que cada município elegeisse um delegado-eleitor para cada profissão; na Convenção Estadual seriam eleitos também os delegados-eleitores por profissão, chegando-se, por fim, à Convenção Nacional com o mesmo número de delegados-eleitores por profissão para cada estado.

A representação profissional é colocada como um meio de corrigir a desproporcionalidade da representação das diferentes unidades federadas, ao mesmo tempo que proporcionaria a integração do proletariado à sociedade. Esta representação viria através dos sindicatos que funcionariam como verdadeiros filtros, selecionando uma “elite de trabalhadores capazes de expressar o sentimento de seus companheiros”.<sup>119</sup>

A dimensão elitista da proposta fica mais clara ainda nas palavras de Possolo, quando ele situa a incultura das massas do país como um dos mais graves problemas para o sucesso de qualquer regime político. Os sindicatos seriam então um dos órgãos de educação de massas e de criação de elites com mentalidade verdadeiramente nacional. A representação profissional aparecia também como uma fórmula para atenuar a falta de partidos políticos nacionais, responsável, em grande parte, pela impotência do Legislativo em face do Executivo.<sup>120</sup>

São exatamente estes elementos que assinam a emenda de Abelardo Marinho, instituindo a representação profissional segundo tal modelo, nitidamente corporativista. Talvez por esta razão, os deputados que postulavam uma posição mais cética em relação à representação de classes tenham preferido assinar as emendas propostas pela bancada dos empregadores, através de seu líder Euvaldo Lodi. Estas, ao menos, não estavam tão completamente vinculadas a uma proposta de enquadramento sindical de tipo cor-

porativista e eram, sem dúvida, a única opção possível além da instituição da representação de cunho apenas consultivo.

Um último ponto poderia ainda ser destacado: o da defesa das condições de trabalho e vida do trabalhador rural, desenvolvida por Acir Medeiros e Vasco Toledo. Estes deputados defendem a extensão da legislação social ao campo e o favorecimento da pequena propriedade, inclusive com a divisão dos latifúndios improdutivos. Entretanto, comparativamente, não há muitas referências a este assunto dentro da bancada.

### 3. A EXPERIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE CLASSES NA CONSTITUINTE

O estudo da experiência da representação de classes na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, a partir da atuação dos próprios deputados classistas, permite-nos realizar uma certa avaliação do significado e da participação desta bancada no processo político que então se desenvolvia, muito embora implique o reconhecimento desse mesmo limite para nossas análises.

Quando procuramos acompanhar os principais acontecimentos que precederam à instituição da fórmula da representação de classes, buscamos delinear apenas as principais linhas políticas que participaram do processo, visando, principalmente, esclarecer o próprio debate travado dentro da Assembléia em torno da questão. Através de levantamentos realizados em jornais, constatamos claramente que o Governo Provisório, profundamente interessado na implantação da medida e, praticamente, seu "patrocinador", viu-se pressionado pelas duas mais importantes forças políticas do momento. De um lado o tenentismo, atuando não só diretamente através do Clube 3 de Outubro, como também através de organizações partidárias, como a União Cívica Nacional. De outro, as oligarquias regionais rearticuladas em torno de antigas e novas agremiações políticas, tanto em São Paulo como em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

A representação de classes aparece, neste sentido, como um dos pontos-chaves em torno do qual muitas negociações teriam que ser realizadas. Seu caráter de instrumento, visando neutralizar o domínio na Assembléia das grandes bancadas estaduais, está explicitado em diversos documentos do governo e dos grandes partidos regionais. A oposição que estes lhe movem não impede o Governo Provisório de, mesmo contrariando a decisão do Superior Tribunal Eleitoral, confirmar sua prática na Constituinte, conforme o previsto no Código Eleitoral.

Neste contexto, não nos surpreende a continuação do debate dentro da Assembléia, uma vez que a questão permanecia sem solução definitiva. En-

tretanto o quadro iria alterar-se muito em 1934, na medida que Minas e Rio Grande do Sul modificam suas posições, passando a não mais opor-se à medida. A crise política que abalara o estado mineiro com a morte de Olegário Maciel, presidente do estado e líder do Partido Progressista, explica em parte essa alteração. As negociações, desenvolvidas entre o chefe do Governo Provisório e o partido, buscando encontrar um novo nome para a interventoria mineira, certamente incluíram a escolha de Antônio Carlos de Andrada para a presidência da Assembléia e o apoio dos mineiros à representação classista. No caso do Rio Grande do Sul, as relações de Flores da Cunha, interventor gaúcho, com Vargas e também com Antunes Maciel, o então ministro da Justiça e homem atuante para o estabelecimento da representação classista, explicariam a relativa alteração, uma vez que o Partido Republicano Liberal (PRL) nunca fora radicalmente contrário a tal princípio.

Restava São Paulo como força opositora, o que podia, entretanto, ser facilmente neutralizado pelo apoio de setores das grandes bancadas mineira e gaúcha, das bancadas dos estados do Bloco do Norte (interessadas em diminuir o poderio político dos estados do Sul) e também da própria bancada classista.

Talvez para reunir tão grande apoio, a fórmula para a representação de classes tivesse que ser "menos corporativa". Desta forma, ficariam comprometidas as propostas do Clube 3 de Outubro que defendiam uma Câmara Política e outra técnica, assim como a própria instituição da representação profissional (com um número igual de delegados-eleitores profissionais por estado da federação, participando da Convenção Nacional que elegia os deputados). A fórmula aprovada na Assembléia foi a que já havia sido experimentada nas eleições de julho de 1933 e que buscara manter a representação de classes dentro de limites conciliáveis.

Tal questão foi um dos poucos temas especificamente políticos que agitaram a bancada classista. Esta, englobando tanto empregadores quanto empregados, concentrou sua atividade em assuntos de política econômica e social, partindo daí suas colocações sobre problemas de organização do Estado, que assumiam uma dimensão marcadamente pragmática. Tal postura caracteriza principalmente a bancada dos empregadores, cuja atuação centrou-se, principalmente, na defesa de medidas que estimulassem o desenvolvimento industrial e comercial do país, ressaltando a importância destes setores para o conjunto da economia, para a modernização das atividades agrícolas e, inclusive, para seu papel estratégico na "defesa armada" da nação.

Os empregadores defendem-se das críticas tradicionalmente formuladas contra a industrialização — excessivo protecionismo, aumento do custo de vida, agitação social —, apontando a difícil situação que nossa produção

agrícola atravessava e a necessidade de se buscar novos caminhos para o desenvolvimento econômico do país.

Todas essas críticas vinculavam-se a um movimento ruralista, francamente antiindustrialista e antiurbano, existente no país desde o início do século. A atuação do empresariado na Assembléia tem no combate ao ruralismo uma de suas principais preocupações; revela um duplo movimento de defesa e ataque a tal tendência, desmascarando seus argumentos e demonstrando sua insuficiência e inadequação para o atual momento nacional. Busca-se, particularmente, desvincular ruralismo e nacionalismo, na medida que se procura ressaltar que o urbano tanto quanto o rural são partes do mesmo todo nacional. Sem abandonar o campo, o nacionalismo deveria buscar um novo conteúdo nas atividades industriais, especialmente nas ligadas aos setores de base, essenciais não só ao desenvolvimento econômico, como também à defesa do país. Portanto, o apelo a uma aliança entre desenvolvimento econômico e segurança nacional começa a aparecer nos discursos em prol da industrialização.

A importância destas colocações deve ser avaliada tendo-se em vista toda a tradição do pensamento político brasileiro, onde as atividades agrícolas são freqüentemente tomadas como a expressão máxima de nossa nacionalidade. O esforço empreendido pelo empresariado, a nível do pensamento político e também a nível de prática de política econômica, tem na defesa do protecionismo um de seus pontos cruciais. É exatamente a partir de questões como esta que os empregadores chegam a criticar um excessivo individualismo, causador de crises econômicas e agitação social.

A necessidade do intervencionismo estatal, quer no campo econômico, quer no social, e até mesmo a preocupação com o planejamento estão presentes nos discursos dos empresários. O papel do Estado na elaboração de uma política nacional e na promoção dos direitos sociais, complemento essencial aos direitos do indivíduo, é ressaltada pela totalidade da bancada. Entretanto é preciso observar que uma política de proteção ao capital nacional não é necessariamente uma política de oposição ao capital estrangeiro, mesmo quando se procura regulamentar e até limitar seu campo de ação; e uma política de cunho social não é uma política socializante e sim uma correção e um amparo às desigualdades provocadas pelo liberalismo individualista.

Mas seria muito difícil e arriscado concluir, dentro destes limites, que o empresariado estaria abandonando um modelo político liberal-democrático em prol de um autoritarismo, de cunho corporativista ou não, que garantisse o progresso econômico e a ordem social. Preferimos situar este momento como de crítica ao individualismo liberal, mas sem negação das fórmulas políticas da liberal-democracia. O que se procurava era um acréscimo que

corrigisse os exageros, mas mantivesse ainda os elementos essenciais do modelo.

A própria aceitação da representação de classes pela maioria da bancada pode ilustrar nossa colocação, já que se procurava, sem destruir ou minimizar a representação política, conceder representação aos interesses de classe. Neste sentido, é necessário considerar as diferenças entre as duas bancadas, a dos empregadores e a dos empregados, quando se faz a afirmação genérica de que a representação classista não passou de um instrumento nas mãos do Governo Provisório.

No caso dos empregadores, torna-se muito difícil admitir *in totum* tal idéia, devido não só à importância dos nomes que a compõem como também à possibilidade de seus interesses serem defendidos por deputados políticos. Os empregadores, e é sugestivo que não mais se chamem de "patrões", nem assim sejam chamados, eram homens de inequívoca projeção, poder e cultura para se prestarem ao papel de fantoches de quem quer que fosse. Logo, seu apoio a uma certa posição teria que significar vantagens — e sob este ângulo a questão torna-se muito mais complexa, pois implica concessões e ganhos mútuos.

Acreditamos ser esta uma linha de raciocínio mais profícua que, pelo menos em parte, explicaria por que deputados que combatiam a representação de classes foram eleitos como classistas. Este é o caso dos paulistas que, vinculados à bancada estadual de seu estado, não deixam de atuar na defesa de seus interesses específicos, sendo neste aspecto talvez os mais brilhantes. A representação de classes podia ser um instrumento útil, e nestes casos os paulistas recebem o apoio de outros empregadores. Não seriam as relações com o Governo Provisório nem as relações com as bancadas políticas suficientes para excluir um certo caráter de classe da representação dos empregadores.

No caso da bancada dos empregados, a questão já é bem diversa, pois a interferência governamental instala-se no próprio processo de organização sindical e de escolha dos delegados-eleitores, sendo que a possibilidade de manipulação destes elementos é muito grande. Assim, grande parte dos deputados da bancada dos empregados assinala sua atuação com elogios à política trabalhista de Vargas, constituindo um importante apoio em determinados momentos de decisão na Assembléia. Isto ocorreu, por exemplo, quando da votação favorável à reforma do regimento interno, que visava dar preferência aos assuntos diretamente vinculados à matéria constitucional,<sup>121</sup> e também quando da eleição de Vargas para presidente da República.

Porém, mesmo dentro da bancada dos empregados, encontramos elementos que, embora criticando a representação de classes e considerando-a sem grande valia, procuram usar seu mandato para realizar denúncias, como a das violências e prisões realizadas pela polícia contra os operários. Opu-

seram-se à reforma do regimento interno, considerando-a uma manobra da ditadura e um meio de calar os legítimos defensores da classe operária dentro do Parlamento. Embora seja exata a constatação da deficiente e subserviente atuação da bancada dos empregados, é preciso destacar nela algumas exceções que revelam a utilização da representação de classes como instrumento de reação de parcelas do movimento operário.

Fazendo um paralelo entre as duas bancadas classistas, podemos tirar algumas conclusões. Sobre a vinculação das bancadas classistas com os interventores, há uma espécie de duplo padrão de relacionamento. Se no caso da escolha dos representantes classistas dos empregadores as interventorias do Norte tiveram muito pouca participação, o mesmo não pode ser dito em relação à escolha dos empregados. Certamente devido a uma estreita relação entre o tenentismo e o movimento sindical, a presença dos interventores do Norte se torna bem marcante, não só no processo de escolha da bancada classista dos empregados como na sua posterior atuação. Exemplificando de forma extrema, tal situação estaria o interventor do Pará, Magalhães Barata, diretamente ligado à federação trabalhista de seu estado, sempre elogiado pelo deputado classista Martins e Silva. Ilustrando o outro extremo estaria o interventor de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, exemplo perfeito de articulação com os representantes classistas dos empregadores. Exceção que confirma a regra, o interventor do Estado do Rio, Ari Parreiras, foi o único interventor do Sul a manter bons vínculos com o movimento operário, possivelmente por ter fortes raízes no tenentismo.

No que se refere aos temas que trouxeram confronto entre empregadores e empregados, verificamos que envolveram, principalmente, aspectos da legislação trabalhista e questões de organização sindical. No primeiro caso, os choques não se deviam a posições contrárias, mas sim ao traçado dos limites que a legislação deveria abranger e a seu real cumprimento. Enquanto o empresariado procurava atenuar seu alcance, os operários buscavam sua máxima expansão, o que não deixava de ser um problema fundamental.

No segundo caso, a questão era a da unidade ou pluralidade sindicais, uma vez que a bancada dos empregados fechava questão em torno da unidade e a dos empregadores a rejeitava, pelo menos em sua maioria. A adoção do sindicato único e autônomo era evidentemente desinteressante para o empresariado, devido ao fortalecimento que tal medida poderia trazer ao movimento operário. Já em relação ao sindicato único sob tutela do Estado, se de um lado representava uma possibilidade de controle seguro sobre o proletariado, de outro era um significativo avanço por parte do poder estatal que poderia, em certa medida, pressionar o setor empresarial. Assim, se esse modelo trazia vantagens, não deixava de acarretar certos

custos, principalmente quando a preocupação do setor era a de limitar e ainda adiar a aplicação de uma legislação de caráter trabalhista.

Apesar desses confrontos, que envolveram também o problema do direito de greve, procurava-se manter sempre um clima de "harmonia" e "colaboração" entre as bancadas, correspondente, vamos dizer, à "inexistência da luta de classe" no Brasil. Os empregados, por exemplo, particularmente os de orientação governista, argumentavam que seu objetivo não era o ataque ao patronato, mas sim a busca de um acordo.

Quanto aos empregadores, um episódio relatado por Edgar Teixeira Leite<sup>123</sup> poderia ser utilizado para ilustrar sua atitude em relação à bancada dos empregados. Por iniciativa de Roberto Simonsen, os empregadores passaram a promover encontros semanais com os empregados num restaurante da Lapa, onde após o oferecimento de um almoço discutia-se uma série de assuntos de interesse das duas bancadas. Os encontros tinham por objetivo criar um clima de intimidade e de confraternização que eliminasse o fosso que se procurava criar no Brasil entre empregadores e empregados.

#### NOTAS

- 1 A utilização dos termos representação de classes, bancadas classistas, deputados classistas etc., obedeceu à terminologia da época, oficializada pelos *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37, 22 vol.), daqui em diante referidos apenas por *Anais*. O texto procura manter os dois termos — representação de classes e representação profissional —, guardando as distinções a eles atribuídas no contexto político da constitucionalização de 1933-34.
- 2 Evaristo de Moraes Filho, "A experiência brasileira da representação classista na Constituição de 1934", in *Carta Mensal*, n.º 258, setembro de 1976.
- 3 Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, vol. 1 (Rio de Janeiro: José Olympio, 1938), pp. 109-28.
- 4 *Ib.*, pp. 114-5.
- 5 *Ib.*, p. 220.
- 6 "Programa do Clube 3 de Outubro", in *Jornal do Brasil* de 6.2.1932.
- 7 *Diário Nacional* de 3.2.1932.
- 8 *Correio da Manhã* de 23.2.1932.
- 9 A subcomissão do Itamarati tem a seguinte composição: Afrânio de Melo Franco (presidente), Themístocles Cavalcânti (secretário-geral), Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, Carlos Maximiliano, Artur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, João Mangabeira, Oliveira Vianna e Góis Monteiro.
- 10 Carta de Juarez Távora atestando o posicionamento de Themístocles Cavalcânti na referida subcomissão. Ver Arquivo Antunes Maciel, 32.11.09/2.
- 11 José Afonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição nacional* (Belo Horizonte: s.ed., 1933), p. 355.
- 12 Lourival Coutinho, *O general Góis depõe* (Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955), p. 246.
- 13 A proposta do Clube 3 de Outubro é explicada e defendida por Waldemar Falcão em artigo assinado no *Correio da Manhã* de 24.1.1933.
- 14 Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas em 5.3.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.01.17/31.

- 15 Carta de José Carlos de Macedo Soares a Getúlio Vargas. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.04.02/1.
- 16 *Correio da Manhã* de 11.4.1933.
- 17 Resposta de Antunes Maciel a Getúlio Vargas em 4.4.1933. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.03.20/1 (grifos nossos).
- 18 Os interventores de Minas e do Rio Grande do Sul chegam a firmar um acordo de ação conjunta com os interventores de São Paulo (Waldomiro Lima) e do Distrito Federal (Pedro Ernesto), liderados por este último, aceitando uma "representação moderada de classes" e articulando a defesa comum de alguns princípios na Constituinte. *Diário de Notícias* (Porto Alegre) de 24, 25 e 26.3.1933.
- 19 *Correio da Manhã* de 23 e 27.6.1933.
- 20 Agamenon Magalhães é um dos únicos deputados a manter a defesa de uma Câmara Corporativa, mas sua proposta não redundava em fortalecimento do poder político decisório dos representantes classistas que a compunham. Ver emenda de Agamenon nos *Anais*, vol. 4, pp. 94-5 e vol. 5, pp. 300-6. Ver também comentários a respeito no capítulo IV desta obra.
- 21 *Anais*, vol. 11, p. 528.
- 22 *Anais*, vol. 9, pp. 54-77.
- 23 *Anais*, vol. 3, pp. 345-50.
- 24 *Anais*, vol. 9, pp. 54-77. Abelardo Marinho pronuncia na sessão de 28.2.1934 seu mais importante discurso sobre a representação profissional, apreciando minuciosamente sua proposta. Mantivemos, no caso, a distinção que o deputado faz entre representação "de classes" e representação "profissional".
- 25 Emenda n.º 1.168. Ver *Anais*, vol. 3, pp. 343-4. A Emenda n.º 1.169, também de Abelardo Marinho, propõe a sindicalização obrigatória de patrões e empregados.
- 26 São nove representantes da bancada dos empregados e um dos funcionários públicos, tendo, portanto, a metade da bancada dos empregados votado com Abelardo Marinho.
- 27 Emendas n.º 1.772 e 1.773. Ver *Anais*, vol. 17, pp. 464-5.
- 28 Foram João Vitaca, Waldemar Reickdal, Vasco Toledo e Acir Medeiros os representantes classistas dos empregados que votaram na emenda de Euvaldo Lodi.
- 29 Queremos referir apenas àqueles sindicatos já reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e não a todo o movimento sindical.
- 30 A bancada classista, com exceção dos paulistas, vota em Antônio Carlos de Andrada para presidente da Assembléia, uma vez que o Partido Progressista já cedera quanto a este ponto.
- 31 *Anais*, vol. 7, pp. 563 e segs. Neste discurso o deputado Pinheiro Lima expõe a posição da bancada paulista, suas críticas e sua proposta quanto à questão da representação classista.
- 32 *Ib.*, p. 582.
- 33 Em apoio a esta posição, são citadas várias personalidades, entre elas o paulista Vicente Rao, que ocupa a pasta da Justiça em julho de 1934 em substituição a Antunes Maciel, gaúcho e grande articulador das eleições dos representantes classistas em 1933.
- 34 *Anais*, vol. 7, p. 582.
- 35 Emenda n.º 1.389. Ver *Anais*, vol. 17, pp. 438-48. Os editoriais do *Jornal do Brasil* anexados como reforço à posição paulista são transcritos integralmente.
- 36 *Anais*, vol. 17, pp. 441-3.
- 37 *Ib.*, p. 443.
- 38 *Anais*, vol. 13, pp. 202-19, e vol. 22, pp. 87-91.
- 39 Emenda n.º 1.646, de Horácio Lafer, propondo a substituição da representação de classes pelos Conselhos Técnicos Nacionais. Ver *Anais*, vol. 18, p. 100.
- 40 Decreto n.º 22.653 de 20.4.1933, que fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes classistas, e Decreto n.º 22.696 de 11.5.1933, que estabelece as instruções para as eleições. Ver Arquivo Getúlio Vargas, 33.05.16/2.



- 41 Edgar Teixeira Leite, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1976) (mimeo).
- 42 Esta é uma das críticas de Abelardo Marinho ao modelo de representação classista vigente. Ver *Anais*, vol. 9, pp. 54-77.
- 43 Os dados que nos permitiram chegar a tais observações foram retirados das fichas biográficas destes elementos, elaboradas pelo Setor de Dicionário do CPDOC.
- 44 Sobre críticas à lei de sindicalização, ver Federação Industrial do Rio de Janeiro, *Relatório 1931-34*, vol. I (Rio de Janeiro: s. ed., s.d.), pp. 132-42. Ver também Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatório 1933-34* (Rio de Janeiro: s. ed., s.d.), nas partes referentes à sindicalização.
- 45 Confederação Industrial do Brasil, Circular de 27.4.1933, in *Circulares 1933-35*, rolo 89.
- 46 *Jornal da Manhã* de 27.6.1933. Ver Lux do Arquivo Salgado Filho.
- 47 Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Relatório de 1933*, pp. 393-401.
- 48 Quadro reproduzido de Luís Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976), p. 145.
- 49 A grande exceção foi a instituição da representação de classes.
- 50 Evidentemente querendo dar um sentido específico e restrito à esfera política.
- 51 O melhor exemplo seria a posição dos deputados classistas paulistas contrária à representação de classes, fechando com a bancada de seu estado contra o restante dos empregadores de outros estados.
- 52 Confederação Industrial do Brasil, Circular de 27.4.1933, in *Circulares 1933-35*, rolo 89.
- 53 Roberto Simonsen, *Anais*, vol. 7, pp. 85-93.
- 54 Edgar Teixeira Leite, *Anais*, vol. 8, pp. 339-49.
- 55 Ricardo Machado, *Anais*, vol. 5, pp. 378-85. Os deputados da bancada paulista e Mário de Andrada Ramos também exprimem esta posição.
- 56 Roberto Simonsen, *Anais*, vol. 7, p. 123.
- 57 Walter J. Gosling, *Anais*, vol. 5, p. 573.
- 58 Nicea Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil* (São Paulo: Difel, 1961). Esta autora trata da questão do ruralismo versus industrialismo até a década de 20.
- 59 Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 120.
- 60 Walter J. Gosling, *op. cit.*, p. 569.
- 61 Alexandre Siciliano, *Anais*, vol. 9, pp. 341-63; vol. 15, pp. 250-4; vol. 4, pp. 180-2.
- 62 Emendas n.º 823 e 824, principalmente. Ver *Anais*, vol. 4, pp. 180-2.
- 63 Alexandre Siciliano, *Anais*, vol. 15, pp. 250-4.
- 64 Alexandre Siciliano, *Anais*, vol. 9, p. 353.
- 65 Alexandre Siciliano, *op. cit.*, p. 357, e Horácio Lafer, *Anais*, vol. 11, pp. 20-3.
- 66 *Anais*, vol. 15, pp. 438-56, e vol. 11, pp. 286-7.
- 67 Roberto Simonsen, Alexandre Siciliano, Horácio Lafer, Walter Gosling, Mário de Andrada Ramos, Francisco de Oliveira Passos, todos tocam nesta questão em seus discursos.
- 68 Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 91. Neste discurso, Simonsen nomeia diversos tipos de atuação do Estado.
- 69 *Ib.*, p. 133..
- 70 Haveria quatro Conselhos Técnicos: Economia; Educação e Saúde; Trabalho; Defesa. Ver *Anais*, vol. 18, p. 100.
- 71 Horácio Lafer, *Anais*, vol. 2, p. 322.
- 72 Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 91.
- 73 *Ib.*, pp. 90-1 e 127.
- 74 Walter Gosling, *op. cit.*, p. 569, e Mário de Andrada Ramos, *Anais*, vol. 2, pp. 107-21.
- 75 Horácio Lafer, *op. cit.*, p. 322.
- 76 Francisco de Oliveira Passos, *Anais*, vol. 4, pp. 115-8.
- 77 Horácio Lafer, *Anais*, vol. 12, p. 207.

- 78 Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 87.
- 79 Horácio Lafer, *Anais*, vol. 21, p. 498.
- 80 Francisco de Oliveira Passos é neste momento o presidente da Confederação Industrial do Brasil. Ver *Anais*, vol. 4, pp. 115-8.
- 81 *Anais*, vol. 7, pp. 262-8.
- 82 *Anais*, vol. 4, pp. 175-6.
- 83 *IDORT*, n.º 1, janeiro de 1932.
- 84 *IDORT*, n.º 13, janeiro de 1933.
- 85 Uma das emendas que propõe a pluralidade e autonomia sindicais é a do deputado classista Ranulfo Pinheiro Lima. Ver *Anais*, vol. 19, p. 150.
- 86 Francisco de Oliveira Passos, *Anais*, vol. 13, p. 526.
- 87 Confederação Industrial do Brasil, *Circulares 1933-35*, rolo 89. Projeto da sub-comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Decreto n.º 19.770. Assina o documento, datado de 19.4.1933, além de Galliez e Waldemar Falcão.
- 88 Ver Confederação Industrial do Brasil, *Circular 1933-35*, rolo 89, pp. 2-5 da Exposição de Motivos.
- 89 Luís Werneck Viana, *op. cit.*, pp. 190-1. Nos discursos consultados nos *Anais*, fica evidente que todos consideravam este ponto como preocupação essencial do grupo católico que atuava na Assembléia.
- 90 *Ib.*, pp. 141-52.
- 91 *Ib.*, p. 144. Este autor também chama atenção para a orientação da política oficial que procurava isolar os núcleos de sindicalismo autônomo, atuando predominantemente fora dos grandes centros urbano-industriais.
- 92 *Correio da Manhã* de 23 e 27.6.1933.
- 93 Esta comissão era composta por Afonso Costa, Oto Prazeres e Costa Miranda, sendo presidida pelo próprio ministro Salgado Filho.
- 94 O Conselho Nacional do Trabalho, criado em 1923, era composto por 12 membros, dos quais dois empregadores, dois empregados e oito representantes do governo.
- 95 É interessante notar que são exatamente estes os sindicatos "amarelos", isto é, tradicionalmente ligados à influência oficial, desde a década anterior.
- 96 Seria Acir Medeiros, vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula, Rio de Janeiro.
- 97 São Francisco Moura (SP) e Waldemar Reickdal (PR), operários das indústrias químicas e metalúrgicas, respectivamente.
- 98 Acir Medeiros, por exemplo, é membro da comissão executiva do Partido Proletário do Estado do Rio, de orientação eminentemente socialista e não comunista, como ocorria com o Partido Operário Camponês do mesmo estado. Ver *Anais*, vol. 7, p. 456.
- 99 Alguns deputados mais claramente ligados ao Governo Provisório foram Francisco de Moura, líder da bancada, Edmar de Carvalho e Eugênio Monteiro de Barros; ligados à orientação tenentista podemos observar Edwaldo Possolo, Alberto Surek e Martins e Silva. Evidentemente, é muito difícil enquadrar todos os deputados, ficando alguns como que "divididos" entre uma e outra tendência.
- 100 *Anais*, vol. 2, pp. 462-71.
- 101 *Idem*.
- 102 *Idem*.
- 103 Alberto Surek, *Anais*, vol. 7, pp. 48-61.
- 104 Edmar de Carvalho, *Anais*, vol. 5, pp. 77-81.
- 105 Edwaldo Possolo, *Anais*, vol. 8, pp. 501-14.
- 106 Francisco de Moura, *Anais*, vol. 9, pp. 268-75.
- 107 Waldemar Reickdal, *Anais*, vol. 13, pp. 60-6.
- 108 João Vitaca, *Anais*, vol. 13, pp. 462-6 e Acir Medeiros, *Anais*, vol. 13, pp. 457-67.
- 109 Acir Medeiros, *Anais*, vol. 13, pp. 454-7.
- 110 Waldemar Reickdal, *Anais*, vol. 15, p. 306.

- 111 Waldemar Reickdal, *Anais*, vol. 13, pp. 60-6.
- 112 João Vitaca, *Anais*, vol. 22, pp. 92-4.
- 113 *Ib.*, p. 93.
- 114 *Anais*, vol. 4, pp. 534-6.
- 115 Representante clasista das profissões liberais ligado à Chapa Única.
- 116 *Anais*, vol. 22, pp. 104-5.
- 117 Waldemar Reickdal, *op. cit.*, p. 60.
- 118 Emenda de João Vitaca, *Anais*, vol. 3, p. 267, e emenda de Acir Medeiros, *Anais*, vol. 3, p. 318.
- 119 Martins e Silva, *Anais*, vol. 1, pp. 450-4.
- 120 Edwaldo Possolo, *op. cit.*, pp. 501-14.
- 121 Francisco de Moura, *Anais*, vol. 11, p. 109.
- 122 Edgar Teixeira Leite, *Depoimento* (Rio de Janeiro: CPDOC, 1976) (mimeo).

## BIBLIOGRAFIA

### 1. ARQUIVOS PRIVADOS

- Arquivo Antunes Maciel, 1930-34, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.  
Arquivo Carlos de Lima Cavalcânti, 1933-34, Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.  
Arquivo Getúlio Vargas, 1930-34, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.  
Arquivo Osvaldo Aranha, 1932-34, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.  
Arquivo Salgado Filho, Lux, 1933-34, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.  
Arquivo Waldomiro Lima, Lux, 1932-33, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV.

### 2. DOCUMENTOS OFICIAIS

- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte, 1933-34. *Anais*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1934-37. 22v.  
BRASIL. Departamento Nacional do Café. *Defesa do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1935. v. 2.  
BRASIL. Departamento Nacional do Café. *Convênio dos estados cafeeiros: 1906-1939*. Rio de Janeiro, Imp. Oficial, 1939.

### 3. OUTROS DOCUMENTOS

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. Diretoria. *Relatórios 1933 e 1934*. Rio de Janeiro, s.d.  
CLUBE 3 DE OUTUBRO. *Esboço do programa de reconstrução política e social do Brasil*. s.l., s. ed., 1932.  
CONFEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Circulares 1933-35*. Rio de Janeiro, s.d. Rolo 89.

FEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Diretoria. *Relatório* 1931-34. Rio de Janeiro, s.d. v. 1.

IDORT, órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo. São Paulo, s.ed., n.º 1 de janeiro de 1932 e n.º 13 de janeiro de 1933.

#### 4. JORNAIS

*A Esquerda*, Recife, PE.

*A Federação*, Porto Alegre, RS.

*A Gazeta do Rio*, Distrito Federal.

*A Nação*, Distrito Federal.

*Correio da Manhã*, Distrito Federal.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, RS.

*Diário Carioca*, Distrito Federal.

*Diário da Manhã*, Recife, PE.

*Diário de Notícias*, Distrito Federal.

*Diário de Notícias*, Porto Alegre, RS.

*Diário Nacional*, São Paulo, SP.

*Estado de São Paulo*, São Paulo, SP.

*Folha da Manhã*, Recife, PE.

*Jornal do Brasil*, Distrito Federal.

*Jornal do Comércio*, Distrito Federal.

*Jornal Pequeno*, Recife, PE.

*Liberdade*, Belo Horizonte, MG.

#### 5. DEPOIMENTOS

ANDRADE, Moacir de. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.

CÂMARA, Arinos. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.

CAVALCÂNTI, Paulo. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1976. Mimeo.

CAVALCÂNTI, Temístocles. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.

CHAVES, Aníógenes. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1976. Mimeo.

- GUIMARÃES, Alufio Leite. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.
- LEITE, Edgar Teixeira. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1976. Mimeo.
- I.UZARDO, Batista. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1976. Mimeo.
- MACHADO, Edgar da Mata. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.
- MAGALHÃES, Juraci. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.
- MARIANI, Clemente. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1978. Mimeo.
- MESA-REDONDA SOBRE A CONSTITUINTE DE 1934; debate entre participantes do episódio, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1976. Mimeo.
- MOTA, Jeová. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1978. Mimeo.
- PEIXOTO, Augusto Amaral. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1975. Mimeo.
- PEREIRA, Teófilo. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.
- SÁ, Mem de. *Depoimento*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1977. Mimeo.

## 6. LIVROS E ARTIGOS

- AZEVEDO, A. Fay de. Os partidos políticos do Rio Grande do Sul; dois pontos de vista. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte (2) jul. 1957.
- AZEVEDO, José Afonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição nacional*. Belo Horizonte, s. ed., 1933.
- BARROS, Manuel de Sousa. *A década de 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro, s. ed., 1972.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1968. v. 3.
- BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e poder*. Recife, Secretaria de Planejamento do estado, 1977.
- CABRAL, João C. da Rocha. *Código eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1934.
- CALADO, Pedro. *A Revolução de 29 de outubro de 1931 em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1944.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *Bresil Nord-Est: mouvements paysants et crise populiste*. Paris, École Pratique des Hautes Études, 1973. Mimeo.

- CARNEIRO, Levi. *Pela nova Constituição*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1936.
- CARONE, Edgar. *A Segundo República*. São Paulo, DIFEL, 1973.
- . *O tenentismo*. São Paulo, DIFEL, 1975.
- CASTRO, Raimundo de Araújo. *A nova Constituição brasileira*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1936.
- CAVALCÂNTI, Temístocles Brandão. *A margem do anteprojeto constitucional*; notas e apontamentos. Rio de Janeiro, Pongetti, 1933.
- CERQUEIRA, Eli Diniz. *Empresário e Estado no Brasil: 1930-1945*. São Paulo, USP, 1977. Tese (Doutor) Universidade de São Paulo. 2 v. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse velho vento da aventura*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- CORTES, Carlos E. *Gaúcho politics in Brazil; the politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. New Mexico, Univ. of New Mexico Press, 1974.
- COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DELGADO, Luís. *Carlos de Lima Cavalcânti; um grande de Pernambuco*. Recife, Cepe, 1975.
- DUGUIT, Léon. *Le droit social, le droit individuel et la transformation de l'Etat*. Paris, Felix Alcan, 1922.
- EBERHARDT, Alírio. *Os partidos gaúchos e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1979. Mimeo.
- FAUSTO, Bóris. Expansão do café e política cafeeira. In: Bóris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, t. 3, vol. 1. São Paulo, DIFEL, 1975. (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- . *Pequenos ensaios da história da República: 1889-1945*. São Paulo, CEBRAP, cad. 10, 1972.
- . *A Revolução de 1930; história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- FEDERALISMO E CENTRALIZAÇÃO; mesa-redonda realizada em 6.7.1974, na Fundação Getúlio Vargas. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 4 (17) out./dez. 1974.
- FERNANDES, Aníbal. *Pernambuco no tempo do "vice-rei"...* S.1, Schmidt, 1974.
- FERREIRA FILHO, Artur. *História geral do Rio Grande do Sul: 1503-1964*. Porto Alegre, Globo, 1965.
- FLYNN, Peter. "The revolutionary legion and the brazilian Revolution of 1930." *Latin American Affairs*, Oxford (22) 1970.



- FONTOURA, João Neves da. *Acuso!* Rio de Janeiro, s. ed. 1933.
- \_\_\_\_\_. *Memórias*. Porto Alegre, Globo, 1958-1963. 2 v.
- FORJAZ, Maria Cecília S. T. *Tenentismo e política; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.
- FRANCO, Sérgio da C. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Globo, 1967.
- FRANCO, Virgílio de Melo. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1931.
- GENERAL Waldomiro Lima; homenagem de seus amigos. São Paulo, Siqueira, 1932.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1979. Mimeo.
- GUETZEVITCH, B. Miskine. *Les Constitutions de l'Europe nouvelle*. Paris, Delagrave, 1930.
- JARDIM, Renato. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo*. São Paulo, Soc. Imp. Paulista, 1932.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: Bóris Fausto (org.) *O Brasil republicano*, t. 3, vol. 2. São Paulo, DIFEL, 1977 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- LEAL, Hamilton. *História das instituições políticas do Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1962.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LESSA, Renato. *A ordem oligárquica brasileira: esboço de uma reflexão alternativa*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1978. Mimeo.
- LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira — 1889-1937. In: Bóris Fausto (org.) *O Brasil republicano*, t. 3, vol. 1. São Paulo, DIFEL, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- LIMA, Heitor Ferreira. *Três industrialistas brasileiros: Mauá—Rui Barbosa—Simonsen*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- LIMA, Waldomiro Castilho. *Interventoria paulista*. São Paulo, Imp. Oficial, 1933.
- LIRA, José Pereira. *As constituições dos estados e da República*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1937.
- LOBO, Lúcia L. e COELHO, Rodrigo B. *A Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 1978. Mimeo.

- LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência; São Paulo e a federação brasileira: 1889-1937. In: Bóris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, t. 3, vol. 1. São Paulo, DIFEL, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- LUZ, Nícea Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1961.
- MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Artur Bernardes*; estadista da República. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- MANGABEIRA, João. *Em torno da Consituição*. São Paulo, Nacional, 1934.
- MARTINS, Rodrigo Batista. *A masorca*; coronelismo e a violência no processo político brasileiro. Belo Horizonte, Imp. Oficial do estado de Minas Gerais, 1977.
- MEDEIROS, Antônio A. Borges de. *O poder moderador da República*. Recife, Diário de Pernambuco, 1933.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil. —. A experiência brasileira de representação classista na Constituição de 1934. *Carta Mensal*. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro (258) set. 1976.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e lutas de um burguês progressista*; a guerra cívica: 1932. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965-66. v. 2.
- PALÁCIOS, Guillermo. *Os plantadores de cana de Pernambuco, 1900-1955*; Adaptação de uma elite agrária tradicional. Rio de Janeiro, EIAP-FGV, s.d. Mimeo.
- PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PORTO, Costa. *Os tempos de Lima Cavalcânti*. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.
- SANTA ROSA, Virgínio. *Que foi o tenentismo?* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1963.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A práxis liberal no Brasil; propostas para reflexão e pesquisa. In: *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- SERVA, Mário Pinto. *Problemas da Constituinte*. São Paulo, Siqueira, 1933.
- SILVA, Hélio. 1931: *Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1972 (O Ciclo de Vargas, 4).
- , 1934: *a Constituinte*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1969 (O Ciclo de Vargas, 7).

- \_\_\_\_\_. 1933: *a crise do tenentismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968 (O Ciclo de Vargas, 5).
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Nacional, 1973 (Coleção Brasileira, 249).
- SOUSA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- \_\_\_\_\_. & SIMÕES NETO, Teotônio. São Paulo e outros. *In: Isto é*, São Paulo, 26 de julho de 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, DIFEL, 1977.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. v. 2.
- TODARO, M. Patrice. *Pastors, prophets and politicians: a study of the Brazilian catholic church: 1916-1945*. Washington, Columbia University, 1971. Tese (Ph.D.) Columbia University.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947. 11 v.
- VERGARA, Luís. *Fui secretário de Getúlio Vargas; memórias dos anos de 1926-1954*. Porto Alegre, Globo, 1960.
- VIANA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- VILELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/IMPES, 1975.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. *In: Brasil; tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Movimento Operário; algumas questões para a história do período 1945-1964. *In: Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo, CEDEC, 1978, Ano 1, n.º 1.
- WIRTH, John. Minas e a nação; um estudo de poder e dependência regional. *In: Bóris Fausto (org.). O Brasil Republicano*, t. 3, vol. 1. São Paulo, DIFEL, 1975. t. 3, vol. 8 (História Geral da Civilização Brasileira, 8).

ESTA OBRA FOI COMPOSTA PELA LINOLIVRO  
S/C. COMPOSIÇÕES GRÁFICAS LTDA., E  
IMPRESSA NA EDITORA VOZES LTDA., PARA  
A EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A., EM  
OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA.

---

*Não encontrando este livro nas livrarias, pedir pelo Reembolso Postal à  
EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A. — Rua Maria Angélica, 168 — Lagoa  
CEP 22461 — Rio de Janeiro*

redefinição de velhas forças, de coalizões às vezes surpreendentes, de alternativas que se abriam. A concentração da análise em torno da Constituinte, se limita o escopo à ação da elite, permite, por outro lado, uma radiografia mais nítida de suas divisões internas frente ao mundo emergente de participação ampliada, inclusive dos setores populares. Nestas circunstâncias, o próprio conflito de elites adquiria conotações distintas, com conseqüências potencialmente mais profundas do que no mundo mais fechado da Primeira República.

Finalmente, é preciso salientar a oportunidade da temática da obra. Constituintes, na mecânica representativa das democracias liberais, verificam-se em épocas de construção de novos arranjos de poder. A solidez e permanência de sua obra pode variar, mas, desde que se revistam de um mínimo de representatividade, elas constituem sempre momentos privilegiados não só para a análise, mas, principalmente, para a prática política.

A Constituinte está hoje novamente na ordem do dia. Poder-se-ia dizer que a semelhança de hoje é mais com 1946 do que com 1934, pois não saímos de uma situação de autoritarismo revolucionário mas de autoritarismo contra-revolucionário. Mas a mesma necessidade se coloca de revisão de parâmetros legais, de reagrupamento de forças políticas em torno de partidos e outras organizações, de definição de posições, de abertura de novos caminhos. A recuperação crítica da memória de momentos semelhantes na vida do país só pode ser bem-vinda neste momento.

Por isto e pelo que não cabe neste espaço dizer, *Regionalismo e Centralização Política* é um texto que acrescenta e não será apenas mais uma obra nas livrarias e nas estantes

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1980  
José Murilo de Carvalho

*O livro acompanha os tumultuados anos posteriores à Revolução de 30, nos quais o confronto das forças oligárquicas com o tenentismo resultou em um novo pacto político com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte (1933) e a promulgação da Constituição de 1934.*

*A análise dos debates travados na ocasião esclarece um momento pouco investigado da história brasileira recente e, em particular, o jogo político-partidário nos anos trinta.*



EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA

SEMPRE  
UM BOM  
LIVRO